

REQUERIMENTO P COM PROCESSO : 06-0046/1995 DE 1995

MATERIA LEGISLATIVA: RPP

06-0046/1995 DE 22/06/95

PROMOVENTE: VEREADOR ANA MARTINS

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 15:32:29

00000000702-11



E N E N T A:

Requer a Constituição de uma Comissão de Estudos sobre Habitação para avaliar e aprofundar o debate sobre uma Política da Habitação no Município de São Paulo.

O B S E R V A C O E S:

VOLUME II

Folhas de 324 a 904

ARQUIVADO EM

29, 11, 96

REGINA APARECIDA BARRIOS
CHEFE DE SESSÃO II



Câmara Municipal de São Paulo

DT3-EXP2
OFICIO N.002198/95

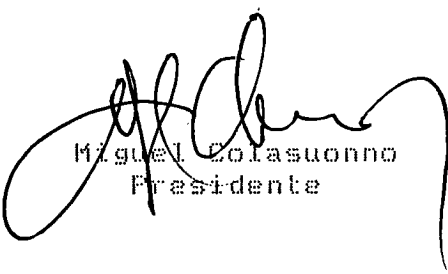
São Paulo, 24 de outubro 1995

Folha n.º	24	de	1995
N.º	46	de	1995
O Funcionário			

Senhor Arquiteto,

Em atendimento ao Ofício CEE/nº2/95, datado de 19/10/95, da Nobre Vereadora Ana Martins, Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo, cumpre-me convidar Vossa Senhoria para participar da Sessão Solene que esta Casa fará realizar no próximo dia 31 de outubro, às 15:00 horas, no auditório Pedroso Horta, Viaduto Jacareí nº 100, 1º andar, quando será tratado o tema "Habitat II".

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria os protestos de minha distinta consideração.


Miguel Colasuonno
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
Doutor Jorge Wilhelm.

tl



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

17.00h 24/10

Folha n.º	325	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário	<i>[Signature]</i>	

São Paulo, 19 de outubro de 1995

Of. CEE/M2 02/95

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Defino
[Signature]
MIGUEL COLASUONNO
Presidente
24/10/95

Na qualidade de Presidenta da Comissão especial de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo, solicito a Vossa Excelência que seja dirigido ofício ao Sr. Jorge Wilhelm, convidando-o a participar de Sessão Solene que esta Casa fará realizar no próximo dia 31 deste, às 15:00 horas, no Auditório Pedroso Horta, Viaduto Jacareí, 100, 1º andar, quando será tratado o tema "HABITAT II", como parte das atividades da Comissão Especial de Estudos da Habitação, por mim presidida.

Referido ofício deverá ser encaminhado ao fax 2542-623080, em Nairobi, no Quênia, onde se encontra o referido arquiteto.

Na oportunidade, renovo meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

[Signature]
Vereadora Ana Martins
Presidenta da Comissão de Estudos
sobre a Habitação na Cidade de São Paulo.

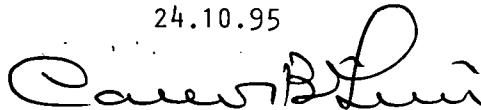
Exmo. Senhor
Miguel Colasuonno
DD Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

URGENTE

Ao DT.3 - Senhora Diretora.

Solicito mandar oficiar, AINDA HOJE, nos termos do enfocado no anverso, à vista da respeitável autorização do nobre Presidente MIGUEL COLASUONNO.

24.10.95



MIGUEL COLASUONNO
Presidente Geral

✓ Exp. 2 Gr. Chefe

Para providenciar

24/10/95



TELMA ALVES

Diretor Técnico

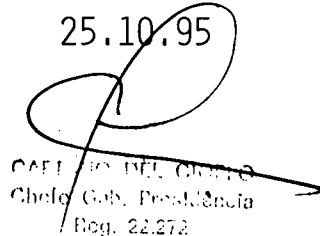
Departamento do Expediente-DT-3

Ao DT-7

SENHORA DIRETORA

ESTAMOS ENVIANDO A V.S^ª, O REFERIDO OFÍCIO, PARA QUE SEJA ENCAMINHADO PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE HABITAÇÃO.

25.10.95

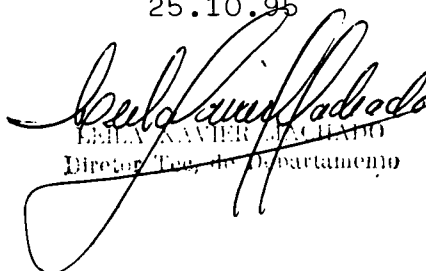


CARLOS DE MELO
Chefe Gb. Presidência
Reg. 22.272

À ST.21 - Senhora Assessora Supervisora

Solicito encaminhar ao secretário da comissão supra citada.

25.10.95



TELMA XAVIER
Diretor Tcc. do Departamento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 3263 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS**Comissão Especial de Estudos da Habitação.****Presidente: Sra. Vereadora Ana Martins****Membros : Srs. Vereadores****José Viviani Ferraz****Zenas Pires****Ana Maria Quadros****Vital Nolasco****Henrique Pacheco****Eder Jofre**

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo em 09 de novembro de 1995.**

Solicitante: Sra. Vereadora Ana Martins**(Memo nº 02/95-C.T./ C.E.)**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 223 do Proc.
N.º 66 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
K21	1	morg.	CE Habitação	9.11.95		

A SRA. PRESIDENTE(Ana Martins) - Vamos iniciar a 3a. sessão de estudos sobre habitação, vamos abordar os temas: instrumentos de implementação da política habitacional no Município de São Paulo e os projetos para a cidade. Convidamos alguns especialistas e estamos sentindo a ausência do Poder Público e tem questões de grande interesse que os que estão no poder público poderiam vir aqui expor as suas opiniões e projeto. Hoje nos fará falta a questão das operações interligadas que é um programa na administração atual de urbanizar 80 favelas através das interligadas, vamos tirar cópias para todos, mas queremos conhecer os mecanismos, o que vem sendo feito, porque a Câmara Municipal fica sem as informações necessárias para uma análise melhor.

Está aqui a Vereadora Ana Maria Quadros, depois virão os Vereadores Zenas Pires, que está na Comissão de Finanças, mas queremos chamar para compor a Mesa, o Prof. José Cláudio Gomes, da FAO-UNESP, arquiteto, professor e vai abordar a questão das intervenções urbanas. Sr. Eduardo Trani, arquiteto, coordenador de planejamento ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, vai abordar a questão da lei de proteção dos mananciais; Sandra Regina Santos Ambrósio, coordenadora da associação Vila Olympia viva, vai abordar a questão do impacto da operação urbana, do ponto de vista da população e o Prof. Silvio Savaia, da FAO-USP, projetos para a cidade. Anunciaremos depois os presentes, assessores, especialistas e representantes de movimentos populares.

Nas duas sessões anteriores o assunto de grande interesse, principalmente, para a população da cidade, e vamos continuar num debate mais profundo para elaborar um documento que contribua para a prepa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 322 da Proc.
N.º 46 de 1995
ORADOR: [assinatura] FUNÇÃO: [assinatura] CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNÇÃO	CONT. APARTE
X22	1	Angela	Habitação	09.11.95			

tentei definir alguns territórios, algumas problemáticas um pouco mais específicas, para podermos avançar um pouco na discussão e na compreensão do problema.

Então, um primeiro assunto que acho fundamental estarmos atentos, quando se fala em problema de habitação, é a necessidade permanente de contextualizarmos a questão. E o que significa isso?

Um país como o Brasil, pela milésima vez dizendo que é um país de dimensões continentais, também é um país de dimensões completamente diferenciadas quanto ao problema da habitação, aonde é que ele se apresenta.

Então, fico muito incomodado quando se fala nesse problema da habitação de uma maneira genérica. Quando ficamos mais velhos temos a tendência a ser mais concretos, mais pragmáticos, mais realistas, mais pé no chão. Portanto, eu me recuso a discutir habitação no sentido abstrato.

A habitação na Amazônia não tem absolutamente nada a ver com a habitação no Santa Etelvina, na Zona Leste, que, por sua vez, também não tem nada a ver com a habitação no serrado.

Portanto, um primeiro cuidado que deveríamos ter quando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 330 do Proc. N.º 46 de 1995
O Funcionário ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X22	2	Angela	Habitação	09.11.95		

discutimos problemas da habitação é o de contextualizar as coisas. Estamos num seminário, que faz parte de outros, cujo propósito final é convergir para tirar algumas teses relativas ao habitat do próximo ano, que será em Stambul, e, como são acontecimentos muito amplos, ~~instit~~ inevitavelmente a tendência é a de se cair no abstrato, cair nas grandes teses retóricas e a coisa aí não avança.

Ei queria então, primeiramente, chamar a atenção para o esforço permanente que temos de fazer —por parte de todas as pessoas interessadas no assunto— para definir ~~maneira~~ onde é que se trata esse problema da habitação. É no contexto metropolitano? (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Recife, Salvador, etc.) Ou é ~~a~~ no contexto da fronteira amazônica? Senão a coisa assume uma proporção tal que não dá para avançarmos de maneira mais consequente.

Só para termos uma idéia, poderíamos ter no mínimo umas seis áreas problemáticas, geo-econômicas, onde o problema da habitação se dá de forma completamente diferente. As áreas metropolitanas já maduras —São Paulo, Belo Horizonte, Rio, etc.—, cujo problema, especificamente, poder-se-ia dizer que é de normalização do problema habitacional, o uso do sólo, porque as cidades ~~a~~ já estão todas instaladas, portanto, de conquistar novos territórios; temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 931
N.º 46
O Funcionário do 1995
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X22	3	Angela	Habitação	09.11.95		

um segundo contexto, que se poderia dizer que é o das cidades médias do país todo, que também teria de ser um pouco matizado, porque as cidades médias paulistas têm problemas diferentes das cidades médias pernambucanas, por exemplo. Mas, de maneira muito global, cidades de 100 a 500 mil habitantes já apresenta problemas habitacionais diferentes das áreas metropolitanas.

Frequentemente se vê no Estado de São Paulo, na Noroeste, uma região que estou conhecendo um pouco melhor atualmente, que o problema habitacional lá é um problema de correção de desmandos que as diversas COHABs têm feito. Na maioria das cidades, nas onze cidades regionais do Estado de São Paulo, o problema habitacional assume uma configuração específica. As cidades antigas ou pelo menos o núcleo antigo dessas cidades ficou totalmente envolvido por conjuntos COHABs, o que é um horror. Isso cria problemas praticamente insolúveis.

Um terceiro contexto, que podemos citar, seria talvez o contexto das pequenas cidades, que são a grande maioria dos 5 mil municípios do País, ~~uma~~ um problema de inchamento das populações rurais que vêm, primeiramente, para as cidades pequenas e, depois, migram para as cidades maiores.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 332 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X22	4	Angela	Habitação	09.11.95		

Um quarto contexto seria, talvez, as frentes pioneiras: Amazônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Rondônia, onde o problema da habitação é completamente diferente.

Então, como o tempo é curto, eu teria mais alguns problemas a tratar, esse assunto do problema do contexto é fundamental que estejamos muito atentos para não cairmos na abstração. ~~Uma~~ É ~~uma~~ muito negativa essa tendência e a possibilidade que esses grandes temas têm de resvalar para coisas retóricas e coisas abstratas que não têm sentido.

Um segundo ponto que eu gostaria de mencionar aqui seria o problema que eu chamei de avançar o Movimento Popular. Acredito que o Movimento Popular já, de certa forma, conquistou o problema da construção da casa, num lote de 5 por 20, faz a sua casinha lá, etc. Então, o problema nessa escala, me parece, já está relativamente bem conquistado, relativamente bem consolidado.

É claro que há problemas ainda mas, de qualquer forma, pelo menos na região ~~em~~ Centro-Sul, os Movimentos Populares ~~já~~ já têm uma conquista muito grande, que é pelo menos a casa. Ora, evidentemente, isso é insuficiente.

Então, o passo seguinte que eu vejo é o de conquistar os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 333 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
X22	5	Angela	Habitação	09.11.95		

equipamentos sociais. A Vereadora Ana Martins estava me falando agora, antes de começar a palestra aqui, dos esforços que vêm sendo feitos, recentemente, de se costurar o equipamento de saúde com o equipamento de educação, com o equipamento de segurança, etc., etc.

Acho que é nesse sentido que poderia, talvez, ser o passo seguinte que o Movimento Popular deveria dar: equipar esses conjuntos habitacionais que estão totalmente desequipados, pois não tem comércio, não tem educação, não tem equipamento algum. Seria, então, uma futura frente de atividade, de atuação ~~proximamente~~
~~taxa para o qual o movimento deveria tender.~~

~~uma parte, então, que seria um grande avanço no caso~~

~~que permitiria as possibilidades de avanço, mais consequente~~

~~equipar todos os equipamentos de saúde, por exemplo~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X23	1	dalva	Habitação	09.11.95		

(...) para o qual o movimento deveria atender, me parece então que seria um grande avanço nós começarmos já, a verificarmos as possibilidades de atuação mais consequente no que se refere aos equipamentos da Casa, porque a Casa, evidentemente, sozinha não é nada.

Um terceiro assunto que está ligado a isso, é o problema da Habitação emprego(?). O ~~exodo~~ êxodo rural urbano, é irreversível. Isso aí ninguém segura mais. A população urbana, hoje no Brasil, ~~principalmente~~ principalmente na região Centro-Sul, está na ordem de 80%, ou seja, coisa de Primeiro Mundo, 20% morando no campo, ainda, talvez até com a tendência de abaixar um pouco mais. Então esse fenômeno no Brasil me parece irreversível. Nesse sentido a oferta de Habitação urbana aumenta e amplia o êxodo rural urbano ou seja, na medida em que a municipalidade dá habitação, ela direta e indiretamente ela está ampliando o êxodo rural, as pessoas do campo, evidentemente estão sabendo que: São Paulo está dando casa lá, etc... então isso é um ~~ex~~ vacilo pólvora que ninguém segura. Então o aumento de habitação ~~na~~ zona Urbana, amplia mais ~~ainda~~ ainda o problema do êxodo rural urbano. O que significa então como consequência que essa oferta sem emprego agrupando, amplia mais a marginalidade na Cidade. Então somente fazer a CINGAPURA, ou somente fazer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 335 do Proc. N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X23	2	dalva	Habitação	09.11.95		

casas ou conjuntos COHABS não é suficiente, se não tiver acompanhando uma política de ~~emprego~~ emprego, porque as pessoas vão conseguir seus apartamentos, casas, etc... e vão trabalhar onde? Aí começa então gerar outro tipo de problema, então esse é o problema da Habitação que tem ser enfrentado, não há, não tem como fugir do problema do emprego, que talvez seja um problema de outro nível, de outra escala, mas é um problema que está presente, sem está ok, inviabiliza exatamente o problema habitacional. Daí a necessidade de amarrar o problema da Habitação ao emprego urbano. Os programas de adensamento de verticalização, no caso da Gestão Atual, de favelas implica no atendimento de partes da população favelada com a ~~expulsão~~ expulsão da parte não atingida, que é maior. Ou seja, não vai resolver o problema realmente, na medida em que o beneficiamento da verticalização não é total, eu não saberia dizer exatamente qual é a proporção, mas seguramente não é total, tanto que no déficit que o Secretário falou ~~xxx~~ no mês passado em reunião coletiva de 2 milhões de habitantes, e a Administração só vai poder fazer o máximo 40 ou 50 mil moradias, ou seja 200 mil habitantes.

~~Isso aí realmente não resolve o problema e pode até agravar na medi-~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 332 do Proc.
N.º 46 de 1948
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X23	3	dalva	Habitação	09.11.95		

da em que o processo de expulsão continua. A urbanização da favela, atende uma parte pequena dos favelados, enêstrimento da grandemaio-ria que vai ser ~~expulsa~~ expulsa para outro lugar, ou seja, é um processo clássico, histórico, que a gente está careca de saber e que está continuando com outro nome. Então isso ocorre exatamente pela inexistência de uma política de ~~para~~ pleno emprego.

Quarto e último ponto é a questão das formas de produção da habitação. Ou seja, que basicamente como é que nós podemos discutir um outro tipo de relação entre as três grandes variáveis, o problema da mão ~~de~~ obra, o problema do material, o problema da terra. Gostaria de dizer desse jeito, é claro que pode ser dito de outra ~~maneira~~ maneira, por exemplo, problema da relação capital trabalho, tal, mas vamos pegar essas três coisas que são muito concretas: a maneira como a mão de obra se articula com o material construção da ~~a~~ casa e com o problema d o terreno da terra, dá vários tipos de várias formas de produção. Então uma forma que a Administração passada defendeu muito, implementou foi ~~grande~~ o problema do ~~nutirão~~ nutirão, que é uma articulação da mão de obra própria, com o material subsidiado, com o terreno também subsidiado. E variantes dessas articulações ~~entre~~ essas três variá-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 837 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
X	23	dalva	Habitação	09.11.95		

veis. O problema da mão de obra em mutirão com o material dos mutirantes, material próprio e com o terreno próprio dos mutirantes, que é uma solução mais rara, mas ~~uma~~ pelo que eu tive notícia, recentemente está acontecendo em Perus, pessoa que esteve lá em Perus dias desses, vendo naturalmente terreno para fazer escolas, me contou que esse movimento dos Sem ~~terras~~ terras em Perus conseguiu comprar o terreno com recursos ~~próprios~~ próprios, material e a mão de obra que eles estão dando, é uma outra maneira de produção, também da habitação. Uma terceira, que seria mão de obra e terreno, totalmente dado ~~uma~~ pelo Estado, ou seja, o Estado, então dá habitação com chave na mão. Então, há também outras dezenas de formas de organização, de articulação dessas variáveis, com formas diferentes. De qualquer maneira, eu pessoalmente acho que essas formas de maneiras de articulação dessas três ~~uma~~ variáveis, frequentemente, grande maioria delas significa formas acasais de produção. Eu pessoalmente acho, muita gente melhor do que eu, ~~sociólogos~~ sociólogos também defendem essa opinião de que por exemplo, o problema do mutirão só se justificaria em termos de emergência, porque fundamentalmente há uma sobre exploração do trabalho do mutirante. Ele não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X24	1	dalva	Habitação	09.11.95		

Folha n.º 338 do Proc.

No 46 de 1995

O Funcionário

tem obrigação de ficar fazendo casas, na minha opinião isso é um dever do Estado. Pode parecer anacrônico falar isso no contexto de neo liberalismo acelerado, mas acredito ainda numa utopia que eu tenho ~~minha~~ ainda que é obrigação do Estado prover habitação de interesse social. O que significa então é que todas as formas que articula mão de obra, material terreno que não passa pelo subsidiamento total ou parcial do Estado, deveriam ser descartados, essa é uma opinião minha que a platéia poderia eventualmente discutir. Então encerrando, esses quatro pontos dão suficientemente um panorama bastante amplo da parte da problemática da habitação.

Eu gostaria então de ouvir demais integrantes da mesa, para podermos formarmos um painel de discussão.

A SRA ANA MARTINS

- Está presente o no

bre Vereador Henrique Pacheco que é relator da Comissão. Gostaríamos de dizer, que quando ~~especialista~~ especialista, como o professor Claudio dialoga, discute com representantes da população, o fruto desse debate dessa discussão, é que conseguimos chegar a projeto de alto nível, a minha opinião, por uma experiência que nós tivemos no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 339 do Proc. N.º 46 de 19 95
O Funcionário CONT. AP. BTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
X24	2	dalva	Habitação	0911.95	

mutirão de Miguel Aquila, Jardim Bobrú, havia uma proposta da Administração de casas, eram 200 casas, numa área em que de 40 a 50% não iam ter sol, não iam ter área verde, iam ter em torno de 36 a 40 metros, mas depois de muito debate, e com a contribuição do prof. e alguns outros arquitetos, eu considero que esse tipo de moradia, o mutirão ainda está pela metade, porque a Administração atualmente interrompeu, mas é um mutirão que vale a pena ser visitado, porque as casas tem de 56 a 60 metros, foi garantida área verde, ventilação, todas recebem sol, e as casas que já estão prontas, as famílias ~~que~~ já estão morando, todas se sentem bem e é uma casa popular. Então eu acho que nós precisamos sim da contribuição dos especialistas das pessoas que tem essa visão com muita profundidade, mas que também vão criando essa discussão esse debate com a ~~ma~~ população, e é nisso que a população também vai fazendo o seu aprendizado e não na forma só espontânea de enfrentar os problema dos dia a dia com tanta dificuldade, com tanta dureza. Esses elementos científicos que são aprofundados, na ~~Municipal~~ Universidade, ou ~~mesmo~~ a população vai ~~ter~~ acesso para ela ir solucionando os seus problemas, ou nós não temos saída. Nós não temos saída, porque a população que já é pobre, o dinheiro é muito pouco, a situação de vida é muito di-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 340	do P.º 16
N.º 46	de 1995
ORADOR	Funcionário
CONT.	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	APARTE
X24	3	dalva	Habitação	09.11.95				

ficil, vai ficar ali derrapando nos seus problemas, se não tiver
essas contribuições também.

Com a palavra o professor Silvio Savaia,

O SR. SILVIO SAVAIA

- Gostaria

de agradecer muito a Vereadora Ana Martins ~~pinx~~ pelo convite, se-
gundavez que eu compareço nessa condição, estou começando a gostar
da história, mas também de encontrar a Vereadora Ana Quadros. Mas
eu acho muito importante podermos estar nesta Casa refletindo sobre
essas questões, especialmente pensando sobre a nossa cidade. ~~ex~~

Meu caríssimo e amigo prof. Claudão Gomes,
sempre meu mestre, já colocou a questão, ele colocou a questão do
contexto, que acho que podíamos tentar aprofundar o aspecto e colo-
cou a questão de que: não é a questão da ~~xxxx~~ casa, mas é a questão
da moradia. A casa é uma edificação a moradia é uma atividade. Claro
que a moradia inclui-se atividades de morar. ~~que quer dizer isso~~

~~morar~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 34 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
25/6	1	ant.	com.est.	9.11.95		

E o que quer dizer esse morar? Necessidade, o Milton Santos tem levantado com justa razão de que a metrópole empobrece a cada dia e que as populações que vêm para a metrópole são as menos favorecidas, porque o emprego na metrópole tende a se desqualificar face a outros setores, até mesmo no campo você tem pessoas do mesmo nível que estão ganhando mais fora do que aqui. A metrópole, num certo sentido, começa a ser re-
duto da pobreza efetivamente do país. Isso é uma questão econômica, mas cabe analisar a decorrência disso. Se a metrópole abriga a pobreza, essa pobreza poderá encontrar novos níveis de civilização na metrópole. Então ao invés de ficarmos vendo apenas aspectos negativos, a metrópole pode passar a ser um instrumento de crescimento da sociedade.

Baseado nisso a gente tem que pensar habitação desde as formas mais improvisadas, devemos pensar desde o acampamento. Se é um depósito de pobreza, por que a gente não pode trabalhar como, por exemplo, as cidades européias eram acampamentos militares romanos que se transformaram em cidades. A questão de você pensar a terra para a pessoa morar antes da casa... e o que é um acampamento? Não é apenas uma barraca. O acampamento é uma organização do espaço com atividades predefinidas e que permite, temporariamente, o exercício dessa atividade de morar. Por exemplo, os acampamentos palestinos são fundamentais em toda guerra posterior que eles vão tratar, porque ali se forma um caldo de cultura para essa guerra. Então, o acampamento não é necessariamente algo contextualizado, pelo contrário, ele pode ser um promotor extremamente importante. Não estou querendo fazer soluções provisórias, mas a gente não pode ser farisaico e ficar pensando naquela solução tradicional como a solução. A gente tem que trabalhar com limite. Por Desde dessas soluções,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3421 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
CONT. PARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X25/6	2	ant.	com. est.	9.11		

por que tanta gente mora na rua? como ficam os migrantes que vêm a essas regiões? como fica tudo isso? Acho que a gente não pode ser insensível e ignorar esses aspectos. A par disso, queria levantar um aspecto. Parece-me que a menor escala que a gente consegue trabalhar a cidade, não é o edifício, ele é ~~xxxtade~~ um detalhe da menor escala. Para mim ficou evidente que a menor escala da cidade é um conjunto de edificações que possui o espaço público no meio deles. Portanto, a menor unidade de uma cidade é um pedaço de rua com uma face da quadra de um lado e de outro. A quadra não é a menor escala, ela é a menor abstração geométrica, porque você nunca vive uma quadra. O que você tem? É o vizinho da frente, o do lado, do outro lado e a rua. Se vocês analisarem a legislação, ela perdeu, gradativamente, a proposta desses espaços como espaços unos. Se você pegar as ordenações filipinas, as nossas cidades coloniais tinham absolutamente legislado como tinha que ser a casa na sua relação com a rua. E a casa o que que era? Era casa de banda contínua, com um telhado só para não ter infiltração, o quintal que se alongava no fundo e a criação de um espaço que era o passeio comum. Isso se perdeu com a mecanização da vida e a rua passou a ser simplesmente o local de passagem dos veículos. Ai dos pedestres que tenham que sobreviver na rua. Esse processo de perda do elemento fundamental do espaço de vida da cidade, que é o espaço público agenciado, especialmente nas atividades de moradia, me parece que é um ponto para a gente começar pensar mais seriamente a cidade. Se vocês olharem, a lei de zoneamento de São Paulo é curiosíssima, ela fala de edificações e de zonas. Ela não fala de todas essas escalas intermediárias, não fala dessas mínimas escalas de cidade que são as ruas, e as suas duas faixadas. Então você vai ter uma situa-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 343 do Proc.

N.º 46 de 19 95

O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X25/6	3	ant.	com.	9.11		

legislação curiosa em que você tem recuos, tudo trabalhando. Via de regra, o que a gente tem ocupado em São Paulo em 65, era o que tinha sido loteados até 1900. O que é o lote? O lote é uma excrecência histórica. ~~xxxxx~~ Quem pensou isso, estava pensando duas gerações atrás a cidade. No entanto tudo é baseado em cima disso. Se a gente acrescentar que a mínima unidade é um espaço público com os privados dando para ele, a idéia é de que as escalas na cidade não se dão suavemente. Por exemplo, os vizinhos dessa rua, com certeza, não gostam dos vizinhos da outra quadra. Então, você tem disputas constantes, absolutamente legítimas no espaço e que não são registradas pela legislação. Se a gente imaginar que quando eu trabalho com uma quadra estou numa escala de, mais ou menos, 1 para 200, 1 para 500, ou até 1 para mil, de representação, se eu passo para a escala de 1 para mil de representação, eu vou agregar 10 quadras. Tenho uma nova unidade de espaço formada por essas 10 quadras que possuem disputas entre si naquele nível de cada quadra, mas possuem interesses comuns. Por exemplo, queremos que o ônibus venha para a nossa rua, queremos que não falte mais água. Fazendo esse raciocínio, na hora que você para de 1 para mil, 1 para 2 mil, também muda o tipo de agregação e o tipo de conflito. O que estou propondo é que cada vez que você amplia a quantidade de área que você está vendo, muda a questão que você está analisando e o cara que estava na primeira ~~questão~~ questão, muitas vezes está contra a decisão geral, porque não interessa para ele, apesar dele ter que se subordinar aos interesses comum maior. Esse conflito maravilhoso de interesses, foi absolutamente subjugado, desconhecido pela legislação, subjugado enquanto representação. Se você levar esse processo até o fim, você vai perceber que a representação geográ-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 344 do Proc.
N.º 46 de 19 98
ORADOR
Funcionário
CONT. PÁG. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. PÁG.
X25/6	4	ant.	com.	9.11			

~~fixar~~ fica do espaço nos interesses sociais, é algo que se perdeu, especialmente na grande metrópole. O que é um movimento de construção? São movimentos, não é por uma casa, é por um espaço comum que tem áreas públicas e atividades particulares e que, via de regra, perdem o seu ímpeto quando conseguem o objetivo que é ter a casinha. Será que a gente não poderia recuperar essa dimensão da vitalidade do cidadão, que é a sua capacidade de se fazer representar no seu espaço e de articular os seu espaço com as outras formas de representação e fazer isso de uma forma tal que de um lado gerasse um cultura de adesão à cidade e a discussão das suas questões na cidade e, por outro lado, se refletisse nos instrumentos legais. Será que é tão importante legislar se o banheiro tem um e não por não sei quanto, etc. e gastar rios de dinheiro público com fiscalização, etc. mas de uma bobagem no fundo, porque se o banheiro não tiver um tamanho não dá para usar. Será que não era melhor ao invés de ficar nessa minúcia, ou nessa loucura, podemos mudar o zoneamento, etc., etc., será que não era melhor trabalhar com instrumentos legais e de repente você falava o que essa quadra pode? o que essa rua e essas 2 faces pode? O que esse conjunto de quadras pode? e que isso pudesse ser levado a consulta popular. Tenho a impressão de que se a gente conseguisse retomar essas questões por um lado reconhecendo o espaço como algo concreto que a gente usa, vive e nos pertence, que a gente tem que começar por conhecê-lo e entendê-lo como coisa nossa e não coisa alheia que você passa com uma permissão provisória, porque na cidade, hoje, é isso. A gente usa a cidade meio com medo de poder usar. Será que a gente não tinha que inverter e criar esses instrumentos de ação efetiva desses espaços, mas para se apropriar tem que ter a presença do es-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	245	do Proc.
N.º	46	de 19 95
ORADOR	UNC	onárioCONT. APBTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNC	onárioCONT. APBTE
X25/6	5	ant.	com.	9.11			

paço público no segmento inicial. Em segundo lugar, será que não valeria a pena um esforço criativo se se refletir na lei e essa lei incentivar esses processos, porque, no fundo, são processos de representação social ancorados na dimensão geográfica do espaço, não geométrica, mas da geografia humana efetiva. Começo a pensar que vale a pena esse esforço e que vale a pena a gente abrir um pouco mais para isso e a gente cair fora de tratar o espaço como uma coisa abstrata, jogo desses interesses esquisitos e que nos provoca uma alienação efetiva da vida concreta em cada um desses espaços que nos pertencem em última análise. ~~Exxxxxxxx~~

Era o que eu tinha que falar, apenas como instigamento.

A SRª. ANA MARTINS - Temos presente entre nós o Sr. Diogo Rodrigues Filho, representando a OAB a quem daremos a palavra a seguir.

Recebemos da OAB dizendo que ele vai fazer parte da comissão até o fim. Ele veio para contribuir. A OAB recebeu ofício nosso convidando para participar dessa Comissão de Estudo.

~~XX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3465 do Proc.
N.º 46 do 1998
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X27	1	emira	habitação	09.11.95	martins	

Ele então fará parte, ~~xxxxxDiogoRodrigues~~

Sr. Diogo Rodrigues, por favor.

- (aparte fora do microfone) - O SR. DIOGO RODRIGUES -

...porque eu cheguei um pouco atrasado por um problema, o falecimento de um colega. Nós somos da Caixa dos Advogados, e estou representando, aqui, o Presidente da Ordem, Dr. Guido Antonio Andrade, que me designou para esta reunião, e também sou chefe de gabinete da presidência, e diretor da Caixa de Assistência. Temos uma caixa que atende aos advogados carentes. e hoje estou com problema de um falecimento. Também temos túmulo que o advogado carente, quando não tem lugar, autorizamos seja sepultado.

Então, peço desculpas e ponho à disposição a minha área, Direito ~~Martins~~ Imobiliário, a parte legal o imóvel, e o que vocês precisarem estou à inteira disposição.

A SRA. ANA MARTINS - Nós agradecemos ao senhor e à Ordem dos Advogados, e ainda teremos 3 sessões.

O SR. DIOGO RODRIGUES - Eu peço licença para me retirar e depois vocês me mandam um relatório, ou eu passo por aí. Obrigado.

A SRA. ANA MARTINS - Vamos agora passar a palavra a nossa amiga e companheira, Sandra Regina, sda Associação Vila Olímpia Vida, que vai expor para nós os impactos que a população sofre com as operações urbanas, para contribuir com elementos ao nosso debate e ao nosso estudo.

A SRA. SANDRA REGINA - Bom dia a todos. O convite não era para falar sobre o impacto na comunidade, na verdade, a discussão é sobre os instrumentos de intervenção no poder público na área da habitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 317 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
CONT. DE ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
K27	2	emira	habitação	9,11,95	sandra	

Optamos para falar um pouco sobre como isso repercutiu lá, no caso da Operação Urbana Faria Lima, que ainda está começando, e que alguns de vocês * tiveram a oportunidade de acompanhar, pelos jornais, nestes dois últimos anos, o que o nosso movimento, o que a reação a esse projeto, conseguiu criar em termos de opinião pública e de mídia.

A Operação Urbana Faria Lima é o grande interesse de intervenção de parceria da iniciativa privada, e operação urbana é uma parceria da iniciativa privada com o poder público, e ~~sexta-feira~~ no grande pretexto, no caso da implementação da operação urbana Faria Lima, que abrange os bairros, ou atinge os bairros, de Pinheiros, Vila Olímpia, Itaim Bibi e Vila Funchal, e eu sou moradora da Vila Olímpia, o grande pretexto para o início da Operação Urbana Faria Lima, que foi colocado como projeto de lei nesta Casa, em agosto de 93, era a extensão da Av. Faria Lima. E a extensão da Faria Lima data de 1968 a lei de aprovação. Projeto de lei de aprovação é de nº 7.104, de 68. A lei ficou parada, foi construído um trecho inicial da avenida, e na época da gestão do Prefeito Jânio Quadros, o escritório Júlio Neves de arquitetura, que é o responsável pela obra, e pela projeto de operação urbana, apresentou então, ao Prefeito Jânio Quadros um projeto que na época, talvez alguns de vocês ainda tenham esse nome guardado na cabeça, e se chamou "boulevard Zona Sul", cuja idéia era fazer uma grande intervenção nesses bairros, e que fundamentalmente colocaria, ligeiramente Vila Olímpia e Vila Funchal, no chão. Também com o um redesenho da Av. Faria Lima indo até a Av. dos Bandeirantes.

Naquela época o projeto acabou sendo divulgado, mas não

colocado nesta Câmara. Ouvi, inicialmente um grupo de moradores ainda

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 348 do Proc.

N.º 46 de 1990

O Funcionário CONT. PARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X27	3	emira	habitação	9.11.95	sandra	

não constituídos na ASSOCIAÇÃO Vila Olímpia Vida, mas um grupo de moradores já começou a reagir contra esse tipo de intervenção, que significaria, naquela época, à desapropriação. O instrumento era esse, quase que total de todas as moradias daquela região.

Isso acabou não acontecendo na gestão Jânio Quadros. Na administração Erundina o projeto continuou tentando ser colocado, e fazer passar esse projeto de grande intervenção, que tem uma abrangência de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que pretende transferir o centro velho, o centro comercial de São Paulo, numa paralela das marginais, e aí mostra qual é o interesse verdadeiro que está por trás de tudo isso. E na época da gestão da Erundina, ele acabou sendo discutido dentro de um contexto de plano diretor para a Cidade, que era o contexto que o pessoal achava correto. Não fazemos uma discussão pontual, mas uma discussão para a cidade como um todo.

A coisa acabou também não acontecendo, e quando o Maluf ganhou a eleição, já no final daquele mesmo ano, e antes de assumir, ele já disse que iria fazer a quinta avenida do Brasil, e que essa iria ser uma obra prioritária do seu governo.

Essa obra acabou sendo ~~maxxxxx~~ apresentada pelo escritório do Júlio Neves, de arquitetura, e só em agosto de 93 é que deu entrada nesta Casa.

~~Maxxxxx~~ Já há uma avenida que foi aprovada há mais de 20 anos, há quase 3 décadas, precisamos desafogar o trânsito na região, e tudo isso se fez a pretexto do prolongamento da Av. Faria Lima.

A Associação Vila Olímpia nasceu em fevereiro de 93, poste-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 349 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X18	1	emira	habitação	9.11.95	sandra	

riormente dentro do mesmo estofo nasceu o Movimento Pinheiros Vivê, para representar a região de Pinheiros, A Associação Vila Olímpia Vêta, representando outros bairros: Itaim Bibi, Vila Olímpia e Vila E Funchal, e a operação urbana, quando ~~uma operação urbana~~ acabou de ser colocada nesta Casa, já estava em muito ampliada, em termos geográficos, em relação ao que era o projeto original da época do Jânio. Porém, havia mudado um pouco a forma da intervenção.

O Instituto da Desapropriação, que é a coisa mais terrível, e sobre o qual quero falar um pouquinho, muito embora não seja objeto da discussão hoje aqui, mas acho que ele é importante, porque é um exemplo do descaso do poder público para com a população, e a operação urbana, na verdade, se pegássemos uma fotografia do projeto como um todo, o prolongamento da Faria Lima, que ficou para desapropriação, é apenas uma artéria. E a gente tem uma grande área que é dessa intervenção urba.

Essa intervenção significa a venda de espaço de construção, venda de potencial de construção, que inclusive o projeto abrange uma novidade, que ainda não foi posta em prática, que é a venda de títulos que permitem construir a mais que a venda do potencial de construção, que é o tal do CEPAC - Certificado de Potencial adicional de Construção, que à propósito, saiu uma notícia na "Folha de S. Paulo", dizendo que a Prefeitura não conseguiu fazer nenhum leilão desses títulos, pelos quais os investidores, e em potencial, comprariam o direito de construir, por exemplo onde está a minha casa — eu não fui desapropriada, — e isso significaria num outro contexto, também a expulsão da população dos bair-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X18	2	emira	habitação	3.11.95	sandra.	

Acontece que a avenida veio, essa avenida foi vendida como avenida de custo "zero", porque o Prefeito venderia esses títulos para os investidores, que desajariam verticalizar essa região, que tem um potencial de construção relativamente baixo, são casas que têm uma possibilidade de de construção de, no máximo, 13 metros de altura, e a idéia era vender esse potencial. Quer dizer, a idéia de que aquele trecho, principalmente de Vila Olímpia e Vila Funchal, virasse um paliteiro, ou seja, virasse prédios de apartamento, enfim, para descomerciar, shoppings center, que parece que é a única coisa que esse pessoal sabe fazer nesta cidade.

Antes de continuar falando da Operação Urbana Faria Lima, queria voltar um pouco para a desapropriação, que acabou sendo pretexto da extensão da avenida. A desapropriação foi feita sem o menor critério.

A desapropriação data de 1941, é de âmbito federal, portanto, não tem como, através dessa carta, se fazer alguma coisa no sentido de tentar mudar isso. Acho que é importante neste fórum a gente estar registrando isso, pelo instrumento complicado ~~px~~ que é isso para a população, porque a lei de desapropriação significa que o poder público passa a ser detentor do meu imóvel. E ele me permite apenas discutir na Justiça o valor desse imóvel. E acabou acontecendo que a nossa reação, a nossa luta acabou fazendo com que o assunto viesse para a mídia, e que tivesse uma repercussão muito grande, e com isso o valor arbitrado pela justiça, acabou sendo um valor próximo do mercado. Isso significa que a desapropriação foi boa? Não, a desapropriação continua sendo terrível porque significa, em primeiro lugar, a forma como ela é feita.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE
XL8	3	emira	habitação	3.11.95	sandra		

Tivemos casos de pessoas que abandonaram seus imóveis, conseguiram comprar casa e receberam da prefeitura, agora em meados de agosto. No entanto, oficiais de justiça iam às casas dessas pessoas na semana entre Natal e Ano Novo do ano passado. A pressão que se faz sobre as pessoas é enorme. Isso aconteceu em Pinheiros e está acontecendo, agora, mais recentemente, na Vila Olímpia, porque de acordo com o cronograma estabelecido, Vila Olímpia e Vila Punchal foram os últimos bairros atingidos.

Então, não há critério, as pessoas são..., existem um ~~rit~~ clima de terror, e muitas pessoas não resistem a essa pressão e acabam saindo de suas casas, indo morar na casa de parentes, antes mesmo de ter visto, de ter recebido a integralidade de seus recursos por parte da justiça e do poder público.

Em segundo lugar, a desapropriação em si, a demolição é feita sem o menor critério. Então, o que estou assistindo na Vila Olímpia, e valendo também para Pinheiros e para ao Itaim, são casas demolidas, sem um tapume, sem condição de segurança, e nós atravessamos pelo meio fio das ruas, porque o que cai da demolição fica pelas calçadas. Enfim, é todo um descaso para com a população.

E no caso da Operação Urbana, isso vai significar que, especificamente, por um acordo feito com os Vereadores desta Casa, e no processo de discussão que conseguimos trazer, a lei não conseguimos revogar, portanto, a avenida veio. A Operação Urbana nós conseguimos, de alguma forma, tentar alguma minimização dela, quanto aos seus efeitos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 352 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONF. PARTE
X18	4	emira	habitação	3.11.95	sandra		

para a população. Nós conseguimos, como a Vila Olímpia e parte da Vila Funchal, são Z-9, como lei de zoneamento. O que significa um zoneamento residencial, com permissão também de utilização comercial, ou seja, é um misto de residência com comércio, nós conseguimos manter com grande parte da Vila Olímpia o zoneamento 9, ou seja, impedir que operação urbana vendesse esse potencial mobiliário, e que o restante da população que não foi atingida pela desapropriação, e que portanto tinha que sair involuntariamente de suas casas, o fizesse.

Então, nesse caso, conseguimos que parte da Vila Olímpia ficasse, não sabemos por quanto tempo, com o zoneamento Z-9, e ficasse excetuada da chamada Operação Urbana, ou da mudança do zoneamento ou do aumento do potencial construtivo, ~~que não aconteceu nos bairros de~~

~~que não aconteceu nos bairros de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 353 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário CONT. APARTE
X191		valéria	habitação	9.11.95		

O que não aconteceu com os bairros do Itaim, de Pinheiros e parte da Vila Funchal. Isso significa que essa parceria que é uma coisa muito louca e que é vendida como a grande panacéia, como a grande invenção, porque significa que o setor público, seja o Estado ou o município, no caso, que estamos discutindo, que sempre tem uma deficiência de recursos do caixa, ele passa numa parceria com a iniciativa privada a dispor de recursos. A contrapartida prevista em lei é que parte desses recursos obtidos na operação urbana estariam derivando, por exemplo, no caso da operação interligada, que é mais pontual, menor, para a construção de habitações populares.

Nessa mesma notícia, de segunda-feira, do jornal A Folha de S.Paulo que fala da possibilidade de se fazer um mega-leilão, um grande leilão para tentar vender esse potencial de construção, o Cepac, se fala ironicamente - e isso me deixou muito nervosa - que 10% dos recursos assim obtidos seriam destinados à desapropriação da Faria Lima. Ora, a Faria Lima já foi inaugurada em dois de seus trechos. Parte desses trechos estão sem calçada ainda. Quer dizer, a avenida foi inaugurada e o descaso com a população é tanto que não há calçada. Os pontos de ônibus ficam no meio-fio aguardando os ônibus. E agora, que as casas estão no chão, que a população envolvida na desapropriação já mudou, como vão esses 10% dos recursos? Isso tudo é uma grande ironia. Na verdade, o próprio texto da operação urbana, do Projeto de Operação Urbana da Faria Lima, que entrou nesta Casa e foi aprovado por um acordo de lideranças, previa também que houvesse uma preocupação em realocar as pessoas, o que também não aconteceu. Então, minha grande preocupação hoje era estar abordando essa questão da operação urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 39 do Proc.
 N.º 46 de 19 93
 ORADOR: _____
 CONT. ABASTE: _____



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
XI9	2	valéria	habitação	9.11.95		

sob essa ótica e de ver como a gente está vivendo isso na pele e vai continuar vivendo isso? Porque por enquanto a gente viveu a desapropriação para avenida, mas agora vai começar essa grande pressão pela mudança do zoneamento, pelo aumento do potencial de construção? A população desses bairros, em grande massa, vai estar abandonando esses bairros, não de forma involuntária, de forma involuntária como no estatuto da desapropriação, digamos assim, mas por uma pressão comercial, por uma pressão imobiliária. Então, a minha grande preocupação não é estar trazendo a esta Casa, que aprovou a Operação Urbana Faria Lima, de acordo com algumas modificações que nós, da população concordávamos, e por isso a coisa acabou saindo num contexto de acordo de lideranças aqui dentro, mas de outras operações urbanas que venham a ser aprovadas nesta Casa que haja uma grande preocupação em estar salvaguardando a população desses bairros, em que haja de fato, da parte da arrecadação, uma contrapartida para beneficiar alguém na Cidade. Porque, a operação urbana, de per si, como está constituída hoje, ou, pelo menos, como foi a Operação Urbana Faria Lima, não existe essa garantia. As populações desses bairros vão ser expulsas e queria saber qual é o sentido de justiça social que está acontecendo em tudo isso. Quer dizer, essa é uma grande preocupação, de como fazer com que mais uma vez o poder econômico se alie agora ao poder constituído, no caso ao município, e que populações que moram em bairro - já se falou aqui na fala dos dois professores que me antecederam - quer dizer, nós moramos em bairros, para quem não conhece, que têm toda a estrutura pública, água, luz, esgoto, quer dizer, o mínimo que todas as pessoas deveriam ter, que é o óbvio, obrigação do setor público. Além de tudo, temos equipamentos públicos, de escolas públicas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
XI 9	3	valéria	habitação	9.11.95		

Folha n.º 3553 do Proc
N.º 116 de 19 95
O Funcionário

de qualidade. Aliás, a Vereadora Ana Maria Quadros é originária do setor, nós temos uma escola a Cecília Meirelles, na Avenida Juscelino Kubitschek que vai ao chão por conta da Av. Faria Lima - evidentemente, vai mudar de lugar e já está sendo construído um novo prédio. Mas isso só para dar um exemplo de que temos todo o equipamento de infra-estrutura, serviços públicos e temos um equipamento de comércio e serviços, enfim, os bairros são bairros progressistas, quer dizer, essa tese de que precisamos do progresso, precisamos do viário, que precisa mudar a cara da cidade, nós moramos em bairros progressistas. O que vai estar acontecendo com todos esses instrumentos, esse tipo de prevenção na Cidade é que as populações que já pagaram por tudo isso, já pagaram pelo esgoto, pelo saneamento, enfim, ajudaram a construir esses bairros, estão sendo expulsas deles.

Basicamente, era isso que queria falar a vocês. E queria, apesar das colocações, do pessimismo e das dificuldades que estou levantando, terminar colocando uma coisa que para nós é super importante, evidentemente, em função disso que eu hoje, como representante de bairro, e não por saber técnica, é essa coisa de conquista de cidadania. De repente, o fato de terem mexido com a gente fez com que a população do bairro, as pessoas aposentadas - e uma outra coisa que queria falar, agora que falei dos aposentados, independente de preço de desapropriação que se aproxime de mercado, não existem mais hoje casas em São Paulo para se morar. Então, boa parte das pessoas que foram desapropriadas por conta da Faria Lima, em grande parte pessoas que vivem apenas de sua aposentadoria, foram morar em apartamentos, isso quando deu para comprar um apartamento por perto, o que significa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º	3563	do Proc.
N.º	46	de 1995
ORADOR	Funcionário	CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. PARTE
XL9	4	valéria	habitação	9.11.95			

isso? Significa que são pessoas que vão ter agora um gasto adicional de condomínio e tudo o mais. Então, não basta me dar um valor justo. É difícil você reproduzir uma condição de moradia também. Isso eu costumava dizer: não adianta me dar uma casa com o mesmo número de metros quadrados ou até maior, se eu não consigo reproduzir em outro bairro as condições que tenho lá. Mas, voltando para a coisa da manifestação e da cidadania. Foi muito bonito para nós os Vereadores desta Casa, a Ana Maria Quadros, a Ana Martins, Henrique Pacheco, de três partidos, PSDB, PCdoB e PT que nos ajudaram demais nesta luta toda. Tivemos eventos, reuniões nesta Casa até meia-noite, uma hora da manhã em algumas circunstâncias, e foi bonito ver uma população de pessoas idosas, senhoras lutando pelos seus interesses. Então, essa conquista é para sempre para a vida de todos nós. Então, se alguma coisa, nisso tudo de ruim que houve, positiva houve foi o despertar da cidadania e acho que a maior parte de vocês que estão nos ouvindo representa esses movimentos populares. Isso é fundamental e precisamos estar cada vez mais juntos para poder, de nossa parte, não só votar em alguém, mas vir aqui cobrar nesta a Casa. Muita gente não sabia que de repente Vereador era responsável pela minha vida, porque moradia, uma casa é toda uma vida, é toda uma conquista e de repente acho que muitas pessoas nem sabiam em quem tinham votado e às vezes nem tinham votado em Vereador porque de repente acham que são cargos menores vêm toda a sua vida desestruturada e colocada nas mãos de 55 Vereadores que compõem esta Casa. Então, acho que é uma lição de vida, uma lição para sempre que cada um de nós tem de estar fazendo sempre. Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. ANA MARTINS - Nós sabemos que essa mesma pro-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n. 357 do Proc. N.º 416 de 1995
O F. de 1995
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X20	1	valéria	habitação	9.11.95		

blemática está acontecendo hoje em Itaquera, São Miguel Paulista, a Cidade está cheia de obras. Até a propaganda é: nunca vimos uma cidade que é um canteiro de obras. No entanto, os problemas humanos, sociais, toda essa ênfase que a Sandra fala de famílias médias que lutaram muito para equilibrar suas vidas. Na periferia a família também fez isso, ela pôs tudo que tinha, tirou até da boca para construir a casa, não estudou o filho porque não deu, colocou na casa e, de repente, Jardim das Camélias, nesta semana, as famílias recebem 1500 reais e saem de mão abanando para dar lugar à obra do Jacu Pêssego. E não é a Prefeitura, porque lá na Faria Lima a Prefeitura tinha um pouco mais de respeito pelo nível que tem a população. Na periferia não é a Prefeitura. A assistente social e os técnicos que vão lá nem dizem de onde vêm, uma hora dizem que é da Emurb, outra hora dizem que é da empreiteira, outra hora fogem porque a população quer bater porque não aguentam mais. Só no Jardim das Camélias já tiraram mais de 60 famílias que receberam 1500 reais e a máquina passou em cima de suas casas. Então, acho que é algo para a gente ver que está acontecendo na cidade toda, fruto de uma política. Então, para não vermos os problemas soltos nem isolados, por isso devemos analisar os problemas com um pouco mais de profundidade. (apartes). Fale no microfone, Professor.

O SR. — Na hora em que você olha a cidade desse jeito, e achei tão bonito o seu depoimento que queria cumprimentar, você mostrou claramente que a cidade é uma coisa viva fundamentalmente. Vereadora, na hora que a visão do sujeito que opera ruas, máquinas, que faz cálculos geométricos, isso é abstração, é tirar fora do contexto da vida, é matar. E essa visão técnico-constru-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 358 de Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT. APORTE
X20	2	valéria	habitação	9.11.95			

tiva fatalmente destroi, não constroi.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Vejam quando a Sandra coloca o horror: a escola *Silviano Jose Eanes* na Jucelino K. foi reformada inteirinha para abrigar o prédio do Cefam. Então, gastou-se dinheiro público, o nosso dinheiro dos impostos reservado à educação. Vai abaixo, sem nenhuma visão do todo, sem a história de vida das pessoas, porque nós conhecemos, Sandra, vários aposentados lá que tiveram de ir para apartamentos. Agora, apartamento tem o condomínio e não conseguem pagá-lo, por mais simples que seja o prédio. Então, isso que o Silvio falou que a cidade cresce graças a determinados interesses de grupos que visam o lucro. E acabou, não tem mais nada. É nossa responsabilidade reverter esse processo.

A SRA. ANA MARTINS - Vamos abrir a palavra a todos que quiserem externar sua opinião. Vamos ouvir agora o Eduardo Trani, arquiteto, coordenador do Planejamento Ambiental da Secretaria Estadual do Meio-Ambiente.

O SR. EDUARDO TRANI - Bom dia a todos. Vou fazer uma intervenção bastante rápida, sintética, tentando levantar... Primeiro, quero agradecer muito o convite dos Vereadores e desta Comissão de Estudos que me parece muito importante para o evento que vai ocorrer no ano que vem no Habitat. Queria levantar essa questão, como havia dito à Vereadora, que esta iniciativa da Câmara Municipal me parece fundamental, uma vez que a Conferência do Habitat no ano que vem, em Istambul, vai levar questões sobre as cidades e assentamentos humanos para discutir em uma conferência mundial os compromissos, foi muito pouco discutida no Estado de São Paulo. Quero colocar isso de cara

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 359 do Proc.
No 46 de 1995
Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
320	3	valéria	hbitação	9.11.95		

porque acho que esta iniciativa da Câmara é muito importante, uma vez
que nós participamos muito pouco dos encontros, que foram muitos fechados
e regionalizados no Estado de São Paulo.

~~ambientes...~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	360	do Proc.
N.º	46	de 19
GRABOR	inicial	CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABOR	CONT. APARTE
X28	1	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

E a própria Cidade de São Paulo estava precisando de uma iniciativa dessas. Por isso eu parablenizo a comissão de estudos e também anuncio que ao nível do Governo do Estado, e estamos trabalhando na Secretaria do Meio Ambiente, nós vamos promover uma série de debates até março para discutir a questão meio ambiente e a dupla ação no interior do Estado de São Paulo, com todas as cidades que têm esse mesmo problema, que é o conflito qualidade e assentamento humano. Por isso queria começar falando... Rosana, eu vi a longa pauta que vocês prepararam para a reunião de hoje e ficou a nosso cargo discutir a lei de proteção aos mananciais; falar um pouco mais sobre aquilo que não é só habitação no strictu sensu, mas a qualidade da habitação. ~~XXX~~ Queria rapidamente passar que tivemos uma experiência durante 10 anos, trabalhando no CDHU, no Estado de S. Paulo com os conjuntos habitacionais. Eu, inclusive acompanhei junto ao Vereador e à equipe dele, eu coordenei um programa de mutirão em S. Paulo nos últimos quatro anos, e agora não estou mais diretamente ligado, então é uma temática que me interessa muito a questão da habitação popular em S. Paulo e no Estado como um todo.

Queria fazer essa ressalva: na hora que começamos a discutir qualidade, queria também lembrar que meus dois mestres, tanto o Carlos Gomes, quanto Silvio Savaia estão aqui e é bom discutirmos juntos; nós fazemos da qualidade da casa, da habitação e do ambiente. Não podemos mais imaginar que só precisamos da casa ou da morada em seu sentido mais amplo, mas precisamos também do equilíbrio entre morada, casa e qualidade ambiental. E o que ocorreu com a política habitacional, para fazer um breve resumo em termos de qualidade, nos últimos anos? A criação do loteamento, do espaço urbano de todo o Estado, e vivenciei isso durante os úl



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 361 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
CONT. APARTE!

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
X28	2	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

nos 10 anos, produziu a anti-cidade. Produziu aquilo que é mais indesejável, que é a cidade crescendo sem qualidade. Então, foram produzidos 800 conjuntos habitacionais nos últimos quatro anos; todos eles, ou sua maioria, localizados em zonas mais inadequadas da cidade e do Estado; distantes da infra-estrutura, geralmente em terrenos baratos, que os prefeitos do interior, e aqui me refiro sobretudo ao padrão de ocupação do interior do estado, literalmente os conjuntos, a nova cidade é no meio do canavial. E essa cidade nova é onde tudo falta. Você tem a casa, e o mutuário que conseguiu estar morando, mas sem os equipamentos, sem infra-estrutura, o transporte e a saúde, etc. E os municípios ao invés de crescerem naquele conceito que tanto esse congresso, essa conferência, quanto a conferência de 1992, da Eco-92, discutiu, o paradigma é desenvolvimento sustentável. Tanto que Ouz Habitat está colocando justamente como tema os assentamentos humanos sustentáveis. E esse tema da sustentabilidade me parece, hoje, já falando por quem está militando na área do meio ambiente um bom tempo, é a questão mais complexa: como vamos ter sustentabilidade. Até lembrando à que o Savaia estava colocando: nós temos que ter sustentabilidade desde a casa, o edifício, o conjunto de casas, a área pública e sustentabilidade significa poder manter em equilíbrio desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, benefícios sociais. Não adianta ter apenas operações urbanas que rasguem onde você destrói o que socialmente já estava colocado. Então, fazendo esse intróito básico eu diria que a política habitacional no Estado de São Paulo do ponto de vista do que ela produziu, ela teve enorme equívocos quanto à qualidade desse ambiente construído. Nós construímos cidades não salubres, não adequadas, com custos que talvez poderiam ter sido sanados, se nós tivés-

Forma no	428	do Prog.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

Considerações sobre o projeto Cingapura

-Visita da Comissão Especial de Estudos da Habitação à favela Zaki Narchi em 10/11/95.

Aspectos gerais

O projeto Cingapura traz na sua estratégia de implantação o acúmulo de quase vinte anos de luta e das propostas formuladas pelo conjunto do movimento popular e pelos técnicos e urbanistas que aprofundaram seu conhecimento sobre a realidade das favelas da cidade.

No entanto, o programa trata o problema das favelas pontualmente, em cada núcleo, sem uma estratégia global ou a nível de cada região ou bairro, o que se constitui num equívoco quando se trata dessa realidade. Tendo em vista que a maioria das favelas são densas, sempre será necessário se relocar famílias para melhorar a condição de moradia e, portanto, é preciso estudar e propor solução para um conjunto de favelas da mesma região, para que se possa abrir novas áreas e acomodar nos projetos todas as famílias, sem exclusão e com qualidade.

Esse processo pressupõe o respeito às lideranças populares, à sua organização, aos aspectos culturais dessa população e as propostas amplamente debatidas com o conjunto da população interessada.

Exemplo importante, se refere ao Projeto de Lei 51/90, que previa a desafetação de todas as áreas municipais ocupadas por favelas, para regularização e urbanização, que foi amplamente debatido com a Câmara Municipal, com arquitetos e urbanistas, e com o conjunto das lideranças do movimento popular sendo retirado pelo atual Prefeito.

Alguns aspectos podem ser considerados positivos com relação ao modelo institucional adotado, no que diz respeito à forma de integrar as diversas secretarias municipais para implementação do projeto, o que deveria ser uma prática habitual do poder público para tratar das políticas sociais. Atuam em conjunto, as secretarias do Bem-Estar, Habitação, Vias Públicas, Obras e outras para integrar as diversas ações.

Mas o fato de delegar a uma empreiteira, o gerenciamento de todo o processo, inclusive os trabalhos da área social, faz com que a Prefeitura deixe de analisar o impacto social junto aos moradores, apesar de a coordenação ficar sob responsabilidade da Secretaria da Habitação.

Quanto aos aspectos técnicos, adotam-se soluções de utilização de espaços anteriormente considerados inaproveitáveis, como os córregos, com canalizações fechadas com o uso de tubos corrugados metálicos, tipo Armco, que permitem a criação de áreas de lazer sem edificações.

Talvez, esta seja uma solução adequada para inúmeros córregos da cidade desde que a canalização não provoque mais enchentes, e as áreas sejam utilizadas como áreas verdes e de lazer, que serviriam para melhorar a qualidade de vida de favelas já consolidadas. Assim não se construiriam tantas avenidas de fundo de vale, desnecessárias e cuja impermeabilização muitas vezes aumentam as enchentes nos bairros.

Forma no 429 do Proc.
N.º 46 de 19 98
O Funcionário

Outro aspecto positivo, que faz parte das propostas do movimento popular, no projeto Cingapura, é o adensamento com verticalização, ao invés da habitação unifamiliar que requer maior disponibilidade de terrenos. No entanto, o projeto como um todo, não apresenta nenhuma novidade em relação a qualquer projeto habitacional da Cohab, talvez até apresente uma qualidade menor com relação aos espaços públicos, ruas, definição de condomínios, etc.

Além disso, comparada à situação anterior de moradia das famílias, há algumas melhoras, que no entanto, devem ser consideradas em caráter transitório, pois a qualidade do projeto deve ser fator fundamental, principalmente diante da escassez de terras no município para projetos habitacionais. Além disso, é preciso se preocupar em respeitar os aspectos culturais dessa população em projetos dessa natureza para garantir uma moradia digna.

A análise desse projeto, só se concluirá, quando forem apresentados os custos detalhados para sua implementação, e o custo-benefício, para que se possa transformar realmente numa política pública de produção em larga escala. Sendo que, até o momento, foram produzidas em torno de 800 unidades para um universo, segundo dados da Prefeitura, de 1,9 milhões de habitantes, que alimentam um sonho através da mídia, que talvez a municipalidade não possa ou não pretenda realizar.

aspectos técnicos:

1. o projeto na sua concepção geral trata cada favela isoladamente, sem analisar o conjunto de favelas de um bairro ou região de forma integrada, inclusive incorporando áreas vazias das regiões para desadensar as favelas e permitir a inclusão de todas as famílias no plano integrado.
2. a opção pelo projeto padrão dos edifícios dificulta o aproveitamento das diferentes condições topográficas dos terrenos, o que provavelmente deixará algumas famílias de fora do projeto, além de desperdiçar as benfeitorias já realizadas pelos antigos moradores que poderiam, eventualmente, ser aproveitadas num projeto de urbanização de favelas.
3. o projeto padrão das unidades habitacionais desconsidera o tamanho das famílias.
4. o conjunto apresenta áreas públicas reduzidas, com ruas de circulação de dimensões pouco adequadas à passagem de veículos.
5. a área dos futuros condomínios se restringe aos blocos de apartamentos, possibilitando novamente a criação de um velho problema dos conjuntos da Cohab, que é a indefinição da responsabilidade sobre a manutenção e controle sobre as áreas públicas, gerando o abandono e posteriormente a degradação.
6. os blocos de apartamentos encontram-se localizados muito próximos à avenida, aparentemente sem recuo suficiente para permitir a circulação de pedestres e de crianças com a necessária segurança.

7. o córrego do Carandiru, de largura razoavelmente grande, aparentemente não apresenta faixa de proteção suficiente em relação ao conjunto dos blocos, tendo em vista que não foram apresentados os dados técnicos na ocasião.

8. a obra transcorre sem a devida segurança, pois não possui isolamento com tapumes, e os moradores, adultos e crianças, transitam livremente dentro do canteiro.

9. as áreas livres, aparentemente não apresentam espaço suficiente para um terço das vagas para automóveis, definidas em lei, para os conjuntos de habitação de interesse social.

aspectos sociais:

1. os critérios de seleção dos moradores são excludentes:

- quanto à renda: quem não tem é excluído.
- ao tamanho da família: solteiros ou sozinhos não tem acesso
- ao vínculo familiar: exigência de casamento para aqueles que vivem juntos como marido e mulher, e pressão sobre as mães solteiras para que se casem (segundo declaração dos moradores).

2. os antigos moradores são instalados em alojamentos por cerca de quatro meses, onde é indicado um líder que decidirá sobre a escolha dos moradores que estão aptos a ocuparem os imóveis a serem entregues. Os critérios para tais escolhas estão relacionados ao comportamento no alojamento, participação na limpeza dos tanques e banheiros coletivos, e não de acordo com as prioridades das famílias.

3. o relacionamento com os moradores tem sido feito de maneira informal e impositiva, desconsiderando-se qualquer tipo de impedimento (emprego, doença, etc.) para o comparecimento à Prefeitura, causando ônus aos moradores.

4. parte das famílias, que vivem da economia informal, perdem a possibilidade de manter uma atividade econômica rentável através de um pequeno comércio ou serviço que não é incorporado no novo projeto, o que se torna grave por tratar-se de população favelada.

5. não há solução de moradia alternativa para os moradores excluídos do projeto e estas famílias não receberam indenização sobre as benfeitorias de suas moradias anteriores, perdendo tudo que conquistaram com muito sacrifício.

aspectos jurídicos:

1. as obras estão sendo executadas em imóveis municipais sem prévia autorização legislativa para a desafetação das áreas e transformação destas em áreas de moradia.

2. as unidades só poderão ser comercializadas para as famílias após a desafetação das áreas.

3. a execução das obras está se realizando sem aprovação do projeto pelos órgãos competentes da Prefeitura e do governo estadual, o que dificultará a regularização posterior para a venda caso haja algum impedimento técnico ou legal.

4. este procedimento da Prefeitura abre grave precedente em relação a outras obras da cidade, por se tratar da instância do poder público responsável pela fiscalização dessa atividade.

aspectos econômicos:

1. no momento as famílias estão recebendo um título precário de cessão de uso onerosa cujo valor atual é de R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais) por mês, durante um ano, sendo que a família que deixar de pagar esta taxa por dois meses, segundo declaração de moradores, está automaticamente excluída do projeto.

2. as famílias anteriormente não possuíam esta despesa, o que em parte justifica a moradia em favela, o que, portanto exige um estudo social aprofundado para esta transição das condições de moradia em que o problema da inadimplência seja melhor equacionado.

3. as contas de luz das unidades estão com valores exorbitantes para as famílias, em torno de R\$ 100,00 (cem reais), levando-se em consideração que as famílias não possuem um grande número de eletrodomésticos em casa.

Câmara Municipal de São Paulo, 13/11/95
Comissão Especial de Estudos de Habitação

Presidente, vereadora ANA MARTINS

Folha n.º 132 do Proc.
N.º 416 de 1995
O Funcionário
DOR CONT. ARQUIV.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. PARTE

S. ...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 433 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
J-11	1	Dalva	Habitação	16.11.95		

A SRA. PRESIDENTA (Ana Martins)

- Vamos

dar início a reunião da Comissão de Estudos sobre Habitação. Convidado a nobre Vereadora Ana Maria Quadros, para fazer parte da Mesa, Vereador Henrique Pacheco e nossos convidados: Sr. Nabil Bonduck, Arquiteto e ex-Superintendente da Habitação da Secretaria Municipal de Habitação; Sr. Claudio Manete, Arquiteto e ex-Coordenador do Programa de Cortiços da Prefeitura, Gestão Luiza Erundina; Sr. José Fábio Calazzans, Arquiteto e ex-Coordenador do Programas de Favelas CDHU, Governo Montoro, e Erminia Maricatto, Professora da FAUSP e ex-Secretária da Habitação, Governo Luiza Erundina.

Vamos dar início ao nosso tema de hoje, que é "As Políticas Públicas de Habitação Popular no Governo Estadual e Municipal". Queremos, num esforço de análise, estudos e aprofundamento, abordar esses programas que tem sido desenvolvidos pelos Governos Anteriores, e hoje especialmente multirões, projeto CINGAPURA, Urbanização de favelas, nós sabemos que a preparação dessa conferência Habitat, tem uma grande importância para os movimentos populares e para nós parlamentares comprometidos com a população, porque estarão definindo diretrizes de políticas públi-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 434 do Proc.
N.º 418 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário	CONT. APORTE
J-11	2	dalva	Habitação	16.11.95			

cas de Habitação para os próximos 20 anos. Então é muito importante que a nós aprofundemos essa temática, e que se busque alternativas ouvindo também as lideranças populares.

~~Gostaria~~ Gostaria de dizer que nós não somos desligados com o que acontece na cidade, muito pelo contrário, nós somos muito sintonizado. Então nós vamos também, aproveitando a oportunidade, para levantar esse problema grave que aconteceu que foi a morte de um menino de 13 anos, numa obra de canalização naquele projeto das Águas Espraiadas. Se cada um analisar esses poucos dados ~~que~~ que os jornais dão hoje, e levarar em conta a visita que fizemos ao CINGAPURA, que inclusive está até no nosso relatório a falta de segurança para ~~uma~~ desenvolver essas obras. Na página 1ª do Jornal "Folha de S. Paulo", fica claro que o trator foi fazendo o seu trabalho e abalou um barranco. Esse barranco caiu e matou o menino. E Agora, já na contra capa, Reynaldo de Barros diz que não tem ~~na~~ nada a ver. Mas na realidade não tinha nenhuma segurança, como nós vimos no CINGAPURA para que isso não ocorra. Então fica aqui o meu protesto. A vida das pessoas é muito importante, e nós não queremos só esse atropelo de obras, mas nós queremos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 435 do Proc.
N.º 476 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J11	3	dalva	Habitação	16.11.95		

~~MECUM~~ que as pessoas sejam respeitadas e que se pense na cidade, levando em conta a qualidade, também de vida e a qualidade dos que fazem as obras, e pensem no respeito humano e mais na vida das pessoas. Isso é para não passar em branco, essa barbaridade que ~~ocorreu~~ ocorreu.

Com a palavra o Sr. Nabil.

O SR. NABIL BONDUCK

- Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a Comissão de Estudos sobre ~~Habit~~ Habitação o convite para estar aqui falando, e ao mesmo tempo me desculpar, porque eu não vou poder ficar até o final, em função de dar aula à tarde em São Carlos.

Eu queria basicamente fazer um depoimento sobre a minha experiência na área da Educação, um pouco para preparar, inclusive, um processo de discussão sobre o que está acontecendo hoje no Município de São Paulo, que eu acho que os outros expositores vão ter condições, inclusive, de poder aprofundar esse aspecto.

Nós em São Paulo, temos assistido nos últimos 15 anos, um agravamento bastante significativo do problema de Habitar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 426 do Proc.
N.º 446 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ASSINATE
J11	4	dalva	Habitação	16.11.95		

ção. É do conhecimento de todos --- não vou me alongar nisso --- apenas para situar um pouco o estágio em que nos encontramos atualmente. O problema de Habitação em São Paulo, ele tradicionalmente foi enfrentado a partir da 2ª década de 30, a 40, através do modelo de ~~Habit~~ Habitação, que é muito conhecido da gente, um modelo baseado nos loteamentos clandestinos de periferia, da alto construção, da casa própria que de alguma maneira ~~em~~ num processo do ponto de vista urbano extremamente depredador da cidade, criando graves problemas, ~~graves~~ com a população ambiental, graves problemas de extensão horizontal da cidade, que agravaram com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 227 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
J12	1	morg.	CE Habitação	16.11.95		

os problemas de transportes, de infra-estrutura da cidade, mas que de alguma maneira respondia por uma necessidade imediata de habitação que a população trabalhadora da cidade tinha durante esse período, que foi de crescimento da economia. Nos últimos vinte anos, a grosso modo, se agravando a partir de 81 com a crise econômica, com o fim do período de crescimento da economia, nós vamos encontrar uma série de limitações, na ampliação desse modelo, que de certa forma dava conta da gravidade do problema da habitação. Então, vamos ter a partir de 89 a Lei Ieman que com todos os problemas que ela apresenta inclusive de não efetivar todas as medidas necessárias contra os loteadores clandestinos, de alguma maneira ela acabou refreando a presença dos loteamentos clandestinos na cidade, que foi assumindo uma dimensão física que dificulta a sua expansão horizontal, contra os limites físicos em termos de crescimento, o preço da terra se torna cada vez menos acessível, mesmo no loteamento em condições precárias de periferia, fica inacessível para a população de baixa renda, então, o que vamos assistir nos últimos vinte anos é uma impossibilidade do crescimento desse modelo. É claro que ele fica existindo, principalmente em outros municípios da Grande São Paulo gerando uma leva de graves problemas urbanos, mas o Município de São Paulo praticamente se torna muito difícil a ocupação de um lote desse tipo. Vamos ver nas regiões dos mananciais isso acontecer e com processo extremamente depredador do meio ambiente, os mananciais vão sendo ocupados com loteamentos onde esse modelo continua existindo através de série de mecanismos e expedientes que são utilizados para concretizar esse tipo de ocupação em mananciais, mas de qualquer maneira a grosso modo, esse



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 238 do Proc.
N.º 46 de 1985
Funcionário
COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
J12	2	morg.	CE Habitação	16.11.95	

modelo deixa de existir e com isso vai crescer a favela, um crescimento de favelas extremamente acentuado a partir da metade dos anos 70, 80 e 90 com adensamento dessas favelas e sobretudo um movimento de famílias que moram de aluguel em fundos de lotes, em cortiços, um conjunto de condições precárias de habitação, co-habitação que também é frequente na cidade de São Paulo, espaços restritos, e com isso vamos assistir o surgimento de um movimento muito forte, que é o Movimento dos Sem Terra, movimento de luta por moradia, que é um fenômeno dos anos 80. Antes de 80 não tínhamos esse movimento, antes tínhamos os movimentos para viabilizar os loteamentos de periferia, os loteamentos clandestinos, movimentos por água, luz, esgoto, nesses loteamentos. A luta nos anos 80 foi caracterizada por duas vertentes importantes, por um lado a luta das favelas, pela posse da terra, pela regularização fundiária e pela urbanização da favela, por outro o movimento dos sem terra, de inquilinos de periferia ou pessoas que moram em casas cedidas que lutam pela existência de uma política de habitação que atenda esse segmento, acesso à terra e acesso ao financiamento, porque o sistema financeiro de habitação, que no Brasil foi bom e hoje encontra-se bastante abalado quanto estrutura de uma política habitacional, mas de qualquer maneira o sistema financeiro de habitação foi de uma consistência em termos de respostas ao problema de habitação. Uma série de equívocos, mas no período de crescimento da economia no país teve recursos em quantidade significativa para habitação, e construindo quatro milhões e meio de unidades habitacionais, o que não é insignificante, o problema é que foi mal orientado, ou seja, um sistema que teve recursos para implementar uma política habitacional por uma série de equívocos produziu pouco no município de São Paulo e relativa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 439 do Proc.
N.º 416 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
J12	3	morg.	CE Habitação	16.11.95		

mente ao que ele produziu no país como um todo, o que produziu em São Paulo foi inadequado para as necessidades do município, quanto ao tipo de produto, que foi único, não teve capacidade de diversificar, até pelas suas características, o sistema não estava estruturado para atender as necessidades da indústria da construção civil e de toda estrutura financeira que foi montada de tal forma que ele produziu um único tipo de produto, que foi a casa construída por empreiteira, conjuntos habitacionais distantes da cidade, verdadeiras cidades dormitórios sem nenhuma integração com a política urbana que também não existia nesse período, portanto, apenas agravou os problemas urbanos existentes pela ação do setor privado e não teve capacidade de dar resposta a esse largo contingente da população de baixa renda que ficou sem alternativa.

~~Então, a construção de casas de baixa renda.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 440 de 1998
N.º 116
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE
113	1	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

Então a alternativa foi a favela, foi a co-habitação, foi tentar se virar numa solução de aluguel.

A partir dessas lutas desenvolvidas sobretudo a partir dos anos 80, e agora vou falar um pouco particularmente da nossa experiência na Prefeitura de São Paulo, acho que depois a Ex^{ta} Erminia, que era Secretária, e o Manetti, coordenando a política de cortiço vão poder aprofundar esses aspectos que vou levantar aqui, mas a partir de 89, portanto, a eleição da Ex^{ta} Luiza Erundina, nós procuramos nos estruturas com uma política de habitação de interesse social no município, na superintendência de habitação popular, de acordo com as diretrizes mais gerais da administração e da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que buscou dar uma resposta a esses problemas de habitação que vão se agravando nas décadas anteriores. Evidentemente, uma resposta que ela não poderia em quatro anos equacionar de uma maneira global o problema de habitação do município, muito menos dar conta do deficit acumulado de muito tempo, mas montar uma estratégia que pudesse responder a esses problemas que vinham emergindo no Município e estruturar uma ação que a médio prazo poderia configurar um quadro melhor no programa de habitação, com a clareza que habitação não é um problema em si, ele é um problema gerado a partir do problema econômico mais geral, é um problema que não vai

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 447 do Proc.
N.º 113 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
113	2	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

ser resolvido no âmbito da nossa sociedade enquanto não houver uma melhor distribuição de renda, enquanto não for enfrentado o problema do ~~desemprego~~ desemprego, enquanto não for enfrentado o problema fundiário, que não é um problema que se resolve apenas a nível de município, é um problema a nível nacional, um problema do predomínio do direito de propriedade da terra sobre a função social da propriedade, todas as limitações de caráter nacional. ^o que buscamos foi montar uma estratégia para poder responder ao problema de habitação no município.

Em primeiro lugar, acho que depois a Erminia pode detalhar um pouco mais isso, pensar que o problema ~~de~~ de habitação não vai ser resolvido apenas do ponto de vista do poder ~~público~~ público, mas que o poder público pode criar condições mais favoráveis, inclusive para que o setor privado produza habitação para população de renda, se da renda mais baixa, pelo menos ~~para~~ para um segmento da população que tenha alguma capacidade de pagamento, mas que hoje não tem nenhuma alternativa de mercado. Isso significa, portanto, uma alteração da lei de uso e ocupação do solo, que a Seab procurou implementar através de uma série de projetos de lei que não vou me referir aqui, talvez depois a Erminia possa falar um pouco mais disso, vários deles que não foram aprovados pela Câmara Municipal, praticamente todos, ~~for~~ na nossa época, alguns foram aprovados ago-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 143 do Proc.
N.º 146 de 19 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
<u>113</u>	<u>3</u>	<u>Marcelo</u>	<u>C.E. Habitação</u>	<u>16.11.95</u>		

ra, mas que exatamente procura buscar soluções mais favoráveis para ~~x~~
que houvesse uma produção de habitação de interesse social por parte do
setor privado para o segmento com alguma capacidade de pagamento. E nós,
Dihab
~~xxxx~~ a nível da ~~xxxx~~, Superintendência de Habitação Popular, buscamos
montar programas habitacionais que buscavam responder aos problemas des-
se largo contingente da população que não tinha outras alternativas, que
não as alternativas que fossem ~~xx~~ viabilizadas com subsídio pelo poder
público.

A montagem desses programas estavam, portanto, baseadas
na existência de recursos do município para aplicar em habitação e a
Prefeita Luiza ~~Erundina~~ Erundina viabilizou uma quantidade significativa
de recursos, que até então nunca tinha sido colocada à disposição da
~~xxxxx~~ área de habitação no Município de São Paulo, de certa forma cria-
do programas de habitação de interesse social que respondessem àquela
população que sequer era atendida pela Cohab, pelo sistema financeiro de
habitação e produziu, inclusive, na nossa gestão quase 25 mil unidades,
mas que por conta do sistema financeiro de habitação não conseguia aten-
der a população de menos de cinco salários mínimos.

Na estruturação desses programas, portanto, nós procuramos
trabalhar com uma diversidade de programas que dessem conta dessa diver-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 443 do Proc.
N.º 446 da 1ª 98



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	APORTE
113	4	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95			

sidade de problemas habitacionais, então desenvolvemos programas de urbanização de favelas, problemas para ~~um~~ enfrentar a problemática de favelas, que é uma problemática que precisa ser enfrentada a partir da constatação que a favela é uma realidade, que em São Paulo é uma realidade que não vai desaparecer do município, ela precisa, portanto, se enfrentada com programas específicos, programas de intervenção em cortiço, que ~~também~~ também não vou desenvolver muito aqui, porque o M Banetti que trabalhou em Hab exatamente na coordenação da área de cortiço vai poder ~~desenvolver~~ desenvolver um pouco mais, programas de produção de habitação de interesse social, seja habitações produzidas por mutirão e autogestão, que foi o programa que ~~em~~ demos prioridade maior, inclusive porque ele dava uma resposta a existência de um forte movimento de moradia na cidade, uma ~~uma~~ resposta de qualidade e baixo custo, mas, também, onde não era possível concretizar ~~habitação~~ habitação ~~em alguns pontos da cidade~~

~~gostaria de falar também em alguns pontos~~

~~por empreiteira, exatamente para poder responder~~

~~uma parte da população que não tem acesso~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 444 do Proc.
N.º 446 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. FOLHA
I 1	1	valéria	ce habitação	16.11.95		

através desse processo de gestão e produção, de auto-gestão, também em alguns casos produção de habitação por empreiteira, exatamente para poder responder a uma parte da população que não tinha organização suficiente para viabilizar o mutirão e a auto-gestão.

Além desses programas nós também desenvolvemos um programa de assistência jurídica à população de baixa renda, que significava garantir um direito importante, o direito à justiça, no que diz respeito à habitação de interesse social, uma vez que muitas vezes a população não tinha condição, inclusive, de poder pagar um advogado para defender seus interesses quando, por exemplo, um aumento ilegal de aluguel ou para obter uso capião, um direito estabelecido que conquistamos na Constituição de 88, no momento da reforma urbana, e que garante portanto o direito à habitação para quem mora na terra, mas muitas vezes o favelado que teria direito à terra não tinha dinheiro para pagar advogado para isso. E também aqueles que não conseguem se defender em uma ação de reintegração de posse e os convênios jurídicos foram mantidos exatamente para garantir o direito à justiça. Também estruturamos um programa de prevenção de risco em favela, a partir de um trabalho bastante amplo, o trabalho de identificar o risco, hierarquizar esse risco e estabelecer uma estratégia, evidentemente uma estratégia que partia do pressuposto que era impossível remover todas as famílias ao mesmo tempo - e também não adiantava removê-las para uma unidade habitacional sem que houvesse um trabalho social porque isso acabava gerando uma reprodução do problema. A partir disso fomos aprendendo - nós, a Administração - ao longo do processo, que não adiantava simplesmente remover uma família do risco, sem que houvesse todo um trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 2453 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
II	2	valéria	ce habitação	16.11.95		

social com o grupo e estratégias para se limitar o risco em faa elas, impedir novas ocupações porque o problema do risco na favela não adianta retirar as famílias e deixar a área de risco sem nenhum tratamento porque vai haver nova ocupação. Então, há necessidade de combinar uma ação, que no nosso caso foi intersecretarial, com o trabalho social, o trabalho de remoção e criação de alternativas para resolver o problema dessas famílias e, ao mesmo tempo, um trabalho de recuperação dessas áreas para uso público.

Bom, no quadro desse conjunto de programas, financiados sobretudo com recursos do Orçamento Municipal e de operações interligadas, e outros repasses de menor monta, interestadual e uma coisa muito pequena do Governo Federal, uma coisa insignificaa te, então, basicamente a partir de um programa do município, nós buscamos responder algumas diretrizes importantes, que vou mencionar porque acho que são importantes para pensar qualquer política habitacional, seja do município, seja no Estado, diretrizes que, de certa forma, a gente não vê na atual Administração de maneira nenhuma. Vou citar algumas. Uma delas é garantir o direito à terra, como um direito básico à habitação. Isso significa, em cadaa um desses programas, viabilizar o acesso à terra às famílias de baixa renda e vai implicar em problemas de regularização fundiária para quem mora em favela, para tendo a posse, vai significar uma política da Prefeitura de compra ou desapropriação de terras ociosas. Para isso é fundamental uma política tributária, como existiu em nossa Administração, uma taxaação diferenciada, que onerava os especuladores da terras, que mantinha terras ociosas - e no último ano da Administração acabou sendo derrubada pela ação do Tribunal de Justiça

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 440 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APASTE
I 1	3	valéria	ce habitação	16.11.95		

que impediu essa taxaçaõ diferenciada que taxava em 5% o valor venal das terras ociosas de grandes dimensões. Entãõ, sãõ políticás que vãõ no sentido de gaarantir o direito à terra. Há um problema gravíssimo em São Paulo, que hoje já tem uma disponibilidade muito pequena de terra, portanto, colocar o que existe de terra à disposição para a produçaõ de habitaçaõ de interesse social. E regularizar a terra que hoje está sendo ocupada, embora sem título, pela populaçaõ de baixa renda, que, aliás, é uma realidade no país como um todo, uma diretriz fundamental para qualquer programa.

Uma segunda diretriz que queria chamar a atençaõ é a necessidade de se garantir o direito a projetos habitacionais em áreas urbanizadas. Nós não podemos continuar essa maluquice que foi feita praticamente no início do crescimento de São Paulo que é a cidade crescer horizontalmente sem nenhum tipo de ordenaçãõ nesse cresciment horizontal, deixando áreas subutilizadas ou vãzios no interior da malha urbana. Urbanizar, por exemplo, um conjunto habitacional como Santa Etelvina, construído pela Cohab, que na verdade é um conjunto de conjuntos habitacionais, acho que necessaria ente expandir a cidade de uma maneira planejada, como poderia ter sido fãeto nas terras que a Cohab adquiriu naquela regiãõ de uma maneira organizada, articulando comércio, serviços, emprego, seria adequada. ~~Mas a realidade é que a ocupação das terras~~

~~é feita de forma desordenada, sem qualquer planejamento, e isso nos conjuntos da Cohab é uma lógica totalmente em desacordo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 147 do Proc.
N.º 116 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I2	1	Norma	Com.Est.Habit	16.11.95		

Mas da maneira como ocorreu a ocupação daquele quadrante da Cidade, nos conjuntos da COHAB, é uma lógica totalmente em desacordo com qualquer política urbana que pense o futuro da Cidade.

Então há necessidade de articular a política de habitação com a política urbana, portanto ao se programar, ao se planejar conjuntos habitacionais, construir e planejar de acordo com uma diretriz mais geral de política urbana. Isso é fundamental para que a gente possa ter um resultado adequado.

Nesse sentido, a construção de conjuntos habitacionais, a reurbanização de cortiços, operações urbanas que incluam habitação, urbanização de favelas, ou seja, viabilizar conjuntos habitacionais em vazios urbanos, em áreas já no interior da malha urbana, é absolutamente mais correto do que estender horizontalmente a cidade e ter de levar para lá todos os equipamentos urbanos.

Santa Etelvina é um exemplo disso, o custo que se teve não só para fazer habitação, mas para estender transportes, fazer escolas, fazer tudo, e depois aquela população toda ter que se deslocar horas e horas para chegar em qualquer lugar de emprego causa uma deseconomia para a cidade que é muito maior, o custo direto e indireto acaba, às vezes, sendo muito maior do que a ocupação de uma área, um vazio urbano onde a terra possa eventualmente até custar um pouco mais, mas aí, com um projeto, com uma maior densidade no aproveitamento da terra, se viabiliza que esse custo da terra se dilua num maior número de unidades, de famílias atendidas, do que o custo que se tem para realizar infraestrutura em situações como foi a desses conjuntos da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 48 do Proc.
N.º 46 de 1978
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
I2	2	Norma	Com. Est. Habit	16.11.95		

COHAB na periferia da Cidade.

Portanto, garantir essa construção de conjuntos habitacionais na área urbanizada é ~~fundamental~~ fundamental.

Em terceiro lugar, uma diretriz fundamental é a valorização do projeto. Uma coisa que nós nos preocupamos bastante, como nesses outros aspectos que eu estou falando, e que em geral essas outras políticas de habitação não valorizam. As políticas de habitação, em geral, elas partem do pressuposto de que o importante é construir, meramente construir, quer dizer, é obra. É claro que isso está ligado também ao interesse sempre presente nas administrações públicas que é o de garantir obra para o setor da construção civil, que se não é errado garantir obra para o setor da construção civil, é um setor importante da economia, só que o setor da construção civil não pode ser aquele que estabelece todos os mecanismos através dos quais os conjuntos vão ser construídos, as obras vão ser feitas.

■ O que acontece muitas vezes, dentro da política habitacional, geralmente, ou quase sempre, é que a empreiteira é que ~~acaba~~ acaba sendo a principal orientadora de como as obras se desenvolvem. Então geralmente os projetos que se desenvolvem são projetos extremamente precários, estudos preliminares, projetos muito pouco desenvolvidos, e quem vai detalhar, quem vai de fato fazer o projeto é a própria empreiteira, e aí ela vai fazer o projeto de acordo com aquilo que lhe interessam, por isso que muitas vezes a terraplenagem, que é uma das etapas mais caras nas obras, acaba tendo um peso no custo total do empreendimento habitacional totalmente incoerente com o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 249 do Proc.
N.º 46 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I2	3	Norma	Com. Est. Habit	16.11.95		

que efetivamente poderia ser gasto nisso. Por que ? Porque na verdade a etapa de projeto é muito pouco valorizada. Isso acaba gerando um outro problema, que seria uma quarta diretriz importante que é a questão de compatibilizar, vamos dizer assim, os projetos habitacionais com a questão de meio ambiente.

Isso significa ^{não} ~~mas~~ só localização dos conjuntos como também projetos adequados para o meio físico. Foi uma outra diretriz importante que nós buscamos implementar, é que também tem muito a ver com o projeto, quer dizer, um projeto bem executado vai respeitar o meio ambiente, vai poder dar conta disso.

Um outro aspecto importante que tem a ver com o projeto é o desenvolvimento de tipologias adequadas à habitação de interesse social, tipologias que consigam responder ao problema da habitação de interesse social, muitas vezes, inclusive no caso caso, que não estavam até então previstas na lei de habitação de interesse social.

Então foi necessário fazer ~~um~~ um trabalho conjunto, inclusive com outro departamento da Secretaria, o PARSOLO, uma nova legislação de habitação de interesse social, que de certa forma viabilizava a edificação de tipologias novas, um outro tipo de assentamento habitacional que garantia melhor densidade, que garantia custos mais reduzidos de infraestrutura, tudo isso dentro de uma quinta diretriz importante que é a de garantir a melhor qualidade com menor custo.

Então uma das preocupações que a gente teve era essa, quer dizer, buscar soluções em vários programas, a gente está falando aí desde urbanização de favela ~~mas~~ - para abrir um parênteses aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 450 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I2	4	Norma	Com. Est. Habit.	16.11.95		

quando falamos em urbanização de favelas nós fizemos tanto urbanização de favela através da verticalização, que na verdade é o Projeto Cingapura, só que é um projeto cingapura no quadro de uma política habitacional, de um conjunto de programas habitacionais como fizemos urbanização de favela pela colocação de infraestrutura, implantação de infraestrutura e regularização do assentamento como um bairro horizontal, aproveitando as construções que já existiam.

O problema é que verticalizar uma favela, como nós fizemos em Minasgás, que foi um projeto executado na Água Branca, que nós começamos e agora está sendo concluído, como fizemos num projeto misto, começamos a fazer em Heliópolis, isso significa, verticalizar, ter um custo, por família atendida, aproximadamente dez vezes superior à urbanização de favela com a colocação de infraestrutura.

~~Resumo, para a pesquisa que busca... Ana-1.37~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 450 do Proc.
N.º 46 de 1985
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I3	1	ANA	Habitação	16.11.95		

Portanto numa política que busca dar o melhor aproveitamento possível aos recursos públicos e necessário só realizar programas de verticalização de favelas onde não existe outra alternativa senão essa; ou em alguns casos, como o de Heliópolis, que o projeto que desenvolvemos de urbanização da ~~xx~~ favela implicava na verticalização de alguns núcleos, de alguns terrenos vazios para desadensar a favela e com isso viabilizar a urbanização restante. Quando a gente implementou um programa de mutirão que no nosso caso foi de auto-gestão, a preocupação, uma delas, foi essa: viabilizar um custo unitário mais baixo, cerca de metade ou 40% de um custo da mesma unidade feita por empreiteira, o melhor resultado com um custo mais baixo. Então, essa é uma diretriz fundamental. Na questão de cortiço, habitação de interesse social nas áreas centrais, uma outra diretriz importante é viabilizar no âmbito da Cidade uma melhor distribuição da população de baixa renda contendo uma lógica que existe na cidade, que é a lógica da cidade capitalista, que é a lógica da segregação, onde a população pobre vai para a periferia necessariamente e a população de renda mais alta vai ficar nos bairros melhor localizados e o emprego também. Dentro dessa lógica, viabilizar a manutenção da população de baixa renda onde já mora, no caso de quem já mora nas áreas mais centrais era uma diretriz fundamental para poder garantir a redução dessas longas distâncias entre local de trabalho e local de moradia, e promover uma distribuição mais democrática do espaço urbano.

Finalmente, uma diretriz fundamental é que de certa forma dá conta de todo o programa desenvolvido e a ~~gar~~ garantia à participação popular em todos aspectos do programa habitacional, que ia desde a discussão de prioridades na área de habitação, e do ponto de vista mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 452 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
CONT. APARELHO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
I3	2	ANA	Habitação	15.11.95		

geral, da administração Luiza Erundina, nas penárias, com todo processo de discussão de prioridades, portanto um processo de participação, claro, evidentemente a experiência poderia ser muito aperfeiçoada. Nós vamos hoje em municípios como Porto Alegre, Belo Horizonte e outros municípios que vêm desenvolvendo a política do orçamento participativo um aprofundamento muito grande dessa prática que realizamos no município de S. Paulo, através do início dessa prática, a nível geral de orçamento, até descendo até a formulação da discussão dos programas e implementação de programas que contavam com parceria do movimento de habitação da sociedade organizada, que é basicamente os programas baseados na auto-gestão. Ou seja, desde ~~uma~~ uma participação política mais geral até a participação na implementação dos programas onde essa participação garantia por um lado qualidade e resultados mais baixos e por outro, também uma coisa importante que é o conjunto habitacional não ser simplesmente um espaço que a população vai ocupar depois de pronto, mas que ela participa da discussão do projeto e da obra, e de certa forma começa a ocupar o conjunto já desde o momento em que se inicia o trabalho, com isso construindo uma comunidade, no conjunto, não como nos conjuntos habitacionais que a gente vê hoje, várias cidades do país, que viram verdadeiros antros de criminalidade, exatamente porque não existe nenhuma coesão social da parte da população e com isso aquilo que deveria ser uma intervenção pública, onde o poder público colocou recursos, poderia criar uma condição social e uma condição urbana diferenciada em relação ao que é a violência* da cidade, que é um aspecto gravíssimo — e nem vou falar disso porque é até... — depois a Herminia poderia falar, ela tem falado muito disso. É importante retomar a questão da violência, que é uma questão que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 1453 do Pres.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I3	3	ANA	Habitação	16.11.95		

tem a ver com condições urbanas de habitação. Mas quando a sociedade esta organizada e constrói seu espaço habitacional, ela tem muito mais condições de servir de contraponto a essa lógica que cada vez mais está vigorando na cidade, que é a lógica da violência. Então, queria fazer alguns comentários sobre a atual Administração, só vou fazer um e chutar a bola para frente, porque depois outros membros da mesa vão poder desenvolver isso, é prática que todos que estão aqui estão vivendo, que é Administração Maluf.

A Administração Maluf destruiu essa concepção de política. Mais importante do que qualquer outra coisa, ela destruiu concepção e uma estruturação da prefeitura de enfrentar isso. Nós não fizemos isso a partir do nada, foi um trabalho de quatro anos buscando estruturar uma equipe, uma discussão com o movimento, porque não é fácil, por exemplo, numa série de aspectos que coloquei aqui, o próprio movimento não tinha clareza. O ~~max~~ processo foi bastante grande de participação de interlocução com os movimentos sociais para colocar determinadas questões mais gerais no cerne do debate do movimento de habitação. Não é por acaso que no âmbito dessa discussão nasceu propósitos como o fundo nacional de habitação. Foi a partir dessa experiência que conseguimos reduzir uma resistência que existia no movimento de habitação, de construção verticalizada, que quando entramos não existia. Existia até resistência a construção de casas geminadas, no início do processo, o movimento queria um lote grande. Então, foi todo um processo de trabalho importante de interlocução com o movimento, que começou a entender de orçamento, de questões de ordem mais geral. E a montagem de uma equipe que também não é uma coisa fácil de se fazer, para poder enfrentar esse problema com toda essa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 254 do Proc.
N.º 416 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário	CONT. PARTE
I3	4	ANA	Habitação	16 11.95			

diversidade. Então, eu acho que isso foi totalmente destruído — esse conceito de cidadania, de caráter público da política de habitação.

Então, não foi destruído apenas programas, ~~projeto que então resultou~~

~~de habitação que estava em andamento~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1455 do Proc.
No 416 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 4	1	valéria	ce habitação	16.11.95		

projetos que estão paralisados, uma situação que acho que a Comissão de Estudos de Habitação deve especialmente recomendar que se averigue qual é a situação real dos 250 empreendimentos que começamos, algumas obras acabadas, mas praticamente todos, que estavam em andamento com pagamento de prestação, de regularização da ocupação - vários deles já tinham até carnê do Funap, o que significava um certo vínculo - e outros casos onde as obras estavam em andamento (e muitas delas estão se deteriorando violentamente). Portanto é uma situação que precisa ser averiguada, é responsabilidade da atual Administração porque todas as obras que estavam em andamento tinham projetos executados em andamento, com empreiteira contratada e se hoje estão se deteriorando é por culpa da atual Administração. Até aqueles que ficaram em projeto e tiveram os terrenos ocupados irregularmente pela população, em virtude da crise habitacional, pela falta de interlocução com o movimento, pela falta de iniciativa da Administração precisam ser averiguados e denunciados. Se a Comissão tem condições de fazer isso é muito importante que faça, caracterizando um crime que a atual Administração cometeu ao desmontar essa política de certa forma, fazendo de um único programa, o Cingapura, o programa de habitação que a Prefeitura faz, que é pouquíssimo atendimento e muitíssimo marketing - não há ninguém no país que não conheça o programa, não vou falar do programa aqui, mas só dizer que verticalizar favela não é ruim, mas só pode ser feito dentro de um âmbito de uma política mais geral de habitação e não isoladamente como uma política de marketing, como a Administração atual vem fazendo. E acho que esse crime é o crime que seria importante a Comissão estar resgatando. Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada, Nabih(?). Vamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 46 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 4	2	valéria	ce habitação	16.11.95		

passar a palavra a Herminia Maricato. Os dois vieram colaborar de muito boa vontade, porém são professores e tanto o Nabil quanto a Herminia terão aulas agora e, portanto, estamos adiando a palavra da Herminia.

A SRA. HERMINIA MARICATO - Quero dizer da satisfação de estar aqui numa Comissão formada por Vereadores que acho que honram o mandato na cidade de São Paulo. Infelizmente, eu sou de fora e posso falar que nem todos os Vereadores da Câmara Municipal honram seu mandato e é uma pena que a população esteja mal informada do que acontece com seus representantes. Então, estou muito satisfeita e agradeço o convite.

E em segundo lugar, em vez de fazer uma exposição mais genérica - estou há 30 anos trabalhando com o assunto e não penso outra coisa - queria falar de algumas coisas pontuais que vão ajudar a Comissão a levantar alguns problemas que o Nabil levantou de forma geral e queria tocar de forma mais precisa e detalhada.

Um deles ach. que é o escândalo da paralisação dos mutirões, acho que isso é uma coisa gravíssima que está merecendo muito pouca atenção da opinião pública, porque infelizmente a opinião pública no Brasil está ligada a mecanismos de mercado, então, quem lê jornal é também quem compra outras coisas, faz parte do mercado, então temos uma lógica muito cruel em nossa sociedade que o que se passa na periferia da cidade, o que se passa com a maior parte da população realmente não é manchete e não ser quando é tragédia, morte, massacre, enchente. Então, eu tive a oportunidade muito feliz de receber de uma professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo um trabalho de uma aluno do curso de Sociologia. O trabalho se chama "Crise de Habitação na Cidade de São Paulo: o caso do Mutirão Morada do Sol". A aluno é Teresinha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 457 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APORTE
I4	3	valéria	ce habitação	15.11.95			

Trevisan e a professora Maura Pardini Bicudo Veras, que está dirigindo o curso de pós-graduação da PUC e esse caso mostra o que está acontecendo - trata-se de um caso, mas se a Câmara Municipal tiver recursos, deveríamos levantar o que está acontecendo com o abandono das obras dos mutirões. Antes de entrar na análise desse caso, queria dizer duas coisas. Durante Três anos ~~existiram~~ calúnias foram levantadas contra os mutirões e eu já tive oportunidade de discutir com o atual Secretário de Habitação, que é o Lair, e lhe disse que acho que quando alguém desvia dinheiro público tem que ir para a cadeia. Num país pobre como o nosso o dinheiro público é uma coisa sagrada e necessariamente tem de ser bem aplicado. Se alguém nos mutirões desviou dinheiro público, nós temos de cobrar, aliás, já exigimos em debate na Folha de S. Paulo que aponte quem o fez, porque se isso passou em nossa gestão e nós não percebemos, eu sou a primeira a dizer: quero ver denunciado e na cadeia. Os fatos não apontam nesse sentido, porque nós tínhamos feito uma auditoria, o Tribunal de Contas fez auditoria, inclusive, nós temos um parecer dos arquitetos e engenheiros do Tribunal de Contas que de repente sumiu, não foi anexado ao processo e esse parecer veio parar em nossas mãos, um parecer que atesta a qualidade do que foi feito. Muito bem, mas a gestão Maluf, quero deixar bem registrado novamente aqui, contratou uma auditoria pela Empresa de Engenharia Ductor, que fez um levantamento detalhado, minucioso, do que foi investido pela Prefeitura e do valor do que foi construído e essa auditoria aponta que o que foi construído é 10 a 15% ~~menor~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 158 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. FOLHA
I-5	1	emira	habit.	16.11.95	15 minutos de trabalho	

15% mais alto o valor do que a prefeitura colocou de dinheiro. Isso, excluindo o valor da mão de obra. Essa auditoria tem mais de 2 mil páginas, ela foi paga com o dinheiro público, ela se encontra na Secretaria de Habitação, e nós já pedimos essa auditoria dezenas de vezes. Eu já falei nesse assunto, perdi a conta de vezes. No debate da Folha, o atual Secretário prometeu mandar essa documentação para a Câmara Municipal, porque sei que a assessoria da Bancada do PT já pediu diversas vezes, e nós não conseguimos receber, inclusive burlando a lei, porque foi feito com dinheiro público, e a Câmara Municipal tem o direito de conhecer esse trabalho, e esse trabalho não chegou à minha mão. Eu tenho conhecimento do detalhamento desse trabalho, porque essas informações nos chegam felizmente. Então, eu queria dizer à Comissão que acho que é uma obrigação da Câmara obter essa auditoria, porque se essa auditoria mostra isso, então, se parte dos mutirantes não conseguem prestar conta de cada saco de cimento comprado, há 4 anos atrás essa auditoria resolve esse problema. Nós saímos a questão burocrática e vamos à questão que realmente interessa: houve desvio, ou não, de dinheiro público?

Segundo lugar, houve uma acusação de que houve irregularidade no parcelamento no solo dos mutirões. Eu tenho a satisfação de dizer à Comissão que o procurador geral de Justiça do Estado de São Paulo emitiu um parecer recentemente elogiando os mutirões e dizendo que e pedindo o arquivamento dos inquéritos policiais que foram feitos da forma mais arbitrária, da forma mais incrível de como se aplica a lei neste país, que foi o indiciamento que eu fui envolvida, o Nabil, as lideranças de 5 mutirões. Uma coisa bárbara, mesmo, porque nós obede-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 459 do Proce.
N.º 416 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
15	2	emira	habit.	16.11.95		

ceamos os mesmos procedimentos históricos nas gestões estadual e municipal, e fomos indiciados.

E, evidentemente, eu exigi que a isonomia, que a Constituição Federal garante a cada um, dentro do inquérito coloquei a situação de todos os conjuntos habitacionais feitos por esta prefeitura, e a Procuradoria Geral nos deu razão, além de tudo elogiou o programa dos mutirões, e acho que isso vai pôr uma pá nessa conversa de que fizemos loteamento ilegal. Quem está fazendo ocupação ~~em~~ ilegal de área pública, é outro projeto, e não foi o nosso, que obedeceu a lei de parcelamento do ~~o~~ solo. Uma lei que acho que precisa ser modificada, mas que a obedecemos enquanto ela está vigorando.

Eu queria mostrar o trabalho dessa pesquisadora. A gente tem na zona norte onde se localiza o mutirão Morada do Sol, uma situação de uma ocupação do solo, o trabalho tem fotografias, é uma ocupação típica de ~~periferia~~ periferia, sem qualquer conhecimento técnico, sem assessoria de engenharia e arquitetura, sem a participação do poder público, uma ocupação ilegal, como é toda a nossa periferia.

E, vocês podem ver que há construção em áreas de risco nesse tipo de ocupação. Nessa área foi projetado um dos 84 mutirões que foram construídos, e que vocês vêm a qualidade do que estava sendo feito pelas casas, a auditoria da Ductor(?) aponta que o custo do metro quadrado é de 110,115 dólares, comparando com 3 vezes o preço que o cingapura está saindo, está aqui a foto que aponta a qualidade da construção, mas ela aponta também o resultado do abandono das obras, que a erosão que está acontecendo, e é.... vocês podem ver aqui, o desgaste



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 469 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I-5	3	emira	habit.	16.11.95		

das obras que estão abandonadas.

O trabalho dessa pesquisadora traz um levantamento de quais são as consequências desse abandono. Quem está dizendo é a pesquisadora, não é alguém que poderia ser suspeito, que é o meu caso, pelo menos nessa comparação, que são danificações das obras incompletas, pois mesmo casas já iniciadas, ou que estavam na metade da sua construção, foram paralizadas, E enquanto se espera a casa que não sai, há famílias que são expulsas do aluguel e se vêm obrigadas a morar num espaço menor, e ainda mais precário, ou então têm que buscar refúgio em casas de parentes, ou ainda resta-lhes como última alternativa, a favela.

A contenção de gastos básicos, como redução da alimentação, também sfoi uma saída forçada para os que preferiram continuar no aluguel. As noites mal dormidas para cuidar da área, provocaram um desgaste físico, e até doenças. Cuidar da área contra roubos e ocupação das casas ~~sancion~~ em construção. Tem gente aqui que é de mutirão está sabendo do que estou falando, por isso que esse caso não é um caso isolado. Perda de tempo também constituiu queixas do mutirantes. A ~~uma~~ pesquisadora entrevistou as pessoas —, que buscavam novos locais para alugar, pois além do alto preço, até 400 reais ~~para~~ por dois cômodos na periferia, muitas vezes não aceitavam crianças.

Vê-se que a essas é negado duas vezes o direito de morar: uma, porque seus pais não têm casa, outro porque não lhes é permitido morar em casa alugada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 263 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
I-5	4	emira	habitação	16.11.95		

A ausência de infraestrutura possibilitou que a erosão danificasse a área ao redor das casas, bem como ausência de obras resultou em problemas de drenagem, nós tínhamos deixado o orçamento ainda as obras de infraestrutura estavam contratadas. O espaço ocioso tem favorecido os que confundem periferia com lixão, pois vêm pessoas de fora para jogar lixo e entulho na área. Entre variedade de lixo, destacam-se animais mortos, ~~que são jogados na rua e no lixo~~ (transcrito)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 462 do Proc.
N.º 46 de 1985
O Funcionário
CONT. PARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I 6 1		ant.	com.est.	16.11.96		

para completar a carga de prejuízos há agora a ocupação da área destinada ao mutirão, está, hoje, formada por um grupo heterogêneo formado por especuladores já muitos substituídos por compradores, gente que fugiu da enchente em fevereiro de 95 e por alguns integrantes da segunda etapa do mutirão, estes últimos consideram-se no direito de ocupar a área pois seria o seu futuro espaço. Há uma desagregação completa da comunidade para construir o mutirão. Queria chamar a atenção que há consequências econômicas devido ao abandono da obra e da área e a responsabilidade de guarda é do Poder Público. Enquanto que há propaganda que estamos eliminando favelas, a responsabilidade da Prefeitura é de que favelas estão nascendo em áreas destinadas a programas de moradia.

Vou deixar com o svereadores esse relatório que considero muito importante e vou dizer que casos como esse infelizmente não tivemos um relatório tão circunstanciado que permite providências, mas casos como esses aconteceram em mutirão no Butantã, onde houve uma epidemia por falta de instalação de esgoto e os moradores acabam ocupando ascas porque elas estão quase prontas, então, acabam ocupando as casas, desesperadas, sem infra-estrutura. Tivemos problema de saúde no mutirão do Brás, na Celso Garcia, problema de risco no mutirão do Brás por conta de uma caixa d'água que não estava concretada e vários mutirantes disseram que em vários lugares houve um roubo de material muito significativo por conta de que essa população não tem condições de fazer a guarda desse espaço que ainda é público do ponto de vista jurídico.

Queria deixar uma coisa bem pontual, que a paralisação dessas obras é um prejuízo para todos os cidadãos, além de ser um prejuízo para toda população que está envolvida que deu 1, 2 anos de trabalho e viu o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 463 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
I6	2	ant.	com.est.	16.11		

sonho desmoronar. A pesquisadora citou até casos de família que tiveram que se dividir porque tiveram que sair do aluguel, a casa não estava ~~terminada~~ terminada e cada um foi para a casa de um parente, então, vemos desagregação de família por conta de um programa interrompido. Em relação ao projeto Cingapura, gostaria de fazer uma análise isenta do que está acontecendo na prefeitura, mas todos entendem que é impossível na medida em que eu estive envolvida e diversas vezes que tentei reagir contra o que eu acho o quanto o povo está sendo enganado, a reação da prefeitura foi truculenta, foi de dizer calúnias a meu respeito como a questão de que houve desvio de 70 milhões de dólares, foi o que o Secretário Lair disse em carta à Folha de S.Paulo, depois, pessoalmente, ele se desfalou, mas ele usou ~~uma~~ o que é uma marca da prefeitura atual, contatei um advogado que me disse que dá para abrir um processo contra o secretário, mas isso vai envolver mais tempo. Eu poderia recuperar isso mais tarde, porque é uma calúnia absurda, mas, aliás é uma calúnia muito maior do Presidente do Tribunal de Contas, Paulo Planet Buarque que tem um documento que saiu no Diário Oficial dizendo que foram 200 milhões de dólares e nunca aplicamos isso nos mutirões. Aliás esse inquérito que fui envolvida teve a participação, isso está em parecer do atual Secretário da Segurança, que faz um parecer gratuito, o Dr. José Afonso da Silva, de que houve uma articulação entre o Tribunal de Contas, esse conselheiro, mais o delegado, que felizmente caiu, Délio Montessoro (?) mais alguns procuradores que não honram o cargo, para haver esse inquérito policial que pretendia denegrir e nos atingir da forma mais vil. Isso foi tudo esclarecido.

Eu estava dizendo que tive um debate sobre o habitat em Estam-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 464 do Proc.

N.º 46 de 1928

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Função	COM. SEGRETE
I 6	3	ant.	com.est.	16.11			

bul fazendo algumas considerações que era de crítica à lei de desenvol-
vimento que está em discussão no Congresso Nacional,

~~mas havia vários interessados em tal~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha p.º 265 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
J10	1	Angela	Habitação	16.11.95		

mas havia vários mutirantes que discutiram a questão dos mutirões parados, atacaram o Cingapura e no dia seguinte, no mesmo seminário, um assessor do atual Secretário aparece com um monte de recortes de jornais onde ~~existia~~ estava a minha fotografia naquelas matérias plantadas.

O que eu quero dizer é que a gente não encontra, na atual gestão, um espírito de debate democrático, não encontra esse espírito, porque eu adoraria que todo mundo fizesse como a Folha de São Paulo fez: coloca o Secretário Lair e coloca a gente do outro lado; um Vereador ligado ao governo e um Vereador do outro lado. Aí, sim, podemos fazer um debate que vai informar a população e não a mentira que está sendo vendida com essa coisa de Cingapura.

E no que o Cingapura é uma mentira? Aqui nós já temos um documento que eu acho muito bom, que foi ~~faltando~~ a visita que os Vereadores fizeram. É muito interessante verificar que as empreiteiras estão fazendo a gestão que seria do poder público. Vejam por que o neoliberalismo é uma piada para o Brasil. É a privatização do Estado. As empreiteiras dominam a máquina pública, a cidadania é jogada no lixo. O público não é público.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha	466	do Proc.
N.º	46	de 1995
ORADOR	funcionário	CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT.	PART.
J10	2	Angela	Habitação	16.11.95				

Eu estive com um favelado que recebeu um documento, porque o pessoal está fazendo o projeto GEPROCAD, de canalização de córregos, e que recebeu um documento dizendo para passar no escritório da empreiteira para negociar a saída dela. É a empreiteira que negocia a saída de cidadão desta Cidade, gente! É a empreiteira tomando espaço do poder público.

A SRA. ANA MARTINS - Ermínia, acho que são os funcionários tipo "office boy" mesmo, que vão no Jardim das Camélias, Jacu Pêssego. Não são os profissionais competentes, porque os sérios não aceitam isso. Então, eles vão nas pessoas secundaríssimas para passar no escritório que eles montam ^{perto} ~~junto~~ da obra e quando pergunta quem é, se é EMURB ou se é ~~XXX~~ SVP, nem isso eles dizem claro quem responde.

A SRA. ERMÍNIA - Inclusive uma das coisas que pude constatar é que, convidada a vir a um debate com essa população e o que eu disse foi que o contrato GEPROCAV com o BID estabelece que cada pessoa que sai tem de ir para uma casa definitiva



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Boleto n.º 4673 do Proc.
N.º 46 de 1995
ORADOR: ...
CONT. ...

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.
J10	3	Angela	Habitação	16.11.95		

e previamente construída. Então, a Prefeitura está burlando o contrato assinado com o BID, o que é uma coisa muito séria.

Mas, infelizmente, eu não tenho as provas disso. Acho que o Padre Guilherme deve ter material sobre essa questão, que também é uma questão de ilegalidade no comportamento da Administração.

O que eu considero mais grave e que dei uma lida rápida, não vi no material que vocês fizeram da visita, é que nós temos um procedimento histórico, não é da gestão atual, que é de um investimento público concentrado nas áreas de primeiro mundo.

São Paulo tem áreas de primeiro mundo e tem áreas que estão indo para o quarto mundo. Essas áreas, nas palestras que tenho feito sobre o crescimento da violência e ligando a questão da violência com a questão da moradia e do desenvolvimento metropolitano, tenho dito: "Preparem-se, brasileiros. Breve, todos seremos cariocas.", porque a situação de crescimento de morte de crianças e de homicídios na periferia desta Cidade ou em áreas onde o poder público esqueceu, áreas de ocupação ilegal, áreas de pobreza homogênea, ~~xxxxxx~~ são como as que temos no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, na Baixada Fluminense. Elas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 468 do Pres.
N.º 46 de 1998
O Funcionário CONT. ARQUIV.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário CONT. ARQUIV.
J10	4	Angela	Habitação	16.11.95		

estão aqui em São Paulo, elas estão em Franco da Rocha, elas estão aqui no Capão Redondo, elas estão no Grajaú, elas estão na Vila Brasilândia, elas estão no Itaim Paulista, elas estão no fundão da zona Leste, no fundão da zona Norte e estão em toda a zona Sul, porque até o Morumbi está sendo atingido por esse índice ~~em~~ altíssimo de homicídio.

E essas violência tem a ver com o investimento concentrado dos recursos, sempre nas áreas onde habita a elite, onde a elite se diverte, onde a elite faz compras. Mas a lógica não é só essa, a lógica principal é de que se investe aonde o mercado imobiliário é importante e dinâmico. Tanto é que o centro velho da Cidade também está ignorado.

Então, todos os recursos são investidos em áreas aonde o valor da terra vai aumentar mais ainda e vai dinamizar um mercado que é altamente especulativo.

Há várias gestões ~~municipais~~ as prefeituras, inclusive os governos estaduais anteriores, inclusive o capital das estatais e muito do capital privado, está sendo investido ~~em~~ no entorno do rio Pinheiros. Se mapearmos o que foi investido de recursos pú-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 469 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTA PARTE
J10	5	Angela	Habitação	16.11.95		

blicos no entorno do rio Pinheiros vocês vão ver ~~quaisquer estas~~

~~na zona da cidade de São Paulo, principalmente~~

~~incluindo os pontos de coleta de lixo e os pontos de~~

~~coleta e o centro da cidade etc.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 470 do Prog.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
CONF. AFARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. AFARTE
I-7	1	raimundo	Habitação	16-11-95		

... como nós estamos preparando a cidade pós-moderna de SP, discriminatória, isolada do acesso público, porque o centro velho, pelo menos é ~~mais~~ popular, mas o centro da cidade está indo para aquele lado e esse, eu acho, é a lógica mais cruel do parco, do ridículo investimento que esta Gestão está fazendo na área de habitação. Se vocês forem verificar a localização do projeto Cingapura não tem nenhum em Guianazes, em São R Miguel, não tem nenhum no Capão Redondo, no Parque Santo Antonio, do Jardim São Luiz, que é onde a violência está mais absurda. E ~~mas~~ vocês, claro, seria uma discussão comprida não dá tempo de fazer, /é verdade que o investimento público pode diminuir a violência. Tem um caso aí que para nós é simbólico, é Diadema; 3 gestões investindo em urbanização de favelas, asfaltamento, iluminação pública, creche, etc. - a nossa ~~na~~ Baixada Fluminense era Diadema, garanto isso a ~~mas~~ vocês, os dados mostram isso, e está havendo uma inversão tanto na mortalidade infantil quanto no número de homicídios no Município de Diadema, que era o quarto mundo da Cidade de São Paulo. Então, é ~~impossível~~ investir com investimento público? É possível. Nós temos que enfrentar a onda neoliberal com essa condição. Então, acho que o meu tempo já se esgota e os companheiros aqui, o Calazans e o Manet (?) devem ter coisas muito importantes para dizer, o que queria dizer é que nós temos que de-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1470 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-7	2	Raimundo	habitação	16-11-95		

nunciar que o Cingapura é um projeto de fachada, porque ele só é aplicado nas áreas valorizadas pelo mercado imobiliário. A localização do Cingapura é a lógica do mercado imobiliário. É a lógica, porque é claro que a hora que você constroi apartamento onde tinha uma favela você valoriza o preço da terra, porque a favela ela tem essa propriedade de diminuir o preço do imóvel no entorno. E é claro que você teria outras considerações para fazer ao projeto Cingapura que acho que foram feitas nessa visita, que é essa questão do, a questão do preço que ~~acho~~ acho importante, a questão da truculência de não achar lugar para todo mundo, a questão de mãe solteira, pessoa solteira serem discriminadas; a questão do padrão repetitivo. Agora, eu acho que a questão da localização e a questão do número que é citado na propaganda, porque a propaganda fala em 8 mil unidades entregues ou em construção, não é isso? Acho que depois o Henrique e a Gisela (?) dep ois podem dar esse número em licitação. Bom, o povo que ouve o programa do Paulo Barbosa não deve saber o que é licitação, o que será 20 mil em licitação? Vinte mil em ~~licitação~~ licitação não significa absolutamente nada. Licitações são feitas em décadas nesta Cidade o que não significa nada, fazer licitação não significa que vai construir. Então, o que considero enganoso é isso, principalmente o número, que já fiz um ~~mk~~ cálculo, se

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 472 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-7	3	Raimundo	Habitação	16-11-95		

foxr nesse ritmo para por todos os favelados em apartamentos, se tives-
se dinheiro, porque é caríssimo colocar favelado em apartamento, nós
pusemos em alguns casos, o Nabil falou, quando a lógica era realmente,
do ponto de vista econômico, isso era importante, mas eu fiz um cálculo
que demoraria 3.500 anos com esse andar da carruagem para pôr todo mun-
do em apartamento, mas na verdade o que interessa é por em apartamento
as favelas que têm visibilidade e que estão desvalorizando terrenos
dentro da cidade do primeiro mundo.

Eu acho que era isso que queria deixar aqui para vocês
e eu vou encaminhar o parecer do Procurador Geral de Justiça de São
Paulo para a Comissão e me ponho à disposição total para que vocês me
chamem a qualquer momento, se o Secretário Lair quiser fazer um deba-
te público, os vereadores que quiserem ter, eu não vou fazer só defesa
da nossa gestão, eu acho que nós cometemos uma série de erros, gosta-
ria até de poder discutir isso, mas também não aceito essa mentira que
está-se fazendo atualmente na Prefeitura de São Paulo. (Palmas)

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Cumprimentando-a pela sua pa-
lestra, queria saber se você poderia nos fornecer qual é o déficit ha-
bitacional na cidade de SP e se teria também com relação ao Estado,
se porventura tiver aí.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 46 do Proc. N.º 46 de 19 88
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
I-7	4	raimundo	Habitação	16-11-95		

A SRA. ERMINIA MARICATO - Olha, a ~~Rosa~~ Rocela está me dando uma ~~boa~~ informação, Vereadora, muito importante, que a Prefeitura de SP respondeu finalmente o pedido oficial da Bancada do PT de envia da cópia do relatório da ~~Diretor~~ Dutor.(?) A resposta foi negativa alegando que os Vereadores têm o direito de solicitar informações e cópia de documentos não é entendido por eles como solicitação de informações. Está sendo elaborado um Mandado de Segurança para conseguir o relatório. Vocês vejam até que ponto chega a forma como o Executivo trata o Legislativo, um Legislativo que eu considero, na sua maioria, submisso e amordaçado. É uma pena que a ~~ppa~~ população desta Cidade...

A SRA. ANA MARTINS - É por isso que é tratado assim, porque é submisso, mas o fato da população ir tomando consciência disso é que ajuda mudar, porque enquanto não tiver a maioria, pelo menos, comprometida com a causa popular, não precisa ser todo mundo de esquerda.

Até antes da Erminia sair, queremos convidá-la, se possível, para, amanhã, nos acompanhar na visita que faremos a 3 mutirões, que faz parte da programação da nossa Comissão. Estaremos às 9h na Av. Celso Garcia no mutirão de cortiço e estaremos depois, Miguel Ackel,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 2779 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	GONT. AF. 1998
I7	5	raimundo	Habitação	16-11-95		

Baltazer, Cisneiro e Parque das Andorinhas, no bairro

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 475 do Proc.
N.º 46 de 19 8
O Funcionário
CONT. A PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
I8	1	Marcelo	C.E.Habitação	16.11.95		

No final vamos dar os endereços. Mas nós gostaríamos que ela respondesse a questão da Vereadora Ana Maria Quadros e essa pergunta foi intercalada porque ela vai precisar sair e ainda teremos a exposição do Manetti e do Calazans.

A SRA. — A questão do deficit, Vereadora, nós andamos discutindo muito porque os deficits jogam-se números que parece que nunca vamos conseguir enfrentar. Ele foi importante para a gente que lutava por moradia, mas ele também é uma coisa que as empreiteiras gostam de usar muito, "olha, tem deficit, vamos construir". E nós andamos discutindo e hoje temos um trabalho da Fundação João Pinheiro, um trabalho da Fipe que também está questionando a atual orientação de todos os estudiosos do assunto e mesmo da ONU e da UNESCO e mesmo dos movimentos de moradia, que é ~~trabalhar~~ trabalhar menos com o conceito de deficit e mais com o conceito de ~~que~~ que a população, de alguma forma se virou, mora em algum lugar, mas mora mal. O que está faltando não é tanto a unidade, mas é muitas vezes, em primeiro lugar queria ~~me~~ colocar e foi boa pergunta, transporte. Muito do deficit habitacional poderia ser resolvido tranquilamente com transporte mais eficiente, porque seria possível as pessoas morarem mais longe, como hoje elas moram, é mais barato morar mais longe, mas desde que elas tivessem um transporte eficiente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 476 do Proc.
N.º 46 de 13
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
18	2	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

foi o metrô da zona leste, que é um metrô que foi até Itaquera e que realmente mudou o preço do sola na zona leste. Depois o M metrô voltou para a Paulista, onde ele investiu na lógica da concentração.

Então eu gostaria de deixar a idéia aqui de que além da carência habitacional, carência habitacional é também carência de transporte e infra-estrutura urbana, porque o povo até que ~~xxx~~ consegue construir uma casinha bem construída se ele tiver assistência técnica.

Então era muito importante também na Comissão a gente trabalhar com um novo conceito de deficit. Mas considerando tudo isso, na cidade de São Paulo, nós julgamos que uma parte do deficit tem que ser jogado para urbanização de favelas, o número de favelados na cidade de São Paulo explodiu de uma forma fantástica. Nós tínhamos no começo da década de 70 menos de 1% da população morando em favelas, em 1987 nós temos 8% da população em favelas, por um levantamento da Prefeitura, em 1993 a Fipe fez um levantamento que a gente considera um pouco exagerado, mas que de qualquer jeito não deve estar tão longe disso, dá 19,4% da população do município de São Paulo em favelas, a última pesquisa. Então, de cada cinco pessoas, cinco cidadãos em São Paulo, um está morando em favelas. Isso significa que ao lado de construir muita moradia nova, e nós não temos nenhum programa atual na Cidade de São Paulo para fazer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

 Folha 46 do Proc. 473
 N.º 46 de 1988
 O Funcionário


RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	3	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

em barato, de urbanização de favelas.

A urbanização de favelas, o Nabil comentou aí, sai mil e quinhentos a dois mil dólares por família. Isso significa dar às pessoas um sistema viário que ajuda o caminhão de gás ~~trair~~ a chegar, que ajuda ambulância chegar, que ajuda o lixo a chegar. Então o sistema viário não passa na frente da porta de todo mundo, mas as passarelas, até no máximo 50 metros do sistema viário a pessoa pode estar carregando o lixo e o gás. ~~mas~~ Várias Prefeituras brasileiras, além da nossa, para não dizer, estão fazendo esse programa e é um programa muito importante, ele resolve problema de área de risco, de esgoto, de água, de saneamento e principalmente tem que se dar prioridades à favelas que são cercadas por córregos, que não estão no programa do G-procav, por exemplo.

Então vamos colocar que eu penso, ~~em~~ considerando aí uma superestimação do levantamento da Fipe, ~~mixix~~ 1.500 pessoas em favelas. Se nós dividirmos 1.500 pessoas por quatro e meio, que é o número de pessoas por família em favela, maior que o número médio na cidade de São Paulo, podemos fazer uma conta e ver quanto precisamos de dinheiro para urbanizar ~~em~~ as favelas. Parte dessas favelas ao invés de urbanizadas deveriam ser verticalizadas, mas é minoria que a gente acha que tem que ser verticalizada, porque é muito caro verticalizar, o apartamento do Cin-

gapura, vocês sabem melhor que eu o preço que está ~~na~~ saindo. Realmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	478	do Proc.	95
N.º	46	de 19	95
O Funcionário			
CONV. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE
I8	4	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

é muito caro e como nós queremos levar condição de saúde para todo mundo e a pessoa pode estar bem na sua casinha.

Dessas um ~~mil~~ milhão e 500 mil pessoas, 10% tem que ser removidas, estou falando tudo em média, uma média que tiramos das 135 ~~xf~~ favelas que trabalhamos, 10% precisam ser removidas porque estão em área de risco, estão na passagem de um sistema viário, estão num lugar que precisa passar rede de esgoto, então isso precisa ser computado como deficit habitacional. Das demais, no nosso tempo, fizemos um trabalho de deficit habitacional considerando o crescimento da população que diminuiu no município de São Paulo muito, mas tem o crescimento, se não tanto migratório, vegetativo, das pessoas que casam, das pessoas que têm filhos, tem a questão das pessoas que coabitam, é cada vez maior o caso de mais de uma família no domicílio, nós precisaríamos levantar pelo dado do censo e tem o número de pessoas que estão ~~XXXX~~ morando em áreas de proteção ambiental, áreas de risco.

Eu não posso fazer esse cálculo agora porque nós fizemos esse ~~x~~ cálculo em 89, isso ~~x~~ já ~~xxx~~ são seis anos, em seis anos isso mudou muito. ~~Nós temos dados de...~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 479 do Proc.

N.º 46 de 1995

O Funcionário

DRADOR

CON. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DRADOR	CON. APARTE
I9	1	Marcelo	C.E.Habituação	16.11.95		

Nós temos depois de 89 o censo de 91, que faz esse levantamento por distrito, se bem que o censo comete um engano muito grave no levantamento de favelas, enfim, o que estaria propondo, baseado nesses parâmetros que estou dando, é que a gente fizesse um cálculo, eu me proponho a estar aí participando com a assessoria de vocês para estar elaborando um cálculo mais preciso e mais recente do que é necessário em ~~termos~~ termos de saneamento básico, urbanização de favelas, que aí inclui tudo que falei e temos o custo, e o que é ~~necessário~~ necessário em termos de construção de novas moradias.

A SRA. ANA MARTINS - Você poderia nos ajudar a preparar esses dados?

A SRA. - Estou à disposição de vocês. Eu considero esse trabalho aqui absolutamente ~~fundamental~~ fundamental. (Palmas).

A SRA. ANA MARTINS - Nós queríamos deixar claro a todos que insistimos muito e fizemos oficialmente o convite à Sehab, à Cohab, à Superintendência da Sehab, nós falamos pessoalmente com os técnicos, quando fomos visitar o Cingapura. Inclusive nos disseram que estariam aqui. Então se não existe a versão daqui da administração é por omissão dela. Desde o primeiro dia temos insistido na presença dos órgãos governamentais, sejam eles quais forem. Especialmente para o debate de hoje, que é muito polêmico, por conta da opinião pública, que a imprensa vem construindo,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	480	do Prog.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I9	2	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

e nós insistimos muito e, no entanto, não tem uma pessoa. Fica aqui o nosso protesto, porque quem se omite dessa maneira não deve estar muito preocupado com as boas intenções da administração, porque quem quer o debate, sabe que o ~~seu~~ debate e a divergência são importantes, para quem quer construir uma coisa mais consistente. Fizemos todos os movimentos necessários, conversamos pessoalmente, eu já conversei pessoalmente com o Secretário de Habitação Lair por duas vezes, conversei com Maria Tereza, com todos, eles estão cientes da Comissão, o Presidente da Câmara está ciente e tudo isso nós já fizemos, na minha maneira de ver o suficiente, até às últimas vamos continuar insistindo.

Eu queria dizer, porque a Maricatto vai ter que ir embora, eu ~~se~~ parablenho ~~seu~~ a Bancada do PT, que está insistindo e vai ~~fazer~~ solicitar através de habeas-corpus auditoria, mas a Comissão precisa cumprir a obrigação dela. Então vamos solicitar também, porque temos que exercer todos os movimentos necessários para a administração ~~seu~~ cumprir a obrigação dela. (Palmas). Nós não podemos nos omitir, que outros se omitam, mas nós não podemos.

A SRA. _____ - Queria dar a informação que a CDHU

se comprometeu a vir na próxima semana, que eles não poderiam estar presentes hoje por conta de um seminário interno, então a sessão vai come-

çar mais cedo, às nove horas, sessão da Comissão, e eles vão trazer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 48 do Proc.
N.º 46 de 1933
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
19	3	Marcelo	C.E. Habitação	16.11.95		

todo programa do Estado para apresentar. A Prefeitura foi convidada também, mas não compareceu.

A SRA. ANA MARTINS — Nós queremos agradecer a presença da Maricatto, nós sabemos que toda forma enfática de dizer dos sofrimentos que ela viveu com todas essas denúncias, mas fica nossa solidariedade, de todos os movimentos e também de nós Vereadores, que sabemos que não se constrói verdadeiramente a democracia sem que também tenha em tudo isso um pouco desse sofrimento. Mas nós ~~xxx~~ solidarizamos e achamos que ela tem estrutura e objetivos firmes e sérios e que isso não deverá abalá-la, mas só com a solidariedade e colaboração dos que ajudam a construir um ~~ix~~ outro caminho neste País. Muito obrigado à Maricatto e ao Nabil também. (Palmas).

Chegou o nobre Vereador Vital Nolasco, também membro da nossa Comissão, que está qui para ouvir as ~~seus~~ exposições e os debates.

Vamos passar ao companheiro que já colaborou numa outra sessão, o ~~Senhor Vital Nolasco~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 46 do Proc.
N.º de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
110	1	morg.	CE habitação	16.11.95		

o arquiteto José Fábio Calazans, e um dos motivos que nós também quise-
mos que ele participasse deste debate é porque o projeto de lei que es-
tava aqui na Câmara e foi retirado em janeiro de 93, para regularização
e urbanização das favelas, foi um dos especialistas que contribuiu para
a assessoria da Câmara, dos diferentes partidos, e ele viu que aquela
versão do projeto que estava aqui era a terceira, ele também contribuiu
e assessorou. Vamos dar os quinze minutos para que ele possa falar.

O Sr. José Fábio Calazans - Existem duas razões que me
tocam muito. Depois posso revelar sigilosamente, uma espécie de impasse
que me coloca aqui hoje. Gostaria que depois de contar isso ao Pe. Guilher-
me. O relato desse relatório da visita coloca claramente que o Cingapura
é uma conquista deturpada, mal feita, pelo menos de dez anos de movimento
popular, da qual eu particularmente e muitos de nós participaram. Mas,
existem alguns fatos graves da forma com que esse projeto foi apropriado
da história popular, para se transformar nesse marketing que tem algum
mérito de jogar o problema de habitação como uma das primeiras priorida-
des. A cartilha feita que sintetizava, eu falando isto aqui devo estar
perdendo alguns trabalhos, espero contar com o apoio de vocês porque eu
já passei por isto em relação ao Quércio e foi muito grave, mas a carti-
lha feita pelos favelados de São Paulo sintetizando uma posição desde o
início de 80, foi paga pelas pessoas que hoje ocupam a Secretaria da Ha-
bitação. Coloco esses dados e estas provas à disposição desta Casa.

Além de uma Kombi, uma linha telefônica e uma máquina de
xerox usada e concluiu com um sindicato patronal profundamente interessa-
do na especulação imobiliária de São Paulo. Eu gostaria muito, já que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 483 do Rec.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNC	ONÁRIOCONT	APARTE
110	2	morg.	CE Habitação	16.11.95				

não aguentei e falei, que a Câmara pudesse e os vereadores todos, particularmente do PSDB, talvez tenham a função de reverter este quadro de submissão, com uma posição mais corajosa, me coloco à disposição para fazer esse depoimento e trazer essas provas. Espero só uma solidariedade maior do que quando tive que denunciar que o Quércio desviou o dinheiro que o Governo Montoro, que nós deixamos para dez mil famílias sem São Bernardo, que o Quércio desviou e que após eu ter denunciado, passei anos extremamente difíceis e com ausência de solidariedade de setores progressistas que poderiam ter feito.

A Sra. Ana Maria Quadros — Conte com a macada do PSDB.

O Sr. José Fábio Calazans — Acho que o depoimento do ^{Nabil} ~~Manet~~

a minha conversa com o Manet ontem, mas não adianta os setores progressistas, esquerda, os movimentos populares, não adianta termos razão. São Paulo hoje é uma cidade disputada pelo capital internacional, São Paulo não é Diadema. A reconquista de um poder democrático, progressista, em São Paulo, é uma tarefa maior do que o que estamos aqui, precisamos contar com muito mais forças políticas. Não adianta a razão das coisas. Ainda ontem na conversa com o Manet ficamos muito claro pra mim que São Paulo passa por uma grande reforma que prepara São Paulo para enquadrar no novo mercado mundial de telecomunicações, televisão a cabo, das infovias, de bilhões de dólares de investimento. Precisariamos procurar uma frente mais ampla, inclusive, lutar palmo a palmo, para trazer o PSDB para as nossas posições, para que a gente possa na próxima eleição reconquistar o poder. Então, dentro dessa perspectiva, não me parece só que o embate da posição, senão veja, essa comissão tem a presença dos setores progressistas, está aqui o PT, o PDe B e o PSDB. Tenho um grande amigo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 284 do Proc.
N.º 276 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COMP. ADARTE
III	1	morg.	CE habitação	16.11.95		

assessor do Iair, a vontade dele era estar aqui, se ele não está provavelmente ordens superiores impediram a sua presença. De certa forma esse trabalho é esvaziado, que o que interessa é a mídia. Esse fato, essa prova que eu coloquei é capaz de abalar a mídia, porque é muito contundente. Eu tenho a cartilha comigo, nós precisaremos descobrir qual foi a gráfica, não é complicado. Agora, há uma questão que sem dúvida o Nabil colocou bem isso, a gestão da Erundina coloca uma nova qualidade para a moradia, mas o Cingapura, a gestão Maluf, seja marketing ou não, ela tem um mérito de colocar o problema da quantidade. E aí veja coloca o problema habitacional como uma das primeiras prioridades, depois do Reynaldão vem o Cingapura, eu vou arriscar, precisar um pouco mais, acho muito interessante essa proposta da comissão de déficit da Câmara Municipal, e me disponho também, fui relator da Câmara Setorial e trabalhei nisso, mas queria trabalhar um pouco não com conceito de déficit, mas com conceito de demanda. A Vereadora Ana Martins colocou que o habitat hoje, o mundo prepara uma conferência com a perspectiva do próximo século, um olhar de vinte e trinta anos, não é mais ano 2.000, que está aqui, há quatro anos estamos no ano 2000, é preciso pensar numa cidade como São Paulo, e pensar que São Paulo não é só São Paulo, mas é a Grande São Paulo com olhar de vinte, trinta anos. As análises que eu tenho feito, o trabalho da FIPE, eu acho que essa previsão de 2 milhões de favelados não é absurda, precisaríamos contatar, mas podemos dizer que estão entre um milhão e meio e dois milhões. O trabalho da Pipe foi muito conservador na questão de cortiços, reduzindo a 500 mil pessoas e esqueceu um fenômeno, e quem anda pela periferia, quem trabalha a comunidade popular

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 195 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	2	morg.	CE Habitação	16.11.95		

são duas ou três coisas me impressionam, uma em quase nenhuma casa mora uma família só, o encortiçamento, seja encortiçamento do cara que explora, tem, duas ou três casinhas no fundo, cobra aluguel e os aluguéis que hoje esse pessoal paga numa casa de dois ou três cômodos chega a duzentos e trezentos reais, seja o filho que vai casar, que casou, a sogra, o primo que veio do nordeste, todo mundo mora na primeira casa, ou na mesma casa, e a lei está aí proíbe isso. Quero deixar aqui uma proposta sobre isso. ~~Parlamentarismo é isso aqui. Não é isso que se quer.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 486 do Proc.
N.º 146 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. / ADARTE
I-12	1	Angela	Habitação	16.11.95		

Portanto, o trabalho da FIPE esqueceu todo o ~~em~~ encortimento da periferia. Quer dizer, o pessoal que vai casando, o solteiro que quer sair de casa porque já está trabalhando, esse pessoal hoje ~~subnormaliza~~ co-habita. Ache que precisaríamos também, nesse dado do Censo, nessa Comissão, conseguirmos estimar. Mas, tranquilamente, é mais de um milhão de pessoas.

Quer dizer, a periferia hoje, na região de Sapopemba, São Mateus, etc, tem uma tipologia de habitação muito curiosa, que é do cara que mora embaixo constroi um hotel em cima, que é uma casa ilegal, mas depois a anistia regulariza, mas é uma habitação de má qualidade.

Somando essas coisas teremos pelo menos 3 a 4 milhões de pessoas em habitações subnormais e aí o enfoque da Erminia e do Nabi, de que é preciso distinguir o que é casa nova e o que é qualidade nova, o que é reforma, tivemos uma grande conquista popular agora ~~max~~que é esse programa do Fundo de Garantia que finalmente liberou uma faixa para reformas e melhorias.

Mas temos uma estimativa preliminar de uma taxa de crescimento de 1% ao ano média, para os próximos 20 a 25 anos, mais um a dois milhões de pessoas que vão crescer nesta cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 467 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-12	2	Angela	Habitação	16.11.95		

e chegaremos aí de 10 a 12 ou 13 milhões nos próximos 20 ou 25 anos, que é esse horizonte do habitat.

Como o tamanho da família tem diminuído muito, a família média em São Paulo hoje é de três e meio e tende a chegar a três, serão mais 600 a 700 mil domicílios que terão de ser construídos. Quer dizer, nos próximos 20 ou 25 anos, e esta Comissão poderá precisar a respeito dessa pergunta que a Ana Quadros fez, mas a idéia que nos dá é de que teremos de fazer uma nova São Paulo em cima de São Paulo.

Será dramático se esta Cidade se expandir para fora. Não há mais limites. Temos a Cantareira, temos as represas, temos a Serra de Cotia e temos a serra que desce para Jacareí. Essa demanda de uma nova cidade, nos próximos 25 anos, construirmos uma nova cidade que levou 400 anos para ser feita significaria investimentos de 20 a 30 bilhões de dólares.

Mas eu, repetindo um pouco o que falei na primeira vez que estive presente aqui, não digo que não é absurdo. Existem recursos para um programa de longo prazo que equacione a demanda. Vou falar rapidamente desses recursos mas, antes disso, quero deixar uma outra proposta, a de que a Câmara de São Paulo convoque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 4883 do Pac.
N.º 176 de 19 98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DICTIONÁRIO CONT. APARTE
I-12	3	Angela	Habitação	16.11.95		

a Caixa Econômica Federal; o Ortega, que é Secretário Nacional do Desenvolvimento ~~em~~ Habitação; a ABECIP, que cuida da Caderneta de Poupança; o Secretário Estadual responsável pelos recursos do ICMS do qual São Paulo tem direito a uma parte; ~~xxxxxxxxxx~~ o BIRD, que está entrando com financiamento, para, num dia inteiro de trabalho, discutir com essas agentes, porque uma parte dos recursos que esses grupos manipulam pertence a São Paulo e São Paulo tem força política acima dos interesses partidários, tem de ter força, com o apoio da mídia, da imprensa e dos segmentos populares, para dizer qual é a sua participação nesse conjunto de recursos que, como herança da ditadura, ainda são decididos em forma absolutamente centralizada e sem a participação de nós, cidadãos de São Paulo.

Acho que seria muito bonito se a Câmara de São Paulo se transformasse num lugar, ~~xxxxxxxx~~ espírito dessa Comissão, que ela convocasse essas instâncias de poder. Começa com a Brundina, um pouco já no Governo Montor, mesmo ~~xxxx~~ Governo Maluf, há o mérito de alocar uma parte dos recursos ~~em~~ do Tesouro para a habitação. Há 10 anos atrás a habitação não era uma linha do Orçamento. Se num orçamento que tende a x crescer para 4 bilhões de dólares nas próximas décadas, ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ podendo chegar a 5 bilhões de dó-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 993 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	ABRTE
I-12	4	Angela	Habitação	16.11.95				

lares como média, investimentos aí de 7 ou 8% em habitação, que é uma das primeiras prioridades, significariam investimentos de 300 ou 400 milhões de dólares do Município.

Mas o Fundo de Garantia, saneado, passados momentos depressivos como este como o que ~~estamos~~ estamos vivendo, em que os saques são grandes, pois os jornais ~~que~~ noticiaram que na semana passada os saques quase atingiram as receitas, mas é a tendência histórica, equacionada a questão tributária é desse saldo líquido crescer para valores próximos a 5 bilhões de dólares, da qual certamente São Paulo teria direito a cerca de 400 ou 500 milhões de dólares que nos pertencem, é preciso que a Câmara, é preciso que nós, cidadãos, movimentos populares, tomemos consciência de que os recursos gerados aqui nos pertencem.

Então, não se trata de discutir linhas de financiamento definidas por programas ~~existentes~~. E aí tem o mérito de uma ação que está sendo feito, de criação do fundo para que esses recursos sejam misturados com o dinheiro do Orçamento. Somando essas duas fontes de recursos nós chegamos próximos a 1 bilhão de dólares ano, ou seja, a 700 ou 1 bilhão, mas o mesmo raciocínio tem de ser feito com as cadernetas de poupança.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	46	do Proc.	48
N.º	46	de 19	95
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-13	1	Angela	Habitação	16.11.95		

Nós chegamos, na Câmara Setorial, a quase um acordo do próprio setor financeiro, que se sentiu obrigado a financiar uma parte dos recursos da poupança, financiar a habitação popular. A Raquel Volnik (?), na época, fez uma noção de que uma família de 15 salários hoje é uma família que demanda uma linha de financiamento.

Eu também me coloco à disposição para contribuir com esse "working shopping", com essa convocatória da Câmara Municipal, no sentido de subsidiar as estimativas que fizemos na Câmara Setorial, daquilo que cabe a São Paulo, daquilo que São Paulo tem direito. É algo em torno de um bilhão de dólares/ano. Se somarmos as riquezas que o povo de São Paulo produz e que cabe ao povo de São Paulo ~~amã~~ decidir o destino, pois chega dos programas serem decididos em Brasília ou, como estão sendo decididos, escandalosamente, mais burocráticos do que no tempo de Andreazza, hoje na CIB, eu proponho que a Câmara assuma esse papel, preparando o debate para as próximas eleições.

Quem sabe pode até ser desdobrado numa convocatória, posteriormente, dos candidatos para verificar os seus compromissos perante a Nação. São Paulo tem de conversar com o poder federal, o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 291 do Proc.
N.º 46 da 1ª Sessão
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I13	2	Angela	Habitação	16.11.95		

poder estadual, e tem estatutura para isso.

Por quanto tempo já falei? (Pausa.) Há 20 minutos.

Vou ver se consigo sintetizar.

Eu já deixei aqui duas ~~as~~ propostas, além da proposta muito interessante da Erminia, dessa comissão de trabalho sobre o deficit, que gostaria de propor que não fosse só sobre o deficit, mas sobre a demanda. Esta minha disposição de colocar as provas da apropriação do Projeto do Cingapura à disposição desta Casa, só peço alguma solidariedade, a proposta de que a Câmara nos organizemos um encontro com as fontes de recursos para, junto com o movimento popular, empresários, etc., discutir o que temos direito.

Quero deixar uma outra proposta e essa faria dirigida por escrito a vocês, que é a que me remete àquela janela e que me parece a questão central do debate de hoje, que acredito que o Manet vai detalhar com toda a competência dele.

A Erminia colocou bem que em São Paulo as obras estão sendo feitas nas regiões de elite: Faria Lima, Paulista, os túneis, final da Bandeirantes, mas há um fato que me ~~y~~ impressiona. Ontem, fui a uma reunião nos confins de Campo Limpo, no Jardim Guarujá, quase na divisa de Itapeverica. Passei pelo Colégio Adventista e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 492 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
113	3	Angela	Habitação	16.11.95		

ao passar pelo Colégio Adventista, perto da fronteira de Itapece-
ca e na área de mananciais, recebi ~~um~~ uns dez folhetos de prédios
de classe média, de incorporações.

Ocorreu

Hoje, em Itaquera está ocorrendo o que ~~está ocorrendo~~ no
Tatuapé há alguns anos passados. Quer dizer, na medida em que esta
Cidade, comprometida com o capital internacional, isso não podemos
negar nem vamos evitar, está sendo preparada, a impressão que dá é
que ~~a~~ população, a maioria, está sendo esmagada e não tem para on-
de ir.

Aí, me parece, ~~que~~ que é o seguinte. Nesta janela, olhan-
do aqui, temos uma série de ~~população~~ população popular que ainda mo-
ra por aqui. A lei, feita como está, ~~está sendo feita~~

~~está sendo feita, qual é o mecanismo?~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	193	do Proj.
N.º	45	de 1998
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
II4	1	Raimundo	habitação	16-11-95		

... a Lei de Zoneamento, que 80% de SP é Z-2, qual é o mecanismo, se você constroi uma torre alta e deixa mais aproveitamento você pode construir mais. Então, o preço do terreno sobe quando você ~~par~~ verticaliza. Portanto, o que acontece, o grande capital compra uma, duas, três, quatro casas, demole, constroi uma torre e as casas vizinhas vão se degradando ou nos bairros que vão se transformando vão virando comercial, botique, cabeleireiro, mas é um mecanismo... e por outro lado, caros Vereadores, a lei, sordidamento, impede que um cara na periferia construa um projetinho bem feito de 2, 3 casas no mesmo lote. Eu outro dia, fiquei muito feliz porque depois de vários anos eu conseguir fazer um projeto que achei muito bonito de 3 sobrados num lote de 5 por x 25, todos com quintã, varanda. Num lote de 10 por 25 você pode colocar 4 apartamentos belíssimos com ~~par~~ playground e que o pequeno capital pode construir, que essas 2, 3 famílias podem se juntar. Você pode ter linha de financiamento para pequenas empresas. Então, deixo essa proposta, eu encaminharei por escrito. Tenho mais ou menos uma minuta de lei, como foi a minuta de lei da desafetação para que a gente estabeleça uma guerra de brago, está bom, pode construir a torre, mas se em cada ~~par~~ casa que em SP existe hoje, nós próximos 20 anos, a gente puder transformar em 2 o problema da terra está resolvido. Agora, se as casas estiverem congeladas como estão, a população que ocupa é ilegal e só quem pode



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 444 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-14	2	Raimundo	habitação	16-11-95		

construir é o grande capital SP vai ser ~~mas~~ isso, tem uma zona degra-
dada, de repente, aparece uma torre. Agora, se nós pudermos aumentar
um pouco a densidade de toda essa cidade que está aí nós podemos recri-
á-la pela própria população que mora ou por pequenas empresas, pequenos
administradores, pelo pequeno capital.

Eu vou parar e depois, no ~~debate~~ debate, eu continuo,
só quero tocar, no debate, uma conversa com Manet (?) ontem para mim
foi muito emocionante, quer dizer, a questão que nos parece central é
o seguinte: ou SP vira, porque a elite está ocupando, a sua terra é pre-
sa, a Leste, e hoje, Itaquera já é um bairro de classe média; o Oeste
é tipicamente de classe média; as zonas periféricas estão esmagadas,
também a Norte ou então nós investigamos mecanismos de que o conjunto
desta cidade é da população trabalhadora e convivendo, rompendo, não
sei se foi a Erminia ou o Habil, acho que foi a Erminia que colocou
a segregação que a lei hoje imprime.

Uma última sugestão política, acho que nós não perce-
bemos ainda uma força; a permissão de uso ao projeto ~~de~~ Cingapura é
legítima, só que ela, eu acho que até inconstitucionalmente, leva o
o problema da posse da terra para depois, se a área vai ser desafetada
e se não for aprovada a desafetação de uma área? Os prédios já foram
construídos. Ora, o quorum para desafetar uma área por urbanização es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	46	do Rec.	8
N.º	46	de 19	8
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
114	3	Raimundo	habitação	16-11-95		

pecífica que é o que deve ~~sempre~~ acontecer na grande maioria das áreas é um quorém de ~~3/5~~ 3/5, o que exige uma conversa com outras forças de ~~opinião~~ oposição, então é preciso chamar, pelos meios legais, a uma discussão, sentar na mesa, negociar a retomada dos intirões; é preciso discutir o problema, por isso que o projeto de lei está sendo postergado para criar um fato consumado e posteriormente jogar a população contra se, eventualmente, a decisão for outra.

Fechando, acho esse trabalho que eu fui fazer ontem, é um grupo de 5 a 10 salários que tem condições, com uma pequena poupança de agregar recursos, de comprar a terra com seus próprios recursos e ontem nós ficamos muito contentes porque 80% de um grupo de 50% de ~~as~~ pessoas decidiu o seguinte: se comprar a terra, der a entrada, eles preferem a montar um alojamento, porque o aluguel é 200, 300 reais por mês; see esse aluguel que ele está pagando for pago numa poupança dá para construir sozinho, tal é o desperdício do aluguel. Imagina isso numa política de cortiços e outras coisas. O que subentende também a necessidade de SP criar o seu sistema, mal ou bem, antidemocraticamente está sendo criado o Fundao, é preciso colocar ~~que~~ a criação do Conselho Popular, mas isso nos permite também agregar, criar um sistema financeiro em SP; SP além de poder discutir com dignidade e chamar opara ~~si~~ o dinheiro que é dele ele tem condições de estabelecer um sistema



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 496 do Proc. N.º 46 de 19 85
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-155	1	raimundo	habitação	16-11-95		

habitacional próprio e é isso que me parece que tem que ser discutido para as próximas eleições. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA: ANA MARTINS - Muito obrigada. Vamos passar a palavra ao nosso último expositor, mas gostaria de dizer rapidamente que estão presentes a Associação de Vila João Canuto; a Associação de Vila Primeiro de Outubro; Instituto Polis; Associação dos Funcionários do HC; Associação Feminina de Vila Alpina, Forum dos Martirões, Conselho de Sociedades Amigas; União Popular de Mulheres; Associação dos Trabalhadores e Moradoras de Vila das Belezas; SECOVI; Pastoral da Moradia, Padre Guilherme; Sociedade Amigos de São Francisco; União Popular de Mulheres de Campo Limpo; os assessores dos gabinetes dos Vereadores Henrique Pacheco, José Mentor, ~~Antônio~~ Ana Maria Quadros, Vital Nolasco, Tereza Lajolo e Gilson Barreto.

Também temos a satisfação de ter presente entre nós a autora desse trabalho que já está iniciando uma análise sobre a crise habitacional na cidade, e a questão do mutirão, especificamente Morada do Sol, a Terezinha Trevisan, da PUC; A gente agradece a presença. No final, vamos ver, temos condições de deixar um documento por entidade, que nós multiplicamos.

Então, o nosso arquiteto e foi ~~um~~ coordenador do Pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 46 do Prog.
N.º 46 de 1995
O Eupetário COM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM APARTE
115	2	Raimundo	Habitação	16-11-95		

grama de Cortiços na Administração Democrática Popular de Luiza Erundina, Cláudio Maneti.

O SR. CLAUDIO MANETI - Deixa eu ser muito breve, acho que todas as questões já foram colocadas.

A SRA. ANA MARTINS - Nós não queremos que sacrifique o conteúdo.

O SR. CLAUDIO MANETI - Não, não, eu estava querendo fazer uma..., pegar uma discussão um pouco mais específica, já que foram colocadas & tantas questões amplas, até para preencher essa sala tão enorme e tão vazia. Antes eu queria dizer o seguinte: quando a Câmara faz isto ela volta a sua ~~gênese~~ gênese, que é ser a casa do povo. Funciona como um fórum que faz esse exercício público, de uma ação de um povo que precisa reivindicar, precisa controlar a ação pública. Vejam só que disparate, mas uma vez estamos aqui discutindo isso, como fazer para nos defender de uma ação pública bancada por nós mesmos. É muito engraçado esse papel. Então, nesse aspecto eu queria usar esse fórum para discutir algumas questões mais específicas, um pouco nessa linha do que é déficit, atrás de que número estamos indo, qual é o custo real dessas coisas todas,, quanto custa, de fato, morar? Quanto custa construir, produzir e isto, claro que é aqui em São Paulo.

Sobre esse ~~que~~ aspecto eu não queria mais discutir o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha no. 1928 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-15	3	raimundo	habitação	16-11-95		

aspecto do morar nem sob a ótica de que é uma dívida do Estado e nem sob a ótica no Estado, que é um ~~favor~~ favor do Estado. Acho que nesse aspecto a gente começa discutir que, de fato, é o custo de uma cidade. E quanto ~~que~~ custa construir casas para certas faixas de renda nesta cidade ? Nós vamos entrar, sem dúvida, no mérito, assim, dos números e como sou um arquiteto eu preciso ver a forma que esses números vão ter e não olhá-los ~~nunca~~ simplesmente como uma tabela, como uma conta. Mesmo a discussão de economia que a gente vem tentando discutir aí há um certo tempo, a coisa da economia urbana, hoje se falou é mais barato se construir no centro para faixa de renda, porque você não tem todo um custo residual direto, indireto de infra-estrutura e super-estrutura. Isso é verdade ou é mentira ? A gente tem uma sensação que isso é verdade, mas a gente nunca checkou, de fato, esses números, as escolas nunca investiram nisso como uma forma de conhecimento; os grupos políticos sempre raspam nisso como uma verdade, um dogma, mas nunca investigaram isso profundamente. Nós não temos autores que digam

~~que é realmente o custo da infra-estrutura~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 199 do Proc.
N.º 146 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	1	dalva	Habitação	16.11.95		

... qual é realmente o custo da infraestrutura instalada ~~em~~ e distribuído numa cidade como a de São Paulo? Quanto custa de ~~o~~ fato levar ônibus lá? Quanto custa o impacto de um projeto público em ~~as~~ áreas privadas? Essa coisa de uma mais valia gerada a partir desses projetos. Quem fica com esses lucros? Quem fica com esse super lucro? A gente não conseguiu até hoje dimensionar claramente isso, isso ser objeto concreto de uma discussão. Então já que nós estamos quase transformando essa Comissão numa CPI, eu acho que a gente deve começar a investigar melhor de que números nós estamos falando. Eu acho que é um grande salto passarmos a essa discussão do deficit para a demanda. Eu também queria muito discutir isso. Isso é um outro aspecto. O outro é que eu não consigo ver, como é que a gente vai conseguir contemplar tantas famílias numa ~~uma~~ estrutura como a de São Paulo, e de que forma isso vai desenhar como cidade final de São Paulo. E que São Paulo é essa que nós estamos falando? Eu acho que existe um espaço urbano, uma Cidade de São Paulo, de fato, onde os recursos estão sendo jogados, isso já foi discutido aqui, e é nitido, é só ~~pegar~~ pegar a planta de São Paulo, ~~marcar~~ marcar todas as obras como a Brminia falsou, nós vamos ter o ~~quadro~~ quadro, o recorte de São Paulo, que nós estamos falando, para quem é essa Cidade? Que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

N.º 500 do 1.º
Vol. 46 de 1995
O Funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
119	2	dal a	Habiração	16.11.95		

cenário é esse? Quais são os agentes que vão usufruir dessa Cidade? Isso a gente não pode ter como perspectiva de vista, se não nós vamos estar sendo muito ~~ingênuos~~ ingênuos nessa nossa discussão. Que Poder Público é esse que serve a isso? Há sempre por trás disso, por mais que nós ~~queremos~~ queiramos discutir aspectos públicos, há sempre uma discussão ideológica de quem produz. Então nós não podemos perder isso de vista, e qual é a demanda que nós queremos pegar? Em que tempo para fazer o que aqui dentro? Desde de 89 quando a gente iniciou um programa na região central de São Paulo fixação de famílias de baixa renda numa região historicamente conhecida como expulsadora dessas famílias cujo o custo do solo urbano é muito mais alto, do que o solo de periferia, onde tivemos que encontrar mecanismos públicos, para justificar, fixar essas famílias ali dentro. Foi um grande desafio, contando inclusive com o contra pé das ~~estruturas~~ estruturas públicas, ~~na~~ oficialmente conhecidas como Tribunal de Contas, a própria Câmara na época constituir, a própria visão do Estado, que estado é esse? É Estado privado? É o Estado que atende os anseios privados? Que visão pública é essa que nós estamos querendo pegar? Qual ~~na~~ é o aspecto público



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 591 do Proc.
N.º 46 de 1995
C. Funcionário: GONÇALVES

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário
119	2	dafua	Habitação	16.11.95		

que o Estado precisa ter? De onde vem os recursos? Quais são os agentes? Quem são os agentes que vão produzir isso? As casas que vão produzir a cidade? Eu acho que um grandesaíto que a gente deu, na verdade não foi só para provar que era possível fixar famílias de baixa renda no cCentro. Mas o salto era de que se podia gerar uma economia a partir disso, e não mais entendermos que a economia é uma conta de mais e de menos, que alguém desembolsa e outro gasta, ou não pode pagar, que toda ação gerada numa estrutura econômica gera economia. E alguém detém esse lucro. Então essa é uma outra conversa para ver o seguinte: tem recursos para fazer tantas casas em São Paulo? Mas de quem é essa responsabilidade de fazer? Me parece que com a faixa de renda algumas famílias podem fazer. Mas é de responsabilidades delas? Ou do Estado? De quem é a responsabilidade? Eu estou muito afim há dois anos mais ou menos, a desmascarar, a desmistificar algumas discussões, e não partir de pressupostos prontos já. Eu acho que a hora que a gente começar a ver essa coisa toda dentro de um outro aspecto do ponto de vista da investigação, a gente vai começar a entrar um pouco mais no mérito do processo de produção da Cidade, não só do ponto de vista, do processo de pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 502 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	4	dalva	Habitação	16.11.95		

dução da unidade habitacional. Eu acho que vai ser um grande salto para os grupos políticos na hora em que ele comecem a reivindicar as entidades, e não mais sua própria unidade, mesmo que tenha uma pequena praça perto, uma creche, ou um centro comunitário. Isso é muito pouco. Isso não é uma cidade. Isso não garante o direito a Cidade. Isso não é reforma urbana coisa nenhuma. Isso é apenas uma medida paliativa de segurar num processo de luta histórico rico algumas famílias, em algum lugar, por algum tempo. Na hora que a gente der esse salto qualitativo dessa discussão, nós vamos começar a avançar, vamos começar a pegar os números corretos, nós vamos saber discutir uma outra questão dentro do cerne político da produção da Cidade como uma ação do Estado, que perfil ele terá, e não uma meia dúzia de frases prontas que a gente defende ou ataca. Então eu só queria dizer o seguinte: eu acho que, ou a gente se organiza de fato com bases claras nas mãos, com dados que esclareçam de fato isso, sem essa conversa do bem ou do mau, uma conversa que não é somente técnica, mas sócio política, é econômica também, nós precisamos acessar essa discussão, nós não podemos rastejar por ela, nós

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 503 do Proc. N.º 46 de 1985
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
<u>119</u> 1		dalva	Habitação	16.11.95		

precisamos ter claro, quais são os gentes que vão produzir essa cidade, nós fazemos parte dela? Q_uantas essa cidade comporta isso? Q_uem são os responsáveis por isso? E que tempo eis o vai se fazer, e vai se decantar como uma cidade de todos, embora sem uma ilusão ingênua que ela será igualitária? Ela sempre será diferente e de em-bate entre classes. Ela expressa isso desde a ~~su~~ sua história, desde de sua origem, desde ~~qu~~ quando o homem é homem. Não vai ser num estalo de dedos que nós vamos começar a mudar o estado de coisa dessa maneira. Está colocado na mesa, uma briga, uma batalha muito clara, que é cessar ou não este grande Universo Econômico sobre tudo que está colocado. ■ (Palmas)

A SRA. ROSANA MIRANDA - Como o debate

levou para algumas questões ~~mais~~ mais gerais, sobre a questão do debate da Cidade, eu vou tentar relacionar essa coisa com algumas realidades específicas que estavam previstas no debate de hoje, e que eu acho importante a gente estar documentando a nível da comissão. Primeiro é a questão do projeto de favelas para Cidade, o que significa isso? ~~xxx~~ Nos temos um projeto em adnamento, tenho ~~xxx~~ experiências anteriores, tem a questão do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	504	de	Proc.
N.º	46	de	95
O Funcionário			
COM. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
I20	2	dala	Habitação	22.16.11.95		

do ~~XXXXXXXX~~ que foi o consenso possível em 1990, o que a é a conjun-
tura nessa Câmara, inclusive, não permitiu que se aprovasse o pro-
jeto de desafetação das áreas municipais, para urbanização, então eu
queria resgatar um pouquinho isso, ~~XXXXXXXX~~ porque foi um debate m-
uito intenso, houve mobilização da população, houve um vai e vem
entre as bancadas dos Srs. Vereadores aqui na Câmara, então é preci-
so que isso seja resgatado, enquanto história, que não é um passado
tão ~~XXXXXXXX~~ lânginquo, foi em 1990 esse debate, onde existe uma
tendência de quando o Poder Executivo assume, apaga aquilo que foi
avanço das realizações, como se isso fosse só as propriedades da
Gestão Municipal. Mas não é. Todo esse debate foi uma conquista pú-
blica do Movimento Popular, então acho que tem alguns princípios que
estavam colocados ~~XX~~ naquele projeto, primeiro que era tratar a ques-
tão das favelas no conjunto da cidade, já que existe essa realidade
de 1 milhão 800 mil habitantes morando em favelas, é importante que
não se trate essa questão como se fossem projetos pontuais, que eu
faço meia dúzia de prédios em algumas avenidas da Cida e e o res-
tante ficam olhando para a televisão e ~~banbando~~ e sonhando que um
dia sua favela vai se transformar num passe de magia/ça naquele con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 505 do Proc.
N.º 416 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I20	3	dalva	Habitação	16.11.95		

junto habitacional de predinhos. Então ^{isso} eu acho que é importante é uma visão diferente que o movimento popular acumulou de que se tivesse uma ⁷proposta global para a cidade. Uma proposta que tratasse as favelas no seu ~~contexto~~ conjunto que garantisse algumas coisas no mínimo. Primeiro tratar o favelado não como invasor de áreas municipais, mas como cidadão digno trabalhador, tem direito a moradia e que não tem acesso a uma moradia digna, simplesmente porque o mercado não permite, e ele não tem renda para ter acesso a essa moradia. Então é por isso que o povo mora em favela. Não tem outra razão, seja estratosférica, ou de grupos organizados políticos. A questão é econômica e da ~~ma~~ condição de vida. Então se isso se agravou e nós estamos chegando há 2 milhões, é mais um motivo para ser tratado como uma questão social ~~mais~~ mais ampla do que simplesmente projetos localizados. Essa é a ~~primeira~~ primeira questão. A segunda questão é que tinha um princípio básico, então já que não se trata mais como um invasor, ou como uma pessoa ou famílias que estão em situação irregular, é respeitar essa condição e não por mais... tratar mais como caso de polícia, esse era o princípio que deseja que se trata, também as ocupações de terra na Cidade. Isso é uma



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
I20	4	d lva	Habitação	16.11.95		

necessidade do povo, foi a estratégia de sobrevivência e de encontrar moradia. Então é dessa maneira que o movimento popular quer que seja encarado o problema e por isso teria que se ~~gar~~ garantir num primeiro momento o respeito, acesso a terra para que se estabilizasse a situação no sentido de que essas famílias não seriam despejadas ~~da~~ das áreas ~~defavéliz~~ de favelas, e posteriormente a cada gestão fosse fazendo um plano para urbanização dessas áreas. Então o plano da desafetação das áreas, nada mais do que isso, primeiro segura uma ~~xxx~~ situação não tem mais despesa na Cidade, por parte do Poder Público, em vez de estar produzindo moradia, está ~~xxx~~ despejando famílias, que é uma prática que nós estamos vendo hoje nos conjuntos da COHAB, nas áreas desocupadas, não só pelos comerciantes, mas pelos ocupantes também, mas se tivesse uma outra postura? Então eu acho ~~xxxxxxxx~~ essas duas questões básicas, eram os princípios que estavam colocados naquela negociação, além disso, a questão de gradativamente ~~fosse~~ se ~~x~~ transformando as favelas em bairros, inserindo essas favelas dentro do conjunto das áreas dos bairros vizinhos, inclusive para acabar com essa visão discriminatória, porque a criança da favela é a mesma do bairro, do outro lado da rua

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 507 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
120	5	Dalva	Habitação	16.11.95		

que vai na escola pública, estadual, municipal e creche. Então
essa integração e a recuperação das áreas de favelas na ~~inserção~~
inserção dentro dos bairros, eram os objetivos principal do movi-
mento favelas. Então queria só deixar registrado que isso é uma ~~coisa~~
coisa que difere totalmente de como a prefeitura vem conduzindo
~~essa questão~~ ~~[assinatura]~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	508	do	Proc.
N.º	46	de	1995
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 21/8	1	ant.	com.	16.11.96		

do projeto Cingapura que acho que eram 3 princípios básicos amplamente debatidos e até os substitutivos apresentados na Câmara foram apresentados até pelos vereadores da situação e mesmo assim foi rompido quando a atual Administração assumiu. Outra questão é essa problemática dos cortiços na cidade. Na gestão passada houve um avanço no sentido de abrir esse programa de cortiço, porque é uma população que vivem em condições às vezes muito mais precárias do que as áreas de favelas. A gente brincava que a população dorme com a luz acesa nos cortiços porque a gente não sabe se morre de incêndio, pela precariedade da madeira, pela carga dos rabichos da rede elétrica ou se as crianças morrem comidas pelos ratos. O povo dorme com a luz acesa para os ratos não chegarem perto das crianças. A gente não sabia o que era pior nessa situação. Os dados que se tinham era que a população favelada chegava a 3 milhões de habitantes, isso era baseado em estatísticas ligadas a áreas construídas, não é um dado absurdo, porque era baseado no aumento da população dos distritos da área central na década de 80, 70, sem ter havido aumento das áreas construídas. Isso mostrava que os imóveis estavam sendo adensados e existia uma realidade de aumento da população e cruzando com os dados que se tinha da população de baixa renda, mostrava que era uma população encurtada. Essa realidade do cortiço da periferia, há 10 anos, já se identificava que os cortiços estavam pela cidade inteira, nesses bairros vizinhos da área central, Jabaquara, Vila Maria e também na periferia. A gente tem estatística de qual era a porcentagem da distribuição dessa população. Claro que na área central, nesses bairros mais conhecidos e mais antigos, a realidade da gravidade da situação era maior. Quantitativamente era maior nos bairros vizinhos, mas na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 509 do Proc.
N.º 46 do 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	SECRETÁRIO
21/2	2	ant.	com.	16.11		

região da Barra Funda, Moóca, Bras, essa realidade dos cortiços é uma coisa importante e nunca houve um programa público que tratasse isso antes da gestão Erundina, que tinha alguns princípios que era a garantia à moradia também na área central. Essa questão do custo, é porque a gente fazia uma conta o seguinte, o que custa hoje levar um conjunto habitacional na periferia, chegava subsídio de 70,80% para você levar estrutura no custo daquela habitação, a infra-estrutura não era computada no custo dos financiamentos. Quando a gente fazia as contas do que custava o terreno na central, as coisas até se equivaliam. Conheço um conjunto da CDHU, no bairro dos Pimentas, em Guarulhos, que foi construído há mais de 4 anos e não tem água ainda, o poço é artesiano. O Estado constrói uma área de quase um milhão de metros quadrados, em Guarulhos, e ainda não tem rede de infra-estrutura e essas famílias vão estar pagando prestação, vão entrar no sistema de financiamento. Esse problema da infra-estrutura precisa ser enfrentado e quando a gente fala em área central, ela está toda consolidada, existe rede de água, esgoto. Existem esses imóveis antigos e o que está acontecendo hoje? Quando se cria essa associação do centro existe um objetivo de retomar o centro porque está degradado por conta da existência dos cortiços e hoje os setores imobiliários está precisando voltar para a área central porque também para eles ficou caro se deslocar pela cidade, pela falta de um sistema viário e um transporte adequado, o trânsito está muito caótico, quem tem um carro prefere se deslocar do que pegar qualquer transporte coletivo que está extremamente degradado. Para eles é importante recuperar esse setor da área central para construir novos imóveis e recuperar o centro que está se degradando. Essa luta pelo espaço urbano é uma coisa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 510
N.º 46 de 10 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
121/2	3	ant.	com.	16.11		

importante. Esse princípio de recuperação das áreas para ter habitação para moradores de cortiço, na verdade, é onde ~~mais~~ construir mais moradia e aproveitar espaços já existentes. Dentro dessa questão do potencial de áreas para construir, existem os imóveis públicos. A CDHU está começando a levantar quais são esses imóveis, da Eletropaulo, Sabesp, enfim, todos que estão ociosos e que poderiam estar sendo canalizados para construção de interesse social, lógico que com programa misto que tenha área para escritório, equipamentos. O importante é que é uma nova postura que se coloca de utilização do espaço urbano naquilo que ele já construiu que essa infra-estrutura da cidade é um esforço coletivo e de como isso vai sendo apropriado. Essa questão que está sendo colocada quando a gente se preocupa com a população moradora de cortiços, favelas, que moram nessa situação precária. Não é só pensar em construir grandes conjuntos na periferia, que tem um custo social imenso, não só para a população, mas também para o dinheiro público, mas ter um novo conceito de cidadania do uso da cidade, porque a questão do transporte é fundamental e do saneamento básico também.

A SRª. ANA MARTINS - O início da urbanização de favela em São Paulo começou em 77, 78, quando os favelados passaram a se organizar e sabemos que conquistaram água, ~~há~~ luz. Em 83 começaram alguns projetos de urbanização de favelas. De lá para cá houve também aqui na Câmara algumas tentativas para garantir a desafetação e regularização. Sabemos que Campinas, e outros municípios iniciaram a reurbanização de favelas há mais de 10 anos. A cidade de São Paulo que é a maior e tem maior número de urbanistas, técnicos e a prefeitura mais rica do Brasil ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 511 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
21/2	4	ant.	com.	16.11		

não tem uma lei que regularize, desafete e urbanize as favelas. Isso tem que ser parte de estudo e aprofundamento da Comissão porque depois que Maluf recolheu o projeto de lei que estava na Câmara, o vazio está criado porque o projeto Cingapura não faz parte de um projeto global e dentro de um plano para urbanizar e regularizar as favelas. Ele é pontual, tem 1ª, 2ª e 3ª etapas mas não vai atingir mais do que 20% das favelas.

PADRE GUIMHERME - Peço desculpa por ter que ficar na frente, mas é que tenho que sair mais cedo. Mas, é sobre o BID, foi citado esse investimento. Então tive oportunidade de visitar o BID e fiquei informado e em contato com o pessoal, e tenho informação de que tem o PROCAV 2, que já foi assinado o convênio com a administração atual, dia 11 de janeiro deste ano, no montante de 350 milhões de dólares que é um projeto de canalização de córregos mas que implica na remoção de quase 4 mil famílias de favelados à beira desses córregos e 35 milhões esta destinado à construção de habitação popular em três lugares na cidade e já está dentro do orçamento de 96 como operação de crédito externo. O que talvez seja tão conhecido é que esse projeto original de PROCAV era da administração anterior e me disseram que foi bastante modificado pela atual administração, manteve o mesmo nome, mas o original do PT tinha uma dimensão ambiental muito acentuada, a beira dos córregos seria área verde, plantação de árvores para ajudar a absorção, porque jogar mais águas nos córregos vai aumentar a possibilidade de enchentes. Isso foi transformado, não tem essas áreas verdes, mas tem ruas, avenidas, tudo para convencer as empreiteiras para entrarem nisso e reduzir a capacidade de absorção das águas pluviais. Foi modificado para pior pela adminis-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
21/22	5	ant.	com.			

tração atual. Segundo, com o BID tem uma proposta de assinar este ano um contrato para o projeto Singapura, acho que entre 100, 150 milhões de dólares.

Quero aproveitar para falar uma coisa sobre as remoções das favelas. Tenho mais experiência com o pessoal de Milton Tavares que fica perto do Pq. Novo Mundo, na Marginal Tietê

~~a sua foi a primeira grande remoção feita~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 513 do Proc. N.º 112 de 1995
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I23	1	emira	habitação	16.11.95		

e que foi a primeira grande remoção agora, uma das primeiras, com bastante violência, dia 18 de agosto deste ano, o pessoal fechou a Marginal por 3 dias, e causou um grande transtorno, e só metade foram tirados na primeira leva, foram levados para o Pelezão, naquela situação terrível da Lapa, ficaram 5 semanas lá, todo mundo amontoado numa quadra de basquete, com divisórias, lençóis e móveis, e finalmente foram levados para Itaquera. Só a violência contra as famílias que mesmo sendo trabalhadores pobres, têm seus filhos no Parque Novo Mundo. Foram jogados para a Lapa, e mediatamente depois para Itaquera, quer dizer, a vida deles está um caos.

E além das marginais, também tem no centro, Glicério foi um pouco depois, e também na av. 23 de Maio, muito visível. O critério principal foi a visibilidade, está claro, e comprovado no caso de Milton Tavares, porque a segunda leva eles ameaçaram, tirando o primeiro grupo de cem famílias, ameaçaram imediatamente na semana seguinte de tirar outros cem. Não voltaram imediatamente, mas um mês depois, só que não tiraram o pessoal debaixo da ponte, que a desculpa era o perigo. Mas aquelas outras na beira do marginal, quer dizer, mais visíveis. Então, para mim, o critério foi a visibilidade, esconder a pobreza, limpar a cidade é outro lado do Cingapura, o marketing, fazer a limpeza no centro e nas marginais, onde a classe média passa com seus carros indo para o aeroporto, voltando, e mostrar, por outro lado, que as avenidas tem grande solução: apartamentos para os favelados.

Terminando, quero dizer uma palavra sobre os cortiços, que está sendo pensado, além porque no município não tem nada para cor-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 514 do Proc.
N.º 48 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
I23	2	emira	habitação	16.11.95		

tiços. Faz 3 anos e não vai sair nada porque 96 é a mesma coisa, corta tudo. Esta população, seja 1 milhão, 2 ou 3 milhões, é muito grande e estão sendo tratados como zero à esquerda.

No Estado não é muito melhor, não tem grandes coisas projetadas. Só que estão pensando, ainda está na fase de discussão, de idéias, de inaugurar ainda este ano ou ano que vem um tal de fórum da cidadania, que seria muito amplo, sobre os problemas chaves da cidadania da população em geral. E o primeiro vai ser sobre os cortiços. Lógico, é só uma discussão. Mas, a idéia é de criar um espaço como este aqui, a nível do Estado, com vários representantes do Estado, com diretores de Sabesp, Eletropaulo, etc., junto com grupos ou representantes da sociedade civil, de usuários, os próprios moradores de cortiços, como universidades, ong, pastoral, e outros grupos que tenham contato com os cortiços. Então, podia ser, não estou dizendo que vai ser, mas poderia ser um espaço interessante do poder público ouvir diretamente, sem burocracia terrível, os problemas e até propostas de solução. Lógico que tem que passar pela Assembleia Legislativa, mas é uma idéia que está sendo amadurecida. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada, Padre Guilherme,
Vereador Vital Nolasco.

O SR. VITAL NOLASCO - Acompanhando os depoimentos e debates, me chama a atenção, até pelo que a Sra. Maria estava colocando, de que é notório, dentro da realidade do País, é o empobrecimento do povo a cada dia que passa. Os trabalhadores ficam mais pobres, devido a essa política salarial adotada, hoje a participação dos salários na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 515 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
I23	3	emira	habitação	16.11.95	vital	

renda nacional, ela que já foi em torno de 60, 65%, hoje não chega a 30% da renda nacional, a participação dos salários. E, acrescido a isso, o problema do desemprego. Cada vez mais, com a implantação desse projeto, um número maior de pessoas vão ficando desempregadas. ~~Na~~

Nesta semana há uma estatística da Fiesp que dá conta de que nos últimos 5 anos se perdeu cerca de 630 mil empregos, só na construção civil. Foram fechadas. E uma quantidade de 440 mil vagas na indústria, fora o setor de serviços. Então, o que me leva a concluir que na realidade, se somando à crise ~~na~~ que o Estado brasileiro vive, de fato e real, como também a própria crise devido ao modelo. Existe uma política que está sucateando, desmontando o Estado brasileiro. Então, a capacidade também de investimento do Estado fica muito reduzida. Um exemplo, hoje o saque do Fundo de Garantia quase que se equivale aos depósitos. E a perdurar essa situação, daqui a alguns anos, não sei como o governo ~~é~~ vai arrumar dinheiro para poder fazer frente ao saque do Fundo de Garantia, que não tem, sabemos que não existe esse dinheiro.

O que existe são papéis que...

Então, estou colocando estes dados, porque no meu entender acho que é importante discutir políticas públicas, e com relação à favela, quais as políticas que podem minorar o problema, mas acho que, acima de tudo, temos que tomar consciência que a continuar essa orientação de política econômica no País, por mais programa que tenhamos, não vamos resolver e conseguir ~~enfrentar~~ o problema da habitação, e nenhum programa social no Brasil. Porque a tendência é o aumento do problema. Os dados da população favelada quase que triplicou nos últimos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 516 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. ZAPARTE
I24	14	emira	habitação	16.11.95	vital	

anos. E a tendência é aumentar em função da crise.

Quando pego o orçamento da prefeitura de São Paulo, que tem um orçamento de 5 trilhões de reais, em que 70% desse orçamento já é comprometido com a manutenção da cidade, com aquilo que a prefeitura tem de gastar: servidores, e tal. Sobrariam em torno de 1.5 milhão para investimentos. Se a prefeitura usasse todo esse dinheiro para investir em moradia popular, assim mesmo não daria, ~~para~~ e levariam 10 anos para poder atender à demanda. Então, estou colocando esses problemas para que tomemos consciência de que é tarefa também nossa, ao discutir os problemas da cidade, pensar que é necessário que se discuta que ligados aos problemas que vivemos na cidade, há um problema mais geral que é o problema de que rumo, de que caminho, de que proposta política as classes dominantes, as elites do Brasil estão propondo para o nosso país. Hoje não é mais projeto das elites do Brasil ter um projeto que leve em conta a população, o povo brasileiro. Muito pelo contrário, eles têm um projeto que atrela o Brasil aos interesses do grande capital financeiro. E eles enquanto classe social, querem ver como se locupletam, como tiram proveito desse atrelamento em nosso país. Apesar de que acho, como movimento popular, devemos estar conscientes e mobilizando a população e nos organizando que é para exigir desse governo, de que de fato invista nas questões sociais. O Brasil hoje tem dinheiro para salvar o sistema bancário, o governo federal injetou dinheiro no Banco Econômico, e faz-se hoje uma medida provisória, que deve estar sendo aprovada amanhã de permitir fusão de bancos, para poder favorecer o sistema financeiro. E para socorrer determinadas instituições financeiros, que devido à política econômica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 517 do Proc.
N.º 40517 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
124	2	emira	habitação	16.11.95	vital	

estariam perto da falência. E faz-se uma medida providória para poder injetar dinheiro e rotejar o sistema financeiro. E não se toma nenhuma medida para atender aos interesses sociais, aqueles programas sociais que são ...

É mais uma colocação nesse sentido, para chamar a atenção, que embora eu pense que é necessário, importante a gente estar preocupado em levantar políticas públicas, mas para não criar uma expectativa de que é possível, a nível do Estado, ou mesmo do município, sem que haja uma reorientação na política global do nosso país, a gente enfrentar e resolver os problemas sociais na cidade de São Paulo.

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada, Vital Nolasco.

Companheiros, estamos começando um pouco tarde e os temas são bastante complexos. Estão exigindo um estudo, uma análise um aprofundamento de todos nós, e eu queria dizer que nós, da próxima vez, vamos começar às 9 horas, porque o CDH virá expor os seus programas, que deveriam ser colocados hoje. Nós estamos interessados em debater com o CDH os programas, porque uma porcentagem dos programas são na cidade de São Paulo, e eu gostaria de levantar que esta Comissão tem um limite de tempo, e também de período. Então, ela terá mais 3 sessões. É possível nós amadurecermos as pendências graves que vão sendo levantadas, e que a gente pense, até fevereiro, uma vez por mês. Por exemplo, essa proposta do Calazans, ela é interessante, que os agentes financeiros sejam convocados para apresentar como é que anda a questão dos financiamentos e que se prepare alguma coisa mais consistente. Então, queríamos uma parceria, uma ajuda com os especialistas, com as lideranças, para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 518 de 1995
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I24	3	emira	habitação	16.11.95	ana	

a gente pensar de que esta comissão só fique levantando as coisas e não dar em nada. Isso não depende só de uma pessoa, só de um movimento, sabemos que as ações, para terem fruto, precisam ser muito coletivas, precisam ter o respaldo do movimento popular. Então, queria que duas questões fossem fechadas aqui. Fazer já um requerimento ao BID cobrando a questão de assentar as famílias, que eles estão despejando, por conta de Cingapura, e mesmo esses alojamentos que Cingapura está fazendo, vimos lá, alojou, e no dia em fomos lá, quando já tem mais de cem famílias morando, esses que estavam no alojamento provisório, começaram a ser cadastrados. Olha que absurdo, ~~o BID, como é que~~

~~está fazendo isso mesmo, o BID, em nome da comissão, pagando a~~

~~conta do alojamento ao BID, em nome da comissão, pagando a~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 549 do Proc. N.º 416 de 1995
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I25	1	valéria	ce habitação	16.11.95		

Se é exigência do BID, como é que está isso? Nós mesmos constatamos como está isso lá. Então, que nós mandássemos um requerimento ao BID, em nome da Comissão, pegamos a assinatura de todos os Vereadores, e questiona do essa questão e pedindo dados. E que também enviemos ao Tribunal de Contas ofício solicitando cópia das auditorias sobre os mutirões que a Hermínia Maricato fez referência. E que vamos vendo algumas ações já possíveis e que também vá se pensando nessa complexidade de problemas, como faríamos esse encaminhamento coletivo.

Não acredito, viu companheiros, é uma grande ilusão que muitos Vereadores ainda têm de que ações isoladas tragam grande efeito. Não trazem. Tanto é verdade que inúmeros problemas que os mutirões tiveram nesses 6 anos as consequências foram sofridas pela população de São Paulo e pelos participantes dos mutirões e entidades. E olha que o Fórum de Mutirões e outras entidades se mexeram, mas não houve ações coletivas aqui na Câmara. E é muito difícil ganhar, mesmo ações coletivas. Acho que temos de aprender com as experiências. No Parlamento existe uma grande disputa porque há problema da reeleição depois. Isso não pode prevalecer sobre a causa maior que são as questões da população. Então, acho que pouco a pouco vamos amadurecendo tudo isso.

Dou a palavra final ao Manetti e Calazans.

O SR. MANETTI - Eu acho que isso que você estava dizendo agora, Ana, está certo, devemos manter essas coisas vivas e fazer as coisas de fato. Acho que é um grande passo. Precisamos escolher bem o que devemos fazer agora. Acho que os dois pontos que você levantou são importantes e quero ver alguns produtos muito concretos disso tudo que estamos discutindo. Parece-me que há outros assuntos que vêm sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 520 do livro
N.º 46 de 1998
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	CONT. APARTE
I 25	2	valeria	ce haabita	ão 16.11.95		

discutidos. Deve surgir aí um livro com uma série de temas e assuntos que devemos ver como vamos difundir e divulgar. Quero, inclusive, lavar isso para as escolas de Arquitetura, para que não saiam os profissionais sem essa visão de quem realmente faz a cidade.

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada. Obrigada pela colaboração que você veio dar hoje e contamos com sua ajuda também para o documento.

O SR. CALAZANS - Ana, uma pergunta até que eu faço, sei que é uma prática do Congresso Nacional e não sei se na Câmara seria possível, o desdobramento desta Comissão. Hoje a Hermínia sugeriu a questão do déficit, o Manetti e eu acrescentamos a questão da demanda, ma penso na constituição de um grupo de trabalho com técnicos de fora e dentro da Câmara que aprofundassem as questões debatidas e que pudessem voltar para um fórum político, como você falou. Quer dizer, a instalação de grupos de trabalho, sistemáticos, aprofundando tanto a questão da demanda como uma série de outros que foram discutidos aqui. Acho que isso seria muito interessante. Esse debate com os agentes não só financeiros, mas políticos, me parece fundamental, talvez realmente melhor no começo da próxima Legislatura, como você falou. Antes de agradecer, quero deixar duas colocações. A minha alegria de ver o projeto de lei da desafetação, do qual eu participei, aqui na Câmara. Acho que é necessário discutir um pouco os poderes de barganha da obrigatoriedade do Governo da Município ter de desafetar, ela não pode jogar isso com a barriga, ela está construindo nas áreas que são livres. Acho que há uma discussão interessante aí e uma última sugestão bem pequena: a Favela do Córrego Espraaiadas foi inaugurado esses dias um trecho da avenida

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 25	3	valéria	ce habitação	16.11.95		

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigado, Calazans, o programa de visitas amanhã, às 9h nos encontramos na Av. Celso Garcia, 816.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º [522] do Proc.

N.º 46 de 19 95

O Funcionário

CONF. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
I26	1	Norma	Com. Est. Habit.	16.11.95		

e depois é Miguel Ackel, na Avenida Serra Queimada, 800, e terceiro Baltazar Sisneiro, Rua Odin, 296, Guaianases, Jardim Aurora, e no mesmo lugar, Parque das Andorinhas, Rua Odin, 296.

Então nós vamos pegar um de cortiço, um que é próximo ao Jardim Robru, e dois em Guaianases, e gostaríamos de convidar os que se interessassem.

Indagamos se o Vereador Vital Nolasco tem algo a dizer. --
(pausa) -- Não.

Antes de encerrar desejamos avisar que o Forum dos Mutirões está convocando um ato que começa às 9:00 h, dia 23, na Praça da Sé. Solicitamos a todos que avisem aos demais participantes dos movimentos.

Agradecemos a participação de todos, e até o próximo dia 23, às 9:00 horas.

* * * *



Câmara Municipal de São Paulo

RECEBIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Folha n.º	523	do Pres.
N.º	46	de 19 95
O Funcionário	<i>[Signature]</i>	

Reunião dia 23.11.95 - 9:00 horas -salão Nobre

Vereadores:

Ana Maria Quadros

Ana Maria RF 27046

H. Pacheco

H. Pacheco 22306

Z. Pires

Z. Pires F. Correia Silva

J. Viviane Ferraz

J. Viviane

Vital Nolasco

Vital Nolasco 22828

Eder Jofre

Eder Jofre

Adriano Diogo

Adriano Diogo

229 2433
pedro Paulo Sergio Santos 3222 R/3/2
Cristina Gestam 851 2022 R/271
Vania M. Ribeiro / CAS 4 572.7225)
SUZANA PASTERNAK Con L.
ZANATI 2513422 R/245
= 8156661 (PAX)

ATL 2381410
— 2112

THO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 534 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	BRADOR	FORA APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

Comissão Especial de Estudos da Habitação.

Presidente: Sra. Vereadora Ana Martins

Membros : Srs. Vereadores
José Viviani Ferraz
Zenas Pires
Ana Maria Quadros
Vital Nolasco
Henrique Pacheco
Eder Jofre

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo,
em 23 de novembro de 1995.**

Solicitante: Sra. Vereadora Ana Martins
(Memo nº 02/95 -C.T./C.E.).

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 325 de 19 de 95
N.º 46
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
T09	1	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Damos início a mais uma reunião da Comissão de Estudos sobre Habitação. Para compor a mesa vamos chamar o Pedro Paulo, do Sead, o Edson Marques, do CDHU, com os acompanhantes do CDHU, Vânia M Moura, Marita do CDH. Não sei se estou esquecendo de chamar mais algum convidado para o dia de hoje. Chamo o Sr. Renato Daldi, do CDHU.

Cumprimento a todos em nome ~~mx~~ dos Vereadores da Câmara Municipal. Chamo todos os participantes da Comissão, agradecendo a presença, e convidando para fazer parte da mesa. Também quero dizer que a Vereadora Ana Martins, que é presidente ~~mx~~ desta ~~mx~~ Comissão pede desculpas porque ela está ainda ~~mx~~ presa no trânsito. Então vamos começar a reunião porque 35 minutos de ~~mx~~ atraso seria um desrespeito a todos os convidados, tanto aos integrantes da mesa como àqueles participantes do plenário. Os outros Vereadores que ainda não estão aqui deverão brevemente chegar, como o Vereador Henrique Pacheco.

Tem a palavra a Sra. Marita, do CDHU.

A SRA. MARITA - Eu vou tentar ~~exp~~ quais são as principais linhas de ação da CDHU, bem como os programas que ela vem desenvolvendo dentro dessa linha de ação.

A primeira linha de ação da CDHU é a produção de conjuntos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 4526 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T09	2	Marcelo	C.E.Habitação	23.11.95		

habitacionais através da empreitada global. Essa linha de ação é, sem dúvida nenhuma, a mais tradicional do CDHU e ela predominou ao longo de todas as políticas desenvolvidas pelo Governo do Estado. Essa linha de ação, na verdade, é através dela que se constroem conjuntos habitacionais perante a contratação por empreitada global sobre terrenos do patrimônio da CDHU, adquiridos através de desapropriação, no caso da região metropolitana e através de doação de prefeituras municipais do interior do Estado.

Esse tipo de produção, ou essa forma de produção está destinadas aos setores sociais com rendimento familiar entre um e dez salários mínimos.

Eu diria que com exceção do período 84 a 86 essa modalidade de produção representou desde 1967 a principal forma de atuação do Governo do Estado na habitação. Mas foi justamente a partir de 1990, com aprovação da legislação que se destinou o aumento de 1% da alíquota do ICMS à produção de habitação de interesse social, é que a produção de conjuntos habitacionais através da empreitada global assumiu uma escala bastante significativa. Os programas conhecidos a nível de Estado de São Paulo como FH3 e FH4, foram lançados em 1990 e 1992, respectivamente, eles responderam até o momento pela produção de 151.450 unidades habita-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 527 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
T09	3	Marcelo	C.E. abitação	23.11.95		

cionais, sendo que x dessas 48 mil encontram-se em andame to e 103.400 já foram concluídas e entregues.

Esse volume de produção que foi iniciada todo ele em gestões anteriores, ele está localizado fundamentalmente no interior do Estado, eu diria que 70% dessa produção está orientada para os municípios do interior do Estado e certamente que essa escala de produção tem tido um reflexo bastante importante sobre o orçamento da CDH. Em 1995 os investimentos para esses programas alcançam cem bilhões de reais e representam 67% do orçamento de investimento da CDHU. Em 96 ele cresce em termos de x volume, ou seja, 237 milhões de reais deverão ser destinados a esses programas, representando por volta de 24% do orçamento da CDH.

Eu diria que nesse tipo de programa o Governo do Estado acaba definindo praticamente toda a produção na ^{habitação} área ~~urbanizadora~~, ou seja, ele define a localização, ele define a tipologia, o tamanho do empreendimento, enfim, ele influencia e bastante no desenho urbano. Eu acredito que essa forma de atuação do Governo do Estado deva ser revista, ou seja, não x só quanto ao tamanho dos empreendimentos propostos, mas fundamentalmente enquanto abrir canais maiores de participação da população interessada nas questões habitacionais do seu município, ou da sua comunidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº	528	de	1995
Flo	46	de	1995
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
T10	1	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

A verdade é que o Governo do Estado ampliou e diversificou um pouco as linhas de atuação da CDHU e assim ~~foram~~ foram introduzidos financiamento individual com os programas de lotes próprios e cartas de créditos, programas voltados para a ~~xxx~~ recuperação ambiental, onde o mais importante é o programa do Guarapiranga, que o arquiteto Reinaldo Daldi irá expor posteriormente, a parceria ~~x~~ com a iniciada privada, com o programa conhecido como chamamente empresarial, a construção de conjuntos habitacionais em autogestão, mutirão e autoconstrução, hoje é considerado como uma linha de ação prioritária dessa gestão do ~~x~~ Governo Mário Covas, nessa ~~l~~ linha temos os programas já lançados com associações comunitárias em gestões ~~anteriores~~ anteriores, o programa recentemente lançado em 95, em julho de 95, o programa paulista de mutirão, sobre o qual o Dr. Edson Marques falará posteriormente e o programa cesta de materiais de construção, que é também um programa desenvolvido em mutirão ou auto-ajuda, destinado ao interior do Estado. Finalmente aqueles programas que procuram a renovação urbana, que seriam os programas orientados a uma intervenção, ou uma ação nas áreas faveladas e ações também nas áreas encortigadas.

Quanto ao financiamento individual, os lotes próprios, o programa lotes próprios dentro dessa linha de atuação, ele se ~~x~~ destina ~~co~~ a uma população, ou a famílias com rendimento familiar entre três e dez



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 529 do Proc.
No 46 de 1955
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
T10	2	M celo	C.E.Habitação	23.11.95		

salários mínimos. Através desse programa a CDHU consegue um financiamento para materiais de construção, para a mão-de-obra, para a administração também dessa obra. Na verdade a CDHU ~~concede~~ concede esse financiamento diretamente à ~~fixa~~ família beneficiária, que deve ser proprietária de um lote. A tipologia a ser desenvolvida aí é de ~~far~~ uma moradia que tem de 26 a 46 metros quadrados. ~~Em~~ Esse programa conta com a ~~para~~ parceria da Prefeitura Municipal e da Federação das ~~as~~ Associações dos ~~Engenheiros~~ Engenheiros e Arquitetos do Estado de São Paulo, Federação essa que através do Crea, oferta ou oferece assistência técnica a esse programa, indicando um ~~engenheiro~~ engenheiro responsável por essa obra.

Na verdade trata-se um programa cujos resultados tem sido muito positivos dentro da CDH, ou seja, famílias que dispõe de lotes próprios podem obter esse financiamento, recebem a assistência técnica de um arquiteto pertencente, indicado pela prefeitura municipal e pelo Crea e contrata, na verdade, essa obra, ela não constroi pelos seus próprios esforços, ela contrata essa obra e ~~exige~~ num prazo de quatro a seis meses, que é o prazo previsto para que a obra se desenvolva.

Apesar dos resultados positivos que tem tido esse programa, tanto do ponto de vista do encurtamento do prazo de obras, como da qualidade das habitações que tem resultado, ~~xxxxxxx~~ o programa ainda é mui-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

530
666
O Funcionário
de 19 98
COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
Flo	3	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

to pequeno. Ele atualmente conta com 163 unidades ~~construídas~~ concluídas e 63 em ~~x~~ andamento. Nós entendemos que o programa ~~deve~~ ser revisito porque a dispersão da produção em lotes individuais tem dificultado e muito o acompanhamento dessas obras, mas nós entendemos que com convênios mais claros, com as entidades de classe ~~relacionadas~~ relacionadas ao setor habitacional, esse programa possa ter uma ~~maior~~ ~~uma~~ escala um pouco maior. Para esse programa o CDHU já desembolsou em 1995 por volta de 470 mil reais.

Outro programa dentro dessa linha de atuação é a carta de crédito. Na verdade essas cartas de crédito são concessões de financiamento, ou concessão de um ~~préstimo~~ crédito para que a população adquira no mercado imobiliário uma moradia já pronta. Essa forma de acesso à moradia através de carta de crédito funciona muito mais como apoio a outros programas, como é o caso do programa Guarapiranga, que vem sendo desenvolvido pela CDH, como é o caso do programa de cortiço nos casarões dos Campos Elísios, onde tem se concedido cartas de crédito. Na proposta orçamentária de 96 ~~exist~~ existe uma meta de conceder 2.500 ~~x~~ cartas de crédito num valor total de 30 milhões de reais.

Agora vou falar um pouco sobre a parceria com a iniciativa privada, que é o programa conhecido como chamamente empresarial. Esse



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 31 do Proc.
N.º 116 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T10	4	Marcelo	C.E.Habitação	23.11.95		

programa se diferencia do programa conjuntos habitacionais por empreitada global porque aqui a iniciativa privada ela oferta , em diferença e da empreitada global, ela oferta na hora da licitação o terreno, além da execução da edificação e também se responsabiliza pela execução dos projetos e da aprovação desses empreendimento junto aos órgãos competentes. A CDHU ao incluir na licitação a inclusão desse terreno procurou fundamentalmente e diminuir os custos dessas aquisição. Pelo processo de desapropriação o custo do terreno tem se mostrado muito elevado, ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 532 do Livro
N.º 46 de 1990

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário	CONT. PARTE
T11	1	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95			

isso porque um processo de ~~desapropriação~~ licitação e desapropriação é bastante moroso e envolve uma série de custos indiretos, juros moratórios, juros compensatórios, o que faz com que o terreno uma vez avaliado chegue a custar no processo de desapropriação 166% a mais do que o ~~xxx~~ valor inicialmente constatado. Quando se adquire um terreno através da iniciativa privada mediante a compra desse terreno por licitação, ~~xxxxxxx~~ os custos desse ~~pr~~ terreno tem se mostrado bastante menores. Isso daí é uma situação bastante favorável no que diz respeito à região metropolitana. No entanto, no interior a introdução desse programa se mostrou desfavorável para CDH, ou seja, antes, ~~é~~ nos programas anteriores, a CDH contava com a parceria da Prefeitura no que se refere a doação dos terrenos e execução de infra-estrutura. A introdução do ~~chamamento~~ empresarial ~~faz~~ faz com que a CDH assuma a responsabilidade de financiar todos esses itens, pressionando os custos finais do financiamento do beneficiário, à família ~~da~~ beneficiária. Por esse motivo essa nova gestão tem revisto esse programa no interior, resultando, inclusive, numa realocação d os recursos, em especial daqueles que estavam planejados para se desenvolver em municípios pequenos do interior do Estado. ~~De~~

De qualquer modo ele é um programa de vulto dentro da CDH.

Ele prevê a construção de 20.940 unidades habitacionais em 1996, além das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Sessão nº 533 de 1995
N.º 46 de 10/11/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
T11	2	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

1.514 que já estão em processo de retomada de obra. Em 95 essas obras significarão recursos da ordem de 157 milhões de reais, o que é bastante significativo frente ao orçamento previsto para aquele exercício.

Finalmente queria falar um pouco sobre a linha de atuação da CDH, que é a produção de conjuntos habitacionais em autoconstrução, mutirão e auto-ajuda. Essa linha de atuação contempla já o programa em andamento na CDH, que é o programa de mutirão com associações comunitárias, envolve ainda o programa paulista de mutirões e cesta de materiais de construção, como já tinha mencionado anteriormente.

Quanto ao programa já em andamento na CDH, ele também é destinado a famílias com rendimento familiar entre um a dez salários mínimos e prevê, de fato, a parceria da sociedade civil organizada em associações comunitárias. Por esse programa a CDHU se responsabiliza em passar para as associações comunitárias os recursos equivalentes ao materiais de construção, recursos para contratação de mão-de-obra especializada e para contratação de serviços de assessoria técnica e essa assessoria técnica assumiria como ~~responsabilidade~~ responsabilidade o planejamento, gerenciamento de obras e a elaboração dos projetos quando isso for o caso.

Nesse programa a CDHU já desembolsou no ano de 95 quatro milhões de reais, correspondendo a produção em andamento de 1.216 unida-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 534-3 do Proc.
N.º 46 de 19 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário	CONT. PARTE
T11	3	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.93			

des habitacionais e ainda se prevê o início de 1.938 unidades habitacionais já contratadas, no total, portanto, de 3.500 unidades habitacionais. Quanto ao programa novo, recentemente lançado, o Dr. Edson vai detalhá-lo posteriormente. Eu só queria mencionar que esse programa paulista de mutirão deverá ~~também se estender~~ também se ~~estender~~ estender para o interior, para as associações que não se interessem a partir desse programa, ~~que~~ mas que hoje são associações do interior, na verdade nós estamos ~~ainda~~ ainda estruturando esse programa, estamos prevendo atender num primeiro momento as associações interessadas da região metropolitana da baixada santista, da região metropolitana em formação em Campinas e da região de Jundiaí, ou seja, nessa primeira etapa nós estamos restringindo a atuação desse programa no interior ~~em~~ nessas regiões. Essa restrição se deve fundamentalmente ao fato de que a CDHU não tenha uma experiência consolidada no interior do Estado, ela tem uma experiência bastante grande na região metropolitana, certamente não tem uma experiência importante desse programa fora da área metropolitana de São Paulo.

Finalmente o programa cesta de materiais, que também é um programa pelo qual a construção da moradia se dá por processo de mutirão ou de auto-ajuda, esse é o programa que se destina à baixíssima renda dentro da CDHU. ~~programa de auto-ajuda para a população de baixa renda~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha no. **535** de Prév.
 No. **46** de 19**95**
 ORADOR Func. Onário CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR Func. Onário CONT. PARTE
T12	1	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95	

Na verdade ele deveria atender a uma população de ~~xxxxxxx~~ um a três salários mínimos no município do interior, onde as prefeituras se dispõem a doar áreas dotadas de infra-estrutura. Esse programa deve ser entendido basicamente como um ~~programa~~ programa de apoio a ~~programa~~ programas municipais já em desenvolvimento. Penso que para esse ~~programa~~ programa a parceria da Prefeitura é fundamental ~~para~~ para garantir os resultados positivos a ele. As Prefeituras seriam responsáveis pela doação dos terrenos, pela execução da infra-estrutura e pela administração e gestão ^{autoconstrução} da obra em ~~autoconstrução~~ emutirão. A CDHU se responsabilizaria pelo repasse de recursos para compra dos materiais de construção, para as ferramentas, no caso dos mutirões, ~~e~~ e para a administração desse obra.

Atualmente esse programa prevê além da adoção de processos de produção convencionais, processos alternativos que contemplem a introdução de elementos pré-moldados, procurando, com isso, diminuir os custos, agilizar o prazo de obra e melhorar a qualidade da construção. Hoje existem 943 unidades já em produção, 1.560 contratadas e não iniciadas e 1.100 a contratar. A meta para 95 é a produção de mais 12.000 ~~x~~ unidades habitacionais, comprometendo recursos da ordem de 48 milhões de reais.

Finalmente, a última linha de ação que vou me propor aqui a falar é sobre a renovação urbana, onde ~~se~~ se destacam dois programas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	536	do Proc.
N.º	46	de 19 95
ORADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
T12	2	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95

um ~~se~~ conhecido como ação em favela e outro como ~~se~~ ação em cortiço. Esses programas são orientados a uma intervenção da CDHU, basicamente ~~no~~ ~~em~~ caso das favelas, para recuperação de áreas de patrimônio da CDHU, ocupadas por favelas ou afetadas pelas obras da companhia. O atendimento nesses casos se ~~e~~ ~~em~~ destina basicamente a um grupo alvo fechado e supõe uma remoção dessas famílias para unidades habitacionais produzidas, quando possível, nos ~~pr~~ próprios terrenos. A atuação da CDHU mais importante tem sido no ~~se~~ Jardim Santo André, na ~~se~~ região metropolitana, numa área bastante grande da CDHU com a construção de 470 unidades habitacionais, na Vila ~~se~~ Ferreira, com 272 unidades habitacionais, em ~~se~~ Granja Ito foram produzidas 400 unidades habitacionais ~~pr~~ para dar apoio às favelas ~~e~~ de Vila Ferreira, ~~se~~ Sonia Maria e Jardim Esmeralda, ~~se~~ Mercedes, em São Bernardo do Campo e BR, também em São Bernardo do Campo, cada uma com 128 e 220 unidades respectivamente.

Cabe mencionar aqui também que a CDHU está iniciando a elaboração de um plano diretor sobre a área de Santo André. A área de Santo André, para que vocês tenham idéia, ela deve ter um ~~se~~ milhão e meio de metros quadrados e onde a superfície dela, 70% dessa superfície ~~se~~ encontra-se ocupada irregularmente. A idéia na CDHU é desenvolver



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T12	3	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

uma ocupação mais racional, incluindo aí atividades como ~~urgx~~ urbanização ou reurbanização ~~mx~~ de algumas favelas e a produção de unidades habitacionais novas para remoção de algumas famílias que se encontram em ~~mtx~~ situação de habitabilidade bastante precária. A CDHU está prevendo como meta ~~x~~ em 96 destinar recursos da ordem de 22 milhões de reais para dar continuidade a esse tipo de ~~prgxxx~~ programa.

Finalmente a ação em cortiço, que é um programa antigo na CDHU, enquanto há estudos realizados, mas que de fato se iniciou bastante recentemente com a remoção da população que ocupou os casarões de Campos Elíseos. Para apoiar esse programa foram concedidas 119 cartas de crédito, num valor máximo de 15 mil reais por unidades habitacional, perfazendo um total de desembolso de um ~~mtxm~~ milhão e 800 mil reais. A continuidade da programação em cortiço prevê ainda a intervenção da CDH em três outros cortiços da capital no ano de 96, o que beneficiaria 490 famílias ~~prx~~ aproximadamente, e o que despenderia recursos da ordem de 5,8 milhões de reais.

Só queria ~~fx~~ falar brevemente que a CDHU, para desenvolver esses programas, ela ~~xx~~ alocou recursos entre 1990 e 1995 da ordem de um bilhão e 600 milhões de reais e com esses recursos foram construídas 154 mil ~~mtmx~~ unidades habitacionais, sendo que delas 103 mil foram

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 538 do Proc.

N.º 46 de 1995

ORABONFICIONÁRIO CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
T12	4	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95

concluídas e 51 mil encontram-se em andamento.

É o que tinha a dizer a respeito das linhas de atuação da CDHU.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Agradeço a manifestação da xx senhora. Informo que a Vereadora Ana Martins encontra-se presente e que assumirá a coordenação dos trabalhos. O Vereador Henrique Pacheco também encontra-se presente e a Sra. Suzana Pasternachi, que é uma das expositoras.

Esqueci de falar que como temos mais dois expositores do CDHU, são seis expositores, vamos dar 15 minutos para cada um, no máximo, porque se não dá para fazer o debate. ~~depois disso.~~

~~Tem a palavra o Sr. Vereador Henrique Pacheco.~~

~~O Sr. Vereador Henrique Pacheco tem 15 minutos para fazer o debate no máximo.~~

~~... ..~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 539
N.º 46 de 1990
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	CONT. APORTE
T13	1	emira	habitação	23.11.95	a. quadros	

com o público. Muito obrigada.

Tem a palavra, agora, o Sr. Renato.

O SR. RENATO - Eu tenho algumas transparência para auxiliar e vou colocá-las rapidamente.

Para localizar a Bacia do Guarapiranga, na região metropolitana, pode... A situação da CDHU na Bacia, compõe uma área de mais ou menos 630 quilômetros quadrados na região sul de São Paulo, incorporando os municípios de Embu Guaçu, na sua totalidade, dentro da lei de proteção aos mananciais, também o município de Itapeverica da Serra, inteiramente dentro da lei de proteção aos mananciais, e parcialmente o município do Embu, dentro desse perímetro de proteção aos mananciais. E ainda um pedaço de Cotia, Cotia não está incluído no escopo de programa das ações de intervenção.

A CDHU tem, como responsabilidade dentro do programa, a oferta de unidades habitacionais, num número aproximado de 3.700 unidades para atender basicamente às famílias que serão removidas de favelas existentes dentro da Bacia, e que estão sendo objeto de intervenções, e de ações de urbanização. Mais ou menos 20 mil famílias morando nessas favelas seconstituem numa população beneficiada por essas intervenções de urbanização, e se estima, num cálculo preliminar, que 20% dessas famílias deverão ser removidas dessas favelas. Então, temos um número de fato de 3.700 unidades previstas inicialmente para serem oferecidas às famílias moradores dessas favelas.

Basicamente essa remoção é necessária para a consolidação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 540 de Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T13	2	emira	habitação	23.11.95	renato	

dessas favelas como áreas de moradia com maior qualidade. Ou seja, são favelas que vão receber obras de urbanização, e se consolidar como bairros mesmo. Essas remoção são necessárias para o ~~desadensamento~~ desadensamento para uma melhor organização espacial das favelas, e para que se possam executar as redes de infraestrutura, redes de coletas de esgoto, abastecimento de água, e para isso é necessário que sejam abertas vias internas nas favelas, exigindo que haja um desadensamento, uma desocupação parcial dessas favelas. No caso do município de São Paulo serão ~~serão~~ 2.500 famílias que serão removidas e serão atendidas por unidades produzidas na CDHU. A CDHU está procurando fazer o atendimento a essas famílias na própria região sul, em áreas bem próximas da represa, em áreas próximas à região de proteção, para que haja um menor desgaste para cada família que deve ser removida. Isso é uma exigência inclusive do Banco Mundial, que é quem está financiando parcialmente o programa, é uma exigência de que haja um menor desgaste para as famílias que são removidas das favelas, que estão próximas a locais de trabalho, ou que os filhos estão próximos das escolas, e as relações sociais dessas famílias estão estabelecidas com maior força. Então, se pretende que elas sejam removidas para áreas bem próximas da Bacia. Por isso, o CDHU tem encontrado muita dificuldade para construir novos conjunto fora do limite de proteção aos mananciais. Porque, na verdade, na zona sul os terrenos disponíveis são muito escassos. Além de escassos, e por isso, são muito, demasiado caros, o que está inviabilizando a construção desses conjuntos para a venda, em função das famílias que são moradoras dessas favelas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 5413 do Proz.

N.º 46 de 1995

O Funcionário

ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T13	3	emira	habitação	23.11.95	renato	

O CDHU criou também para atendimento emergencial, que a Marita já fez referência, da carta de crédito. Essa carta de crédito que está sendo concedida a essas famílias, permite que cada família saia em busca de um imóvel eventualmente existente na região, e permite que essa pessoa adquira, através de financiamento da CDHU, esse imóvel.

A despeito de ser uma boa alternativa, também há uma dificuldade muito grande, porque no mercado não existem tantas unidades disponíveis assim. Então, inicialmente, tentamos as 80 famílias que foram já atendidas dentro do programa Guarapiranga, que eram moradores de favelas urbanizadas pela prefeitura de São Paulo, dentro do primeiro lote de intervenção no programa, que beneficiou perto de 2.500 famílias, então houve a necessidade de remoção de perto de 80 famílias, e essas famílias acabaram sendo atendidas por um conjunto já existente, em construção pelo CDHU, chamado Conjunto Feitiço da Vila, que é bem próximo dos limites da Divisa com o Município de Itapeverica da Serra, e essas 80 famílias estão ocupando 80 apartamentos e nesse conjunto. Porque, na emergência dessa remoção, os imóveis não foram encontrados no devido tempo e houve a necessidade da CDHU atender dessa maneira. Assim como outros conjuntos que a Marita faz referência novamente. Já lembrou outros programas, por exemplo, chamamento empresarial, são programas que hoje existentes na zona sul do município, em andamento, estão destinados para atendimento para as remoções necessárias dentro do programa Guarapiranga. Esses chamamentos empresariais, em número de 3 na região sul, devem se ofertar ao programa perto de 1.500 unidades habitacionais. São apartamentos que, como são terrenos pequenos, devem ser adensados, então



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	542	do Livro
N.º	116	de 19 95
Grado	funcionário	com. parte

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	
T14	1	emira	habitação	23.11.95	renato

os projetos previram a verticalização na ocupação dessas áreas. Queria ver um quadro de recursos, para vocês terem uma idéia dos recursos que estão sendo previstos.

Antes, vou falar um pouco sobre a estrutura que a organização institucional que o programa exigiu. É um programa muito complexo para uma atuação por parte do Estado exige a participação de vários órgãos e dentro dos órgãos um número razoável de técnicos, e de dirigentes, estão envolvidos na execução desse programa. Hoje, o programa é coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, existe um conselho consultivo que agora está sendo ativado com bastante intensidade, face aos atrasos na implementação do programa desse conselho consultivo, além de todos os órgãos consultivos, fazem parte representantes da sociedade civil, organizações não governamentais, e existe uma unidade de gerenciamento, chamada Unidade de Gerenciamento do Programa que é quem coordena todos os trabalhos que estão sendo executados e desenvolvidos entre os vários órgãos. Dessa unidade de gerenciamento de programa, também de cada órgão faz parte uma pessoa, um técnico, representante desse órgão, e que faz a interlocução entre a unidade propriamente, a Secretaria de Recursos Hídricos e a cada órgão executor. Entre ^{os} ~~uma~~ órgãos executores, a Sabesp, é o órgão que tem a atribuição de cobrir a área de proteções dos mananciais, com uma extensão maior da rede de coleta de esgotos. existe um quadro dando a extensão dessa rede de coleta, que deverá ser incrementada, e que pretende, não ~~é~~ nessa fase, pois o programa deve prever uma segunda fase de intervenção, mas nas duas fases se prevê o atendimento total ao tratamento de esgotos produzidos na região. A Sabesp

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Sessão n.º 5433 do 1.º
Al.º 462 do 1995
O. P. Municipal

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
T14	2	emira	habitação	23.11.95	renato	

tem essa atribuição, a CDHU tem a atribuição de oferecer as unidades habitacionais, tanto para o município de São Paulo, no programa de urbanização de favelas, quanto nos municípios do Embu, Itapeverica da Serra, Embu Guacu, e a CDHU, além do reacentamento nesses outros 3 municípios que compõem a Bacia, deve também promover a urbanização de favelas. O CDHU estará atuando em 72 favelas nesses 3 municípios dentro do perímetro ~~de proteção~~ de proteção aos mananciais, porque na parte do Embu que não pertence ao perímetro, não ~~será~~ haverá intervenção dentro do programa.

A CDHU, além da urbanização de favelas, também deverá estar atuando nesses 3 municípios. E também falo dos municípios, porque é o que nos interessa, no final das contas, como objetivo maior do programa. É a recuperação do manancial Guarapiranga, é a despoluição da Bacia, e esses municípios atendem, em termos de população, pelo menos um terço da população total existente na Bacia, que é por perto de 600 mil habitantes.

Além da urbanização das favelas, a CDHU também estará atuando nas redes de infraestrutura urbana desses municípios, recompondo o sistema viário, consolidando áreas hoje degradadas, fazendo a limpeza, o desassoreamento e canalização dos córregos e também... Essa recuperação do sistema viário também tem como objetivo, facilitar, entre outras coisas, o que é muito grave, a possibilidade da coleta de lixo nesses municípios, porque a topografia é de tal ordem, que hoje, com o sistema viário muito comprometido, há uma dificuldade muito grande de se fazer a coleta de lixo nesses município, quer dizer, o tráfego des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

N.º 46 de 13 98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNICIDANTO	CONT. APARTE
T14	3	emira	habitação	23.11.95	renato		

ses veículos está dificultado, inclusive ocasionando dificuldades de manutenção dos equipamentos de coleta de lixo. Essa intervenção na infraestrutura desses municípios é fundamental, tendo por objetivo último a recuperação dos mananciais. Em grande parte desses municípios, além da existência de aterros sanitários, sem tratamento nenhum, e dentro da área de proteção, hoje o lixo é depositado aleatoriamente nas áreas urbanas, sendo levados pelos córregos, até a represa. Então, essa coleta é uma intervenção fundamental para a qual se prevê, não só a recuperação do sistema viário, mas a compra e o fornecimento de equipamentos, desde caminhões, enfim, a té construção de aterros sanitários nesses municípios para o tratamento do lixo.

No caso da prefeitura Municipal de São Paulo a atribuição é de fazer, além de ter por atribuição responsabilidade do tratamento do lixo, também a urbanização de favelas, também a intervenção na infraestrutura urbana e parcialmente em pequena parte atender à necessidade de reassentamento da população.

A Secretaria do Meio Ambiente tem, por incumbência, a implantação de alguns parques, recuperação de parques ao longo da represa e repovoamento vegetal, que é um dos itens do programa.

A Eletropaulo, hoje, já não está mais compondo com os outros executores a organização para atendimento ao programa. Está sendo transferido para o SMA essa atribuição.

Essa é a organização institucional. O programa todo conta com recursos da ordem de 260 milhões de dólares, dos quais 119 milhões são financiados pelo Banco Mundial. O restante se compõe como



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 545 do Proc.
N.º 46 de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABORUNCIÁRIO	CONT. APARTE
T05	1	emira	habitação	23.11.95	renato	

contra-partida do Estado, com recursos do Tesouro do Estado.

Para a construção de unidades habitacionais, que sob a responsabilidade da CDHU, se conta com um montante de 30 milhões de dólares, que podem ser considerados insuficientes, dada a necessidade que o programa apresenta. Acho que não vou detalhar, mas se houve necessidade de algum detalhamento dessas informações, poderíamos mostrar. Agradeço.

A SRA. ANNA MARIA QUADROS - Agradeço. Com a palavra o Sr. Edson Marques, por 15 minutos. Depois, a Vereadora Ana Martins passará a coordenar.

O SR. EDSON MARQUES - A Dra. Marita já deu alguns dados com relação ao programa de mutirões, e queria complementar aqui dizendo que a partir da audiência pública que se deu no mês de agosto, abrimos um período para que as associações comunitárias se registrassem na CDHU, se propondo a conduzir um mutirão. E 470 associações retiraram o manual que tem as bases do registro, e desse total, 220 se registraram, dentre elas 77 associações, que foi um número que surpreendeu, e apresentou os primeiros documentos, dizendo que têm os terrenos para construção do mutirão. Obviamente essas áreas começam a ser avaliadas pela CDHU, e em tendo condições, serão firmados os contratos para se tocar os mutirões.

Preciso colocar que o Programa Paulista de Mutirões deverá atender a duas vertentes: a associação que já conseguiu, através da sua organização interna, a compra de uma área, ou que conseguiu doação da parte de empresários, ou da prefeitura de um terreno, e para a associação que não dispõe desse terreno. Para a primeira, obviamente, cabe à CDHU tão somente avaliar tecnicamente essa área, e em tendo condições



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 5463 de 1998
N.º 46
O Funcionário CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
105	2	emira	habitação	23.11.95	edison	

técnicas, fundiárias e documental, automaticamente você passa para a fase de contato. As associações, que são a maioria, que não dispõe de terreno, têm que disputar — é esse o termo — um verdadeiro processo de concorrência popular, não concorrência pública, as poucas áreas que a CDHU dispõe e que colocou à disposição.

Essas áreas comportam, num primeiro momento, 22 mutirões, que vai nos dar um total de 1.388 unidades habitacionais. Esses contratos serão assinados no dia 16 de dezembro.

Temos uma outra gleba também que foi colocada à disposição e que dá para se fazer ali 17 mutirões, é uma área chamada Itajuípe, que pega uma parte de Ferraz de Vasconcelos e uma parte do Itaim Paulista.

Diante dessa escassez de áreas, como dissemos anteriormente, 220 associações estão disputando, ou tentando se credenciar para essas 39 áreas, as associações, ou movimentos populares, sabidamente, como esperávamos, buscou uma forma de organização que acaba contemplando um pouco mais do que uma célula, ou seja, uma entidade. Em todas as regiões de São Paulo, onde se colocou área à disposição, o povo, a associação estão se juntando e na forma de um "pool" de entidades. Na zona norte, recentemente tivemos notícia de que um grupo de 32 associações acabaram se juntando e se colocam à CDHU da seguinte maneira: somos em 32, e queremos fazer um mutirão de 150 unidades. Fizeram a distribuição entre eles, internamente, e será um caso que será avaliado com muito carinho. Alegam eles que isso é interessante que acaba atendendo, embora um número pequeno de pessoas, mas pegando pessoas de várias vilas da zona norte. Outro dado positivo é que 32 lideranças comunitárias, no mínimo, estariam

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Reunião n.º 547 do Proc.
N.º 46 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNICID	ÁRIO	CONV	APARTE
T05	3	emira	habitação	23.11.95	edson				

tendo um contato direto com o mutirão. E o outro dado fundamental é que o fato de você ter 32 associações envolvidas você elimina vários problemas, inclusive operacionais. De prestação de contas, de acompanhamento, etc.

E, por último, a experiência, porque o objetivo do programa é criar condições porque aquelas lideranças que nunca tiveram contato com o mutirão, passa a ter essa experiência, e acreditamos que essa é um dos caminhos que podem nos levar a combater o déficit habitacional.

O prazo máximo que a CDHU prevê para colocação de mutirão em pé, em condições de habitabilidade, é de 18 meses. E o período para pagamento é até 25 anos. Os mutirantes, a partir do momento em que assina o contrato, e retira as chaves, começa a receber o seu carnê de pagamentos e esse carnê vai até 25 anos.

A CDHU, como já foi colocado pela Dra. Marita, vai liberar verba, que depois retorna pelo pagamento das prestações, e libera verba para implantação dos canteiros, libera verba para a contratação da assessoria técnica, porque a associação tem a organização, a vontade de fazer, mas, na maioria dos casos, não tem o conhecimento técnico. Isso seria cobrar demais. Então, a CDHU, o Estado, libera uma verba para que ela contrate uma assessoria técnica, composta de um engenheiro, um arquiteto e um técnico social. Libera ainda a verba para contratação de mão de obra especializada, libera verba para compra de material, e libera a verba, em alguns casos, dependendo dos terrenos da CDHU, dependendo do estágio em que se encontra o fator terraplenagem, construção da caixa d'água, ou da construção, dependendo da situação se libera es-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADOR	CONT. APARTE
I-27	1	emira	habitação	23.11.95	edson	

Folha n.º **548** do Proc.
 de n.º **46**
 O Funcionário **edson**

sa verba à associação para que ela própria contrate esse tipo de serviço, reduzindo obviamente um tempo enorme, que é o grande problema que o Estado encontra, de ter que fazer os trâmites legais, compositivos, por conta de evitar corrupção, cartas marcadas, etc, mas que consome um tempo realmente assustador.

E, finalmente, um dos grandes pontos de estrangulamento para o mutirão, ~~hoje~~ ou mesmo um programa por empreitada global, é exatamente você aprovar o projeto, que te facilita na hora de regularizar o empreendimento, e para a aprovação do projeto, são vários caminhos, vários departamentos, centralizados no... (?)... e que vão num primeiro momento com a proposta de facilitar esse tipo de aprovação, o que é uma garantia de que o empreendimento tenha todas as precauções necessárias envolvendo inclusive a questão da segurança. Mas, se transformou num monstro, e as exigências são muitas, de modo que hoje, para você aprovar um projeto de qualquer empreendimento, você não consegue fazê-lo com menos de 8 meses, 9, ou um ano até. De modo que a CDHU, junto com a Secretaria da Habitação, criou um grupo de estudos, que já apresentou uma proposta que facilita a aprovação de empreendimentos de moradia popular. Então, não confunda moradia popular com esses grandes empreendimentos.

Neste momento está-se estudando, fazendo-se a minuta de um decreto, que em sendo aprovado pelo Governador, facilitará essa questão da aprovação, e obviamente facilita mais adiante, na regularização do empreendimento, que é fundamental para o mutirante, porque sem isso ele não pode se dizer proprietário daquela unidade habitacional.

As associações, agora entramos na fase priorizar as asso-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 549 do Proc.
N.º 476 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. ABARTE
127	2	emira	habitação	23.11.95	edson	

ciações, e temos consciência de por conta de ter uma demanda muito grande por parte da população, e uma oferta reduzida, e aqui é possível, da parte do Estado, obviamente vamos ter aí muitos descontentes. Mas, estamos apostando que esse descontentamento não chegue ao ponto de emperrar o processo porque entendemos que esse primeiro teste, ,diremos assim, que o Governo do Estado de São Paulo vem fazer na questão dos mutirões deve ser agarrado, com unhas e dentes por todo o movimento popular organizado sério, no sentido de avançarmos e transformarmos essa questão numa prática comum, tanto do Governo do Estado, como do Municipal, como do federal. Acreditamos que com mais essa vertente, que é o mutirão, podemos, sendo redundante, repetindo, podemos contribuir, e muito, na diminuição do deficit habitacional, já que falar em acabar com o deficit habitacional hoje seria utópico, e não possível.

Acho que terminarem meus 15 minutos, e se tiver perguntas, responderei. Muito obrigado.

A SRA. ANNA MARIA QUADROS - Agradeço. Anunciando a presença do Sr. Sérgio Zarattini, e passando a presidência dos trabalhos à Vereadora Ana Martins.

A SRA. ANA MARTINS - Bom dia a todos. Queremos agradecer a participação da CDHU, e um dos motivos que nós convidamos para que trouxessem contribuições a esta Comissão, é porque o CDHU tem uma atuação na cidade de São Paulo.

Estamos hoje na 5ª sessão desta Comissão, e o nosso objetivo é, com a contribuição de parlamentares comprometidos com a questão e o deficit de habitação que enfrentamos na Cidade. Com a contribuição

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Processo N.º **550** de Pres.
N.º **46** de 19 **98**
O Funcionário **COF. APARTE**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
I27	3	emira	habitação	23.11.95	a.martins

de técnicos e de lideranças populares, nós aprofundamos essa temática para elaborarmos um documento que contribua para a realização do Habitat II, que vai acontecer em Istambul, ~~em~~ na Turquia, em junho do ano que vem, e que definirá diretrizes para os próximos 20 anos, ~~que~~
~~o governo assume essa questão dos assentamentos informais~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	551	de 1995
N.º	46	
O Funcionário		
ORADOR	CONT. PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
I26	1	ANA	Habitação	23.11.95	

para que o governo assuma essa questão dos assentamentos urbanos e rurais. E nós temos chamado também o Poder Público. Temos aqui um fax de 14 de novembro de 95, da Secretaria de Habitação. Eu vou ler porque é importante que as pessoas tomem consciência que cada um pensa do seu modo como trabalhar a questão da habitação. E existem poucos esforços coletivos. Sabemos que existem problemas que ainda são da responsabilidade da Câmara Municipal. Outros problemas são de responsabilidade do Governo do Estado; outros, até de maior responsabilidade são da alçada do Governo Federal, e uma parcela do Governo Municipal.

Nós recebemos o seguinte fax: "Ofício 367-SEHAB/95. Prezados senhores: vimos através desta informar que por motivos de compromissos anteriormente assumidos, estamos impossibilitados de comparecer ao evento dos instrumentos institucionais e legislativos de implementação da política habitacional no Município de São Paulo e os projetos para a Cidade, que foi o tema do dia 9/11. Nesta, solicitamos verificar a possibilidade de agendarmos para o dia 23/11, próximo o evento: "As políticas públicas de habitação popular do Governo Estadual e Municipal". No aguardo de uma confirmação, atenciosamente, Lair Alberto Soares ^{Krahenbuhl} ~~Krahenbuhl~~, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano; dirigido à Comissão de Estados sobre habitação do Município."

Demos o retorno, solicitamos que confirmasse e hoje não temos aqui nem o Secretário nem algum representante dele. Nós consideramos uma forma muito omissa de tratar a questão.

Agradecemos a vinda dos três representantes do CDHU. Nós aceitamos agendar hoje mesmo que nosso tema seja a questão da situação da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 552 do Proc.
N.º 46 do 13

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR INSCRIÇÃO	CONT. APARTE
I28	2	ANA	Habitação	23.11.95		

moradia popular da população trabalhadora no Município, e hoje queremos aprofundar o diagnóstico, mas nos faltavam também os dados do CDHU. Por isso que marcamos para iniciar antes das 10 horas. Todos que chegaram depois, o motivo de começarmos antes foi para poder ouvir também o CDHU.

Vamos passar a palavra para Pedro Paulo Martone Branco, presidente do SEADE. Nós ouviremos especialistas para contribuir no diagnóstico. Cada um terá 15 minutos e nós na parte final abriremos o debate tanto para lideranças como também para alguns participantes que temos aqui, como representante da OAB, da Pastoral da Moradia, do Fórum dos Mutirões, da ANSUR e demais entidades.

O SR. PEDRO PAULO MARTONE BRANCO — Em primeiro lugar, bom-dia a todos. Meu agradecimento pelo convite que me foi feito. Para mim que tenho a estória de muitos conhecida é sempre uma satisfação retomar em debates a oportunidade de discutir uma questão tão importante quanto essa da habitação, especialmente para os trabalhadores.

Antes de vir a esta sessão pus-me a refletir um pouco sobre que vertente adotar para me colocar nesse debate, tantos são os especialistas convidados, que me acompanham nesta Mesa, que certamente vêm lidando com essa questão de uma forma tão aguda, que detêm nesse momento melhores condições de diagnosticar, até mesmo do que eu, a situação vivida pelos trabalhadores no enfrentamento das suas necessidades habitacionais. Mas por outro lado, nesses últimos anos, tenho tido o privilégio de dirigir uma instituição que se responsabiliza por produzir indicadores sócio-econômicos que possibilitam a testar a situação social e econômica da população do nosso Estado, e muito particularmente tem-se debruçado, a Fundação SEADE, em conduzir investigações inovadoras, ori-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 553 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I28	3	ANA	Habitação	23.11.95		

ginais sobre condições gerais de vida. E mais recentemente, em 94, em dois momentos tivemos a felicidade de desenvolver duas pesquisas de condições de vida de população residente, a primeira, em 1990, exclusivamente a população residente em São Paulo; em 94, nós pudemos estender esse levantamento ao interior do Estado. E dessa pesquisa resultaram alguns dados bastante impressionantes que foram inclusive objeto de intensa divulgação e debate por todos aqueles que conheceram os indicadores que foram produzidos pela Fundação SEADE, a mídia reservou um papel destacado dos dados dessa pesquisa. ~~UMA~~ Eu sei que muitos conhecem. De qualquer forma é interessante retomar algumas dessas informações até pelo que vai se seguir nesta Mesa a partir da minha fala.

Essa pesquisa foi montada em 1990, na perspectiva de identificar ^{com} uma metodologia inovadora, de uma forma bastante assinalada, a pobreza e a miséria. E após um intenso trabalho de especulação metodológica, nós chegamos à conclusão de que a melhor maneira de identificar as condições de cristalização da pobreza e da miséria, passava por uma metodologia que olhasse para a questão da pobreza e da miséria sobre um enfoque multivariado. Ou ~~seja~~ seja, a miséria e a pobreza não decorrem de um único determinante. Evidente que na sua expressão mais singela, é pobre todo aquele que tem condições de renda absolutamente inferiores à satisfação de suas necessidades mínimas. O que determina a pobreza e a miséria não é simplesmente a situação da renda em si. Na divulgação dessa pesquisa ~~de~~ 1990, em 1992, eu me recordo bem, a certa altura nós falávamos da renda per capita daquelas famílias consideradas pobres, com um ^{melhor} indicador até do que a renda individual e assinalávamos o fato de alguém que tendo um filho na universidade pública, o que implicava frequentemente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º **554** do **Proc.**
N.º **46** de 19 **95**
O Funcionário
CONT. PARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
129	1	ANA	Habitação	23.11.95		

especialmente nos cursos de maior competição em dispor de um nível de renda elevado para poder pagar cursinho e oferecer um segundo grau de alto nível para que nessa disputa ele pudesse ser bem sucedido, esse indivíduo tem renda zero, porque só está estudando. Isso só acontece naquelas famílias de melhor nível de renda. Então, a renda em si não necessariamente, ainda mais da forma como ela é captada e medida em nosso País, especialmente porque fazemos construções de distribuição de renda, frequentemente individuais, ela não é o indicador de melhor qualidade, stricto sensu, para aferição de pobreza e miséria.

Sem me alongar demais, nós configuramos uma metodologia em que a aferição da pobreza e da miséria passaria pela análise de determinantes que nós pareciam seguramente muito importantes, os mais importantes, para qualificação das famílias nessa perspectiva de renda e dos demais determinantes para elucidação da pobreza e miséria. Aí também estabelecemos que essa análise se faria em cima das famílias e não dos indivíduos, e trabalhamos com componentes de saúde, habitação, educação, mais renda e inserção no mercado de trabalho. Porque sem dúvida alguma as condições de inserção das pessoas no sistema produtivo é pré-requisito fundamental para determinar suas perspectivas de melhores condições existentes ou de piores condições existentes. E no que diz respeito à análise das condições habitacionais, a gente percebeu uma estreita correlação entre miséria, pobreza e aquilo que as pessoas dispõe, enquanto solução, da sua condição de moradia, mais especificamente os trabalhadores que constituem a grande maioria. Frequentemente eles tem uma situação de condição habitacional mais desfavorável quando também estão mal inseridos no sistema produtivo e acabam também enfrentando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	OP. ADP. Funcionário	CONT. APARTE
I29	2	ANA	Habitação	23.11.95		

Folha n.º **558** do Proc.
N.º **46** de 13/95
CONT. APARTE

condições educacionais e de equacionamento de seus problemas de saúde e de educação muito mais desfavoráveis.

E nos dados levantados em 90, a gente constatou com relação a indicadores anteriormente disponíveis, aqui na Grande São Paulo, que se tinha dado curso, no período interdecadas, e aí lançamos mão de algumas comparações dos dados do censo de 80, a um processo de deterioração, de degradação das condições habitacionais e também das demais condições correlacionadas a esses determinantes de pobreza e miséria, a que me referi, especificamente renda e inserção no mercado de trabalho e a situação educacional dessa população mais pobre. Mas a coisa é ainda mais impressionante pois ao cotejarmos com os dados feito em 94, nós apuramos um novo salto negativo na medida em que agravaram-se essas condições de degradação.

Eu vou fazer uma passagem muito rápida pelos resultados da nossa pesquisa de condições de vida, relativamente a 94, para mostrar a vocês quão impressionantes são essas informações que sublinham o agravamento das condições de moradia da população metropolitana, e portanto do Município e da capital também, já que a população do Município e da Capital corresponde a algo como 75% da população de toda região.

Então, algumas manchetes do nosso relatório. Aumentou a parcela de famílias que moram em barracos e cortiços. Em 1990 a população favelada da região metropolitana era da ordem de 4,5% do contingente morador, na região. Em 94 — apenas quatro anos após — 6,2%. Isso, em termos de taxa corresponde a um crescimento de 50% da população favelada na região. Uma coisa explosiva. E eu costumo dizer nas minhas intervenções em debates em torno da questão habitacional, que a habitação é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T15 122	1	ANA	Habitação	23.11.95		

Folha n.º **556** do Proc.
N.º **116** de 19 **95**
O Funcionário **CONT. APARTE**

aquele último reduto também da cristalização da miséria. Quer dizer, se algo pode expressar de forma eloquente a agravamento da situação social, é a forma como a população acaba sendo empurrada a resolver, ou não consegue resolver o seu problema de moradia. Ali cristalizam os resultados do agravamento da situação social. É importante assinalar que nesse período de 90 a 94 nós assistimos, do ponto de vista da evolução da economia do país, por exemplo, um programa de ajustamento econômico que foi altamente regressivo do ponto de vista dos seus impactos sociais, punitivo do ponto de vista das restrições que se agravaram sobre a dinâmica e as condições de funcionamento do mercado de trabalho, arrachante do ponto de vista dos salários etc. Quer dizer, a partir do Plano Collor 1, agravado pelo Plano Collor 2, e de toda uma degradação de funcionamento da economia, pioraram muito as condições de existência da população, cresceu exponencialmente a taxa de desemprego e como consequência a gente vai verificar um resultado como esse, que em apenas quatro anos cresceu em 4% o contingente de favelado na região. É uma concepção, mais do que isso é uma estreita correlação entre esses determinantes todos, que dizem respeito à renda, às condições de inserção no mercado de trabalho e o que se cristaliza como resultado nas respectivas da situação habitacional da população. No caso da população miserável esse crescimento também foi muito elevado. A população escrutinada por nós na pesquisa, em situação de miséria, que era da ordem de 450mil, saltou para 640 mil em quatro anos após. Aí a miséria, segundo nos critérios da nossa pesquisa é a análise das condições das famílias, vis-à-vis essas quatro variáveis a que me referi — renda, inserção no mercado de trabalho, educação e condição de moradia. Significa que essas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE
T15	2	ANA	Habitação	23.11.95			

Folha n.º 553 do Proc. N.º 416 de 1995

famílias, por nós identificadas como em condição de miséria, não tinham respostas satisfatórias em nenhum desses quatro vetores. Estavam muito mal do ponto de vista da sua renda, ou seja ganhavam aquém das necessidades de renda para prover uma cesta de alimentação — esse foi o critério utilizado pela pesquisa. Quer dizer mal ganhavam no seu rendimento per capita, o imprescindível para poderem sobreviver e consumir os requisitos básicos de uma cesta de alimentos. Ao mesmo tempo tinham um desempenho insatisfatório, no que diz respeito a escolaridade. Na média das pessoas em idade escolar ou os dois adultos da família, menos que três anos de escolaridade; do ponto de vista da inserção no sistema produtivo ou uma condição de desemprego ou uma extrema vulnerabilidade, uma alta rotatividade no mercado de trabalho. Ai resultando uma condição de moradia do tipo da que assinala aqui.

Além disso cresceu a proporção de famílias do tipo mais fragilizado. Nós dividimos as famílias em quatro grupos, A, B, C e D; sendo que o grupo A, é integrado por 25% do total de famílias da região, que não enfrentam nenhuma carência em nenhum desses quatro vetores de análise. Ao contrário, no grupo D, as famílias são carentes nesses quatro vetores, que também é da ordem de 20% o contingente nessa situação. Cresceu, nessas famílias do grupo D, em situação de pobreza e miséria, a proporção daquelas que moram em imóveis com até três cômodos. Ai também colocamos um critério de qualificação em que o piso, o mínimo para se considerar que a família estivesse vivendo numa moradia "minimissimamente" adequada, quer dizer, falta o superlativo negativo para qualificar melhor, era aquela moradia que pudesse cumprir em cômodos independentes as funções básicas do domicílio, que são área de cozimento, cocção, de asseio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 558 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	APARTE
T15	3	ANA	Habitação	23.11.95				

banheiro; o mínimo de lazer social, a sala e mais o dormitório. Cresceu muito a quantidade de famílias que estavam residindo em imóveis com até três cômodos, ou seja, os cômodos cumprindo mais de uma função, no domicílio. Esse salto foi de 10%, o que também é uma taxa bastante elevada, quando se considera o curto período de quatro anos entre os dois levantamentos. Cerca de uma quarta parte das moradias das famílias desse grupo D localiza-se em ruas sem pavimentação e que não dispõem de guias e sarjetas. Também aí mais um indicador de precariedade. As condições de urbanização mínimas, rudimentares para que o transporte público tenha acesso e para que essas moradias tenham uma melhor configuração. Quer dizer, quando você não provê de urbanização mínima adequada, você tem uma degradação do espaço urbano, com todas as consequências daí decorrentes.

Caiu um pouco a quantidade das famílias que não têm acesso a um sistema público de esgoto, mas essa carência ainda corresponde a 31,4% no caso das famílias mais pobres. Vinte e cinco por cento do grupo das famílias mais pobres utilizam mecanismos inadequados de saneamento na nossa região metropolitana. Esse é um dado bastante conhecido, além de todas as suas implicações, é importante sempre sublinhar a associação direta que existe entre a precariedade do saneamento básico e as condições sanitárias elementares em que devem viver a população, que não são alcançadas todas as vezes em que há essa precariedade no saneamento. E cresceu bastante a proporção das famílias do grupo D, mas também do grupo C, que é um contingente um pouco menos pobre, que invadiu as moradias em que residem. No levantamento de 1990, no grupo D eram 9,4% as famílias que residiam; do total de famílias do Grupo D, eram 9,4% as famílias que resi-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	559	do Proc.
N.º	46	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
T16	1	ANA	Habitação	23.11.95		

diam em imóveis invadidos. Esse contingente salta em 94 para 14,6%. É um crescimento de 50% nesse contingente. É uma coisa extremamente relevante. Também indicador inquestionável do agravamento da situação social a que me referi há pouco. No caso das famílias do grupo C, que embora em condições de renda, de inserção e até escolaridade, no mercado de trabalho, sua precariedade habitacional é muito grande, eram 10% os que residiam em imóveis invadidos. Isso cresceu para 14,4%; crescimento de 44% nessa taxa em quatro anos. Cerca de 27% das famílias da região metropolitana viviam em 1994 — outra coisa importante que não queria perder a oportunidade de assinalar é a atualidade desses dados — a gente vive no Brasil, entre outras precariedades de provisão de serviços públicos básicos, uma carência muito grande de estatísticas mais recentes. Até mesmo o censo populacional de 90, que foi feito em 91 não nos disponibilizou grande parte das informações coletadas, no caso da renda por exemplo temos apenas a renda dos chefes da família e não conseguimos fazer análise da distribuição da renda familiar, tendo havido no Brasil tudo que houve de importante para ser analisado e discutido no período intercensitário de 80 a 90. Essa pesquisa é extremamente atualizada, talvez seja o único manual de estatística de qualidade que traga informações tão recentes.

O encerramento desse levantamento deu-se em novembro do ano passado, e por volta de abril, maio deste ano os dados já estavam disponíveis para uso de todos interessados. Então, nós estamos falando de uma informação que diz respeito ao nosso dia-a-dia, de nossa situação bastante atual. E aí é fantástico que no limiar do 3º milênio, na região mais desenvolvida do país, cerca de 27% do total de famílias da região metropolitana de S. Paulo vive em moradias consideradas insalubres. A gente também introduziu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 560 do P.º
 Nº 46 da 19.ª

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	APORTE
T16	2	ANA	Habitação	23.11.95				

nos nossos questionários alguns conceitos básicos e alguns critérios de aferição em que a partir de depoimentos das famílias, com conceitos simples e de fácil apropriação por eles, seria possível identificar um indicador de insalubridade do domicílio. E a gente pode aferir ao final do levantamento que 27% das moradias são insalubres; ou seja, mesmo quando suas condições estruturais são aparentemente adequadas do ponto de vista físico, com alvenaria, não há risco de desabamento, etc., frequentemente essas construções não oferecem condições de salubridade. Mais de 1/4 das famílias residem em imóveis com essa característica negativa. A maioria das famílias do grupo C e D, que moram em casa de alvenaria, dividem o terreno com outras famílias. Segundo nossos critérios, no caso das famílias do Grupo D, mais pobres, 68,9% do total de famílias do grupo dividem o terreno com uma ou mais famílias. No grupo C, 71%. É muita coisa. Como esses dois grupos compõem cerca de 50% do total de famílias residentes na região, é mais da metade desse 50%, bem mais, quase 70% partilham os lotes em que residem.

Esse flash rápido chama atenção, acho que reforça tudo aquilo que permeia qualquer debate sobre a importância da questão habitacional. Antes de encerrar apenas gostaria de assinalar mais duas coisas. É evidente que o combate à pobreza e à ~~miséria~~ miséria tem que se fazer de forma múltipla. Não basta atacar um dos seus determinantes stricto sensu; há alguns exemplos de esforços de políticas compensatórias que estão sendo desenvolvidas em algumas regiões e municípios do país, como programa de renda mínima; nós temos uma experiência bem sucedida em Campinas e outras sendo iniciadas em outros municípios no nosso Estado, e outras sendo levadas adiante já com alguns meses, pelo governo do

Distrito Fede-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	56	do Livro
N.º	46	de 1995
O Funcionário		
CONT. APORTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
T16	3	ANA	Habitação	23.11.95		

ral. Em todos esses casos a sabedoria que está por trás desse programa é de que não apenas está-se compensando rendas, mas se está procurando subordinar esse programa a critérios de manutenção das crianças na escola. É fundamental, por exemplo, que num projeto não paternalista consistente e consequente de enfrentamento da miséria se busca dar aos indivíduos as melhores condições para ele enfrentar os desafios de uma inserção adequada no sistema produtivo, no mercado de trabalho; ~~estabelecendo-se~~

(...)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DRADOR	CONT. APARTE
II	1	morg.	CE habitação	23.11.95	Funcionário	

Folha n.º 362 do Proc.
 N.º 46 de 19 98
 DRADOR
 O Funcionário

coisa que se torna cada vez mais difícil em face aos novos parâmetros de competitividade, de desenvolvimento das próprias forças produtivas que agravam o desemprego. Mas também esta contribuição pode ser dada por políticas e programas desenvolvidos na área de habitação tão relevante quanto compensar a renda e fazer com que os indivíduos permaneçam nas escolas isso se torna mais possível quando as necessidades elementares das famílias tem uma compensação de renda que não obrigue essas crianças a se projetarem tão precocemente no mercado de trabalho é relevante também oferecer condições minimamente dignas de moradia porque só assim a gente começa a cristalizar passos consistentes na configuração de conquistas da cidadania. É impossível qualquer criança ter uma performance minimamente adequada na escola se ela não tem um ambiente minimamente saudável onde ela possa estudar. Eu fico imaginando que imóveis tão precários e insalubres quanto esses caracterizam a paisagem urbana da nossa região metropolitana, a mais rica do país inviabilizam a que essas crianças tenham um desempenho escolar minimamente satisfatório mesmo quando estão sendo assistidas nas escolas estão recebendo a merenda escolar. Então, aqui um apelo redundante num mesa de especialistas, também a reflexão no sentido de que na medida em que avança neste país e é muito importante que a gente continue avançando nessa direção debates no desenvolvimento de políticas compensatórias como por exemplo estas de renda mínima também violem os programas habitacionais como parte integrante desse processo de enfrentamento da miséria naquilo que é prioritário e deve ser privilegiado. Era basicamente isto e estou à disposição como também a Fundação SEAD, a todos que têm interesse em aprofundar o conhecimento que possa ser útil e necessário para o desenvolvimento de propostas em cima das bases de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha n.º <u>563</u> do Proc. N.º <u>46</u> de 19 <u>95</u>
<u>II</u>	<u>2</u>	<u>morg.</u>	<u>CE habitação</u>	<u>23.11.95</u>		O Funcionário CONT. APARTE

dados que estamos produzindo com essas pesquisas na Fundação.

A SRA. PRESIDENTE(Ana Martins) - Muito obrigado, Pedro Paulo e nos solidarizamos e nos alegamos com essa visão que o SEADE vem cada vez mais assumindo de contextualizar os dados e não trabalhar friamente dados de levantamentos de pesquisas, e gostaríamos que você deixasse aquilo que é essencial para nós multiplicarmos cópias para todos da comissão e das lideranças que se interessam. Também precisamos do material do CDHU para os vereadores da comissão e para contribuir no nosso relatório final. Vamos passar a palavra agora para a Vânia Moura Ribeiro, arquiteta, professora, coordenadora da APOIO.

A Sra. Vânia Moura Ribeiro - Bom dia. Saúdo essa comissão da Câmara que teve a preocupação de começar a aprofundar a questão da moradia popular na cidade de São Paulo. Apenas vou complementar a questão mais qualitativa porque acho que os dados que o Pedro Paulo trouxe são tão contundentes, eu fiz umas contas, significa 27% das famílias que moram em condições insalubres, barracos infectos, nem sei se conta as famílias de ruas. Então, são 810 mil famílias na região de São Paulo, e na Grande São Paulo está em torno de de 15 milhões de habitantes, então, 810 famílias, significa que são quatromilhões de pessoas que vivem em condições insalubres, condições próximas do rato, próxima dos porcos.

Gostaria de abordar e apenas colocar como itens para que a gente possa discutir. Acho que a gente precisa começar abordar a questão da moradia pelas causas e as causas que eu acho da situação de moradia numa cidade que representa o maior parque industrial onde se oferece os maiores empregos onde se gera a maior riqueza deste país acho que a gente tem que começar a discutir a questão da distribuição de renda onde está



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACAO	CONT. APORTE
LI	3	morg.	CEhaboração	23.11.95		

indo essa renda produzida, o que sobra para as camadas populares brasileiras legítimas filhas de índio, negro, um pouco de italiano misturado por aí. Os históricos baixos salários. A concentração da população nas grandes cidades, porque elas se deslocaram, acho que existem duas grandes explicações, uma diretamente ligada aos dois aspectos, mas é a falta, a ausência de uma reforma agrária neste país e hoje em dia podemos dizer que apenas em 40 anos inverteu-se a concentração de população, até 1950, 60, 70% da população vivia no campo, em cidades pequenas trabalhando na roça, hoje é o contrário, mais de 70% moram em grandes cidades.

A questão da distribuição de renda, só para terem uma idéia, curiosa, fazendo um trabalho sobre regionalização do Estado, a primeira cidade da relação, Adamantina, tem em torno de 22 mil habitantes, apenas 137 famílias ganham mais de 20 salários mínimos, até 3 salários mínimos, ganham 73% das famílias da cidade e é uma cidade rica comparando com a situação das grandes cidades, Campinas, Bauru, São Paulo, e baixada santista. Agora, quais as opções e nessa questão da reforma agrária estamos vendo a situação do Pontal do Paranapanama, que é uma situação conflagrada, acho que é o único país do mundo que o povo quer trabalhar na terra, quer roçar, quer plantar e não tem oportunidade, não deixam plantar, inclusive, as lideranças passam a ser bandidos, quando tem uma sonegação do imposto de renda, só com a evasão fiscal de cartas concessões fiscais e incentivos que se dá à exportação daria para produzir em torno de sete milhões de habitações populares no Brasil. Se as lideranças populares, suas assessorias tivessem ~~mais~~ acesso a esses dados que quanto que vai de recursos públicos, que se evaporam por ralos da falta de fiscalização fiscal é uma coisa realmente que a gente não tem idéia da mag-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	(565)	do Proc.
N.º	446	de 13 98
DRADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
12	1	morg.	ce habitação	23.11.95	

nitudo de recursos que são desviados, a gente não tem idéia, a gente sabe
 alguns dados quando interessa aos grupos que estão se comendo entre si,
 quando não interessa esses dados não aparecem e muito menos nos órgãos
 oficiais. O que resulta dessa questão da distribuição de renda, que se
 acumula o exagêro de famílias que não têm acesso nem à cesta básica que
 hoje custa 105 reais e o salário continua em 100 reais. Os moradores de
 rua. Há dez anos atrás, quem mora em São Paulo, sabia que existiam muitos
 moradores de ruas, que eram homens, alcoólatras e deficientes mentais.
 Hoje não é verdade isso. Hoje dizem que é na torno de 60 mil pessoas,
 outros dizem 100 mil pessoas que moram ou perambulam pelas ruas, e gosta-
 ria de convidar a todos a dar um passeio pelo centro da cidade, pela Rua
 São Bento, Rua Direita, eu faço isso e hoje os moradores de rua dispu-
 tam e moram perpendicular às construções, eles dormem na rua, antes eles
 dormiam paralelo, pelo menos esquentavam o corpo todo, hoje eles esquen-
 tam com o corpo do companheiro e são famílias, tem velhos, crianças,
 mulheres e jovens, todo tipo de gente, não é mais alcoólatra ou deficien-
 te mental, aquele que abandonou a casa. Tem a questão da favela e o Pedro
 Paulo trouxe os dados recentes e bastante ilustrativos da questão do
 ajuste econômico. As favelas é interessante e estudo bastante isso e tra-
 balho com três urbanizações de favelas atualmente, estamos sofrendo para
 tentar fazer a urbanização das favelas, uma na Represa Guarapiranga.
 As favelas o povo ocupa áreas públicas essencialmente, mas é uma coisa de
 sabedoria popular que fico encantada, pena que não conseguimos sistemati-
 zar essa experiência popular, por que invadem, ocupam e moram há anos em
 áreas públicas? Porque é mais difícil tirar. O poder público é incompete-
 nte para defender os seus interesses, e aquelas áreas são restos, por-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L2	2	morg.	ce habitação	23.11.95	Funcionário	

Folha n.º 566 do Proc.
N.º 46 de 1995
CONT. APARTE

caria que sobre dos loteamentos, os vales, as áreas em declive e a população ocupa e ela tem uma garantia pelo menos em menos de 10 anos ninguém mexe com elas e isso é uma sabedoria tão grande que eu fui buscar nas pesquisas. A maioria da representação popular que está aqui sabe, até 1850 no Brasil a terra era pública, não era privada, não vendia terras nas cidades do Brasil, apenas em 1857 que o decreto criou a característica de vender terras, de adquirir terras, as sesmarias eram doações de terras rurais, mas se eu sou marcenseiro e quero montar uma mercenaria na cidade, eu escaminho um pedido para a Câmara Municipal, esta aprova eu construir e ter o direito de uso quanto necessário e eu não pago nada a não ser uma taxa de uso de urbanização, a Igreja católica estava por trás disso e dominava a Câmara Municipal e a igreja tinha os registros de nascimento, de casamento e das terras também, não existia cartório até 1857. Isso faz menos de 150 anos que nos país se vende terras e a questão da reforma urbana é uma das questões mais importantes para se abordar. Conheço desde 72 verdadeiros sinédrios vazios nessa cidade e a população é jogada cada vez mais para longe porque ela não tem condições de acesso, de viver nas condições melhores da cidade e quando oferecem, quando ela quer morar próximo do seu trabalho, o que resta é um quarto de aluguel ou um cortiço, porque é impossível a pessoa que ganha até 500 reais poder ter acesso ao direito de moradia, essa família não tem esse acesso. A questão de opção da forma de morar é realmente em lotes, em terrenos clandestinos. Não sei se as pessoas perceberam que a União devolveu, impossibilitou o usucapião em toda zona leste por entender que a zona leste, Guarulhos, São Miguel, etc., é um aldeamento indígena e inviabiliza as ações de usucapião que as famílias moradoras há 40, 50 anos, compraram lotes clandestinos e terem o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I3	1	mor'g.	ca habitação	23.11.95		

Feita n.º 567 do Proc.
N.º 116 de 13/95
O. P. n.º 116
CONT. APARTE

direito à propriedade. A União acaba de resolver isso no Supremo Tribunal Federal, inviabiliza o usucapião que tem centenas de ações, inclusive, da Vila das Carmelitas, já assessoriei a entrar na justiça com várias ações. É tão burocratizado o órgão público nesta país que não sabe que a zona leste hoje está inteira ocupada e que não existe mais aldeia indígena nenhuma, que eles foram dizimados neste país e as famílias ficam sem o direito de propriedade sem regularização. A Guarapiranga, Cobi fizeram um levantamento, praticamente, está ocupada por loteamentos clandestinos que a população compra inadvertidamente e depois descobre que foi lesado mas constrói o seu barraco de bloco e vai vivendo sem as mínimas condições de urbanidade, urbanismo, sem rua, sem esgoto, sem água. E a outra questão é o aluguel que de fato as famílias que ganham até 3 salários mínimos estão todas dividindo quartos e terrenos familiares, morando várias famílias juntas. Nas favelas uma coisa interessante, quando a gente fez o primeiro cadastro, as famílias tinham um barraco de 12 metros quadrados que morava uma família, dois meses depois tinham três famílias morando naquele barraco, elas se alternavam para dormir, na esperança de ganhar uma casa, porque tinha um projeto de 40 casas naquela favela, tivemos que autorizar aumentar e apertar com madeirite porque é impossível três famílias, 15 pessoas morarem em 12 metros quadrados de madeirite, com uma telha miserável de 6mm. Agora tudo isso acho que existe uma outra questão que a gente deve abordar, que é a questão das lideranças populares, a organização popular, ou a gente se qualifica, ou forma lideranças populares de tal forma que possa atuar de forma mais unificada possível e de forma se recusar certos programas que não vamos ter saída, não há técnico de órgão governamental que possa alterar um pouco a tendência

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Função	CONT. APARTE
L3	2	morg.	ce habitação	23.11.95			

Folha n.º **5683** do Proc. N.º **116** de 19 **95**

ORADOR **Função** **CONT. APARTE**

da extrema exclusão da população pobre deste país e da extrema concentração de renda. Isso é impossível qualquer técnico pensar que pode alterar sozinho, ou alterar mais dúzia de experiências frutíferas que poderiam ser multiplicadas como modelo. A questão da habitação é muito grave, em países avançados e até em Cuba que fez uma experiência razoavelmente progressista, é muito difícil resolver o problema da moradia porque são custos altíssimos, principalmente o custo do terreno, da infra-estrutura e da produção propriamente. Então, acho que na cidade de São Paulo, são os dados do Habitat 2 que tem saído nos jornais é uma pena que não possa aferir esses dados em torno da zona central, não sei se é no primeiro anel, pega até a Vila Mariana, mas saiu um dado de um milhão e 600 milhões de metros quadrados, dos quais 30% estão ociosos, vazios. E também fiz umas contas, esses 30% aqui está em torno de dez mil famílias para morar, só que o povo mora na rua, não pode dormir sob um teto. Acho que o diagnóstico para o Habitat 2, essa conferência é a última que a ONU está patrocinando para quem se possa fazer um diagnóstico e ter um plano de ação para o próximo milênio, por isso acho importante a Câmara ter tomado esta iniciativa e acho que essa discussão se dá em algumas associações de moradores e movimentos de moradia que tem que se reproduzidos para que se tenha consciência da gravidade do assunto. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) — Nós agradecemos a Vânia e vamos passar a palavra para a Suzana Pasteurnak, urbanista também.

A Sra. Susana Pasteurnak — É uma ironia falar logo depois do CDHU e do SEADE, porque inclusive o Pedro Paulo comentou da base de dados, da atualização e nós temos agora, sou assessora do CDHU e além da USP, temos agora tentando fazer um projeto conjunto de utilização dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 569 do Proc.
N.º 476 de 19 95
O Funcionário CONTÁBIL

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário
13	1	morg.	ce habitação	23.11.95		

dados da PCV para diagnóstico habitacional, espero não botar o preço muito salgado. O que queria apresentar hoje era um diagnóstico da situação de favelas e cortiços e vou me ater mais às favelas não da região metropolitana, mas da cidade de São Paulo, e agora vou dar um quadro geral, porque vocês conheçam, para poder enquadrar o município de São Paulo. O processo de urbanização brasileiro está mudando, temos uma diminuição de crescimento passando para 1,9% e isso tem reflexos e a gente tem uma notícia boa que é o declínio de mortalidade, apesar da situação material está se deteriorando e tem um declínio de mortalidade no Brasil, isso é aumento de experiência de vida, grande entre 40 e 80, um aumento de 17 anos, para o Estado de São Paulo, estamos com experiência de vida quase de primeiro mundo, embora em condição não de primeiro mundo. A gente tem um número extremamente importante isso vai rebater em plano habitacional, em plano de saúde e plano de habitação, que o Pedro Paulo não comentou, que é um decréscimo de fecundidade, em 84 tem 3,5, no Estado de São Paulo, em 93, tem 2,3. Isto dá uma mudança de perfil e dá uma mudança de demanda, uma mudança de enfoque, que a população de terceira idade que jamais era atendida por programa social vai ter que ser atendida porque está surgindo com força. E a gente está também tendo um processo de urbanização intenso, aumento da taxa da urbanização, saída da população rural tinha um processo grande de metropolização, crescimento se dava nas metrópoles e na última década não se deu tão intensamente nas metrópoles, inclusive, tem a metrópole de São Paulo, o município de São Paulo pela primeira vez na história com um saldo migratório negativo, com menos 770 mil habitantes aproximadamente. É uma mudança muito grande no perfil da cidade. Isso deu uma mudança no tipo de crescimento da cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	570	do Proa.
N.º	46	da 19
ORADOR ☐ FUNCIONÁRIO ☐ CONT. ☐ PARTE ☐		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT.	PART.
14	2	morg.	ce habitação	23.11.95				

a trama urbana está se modificando. Então, se nós tínhamos antes um crescimento grande, com taxas grandes, o Município de São Paulo de 4,6%, 3,6% a gente tem um crescimento de 1% nos últimos dados disponíveis, comparando 80 a 91. E outra coisa que dá pra ver e que mudou o perfil de São Paulo o crescimento era periférico, continua e o pouco crescimento se deu na periferia, caracterizando uma expulsão da área central que a gente pode colocar diversas hipóteses. Não concordo com a hipótese de imóveis vazios, não sei se são tantos terrenos vazios, diria razão que a estatística falha dizendo se é anel central, anel isso aquilo e não se sabe o que acontece. De qualquer forma a gente está tendo uma mudança de uso na cidade, imóveis residenciais estão ficando comerciais e o crescimento periférico, os anéis da cidade tem um crescimento negativo, tem taxa negativa. Isso faz surgir a hipótese de uma urbanização periférica nas diferentes da anterior, que era ligada ao mercado de trabalho formal, nós tínhamos o setor industrial grande que empregava gente. Foi comentada a taxa de desemprego aumentando então temos a hipótese da urbanização periférica ligada mais à atividade informal e muito menos ao tripé antigo loteamento irregular, casa própria, auto-construção, mais ligado à favelização, isso é o que parece que está acontecendo. Só para dar idéia dos anéis, tem o mapa de São Paulo, subdistritos antigos, onde mostra o anel branco onde a população está crescendo, que são os extremos, regiões desprovidas de infra-estrutura e pobres. Agora, da favela. O Pedro Paulo falou da pesquisa do PCV onde a unidade de análise é da região metropolitana e ele falou no crescimento dessa taxa de favelado, de 4% para 6,7%. Vou me ater às pesquisas do Município de São Paulo, que tem pesquisas de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APORTE
I4	3	morg.	CE habitação	23.11.95			

Folha n.º 57 do Proc.
N.º 46 do 1.º
CONT. APORTE

favelas bastante boas, contrariamente a estatística normal, tem tradição de pesquisas de cadastros de favelas, uma tradição razoável e de 20 anos.

~~Estão anexas as favelas e as terras...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

572
N.º 46 de 1995
8 F.UNC. Diário CONT. ARBTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNC.	Diário	CONT.	ARBTE
L5	1	Paula	CE-habitação	23.11.95	Suzaner				

Então, o conceito de favela é de terreno invadido. Você pode ter barraco, ter casa com piscina se quiser, mas o terreno é invadido e é definido como favela. Esse é o conceito que Sead usa. Esse conceito foi utilizado em diversas datas-base de pesquisa. Então, as datas são comparáveis. E, aí, chega a uma coisa muito grave, no primeiro cadastro de favelas feito no município de São Paulo, em 1993, eu tinha 1% da população paulistana, do município de São Paulo e não da Grande São Paulo, morando em favela. Fizemos algumas atualizações, em 1975 estava crescendo; em 1980, foi uma pesquisa feita pela Usp e pelo IPT; em 1987 foi uma pesquisa feita pela Prefeitura de São Paulo, onde esse percentual já deu quase 9% da população do município morando em favela. Em dezembro de 1993 fizemos uma atualização, a Fundação Fipe com a Faal, onde deu o espantoso número de ~~19,1~~ 19,8% de população morando em favela. Quer dizer, temos só no município de São Paulo uma população de quase dois milhões de pessoas morando em favelas, o que é uma coisa apavorante. Ainda tenha a ousadia de dizer que esse número pode até estar subestimado. Por que ele ~~pode~~ pode estar subestimado? Pelo tipo de enfoque de metodologia que foi trabalhado: a pesquisa de 1993 foi feita em cima da pesquisa de 1987. Então, voltamos para as favelas de 1987 e recontamos os favelados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Processo n.º 1573 de 1995
M.O. 46 de 1995
O Funcionário
CONT. AFARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFARTE
L5	2	Paula	CE-habitação	23.11.95	Suzana	

Assim, foram excluídas as favelas novas. Então, isso está subestimando as favelas novas que ainda são pequenas, mas são extremamente perveras.

Qual é o tipo de morador pobre novo que nós temos?

Quer dizer, isso mede o adensamento de favelas. O morador pobre novo que temos é o tal que a vânia falou que surgiu, o "homeless", o sem-teto. Existia em pequena quantidade, mas está aumentando cada vez mais.

Em termos de estatística, vou te desmentir. Não é nem 60 mil e nem 100 mil. Tem uma pesquisa mais recente, que não conheço, em 1991, para moradores de rua e foi surpreendente, deu cerca de 4.800. Você pode dizer que de 1991 para 1994 subiu muito, é provável, mas não sei quanto. Existem os moradores de rua e aqueles que passam o dia na rua, mas que à noite voltam para casa. Estou falando dos moradores que, realmente, não têm onde morar.

Qual é o outro tipo perverso de moradia que surgiu?

Surgiu esse tipo novo de favela, que todos estamos vendo agora, que você não passa por ponte nenhuma de São Paulo sem ver gente debaixo da ponte. Então, é uma favela que não dá para urbanizar, não dá para ficar e aquela gente terá que sair.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 574 do Proc.
N.º 46 de 1995
OPADOR uncinário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OPADOR uncinário CONT. APARTE
L5	3	Paula	CE-habitação	23,11.95	Suzana

Surgiu um outro tipo de favela, que também notamos, que é o acostamento de auto-estrada, Fernão Dias, Marginal, que também são favelas não urbanizadas e com condições de vida muito ruins.

Quer dizer, esse número além de ser muito grande, tenho quase 2 milhões de pessoas, ele não inclui as favelas novas que são as piores, são as que têm menos condições.

Fizemos alguns quadros comparativos sobre alguns indicadores a partir dessa série de pesquisas, Prefeitura, IPT-UNP, Prefeitura novamente e UNP-FAAL. Então, o que notamos em termos de condições de vida na favela, aqui peguei indicadores domiciliares, é uma certa melhoria, não seria tanto uma melhoria de vida, mas que está ligada sobretudo às políticas de desfavelamento. A política aqui era remoção pura e simples. Então, ninguém investia nada na sua casa. Em 1980, começamos a ter uma política implícita, quando você falou do Pró-água, pró-luz, uma política implícita de deixar as pessoas ficarem. O reflexo disso, 7 anos depois, são as casas de alvenaria; 13 anos depois, 3/4 das casas de alvenaria. Quer dizer, há uma melhora de condições físicas na favela. Não estou dizendo que a favela é grande coisa, mas há uma indiscutível melhora por atuação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º **575** do Proc. N.º **416** de 19**95**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	4	Paula	CE-habitação	23.11.95	<i>Suzana</i>	<i>[assinatura]</i>

do Poder Público , por atuação individual das pessoas houve essa melhora.

Outro dado também interessante de ver é domicílio com cobertura. Aqui está "telhado e laje". Esses 90% que usam telhado e laje , temos 20% de laje. Por que estou dando atenção a isso? Porque cobertura e laje significa a possibilidade de verticalização. Então, temos a possibilidade de adensamento dessas favelas.

O piso de terra batida decaiu, o que é um bom sinal. Antigamente, tinha uma grande quantidade de domicílios sem banheiro ou com banheiro coletivo e agora tenho menos de 10%.

As condições de ventilação continuam horríveis. Quer dizer, se eu tinha 17% de pessoas sem janelas, continuo com 12% das pessoas sem janelas, o que dá uma epidemia de bronquite violenta. Na casa da população favelada não existe janelas, se você olhar para o teto, ele está preto. Então, uma das coisas básicas que se faz quando se trabalha, antes da urbanização, você trabalha praticamente a nível de atendimento: "bota um businote; joga a água mais longe e tira o berço da criança de perto da parede porque tem mofo". É uma coisa básica. A ventilação cruzada de quantidade e preferência também. Enfim, são cuidados ~~em~~ até pré-urbanização e que pouparam uma ~~des-~~ ~~pasa enorme em remédio de bronquite, ou mesmo, em pneumonia mais tar-~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	576	do Proc.
N.º	16	de 1995
OF.º	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	Assinatura
15	5	Paula	CE-habitação	23.11.95	Suzana

de.

Outro quadro que também tratei aqui foi outra coisa em termos de condições de domicílio. Então, notamos a partir disso que a favela antes era totalmente residencial. Hoje em dia tenho um percentual razoável de imóveis mistos ou não residenciais em favelas. Qual é a importância disso? Primeiro, está se criando um microcosmos. Segundo, em projeto de desfavelamento, se você não prevê comércio dentro, aquelas pessoas não terão onde comprar e aquelas pessoas que viviam daquele comércio não terão do que viver. Então, é importante pensar nisso em projeto de desfavelamento.

Pegando as estatísticas do Pedro Paulo, aqui pegamos dois cômodos, que é favela, o percentual aumentou, quer dizer, não só a favela está de alvenaria como também com domicílios maiores. Está conservando as pessoas por domicílio. Os domicílios com cômodo único estão diminuindo. As condições físicas da favela estão, realmente, um pouco melhores como tudo isso mostra. Embora o aumento de favelados é assustador. Eu nunca pensei que São Paulo em números absolutos mais favelados do que o Rio de Janeiro, e tem; em percentual não, mas em números absolutos tem. O Rio está com um milhão e oitocentos mil favelados e São Paulo está com mais de dois milhões.

Em termos de infra-estrutura, também temos algumas no-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L6	1	Paula	CE-habitação	23.11.95	Suzana	

Folha no 577
N.º 46 de 95

tícias boas em relação a favela, produto também de política pública. Então, tenho apenas 10% de domicílios sem energia elétrica. Era menos e subiu. Porquê? Porque mesmo a Eletropaulo colocando energia nas favelas, essas cresceram de tal forma que a Eletropaulo não conseguiu suprir a demanda e defazou.

Diminuiu o número de pessoas utilizando água de bica. A Sabesp tem 64% dos domicílios favelados sendo abastecidos de uma forma ou de outra, por ligação direta, por torneira coletiva ou por mangueira flexível, que é uma solução ruim, mas melhor do que nada.

Agora, uma coisa trágica, isso aqui é uma bomba sanitária, quer dizer, os domicílios favelados do município de São Paulo, cujos dejetos têm destino ao ar livre, ou córrego, ou represa direto, tenho 77%, houve um aumento. Isso aqui é uma bomba sanitária. Graças a Deus o pessoal ainda tem água clorada. Se não tivesse, nem precisaria pensar em desfavelamento porque todos morreriam de cólera ou febre tifóide.

A coleta de lixo melhorou. Quando ela aparece aqui é a coleta de lixo de , pelo menos, duas vezes por semana. Então, houve uma melhora, um esforço no município de São Paulo de coleta de lixo em favela. E, também tivemos um triste aprendizado com a coleta de lixo em favela. Quando começamos a implantar a coleta de lixo em fa-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha n.º	de	Proc.
16	2	Paula	CE-habitação	23.11.95	fuzauer	578	de	19 95
						N.º		
						de		
						CONT. APARTE		

velas, tivemos um problema seriíssimo com ratos porque tiraram o lixo, mas os ratos ficaram. Como os ratos não tinham o que comer, eles atacavam as pessoas. Então, agora sabemos que quando tem coleta de lixo, tem que desratizar a favela.

Em termos de renda, aqui estou falando em renda nominal, também tive uma surpresa. Essa surpresa está ligada a dificuldade de obtenção de moradia e ao empobrecimento das famosas classe "C" também, quer dizer, em classe média baixa. É uma renda nominal em salário mínimo, ela não está deflacionada. Então, isso deve ser visto como uma certa ressalva porque não é renda real. Não está em cesta básica. Não quisemos fazer nem em ~~em~~ dólar porque ele tem inflação também. Mas, o fato é que se antes eu tinha apenas 24% da população favelada de cinco a dez salários mínimos, agora eu tenho 36% acima de cinco salários mínimos. Ou seja, tenho muito mais gente que antes vivia em outro tipo de moradia, casa de aluguel, seja lá o que for, e que não tem alternativa perante custo de construção, custo de terreno, de aluguel, de moradia, a não ser ir para a favela. Então, mesmo sem isso estar deflacionado, essa tabela é expressiva.

Nesses últimos cinco minutos, queria apenas colocar alguma coisa sobre o tipo de favela em termos de risco ambiental.

~~Yandax~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Fólm. No. 579	ou Fm. No. 16	dn 19 95
ORADOR F. No. 16		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR F. No.	CONT. APARTE
16	3	Paula	CE-habitação	23.11.95	Fuzau	

Vocês vão ver que a maior parte das favelas de São Paulo está nas margens de rio, em regiões de inundação ou em locais de alta densidade, quer dizer, são favelas em situação de risco. Somando tudo isso, temos quase 72% dos domicílios de favela em região ou vizinha a córrego, jogando dejetos em córregos, ou jogando os dejetos nas represas, o que é outro risco ambiental pesado.

Foi feito um trabalho em 1990, pelo IPT, que procurou ver risco geológico, geomorfológico nas favelas. Dividimos o trabalho em três tipos de risco. O risco eminente, quer dizer, ou tira ou aquela gente na primeira chuva desliza. Eu tinha 500 domicílios com risco eminente. O risco I, definido em termos técnicos, que pode demorar um pouco mais. Eu tinha 7.000 domicílios. O risco II é um risco de longo prazo, 17.000. Ou seja, eu tinha quase 25.000 domicílios de favela, naquela época 16% dos domicílios de favela em situação de risco, quer dizer, você tem que atuar fortemente. Não estou falando em risco de saúde pública, mas risco para os próprios favelados, quer dizer, risco de solapamento, o pessoal cai no rio, risco de alagamento, deslizamento na Zona Norte. Então, são coisas extremamente pesadas que são prioridade de investimento. Inclusive, essas tabelas serviram de prioridade de investimento, por exemplo no Governo passado, onde as favelas em que se atuava primeiro eram as famosas favelas de risco.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARARU
I6	4	Paula	CE-habitação	23.11.95	SEBASTIÃO Suzana	116 O Funcionário

Vou falar mais de dados porque a minha função aqui era essa, me foi pedido isso. Não vou falar absolutamente nada de política. Agora, esses dados já dão alguma ~~situação~~ indicação de política. Quer dizer, situação de risco é sério porque mexe com sobrevivência. Contaminação de córrego ou de reservatório é sério porque mexe com a saúde coletiva, do município inteiro. O aumento de população favelada nesse nível, quer dizer, em 20 anos de 1973 a 1993 passei de 1% ~~de favelados~~ de favelados para quase 20% de favelados, também dá o que pensar. Quer dizer, que tipo de cidade estamos construindo? Era isso o que eu queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) — Muito obrigada, Suzana. Gostaríamos de anunciar que estão presentes: Dr. Sebastião Bittencourt, assessor da Diretoria de Planejamento da CDHU; Padre Guilherme, da Pastoral da Moradia; Associação 26 de Julho, Forum dos Mutirões, Vila Rio Branco, Associação Feminina da Vila Alpina, Fasesp, Federação das Associações Comunitárias, Associação Comunitária Campanha Gaúcha, Vila Medeiros, Sociedade Vila de São Domingos, Mutirão do Carrãozinho, Mutirão Haia do Carrão, Ansur, Consab-São Miguel, Instituto Pólis, Arquiteto Calazans, que já fez parte de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

582
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	1	Paula	CE-habitação	23.11.95	AnaMartins	

outras Mesas; Arquiteta Márcia, do Gabinete do Henrique Pacheco; Arquiteta Leda, do gabinete da Ana Maria Quadros; Arquiteto Massato, do gabinete do José Mantor; Arquiteta Rosela, da Liderança do PT e também o assessor do gabinete do Ex Gilson Barreto.

Caso o Vereador Adriano Diogo assim deseje, convidamos para que faça parte da nossa Mesa.

Vamos dar a palavra ao último expositor deste tema o Arquiteto Sérgio Zaratini, da Implasa. E, depois abriremos as inscrições. Já está inscrito o Vereador Henrique Pacheco.

O SR. SÉRGIO ZARATINI - Quando fui convidado a participar desta Mesa não entendi muito porque me considero com relação ao tema da habitação um estranho no ninho. Pode ser paradoxal para uma pessoa que desde 1962 trabalha em planejamento urbano e regional fazer essa afirmação. Mas, essa é a expressão da verdade. Tenho me dedicado essencialmente ao trabalho de planejamento e, nos últimos tempos, a montagem de sistemas de planejamento. Isso embora tenha a ver muito de perto com a questão habitacional nunca me deixa espaço e oportunidade de trabalho para atuar diretamente a projetos ligados a questão habitacional. De maneira que a informação que eu posso trazer é uma informação de late precariedade e que tem muito de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 582 de Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário CONT. A PARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
L7	2	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio

impressionista, é como se fossem alguns flashes que pudemos fazer estourar ao longo dessa atividade. E, se eles servirem para iluminar alguma coisa do nosso ~~nosso~~ objeto de discussão, tanto melhor; se não podem ser descartados tranquilamente,

Dentro dessa ~~trajetória~~ trajetória de planejamento, principalmente ligado a São Paulo e à Grande São Paulo, há um momento significativo, no qual tive a oportunidade de participar de debates — se bem me lembro promovidos pela Secretaria do Bem Estar Social do Município, por volta de 1973 — que abordavam a questão da habitação no Município.

Então, pela primeira vez surgiu um fato inquietante que mostrava que no período de 4 ou 5 anos o número de assentamentos típicos de favela tinha crescido 450%, enquanto a população residente nesses assentamentos teria aumentado 150%. O que queria dizer isso? Queria dizer que as favelas tradicionais, São Paulo ~~uma~~ nunca foi por excelência um lugar de assentamentos do tipo de favela, era uma 1% da população naquela época. Tinham algumas favelas históricas como a de Vila Prudente de grandes dimensões, mais nada.

Esse dado mostrava que no final da década de 60 e a partir da década de 70 a situação se modificava. As favelas se tornavam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Processo 583
N.º 40 de 13 8
O Funcionário CONTARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
L7	3	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio	

menores e mais disseminadas. Portanto, indicando um processo de crescimento que deveria preocupar as políticas públicas. Nós tomamos os dados do censo-91, parece ser que no período de 1987 a 1992 o processo de mantém. A taxa de crescimento anual nesse período dos assentamentos no município na Capital foi de 2,54, enquanto que do número de domicílios foi de 5,09. Portanto sempre aparece uma diferença. Aqui parece que está acontecendo o contrário. As favelas que se disseminaram naquele período agora estariam aumentando de tamanho, quer dizer, elas teriam criado um novo padrão de dispersão por toda a área urbana e agora cada uma delas estaria se consolidando enquanto assentamento de favelado, que é um outro tipo de preocupação, mas que é uma preocupação grande que deveria também formar as políticas públicas.

Por ocasião do plano metropolitano em 1970, foi um plano pioneiro em inúmeros aspectos, principalmente pelo fato de tomar pela primeira vez a Grande São Paulo como um objeto de formulação de políticas públicas, houve propostas muito detalhadas em relação ao campo habitacional, dimensionamentos, inclusive, necessidades de habitação de interesse social, designação de áreas favoráveis e prioritárias para esse tipo de assentamento e, na verdade, sem qualquer efeito maior. A avaliação que se pode fazer em 1981, 1983, mostrou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º **584** de 19 **95**
N.º **46** de 19 **95**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
L7	4	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio	

praticamente nada daquelas posturas do plano metropolitano foram levadas a prática de forma sistemática. E, mais ainda, que o próprio tratamento da questão Habitacional a nível regional deixava de ter qualquer tipo de articulação, qualquer articulação, qualquer institucionalização, não digo tanto formalizado, mas no mínimo a nível de procedimentos que permitissem falar numa política metropolitana de habitação. ~~xxxxxxxx~~

A tal ponto isso que no plano que se fez revisão e atualização do plano metropolitano em 1982, de 1981 a 1982, todo o esforço na área habitacional foi tentar montar esse tipo de procedimento e articulação de ações entre os três níveis de governo voltadas para um resultado e uma intervenção habitacional no conjunto da região. Tampouco dessa iniciativa resultou qualquer coisa mais prática. A habitação continuou a ser tratada de maneira aleatória e que tem muito a ver com o que o Pedro Paulo levantou aqui: a precariedade das estatísticas. As estatísticas ~~existentes~~ habitacionais de uma região como São Paulo continuam a ser extremamente precária. Isso não é um resultado ~~um~~ accidental ou gratuito, mas isso tem a ver com a questão que eu quero destacar com mais ênfase que é a ausência, na verdade, da consideração de uma política habitacional no sentido e na escala que ela deveria ser.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	585	de	19	95
No	116	de	19	95
ORADOR	CONT. APORTE			
Funcionário				

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
18	1	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio

Acho que é extremamente proveitoso esse conceito que o Pedro Paulo traz que a habitação também deveria ser enquadrada nas políticas de previsão mínima de direitos sociais. Reconheçamos que a Constituição não amparou muito essa idéia. A Constituição não reconhece o direito à habitação como um dos direitos sociais fundamentais do cidadão, enquanto reconhece uma bateria de outros na habitação não o faz. Ela apenas diz que estados, municípios e o Distrito Federal poderão concatenar programas na área da habitação e coisas dessa natureza. Mas, enfim, acho que o alerta é válido. Acho que bate inteiramente com o resultado da experiência que temos tido.

Do ponto de vista de caracterização diagnóstica desse fenômeno da questão, inclusive falando por último, e com essas ressalvas que fiz ao início, pouco sobra para acrescentar. Acho que os dados que a Suzana traz iluminam muito amplamente a questão, principalmente no aspecto da moradia chamada subnormal. Elas, na verdade, servem de fundo para o que vou falar. Na verdade, quero encerrar esta intervenção breve.

Podemos entender estruturalmente que até uma certa etapa da história do Município e da região como um todo em provimento habitacional, inclusive na faixa popular, fez uma faixa orgânica da estrutura econômica dessa região. A Suzana destacou bem que até 1993

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha n.º 586 de 586	CONT. APART. 1945
13	2	Paula	CE-habitação	23,11.95	Sérgio	O Funcionário	

era insignificante a participação de favelas no atendimento da demanda habitacional na região, 1% da população era a população favelada, certamente algo mais era a população que já vivia em cortiços, mas ainda assim as formas seriam pequenas. Na verdade, até essa época o grande provedor de habitação para as faixas de menor renda era o loteamento de periferia, o loteamento popular ou o chamado loteamento precário de periferia, mas que ora de se entender que era uma forma produzida dentro do mercado, ainda que com algum possível grau de clandestinidade, mas uma grande parte desses loteamentos eram perfeitamente legais, perfeitamente dentro do giro corrente da economia.

Esse alerta da AE HABI-73 só fez progredir e progressivamente o perfil estrutural desse provimento da habitação foi se alterando no município e na região. O loteamento precário de periferia foi perdendo participação no provimento dos segmentos de menor renda em proveito dos domicílios coletivos, dos cortiços, e das favelas, conforme foi demonstrado aqui.

A Suzana destacou a esse respeito um fato que me parece fundamental, provavelmente numa fase inicial, de grande crescimento demográfico e de metropolização, destaco particularmente a década de 60 e 70, na qual a Grande São Paulo como um todo foi o segundo conglomerado urbano ~~xxxxxxxxxx~~ em velocidade de crescimento no País.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	3	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio	

Folha 11.0 **587** do Proc.
N.º **46** de 13/8
CONT. APARTE

Ele cresceu a 6% de TGCA nesses 10 anos. Ele só foi superado por Belo Horizonte que nesse período cresceu 6,6%. É importante ressaltar que grande parte desse crescimento se deveu à migração interna substancialmente, como é sabido. Os dados que se têm hoje mostram uma situação radicalmente distinta, não só um decréscimo da taxa de crescimento, mas um decréscimo muito substancial na migração. A migração na região metropolitana é hoje negativa, ou seja, a taxa é negativa no último...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º <u>588</u> do Proc. ORADOR <u>146</u> CONT. 19/10/95 O Funcionário <u>Sérgio</u>
L9	1	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio

último período intercensitário. Portanto, não há que procurar mais nesses fatores os grandes criadores da demanda habitacional. O que se pode dizer do agravamento da condição habitacional é se dá em população que é radicada na região que já está assentada, que já é população, que faz parte do município e da região a um tempo suficiente para se considerar população da própria região.

Acho importante o que a Suzana destacou porque a migração mudou de fundamento. Na época do crescimento acelerado, da metropolização acelerada preponderava como fato gerador a existência de grandes polos de emprego. É através da fusão nacional, desses polos de emprego que ela atrai aqueles grandes contingentes migratórios e aumentava tão substancialmente as taxas de crescimento gerais.

Hoje é diferente porque há efeitos impeditivos muito sérios ao prosseguimento da implantação desses grandes polos na região metropolitana. Há fatores que são negativos a permanência das empresas, principalmente das grandes empresas. Numa região como São Paulo elas têm uma verdadeira aversão ao nível organizado de sindicalismo que se atingiu aqui e esse é um dos fatores fundamentais, fora das economias de aglomeração para que ~~procurarem~~ procurem áreas no interior e até em outros estados.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
L9	2	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio	589

Mas, não é só isso. O próprio perfil do grande pólo de provimento de empregos mudou com toda a mudança econômica a nível mundial. Aqueles grandes conglomérados industriais do tipo das indústrias automotivas, provavelmente não virão a se repetir num horizonte que podemos projetar no País porque todo o perfil da produção e distribuição está profundamente alterado, globalizado, ~~expressamente~~ há um intercâmbio muito mais ubíquo de componentes do processo produtivo e do processo de distribuição, de maneira que essas grandes unidades deixam de ter sentido estratégico.

Não é apenas porque elas estão se deslocando da região que o papel desses pólos na geração dos grandes contingentes de demanda habitacional deixam de existir, é porque já não se formam mais esses pólos como antigamente.

Não obstante, em áreas periféricas se continua a presenciar um fenômeno típico do foram as regiões metropolitanas nas décadas de 60 e 70. Um município como Ubatuba, por exemplo, foi um município que cresceu com a mais alta taxa de crescimento do estado nesse último período intercensitário, mais de 4,5% ao ano, a taxa geométrica de crescimento anual. Todo mundo sabe que Ubatuba é um município absolutamente carente de emprego. Não obstante, essa popu-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha N.º do Proc. N.º de 1995 CONT. APARE
L9	3	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio	596

lação vem, se instala até por razão de alguns vínculos históricos, principalmente como Minas Gerais, sem a perspectiva já de acessar o mercado formal de emprego. Então, gerando uma espécie de periferia que se auto-alimenta. Já a população migra, migra simplesmente para subsistir e vai arrumar alguma maneira de conseguir a sua renda naquele próprio assentamento de subsistência ~~que~~ onde venham a se instalar. Então, geram-se inúmeros pequenos estabelecimentos da maior precariedade onde alguém faz uma renda mínima que lhe permite sobreviver. Deve ser esse o perfil que se ~~p~~ repete em municípios que eu conheço menos. Ubatuba conheço bem de perto e o fenômeno é caracteristicamente esse.

É evidente que isso faz o padrão precário ~~se~~ se estender a áreas antes inimagináveis. Ele se torna ~~uma~~ obíquo não só dentro do próprio município, dentro da própria região como em todo o espaço perimetropolitano, se assim pode se chamar esse espaço que no fundo hoje constitui o pólo metropolitano de São Paulo e que vai de cereais de Campinas, Baixada Santista, Sorocaba e Vale do Paraíba. Isso, na verdade, é o pólo metropolitano hoje. Em todo esse ~~de fundo~~ pólo deve estar acontecendo esse processo dos assentamentos subnormais com rebaixa média do padrão habitacional.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	PARTE
L9	4	Paula	CE-habitação	23.11.95	Sérgio			

Bem, tudo isso, na lógica, deveria levar à sustentação de uma preocupação que já deveria ter sido mantida contínua a partir de 1973 no sentido de formação de políticas habitacionais globais. É essa a tese que quero defender aqui já saindo um pouco do diagnóstico. Em termos de região metropolitana, como todos sabem, ~~as regiões metropolitanas do~~ as regiões metropolitanas do Brasil num momento inicial foram organizadas para o desempenho do chamado serviços comuns. É evidente que o caráter positivista dessa formulação, o caráter profundamente comprometido com o enfeudamento que é tradição na administração brasileira, já foram criticados e é patente nessa formulação. É interessante que ao fazer essa formulação, excluiu-se a questão ~~para~~ habitacional da possível plataforma da ação metropolitana. Por um lado, isso é correto conceitualmente porque a habitação não pode se considerar um serviço. A habitação no nosso regime econômico é uma atividade, uma atividade basicamente da economia de mercado e que deve gerar lucro. Ela é apenas por, em forma supletiva ~~em~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
110	1	beth	habitação	23.11.95

Folha n.º 597 da P.º	CONT. APART. 19
ORADOR	O Funcionário

em função do agravamento desse setor no quadro da economia que ela acaba tendo uma componente social que talvez acabe por conotar como serviço significativo. Mas, o certo é que ela jamais vai se circunscrever à posição de um serviço. A ausência de percepção ou de vontade de perceber essa realidade e de institucionalizar a preocupação que decorreria disso leva a que todas as propostas habitacionais sejam capengas, sejam extremamente parciais e sempre voltadas para a área da habitação do interesse social. O que lhes dá, logicamente sempre um caráter supletivo ou um caráter de remendo de uma situação atingida. Eu tenho entendido - e ao longo das abordagens que fomos fazendo ocasionalmente do processo de planejamento à questão habitacional - que há um outro equacionamento que tem que ser feito. Que a política habitacional tem que começar, tem que abranger o conjunto de servidores que lidam com a habitação, inclusive os setores que lidam com a habitação dentro do mercado e até segmentos mais exigentes. Sem isso não se ilumina com a clareza necessária o setor no seu conjunto. A questão no seu conjunto e esse campo no seu conjunto. Inclusive porque sem isso não se vai conseguir aquilo que é uma das diretrizes que está sendo colocado no ~~plano~~ plano metropolitano ~~mais~~ mais recente e que é retomar a presença do setor privado no movimento habitacional, inclusive para as taxas de menor renda. Isso, no passado, bem ou mal, dava certo em São Paulo. É claro que a cidade sofreu muito com isso. Toda essa inserção da produção de habitação para a baixa renda sob a forma do loteamento precário de periferia, danou fundamentalmente o meio-ambiente, os recursos naturais na nossa região. Enquanto existiu foi uma solução própria da região

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
110	2	betb	habitação	23.11.95		

em que organicamente a habitação estava imbricada na nossa economia. Hoje nem isso. Hoje temos uma privagem muito mais profunda, uma situação muito mais segmentada em que o ~~setor~~ setor privada praticame n-te produz para as faixas de luxo e de afluência e que podem pagar. Todas as análises que fizeram desse planque a gente participou mostra ram que não dá, que tem que voltar a essa perspectiva até por isono-mia pois em todos os setores da infra-estrutura e de vertentes de pen-samento econômico mais variado se diz que tem que fazer voltar ao se-tor privado para uma participação. A parteria está na crista da on-da, a privatização também e no entanto se propugna isso para todos os setores da infra-estrutura e a habitação fica deixada de lado. Acho que não dá. Isso realmente teria que ser abordado em termos de formação de política no setor no seu conjunto com uma boa base de da-dos entendendo, inclusive, o que representa a produção de mercado e a partir daí tratando de equacionar quais fatores poderiam ser mani-pulados no sentido de garantir um reingresso no setor privado num provimento habitac_ional para as faixas de menor renda. Eu não tenho elementos sobre isso feitos, não sei se eles existem sistematicament e. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por ocasião do Plano Diretor emque houve uma participação muito boa do setor imobiliário eles che-garam a montar planilhas demonstrativas do custo médio de uma unidade, de um lote urbano, sem nenhum grande requinte de quanto custaria isso obedecidas todas as exigências legais. A conclusão dramática é que isso só estava ao alcance de alguém de renda média para renda al-ta. Isso levou inclusive, naquele caso, a posturas de manipular com ~~as exigências e com esses fatores para favorecer o reingresso des-~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
110	3	beth	habilitação	23.11.95	46	1

esse capital privado na produção habitacional para as faixas de menor renda articulando isso a disposições especiais que estavam no Plano Diretor. Não sei o quanto isso avançou mas o que entendo é que os caminhos tem que ser buscados por aí começando em termos de política pela coragem e que tem que ser a nível estadual, regional e município de formular políticas organicamente entrelaçadas para o setor como um todo e que permita haver toda essa quantidade de particularidades e tirar partido do que possa ser manipulado positivamente no sentido de dar uma posição na escala do desafio que é crescente como tudo o que foi demonstrado aqui. Era o que eu queria colocar.

A SRA ANA MARTINS - Muito obrigada. Estamos abrindo para o debate. Tem a palavra o Vereador Henrique Pacheco.

O SR HENRIQUE PACHECO - Cumprimento os presentes e acredito que sejam de altíssimo nível. São grandes contribuições técnicas que trazemos para nossa comissão, tão bem presidida pela Vereadora Ana Martins. Aproveito a presença do CIHU para fazer um questionamento. Faça antes um preâmbulo: há 20 anos atuo na área de moradia com favelas, cortiços, ocupações de terra, movimentos dos sem-terra ajudando a contruir juntamente com outros, a política de implantação dos mutirões na Cidade. Foi uma experiência trazida do Uruguai com alguns arquitetos, o Nabi e outros, o Vitor Lotufo que traziam já a ideia do mutirão e que depois, na gestão Luiza Erundina foi muito implementada na Cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha n.º 595 do Prog. 1985	CONT. 1APARTS
III	1	ant.	d hab.	23.11.95	O Funcionário		

Pois bem, a minha pergunta tem um caráter político, e quero fazer essa abertura mais demorada. Tenho pelo governador Mário Covas um profundo respeito, desde a época em que era Prefeito de São Paulo. No segundo turno o PT optou por um apoio e fui um dos que o apoiou de forma dedicada porque acredito nos seus propósitos e suas idéias. Quando houve a alteração do governo, quem é dessa área de moradia tinha uma grande esperança na questão do CDHU e na mudança de hábitos, conceitos e formas de atuação. Enquanto vereador somos procurados por pessoas que nos pedem, o senhor nos arruma uma carta para que a gente possa conseguir um apartamento no CDHU? Se não fosse por dedo político, refiro-me à gestão Fleury não era possível obter um apartamento. Está aí o novo governo, a nova direção do CDHU e estamos nos deparando com o seguinte. O programa de mutirões optou por cadastrar inúmeras associações. Numa reunião que tivemos na Câmara foi dito que algumas pessoas que se cadastravam foram presas porque eram estelionatário e que foram se cadastrar para fazer programa habitacional por mutirão. A idéia do mutirão por ~~gan~~ autor gestão é algo que pressupõe uma vontade, um desejo, uma organização de se construir. Tenho percebido um a situação desagradável para quem tem acreditado no governo Mário Covas. A gente houve de pessoas que trabalharam na campanha que poderiam ser caracterizados com denominação injusta, como cabos eleitorais e que hoje recebem 8 apartamentos para sortear entre 500 famílias que cadastraram Na zona Norte recebemos uma denúncia de que uma pessoa, talvez filiada ao PSDB, teria recebido 8 apartamentos e que disse para algumas pessoas, recebi 8 apartamentos e vou fazer o seguinte, 5 vai ficar para minha família e 3 vou entregar para o movimento. Quero colocar que respeito a posição do PSDB tentar fa-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
L 11	2	ant.	hab.	23.11

Folha n.º 596 do Proc.
N.º 46 CONT. APARTE
O Funcionário

zer base eleitoral, apoiar os seus quadros, o que não gostaria de ver
 é que práticas antigas que caracterizaram governos anteriores, me refi-
 ro especificamente aos governos Quéricia e Fleury, e que fizeram do
 CDHU um fisiologismo para entrega dessas casas pudesse voltar à cena.
 Sei que agora começa a se agudizar a campanha eleitoral, quem milita
 no movimento de moradia conhecem algumas lideranças que estão com a boca
 torta de tantos erros cometidos, são aquelas pessoas que se apresentam
 no final do ano, no Palácio dos Bandeirantes para retirar o brinquedo
 e o cobertor e depois comercializam isso. Essas lideranças estão sendo
 reaglutinadas em torno de uma frente e acho que se levarmos em conta
 essas estória de vida de muitas pessoas, o risco que temos é que a
 idéia de mutirão com autogestão, que é avançada, que pela primeira vez
 os recursos públicos são entregues nas mãos das pessoas, possa ser obje-
 to de uma falha por pessoas inescrupulosas, porque não dá para acei-
 tar que em cada associação de bairro, onde a luta do dia a dia, ~~seja~~
~~seja~~ a melhoria da asfalto, da pavimentação,

~~A comissão técnica de trabalho da~~

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APAR.
L12	1	emira	habitação	23.11.95	O Funcionário	25 de 1995

Quero encerrar esta fala, mas é uma preocupação de quem acreditou, de quem acredita e que tem esperanças de que o Governo Mário Covas possa representar um avanço na questão da habitação popular. Mas, me preocupa essa situação que estou começando a assistir e ouvir reclamações de pessoas que dizem "fulano recebeu 8 para distribuir entre os seus". Eu não creio que seja ~~me~~ essa a melhor forma de atendermos . Essa é uma preocupação que tenho, estou fazendo da maneira cordata, não é alguém que está aqui para jogar pedras, mas alguém que está preocupado em ver esse programa dar certo e que tenha interesse na seriedade, e que acredita no governador. Não sou alguém que foi contra. Pelo contrário, apoiei, e é nessa condição que me sinto no direito de vir aqui e exigir

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADER	COAT. 18x4115
L12	2	emira	habitação	23.11.95	pacheco	

Folha ... 598 ... do Proje.
 N.º ...
 PRADER ...
 COAT. 18x4115

uma explicação se vamos caminhar & nessa direção. Meu medo é que começa a diminuir o tamanho do apartamento, como se anuncia também, e daqui a pouco, quando a campanha eleitoral estiver mais presente, que esses cabos eleitorais vão tornar e vamos ter de nova a distribuição de casos com essa finalidade. Não quero acreditar nisso, essa é a preocupação que ~~trago~~ trago, mas são coisas que estou assistindo. ~~xxxxxx~~

A SRA. ANA MARTINS - Já temos a Anna Maria Quadros e o Adriano, mas vamos possibilitar ao CDHU para fazer suas colocações.

O SR. 6- Primeiro, essa parte da campanha acho que não entra na discussão, serve apenas para ratificar a posição lá atrás do Vereador Henrique Pacheco, aliás uma grande contribuição. Mas, não é isso que se discute.

Por outro lado, essa colocação também, estou à vontade para dizer, o Vereador queria colocar que mesmo & aqueles que no primeiro ou no segundo turno não apoiou o Governador, tem todo o direito de vir aqui fazer as denúncias, independentemente de qualquer coisa.

Eu não entendi muito bem essa questão das 8 famílias, de alguém que disse para alguém que recebeu 8 unidades habitacionais. Não existe por empreitada global a distribuição a destinação das unidades é feita na forma de sorteio, e ainda ontem nós apresentamos ao jornal "Diário Popular, numa manifestação que houve no CDHU uma relação das 448 famílias que foram sorteadas no empreendimento de Brasilândia, que também é na zona norte, porque também existiam algumas especulações no sentido de que uma ou outra família não seria cadastrada. Então, foi apresentado publicamente a listagem, e por autorização do Diretor

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACAO	CONT. APARTE
L12	3	emira	habitação	23.11.95		

Folha **599** de **19** de **19**
 N.º **46**
 O Funcionário **[assinatura]**

social, Dr. Jessel Leme, os arquivos do CDHU, caso algum interessado queira fazer as ~~abagagens~~ checagens.

Agora, com relação à destinação das unidades na forma de mutirão, é essa experiência, ou prática, de juntar várias associações, e essas associações indicarem as famílias que vão compor o grupo, não é nova. Essa é uma experiência que vem sendo utilizada, por exemplo, pela UMM - União dos Movimentos de Moradia. E tem apresentado um bom resultado. À exceção do fato de no momento e que você tem que substituir por desistência de uma ou outra família, você tem que aguardar um pouco mais, até que a associação de origem escolha qual família vai participar, fora esse tempo que se perde, o restante tem sido uma experiência muito interessante. De modo que é preciso ratificar aqui que nenhuma ex- associação, exceto a UMM, que tem uma ata assinada pelo Governador e essa ata tem alguns compromissos, fora isso, não tem nenhuma associação que já, pode se dizer, iria tocar o mutirão. Não foi publicado ainda nenhuma associação que vá tocar os mutirões. Tem sim, como disse no início, o "pool" de entidades, e elas estão por decisão própria, inclusive escolhendo a sua...(?). Elas poderão vir a assinar contrato, como poderão não assinar contrato, isso vai depender da decisão final.

E, finalmente, pegando essas colocações que foram feitas de associação, de tíquete de leite, eventualmente alguns picaretas, etc. e tal, isso à frente é uma associação é uma frente civil, da sociedade civil, e não me cabe aqui avaliar qual é o critério que está encontrando lá para estar juntando entidades. A nossa questão, neste momento, fica fechada com relação à CDHU. Eu sugeriria que o nobre Vereador convidas-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
L12	4	emira	habitação	23.11.95		

Folha n.º 600 do Proc.
N.º 46 de 19 95
ORADOR Funcionário CONT. APARTÉ

se a Frente Popular, se fosse o caso, para que ela explique como está
compondo as suas associações. ~~Além disso não nos dá~~

~~Exceção~~ (a)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 362 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
X28	3	ANA	Com. Est. Hab.	9.11.95		

semos ações mais planejadas e mais adequadas.

Do ponto de vista do meio ambiente não podemos pensar na unidade, nós temos que pensar no conjunto. Ai, caíndo no tema específico de hoje, que é a lei proteção dos mananciais em S. Paulo e muitos de vocês conhecem essa realidade trágica, que os mananciais de S. Paulã, ou seja, o ~~conjunto~~ conjunto de rios que onde se capta água para abastecimento, que é um dos itens básicos da existência da própria cidade, da metrópole, estão muito comprometidos e totalmente deficitários. Já estamos tendo rodizio de água neste mês, que é época de chuvas. Nós vamos ter problemas gravíssimos neste ano, em março e abril, hovamente e assim por diante. A cidade está se esgotando. Não temos mais água em S. Paulo. Então, os mananciais — Guarapiranga, Billings, Cantareira etc. — têm que ser objeto de discussão dos cidadãos que estão nesta Cidade, porque são vitais para a continuidade da Cidade. Por isso que existe uma lei que chama-se lei de proteção aos mananciais que protege 54% da área total da região metropolitana, abrangendo 27 municípios. Essa lei que ocupa mais da metade do espaço da cidade existe desde 1975, com todos seus problemas e limitações. E nós aqui já discutimos isso durante muitos anos. Desde que entramos na faculdade começamos a discutir a lei de proteção aos mananciais. A realidade é só uma: a lei sozinha não poderia segurar o desenvolvimento da Cidade. Hoje temos dentro dos mananciais, calculado, em torno de um milhão a um milhão e trezentas mil de pessoas. Então, temos praticamente uma metrópole, a baixada ~~santista~~ santista tem um milhão e trezentas mil ~~ypessoas~~ pessoas. Temos uma metrópole, como a da baixada, que envolve nove municípios ocupando toda a região dos mananciais da Zona Sul de São Paulo. Tem toda a discussão sobre custo de terreno, a gente debate

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 363 do Proc.
 N.º 46 de 1995
 O Funcionário
 CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X29	1	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

já, já. O que acontece hoje é que estamos diante de um fato que tem que ser encarado com a maior gravidade. Um, que a Cidade se expandiu e cresceu para Zona Sul, porque ali tinha emprego, e porque ali as terras, por força da lei, eram baratas. Esse processo complexo gera hoje uma pressão enorme.

Vou colocar para vocês a questão do ponto de vista de caráter técnico, político, que ocorre hoje. Até o ano passado todas as intervenções nas regiões de mananciais, sobretudo na Billings e Guarapiranga, onde há maiores pressões, o próprio Estado — aí é importante falar, o estado significa Estado de São Paulo, governo do Estado e Prefeituras — faziam vistas grossas àquilo que a lei dizia que não podia fazer. E foi assim que pouco a pouco, de uma forma que a gente chama de triste, nós fomos ocupando cada vez mais esses ~~mananciais~~ mananciais. Ocupamos os mananciais, não tratamos a água, os esgotos vão para dentro dos reservatórios, o custo de tratamento da água... se vocês vissem os gráficos dos últimos quatro anos é estarrecedor, o custo do tratamento da água da Sabesp, naquilo que ela capta hoje no Guarapiranga, são impressionantes. E essa tendência de aumento do custo, com aumento de número de algas, fungicidas significa pior qualidade, da água, de vida e pior cidade. E pode ser ~~ipax~~ pior ainda se imaginarmos que o manancial do Guarapiranga hoje, e a Billings, correm risco de não existirem nos próximos cinco anos se nada for feito. E vamos ter que trazer água de Juquiá, que todos sabemos que os investimentos públicos que devem ser feitos na área social, vão ter que ser feitos em obras faraônicas de captação de água para tratamento de esgoto. Não vou entrar nesse tema que é completo e longo. Mas só para tentar mostrar para vocês o que estamos fazendo na linha de ten-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 364 do Proc.
N.º 40 de 1995
O Funcionário
- COM. PARTE -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
X29	2	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

tar reverter ou mesmo minimizar essa questão hoje. Uma das perspectivas é que em cinco anos, se nada fizermos, vai ser irreversível. Porque a relação custo-benefício das alternativas existentes nos próximos cinco anos, então estamos diante de uma discussão da mais alta importância, que é tomar uma decisão já, em relação aos mananciais. No início dessa Gestão de governo, no início deste ano o governador Mário Covas, no sentido de cumprimento da legislação ambiental — entenda-se não aquela que cuida da arvoezinha, do verde isolado, mas daquela que cuida bem público que é a água e a saúde da população — decidiu não mais fazer vistas grossas junto ao seu próprio órgão do Estado; quais sejam, Sabesp, Eletropaulo. Todos os órgãos que atuam na região, não permitindo que façam melhorias — porque a cada melhoria, a cada obra, a perenização e a continuidade dessa situação vai perdurar e nós não podemos fazer nada. Então, um dos programas que se lançou mão, há dois anos é de saneamento ambiental da bacia do Guarapiranga, ~~xx~~ que recebeu recursos do Bird para sanear; significa fazer o esgoto, coletar esgotos, lixo e uma série de ações para que a gente ~~possa~~ possa melhorar as condições ~~que~~ de quem está dentro da bacia. Esse programa sozinho não fará a revisão da lei dos mananciais, não alterará a qualidade dos mananciais. E se não tomarmos cuidado, os recursos, mais uma vez, internacionais, que na Guarapiranga são 325 milhões, agora 265 milhões, de dólares, poderão ir para o ralo abaixo. Ou seja, todas as obras podem reverter em nenhuma melhoria para o curso d'água dos próprios mananciais. Isso tem que ser discutido com a população, tem que ser aberta a discussão do projeto Guarapiranga, que existe conselho, participação e é um dos temas fundamentais hoje na metrópole. Por que? Porque o desafio não é rever a lei, pura e simplesmente. Rever



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNÇÃO	CONT.	APRTE
X29	3	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95				

a lei, que é de 75, que fala de padrões de ocupação do solo, que fala de densidades de ocupação, é simples, podemos mudar esses parâmetros numa penada na Assembléia. E não é essa orientação que nós e o Governador estamos dando ao processo de revisão de lei. A gente acha que para alterar revisão de lei, porque envolve 27 municípios, um milhão e duzentas mil pessoas que moram lá, e outras que moram fora da bacia; então, esse processo tem que ser consertado, discutido e colocado no lugar dele, além da revisão da lei, o que estamos chamando, de um grande sistema de gestão metropolitana dos mananciais. Nós temos que discutir com a sociedade, com as prefeituras, com as entidades, o governo do Estado, uma mudança na concepção daquilo que é ocupação da região metropolitana, preservando os mananciais. Não podemos mais fazer vistas grossas, o Estado tem uma lei que é rígida, existe uma dinâmica de ocupação, existe vistas grossas a tudo isso e o processo vai indo e vamos chegar a custos operacionais inviáveis e ao esgotamento do próprio manancial.

Então, estamos propondo, e provavelmente alguns de vocês conhecem, e foi criada uma comissão especial do Governo do Estado, em julho, um decreto do governador que criou uma comissão especial que deu prazo de um ano para apresentar um projeto de revisão da lei, que a chama de revisão, aperfeiçoamento etc. Inclusive a Denise e a Valentine está aqui, é a arquiteta que trabalha conosco nesse projeto. Ele está montado da seguinte forma: nós abrimos a discussão, estamos na primeira fase, de levantamento dos dados e montamos cinco subcomissões que estão trabalhando por temas específicos. Uma delas é chamada de mobilização social, que está fazendo um roteiro de discussão em todas as Prefeituras, e obviamente a prefeitura de S.Paulo, por ter uma participação muito grande vai



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 346 do Proc.
N.º 16 de 1995
O Funcionário CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X29	4	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

participar de todos os subgrupos junto com as outras prefeituras. Estamos fazendo uma discussão junto ao comitê de bacia do Tietê, que reúne todos os prefeitos e entidades civis, 1/3, 1/3, 1/3, e o comitê vai discutir amplamente a questão. Além disso existe a possibilidade de sugestões, contribuições a serem encaminhadas à comissão nessa primeira fase de elaboração de um documento base que deve estar ~~pró~~ pronto até o final de dezembro ~~(e que vai começar a ser discutido em dezembro)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	367	do Proc.
N.º	46	do 1.º
Funcionário CONT. PARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
0-1	1	Raimundo	Habitação	09-11-95		

... e que vai começar a ser discutido em janeiro, fevereiro e março, então nós estamos abrindo, na Assembléia Legislativa, a Comissão Especial de Meio Ambiente; também criou, aliás, até estava aqui com a Resolução, um grupo especial - são 7 deputados - que estão acompanhando o trabalho do Executivo e o CONSEMA criou também uma Comissão Especial para acompanhar o processo de revisão e discussão da lei. Então, estamos fazendo, porque nós acreditamos que a revisão da lei não se fará um por uma legislação de uso do solo; ela se fará, o que a gente tem chamado, por um novo pacto social; um novo pacto entre os agentes que ocupam a Metrópole, que usam a Metrópole e portanto um dos agentes, sem dúvida nenhuma, é a população moradora que precisa ter soluções para suas situações. Nós não podemos mais fingir que não existem pessoas morando dentro da região naquelas condições, em subcondições e que também não podemos dizer que não vamos fazer nada para que isso cresça; nós temos que tomar todas as medidas, que é a terceira linha de trabalho? primeiro, a revisão da Lei; segundo, um sistema gde gestão e terceiro, propostas com projetos concretos de ação, monitoramento, fiscalização, recursos, etc. Temos que agir em 3 linhas. Então, a Comissão pretende entregar aos deputados, aos vereadores, às Câmaras Municipais, à população em geral um projeto que não mais vise tão-somente instrumentos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 268 do Proc.
N.º 176 do 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
0-1	2	rai mmdo	habitação	09-11-95		

de uso do solo, de controle do uso do solo, claro que alguns desses conterão, mas outros projetos de lei, outras proposições que deverão ser encaminhadas às Câmaras, ao Legislativo, etc, para que se atue de forma diferenciada na regulamentação disso, que é um bem tão importante como a água para a bastecimento da Metrópole.

Era isso que queria dizer, sistema de gestão e projetos e obras que estamos chamando, para o controle de monitoramento e fiscalização. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada ao ~~Excmo~~ Eduardo Ranim e gostaríamos de anunciar as pessoas presentes: Antonio Silvestre Leite, da ANSUR - Associação Nacional do Solo Urbano, que tem acompanhado todo o trabalho da Comissão; o Vereador Zenas Pires também já está aqui entre nós, porque estava participando da reunião da Comissão de Finanças e Orçamento; Tereza, da Associação Feminina X de Vila ~~Alpina~~ Alpina; ~~Marina~~ Marina Marques, da Federação Paulista de Associações de Moradores; José Pereira e Adeseir (?), ~~Rex~~ Movimento Povo UnidoX; João Batista, do gabinete do Vereador Vital Nolasco; Lucir Valente, do gabinete do Vereador Adriano Diogo e do Forum dos Muritões; Vander, do Gabinete do Deputado Estadual Jamil Murad; Leda, arquiteta e também especialista na questão da mulher, do gabinete da Vereadora Ana Maria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 362 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
CONT. ASPTL

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ASPTL
0-1	3	raimundo	habitação	09-11-95		

Quadros; Thais, arquiteta, e é também da Câmara Municipal; Maria Moraes; Marilda Rosa Maria, do Movimento em defesa da Moradia Popular, da Associação de Moradores João Canuto; José Fernandes, do Gabinete do Vereador Henrique Pacheco; Reinaldo Kuer, Superintendente de Planejamento Técnico do CDHU; Maria Tereza, do gabinete da Vereadora Tereza Lajolo; Neide Fátima, da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo; Vital Rubens Pierre, do gabinete do Vereador Zenas Pires; Claudia e Elisabete, da Associação Parque Novo São Rafael; Alice Cardoso do Gabinete da Vereadora Ana Maria Quadros; Isabel, do Forum dos Mutirões; Sílício Barros, do s Movimentos Populares; ~~ROSÂNGELA~~ Maria Rosângela, da Associação de Moradores do CONSAB II (?).

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu queria só colocar os seguintes pontos sobre o problema dos mananciais: a gente sabe que realmente não se pode construir nos mananciais, que o prejuízo para a população é muito grande, só que temos uma situação de fato; nós temos a população já nos mananciais ~~sanctar~~ tendo prejuízos sérios, porque gastaram seu dinheiro, compraram o terreno pagando, gastando todas ~~suas~~ suas economias e já se instalaram lá, fizeram suas fossas, abriram poços de água e não conseguem ter a luz, perdendo todos os equipamentos porque fazem a ligação clandestina. Ora, sabemos que é urgente, se não se pode construir na área de manancial, acho que todo mundo concorda com isso, tem que ter



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 37 do Proc. 95
N.º 46 de 19
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-1	4	a raimundo	habitação	09-11-95		

fiscalização de helicóptero, não dar para não ter, porque veja, a medida que essa população se instalou lá 10, 15 anos, 200 anos, etc. não sabiam que não podiam construir lá, o Poder Público foi ~~foi~~ conivente à medida que não os tirou de lá, que não restituiu o dinheiro pago; à medida que não providenciou nada, ~~pr~~ porque se não vai restituir o dinheiro, então providencia outro local de moradia próxima. Tem que tomar essa posição e a medida não é para amanhã nem depois de amanhã, a medida é para trás, para o dia de ontem. Então, vejam, temos populações que vêm aqui na Câmara Municipal e a gente tem feito gestões nesse sentido que estão com problema da falta de luz; vai tirar essa população de milhares de pessoas do local? Como vamos fazer? Quais são as medidas? Acredito que esta Comissão tem que pensar isso, mas pensar urgente, porque veja, ~~xx~~ se não tiver um policiamento com helicóptero todos os dias - é um gasto necessário que se tem que fazer, tem que fazer, e como é que vamos fazer com a situação de quem está lá, porque essas pessoas já gastaram, empatarem suas vidas, suas economias e não é justo, se o poder público, não importa o Governo que esteja, porque é questão de anos, passaram várias anos, foi conivente, como vai fazer? Ele é responsável. Vai arrumar outro local, pagar, construir as casas com o as pessoas têm? Eu visitei várias regiões e são casas muito bem construídas, não importa como sejam, se não ~~sejam~~ obedecem aos padrões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 372 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PÁG.
0-2	1	Raimundo	habitação	9-11-95		

que devem ser obedecidas, mas ~~as~~ são feitas com amor, carinho e lá habitam famílias. Então, o que queria colocar, Eduardo, é como vai ser isso, percebe. Porque o pessoal tem pressionado aí, tem que ligar a luz sim, porque estão tendo prejuízos, perdendo todos os aparelhos elétricos, porque a luz clandestina quando pifa, quando cortam estraga tudo, como fica essa população ? Nós não queremos prejudicar todos nós, levar a falência das águas que aí estão, mas se não tiver um policiamento constante, manhã, tarde e noite, abriu o ~~lx~~ leque, já manda chamar, dizer quenão pode, verificar quem foi que vendeu, como vendeu e ressarcir os prejuízos que as pessoas tiveram e como fica quem já está instalado ? Vai se mudar? Vão procurar áreas próximas, construir as casas no padrão que as pessoas construíram ou vai deixar o pessoal que está com a infra-estrutura e tomar cuidado para que a vida do dia a dia não prejudique mais as represas que estão sendo prejudicadas. Coloque essa questão porque nós não ~~pt~~ podemos fechar os olhos, dizer não, não pode, a pessoa está morando lá, ~~lx~~ perdendo x seus bens, televisão, geladeira, enfim tudo que tem ligado a parte elétrica, não se põe a polícia para fiscalizar porque não se tem dinheiro, outras situações podem ser criadas, como a gente fica, é a questão que coloco ?

O SR. EDUARDO — Vereadora, essa questão é muito

bem colocada, é a primeira questão que se coloca, nós não estamos ainda

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	372	do Proc.	
N.º	46	de 19	95
ORADOR: <u>funcionário CONT. AZARTE</u>			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
jo2	2	raimundo	habitação	9-11-95	

numa fase adiantada de propostas e isso tem que ficar claro. Mas a colocação levantada ~~par~~ pela senhora e por todos aqueles que nos tem procurado, aliás, fizemos um debate na Assembléia e tinham 2 mil pessoas, de famílias ocupantes da região da Billings, todas elas dizendo que também tinham comprado, mas que estão na porta da represa, como é que estamos encarando essa questão, como vamos ver. Nós imaginamos que não existe possibilidade de fato, que r dizer, não se pode imaginar que a cidade de São Paulo pura e simplesmente vá dizer nós vamos retirar as pessoas que moram lá e acabou. Por outro lado, o Estado, hoje, com o instrumento que ele tem, o Estado quando digo não é nem o Estado de São paulo, quer dizer, é o Estado e as prefeituras com os instrumentos que têm de controle estão diante de uma situação que ou partimos para um novo pacto ou fazemos a eterna situação do remenda aqui, acerta ali. Então, liga uma luz aqui, depois ligo uma água ali; depois ~~x~~ faço não sei o que, aí a população quer a posse da terra, a regularização, etc. Então, a perspectiva inicial que estamos imaginando é a seguinte: para fazer isso, inclusive uma das comissões trabalha com mapeamento e levantamento mais atual possível do que significa as ocupações nãs chamadas zonas que de fato não poderiam ter ninguém; tem as zonas intermediárias, tem as zonas mais adensáveis, você tem uma graduação de localizações onde as pessoas poderiam ficar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 273 do Proc.
N.º 46 de 19 95
ORADOR: UNICIPÁRIO
CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
02	3	Raimundo	habitação	9-11-9		

No curtíssimo prazo é o seguinte: que resposta podemos dar se não for ao mesmo tempo levar para quem, então, o Estado assumira essa responsabilidade de fiscalização, por isso eu falei na terceira linha, não adianta apenas mudar a lei ou fazer uma anistia parcial, porque sabe-se que é essa a grande questão, os prefeitos vêm ao Governo do Estado, todos eles com a bancada de Vereadores fechada, de todos os partidos, isso é natural, estou relatando o que ocorre, porque o problema é social, ninguém ~~disputa~~ discute que a questão não é social e não existe na outra ponta uma área que diria, não, não pode nada, porque a ~~uma~~ questão é que temos que só preservar, etc., ninguém faz, acho que não é esse princípio, e não é essa visão que está presidindo. A visão que preside é que temos que compatibilizar isso, mas de ~~uma~~ forma estratégica. Que ~~forma~~ forma estratégica pode ser feita? O pacto que será criado será dado o seguinte: as concessões de serviços públicos, de benfeitorias, de perspectivas de ~~permanização~~ desses espaços terão que ser feitas ao mesmo tempo com medidas a serem postas em prática, aliás a sugestão de vôos de ~~um~~ helicóptero é uma sugestão que já fizemos, ~~que estamos fazendo~~ estamos fazendo, que vamos reiterar e que vamos levar como sugestão ao Governador e à Assembléia que se vote portanto um pacote urgente, o mais urgente possível, a ~~idéia~~ idéia é que se leve isso no 1º semestre do ano que vem, tendo feito, mas que os recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 374 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
02	4	raimundo	habitação	9-kl-95		

sejam colocados para que ao mesmo tempo se controle para o bem dessas
próprias pessoas que possam ali ficar. O que não não podemos dizer em
absoluto e a gente não tem repetido é que a gente pura e simplesmente
vá fazer anistias parciais ou situações específicas, porque se eu não
colocar um sistema de coleta de esgoto ~~apresentativa de obra negra~~
~~.....~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 375 do Proc.
N.º 46 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT.	ABRTE
003	1	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95				

a perspectiva de obras nesse sentido para uma região e que eu diga, essa região pode, essa não pode em hipótese nenhuma, nós não vamos reverter o quadros, nós vamos continuar na mesma situação. Portanto, também as aquelas que hoje estão sofrendo já se sofreram outras populações que ali estiveram e que hoje estão beneficiados, estão estruturados e população que mora lá e que hoje mora ~~mais~~ mal, do ponto de vista ambiental, não tem seu esgoto, não tem seu lixo tratado, não tem a coleta de lixo na porta.

Então temos que fazer uma proposta que abranja o global, cuja concepção fundamental vai ser o que pode ser fixado, em que condições de fixação e que instrumentos de controle eu tenho que colocar. Então nós temos que dizer e assumir, todas as partes, à população que ali está, os órgãos de governos, os órgãos fiscalizadores, porque não adianta dizer que faz isso tudo e manda fiscalizar a Polícia Florestal, que tem um ou dois homens na região. Quer dizer, eu coloco uma situação e não permito que essa ação se faça. Por isso que a gente está colocando que vai ser um pacto.

Eu acredito que se o Governador, ao ter criado essa Comissão especial, ao ter querido encarar, porque eu vou dizer para vocês que essa é a quinta tentativa de revisão da lei, já foram feitas quatro,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 376 do Proc.
N.º 46 de 19 95
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
03	2	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

nenhuma delas chegou à Assembléia. São 20 anos que a lei existe e quatro propostas já foram redigidas por comissões, por experts, por estudiosos, por pessoal da área de meio-ambiente que conhece etc. e nunca chegou à Assembléia, politicamente ~~xx~~ nunca chegou. E sabem por que não chegou? Porque ~~xxxxx~~ sabe-se que aquilo é ~~xxx~~ uma avalanche da questão da utilização da cidade, que pode colocar em risco definitivamente os mananciais.

Nós damos como condução, encarando o problema social como um problema de ponta, esse problema das famílias que estão exprecisam, mas também estamos colocando uma perspectiva de chegada, porque, se não, a gente corre o risco de iniciar o processo e tornar os mananciais pior do que estão. Esse é o risco que gostaria de colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins)— Nós gostaríamos que as ~~xxxx~~ pessoas que ~~x~~ quisessem utilizar da palavra se inscrevessem.

Até para polemizar um pouco mais, gostaria de colocar aqui que todos sabem que o problema social é problema de moradia na cidade e o desordenamento da cidade, é social. Agora, vejam bem, qual foi o Governo, em que nível ele assumiu a moradia como problema social? Não entra nos orçamentos verbas para moradias, ~~xxxx~~ tanto no ~~xxx~~ Governo Federal como Estadual e Municipal. Os movimentos se ~~xxxx~~ cansam, se gastam de falar e dialogar, de pedir que dialoguem e acho que os senhores sabem,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 377 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
CONTAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
03	3	Marcelo	C.E.Habitação	09.11.95		

Os senhores são ~~téc~~ técnicos e sabem o que acontece. É falta de áreas? A área do Iapas, na zona sul? Que há 20 anos o movimento popular pede para que haja uma negociação do Governo do Estado com o Governo Federal para transformar aquilo em área demoradia, dentro de dos princípios de respeito às áreas do mananciais.

Então vejam bem, algumas e muitas vezes a população acha, eu também acho, que não querem resolver os problemas, porque alguns problemas dependem de decisões políticas sim, só que os grandes, grandes problemas não são analisados com profundidade e qualquer interesse menor, de ~~qualquer~~ qualquer grupo menor, imobiliário etc., é muito mais ~~respe~~ respeitado do que a opinião da população.

Quando se ~~se~~ fala em novo pacto, também precisa haver novo pacto e respeitar a população organizada, ajudar a população a discutir e ela também se basear em questões mais técnicas. Acho que o pacto também é isso, porque, olhem, eu não sou a favor que se privilegie fiscalização, o que mais a população tem é fiscalização. Vá no meu bairro e vá ver que em oito dias ~~em~~ eu tenho cinco casos de fiscal que está em cima porque a casa tinha 52 metros, agora tem 152, só que o fiscal vai cumprir o que lhe mandam cumprir e ele não analisa, ele não tem visão social, ele não diz que ali tem quatro famílias agora e que antes tinha uma. E faz o quê?

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 378 do P.
N.º 46 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
03	4	Marcelo	C.E.Habitação	09.11.95		

Vai para a regional e ~~stxx~~ dizem que para regularizar vai ficar em 18 mil. Aí a família diz: "Mas eu? Para morar quatro famílias aqui gastei seis mil, então sou obrigada a ~~xxxx~~ vender e ir embora?"

Vejam bem, ou vamos ter capacidade de analisar os problemas como eles são e não ~~omx~~ querer viver de abstração. Nós vamos viver de abstração, nós parlamentares, nós técnicos? As lideranças populares muitas vezes não apontam toda a questão e toda solução, mas elas apntam os problemas e querem ajudar a buscar soluções. Agora, eu acho que quem mais abstrai é quem está no poder, quem mais abstrai é quem detem mais capacidade de poder ajudar a resolver. Vamos todos botar o pé no chão e analisar as coisas com mais capacidade, com mais seriedade. Acho que é questão de seriedade, porque nós não temos tido governos que tenha tido seriedade com a população. Se isso é individual, coletivo ou é o sistema, acho que nós temos ~~que~~ que analisar também.

Tem primeiramente a palavra o nobre Vereador Henrique Pacheco e depois o Vereador Zenas Pires.

~~Henrique Pacheco~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	379	do Proc.
N.º	46	de 19
U. Funcionário		
COM.		APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM.	APARTE
0)4	1	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95			

O SR. HENRIQUE PACHECO - Eu queria iniciar minha ~~tt~~ ~~tt~~ fala dizendo que a gente percebe, depois de alguns anos trabalhando nesse segmento da habitação popular, que diversos governos têm muito mais uma visão eleitoral do que um projeto habitacional para o País, para o Município ou para o Estado.

Nós podemos perceber hoje na cidade de São Paulo, um exemplo claro disso é o Projeto Cingapura, onde a população destinatária do próprio projeto nem sequer é perguntada. Você falava do movimento Vila Olímpia, imagine vocês, ~~xx~~ uma favela na Maria Curs, em São Mateus, que as famílias moram há 20 anos, que ~~x~~ deve ter ~~xx~~ menos de 5% de barracos, 95% da área construída e que a população não foi consultada, não lhe deram oportunidade de se expressar. Ela ~~ix~~ fez um plebiscito, por ela própria, e ~~xxxx~~ 409 famílias votaram no plebiscito, 5 pessoas só se manifestaram favoráveis ao projeto Cingapura, no entanto, a Prefeitura manda a empresa, aquela que ~~x~~ deverá ganhar a licitação, ela vai lá fazer um estudo técnico. Nós temos outros exemplos, como a ~~F~~ favela 2 de maio, na avenida Aricanduva, que também não deseja o Cingapura e lhe é imposta essa ~~xxx~~ proposta. Isso vai caracterizando uma estratégia de marketing do Prefeito atual.

Mas queria colocar aqui uma questão que o Professor Cláudio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 380 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
04	2	Marcelo	C.E.Habituação	09.11.95		

Gomes falava sobre Perus, uma notícia que lhe trouxeram. Tem surgido loteamentos que estão sendo feitos. Então a pessoa compra a terra, divide os lotes e as pessoas ~~então~~ constroem. Alguns atribuem a isso o nome de movimento sem-terra. Pessoalmente tenho tido uma postura crítica e chamo isso de movimento de terra, ou movimentação de terra, porque a máquina vai lá, abre e passa a máquina. Mas falta a essas propostas o embrião, a idéia, o conceito do que seja o movimento sem terra ~~x~~ verdadeiramente. O que nós estamos vendo é que alguns desses loteamentos são loteamentos clandestinos, só que anteriormente eram feitos pelo próprio loteador, então podíamos ir até à justiça buscar a penalização desse loteador clandestino e que hoje está traves-tido, às vezes, de uma associação com nome de associação dos trabalhadores sem terra ~~xxx~~ x-15 ou yz, que de associação não tem nada, porque, na verdade, acaba tendo uma comercialização de lotes e nós temos um loteamento clandestino feito com o apoio de entidades oficiais que estão lá estimulando. E utilizado na época eleitoral como barganha pela Sabesp, por aquele que ~~então~~ controlava um determinado setor da Sabesp, deputado tal, que é diretor historicamente da Sabesp, então aguardou o momento ~~x~~ oportuno do processo eleitoral para prometer a água. Aí o outro vai promover a luz;

X.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 381 do P.

N.º 46 de 95



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
04	3	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

Então esse modelo que estamos discutindo aqui, da questão habitacional, nós não podemos mais concordar. Tenho, pelo menos tinha uma esperança muito grande, na mudança do governo, na orientação que seria dada do CBHU. Infelizmente, cada vez mais, eu estou me convencendo que a atual direção do CBHU vem cometendo erros do ponto de vista inaceitáveis para um projeto de governo que eu respeito, inclusive, tendo apoio do no segundo turno o nome do Governador Mario Covas.

Tenho acompanhado na periferia, onde é minha área de atuação, a intervenção do CBHU, que de repente decidiu cadastrar todas as associações de moradores de São Paulo, mesmo aquelas que não ~~estão~~ estão vocacionadas para construção de moradia, não tem experiência, algumas delas são repassadoras de tickets de leite, e que foram chamadas para iniciar um processo. Aí pela própria informação do Sr. Edson Cordeiro, que um dia aqui na Câmara colocou, muitas dessas associações, alguns desses diretores de associações foram até presos por estelionato. Tenho a informação, recebida ~~ontem~~ ontem, de uma ~~liderança~~ liderança de um bairro que disse: "Pediram para a gente cadastrar e nós cadastramos 300 ou 500. Aí sortearam para a gente nove ou dez casas. Então a gente está contra".

Eu quero falar que a nova visão do Governo de São Paulo pudesse trazer de novo velhos métodos, antigos, ~~atrasados~~ atrasados, que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 382 do Rec.
N.º 146 de 1988
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
04	4	Marcelo	C.E.Habitação	09.11.95		

de usar a ~~questão~~ questão habitacional como instrumento de fazer base eleitor. Então hoje estamos juntando 400 entidades sem experiência nessa área de construção de casa popular e vamos, de repente, falar que todo mundo vai fazer mutirão, agora virou regra geral, todo mundo faz mutirão. E

Percebo que não podemos trabalhar nisso, não é mais aceitável que a gente verifique que o governo atual do ^{CDHU} ~~SENEXANT~~ esteja fazendo isso, cadastrando. Nós vamos ter um fichário de gente no CDHU com 600 mil pessoas e não temos previsão de construção de casa. O Governo Maluf falou que ia fazer 200 mil casas, não fez 10% delas até hoje.

Eu e estou colocando isso porque quero apresentar isso ao Governador como uma coisa que não consigo aceitar, essa forma como o CDHU está trabalhando. Fiz essa colocação porque existem pessoas ligadas ao CDHU, outros já no passado, outros atualmente e ~~quero~~ estou fazendo esse destaque.....

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 383 do Proc.
N.º 46 de 1998



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR Func	ONÁRIOCONT. APORTE
0-5	1	Paula	Habitação	09.11.95	Henrique Pacheco	

~~Em razão disso.~~

O senhor também se refere à questão dos mutirões.

Quero pegar um dado, trabalho com a idéia de mutirão com autogestão.

Acho que isso é um processo de cidadania. A medida em que o Poder Público pega recursos, vamos dizer, trabalhando com a idéia de Fundo de Garantia, que será agora objeto de utilização pela Caixa Econômica. Repassando os recursos dos trabalhadores para a gestão dos próprios trabalhadores, estamos dando um passo à frente.

Anteriormente, na história do nosso país só eram credenciados para gerir recursos públicos a Odebrecht, Camargo Correa, Mendes Junior e o brilhante arquiteto Julio Neves que, às vezes, vinha aqui debater a questão da Faria Lima. Não sabíamos se ele era o! Governo, se era um funcionário do Governo ou se ele era mais do que o Governo; que interesses outros haviam nesse seu escritório a motivar tanta luta. Quem ele representava? Os empreendedores imobiliários, o Fala Maluf, não sabemos. Mas, enfim, ele foi a pessoa que negociou aqui politicamente com muitos Vereadores aqui. Foi bom que ela tenha feito essa ressalva porque sempre tivemos uma posição contrária a isso.

Encerrando, quero dizer que a idéia do mutirão, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 384 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
0-5	2	Paula	habitação	09.11.95	Henrique	

Luci, do Forum, vai tratar desse tema agora, mas ele é uma experiência,...sou a favor do mutirão com autogestão, cada vez mais autogestão e cada vez menos trabalho. Se o recurso público for administrado por quem é o destinatário final, vamos ter um produto de qualidade. Acho que devemos municipalizar esses recursos. Por exemplo, o CDHU projeta prédios aqui para serem construídos na Barragem do Rio Paraná. Quando passamos pela Rodovia dos Bandeirantes, vimos o prédio do CDHU no meio do mato. Têm vacas pastando e o prédio do CDHU instalado lá como se fosse aquela modalidade a ser feita naquela cidade.

Defendo que o mutirão é uma experiência que poderia ser incrementada se o Governo utilizasse isso não como instrumento de política eleitoral, mas como uma ~~se~~ direito à cidadania, que se respeitasse isso. No meu trabalho uso como uma lema, por exemplo, a seguinte idéia: moradia e cidadania, uma luta todo dia. Quer dizer, não basta construir a casa, não basta fazer Cidade Tiradentes. Aliás, nunca deveríamos ter feito Cidade Tiradentes. Mas, não basta fazer determinados conjuntos onde as pessoas que vão ali morar não criem vínculos, que não participaram do processo, que estão meramente alocadas lá. O Sujeito mora em Perus e, de repente, sai um apartamento para ele em Cidade Tiradentes. Ele perde as suas referências, a sua

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 385 do Proc.
 N.º 46 de 1995
 CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Função	CONT. APARTE
0-5	3	Paula	habitação	09.11.95	Henrique		

história.

Então, vejo que enquanto o Poder Público não se desvincular dessa visão eleitoralista no trato da habitação, nunca vamos atingir um grau desejado na luta pela moradia. Hoje o CDHU busca reduzir o valor dos prédios. O próximo passo é ~~se~~ diminuir o tamanho dos prédios. Daqui a pouco vamos voltar para aquele apartamento, uma casa de 24 metros porque vamos conseguir fazer um maior número de casas com isso não importando quem vá morar lá.

Quero terminar aqui dizendo o seguinte: quando as pessoas, técnicos, políticos, se referem a moradia dizem que o trabalhador vai fazer a sua casinha, que vai ~~conseguir~~ conseguir o seu lotinho. Eles sempre falam no diminutivo. Agora, quando é para uma população de maior renda é no superlativo: a mansão, o casarão, o quarteirão. Então, temos que parar com essa história. Temos que tratar de encontrar uma moradia digna. Acho que hoje no CDHU há uma exigência absurda de contrapartida de imediato. O sujeito está construindo e está ainda pagando aluguel. Então, a CDHU exige que se dê uma contrapartida de cem reais num determinado momento do projeto. Mas, se a pessoa paga trezentos reais de aluguel e tiver que pagar mais cem de contrapartida, ela não ~~z~~ terá o que comer. E, essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 386 do Proc.
N.º 46 de 19 8
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTEÚDO
0-5	4	Paula	habitação	09.11.95	Henrique	

contrapartida poderia ser dada mais para frente. Esse tema é longo e acho que já me alonguei demais, mas era apenas para fazer umas considerações sobre isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - O Eduardo Trani

tem compromissos e precisar sair. Então, eu pediria que a Valentina, que também é da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que ela ocupasse também a Mesa porque têm seis pessoas inscritas e as questões levantadas ela poderia responder. Daqui há alguns minutos o Prof. Silvio também terá que se fretar porque tem aula na FAU e já nos avisou. Agradecemos muito a presença de todos que estiveram aqui para colaborar e aproveitar para dizer a todos que amanhã faremos uma visita a um Cingapura. Entre as atividades previstas por esta Comissão estão algumas visitas aos Cingapura, aos mutirões, que estão sendo propostas aqui e que todos consideram de muita importância.

Tem a palavra o nobre Vereador Zenas Pires.

Antes, porém, gostaria de pedir para que todos usassem apenas os cinco minutos para que possamos terminar num tempo viável.

O SR. ZENAS PIRES - Cara Presidente Ana Martins,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 337 de 1995
N.º 46
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-5	5	Paula	com, habitação 09,11		Zenas	

Srs. Vereadores Henrique Pacheco e Ana Maria Quadros, demais componentes da Mesa e senhoras e senhores aqui presentes, a questão do problema habitacional na cidade de São Paulo parece que tem esbarrado muito na artificialidade dos processos.

Ainda em 1979, com a criação da Lei 6766, Lei Federal, tem havido a impossibilidade do surgimento de áreas regularizadas nos grandes municípios do Brasil e do estado de São Paulo e tem, de certa forma, forçado o surgimento de loteamentos clandestinos, das invasões urbanas. Elas têm que acontecer mesmo. Se não há condições de se criar instrumentos e formas para assentamentos, certamente que a comunidade que aumenta de forma desorganizada, enquanto não tivermos um Plano Diretor para a cidade de São Paulo, esse crescimento e esse aumento da sociedade desorganizada provicará os assentamentos clandestinos e assentamentos irregulares.

Eu, particularmente, quero deixar para todos os membros da Mesa e convidar todos os políticos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, para fazer um ajustamento nessa Lei. Acho que enquanto houver essa Lei teremos que ~~ir~~ ir a reboque de outras leis, São leis municipais que nem sempre serão perfeitas; que ~~se~~ nem sempre ou, às vezes, nunca vão atender às necessidades.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 288 do Proc.
N.º 46 de 19 8
O Funcionário _____
CONTE APARTE _____



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTE APARTE
0-6	1	Paula	com,habitação	09.11.95	Zenas	

Assim, estaremos a reboque das operações interligadas, por ~~ex~~ exemplo, aqui no município da São Paulo que fazemos algumas críticas sobre elas, mas sabemos que existe uma certa necessidade; é necessário que venham recursos de algum lugar para atender as necessidades sociais. Vamos precisar estar a reboque de recursos advindos do ICMS, a Lei Estadual que criou o CDHU e que essas estruturas, CDHU, Cingapura, Interligadas, etc. , são segmentos ou são instituições criadas por sistemas políticos, normalmente, Executivos e que no final da conversa acaba tendo uma finalidade ~~política~~ mais política do que uma finalidade social.

Agora, é preciso que todos nós estejamos muito atentos porque todos esses artifícios são provocados. A origem de todos esses artifícios está na Lei 6766 que foi uma lei autoritária, feita pelo Governo Federal e que vejo que as instituições políticas não discutem essa questão. Depois de aceitar o convite, com muita honra, para estar na Comissão discutindo com a sociedade, com a comunidade as questões habitacionais da cidade de São Paulo, tenho estado em outras plenárias, em outros plenários e vemos que há uma discussão em cima da necessidade imediata da habitação. As plenárias não têm se atentado a isso; se não houver uma movimentação para mudar essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3895 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARELHO
0-6	2	Paula	com. hab.	09.11.95	Zenas		

Lei - vou insistir umas quinhentas vezes aqui e em outros lugares - não haverá a possibilidade de surgir assentamentos organizados, assentamentos aprovados, assentamentos em condições de atender as necessidades sociais. A Lei 6766 não é ruim, é uma lei boa. Agora, é uma lei autoritária e elitista, que impossibilita que todas as outras, quer estaduais ou municipais, sejam leis de acesso de forma tranquila e fácil para os assentamentos que todos os municípios precisam e que a cidade de São Paulo precisa muito mais.

Era essa a colocação que eu queria fazer. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Muito obrigada,
Vereador Zenas Pires.

Tem a palavra a Sra. Rosana.

Gostaria de comunicar que o Prof. Silvio terá que sair para a aula. Então, as pessoas que quiserem fazer perguntas para ele, eu daria prioridade para que possamos continuar com a contribuição dele. Não são todas as pessoas que vêm aqui voluntariamente para contribuir. Não queremos dificultar seus compromissos. Assim, a Leda, do Gabinete da Vereadora Ana Martins, parece que quer levantar alguma questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 390 do Proc.
N.º 46 de 19 95
ORADOR - UNICIONÁRIO CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR - UNICIONÁRIO CONT. APARTE
0)-6	3	Paula	habitação	09.11.95	

* * *

- Aparte fora do microfone.

* * *

A SRA. LEDA - Primeiro, quero dizer que gostei demais da apresentação de todos, mas tenho algumas questões.

Estamos discutindo habitação, houve outros encontros e outros ainda irão acontecer, a gente tem que perceber...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3913 do Proc.
N.º 46 de 19 98



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	COM. APARTE
07	1	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95			

~~transcrever o que está escrito no livro de apresentação de~~

~~todos, mas tenho algumas questões. Primeiro, nós estamos lidando com~~

~~há algumas outras questões. Segundo, nós estamos lidando com~~

~~que essa situação como foi ~~mais~~ colocada, de contexto, par-~~
te de uma falta de política urbana, ou essa seria a política e nós não
temos uma política urbana, o que vai gerar os loteamentos clandestinos,
que vai gerar ~~as~~ invasões. Mais ainda, como foi colocado pelo ~~próprio~~
próprio Silvio ou pelo Eduardo, num certo sentido se colocava que ela
incentivar ocupações, que é o que está acontecendo. Então, qual é o papel
das nossas políticas públicas?

Vou levantar uma outra questão que acho mais complexa,
como estamos entendendo a questão do planejamento? Nós estamos entrando
no terceiro milênio, nós temos um problema seriíssimo quando se coloca
que habitação está ligada a emprego e realmente ela está, sob a noção de
pleno emprego ela ~~está~~ está ultrapassada, ~~se~~ isso não vai acontecer, cada
vez mais a população vai ter menos acesso ao emprego, a população vai ter
que ser cada vez mais especializada para poder ter algum lugar nesse ter-
ceiro milênio. Então, como ficam ~~essas~~ essas questões.

Volto a dizer, como estamos entendendo a cidade? Que noção
temos de cidade? Isso vai ser consequência de uma política urbana nacio-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	392	do Proc.
N.º	46	de 19 95
O Funcionário CONT. ARQUIVO		



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIVO
07	2	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

nal e também municipal, e a visão que temos de cidade. Nós estamos falando de habitação, do papel do governo e a gente não está discutindo, por exemplo, o papel do planejamento, que instrumentos temos em São Paulo. Nós estamos falando dos mananciais e não temos estrutura metropolitana para lidar com isso. Nós temos, na verdade, um órgão metropolitano que na verdade não é um órgão metropolitano. As mudanças são profundas, são seríssimas para a gente ~~xxx~~ poder conseguir alguma mudança a médio prazo, a curto prazo é praticamente inviável. Que questões a gente deveria estar discutindo? Não é planejamento estático de ~~xxx~~ zoneamento, é um planejamento para você pegar a vocação da cidade de São Paulo e ver para onde ela dever crescer economicamente e, lógico, fisicamente, quais incentivos que temos que dar? Nós temos visto uma série de questões que são ~~xxxxx~~ colocadas de maneira equivocada. Por ~~xx~~ exemplo, a questão da atividade econômica. Eles querem tirar camelô quando eles estão tendo uma atividade econômica. O centro foi abandonado não porque abriram uma outra avenida, porque o centro não comporta mais, não tem infra-estrutura para poder comportar as ~~xxxxx~~ ~~xx~~ empresas que ~~xxxxx~~ precisam de fibra ótica, por exemplo. A Berrini tem fibra ótica.

O que eu estou dizendo é que o órgão público não está levando em consideração a vocação da cidade de São Paulo, não está se preparando

R



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 393 do Proc.
N.º 46 de 13
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
07	3	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

do para incentivar essa vocação e aí termos condições de prover habitação para a população, para prover educação, saúde, tudo. Agora, se temos uma situação que temos ~~xxxx~~ poucos investimentos, o Estado tem cada vez menos dinheiro, ~~xx~~ como vamos lidar com esses problemas? Tentei ser o mais objetiva possível, mas acho que não fui muito.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins)— Tem a palavra o professor Silvio.

O SR. SILVIO — Aproveitando para me despedir, vou comentar dizendo que acho que estamos, isso que vocês três colocaram, Vereador Pacheco, ~~xxxxxx~~ a questão da relação com o Estado, especificamente neste momento, acho absolutamente fundamental ser ~~quest~~ claramente questionado em tudo ~~quest~~ deve e tal, porque é fundamental o entendimento da esfera estadual com o município, especialmente no caso paulistano, não há como isso não se realizar, porque acho que tem ir ~~x~~ fundo mesmo, sendo ~~xxxxxxx~~ companheiro de partido ou não sendo, ~~x~~ não é essa a questão. São esferas absolutamente interligadas nesse processo, se não não vai sair nada e esse tipo de comportamento que estava sendo conertado ~~xx~~ realmente acho que é inadmissível.

A mesma ~~xx~~ coisa acho que é a questão da lei, que o Vereador Pires falou, esqueço sempre o número da lei, que seria substituída



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. PARTE
07	4	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95			

lembro é fundamental de se retomar essa discussão num outro ambiente, que não é o ambiente da quase ditadura que se fez, a tentativa de revisão e, no entanto, me parece ~~xxxx~~ o seguinte, e entra o que a Leda colocou, nada disso vai acontecer se a estrutura de manifestação política dos cidadãos não existir e vocês têm aqui em São Paulo um poder enorme e, ao mesmo tempo, nenhum. ~~xxxx~~ Enorme porque vocês são 55 representantes de dez milhões de habitantes, vocês são mais que senadores ou qualquer coisas. No entanto, por ser tão pequena a relação entre o representante e o representado nessa massa, o poder acaba sendo difícil de ser articulado enquanto manifestação política efetiva e eu duvido que essa lei seja mudada se a gente não conseguir articular politicamente a população interessada, se o trabalho não for ~~efetivamente~~ efetivamente levado em todos os níveis, em todas as comunidades etc., para se demonstrar concretamente essas ~~dificuldades~~ dificuldades que estão sendo mostradas.

O que a Leda está levantando é grave, a gente está acostumado a imaginar a cidade que não existe mais. A cidade que a gente imagina, a cidade que o nosso Prefeito imagina é a cidade de antes da guerra, é a cidade do ilustres Prestes Maia, do Anhaia Mello etc., que a preocupação com a circulação era uma preocupação fundamental e necessária. Era necessário prever como essa coisa podia se expandir, não havia problema

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 298 do Proc.
N.º 216 de 19 95
(1) Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
07	5	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

nehum, n aquela m época, de se retalhar o centro da cidade, como foi retalhado, criando essas ilhas absolutamente dificultosas de se viver nelas, Ladeira do Carmo, aquela coisa toda que tem ali, por quê? Porque foi cortada por tanta avenida que ali ninguém sai e nem entra quase, ou a zona cerealista, que você tem uma entrada e uma saída praticamente. Tudo isso podiam ser feito, essa visão absolutamente ultrapassada, nós estamos falando constantemente de uma cidade que não existe mais. Onde está, nesta Casa, os ~~complexos~~ computadores com ~~uma~~ atualização absolutamente virtual da dinâmica urbana desta cidade, que é terceira ~~e~~ ou quarta do mundo? Não há, nem quem saiba apertar um ~~inteligente~~ botão, nem ~~eu~~ sei, para fazer esse negócio aparecer e era fundamental que tudo da cidade estivesse sendo ~~e~~ registrado no momento que estivesse sendo autorizado. Isso é perfeitamente possível, ~~é possível que isso seja feito~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 376 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	1	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

Ex é muito mais importante do que fazer ~~Exixix~~ Faria Lima, do que fazer qualquer outra coisa, é um instrumento de ação política efetiva, técnica de apoio à ação política. ONde está isso? Onde estão todas as idéias mais regionalizadas para São Paulo, depois do trabalho do Claudio Gomes, que era um projeto para São Paulo maravilhoso, de doutorado, nos anos 70, o que veio depois? Então essa ~~fixix~~ ficção voltada para o passado me preocupa profundamente. Acho que o que você colocou é absolutamente lúcido, ou a gente descobre ~~x~~ que vive o presente e tem um futuro pela frente absolutamente cheio de perspectivas, mas de desafios a serem enfrentados e faz isso usando toda ~~ixix~~ técnica, toda capacidade política, toda capacidade ~~ixixixix~~ efetiva de presença da população, isso não é doutrina mais, isso é necessidade efetiva. Eu não esteja fazendo pregação apostólica aqui, ~~ixixix~~ por mais que as origens sejam essas, não é essa a questão. A questão é efetiva, você diante de um ~~ix~~ dos fenômenos urbanos mais significativos, mas ~~ixix~~ atuais e menos compreendidos do planeta. Como você vai mexer com isso?

E na questão metropolitana me parece que um dos caminhos seria efetivamente pensar a conjugação das Prefeituras, dos municípios todos e de se discutir a questão de um papel ~~x~~ de liderança nesse processo do município de São Paulo, porque o que mais me ~~ixix~~ impressionou é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 397 do Proc.
N.º 46 de 1983

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONF. PARTE
08	2	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95			

é que o município de São Paulo, além de dar a s costas para todos os outros municípios de São Paulo, abre mão da sua condição de liderança nesse processo e é extremamente complicado você discutir isso, porque você vai criar um poder intermediário entre ~~município~~ município e governo, Governador, e aí vai haver grande discussões, isso é meu, é meu. Não importa, essa discussão tem que ser feita. O Governo do Estado de São Paulo tem que compreender que a região ~~metropolitana~~ metropolitana de São Paulo, que tem 50 mil quilômetros quadrados, tem dois terços da população e tem 60% do PIB, aqui o tinha, ~~mas~~ mas ainda deve estar por isso, ou seja, essa região que vai de Sorocaba a Santos, de São José até Campinas ela tem tudo isso, ela é ~~absolutamente~~ absolutamente descontínua em relação ao resto do território. Você teria que ter, pelo menos, um conjunto de estruturas ~~intermediárias~~ intermediárias representativas, se é que não é para ter uma só para essa grande ~~região~~ região metropolitana como um todo.

Claro que são ainda aspectos teóricos, mas se vocês pensarem bem de grande consequência política se vocês resolverem trabalhar. Desculpe o vocês, mas trabalhareis essas perspectivas. Mas acho muito importante as observações ~~feitas~~ feitas como a que a Ieda colocou, quer dizer, ou a gente se estrutura, se prepara e gasta tempo propondo essa caminhada, ou nós seremos mais voltados para o passado do que os atuais ~~defensores~~ defensores das iniciativas que são muito vinculadas a uma coisa que não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 398 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	3	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95		

existe. Obrigado. (Palmas).

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada ao Professor Sílvio.

O Professor Claudio Gomes vai fazer uso da palavra por alguns minutos.

Depois abriremos a palavra para quem quiser fazer uso dela.

O SR. CLAUDIO GOMES - Queria falar rapidamente, respondendo à pergunta da Ieda de outro jeito. Na verdade o que a gente está vendo, e essa fala do Sílvio Savaia mostra com muita clareza, na verdade o que a gente está assistindo é um fenômeno que já vem seguramente, depois de 64, que é a corrosão do Estado.

O projeto neo-liberal que está aí, foi gestado para, no mínimo, 20 anos atrás, ele fundamentalmente trata-se disso, é o Estado abrindo mão do seu poder de decisão, o Estado enquanto instituição, não Estado Covas, ou Estado Maluf, o Estado instituição na medida que ele é ~~maximizado~~ esvaziado e é um processo perverso esse esvaziamento do Estado por parte da iniciativa privada, é, na minha opinião, o fundamento de isso que está acontecendo. Então é a perda de cidadania, a inversão completa do processo decisório, esse descompasso escandaloso que o Sílvio acaba de dizer, a magnitude do problema e os instrumentos para resolver o problema me lembram até uma colocação que o Professor Goulart fez há ~~uma~~ muitos anos, que nós estamos numa situação em que o Estado foi re-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	4	Marcelo	C.E. Habitação	09.11.95	O Funcionário	

Folha n.º 375 do Proc.

N.º 46 de 1995

O Funcionário

duzido a uma gilete enferrujada, para fazer uma operação de cérebro, é mais ou menos isso. Então a falta dos instrumentos, a desatualização legislativa que o Vereador falou, tudo isso está fazendo parte dessa grande coisa que é a ~~fatêxia~~ falência do Estado.

Eu, desde 1956, que trabalhava, agora não trabalho mais em planejamento urbano, em todas as ~~instigâncias~~ desilusões e nenhuma satisfação que essa prática me proporcionou, estou cansado de ver um monte de planos, de estudos de viabilidade e tal. Em 1970 eu ~~estava~~

~~estava de férias, em movimento rápido~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 400 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-9	1	Paula	CE-hab	09.11.95		

fiz um levantamento rápido do que havia em termos de planos, estudos de viabilidade, propostas de projetos e etc. só na região metropolitana e elenquei mais de 40 . Havia municípios como São Bernardo que tinha mais de três Planos Diretores, isto num intervalo de menos de 10 anos. Isso é um escândalo, evidentemente, não é para se resolver nada.

Então, num primeiro momento essa constatação me levou a um desencanto total com o planejamento. Isso durou alguns anos. Mas, agora deixo claro que há a necessidade do planejamento, evidentemente. Só que num novo patamar que é de resgate de cidadania, principalmente o resgate do Estado. Não tenho ilusões de que essa posição é absolutamente contra a corrente do trator neoliberal que está pelo mundo todo, mas não vejo outra solução, outra saída. Defender a cidadania hoje é defender o poder do Estado, de intervenção do Estado. Ele poderá dar um novo conteúdo à tarefa de planejamento urbano. Sem isso não vamos ter nenhuma condição .

Essa é a resposta que queria dar para a sua indagação que acho fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Agora a Rosana



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 601 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	2	Paula	CE-hab.	09.11.95	Pres.	

tem a palavra. A próxima pessoa que fará uso da palavra é a Carmelita, do Movimento de Favelas.

A SRA. ROSANA - Gostaria de fazer algumas colocações, apenas para ~~x~~ informar à Comissão que tivemos a confirmação por fax que por motivos que ainda desconhecemos não puderam estar presentes os representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, que recebemos uma informação de que viria, O Arquiteto Joaquim Guedes e Arquiteto José Luiz Tabidi, que estariam representando o IAB de São Paulo. O Instituto de Engenharia estaria representando o Engenheiro Ari Rodrigues Prez e do ~~SEEN~~ Secovi, o Sr. Sérgio Guimarães Pereira, que recebemos fax agora dizendo que está impossibilitado de comparecer, mas que estará nas próximas sessões. O Sr. Átila Kalman também, do Secovi. Também deveria estar presente, e não tivemos um ~~x~~ retorno do porque da ausência, a Secretaria Municipal de Planejamento, que era uma das expositoras nessa questão dos instrumentos da operação urbana e Operações Interligadas.

Gostaria de fazer uma observação em relação a particularmente esses dois instrumentos que estão hoje em vigor na cidade de São Paulo, os dois se tornaram duas Leis aprovadas este ano, primeiro a Operação Urbana Faria Lima e depois as Operações



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 402 do Proc.
N.º 416 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	3	Paula	CE-hab.	09.11.95	Rosana	

Ligadas, que se chama Programa Direito a Moradia.

Basicamente, a questão da operação urbana, quer dizer, a síntese disso é que uma parceria entre Poder Público e iniciativa privada seriam feitas obras de melhoramentos em troca desse momento de potencial construtivo. x

A questão da operação interligada, em síntese, toca no mesmo problema, quer dizer, em troca do aumento do potencial construtivo e da alteração do zoneamento em um determinado local que pode ser um lote no caso da Operação Interligada, a empresa da iniciativa privada troca esse potencial que ela ganharia com o projeto em número de habitações de interesse social. Então, isso é um instrumento que hoje a Prefeitura de São Paulo dispõe para produzir habitações de interesse social numa conta específica dentro do Fundo Municipal de Moradia, pela Lei abriria-se uma conta específica que a partir do momento que o empresário entra com o pedido de Operação Interligada, na Prefeitura, ele teria que depositar numa conta específica um determinado valor que seria apurado pela Secretaria de Planejamento a partir de um laudo técnico que também seria proposto pela iniciativa privada e calculado. Por exemplo, se naquele terreno o empresário vai ganhar "X" metros quadrados que ele poderia estar construindo e que altera o zoneamento daquele lote, aquilo valeria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 403 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	4	Paula	CE-hab.	09.11.95	Rosana	

um "X2 em dinheiro correspondente a habitações de interesse social que no mínimo deveriam ser cinco e se forem mais de 500 o empresário pode até parcelar esse pagamento com a Prefeitura,

A consequência que vejo desses instrumentos hoje na cidade, primeiro é a questão da eliminação completa da Lei de Zoneamento. Na verdade, existe uma Lei de Zoneamento em vigor na Cidade que a partir desses instrumentos ela praticamente deixa de existir porque a cada ponto em que se fizer uma proposta de aumento desse potencial o zoneamento fica alterado. Quer dizer, naquela região ou naquela localidade pode-se alterar o que estava permitido da legislação.

Isso não teria graves consequências se isso tivesse pelo menos um nível de compreensão daquela região da Cidade, do que pode ser feito, de qual é o potencial e também a participação da população na discussão do que ela deseja para aquela região da Cidade. Sabemos que muitas regiões da Cidade dentro de zona Z-1, que são bairros residenciais e tal, existe já uma reclamação da população que o zoneamento vem se alterando clandestinamente e que através dessa Lei várias situações irregulares e que estão deteriorando a qualidade de vida nos bairros vão ser legalizadas pelas Operações Interligadas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 404 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	5	Paula	CEHabita.	09.11.95	Rosana	

ligadas . Outro aspecto que estudando a Lei percebemos é o seguinte: essa alteração, o que vai ser calculado desse potencial a mais, por exemplo, um terreno que o proprietário vai adquirir, ele poderia construir cinco pavimentos, doze, quinze, a única coisa que a Prefeitura terá como valor para construir habitação social é aquilo que o terreno dele vai valorizar com o novo potencial construtivo. Então, por exemplo, se o terreno dele valia 10 mil dólares e com aquele potencial novo ele vai valer 20 mil dólares, ~~então ele vai valer 20 mil dólares~~

~~então ele vai valer 20 mil dólares para habitação de interesse social~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 405 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
CONTÁVEL



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTÁVEL
OLCO	1	ant.	com.	9.11.		

é esses 20 mil dólares que vão virar habitação social, só que aquele proprietário podia contruir 5 pavimentos e ele vai poder construir 15 e vai ter 45, 60 unidades a mais de escritório que vai poder.. e esse valor não está sendo proposto na lei de habitação social. A gente percebe que a lei foi feita de maneira que o interesse privado está preservado, o interesse público fica num segundo plano. O valor de um imóvel que antes era de Z 1, Z 2, agora passa a ser Z 15, aquele valor de um apartamento às vezes chega a 5, 6 vezes o valor do terreno que o proprietário tinha. Isso é uma falha na legislação do ponto de vista de interesse de habitação social, fora os danos da qualidade de vida dos bairros, porque nas interligadas teve a preocupação de preservar a Z1 e as zonas de preservação histórica. Isto aponta que o zoneamento serviu para preservar a qualidade desses bairros. Acho que a legislação tem que ser discutida, é eletista, dificulta a vida da população e do pequeno investidor, por outro lado, em alguns aspectos a ~~leg~~ existência da legislação permitiu que se preservasse a qualidade de vida. Não é uma coisa que passa a liberar tudo só visando uma operação financeira. Esse é um aspecto da operação interligada e da operação urbana que deveria ser destacado, principalmente a urbana que mexe com uma área maior como a Faria Lima que pega ~~em~~ desde Pinheiros até o outro extremo da cidade, sem discutir, isso é um processo que vai levar mais de 20 anos debater com a população e discutir quais os projetos para aquela região e não poderia ser implementado através de um instrumento de força e de desapropriação, de uma lei aprovada sob muita pressão e ser implementada uma avenida num espaço tão curto de menos de dois anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 400 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
010	2	ant.	com.	9.11		

Acho que a operação urbana precisa de regulamentação, porque hoje ela está autorizada por um artigo da Lei Orgânica do Município, só que não está estabelecido a regra do jogo. Então a prefeitura apresenta um projeto... essa autorização é um cheque em branco na mão de cada administração municipal. Essa é uma preocupação que a Câmara deve ter no sentido de regulamentar a operação urbana. O problema não é a parceria com a iniciativa privada, mas quem estabelece o jogo e como a população que vive naquela região participa do processo de elaboração da proposta de operação urbana. Ela não pode ser colocada a serviço de um único grupo do setor econômico.

A SRª. CARMELITA - Sou do movimento de favela. A gente faz parte da habitação de São Paulo e faz parte do mutirão. A gente no interior deu continuidade nos mutirões para população de baixa renda e a gestão do Paulo Maluf paralizou os mutirões e isso está criando atrito sobre os mutirões e a Cingapura, porque eu sou arretada nos mutirões e na Cingapura. Na nossa região tinha um CDM Jd. Vila Formosa que tem 16 mil metros quadrados e ele foi paralizado há 10 anos, a gente fez um projeto e eles não queriam ceder o CDM para fazer o mutirão. Com a nova política da habitação da Cingapura que é enganação, uma traição política, foi implantado o CDM. Foi para concorrência e foi a Camargo Correa que colocou. Você sabe que o Prefeito não tem interesse em continuar os mutirões porque as empreiteiras têm que ganhar dinheiro e ganhar em cima disso. Agora está em fase de botação de estaca. Por outro lado estamos preocupados porque é muito pequeno, tem família grande que não dá para acomodar nesses apartamento. Por outro lado o aposentado ganha pouco, como que... a prestação da Cingapura é R\$57,00, o aposentado

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 4077 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
010	3	ANT;	com.			

ganha R\$100,00, vai pagar R\$57,00 do apartamento, água, luz e condomínio.

Vai comer o quê?

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	func	ONARIO	CONT.	AFASTE
0-11	1	Raimundo	2 Habitação	9-11-95					

... A preocupação nossa é essa, por outro lado, tem muita gente dizendo, quando a gente faz reunião com a população, ah, mas a Cingapura é boa; a Cingapura vai resolver nossos problemas. Vai piorar o nosso problema. Tem que ficar bem claro, a gente tem que se reunir; ~~sim~~ tudo bem, eles acham que vai resolver o problema da população, vai atingir mais, gente na rua porque não vai poder pagar; vai atingir, gente mais invadir terra para onde tiver, porque vai ficar na rua. Ontem, eu tive conversando com o encarregado da Cingapura que está lá, que é da Camargo Correa e ele discutiu comigo. Dona Carmelita a senhora não sabe de nada. Eu disse, olha, tudo bem, você acha que eu não sei de nada, mas quem vai para a luta defender a população somos nós de baixa ~~renda~~ renda; não vai a Camargo Correa, não vai ~~Schaim~~ Schaim Cury, não vai a Gomes Lourenço, quem vai é a população levar porrada da polícia e defender o pessoal que está embaixo da ponte, nas favelas e nos cortiços; os empresários não vão lá não, porque ele tem onde morar e nós temos o que ? O lixão, o esgoto. Então, temos que defender uma moradia digna para a população. Ontem, ocorreu a reunião do PROCAB (?), que faz parte da Prefeitura, pelo HIE BIRD dos Estados Unidos que veio para SP para canalizar os córregos. Só tem que dentro disso aí eles querem tirar a população da beira dos córregos e levar para muito longe, sendo que o emprego da população é dentro da cidade. Agora, uma parte vai para São

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 409 do Proc.
N.º 116 de 12 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
0-11	2	raimundo	habitação	9-11-95		

Miguel, outra parte vai para Itaquera e outra parte não sei nem para onde ele falou que vai jogar. Então, ~~dentro~~ dentro disso aí vai tirar o pessoal do local. Pela canalização e a avenida, sem necessidade, vai ~~passar~~ passar uma avenida muito grande, de Aricanduva para sair na Agua Rasa vai desapropriar meio mundo e vai deixar mais gente na rua, mais gente sem casa e mais gente na miséria. E eles estão pedindo, do meio do córrego ao lado, tem ~~quint~~ canto que eles pedem 15 metros, tem canto que pede 30 metros; canto que pede 50 metros, a metade do povo da favela vai para rua. Só que lá dentro eles falam uma coisa e quando chega cá fora fala outra. Ontem eu discutir com a assistente social e ela disse para mim, dona Carmelita, isso é trabalho do pessoal. Não é porque se somos representantes da população temos que chegar lá e contar a realidade para a população, não contar mentira, porque quem está lá dentro sofrendo as pressões somos nós, não são eles que estão dentro dos condomínios fechados, com toda segurança. Dentro disso, eu já fui pressionada, levei um tiro de 12, não agarrou nada em mim, porque Deus me protegeu e por causa disso, quer dizer, eles estão levando ~~ax~~ uma política de atrito, briga e nós que somos liderança é que levamos. Então, eu acho que essa Cingapura que está aí é briga, é uma política da eleição de 86, não para resolver o problema da população, tá, é a mesma coisa do córrego. E Eles estão dizendo que o córrego vai resolver os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 410 de 95
N.º 416 de 12
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
011	3	raimundo	habitação	9-11-95		

problemas, vai trazer mais atritos, mais desemprego, mais gente longe de seus empregos e mais atrito, porque a metade vai ficar sem casa, porque vai ter um ano e meio da gestão do Dr. Paulo Maluf e os córregos não vão ser canalizados e as pessoas vão ficar na rua. É essa a minha preocupação,. Inclusive tem muitas áreas que são particulares e dentro dessa comissão os vereadores, conselheiros participantes, fazer um projeto para botar na Câmara Municipal que essas áreas o prefeito tem que comprar e desapropriar, porque tem muito tempo que esse pessoal está na beira desses córregos, na beira de tudo zelando tudo isso, agora hoje, porque vai passar a avenida todo mundo diz que é dono e quer desapropriar o povo e jogar na rua. Fazer uma política que quem mora na beira desses córregos, nesses terrenos que são particulares, que o prefeito comprasse de quem é dono e assentasse essas famílias no local que estão e não tirar daí e colocar para onde ninguém nem sabe para onde vai. É isso que peço a Comissão em favor dessa população.

A SRA. ANA MARTINS - ~~talor~~ Obrigada, Carmelita. Os Vereadores Henrique Pacheco e Zenas Pires se retiraram porque vão para Comissão permanente. Queria anunciar que está presente Zorilda Maria dos Santos da CONAM E FASCESP (?) O padre Guilherme da Pastoral da Moradia e Carlos Massako, do gabinete do Vereador José Mentor.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 211 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário [assinatura]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
011	4	Raimundo	habitação	9-11		

A SRA. LUCI — Eu vou x falar como mutirante repre-
sentante da Leste 1, da região Leste 1 nos fóruns dos mutirões de São
Paulo. Dentro do assunto que foi discutido hoje, gostaria de dizer, co-
locar um pouco a concepção que a gente tem do mutirão para a cidade,
independente do que ele é para o cidadão, ~~mutirão é para o cidadão~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNCIONÁRIO	CONT. PARTE
012	1	ANA	Com.Est.	9.11.95			

Então, para a cidade, qual é a concepção que a gente tem? Claro que a gente não fala concepção, estou falando agora porque aprendi aqui, mas a gente diz organização, lá no canteiro. A organização do mutirão, o que é para a Cidade? É distribuir o espaço de uma forma diferente do que tem sido feito até agora. Eu vi a companheira da Vila Olímpia dizer da Faria Lima, qual o objetivo final de tudo aquilo? Então, o mutirão tem um objetivo final exatamente contrário, de que seja distribuído o critério, para ser distribuído o espaço na cidade, não é o ter econômico, como lá, mas é o ser social das pessoas. Então, no mutirão todos os lotes são do mesmo tamanho, independente se o companheiro ganha 5 salários ou um, a casa é diferenciada para a família que tem 10 pessoas e para a que tem 4, a média são de sete, então não dá para acomodar em 35 ou 40 metros quadrados. A gente sabe que não dá. E não é necessário isso na Cidade. Por que uma família de classe média precisa de 700 metros para acomodar cinco pessoas, e a gente tem que pôr 10 em 30 metros. Acho que essas coisas têm que ser pensadas, com lógica. E a cidade comporta, é grande, comporta uma discussão mais avançada. Então, essa a concepção que tem o mutirão na Cidade. Claro que para a cidadania, para o cidadão, é uma esperança utópica. Estou vivendo diariamente... A dona Carmelita está dizendo que a gente que fica lá enfiando o pé na lama, todo final de semana, e é isso mesmo, e a gente está tendo que é uma utopia hoje, com essa paralisação que o Prefeito fez a todos os mutirões. Acho que sem pensar em nenhum momento o que isso poderia acarretar. Hoje temos 8.000 moradias paradas por conta de critérios técnicos burocráticos. A gente tem construído muito mais do que tem pegado dinheiro da Prefeitura, então não se está dando nenhum prejuízo público com a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 1137 do Proc.
 N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	Assente
012	2	ANA	9.11.95	Com. Est. Hab.			

história dos mutirões. Hoje temos até que arrecadar dinheiro entre nós, 10 reais de cada um para continuar a obra, porque senão vamos perder. Se a gente deixar lá, o tempo, a chuva, a cada chuva metade da obra vai embora. Não somos tão burros assim que vamos ficar de braços cruzados esperando perder o que foi feito. Então, estamos continuando a duras penas com a esperança de chegar lá, na entrada de uma casa, uma casa decente, construída pela gente mesmo.

Queria convidar todos para a inauguração de um que conseguiu receber todo o dinheiro do Maluf. Então, no dia 25 de novembro, às 12 horas, na Rua Madre de Deus, 769, no mutirão Madre de Deus, na Moóca. É um mutirão que era de encorijados, moravam num casarão e construíram apartamentos.

A SRA .ANA MARTINS - A visita aos mutirões será amanhã, a primeira ao Cingapura, às 11 horas, da Av. Zachy Narchi. Estamos convidando Vereadores, entidades representantes de todos movimentos.

O SR. ^{JOSE} ~~ROBERTO~~ PEREIRA DA SILVA - (Do Movimento Povo Unido Jamais Será Vencido, do Valo Velho) - Gente, boa-tarde, para mim é uma satisfação imensa estar nesta reunião trazendo ~~complementos~~ uma complementação a respeito do que ocorre na Grande Cidade de São Paulo na habitação. A minha associação existe há quatro anos. Estamos encontrando algumas dificuldades no decorrer do tempo. Uma coisa que acho absurdo é o trabalho e desenvolvimento sobre habitações nos últimos dias que estamos vivendo. O trabalho que está sendo desenvolvido na área da habitação está sendo muito negativo para o que devia estar acontecendo nos últimos dias.

Acho que nosso governo está tentando mobilizar um tra-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 414 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
012	3	ANA	Com.Est.Hab.	9.11.95		

balho na posição dele, que seria um trabalho positivo, mas até agora não estou vendo uma mobilização positiva. Estive fazendo uma entrevista com um diretor geral, na área da habitação

~~em torno de 400 unidades cadastradas para o siste~~

~~de manutenção. Eu estive discutindo com o~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 915 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
013	1	morg.	CE Habitação	9.11.95		

É eles estavam passando pra mim que eles têm aproximadamente 400 entidades cadastrada pelo sistema de mutirões. Eu estive discutindo com ele uma questão, achando um absurdo como que uma associação que distribui e está fazendo a programação do tiquet de leite a 150 pessoas, seria pra 120, agora passou para 150 famílias, como uma associação que distribui o trabalho que tem é distribuir para 150 famílias como pode assumir a responsabilidade para o sistema de mutirões, acho que isso é um absurdo, que um governo, uma administração está fazendo, um cadastramento dessas associações que realmente não têm nenhuma estrutura sobre habitação, que nunca se viu falar, que nunca deparou com uma construção sobre habitação e moradia, uma associação que tem um mês de registro em cartório. É um absurdo que essas entidades está sendo registrada para o sistema de habitação, isso o cúmulo, isso não pode acontecer, não é que eu esteja sendo contra, acho que isso é uma coisa que deve ser analisada o ver quais as associações que realmente estão incluídas na área da habitação que podem assumir uma responsabilidade de construção de mutirão de 150 famílias e não é pegar uma associação que se fundou hoje e cadastrar e chamar para que possa entregar uma responsabilidade de uma habitação de 150 famílias. Não é por aí. Agora, na última semana que estive lá a assessoria dele declarou que, estive lá no CDHU, na semana passada conversando com a assessoria técnica e disseram que entraram em contato com 200 associações mandando cartas para que comparecessem trazendo a documentação. Então, as associações não vão comparecer porque não têm documentação para que possa assumir essa responsabilidade. Acho que deveria fazer um resumo e ver qual é entidade que estaria pronta para exercer essa área e começar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 416 do Proc.
N.º 416 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
013	2	morg.	CE Habitação	9.11.95		

a agilizar o trabalho que é preciso, não deixar que o trabalho fique passando o tempo e o dinheiro que está determinado para a habitação seja retirado e não sai a habitação e o povo fica na miséria como está.

Outra coisa que também acho um absurdo é a pessoa chegar e desapropriar uma família por 1.500 reais, tirando a família que está morando num barraco, e para onde aquela família vai ? Vai pegar mil reais, vai comprar dez folhas de madeirite e vai montar outra favela em outro bairro. Isso é o que está acontecendo, isso é o que está havendo na Grande São Paulo. O Prefeito está tendo essa dificuldade, desapropria uma família por 1.500 reais, eles compram dez folhas de madeirite e vão para um terreno baldio fazer outra favela, não sobrou nenhum dinheiro. O Prefeito não está resolvendo o problema. O problema está aumentando mais ainda. Em vez de eliminar o problema, ele está aumentando o problema. Não é isso que temos que fazer. O que eles tem que fazer é ter um projeto para aquela área, construir um apartamento para aquela família, cadastra a família, não precisa dar dinheiro para a família, porque ela não vai comprar uma casa com 1.500 reais. Não existe isso. A família vai para debaixo da ponte, não é o caminho, isso é falta de administração, falta de consciência, de dignidade da sociedade. Acho que a Prefeitura deveria ajudar. E gostaria que os vereadores estivessem aqui para estar acompanhando tudo isso que está acontecendo lá fora. As lideranças e os movimentos de moradia estão tendo dificuldades em acesso ao poder público quando chega no gabinete de um vereador, de um deputado, temos dificuldades de falar com o vereador, acho que isso tem que acabar, porque uma liderança, um presidente de associação precisa ter acesso ao vereador,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 417 de 11
Dia 21 de 12 de 95
O. M. Clonado



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0 13	3	morg.	CE Habitação	9.11.95		

porque o vereador é a voz do povo, o deputado representa o povo. Acho que os vereadores e os deputados têm que abrir o espaço para que o Presidente possa levar ao conhecimento da população do que está ocorrendo. Isso está acontecendo e não temos acesso. Não todos os vereadores, mas 80% dos vereadores não temos acesso com eles na Câmara. Isso é um absurdo. Será que as lideranças não têm direito? As lideranças estão acompanhando os movimentos, sabe como é que está a situação do povo. Pode ir na Iapardosa, no Grajaú, no projeto Guarapiranga e ver como é que está a situação, o vereador tem que saber o que está acontecendo na periferia junto com o seu representado, tem que abrir um espaço para que nós tenhamos direito de chegar no seu gabinete e possam atender a necessidade do povo. ~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 48 de Prop.
N.º 46 de 1995
O Funcionário:

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
014	1	dalva	Habitação	09.11.95		

(1..) Toda essa questão das áreas de mananciais, há mais ou menos 30 a 40 áreas onde já tive fazendo levantamento. Não ~~temos~~ ^{temos} condições porque todas essas áreas que temos aqui, são áreas de mananciais que não tem condições de assentamento de famílias, porque não há possibilidade. Outra coisa também, nós, os presidentes estão em dificuldades, comprando áreas, as quais são mananciais, quando eles vão construir não tem condições

A SRA. ANA MARTINS - Sr. José, nós teremos mais três sessões, e vejam bem, a próxima, o debate do mutirão vai entrar.... eu pediria então por x favor que o senhor se encerrasse o seu discurso.

O SR. JOSÉ - Então depois eu gostaria de debater sobre essa questão das áreas de mananciais, onde os presidentes estão com dificuldades.

Obrigado a todos.

A SRA. MARINA - Eu gostaria de parabenizar as Vereadoras, e também o pessoal da mesa e dizer o seguinte: que xx nessas reuniões mais entidades participassem, e que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 219 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
614	2	dalva	Habitação	09.11.95		

elas fossem feitas na parte da tarde. Eu mesma convidei diversas amigas de associações, mas não tinham condições de vir neste horário, e também eu gostaria de dizer o seguinte, na questão da Habitação o nosso Governo Federal, Estadual e Municipal, está muito além, ele não quer resolver problemas nenhuns. Se as nossas lideranças, o nosso povo não sair nas ruas, para exigir vai ser muito difícil. Nós estamos com o movimento de moradia, lá em Vila Alpina, temos a certeza que vamos entrar no CDHU, porque suas exigências são muitas, mas a nossa entidade está estruturada, a gente sabe que vai entrar. Mas gostaríamos que as demais também entrassem, e também gostaria de dizer para vocês que muitas vezes somos enganados. No governo anterior, temos o nosso movimento desde 1986, e nós tínhamos conseguido a área do Jardim Colorado, que foi uma área de muitos apartamentos, onde estava prometido para o nosso movimento 335 apartamentos. Nós fazendo duas reuniões por mês, indo no CDHU, todos os setores competentes, no Palácio do Governo e tudo, de abril em diante o Governo anterior já não atendia mais a gente. A Secretaria de Habitação também. A população empurrando e empurrando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 120 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
014	3	dalva	Habitação	0911.95	

nós, e nós estávamos organizados. Então nós tivemos uma experiência muito grande, a qual temos que ser unidos e organizados. E nós entramos nos apartamentos. Aquelas famílias que confiaram no nosso movimento, que confiam na nossa palavra, e na organização, nós conseguimos entrar, levamos 126 famílias e o governo foi pressionado e obrigado a assinar esses contratos ~~com~~ conosco. Nós não queríamos invadir. Então podemos vê que eles se aproveitam, enganam totalmente a população e temos que estar unidos e organizados, e nós sabemos que as entidades estão sim se organizando e estão alertas, e sabemos da nossa força, só que gostaríamos assim que os Vereadores, principalmente o trabalho que é reconhecido da Ana, da Lidia, Ana Martins, e do Pacheco, sabemos que são vereadores honestos e bons, estão trabalhando com a população, mas gostaríamos que vocês fizessem mais reuniões, ou no sábado e à noite, e que esse ~~movimento~~ movimento fosse cada vez maior, que o nosso povo não pode ficar na rua e agora proteger os mananciais. Tudo bem; mas o governo tem muita área de terra e ele tem dinheiro sim, que ele pode desapropriar e por a população, os brasileiros não podem viver em baixo da ponte. Se o Governo, tanto Federal como Estadual, dá todo poderio para os ~~estrangeiros~~ estrangeiros vir para o Brasil, e se apoderar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 421 do Proc.
N.º 46 de 1998

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
014	4	dalva	Habitação	09.11.95		

do que é nosso, nossos brasileiros não podem morrer debaixo da ponte. Temos que se unir, se organizar e exigir ~~moradia~~ moradia para todos. Muito obrigada.

A SRA. ANA MARTINS -

Vamos passar para as considerações finais. Olha companheiros, o próximo debate, se começarmos às 10 horas, é possível ter mais gente falando. Agora todos nós temos que ser mais pontuais. A próxima sessão será dia 16 e dia 23, depois teremos uma no final. Essas sugestões que estão levantando, nós também temos que estudar como desenvolver algum tipo de atividade de fim de semana, nós sabemos que as pessoas tem dificuldade durante a semana. Então estamos pensando no dia 7 de dezembro, já estamos ~~conversando~~ conversando com a Presidência, fazermos uma sessão especial na própria sessão, porque Vereadores precisariam ouvir um pouco a aprofundamento dos técnicos e também as questões das lideranças. Então como é que nós vamos conquistando esse espaço. Com a palavra a Sra. Sandra.

A SRA. SANDRA -

Olha Dona Carmelita eu queria falar especialmente para a senhora, porque a senhora me como-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 422 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
014	5	dalva	Habitação	0911.95		

veu. Nessa luta da Faria Lima eu tive há dois anos ~~atrás~~ atrás par-
ticipando de uma discussão com o pessoal da Água Branca, foi uma oper-
ração urbana que foi feita antes da operação da Faria Lima. E lá a
púb plateia era só de gavelados e falou uma senhora da qual eu não
esqueço o nome Dona Teresinha de Jesus. Eu queria falar alguma coisa
de especial para a senhora, solidariedade não enche barriga, eu que-
ria dizer para a senhora que as coisas só vão mudar no Brasil, quan-
do gente como a senhora forem ouvidas, está certo? Por quê? Porque
é muito importante o papel da senhora, e quero falar isso, porque é
verdade. Porque não é um banco de escola que dá para ninguém sabedo-
ria política e entendimento político, a senhora é uma pessoa de pro-
funda lucidez. A senhora é uma pessoa que talvez não tenha tido opor-
tunidade de ter um verniz social de ~~frequer~~ frequentar um banco de
escola. Mas a senhora é uma pessoa que consegue entender a situação em
que a senhora vive. Eu queria dizer para a senhora, nessa solidarie-
dade, que a nossa luta também foi muito difícil. Que assim como se
engana pessoas, que são próximas da senhora em relação aos reais
objetivos de CINGAPURA, também para nós não foi fácil. Porque as pes-
soas lá são de classe média, estudadas e tem um pouco mais de verniz

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

 Folha n.º 423 do Proc.
 N.º 46 de 19 95
 O Funcionário


RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
015	1	dalva	Habitação	09.11.95		

mas a ignorância política é profunda. A capacidade de participar das coisas é muito difícil, as pessoas ao mesmo tempo que reclamam de tudo, tem uma dificuldade enorme de querer participar das coisas. Então eu queria dizer somente isso para a senhora, não desista. Existem muitos momentos nesses ~~últimos~~ dois anos de desânimo para mim e para outras pessoas que tiveram a frente do processo, porque a gente faz, faz, e muitas vezes àqueles que estão muito próximos da gente vêm muito pouco o nosso papel. Mas eu gostaria de dizer para a senhora que eu entendo o seu papel, e que a senhora é uma vencedora.

Muito ~~obrigada~~. obrigada.

O SR. CLAUDIO GOMES -

Querida dizer da

minha perplexidade, de ~~minha~~ meu espanto por essas últimas falas que eu ouvi aqui agora do pessoal dos movimentos populares, e dizer mais uma vez que a única coisa que eu acredito é realmente nisso. Já que o Estado está sendo sucateado cada vez mais, já que esse rôlo compressor que está passando em cima de todo mundo, ~~eu~~ não vejo outra solução, outra saída, de uma posição ~~marxista~~ de resistência. No fundo o que nós estamos verificando aqui nessas últimas falas, é um chamado, ~~para~~ um apelo a resistir. E essa resistência passa exa-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT.	ASSINTE
015	2	dalva	Habitação	09.11.95				

tamente por isso que a minha colega demesa falou agora há pouco, uma solidariedade acima das classes sociais. O problema que a s classes pobres, os favelados, os mutirantes, estão tendo, é exatamente o problema que a classe média está tendo, com pequenas alterações e pequenas variações. Mas fundamentalmente é o mesmo processo. O relato que a Sandra fez, ~~x~~ é ~~xxx~~ exatamente o mesmo. Então quero dizer que fico satisfeito, ~~xxxx~~ pelo menos seguimentos da população organizados podem conseguir alguma coisa.

A SRA. VALENTINA

- Complementando um pou-

co essas últimas reflexões, todo um processo de enfraquecimento de desmonte, não só do Estado, mas das poucas formas ~~amocmix~~ mais institucionais que ~~exigiam~~ se tinha de participação, eu acho que acompanhado a isso houve uma seguimentação dos problemas. Nós falamos muito aqui na questão dos mananciais, mas o manancial não é um problema isolado, ele é uma área inserida dentro de um contexto maior metropolitano, eu acho que enquanto a gente fica jogando um foco em algumas áreas que não pode se ocupar, a ~~xxxx~~ gente deixa de perceber outras que podem ser ocupadas e ~~x~~ enquanto a gente trabalha isoladamente o problema da habitação, a gente deixa de perceber outras



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 425 do Proc.
N.º 46 de 1995
Funcionário
CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
015	3	dalva	Habitação	0911.95		

questões, as quais o professor colocou, outras questões do ambiente que também são fundamentais e também concordo, ~~mas~~ com duas coisas coisas que foram colocadas anteriormente. Esse espaço metropolitano onde exige uma determinada legislação, não é uma coisa absolutamente desintegrada e não pode ser vista dessa ~~forma~~ forma, isolada de um contexto maior, eu acho que quando a gente não começar a retomar essa visão do todo, seja do ponto de vista das suas possibilidades de articulação política e sociais, eu acho que vai se conseguir muito pouco. Estamos tendo um empenho de procurar identificar todas essas organizações as quais eu acho que vai ser através da discussão com essas organizações que nós vamos poder optar em soluções. Eu acho que o Estado, pelo seu corpo técnico pode estar estudando, mas eu acho que a opção de que se quer em relação a essa cidade, qual é o papel que o cidadão vai ter sobre ela, eu acho que é um impacto novo eu acho que é um compromisso entre estado e sociedade deve necessariamente recompor, e também concordo segunda fala de que a gente tem um papel de resistência. Acho que quem é um pouco mais velho como eu, às vezes desanima um pouco com esse esforço de estar sempre resistindo e sempre recompondo, mas eu acho que vida também se faz através desses saltos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 426 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
0-16	1	emira	habitação	09.11.95		

Queria agradecer o convite e esperar que a gente se encontre novamente para continuar essas discussões. (palmas)

A SRA. ANNA MARIA QUADROS - Queria cumprimentar a todos, não só os integrantes da Mesa, mas os participantes, porque a Mesa é grande.

E dizer que o papel dos Vereadores é justamente representar a população nas garantias dos seus direitos. Se não tiver isso, não tem porque estarmos aqui.

E que a Câmara é um espaço da cidadania, onde toda população atem o direito de vir e de ser recebida muito bem por todos os Vereadores, e nas comissões e nos plenários colocar as suas sugestões, as suas exigências e reivindicações, e lutarmos juntos.

Parabéns a todos., e à Ana, em especial, que é a Presidenta da Mesa.

A SRA. ANA MARTINS - Queria pedir desculpas porque eu não tinha anunciado o Hilton Antonio Apereia, da Associação dos Funcionários do HC, que iria usar da palavra, mas que hoje não pôde, mas na próxima, se inscreva logo e o colocaremos no começo.

E uma presença importante que tivemos aqui, como demorou um pouco essa listagem final, não anunciei a Zuleica Alemberti, do Conselho Estadual da Condição Feminina, que é uma das feministas históricas aqui e que hoje fez parte da nossa comissão.

Quero convidar a todos para a próxima ~~sessão~~ sessão, no dia 16, especialmente para a manhã, que a visita será às 11 horas ao

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 427 do 2.º
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
0-16	2	emira	habitação	09 11.95	a.martins	

Projeto Cingapura. E agradecer à colaboração dos que vieram, Prof. Cláudio, Prof. Sílvio, Sandra, e na próxima vez já teremos pessoas importantes de grande experiência para debater a questão "As políticas públicas de habitação popular, dos Governos Estadual e Municipal.

E queremos contar com a participação de todos e vocês,

Muito obrigada.(palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1603 do Proc.
N.º 46 de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
113	1	Norma	C.E.Habitação	23.11.95		

assim como não nos metemos também na UMM, nem na FACESP, nem na Federação das Mulheres Paulistas porque este Governo tem por hábito e por prática respeitar a organização popular.

A SRA. ANA MARTINS - Tem apalavra a Vereadora Ana Maria Quadros.

A SRA. ANA QUADROS - Cumprimentando a todos os presentes, mais uma vez, a todos os expositores pela qualidade da contribuição aqui trazida, eu queria colocar o seguinte: o objetivo desta Comissão é justamente levar as conclusões para o Encontro do ano que vem mas é também, eu acho, tirar um documento, e a Câmara tem feito excelentes trabalhos nesse sentido, dando uma base para o Executivo que for eleito no próximo ano, e realmente as falas aqui foram profundamente importantes, e eu vou citar, lembrar a do Pedro Paulo quando ele diz que instrumento de cidadania é a habitação, e a gente sabe que é, porque não adianta pensar em educação e saúde, não adianta pensar em segurança, se não se resolver o problema da habitação, e é através da moradia, moradia que tenha uma dignidade mínima, oferecida à população, que se pode pensar na resolução do problema da segurança, no problema da educação e no problema da saúde.

Então eu acho muito importante que nós, ao terminarmos estes debates desta Comissão de Estudos, que o documento aponte soluções e nós sabemos, a Vânia mesmo colocou, existem outras causas, mas tem de haver um caminho, porque as causas têm de ser tocadas, as causas econômicas, sociais, etc, mas se nós não tocamos, não resolvermos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	602	de 1995
N.º	116	
ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
113	2	Norma	C.E.Habitação	23.11.95	

prá valer o sistema de habitação, nós temos realmente uma cidade mais violenta, uma cidade mais miserável, sem nenhuma condição de cidadania.

Portanto, eu acho importantíssimo que na hora do relatório nós tirarmos as sugestões que são básicas e imprescindíveis para que resolvamos esse problema. A miséria está aí e é uma responsabilidade social nossa colocarmos situações de fato, aquelas que um executivo municipal pode resolver, não é? Isso na medida em que todas as soluções do País são, talvez, mais a longo prazo, e não nos cabem; agora, a nível de município, nós temos uma indicação, inclusive, para exigir dos governantes, sejam de diferentes partidos, a Câmara pode colocar na campanha para o ano que vem, quer dizer, para a habitação não se abre mão de alguns pontos, sem os quais nós não vamos nem dar um início na resolução do problema da cidadania.

Eu queria colocar aqui, como tarefa nossa, tarefa de todos nós. Muito obrigada.

A SRA. ANA MARTINS - Estão abertas as inscrições. Vereador Adriano Diogo, por favor. Tem o Calazans, tem o Padre Guilherme e a Isabel.

O SR. ADRIANO DIOGO - Bom dia. Eu lamento que o representante do Presidente do CDH tenha dado esse tipo de resposta ao Vereador Henrique Pacheco, como se ele estivesse tratando como um toma lá, dá cá. Nosso apoio ao Mário Covas foi um apoio consciente, inclusive nós já apoiávamos Mário Covas no primeiro turno, e até fomos vítima de sanções por isso, e nós não fomos pedir nada lá, não fomos pedir

— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 603 do Proc.
N.º 46 de 19 8
GRÁFICO Funcionário CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	CLASSIFICACIONÁRIO	CONT. PARTE
113	3	Norma	C.E.Habitacão	23.11.95		

E os critérios de distribuição e de relacionamento com o público continuam os mesmos, sim, do velho PMDB, é uma vergonha! Lamentamos muito, principalmente a sua resposta.

A SRA. ANA MARTINS - Nós temos seis pessoas inscritas; da-
ríamos três minutos a cada uma e no final os da mesa poderiam fazer
as suas apreciações. Agora é o a minha vez de falar, e quero dizer
que me chamou muito a atenção, na mesa de hoje, acho que todos os
companheiros da mesa colaboraram, essa concepção que o SEADE vem nos
trazer hoje de análise da problemática, e eu queria fazer uma pergunta
ao Pedro Paulo - depois, no final, porque nós vamos juntar todas as
questões, Pedro Paulo - vejam, é tanta vontade nossa, parlamenta-
res, lideranças populares, técnicos, de que as coisas mudem, de que
o Poder Público passe a adotar novas posturas, de que aquele saber
dos especialistas que está principalmente nos que puderam beber da
USP, da FUC, da UNICAMP, da Universidade de Brasília, ~~que também~~
~~(...)~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APORTE
I-14	1	Raimundo	Habitação	23-11-95	46	O Funcionário

... os que também puderam acumular uma experiência no decorrer desses 15, 20 anos ou porticipando do movimento popular ou contribuindo nas assessorias, é tanta vontade nossa que as coisas caminhassem de outro jeito que queria perguntar ao Presidente do SEADE se a Administração do Sr. Mário Covas, as Secretarias, o CDHU, estão aproveitando os subsídios pesquisados, estudados pelo SEADE e se em algum momento essas Secretarias debateram com os que conseguem fazer essa análise que hoje o SEADE nos trouxe ou se ainda se trabalha no amadorismo, no clientelismo, se trabalha com as formas arcaicas de 20, 30 anos atrás? E a questão vou deixar para o Pedro Paulo, porque acho que ele merece a nossa atenção, porque senão tudo que se estuda, tudo que se aprofunda, tudo que se escuta de proposta de movimento popular vai ria abaixo e nada se constroi de novo. Eu não estou direcionando a minha fala a ninguém pessoalmente, a nenhuma Secretaria individualmente - eu estou, ... primeiro que me entusiasmou a concepção do SEADE hoje, há muito tempo, eu sou uma simples Vereadora hoje, mas participo de movimentos populares há mais de 30 anos e tão logo assumir o meu mandato precisei buscar elementos no SEADE para uma análise melhor do meu gabinete, da minha atuação. E hoje eu acho que a contribuição do Pedro Paulo foi as sim destacada nesta Mesa, para nos ajudar trabalhar com concepções novas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
I-14	2	raImmdo	Habitação	23-11-95	O Funcionário	

Folha n.º 605 do Proc.

ORADOR 46 CONT. APARE

O Funcionário

e se nós não assumirmos esse desafio, eu não sei por onde é a saída das coisas, senão assumirmos esse desafio. Quando também o professor Aziz ABisab (?) trouxe aqui uma visão da geografia da Cidade, eu queria saber se a SEAHAB, CDH, Secretaria de Habitação leva em conta isso? Porque nós vamos fazer um esforço no documento final desta Comissão, vamos levar em conta um pouco esses elementos científicos, que a gente ~~comece~~ comece a trabalhar um pouco mais com seriedade. Se cada técnico, cada parlamentar começar e buscar um pouco mais de dado científico, ouvir um pouco mais as lideranças que apelam para a busca de saída, acho que nós vamos ganhar. Também estou falando para mim, não falo só para os outros, também falo para mim, nós vamos nos ganhar por postura nova. Então, minha questão vai ficar para todos da Mesa, mas especialmente para o SEADE.

E uma questão para o CDH que gostaria de levantar é se não existe uma discussão entre os técnicos de lá, os que detêm cargos de mando, de poder e as lideranças populares para nós construirmos alternativas novas. Ou nós vamos afunilar em matirão de forma simplista e acabou ou vamos construir alternativas novas de construção ~~popular~~ de moradia popular e alternativas novas de urbanização, de recuperação de áreas degradadas e etc. E se existe algum trabalho já integrado com a Secretaria de Habitação do Município? Está é a pergunta do CDH

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR n.º	APART.
I-14-3	raimundo	Habitação	23-11-85		N.º 46	da 19
					O Funcionário	

para o CDH para que eu consiga raciocinar um pouco mais o que vai ser dessa população da cidade, que é mais de 65% que estão em moradia sub-normal. A responsabilidade é do Município, é do Estado, é do Governo Federal também, mas estamos discutindo aqui com pessoas sérias que acredito que estão também buscando novas saídas.

A palavra, pela ordem, é do Calazans.

O SR. CALAZANS

-Boa tarde, vou começar por um depoimento final do Zaratin, uma preocupação do Zaratin, que é preciso pensar uma política global. Hoje nós temos a felicidade de ~~estarmos~~ ^{termos} nesta Mesa a CDHU, um organismo do Estado, a Câmara Municipal, representando o Município e a EMPLASA, que é o órgão que por enquanto cuida da Grande São Paulo. Mas São Paulo é o ~~xxx~~ grande São Paulo e provavelmente o Aziz Ab Sab definiu geograficamente - qualquer definição do Aziz é geo-política - esse território que tem que ser pensado de forma global. E o que fica patente.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	607	do Proc.
N.º	46	de 1995
ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE
115	1	raimundo	habitação	23-11-95			

E o que fica patente e aí eu queria transformar este depoimento meu em homenagem a um grande amigo nosso que faleceu há algum tempo, que é o Flávio Maia e que durante anos nós nos portamos dizendo que o poder público tem um compromisso com a demanda e a demanda global, a demanda dos 500 mil domicílios de favelas em SP, mais um número do grande São Paulo que temos que pensar qual seja. E nós temos, por outro lado, políticas ridículas de enfrentamento da questão - 20 mil mutirões para 4 anos. É louvável a postura, mas é insignificante diante da demanda, absolutamente insignificante. Os números revelados do projeto Cingapura, por fora do marketing, o ritmo de atendimento é absolutamente insignificante diante da demanda. Então, a primeira sugestão que quero trazer aqui é que haja um desdobramento desta Comissão, desta iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo para uma proposição de algum grupo de trabalho contínuo envolvendo a cidade de SP e a Grande São Paulo, através da RE EMPLASA, a CDH, a Prefeitura de SP e outras Prefeituras que possam diagnosticar e pensar o conjunto da Grande São Paulo.

Eu quero citar, de vez em quando eu cito um exemplo irônico, quando saíram os primeiros resultados do censo de 91, o Estado publicou uma manchete, não sei qual foi qual, mas um dos jornais,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	608	do Proc.
N.º	46	de 19
GRAB	funcionário	CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
115	2	raimundo	habitação	23-11-95	

dizendo que decrescia a população do Município de São Paulo e no mesmo dia, o outro jornal dizia que explodia a população do Grande São Paulo, as 2 notícias na primeira página. Quer dizer, temos que enfrentar a questão do território do Grande São Paulo, que é um território que haverá de buscar um dia uma direção política que até hoje ele não tem, ele está na mão de órgãos ~~px~~ de caráter puramente técnicos. Então, talvez essa comissão, a nível da política habitacional, seja um embrião contínuo, oficializada, com ~~x~~ convênio com SEADE, com convênio com a Universidade de São Paulo e outras Universidades que poderiam integrar esse grupo para que nós possamos estabelecer uma política global e aí reafirmar, Ana Martins, a minha sugestão de outro dia, que uma das iniciativas iniciais desse grupo de trabalho fosse um seminário no qual o Município de São Paulo, Emlasa, CMI, o conjunto de municípios, enfim, São Paulo, a Grande SP, pudessem ter uma conversa com os ~~div~~ diversos agente ~~stfmx~~ financeiros provedores de recursos públicos e privados. Estava fazendo aqui uma estimativa prévia, fechando o meu depoimento, nós temos hoje, a cada a Brundina e oficializa agora, é um mérito que começa, na verdade, com o Governo Montoro que oficializa dinheiro do Tesouro para a Habitação. É aí que começa a coisa, da ordem de 300 milhões de dólares por ano. A Grande São Paulo, mais ou menos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNID.	CONT.	APORTE
L15	3	Raimundo	habitação	23-11-95				

metade do Estado de SP poderia contar com 200 a 250 milhões de dólares do ICMS. Nós teríamos direito a certamente a 15% do saldo líquido do Fundo de Garantia que tem expectativas se essa recessão se alterar, de recursos de 200 milhões de dólares para a Grande SP. O SBPE (?) produzido no Grande São Paulo é maior ~~de~~ que 200 milhões de dólares. Só esse conjunto de recursos ultrapassa a ~~a~~ casa de bilhão de dólares/ano. E nós estamos raciocinando com 20 mil casas aqui, 10 mil casas ali, enquanto existe um conjunto de riquezas que é preciso que nós pensemos globalmente.

Então, fechando essas 2 sugestões, e terminando, uma sugestão, acho que hoje foi muito interessante, a gente ~~tratar~~ tentar compreender a dinâmica do processo de favelamento da Cidade ~~numa~~ correlacionada com a questão gravíssima dos aluguéis da periferia, que as populações não aguentam mais e há um êxodo interno, quer dizer, nós poderemos evoluir também num segundo momento, a partir do depoimento do Pedro Paulo e da Suzana, para uma compreensão mais dinâmica do que está acontecendo e daí nós não podemos pensar só no Município. Nós temos que pensar no conjunto do Grande São Paulo.

~~_____~~

~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 6103 do Piner.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE
L16	1	dalva	Habitação	23.11.95			

(...) para nós terminarmos bem de forma organizada a nossa ses-

~~são~~

A SRA. _____ - Queria cumprimentar

a mesa, e dizer que está claro, mais do que nunca, que a lei da impunidade não é colocada em prática. Nós aprendemos que quando os governos querem, reunir, discutir, tem alternativas. Habitação, como já foi ~~dito~~ dito aqui, envolve a Saúde, Educação, Transporte, a dignidade do ser humano, do trabalhador. E os nossos governos estão deixando a desejar. Queria propor a essa Comissão que convocasse o Sr. Secretário de Habitação, judicialmente, para ele sentar nessa mesa. Porque a Secretaria de Habitação não é o ~~rol~~ rol de sua casa, para fazer o que quiser e ir onde quiser, e quando quiser. Ele representa a Secretaria do Município, o dinheiro público, ~~porque~~ Ele se comprometeu que viria, nessa Casa ele não vem, não debate com a população, me parece que veio uma ou duas vezes. Essa Comissão deveria convocá-lo, e com isso ele dará esclarecimentos do que o Município está fazendo. Não só o CINGAPURA, mas o que está fazendo por aí. Ontem ficamos sabendo que o ano que vem ele implanta a casa pré-monta-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
L16	2	dalva	Habitação	23.11.95		

Folha n.º 611 do Proc.
N.º 116 de 19 95
Funcionário

da. O v^o vimos isso por uma liderança do PPR, que me convidou para ~~me~~ participar da reunião domingo. Eu acho que a Secretaria de Habitação, nos deve explicação, deveria estar aqui participando com democracia. Mas esse governo não conhece democracia. Eu queria perguntar o seguinte: o Governo Federal abriu inscrições para habitação popular, de 1 a 12 salários. Mas ele propõe que tem que ter FGTS e poupança. Me desculpem os companheiros que estão na mesa, sendo do Governo, mas nós não podemos ficar calados, nesse País, desemprego, recessão, que está aí batendo na porta do povo trabalhador, eu acho uma brincadeira, porque o povo não tem FGTS, e muito menos poupança. Hoje sai que 205 milhões de pessoas se inscreveram para ~~para~~ participar do programa de habitação, nós sabemos que 10% não vai poder participar. ^U ~~N~~ ^Nos chamam atenção do movimento popular, a estar arrumando alternativas para ver se a gente alerta esse Governo Federal, Estadual e Municipal, a amenizar o ~~grande~~ problema que acontece hoje, as lideranças populares, sociedade amigos e bairros, sofre as consequências da falta de moradia, falta de Educação, etc.. A minha pergunta é a ~~uma~~ seguinte: como é que o M CDEM está preparando no seu plano de governo do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º	612	do Proc.
N.º	46	da 19
ORDENADOR		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
L16	3	dalva	Habitação	23.11.95	

Estado, a questão dos cortiços na Cidade, é uma barbaridade, além de tudo que foi dito. A questão das favelas, se vai urbanizar as favelas ou não. O que está propondo? Nós temos conversado bastante, temos tentado nos entender, o nosso interesse aqui é contribuir, e não só criticar. Como nos ajudar a discutir isso? Nós sabemos, a nível do Governo Municipal a desgraça que está, que não tem compromisso com o povo, então a gente queria colocar um pouco disso.

A SRA' ANA MARTINS

- Com a palavra a Sra.

Anair Oliveira Santos.

A SRA INAIR OLIVEIRA SANTOS

- Boa tarde a

todos. Sou do Conjunto Habitacional Encosta Norte, nós pegamos esses apartamentos no ano passado. Eu estou aqui para pedir um apoio, um esclarecimento, a respeito de tudo que está acontecendo, com os valores das prestações. Eu vim buscar esse apoio no gabinete da Vereadora Ana Martins, e soube que hoje estaria aqui presente o CDHU. Quando participamos da reunião onde teve o esclarecimento desses valores, como seria feito tudo isso no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
	116 4	dalva	Habitação	23.11.95	funcionário	

CDHU, o que disseram para a gente, é que nós iamõs pegar esses apartamenros, seria baseado nos salários, os valores das prestações, 15%. É inclusive no meu salário, foi baseado como 30%. Eu sou funcionário do primeiro taque(?) Pátio do Colégio. T nho todax ax docum ntação aqui que prova os meus vencimentos. Só que agora o CDHU vem aumentando esses valores, não está sendo baseado no salário de cada um. Está vindo muito alto o aumento de prestação. ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha	614	de 1700
N.º	46	de 1975
OP.º	Encontro	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
L 17	1	morg.	CE Habitação	23.11.95	

inclusive, eu estou com oito prestações atrasadas porque eu não tenho tido aumento salarial, há um ano e meio o nosso salário está parado, então, não tive como pagar, tenho dois filhos pequenos, dependentes de mim, assim como eu...

A Sra. PRESIDENTE(Ana Martins) - Quanto você ganha por mês ?

A Sra. - Ganho na base de 400 e poucos reais.

A Sra. Presidente(Ana Martins) - Quanto é a sua prestação?

A Sra. - A última que veio é de 156 reais.

Então, não tenho tido condições de pagar assim como eu muitas pessoas, a maioria...

A Sra. - Para fazer um esclarecimento, para uma família que ganha 4 salários mínimos, como é o seu caso, a prestação deveria ser no máximo de 20%, assim que determina a política do governo do Estado. Se não está sendo assim, a senhora tem todo direito de se apresentar lá e apresentar o comprovante do seu rendimento e fazer rever a sua prestação e isso acontece cotidianamente na CDHU, a sua prestação não poderia ultrapassar 20% da renda familiar que a família recebe, ou seja, estaria por volta de 80 reais.

A Sra. - Está certo. Então, agradeço a todos e o apoio e ao CDHU por me dar essa oportunidade. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE(Ana Martins) - Agora, Isabel, do Forum dos Mutirões, em seguida o Padre Guilherme, da Pastoral da Moradia.

A Sra. Isabel - Tudo que a gente ouviu até hoje fiquei com uma grande interrogação na minha cabeça: para onde nós vamos ? Até quando

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **5615** do Proc.
N.º **46** de 19**95**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	ABARTE
117	2	morg.	CE Habitação	23.11.95				

vai continuar isso ? Não é possível que tenha condições de continuar todos esses dados lastimáveis que foram colocados por esta comissão até hoje. Todos sabem o que está acontecendo, só os governantes é que não têm conhecimento, porque a gente percebe que as pessoas se esforçam, vão lá, fazem a pesquisa, trazem os dados, e os governos não querem ouvir. Estou aqui em protesto porque eu acho um absurdo o que o governo do município fez com a gente hoje. Na semana passada nós marcamos uma reunião com o governo do município para tratar de mutirões. Quando eu terminei de entregar a pauta lá no CEAB, chegou na minha casa já tinha um telefonema dizendo que não teria condições de acontecer essa reunião hoje, dia 23, com o Secretário de Habitação do Município, porque ele estaria aqui presente nesta comissão. E prova que é verdade que tem um fax que ele enviou que estaria aqui presente, só que nós não o vimos, ele não veio. Então, está sendo um descaso muito grande que esse governo está tratando a população e inclusive os mutirões está muito pior o caso em cima da liderança dos mutirões, nós alcançamos uma época onde as famílias estão contra as lideranças, por conta do desgaste que vem acontecendo, isso não tem mais como segurar, a liderança está desacreditada por conta desse desgaste que está acontecendo. Para os senhores terem uma idéia, nós temos uma morosidade dos processos em Hab e quando passa para o tribunal, três meses para o processo para liberação de verbas fica em Hab, onze meses no Tribunal de Contas, quando ele fica média de 9 meses em Hab, ele leva 9 a 10 meses no Tribunal, por conta dessa morosidade é que nós temos oito mil famílias engajadas em mutirões ainda morando em situações insalubres como foi colocado aqui 27% na cidade de São Paulo. Não sei como vamos fazer, mas é necessário que esse governo escute o povo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	616
N.º	46
de	19
95	

ORADOR UNIC. nario CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR UNIC. nario CONT. APARTE
L17	3	morg.	CE Habitação	23.11.95	

Ele não é dono, ele tem que ouvir. Como é que vai ficar a situação ?
Cada vez pior ? A gente não aceita. Acho que está na hora desse governo
tomar vergonha. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) — Com a palavra o Padre
Guilherme, da Pastoral da Moradia.

O SR. PADRE GUILHERME — Boa tarde, desculpe cheguei
atrasado. Estava aqui para ouvir o conteúdo que já foi colocado, a não
ser pela Suzana, já peguei a sua parte, mas foi muito rica espero que
seja incorporada nesses documentos que vão sair prá todos nós aprovei-
tarmos. Mas eu não tenho grandes novidades a acrescentar hoje a não ser
reforçar a voz de Isorilda, Isabel e nossa colega que falaram, a voz do
povo, que a administração não quer ouvir, a Isabel falou que foi confir-
mado a presença do Secretário, pelo menos de alguém representando o Se-
cretário aqui hoje, para ouvir essas coisas e enriquecer com os dados
colocados. Infelizmente, mais uma vez o povo é tratado como trouxa e
realmente a democracia não avança, pelo contrário, nesse país com ~~uma~~
~~situação muito ruim~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE
L18	1	Paula	CE-habitação	23.11.95			

Folha ... 6173
 No. 116
 ORADOR ...
 CONT. APARTE

Administrações Municipais como esta está só indo para trás.

Estava hoje com o pessoal do Forum de Múrtirões na Praça da Sé e quando foram para SEHAB eu vim para cá. Mas, sei, posso imaginar que não foram erecbidos lá também muito melhor do que no passado.

Quer dizer, o povo sofre essas 8 mil unidades para-
das num crime, a meu ver, contra o patrimônio público. Foi o dinhei-
ro de todos os cidadãos desta Cidade que pagam impostos que estão es-
tragando.

Fui, na semana passada, com a Vereadora Ana Martins
ver os estragos na Celso Garcia. Temos fotografias, tudo foi docu-
mentado. Quer dizer, a meu ver, não sei porque não sou advogado,
mas fa é o caso de se formular uma ação popular por lesar
um patrimônio do povo, pelo que está sendo jogado fora.

Tenho aqui um documento de todos os murtirões que
foram feitos agora. E, têm murtirões que já entregaram seus papéis
na HABRI há 22 meses e não têm respostas. Esse é murtirão que conheço
há muitos anos. Tem uma freira que os acompanha a todos esses anos.
Sei que ela é super escrupulosa com todos os documentos e papéis e
ela não deixaria que nada espapasse de sua atenção.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	618	de	19	95
N.º	46	do	19	95
O Funcionário		CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L18	2	Paula	CE-habitação	23.11.95	Ana	

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Diga o nome da entidade.

O SR. GUILHERME - Associação 23 de Outubro e desde 6 de janeiro de 1994 ela acompanha e já me falaram, pessoalmente, que estão super frustrados porquexão simplesmente não são atendidos ou falam que depois e nisso vão 22 meses. É um exagero, é uma estupidez, um absurdo num país que quer ir para a frente.

Temos essa documentação aqui e também outra sobre o Cingapura, que será publicado hoje pela Liderança do PT. Vou citar um dado aqui, já que será público, que mesmo o Prefeito cumprindo todas as promessas que ele está falando no Projeto Cingapura, vai atingir, no máximo, 42 mil pessoas, e isso é referente a 2,2% da população do Município, calculada em um milhão e novecentos mil, mais ou menos, quase dois milhões. Então, 42 mil pessoas irão beneficiar-se se tudo for cumprido no ano que vem. Ache muito pouco para tanta publicidade, tanta propaganda. E, evidentemente, para mim e outros cidadãos é pura e simplesmente publicidade eleitoral. Mas, agora está documentado mais objetivamente. Não é só impressão. Parece que está bem documentado aqui.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 619 do Proc.
N.º 46 de 19 98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT.	PARTE
L18	3	Paula	348ª SO	23.11.95	Ana*			

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Depois o senhor deixa uma cópia para que possamos trocar para os interessados.

O SR. GUILHERME - Será publicado hoje aqui. E, finalmente, esse Projeto Cingapura é praticamente o único projeto que a Administração atual está promovendo na área de habitação popular, deixando de lado os cortiços que têm uma população de aproximadamente dois milhões de pessoas. Existem 200 áreas de risco nesta Cidade que precisam de atenção mais urgente e que estão sendo ignoradas, além dos mutirões que já falamos.

Temos que entender o que está em jogo nesse Projeto Cingapura. São as eleições do ano que vem e não a habitação popular.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. ~~(Palmas)~~

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Fala agora o Ailton e em seguida a Célia, do Mutirão do Carrão.

O SR. AILTON - Companheiros, estou aqui representando a CONAM, Confederação Nacional das Associações de Moradores, que neste final de semana realizou um vitorioso congresso em Brasília onde reafirmou suas bandeiras de luta: a questão da moradia, a questão da saúde e a questão da luta contra o desemprego.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 620 de 1995
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO CONT. ABASTE
L18	4	Paula	CE-habitação	23.11.95	Ailton	

Rapidamente, apenas quero dizer que acho este forum muito importante por estar discutindo políticas globais para resolver o problema da habitação enquanto vemos o Governo do Município mais preocupado em fazer uma propaganda, criar uma mídia, sem ter um objetivo final para resolver o problema da habitação. Ele desenvolve o Projeto Cingapura em áreas de alto valor imobiliário excluindo uma parte da população que já morava nesses locais, criando um problema maior.

Namos o Governo do Estado com o problema do mutirão, quer dizer, como uma prioridade, aquilo que o Calazans falou, depois de 4 anos fazer 20 mil moradias, o que é insignificante em termos da demanda que temos no Governo do Estado. O problema que o Pedro Paulo levantou da criança em idade escolar. Quer dizer, é um problema de espaço físico. Não basta a criança ter assiduidade na escola; não basta a criança ter a merenda, ela precisa do espaço. É uma questão urgente e vemos o Governo do Estado indo na contra mão da história, ~~quantos milhares de crianças~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 1621 do Proc.
N.º 46 da 198

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
L 19	1	ant.	hab	23.11.95		

querer fazer uma reforma do ensino, quer voltar 20 anos atrás e quebrar a sequência do ensino fundamental, e o pior a gente vê o governo Fernando Henrique que já começa a afundar num mar de lama enquanto ele insiste em mandar 20 bilhões de dólares para pagamento do juro da dívida. Então, temos que fazer esse foro e discutir as 3 bandeiras que estão no Congresso Nacional, são os projetos de lei que interessam ao movimento popular que é do Ulisses Guimarães que destina 2% da orçamento para moradia popular, a questão do projeto que cria a política nacional de interesse social para habitação e o projeto de iniciativa popular criando o conselho e o fundo nacional de moradia popular. Isso é importante e a gente precisa acelerar. Muito obrigado.

A SRA. GÉLIA - Sou representante da área do Carrão e a gente não abre mão das 45 casas do Carrão, só que a verba não chegou e queremos saber como vai ficar.

É só isso.

O SR. VANDER - Acho que a importância dessa comissão está nesse sentido, que tanto o Parlamento da Capital, como os técnicos da habitação e o movimento popular está interessado em debater e apresentar ao Poder Público as soluções e como se encontra a questão da habitação. É muito frutífera essa questão dos dados levantados pela SEAD, e é importante termos esses dados para podermos estar cobrando uma política de habitação. O interesse que os 3 níveis de governo tem é político em dar prioridade à habitação e isso a gente não vê com prioridade nos 3 âmbitos de governo. Se a gente for pegar a nível do governo federal, esses dias saiu no jornal 2.800 pessoas que vão ter acesso à carta de crédito. O que isso representa a nível de população de mais ou menos 75 milhões

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	2	ant.	hab			

Folha n.º 46 do Proc. N.º 46 de 1995

CONT. APARTE

de pessoas que não têm onde morar? Nada. A nível do governo do Estado também foi colocado uma política prioritária de habitação em torno da questão do mutirão que vai resultar em 20 mil e a nível do município foi colocado aqui 2 mil. Então, o que o Serra colocou ontem como sendo investimento, no ano que vem, para a habitação, é inferior ao o que, do dia para a noite, o governo exortou para cobrir a dívida ~~em Unibanco~~ ^{que o} Nacional tinha para o Unibanco comprar. Na hora de socorrer um banco privado que está indo para a falência, o governo não discute e de forma rápida toma decisão de subsidiar aquela dívida, no que diz respeito à habitação, vai e vem do movimento popular, com auxílio dos técnicos e dos parlamentares, e a gente vê que não vai ter solução. Quando a gente discute essas questões que estão no Congresso Nacional para debater, esse tipo de reforma popular que interessa ao povo no que diz respeito viabilizar uma melhor condição de habitação. Nisso você não vê o governo investir e pedir para que as lideranças façam de forma urgente esse tipo de mudança, eles querem fazer mudanças antipopulares. Então está ficando claro que a questão de habitação tem que ser prioridade política nas 3 instâncias de governo e que não está sendo. Eles tratam essa questão de forma eleitoral para quando chegar o fim do ano você tem alguma coisa a oferecer para arrecadar voto isto está sendo prática de forma geral e contundente. Gostaria de pedir ao Edson para que ele ouvisse não como forma de atacar pedra, de desmoralizar, estamos querendo contribuir. Ontem a Federação das Associações Comunitárias esteve lá e denunciou no mesmo sentido. Tem que ficar claro que são denúncias de várias áreas e que é necessário que o poder público não entenda como uma crítica e sim como denúncias e que vocês criem condições de fis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha

N.º

23
26

03

19

95

ORADOR

Funcionário

COM

APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	COM	APARTE
119	3	ant.	hab					

calisar e ver se está sendo realidade ou não, porque vamos voltar a essas práticas de governo de usar a habitação como forma de favorecimento em troca de voto e cada vez mais a maioria que está sem atendimento na saúde, na educação, também vão ficar sem habitação, xix aliás, já estão e a tendência é aumentar com esse arrocho que o País está sofrendo.

O SR. HENRIQUE PAOHECO - Só quero responder ao Edson algumas questões. Primeiro, o apoio que dei ao governo Mário Covas foi desinteressado, não sou do PSDB, sou do PT e dei porque

~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
L20	1	emira	habitação	23.11.95	pacheco	

Folha n.º 624 do Proc.
 N.º 46 de 1995
 O Funcionário

acredito ideologicamente que representava um avanço, e como bem disse Adriano, nós, dentro do nosso partido, propusemos desde o início que fosse feito um trabalho, uma coligação dentro do... Então, eu estou bastante a vontade para dizer que quando faço essa cobrança, me sinto co-responsável perante aqueles que sugeri o nome de Mário Covas, e julgava isso importante. Então, quando vejo práticas antiquadas, com essas características, me revolto. É por essa razão que estou falando perante você e perante pessoas do CDHU, e não estou dizendo nos cantos das esquinas.

Segundo, essa questão que o companheiro que me antecedeu da Federação, você vê que ele faz a mesma denúncia, e nós sequer nos encontramos para conversar, acabou de sair e fez isso. então, essa é uma coisa que está pipucando pela cidade toda. Então, quando você fala que a União de Movimentos de Moradia indica as pessoas, indica sim, mas essas pessoas fazem parte de um movimento dos sem terra, e foram lá com aquela finalidade, se inscreveram, participaram durante anos, então eles têm uma sequência de quem vai na reunião, de quem vai nas passeatas, quem luta, quem briga, e é uma vocação de quem está atrás disso. É muito diferente você reunir num circo na Vila Penteado, num bairro da região do Carumbé, Damasceno, e toda a região Norte, e falar "cadastrem as pessoas". Aí, a pessoa cadastra 500 famílias, e depois vai lá alguém do CDHU e sorteia 8 daquelas famílias. O que que estamos fazendo? Estamos fazendo induzindo as pessoas a acreditarem que vão ter casa. No passado, como que o PMDB estava comandando a GIA? Ia numa cidade do interior, o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Função	Cont.	Parte
L20	2	emira	habitação	23.11.95	pacheco			

Folha no 625
 No 46 de 95

CDHU distribuía senhas para 5 mil pessoas e construíam 50 casas. Então, ~~4.995~~ 4.950 ficavam acreditando que iam ter uma casa. Eu não quero crer que vamos enfrentar isso. Então, estou sendo muito sério, muito franco, e a minha posição é que tenho clareza do que estou dizendo, não gostaria de ver..., não estou esperando encontrar na região onde a gente anda, do Movimento de Moradia, cabos eleitorais tradicionais, que todo mundo conhece, porque são pessoas que vivem disso, fazendo distribuição de casas, ou de senhas do CDHU. Eu tive oportunidade de ir a São Mateus, que é do outro lado, encontrar pessoas que não têm qualquer afinidade com a luta da moradia, e são daqueles que para passar uma rua de asfalto, querem tirar a favela, e que se apresentam de boca cheia, "eu sou da Frente Paulista de Habitação". Que raio de frente é essa que não tem qualquer afinidade com a habitação? A "frente" não é você. Só estou colocando aqui, e o dia que eu quiser, eu falo com a "frente". Mas, a nível do CDHU é essa a minha preocupação. Acho que ou a gente leva isso a sério, ou a idéia do mutirão com autogestão vai por água abaixo, e vai cair essa experiência de passar o dinheiro dos trabalhadores para os trabalhadores.

A SRA. ANA MARTINS — Rosana.

Tenho uma notícia, aqui na Mesa, o povo não está presente, embora tenha povo também, mas a grande massa dos mutirões está lá na Secretaria da Habitação, e tem em torno de 2 mil pessoas, e estão exigindo que ele receba a Comissão. Informação do Secretário de Habitação do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 626 do Proc.
N.º 46 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE
L20	3	emira	habitação	23.11.95			

A SRA. ROSANA - (Arquiteta da Assessoria desta Comissão)

Eu queria colocar 3 questões e fazer algumas considerações.

Em relação à questão do diagnóstico, acho que foi muito rica toda a exposição feita pelos diversos palestrantes. Eu queria só colocar uma coisa em relação aos dados do SEADE, que tem sido tradicionalmente a instituição que tem trabalhado mais qualitativamente os dados, a nível da questão habitacional, das condições de vida.

Mas, eu, que trabalhei no Planejamento, sempre tive dificuldade em ter essa agregação dos dados do SEADE especificamente para o município de São Paulo.

Dada a importância do Município na região metropolitana, eu acho que fica como sugestão que isso pudesse ser até publicado uma coisa específica para o município de São Paulo, porque os próprios anuários do SEADE trazem do Estado inteiro para o Município, mas quando chega no caso do município de São Paulo, nunca se tem ~~uma~~ toda essa riqueza que foi apresentada aqui a nível da região metropolitana. A gente sabe que tem a fonte do dado, mas atítulo de sugestão, que isso fosse mais divulgado, especificamente para o município.

Outra coisa, a questão do problema diante de um quadro dessa realidade, para nós é evidente que nenhum governo vai conseguir resolver esse problema da habitação, numa gestão, ou num espaço de tempo curto. O esforço para uma realidade dessas é um esforço para 3, 4 gerações, para estarem resolvendo essa questão da moradia, afóra a questão estrutural das condições de distribuição de renda e tal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º **627** do Proc.
N.º **46** de 19 **95**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO CONT.	PARTE
L20	4	emira	habitação	23.11.95	rosana		

Eu acho que ~~é~~ existe uma questão que é a definição de prioridades. E acho que, ao longo dos últimos 15, 20 anos, houve avanços no sentido de discutir com as diversas forças interessadas na solução do problema habitacional, desde o empresário até de todos os movimentos organizados, e demandas. Então, eu acho que hoje a gente não está tendo, nem a nível do governo estadual, nem a nível do governo municipal, um fórum em que todas esses setores estejam representados para debater critério de prioridades, por onde ~~á~~ se começa a resolver uma realidade tão grave como essa. Então, acho que a questão da criação do Conselho Estadual, com a participação das entidades populares, e com os diversos setores é uma coisa urgente, não só para uma questão democrática, mas também para ~~x~~ uma questão que, nesse fórum, a riqueza das propostas provavelmente vão ~~se~~ proliferar, porque as experiências pela cidade toda e pela região metropolitana são muito ricas, então, acho que fazer isso a nível institucional, é uma medida muito importante. E ~~é uma medida muito importante.~~

~~(assinatura)~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
121	1	Norma	C.E.Habitação	23.11.95		

628
N.º 46 de 1995
CONT. APARTE

a nível do Município a gente tem até o instrumento criado por lei, a criação do Conselho Municipal da Habitação, ligado ao Fundo, mas que até hoje não foi implantado porque os critérios de seleção, até de cadastramento das entidades para participar desse Conselho foram extremamente restritivos, e o próprio Executivo não conseguiu montar o Conselho. Imaginem uma cidade como São Paulo não conseguir viabilizar um conselho municipal de habitação, quer dizer, então - eu acho que isso é uma questão que eu queria colocar porque acredito que essa questão da participação é muito importante no sentido de que até os problemas de clientelismo ou denúncias, não sei o quê, existiria um fórum competente até para estar se discutindo e saneando esses problemas que tanto as entidades e o Governo enfrentam no cotidiano dos programas habitacionais, não é ?

E, por último, eu queria colocar o problema da questão da terra, que tem sido um grande entrave para a solução do problema habitacional, e eu acho que uma medida importante, que penso seria condizente com a realidade atual do Município e do Estado, é a questão do reaproveitamento dos imóveis públicos ociosos e muitas vezes não ociosos, e que há uma tendência à privatização, no sentido do reaproveitamento para a criação de programas habitacionais integrados, com a criação de espaços de serviços e equipamentos públicos e sociais, que isso, a gente sabe, não temos dados numéricos, mas é uma realidade imensa, de empresas estatais, enfim, espólios que estão na mão da Universidade, e que isso seria um recurso importantíssimo para dar



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
121	2	Norma	C.E.Habitação	23.11.95			

Forma 629
N.º 416 de 19 95

um salto de qualidade no programa habitacional, que resolveria boa parte desse custo de se levar infraestrutura para áreas muito distantes e periféricas da Cidade.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Tem a palavra o Sr. Demerval, da Frente Paulista de Habitação.

O SR. DEMERVAL - Bom, eu falo em nome da Frente da Zona Sul, certo? Eu queria dizer só uma coisa, pedir à Comissão, hoje eu soube desta reunião aqui, eu passei na CDHU para entregar uma documentação e me falaram que havia uma reunião aqui, da CDHU, hoje. A Frente, então, não foi avisada, tem 56 entidades filiadas à Frente, e gostaria, pediria que na próxima, para falar de habitação, convidasse a Frente, que a Frente viria, sim, porque o problema da Zona Sul, hoje, é um dos mais sérios de São Paulo.

Temos 56 entidades filiadas, 26 famílias com carta de despejo, com o despejo na mão, 112 famílias em áreas de risco. Isso é um quadro mínimo da Frente da Zona Sul, hoje.

Fizemos nove reuniões na Zona Sul, para discutir habitação, convidamos a CDHU, tivemos a participação da CDHU nas nove, sendo que na última esteve lá o Presidente da CDHU, Goro Hama, Edison Marques, os Vereadores Gilson Barreto, Mário Dias e Ítalo Cardoso.

A Zona Sul não tem área, tem a Lei dos Mananciais que protege não-sei-o-quê, e eu faço um apelo aqui hoje, às Bancadas, aos Vereadores, às Bancadas estaduais, para rever essa lei de mananciais, porque lá não pode construir a casa do povo, mas lá pode construir mo-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha ... **6303** ...
N.º **46** da 1ª **95**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE
I21	3	Norma	C.E.Habitação	23.11.95			

o motel, a fábrica e a mansão do rico, conseqüentemente o pobre não tem casa, vai invadir, as favelas surgem, vai ferir muito mais a natureza, e no ano 2.000 a Grande São Paulo não vai beber água. Ou se revê essa lei, e muda, ou não vai se beber água.

Fiquei feliz, até, nessa reunião, na Zona Sul, que estove lá o Edison Marques, o Goro Hama e o Sérgio Santos, da CDHU, e o Ítalo, e o Mário Dias, os dois se colocaram favoráveis à revisão da lei de mananciais.

Insisto, pego, por favor, na próxima, convidem a Frente, são 56 entidades filiadas na Zona Sul, e gostaria muito de participar da reunião, quando se trata da questão habitacional. Muito obrigado.

A SRA. ANA MARTENS — Companheiro, você se sinte já convidado, leve o convitinho, e a última sessão...

(~~REDACTED~~)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 631 do Proc.
No 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-22	1	Angela	Habitação	23.11.95		

quinta-feira, que é a próxima, estaremos reunindo aqui todos os movimentos populares. Temos toda uma programação já feita e vocês estão convidados. Depois, teremos ainda uma sessão de encerramento. Assinem a lista e deixem o endereço, por favor.

Vamos, agora, passar a palavra à Mesa, para as considerações de cada um, sobre as questões levantadas ou alguma apreciação que alguém queira levantar.

Proponho cinco minutos para cada um. Estaria bom? (Pausa.) Quem quiser ocupar a palavra por menos tempo melhor. (Pausa.) Tem a palavra o Pedro Paulo, sr. do SEADE, por favor.

O SR. PEDRO PAULO - A questão que a Vereadora Ana Martins me colocou é relevante, e não apenas pelos aspectos que tocam diretamente ao SEADE, que eu vou responder num segundo momento. Ela ensejou, mais entre o tempo em que a colocação foi feita e este momento, uma reflexão que eu gostaria de sumarizar.

Na verdade, há um problema muito mais grave do que indicar até que ponto, neste momento, os órgãos setoriais da administração pública paulista e de outras instâncias de governo estariam ou não se utilizando das informações providas pelo SEADE. A respei-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 632 do Proc.
N.º 46 de 10.95
ORADOR: funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-22	2	Angela	Habitação	23.11.95		

to disso, inclusive, eu tenho notícias alvissareiras. Mas, antes disso, é fundamental gastarmos um ~~tempo~~ tempo para falar um pouco do desmantelamento do sistema de planejamento e de informação neste país. Isto é muito mais grave.

Esse desmantelamento é consequência de uma série de fatores, a começar pela má fé de muitos que estiveram no poder e que desmantelaram aqueles sistemas que permitiriam que as suas ações fossem avaliadas. Os episódios que se sucederam com a fundação do IBGE, muito especificamente, e de uma forma muito acentuada ao final do Governo Sarney e muito mais gravemente durante os tristes dois anos e pouco de Governo Collor atestam o que estou dizendo e me dispense de dizer mais qualquer coisa.

Eu me recordei que em 1990 o Censo deixou de ser realizado porque o então responsável pela reforma administrativa do governo do Sr. João Santana não forneceu os recursos para que o aparato de campo, de coleta de dados, fosse montado em tempo hábil, como se aquele dispêndio fosse fundamental para o saneamento das contas públicas do País e o gasto, todos sabemos, é residual. O que se gasta com a produção de informações sérias, competentes e qualificadas neste país é residual e o incremento de gastos que teríamos que fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 633 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT.	APARTE
L22	3	Angela	Habitação	23.11.95				

para tornar essas informações mais qualificadas e eficazes também é residual.

Agora, há, também, infelizmente, uma nódoa de obscurantismo, que ainda ~~acossa~~ ~~assustura~~ os nossos responsáveis pelos setores públicos. Em várias áreas não há uma cultura de uso da informação, não há o conhecimento de como torná-las um instrumento, uma ferramenta eficaz, um ~~sujeito~~ desenho de políticas, de aferição de resultados e de aumento de eficiência e de eficácia desses próprios resultados que se busca alcançar. ~~extenuante~~

A informação não é uma despesa, é algo fundamental para que a gente melhore a produtividade dos recursos públicos, que são tão escassos. Eu me pergunto, nestas dezenas, centenas de milhões de dólares e de reais, que foram mencionados aqui como investimentos previstos, como recursos demandados, qual não seria o seu maior aproveitamento se tivéssemos uma melhor identificação de todas as necessidades, para que pudéssemos — e eu me somo às observações que o Calazans fez — tratar melhor das questões sociais, olhando-as sempre do lado da demanda e, como a demanda é maciça, é exponencial no seu crescimento, inclusive pelo agravamento das questões sociais, é muito mais fundamental, ainda, que as informações sejam bem produzidas no máximo atualizadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **634** do Proc.
N.º **46** de 19**95**
O Funcionário
COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
L22	4	Angela	Habitação	23.11.95		

Então, este é um repêto que se coloca a todos aqueles que se propõem a ser governantes esclarecidos, voltados para o interesse público e que têm o dever de zelar pela produção de informações, porque elas são de interesse público, devem ser providas por organismos públicos e devem estar à disposição de toda a sociedade.

O que procuramos fazer no SEADE é isso mesmo. Eu, nesse sentido, até me orgulho e do trabalho que vimos realizando nos últimos anos. O nosso propósito é justamente o de fazer o que fiz um pouco hoje. As nossas informações não apenas são geradas e produzidas, como instalamos naquela instituição uma central de atendimento ao usuário, que disponibiliza, nos nossos terminais, a qualquer comum do povo, a qualquer cidadão, acesso a qualquer das informações que estão alojadas nos nossos bancos de dados, basta que a criatura se dirija à instituição ou se remeta a ela. Não precisa se deslocar até lá, por telefone mesmo, fazemos a informação chegar até ele.

É fundamental, inclusive, que essa disseminação se dê, porque o nosso papel é esse mesmo, é o de alavancar na cidadania um conhecimento cada vez maior da realidade social e concreta em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 1635 do Proc.
N.º 16 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACAO	Funcionario	CONT.	PARTE
L22	5	Angela	Habitação	23.11.95				

que estamos inseridos, porque é assim que vamos fazer avançar o de-
senho das políticas públicas, as legítimas demandas e fazer com que
respondamos, enquanto governo, com maior responsabilidade, no sane-
mento dessas questões que são vitais para a gente construir a cida-
dania neste País.

Agora, do ponto de vista do que está acontecendo neste mo-
mento, devo dizer que a Fundação SEADE nestes últimos meses está es-
tabelecendo, em alguns casos, e praticamente já concretizou, convê-
nios com a Secretaria de Estado de Educação, com a Secretaria de Es-
tado da Saúde, com a Secretaria de Estado de Emprego e x Relações
do Trabalho, e estamos avançando em tratativas com a CIHU e a Secre-
taria da Habitação e ~~xxxxx~~ mais um sem número de órgãos da adminis-
tração pública paulista ~~xxxxxxxxxxxxxx~~.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 636 do Proc. N.º 416 de 10 de 1995
L23	1	Raimundo	Habitação	23-11-95	ORADOR CONT. APARTE O Funcionario

tem recorrido em contatos e por demandas formalmente colocadas para que a Fundação se disponha prover as informações no sentido de restabelecer nesses órgãos sistemas de planejamento setorial que foram simplesmente desmantelados, devastados. Eu, inclusive, prazerosamente, estou respondendo essa demanda da CDHU, que eu que fui o seu primeiro presidente, fundador da instituição, nem todos aqui presentes sabem disso, e naquela época nós constituíamos uma companhia que tinha que está voltada para o atendimento a essas questões, na forma como eu estou sublinhando aqui. É uma das deficiências mais graves do planejamento das políticas públicas de habitação, para citar esse setorial, era exatamente a indisponibilidade, a insuficiência de informações.

Portanto, do ponto de vista da Fundação SEADE, que agora eu tenho a honra de dirigir é evidente que a nossa decisão será sempre no sentido de favorecer a provisão dessas informações que são tão importantes para o planejamento das políticas e dos programas que a CDHU desenvolve. Agora, é fundamental que haja o compartilhamento dos recursos que têm que ser aplicados nisso. Eu vejo a CDH suficientemente abastecida de recursos, é evidente que eles são insuficientes face a demanda que ela tem que enfrentar - houve inclusive restrições fiscais graves que ainda propenderam de uma forma muito aguda sobre o governo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADOR	CONT. APORTE
L23	2	raimundo	Habitação	23-11-95		

Folha n.º **637** do Proc.
N.º **46** de 19 **95**
PRADOR **raimundo** CONT. APORTE

mesmo com uma certa queda na arrecadação do ICMS a CDHU tem acesso a uma massa importante de recursos, no mínimo de 300 milhões de reais ano, essa é uma coisa piso, podemos dizer e acho que não seria demais ela envolver 0,33%, menos que um por cento, entende, do seu orçamento anual, na montagem de um sistema de informações para o seu planejamento. Em nenhum caso, pelas estimativas que temos feito, um bom banco de dados setorial, com possibilidade de desagregação da informação a nível do conjunto de municípios, regiões de governo, etc. do Estado, eu falo por comparação com sistemas específicos, nós montamos, por exemplo, na Secretaria da Saúde um perfil municipal de saúde, um sistema que estamos desenhando na mesma perspectiva para a Secretaria da Educação, um outro de emprego, é necessário ~~aprox~~ dispendir mais do que um milhão de dólares/ano para manter um bom sistema funcionando, com uma base de dados ~~em~~ rigorosamente atualizada. Isso não é despesa, é investimento. É fundamental que se faça assim e ~~EX~~ o SEADE está pronto a responder com uma alta capacidade técnica e tecnológica inclusive para dar celeridade a produção dessas informações.

e

E para responder/uma última questão que foi colocada pela arquiteta Rosana, ~~de~~ já de alguns anos para cá nós estamos desagregando todas as nossas informações, não apenas para o Município da Capital, mas para os principais municípios do Estado. O nesse esforço

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADQR	CONT. PARTE
123	3	Raimundo	Habitação	23-11-95		

Folha n.º 538 do Proc.
N.º 46 de 19 95
Funcionário

de possibilitar que o conhecimento se dê sobre uma base territorial ao domínio da cidadania é muito grande nesse sentido e nós vamos inclusive produzir um grande esforço aí de geo-referenciamento (?) para inclusive botar essas informações ~~nas informações~~ sócio-econômicas nos mapas. É fundamental que a gente avance mais, mas que o cidadão do bairro consiga se localizar no seu bairro, no seu distrito censitário e ali encontrar os seus iguais, porque a organização da população passa por núcleos desse tipo e é fundamental que algumas informações pelo menos sejam desagregáveis nesse nível. Isso é um sonho, mas a nível do município, da Capital e a nível dos principais municípios do Estado todas as nossas informações já estão disponíveis em desagregações muito consistentes, inclusive essas que hoje eu revelei aqui elas também estão disponíveis para o Município da Capital, trabalho que a gente acaba de concluir e brevemente estaremos dando publicidade a ele. Não podia de qualquer forma me antecipar e fazer uma divulgação passando por cima do esforço dos companheiros que acabaram de fechar esse relatório lá na Fundação SEADE, mas é iminente que todos esses dados estejam disponíveis para o município da Capital, todos os dessa pesquisa de condições de vida e em comparação com o levantamento que foi feito em 1990, com uma série de outras informações.

~~Mas acho que aí eu me disporia a está um dia presente aqui na Câmara,~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	39	do Proc.
N.º	46	de 1991
ORADOR	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L23	4	Raimundo	Habitação	23-11-95a		

com todo prazer, com o maior interesse, para falar especificamente dessa temática da informação, do seu significado para o planejamento, para a cidadania, quais são os deveres que o SEADE se propõe a cumprir, está cumprindo nesse perspectiva..

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada. Vou passar a palavra para a CDHU.

A SRA. - Vou tentar comentar aqui algumas questões que foram colocadas, iniciando pelo o que eu já tinha falado no início, é pena que nem todos estiveram aqui na oportunidade em que utilizei a palavra, mas de qualquer modo, eu coloquei que os recursos destinados para a política habitacional do Estado de São Paulo foram da ordem de um bilhão, 600 mil em 5 anos, o que, de fato, é muito significativo. Com esses recursos foram produzidas 100 mil unidades, o que significa 20 mil unidades/ano e existem ainda 50 mil em andamento, o que também é significativo, porém muito aquém das necessidades habitacionais do Estado de São Paulo.

No entanto, também coloquei aqui que o principal programa que gerou esse volume de produção foi o programa conhecido como produção de habitações de interesse social..

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



PRO. 540	de 19 95
N.º 46	
Funcionário	COMPARTILHADO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
L24	1	dalva	23.11.95	Habitação	

(...) interesse social, por empreitada global. Eu não considero que a empreitada global seja ruim em si, mas a forma como ele foi desenvolvido, foi de uma forma muito centralizadora onde o Governo do Estado, ou o Poder Público, definia onde localizar o tamanho dos empreendimentos, os projetos e as tipologias. Eu também conto aqui que 70% desses recursos alocados no interior do Estado. E desse 70% com certeza, mas da metade em ~~em~~ pequenos municípios, quando muito em municípios de médio porte. Dessa forma, podemos ~~mais~~ entender como eminente um redesenho dessa política habitacional. E esse redesenho deve, necessariamente ~~se~~ se apoiar num diagnóstico mais amplo das necessidades habitacionais do Estado diagnóstico esse que eu entendo que será possível com a consumação desse ~~em~~ convênio com o SEAD. Mas esse redesenho, também, tem que abranger as questões colocadas aqui pelo Zarattini do envolvimento e da articulação com todos ~~aqueles~~ aqueles órgãos que tem a ver com a questão da moradia. E digo mais. As propostas da nobre Vereadora Ana Martins, de novas alternativas, foram também colocadas no entanto, elas podem ser muito brilhante, muito interessantes, porém, enquanto ~~mais~~ elas se mantiverem encerradas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	642	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário	[Assinatura]	
ORADOR	CONT. PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
L24	2	dalva	Habitação	23.11.95		

idealizadas pelo Poder Público, talvez elas não alcancem os resultados esperados. Daí que o redesenho da política habitacional ele deve incluir um alargamento das decisões, tanto no que diz respeito as metas, a localização de ~~recursos~~ recursos, e alternativas de programas habitacionais. É nesse sentido que esse governo, a Gestão Mário Covas, vem tentando implementar as discussões em volta daquilo que a Rosana já mencionou, da proposta da criação de um sistema estadual de habitação, proposta essa contida no programa do Governo Mário Covas. Porque só com o sistema estadual de habitação, com um conselho estadual de habitação, e um fundo estadual de habitação, é que nós podemos obter esse alargamento das decisões quanto as políticas habitacionais. E nesse sentido eu acho que esse governo vem encaminhando para elaborar todos os estudos necessários e propor ao Executivo um decreto de lei que institua o sistema estadual de habitação. Com relação a uma colocação da Rosana, sobre a questão restritiva a habitação, que são os terrenos sobre os quais se desenvolveria a produção habitacional, eu gostaria de mencionar que hoje a ~~CDH~~ a CDH, vem fazendo um esforço ~~enorme~~ enorme para adquirir terrenos de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 642 do Proc.
N.º 46 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Função	COMPARTILHA
124	3	dalva	Habitação	23.11.95			

outras estatais que estavam sendo disponíveis para fins habitacionais. Era o que eu tinha a falar.

O SR. MARQUES

- Eu saio dessa reunião

convencido de algumas questões: primeiro é preciso popularizar um pouco mais aquilo que está sendo discutido, gestado ou planejado no CDHU, tal qual foi feito o problema do mutirão. Várias indagações ou questionamentos foram feitos aqui, e que estão sendo trabalhado na CIA e é uma falha. Estamos convencido disso. Precisamos encontrar um mecanismo de envolver mais o movimento organizado, as bancadas para que tomem conhecimento x daquilo que está sendo feito e até tenham mais dados para poder fazer contra proposta. Outro convencimento é com relação ao Fórum. Eu acho que realmente por uma questão pontual, no momento em que a UTM conquista o 180 milhões xxx para a questão dos mutirões, isso se deu num cenário com a UTM, Governador, x e diante da dificuldade que você tinha de relacionamento nessa questão de mutirão com o governo anterior, nós implicitamente ~~fixamos~~ fizemos um acordo implícito no sentido de priorizar algumas coisas: primeiro: colocar o novo programa de mu-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	Folha n.º 1643 do Proc. N.º 116 de 40 95
L24 4		dalva	Habitação	23.11.95	O Funcionário	CONT. APANTE

tirão em condições de entrar em canteiro. Segundo: resgatar essa quantidade enorme de mutirões que estão aí parados na sua maioria por uma questão meramente de um governo ou do Estado, até então não ver essa vocação para colocar, emperrava o movimento popular no sentido de colocar em prática. Priorizamos isso, um acordo implícito em que acabou nos consumindo muito tempo. E por último, eu queria aqui fazer um convite. Gostaria de convidar os presidentes e associações, as lideranças, a Vereadora Ana Martins, nobre Vereador Henrique Pacheco, faço aqui a seguinte constatação; se algum momento passou aqui algum tipo de mágoa ou ressentimento, foi mera questão de interpretação, não existe isso. Nós acompanhamos o trabalho de V.Exa. sabemos o alto grau de compromisso que V.Exa. tem com movimento popular organizado, e também com o governo e democráticos, mas fazer aqui o convite a todos que compareçam no próximo domingo a partir das 11:00 da manhã, no clube da turma lá de Itaquera, lá Vereador, Vereadora Ana Martins, vejam só a dramaticidade do problema. ~~Sessenta e~~

~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APARTE
J1	1	Marcelo	X.E. Habitação	23.11.95	

Folha n.º 6494 do Livro
N.º 46 de 1995
CONT. APARTE

64 unidades vão ser destinadas a um universo de, num primeiro momento, de 3.654 cadastrados, cadastraram 3.654 famílias para 64 unidades. É bem verdade que fizemos agora a atualização do cadastro, tirando mortos, aqueles que tinham acima da faixa de renda, aqueles que já tem unidades, sobram ainda ^{1.225} ~~1.225~~ cadastrados.

Vai mais além. Esse mesmo governo, essa mesma CDHU, lá atrás assumiu com as cinco associações, Associação dos ~~Ex~~ Pracinhas da zona leste, CDM Silveira Martins, Associação do Hospital das Clínicas, Sociedade Amigos de Bairro da Zona Leste e Unimor, da Cidade de São Paulo, as mesmas 64 unidades, a CDHU, até então, ~~xxxxxxx~~ leia-se o comando da CDHU, se comprometeu com 320 unidades. Sessenta e quatro você tem, as demais vocês não sabe de onde tirar.

Diante dessa situação, cada associação com a sua cota, foi esta a situação que pegamos. Então você tem, primeiro, um desgaste por ter que recadastrar todas as famílias e dizer àqueles que não ~~xxxxxxx~~ preenchem requisitos que tem que sair fora. Primeiro desgaste foi aí. Segundo desgaste é quando você tem que chamar as associações e mostrar a elas que é impossível ter compromisso de cotas de 320 unidades porque só tem 64 unidades. Portanto, falar em cotas seria o caos. E aí encontra-se uma luz no fim do túnel. Pega-se as ~~xx~~ 1.225 famílias ~~xx~~ cadastradas, todas elas na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 645 do Proc.
N.º 46 do 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORAÇÃO	Funcionário	CONT.	PARTE
J1	2	Marc o	C.E.Habitação	23.11.95				

faixa de renda de um a dez salários mínimos e vai para um sorteio. Vamos ao sorteio. Faria aqui um convite aos Vereadores, aos líderes comunitários, porque aí eu tenho a impressão que definitivamente não sepultamos essa versão falsa, maldosa, como foi colocada pelo Vereador, e não está se dirigindo especificamente a ninguém especial, mas é uma afirmação falsa, é uma afirmação maldosa, de que seria possível vocês destinar uma unidades habitacional a nesta gestão da CDHU a alguém que não seja cadastrado ou a alguém que esteja fora dos padrões que são exigidos por força de lei.

Por último, na questão dos mutirões, das associações que já estão distribuindo cotas, mas associações que já estão se comprometendo com famílias, as associações que já estão cantando aos quatro cantos da cidade, que já tem o mutirão garantido, e salvo aqueles que estão na ata feita no Palácio dos Bandeirantes, lá com a UMM, nós pediríamos um pouco mais de paciência, porque até o dia 30 de dezembro sairão as entidades que irão fazer esses mutirões. Só ali já vai dar para perceber que várias entidades sabidamente inidôneas elas não terão a confiança do Estado para gerir dinheiro que é do ICMS, portanto, de todos nós. Muito Obrigado.

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada pela presença do CDH.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	646	do Proc.
N.º	46	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	UNICIONÁRIO	CONT.	APARTE
J1	3	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95				

Tem a palavra a Sra. Vânia Moura Ribeiro, arquiteta.

A SRA. VÂNIA MOURA RIBEIRO - Eu gostaria de ~~agradecer~~ agradecer o convite de estar aqui e ~~quero~~ quero apenas abordar dois assuntos importantes, melhor, três.

Primeiro o que o Pedro Paulo levanta, q e tem toda razão. Na realidade houve um desmonte da informação, do ponto de vista da utilização dessa informação para planejar alguma coisa neste País. Vou até além, Pedro Paulo, acho que está diretamente ligada ao projeto ~~sanctus~~ neoliberal, de privatizar tudo neste País. Portanto, não precisa ter informação, muito menos centralizada e muito menos com acesso ao ~~governo~~ público brasileiro. Então foi a maior política de desmantelamento desde o nível federal até o nível das entidades estaduais e municipais.

Com relação aos mananciais, Campo Limpo, faz parte, metade do bairro chamado Campo Limpo faz parte do manancial da Guarapiranga. Essa metade é uma favela só. Convito a todos a fazer um passeio em Campo Limpo, nas várias radiais, Iuzirane e M'Boi Mirim, a Itapevirica e todas as avenidas, é uma favela só. A política que está se discutindo para a despoluição da ~~represa~~ represa Guarapiranga é uma política que considero que ainda está cheia de concepções errôneas, cheia de concepções antipopulares. Aliás a gente fez várias propostas com algumas entidades



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 647 do Proc.
N.º 46 de 13/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J1	4	Marcelo	C.E. Habitação	23.11.95		

do movimento popular, que é possível perfeitamente desfavelar, com remoções para ~~em~~ a própria região, despoluir a um custo muito econômico.

O projeto que a Sabesp está fazendo, que já está encomendado há ~~muito~~ muito tempo, que vai executar, é um projeto faraônico, que eu acho os recursos do Estado, do Município e do próprio Bird vai drenar apenas a nível de projeto para as ~~empresas~~ empresas que estão contratadas para fazer o projeto e as empresas que estão contratadas para iniciar as obras, mas as obras se quer vão se concluir, ou ~~se~~ vão ser executadas em 25%. É um projeto que vai pegar adutoras para levar para outras regiões, todo esgoto. Acho que há soluções mais viáveis. Eu sinto muito ~~e~~ que a democracia neste País esteja muito ~~atrasada~~ atrasada, porque a população não tem informações e não pode discutir custo benefícios.

Acho, por exemplo, que mini estações de tratamento em córregos e os esgotos que são captados e tratados poderiam perfeitamente ser viabilizado como uma alternativa, ou como um ~~alternativa~~ alternativa auxiliar a esse alto custo de projeto de primeiro mundo que vai ficar na mão de algumas empresas privadas que vão acesso à concorrência dessas obras. Essa é uma informação que estou dando pelas mínimas informações que a ~~gente~~ gente consegue ter a nível de técnico e técnico governamental.

Portanto, a minha fala pareceu um pouco, parece que a Isa-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	PARTES
21	5	Marcelo C.E. Habitação		23.11.95			

bel traduziu melhor, porque eu fui de...
na...
ag...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 649 do Proc.
N.º 116 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
J2	1	ant.	hab	23.11.95		

Parece que eu fui desalentadora, fui desanimadora. Acho que todas as lideranças que estão brigando na SEHAB, fazem um esforço sobre humano para acompanhar essas informações e transmitir para a sua população para que elas possam ter consciência da gravidade do problema. Saídas têm. É primordial que a gente garanta a democracia neste país e que vocês se qualifiquem e se apropriem dessas informações para crescerem como cidadãos e como lideranças que este país precisa, porque a elite brasileira tem lideranças comprometidas que não vão resolver o problema do povo. Confio e acho que temos que lutar cotidianamente pela democracia e pela democracia significa exigir que se estabeleça e se institua os conselhos de habitação tanto a nível estadual como municipal. Obrigada.

O SR. SÉRGIO ZARATIN - Quero crer que podemos nos parabenizar por termos atingido o objetivo fundamental dessa reunião, que é uma reunião basicamente de diagnóstico, apresentação e explicitação da situação habitacional do município. Ainda não esgotamos o problema porque* ele é vasto. Tenho impressão que falo por todos os membros da Mesa quando digo que cada um de nós saiu com algo mais do que trouxe e isso é um resultado positivo. Queria destacar que se formos fazer um diagnóstico da questão habitacional, esse diagnóstico só pode ser crítico. Mas ao fazer o diagnóstico do fenômeno da questão em si, tenhamos sido levados a fazer a crítica dos meios e instrumentos pelos quais nos aproximamos do tratamento dessa situação. Esse é um conceito que deve ficar claro. Ao mesmo tempo que apontamos as mazelas que existem no município e na região, temos que apontar as mazelas que cercam os sistemas de produção de resultado e atendimento dessa questão, porque se não equacionamos esse sistema, não teremos nunca resposta. Acho que a nossa reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 650 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J2	2	ant.	hab	23:11		

comprovou que não é difícil acumular informação crítica necessária, ela vem de fontes múltiplas. Para sustentar uma política não é uma tarefa técnica e difícil, talvez seja uma tarefa política difícil. Embora tendo defendido a necessidade de políticas globais para o setor de habitação que equacione organicamente também aquilo que não é habitação de interesse social, porque sem esse equacionamento não entenderemos a escala da demanda, nem da intervenção feita, só quando sabermos o conjunto é que podemos avaliar o que representa o Cingapura, acho que é muito difícil implantar. Não é segredo que na nossa tradição feudalista colonial de administração pública, principalmente eivada do paternalismo que veio do Estado Novo do qual ainda padecemos, não faz parte da gramática governamental dos políticos e das autoridades investidas do poder explicitar políticas. Rege-se as coisas públicas como se fossem fazendas de propriedade particular sem se dar atenção para ninguém e para no conhecimento público o que se quer e para que se veio e sem que isso possa ser cobrado. O fato de se propor e exigir política já é um fato que avança no rumo da democracia. É um fato de luta, não é um fato fácil. Por isso é preciso, com toda gravidade dos problemas que os moradores trazem, também eles internalizem a dificuldade deste conceito, é preciso exigir-se que se formulem políticas públicas para o tratamento desta questão e isto não é difícil de ser feito e nem tecnicamente impossível. Só não se faz porque não se quer. No caso da habitação é muito claro o nível dessa dificuldade. Se até no regime autoritário que se iniciou em 64 tínhamos a construção civil, a construção de habitação imbricada no conjunto da produção brasileira, é preciso perceber que com a política econômica que erigiu a partir de 64



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1651 do Proc.

N.º 46 de 1996

O Funcionário

CONTÁBIL

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTÁBIL
33	1	beth	habitação	23.11.95		

houve uma clivagem muito clara. Querendo crescer muito rapidamente dentro daquele princípio da modernização conservadora, crescer muito rapidamente e emparelhar o Brasil com os países de ponta na produção industrial, no desenvolvimento tecnológico, o regime de 64 relegou claramente para uma posição de baixa produtividade, ineficiência e de provimento do emprego mais tradicional o setor da construção civil da produção de habitações. Isso não foi um setor organicamente integrado na ~~preocupação~~ preocupação governamental desde então. E não estranha aqui que ele não tenha avançado ao nível que, com todas as suas mazelas, ~~esse regime conseguiu avançar~~ esse regime conseguiu avançar em outros setores. Hoje estamos em um período diferente porque as atividades dinâmicas, de ponta, que puxavam o nosso sistema econômico não são os mesmos, não são tão claros. Não é a grande indústria automotiva, a grande indústria de ponta mas é um conglomerado difuso no qual a informatização a produção de comunicação, a produção de informações tem um papel fundamental. Há todo um reequacionamento do que puxa o sistema econômico hoje. Fica muito claro que dentro das estratégias e eu diria até mundiais que hoje se impõem hegemônicamente não faz muito parte orgânica desses sistemas a produção de habitação social. Ficou muito claro. Ontem tive uma oportunidade de ver uma palestra do ~~SEMPRE~~ Edislau Doburst (?) onde ele



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

652	
N.º 46	de 1995
O. Funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	CONT. APARTE
J3	2	beth	habitação	23.11.93			

fala dos efeitos da ~~gk~~ globalização e onde diz que temos uma ~~gk~~ globalização excludente. Ela faz uma nova clivagem na sociedade em que quem não tem poder econômico, quem não tem posição social próxima das áreas hegemônicas está fadado ao ~~gk~~ aogescimento, ao desaparecimento, ao extermínio porque o sistema não dá resposta para isso. Essa é uma dificuldade estrutural, concreta que temos de analisar: ~~gk~~ a produção de habitação principalmente ~~gk~~ nos segmentos mais desassistidos está fora das estratégias de governo. Por isso inseri nessas estratégias uma política habitacional que leva em conta um conjunto mas que se dirige prioritariamente para esses sistemas para os ~~gk~~ quais o problema é da maior gravidade é uma coisa que vai ser conquistada e só vai ser conquistada na base da luta popular. Não há outra maneira. É o povo que tem que se organizar e exigir inclusive esses instrumentos sofisticados através dos quais aquela informação que existe possa obrigatoriamente ser posta a serviço da formulação de políticas. Políticas essas que uma vez publicamente estabelecidas possam ser cobradas pela cidadania organizada. Não é difícil. Está aí para provar, ainda que com seus percalços, o sistema estadual de gestão de recursos hídricos, a política estadual de recursos hídricos e o plano estadual de recursos hídricos. Outro tanto pode ser feito com a habitação. Só que só vai ser feito, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 653 do Proc.
N.º 46 de 1995
GRADUADO Funcionário CONT. APARTE

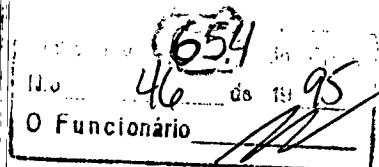
RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADO	Funcionário	CONT. APARTE
33	3	beth	habitação	23.11.95			

meu ver, se essa intenção inicial que é da plataforma de ~~XXXX~~ gover-
no for secundada pela pressão do movimento popular. Acho que ele
tem de estar bem aberto e suficientemente sofisticado para entender
que tem que demandar a solução, que tem que demandar a instituição d os
instrumentos correntes para chegar a essa solução. Obrigado.

A SRA ANA MARTINS - Muito obrigada. Convidamos todos
os interessados para a próxima sessão, dia 30, às 10 horas. A próxima
visita está sendo programada para o dia 1º de dezembro, às 9:00 h
na JUTA, que é um mutirão do CDM e da Prefeitura. A programação será
distribuída na próxim_a sessão. Todos os que quiserem algum mate-
rial que foi hoje trazido pelo CDM há cópias na mesa. Muito obrigado
a todos.



Câmara Municipal de São Paulo



SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A HABITAÇÃO NA CIDADE DE
SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 30.11.95 - 10:00 hs., SALÃO NOBRE - 8º ANDAR.

VEREADORES (AS):

ANA MARIA QUADROS.

HENRIQUE PACHECO.

ZENAS PIRES.

JOSÉ VIVIANE FERRAZ.

ADRIANO DIOGO.

VITAL NOLASCO.

EDER JOFRE.

João Inácio

Pablo

Bernice F. Cavaliere

Luiza

Adriano

Silvana

22828

Hector



Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria das Comissões Temporárias

Folha n.º	655	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

São Paulo, 29 de novembro de 1995

Memo. CEE. nº 12/95

Senhor (a) Vereador (a),

Na qualidade de Presidenta da Comissão especial de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo, convoco Vossa Excelência para a reunião desta comissão a ser realizada nesta quinta feira dia 30 de novembro do corrente, às 10:00 horas, no salão nobre 8º andar.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.


ANA MARTINS
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **656** do Proc.
N.º **46** de 19**95**



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO	CONT.	PARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS DA HABITAÇÃO

Presidenta: Sra. Vereadora Ana Martins

Membros : Srs. Vereadores

Henrique Pacheco

José Viviani Ferraz

Zenas Pires

Ana Maria Quadros

Vital Nolasco

Eder Jofre

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo, em 30 de novembro de 1995.**

Solicitante: Sra. Vereadora Ana Martins

(Memo. Nº.: CT/CE. nº: 02/95)

Secretário: Jader Augusto Pimenta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	4657	do Proc.	
N.º	46	de 19	95
O Funcionário			
GRADOR	COM. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	COM. APARTE
glo	1	Raimundo	Habitação	30-11-95		

- Gravação iniciada com atraso,
* * *

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) ... o Henrique Pacheco está com um compromisso, mas o seu assessor está aqui e já nos disse que ele virá e certamente no decorrer dos trabalhos e chegarão outros.

Hoje o nosso dia é especial, porque nós, nesta Comissão, chamamos vários especialistas da área do urbanismo, da questão geográfica da cidade, do Plano Diretor, do Plano de Bairro, o Plano de Região. Chamamos aqui pessoas que contribuíram muito, mas para nós e na concepção que nós temos as lideranças populares também são especialistas, e elas são especialistas em contruir alternativas junto com a população. E o nosso esforço de aproximar os cientistas, os que aprofundam o tema como nós fizemos aqui na Comissão, também e o nível das lideranças populares tem o seu grande peso para que possamos construir alternativas.

Então, gostaria de chamar para fazer parte da Mesa o Deputado Jamil Murad, que veio também trazer a sua contribuição no dia de hoje; o Donizete Fernandes, que é da União dos Movimentos de Moradia; acaba de chegar o Vereador Vital Nolasco, que é membro desta Comissão e gostaríamos de chamá-lo para também fazer parte da Mesa; o Alton Barros, da Associação Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo; José da Silva, o Messias, que é do Movimento de Favelas; Agostinho,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Sessão nº 658 do Plenário
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
g10	2	Raimundo	Habitação	30-11-95		

que é da Copemetro; Luci Valente, do Forum dos Mutirões; Vander Geraldo da Silva, da Confederação Nacional de Associações de Moradores; e o Gegê da União dos Movimentos de Moradia, que trabalha especialmente na questão dos cortiços; Edileuza Francisca da Silva, da Unificação das Lutas de Cortiço. Chegando outras lideranças, no momento oportuno nós chamaremos ou anunciaremos. A Assessoria vai passar a lista de presença e nós informaremos na medida do possível.

Através desta Comissão nós estamos preparando um documento para o Habitat II que vai acontecer em junho de 96 em Estambul, na Turquia. E o grande tema que a ONU vem chamando especialistas e tem feitos seminários, debates em todos os países do mundo, são os assentamentos urbanos e rurais. Sabemos que aqui no Brasil quase 80% da população estão nos grandes centros urbanos. E os 20% que ainda estão nas áreas rurais também merecem atenção, porém aqui a grande problemática que enfrentamos é dos centros urbanos. Então, nesta Comissão, fizemos um esforço de reagatar toda problemática que tem sido motivo de debate no movimento popular de 20 anos pará. Sabemos que o movimento popular cresceu muito nos últimos 20 anos e fizemos um esforço, independente de sua opinião sobre as formas de caminhar no movimento independente da opinião política dos movimentos, nós convidamos desde a primeira sessão lideranças do movimento popular para que partici-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 659 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
glo	3	Raimundo	Habitação	30-11-95		

passem e que juntos ~~numa~~ pudéssemos construir opiniões e aprofundar essa temática complexa. Estamos ~~já~~ já na ~~na~~ etapa final da Comissão. Achamos que ela foi muito vitoriosa do ponto de vista de aprofundar essa temática e as visitas que inidamos também tem contribuído bastante. Já visitamos o Cingapura, 5 Muritões e faremos nova visita a mutirões, sexta-feira agora ali na ~~na~~ área da Juta (?), que será na parte da manhã, estamos certando aqui, a partir das 9h, visitaremos 5 mutirões e já estamos convidando todos os interessados. Estamos vendo as experiências dos diferentes mutirões. Ainda estamos programando uma visita para a Zona Sul e para a Zona Oeste. Até gostaríamos que as lideranças dessas áreas acertassem hoje com a Rosana o dia e horário, porque queremos dar conta disso até o dia 10 de dezembro. E se tem alguma questão importante para a Comissão para que seja visitada, nós gostaríamos que fizessem chegar aqui a Assessoria. Ontem mesmo o Vereador Zenas Pires, que participou de várias sessões, tem contribuído bastante, é do PMDB, se comunicou com o nosso gabinete que alguma pessoa ligada aí alguma luta de moradia tinha uma denúncia grave para trazer e nós pedimos para que ao invés de fazer em nosso gabinete que fizesse na Comissão.

A ~~em~~ programação final desta Comissão vai ser a seguinte: no dia 7, que é quinta-feira próxima, possivelmente faremos uma visita de manhã e às 15h, no plenário, já temos acordo, já foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	660	do Proc.
N.º	46	de 19
O Funcionário		
CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
glo	4	raimundo	habitação	30-11-95		

aprovado, isso pela Presidência, nós faremos uma sessão especial com alguns especialistas para que um grupo maior de Vereadores passe a se preocupar com essa temática. Então, nós pegaremos o Pequeno e o ~~Grande~~ Grande Expediente e com 3, 4 especialistas nós estaremos..., então a próxima semana ~~na~~ a sessão desta Comissão vai ser no próprio plenário, que é uma sessão especial, às 15h., e virão especialistas abordar 3 ou 4 temas dos que temos abordado e que são temas que tem interesse, porque são assuntos do Habitat II. E vamos acertar com as assessorias qual é o dia melhor, o dia viável para a apresentação do relatório. Nós apresentaremos o relatório numa sessão solene, porque convidaremos os todos os especialistas que estiveram desde a primeira sessão para o encerramento e convidaremos o movimento popular e faremos uma sessão de encerramento, possivelmente numa segunda ou sexta-feiras, tipo 18h, para permitir que um número maior de lideranças populares possam participar. Então, esse vai ser o encerramento da Comissão.

Nós estamos achando, companheiros, isso aqui ~~exata~~ exige um esforço de todos nós, porque estamos no final do ano, a Câmara está discutindo o Orçamento, que exige alguma coisa maior nossa em relação a isso, mas nós estamos achando que a questão da Habitação merece da nossa parte isso e porque a nossa concepção é exatamente aque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	6612	do Proc.	
N.º	46	de 19	95
O Funcionário		CONT. ABARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
gl	1	Raimundo	habitação	30-11-95		

la que o diretor executivo, o Pedro Paulo, da SEADE, manifestou aqui na última sessão, que habitação, acho que ~~você~~ vocês se lembram, ele abordou todos os dados da questão da ~~ma~~ habitação na cidade e na área metropolitana, mas ele mostrou o seguinte: não se trata mais habitação sem se contextualizar. Ele disse: a pesquisa que a SEADE trabalhou de 90 a 94 e que ele apresentou os dados já foi feita numa nova concepção, que concepção? A concepção de que não se trata o indivíduo isolado, mas se trata a família. Não se trata mais o problema isolado da habitação, se contextualiza na problemática social. Então, para tratar a habitação nós precisamos tratar da saúde, da educação, do emprego, das condições de vida, das condições físicas, da s condições geográficas, das condições políticas. Se quem está no poder for ganho para ~~se~~ abordar assim a população é assim que nós vamos mudar a política. Eu acho que foi muito rica aquela exposição e pode nos ajudar a trabalhar uma nova concepção.

Então, vou passar agora a palavra para o primeiro companheiro, que terá de 5 a 10 minutos, para contar um pouco a experiência do movimento popular e também as mudanças que nós vamos fazendo por conta daquilo que vamos aprofundando e vamos estudando, e analisando. Então, está com a palavra o Donizete Fernandes, da União do Movimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 662 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
G1	2	Raimundo	habitação	30-11-95		

de Moradia.

O SR. DONIZETE FERNANDES - Bom dia, pessoal que está participando desta Comissão de Estudos de Habitação; eu queria cumprimentar a Vereadora Ana Martins, o Vereador Vital Nolasco e também o Deputado Estadual Jamil Murad e hoje acho que hoje o debate que está colocado nesta Comissão é muito rico, porque pega as experiências dos movimentos populares e também está assistindo às outras sessões desta Comissão a gente gostaria, em nome ~~do movimento~~ da União dos Movimentos de Moradia, de fazer um relato da questão da política habitacional tanto do Município, a nível de Estado e Governo Federal. Então, se a gente pegar na época do Prefeito Jânio Quadros, a política habitacional que havia na Cidade era muito mais uma política habitacional, e podemos dizer assim, ligada ao Governo Federal, e através do Sistema Financeiro da Habitação, que era priorização para as COHABs. Então, muitos conjuntos foram feitos. Na Zona Leste está a maioria desses conjuntos e o debate que está colocado, como foi a forma que foram construídos esses conjuntos e foram entregues para a população. A PARTIR daí os movimentos começam a se organizar, várias entidades e também começam a surgir na cidade a União dos Movimentos de Moradia. A União começa a ter um crescimento juntamente com as ocupações, com outros companheiros que já vinha nessa luta e na gestão do Mário Covas começa-se um mutirão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 66 do Proc.
N.º 46 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
gl	3	Raimundo	Habitação	30-11-95		

que não era o mutirão, vamos dizer assim, auto-gestão, era um mutirão muito mais onde o poder público controlava o movimento. Na gestão da Prefeita Luiza Erundina começa-se a fazer o debate de uma política habitacional para o Município e aí começa a ter recursos próprios no Município e começa a grande política que seriam os mutirões auto-gestionáveis(?). A União dos Movimentos de Moradia nessa trajetória começa a entender, e os movimentos, outras entidades também que não basta ter só ter uma política habitacional na Capital, que tem que ter uma política habitacional do governo estadual e do governo federal. Na gestão passada essa política habitacional e quando a gente fala que teve uma política habitacional no âmbito dos movimentos é porque ficou claro os convênios que foram assinados por mutirão com a auto-gestão, era uma prioridade. Aproximadamente 106 associações firmaram convênios com a Prefeitura contando os mutirões das favelas e aí a política habitacional a gente não pode só enxergar em fazer, a gente tem que ter o início, o meio e o fim. E aí a gente pega os bancos de terras que também foram desapropriados nas regiões para estar dando prosseguimento nessa política habitacional. E hoje na gestão atual o que a gente começa a perceber é que a política habitacional está sendo feita por propaganda. Por que está sendo feita por propaganda? Eu fiz um gráfico colocando as regiões ~~quais~~ onde a União tem inserção e a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

46 664 95
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
el	4	raimundo	habitação	30-11-95		

queria até aqui levantar para o debate. Na região Norte tem 2 áreas
que foram desapropriadas, o banco de terras e essas 2 áreas estão para-
das até hoje. Não está construído nada lá, Por que não está construído...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Fls. n.º 665 do Proc.
No 4665 de 1995
O Funcionário
CONT. ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
22	3	1	ant.	hab.	30.11.95

~~Existem áreas desapropriadas e bancos de terra~~
~~Na leste 2~~
existem 4 áreas desapropriada, sendo que uma área que estava destinada para os movimentos, a Administração está colocando para o Procave, que é para assentar as famílias na área de favelas, mas existem 3 áreas na leste 2 que está parado. Na leste 1 existe a área de São Francisco que foram construídos o Cj. São Francisco com 800 unidades, o São Francisco Setor 1 e mais dois mutirões um da leste 1 e da região sudeste. Existem áreas remanescentes na leste 1. Qual é a política habitacional na leste 1 feita para Administração? É colocar abrigos provisórios, deixou as áreas ao deus dará e a população está ocupando essas áreas. Tem um debate na leste que é sobre fazer um incinerador nesses conjuntos habitacionais. O São Francisco deve ter aproximadamente 1100, 1200 unidades que foi construído por mutirão de auto gestão e hoje a Administração quer colocar um incinerador no meio do conjunto que vai prejudicar o conjunto e desqualificar o projeto de mutirão de auto gestão. Na região Sul, que é problemática porque é de mananciais, teve uma área chamada Chácara do Conde que foi desapropriada e que não existe uma política habitacional. Algumas pessoas falam que a prefeitura não tem mais interesse nessa área e vai retirar o decreto de interesse social que já estava com emissão de posse. Na zona oeste e região noroeste, existem 4 áreas desapropriadas, que seriam bancos de terra para assentar mais ou menos 5 mil famílias, 2 áreas estão ocupadas completamente, por exemplo, em Perus, ocupação de mais de 2 mil famílias. Quando na televisão passa que está sendo entregue mais um projeto Singapura, 840 unidades, em Perus tem uma favela de 2 mil unidades que daria para fazer um con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Pilha no 1668 do Proc.
no 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G2	3	2	ant.	hab		

junto habitacional muito melhor do que esses projetos da Prefeitura. Na região central existem 4 áreas, sendo que 2 estão com emissão de posse. Quando a união dos movimentos de moradia coloca qual é a política habitacional da Administração? Temos os dados dessas regiões e essas áreas estão abandonadas que na maioria das vezes é ocupada e um conjunto que não para ser feito na periferia, está deixando de ser feito. A questão do governo estadual e do federal, em 89, a gente percebe que só o município não vai resolver sozinho a questão habitacional e começamos articular com várias entidades para formular uma política habitacional para o País e isso depende do governo federal. A organização do movimento colocou se a gente apresenta um projeto de lei assinado por parlamentares ligados aos movimentos, a gente sabe que esse projeto não vai andar em Brasília. Arrumamos uma brecha e saímos coletando assinatura para um projeto de iniciativa popular e percebemos que o movimento deu um salto de qualidade, porque o movimento está apresentando proposta para tentar resolver o déficit habitacional. Num primeiro momento coletamos 800 mil assinaturas, sendo que em São Paulo foram 600 mil. Hoje o projeto está tramitando com mais de 1 milhão de assinaturas e percebemos como fomos tratados pelo Congresso nesses 3 anos de luta com esse projeto de iniciativa popular. No governo passado esse projeto começa a tramitar em Brasília, foi para votação, fizemos um acordo com diversos setores da sociedade e esse projeto está para ir para votação na Câmara. O atual governo chama uma comissão e coloca que o projeto vai ser inviável e apresenta outros que são a carta de crédito e recursos para o Estado e município e a parte essencial que seria o controle dos movimentos populares sobre os recursos é tirado. O projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 66 do Proc.
Nº 46 de 18 95
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G2 3	3	ant.	hab			

está parado. E qual o encaminhamento que a união dos movimento de moradia e outros estão tentando tirar para alavancar esse projeto? Vamos ter um encontro em Minas Gerais e vamos discutir que fizemos com os governos municipais e estadual que é uma caravana da moradia em Brasília, onde vamos lutar para aprovar esse projeto.

O governo Quêrcia aumento a alíquota em 1% do ICMS para a moradia popular, e muita gente diz que o Quêrcia conseguiu fazer casas sem recursos federais e aí a gente pega o interior de São Paulo e vê as unidades que foram feitas, tem cidades que não tem déficit habitacional, tem casas prontas e não tem gente para morar. Esses recursos foram levados para o interior e na cidade de São Paulo cerca de 6, 7 conjuntos foram feitos com esses recursos e foram entregues de forma fisiológica. Começamos uma luta com o governo estadual e conseguimos assinar 5 convênio com a CDHU para construir unidades habitacionais com mutirão de auto gestão, sendo que no dia 16 de dezembro vamos entregar 160 na V. Silvia, na zona leste, construídos com recursos da CDHU. Outra questão do governo estadual, com a mudança de governo, chamou o movimento para negociação, mas a gente vê que nos projetos do governo estadual, tem a sua maneira de dominar o movimento. O movimento não pode apresentar projetos. Quando a gente não pode apresentar projetos do movimento a gente está tirando a auto gestão do movimento e o governo do Estado, em áreas do Estado, eles colocam que tem que ser feito projetos deles. Nesse primeiro ano de governo podemos afirmar, não foi gasto nada em novos convênios. com recursos da CDHU. Passou um ano de governo estadual e não foi feito nada em mutirão de auto gestão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	668	do Prec.
N.º	146	de 1995
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G 2 3	4	ant.	hab			

Quando o movimento percebe que a prefeitura ia colocar um breque de mão na política habitacional, o movimento tem uma reação que é ir atrás dos recursos para terminar as unidades. Hoje são cerca de 8 mil casas paradas construída por mutirão, e com grande esforço da união de movimentos e outros movimentos, começa a receber recursos mas como u uma torneira que pinga uma gota a cada ano. Muitas pessoas que são contra o mutirão coloca que ele demora muito e coloca como as empreiteiras têm facilidade de fazer as casas rápido. É evidente que tem, só que o mutirão não tem os recursos que vão para as empreiteiras. O debate das políticas habitacional do município, estão colocados dois projetos, um para atender os movimentos organizados da cidade e outro para enganar a população. O de enganação da população é quando a administração desqualifica os mutirões, as urbanizações de favela colocando que são unidades mais caras. Queria que a Comissão cobrasse da Administração por que não traz o projeto de desafetação do solo das áreas do Cingapura.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 669 do Proc.
N.º 46 de 19 78
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
64	1	ant.	hab	30.11.95		

Então, aqui está o companheiro Messias que tem uma luta grande na área de favelas e a gente lutava para as favelas terem o direito de uso ou os próprios favelados comprarem sua área.

Acho que essa comissão tem um fator importante que é de cobrar da administração esses recursos que estão indo para o Cingapura e a legalização dele que seria desafetação solo, porque as pessoas que moram nas favelas são os donos das casas, e também sairmos com respostas para terminar esses mutirões que estão parados. (Palmas)

A SRª. ANA MARTINS -- Chamo para a Mesa o Padre Guilherme, da Pastoral da Moradia. O Padre Guilherme tem participado de todas as reuniões e em todas participou como debatedor e como liderança comum. Agradecemos a sua presença.

Tem a palavra o Ailton Barros, das associações comunitárias do Estado de São Paulo.

O SR. AILTON BARROS -- Bom dia companheiros da Mesa e todos os presentes, sou diretor da Facedsp e vou falar sobre a nossa experiência com relação à luta da moradia. Através da Facedsp temos o Movimento em Defesa da Moradia Popular que vem desde a década de 70. Tem companheiros remanescentes das grandes lutas de ocupação oriundas do final da década de 70, passando pela luta do barracão preto, na Zona Leste, pelo Itupuaia na zona Sul, pela área do Adventista e outras. O movimento vem, durante muitos anos, tentando atuar institucional negociando com os diversos governos, apresentando propostas concretas. Ultimamente estamos achando que estamos entrando num impasse, que está se esgotando os canais de negociação, que é preciso que todos nós apresentemos propostas, bandeiras concretas e gerais para resolver o problema da moradia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 690 do Proc.
No 16 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
G4	2	ant.	hab	30.11		

Ultimamente a nível do nosso movimento, temos repensado a atuação do movimento popular. Nós apuramos, no final da década de 70 até metade da década de 80, num movimento de resistência, de luta pela redemocratização do País. A partir de 1990 as coisas se alteraram no plano mundial. Com o aceleração do projeto neoliberal, com a derrota do campo socialista, progressista, a ofensiva imperialista no mundo tem se feito de maneira muito forte, haja visto a questão da soberania nacional, da democracia e dos direitos sociais. Isso no Brasil vem com uma força muito grande através do governo Collor, do Itamar Franco e que pega um grande impulso no governo do Fernando Henrique Cardoso. É um grau de miséria do nosso povo muito grande, são setores médios quebrando, o povo perambulando pelas ruas da cidade. Então, a gente começa a pensar o seguinte. O movimento popular não se deu conta de que foi atingido de maneira frontal por essa política que é necessário repensar isso. Hoje a gente vê e isso não existia há alguns anos, essa rede complexa de organizações existente no Brasil. Além dos movimento tradicionais ligados à questão da saúde, da moradia, da educação e do transporte, hoje profifera milhares de organizações ligadas à cidadania, do saneamento, dos idosos, dos deficientes. É um sem número de entidades que atuam e o que ocorre? Por força dessa profiferação de entidades não existe uma política geral nacional que possa unificar algumas bandeiras. Essa é a proposta que a Fapesp traz de que precisamos sentar, pegar os subsídios da habitação que a comissão está nos trazendo e sentarmos, juntos, a Fapesp, o movimento em defesa da moradia popular, a Conan, Pastoral da Moradia, enfim, todos, e criar um grande fórum do movimento dos sem tetos para debatermos essa política geral.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 6712 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G5	1	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95		

essa política geral e apresentar, digamos assim, as alternativas concretas para a gente poder ir, digamos assim, tentando minimizar esse problema da moradia. Por exemplo, nesta Casa existe ainda um projeto que precisa ser resgatado, que é aquele projeto de desafetação das áreas de favelas e que transforma as áreas públicas em áreas dominiais. Então, um projeto importante, um projeto de fundo que precisa ser resgatado.

A nível do Governo do Estado tem o problema do Conselho Estadual da Habitação, que precisa ser implementado. Mesmo o programa de mutirão do Governo do Estado eu acho que ele precisa levar em conta essa questão do desemprego. Quer dizer, tem que se usar esse programa de mutirão para gerar empregos também, aproveitar essa mão-de-obra ociosa, desempregada, que tem na Cidade. E também precisamos resgatar esses projetos que estão no Congresso Nacional. O Governo Fernando Henrique está apresentando uma proposta agora, relacionada à questão da habitação, que é para torpedear essas emendas populares que estão paradas no Congresso Nacional, como aquela que destina 2% da verba da União para a questão da moradia, a que cria a Política Nacional de Interesse Social e a emenda que o Donizeti falou, a emenda popular, de iniciativa popular, aquela que se obteve um milhão de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	632	do Proc.
N.º	46	de 19
O Funcionário - COM. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
G5	2	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95	

assinaturas,

Portanto, companheiros, vou terminado aqui a minha colocação apresentando esta proposta. Eu acho que no desdobramento deste forum aqui nós poderíamos, digamos assim, a cada três meses, a cada quatro meses, reunir esse forum de movimentos, discutir essa política mais geral para que a gente possa ter, digamos assim, ações mais gerais e mais concretas na formulação de propostas para resolver o problema de moradia em nosso país. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada, Ailton, da Fapesp. Fala agora o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Queria agradecer o convite e cumprimentar a Ana Martins, que é a companheira Vereadora aqui em São Paulo, presidindo esta Comissão e cumprimentar o nosso companheiro Vital Nolasco, Vereador também do nosso partido aqui na Câmara Municipal e o Vereador Zenas Pires, membro da Comissão também...

A SRA. ANA MARTINS - Ele foi fazer um telefonema e volta.

O SR. JAMIL MURAD - e cumprimentar todos amigos e amigas, que são lideranças aqui nessa luta pela moradia.

Queria fazer breves comentários neste tempo que está reservado para a minha participação para colocar as nossas preocupações fun-

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	673	do Prop.
N.º	46	de 19 98
O Funcionário		
COM. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
05	3	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95		

damentais sobre o problema da moradia. Na verdade, aqui no nosso país não existe uma política de moradia e uma política habitacional. Não existe uma política habitacional nem no Brasil nem em São Paulo e quando temos a falta de doze milhões de habitações nós vemos o Governo do Município querendo construir, até o fim do governo dele, dois mil apartamentos para o Cingapura, ele quer... o Governo do Estado não tem proposta de construir nem 5% daquilo que é necessário para o Estado de São Paulo, onde faltam dois milhões de moradias.

O Governo Federal, com dois programas de habitação, um deles exigia que se tivesse a renda..., primeiro tivesse uma poupança de sete mil reais ou um fundo de garantia de sete mil reais e uma renda de três a doze salários mínimos. Então, atendeu o quê? Duas mil e oitocentas famílias aqui no Estado, apenas duas mil e oitocentas famílias e nós temos neste Estado a necessidade de dois milhões de moradias. Atender duas mil e oitocentas não é programa.

Um outro programa do Governo Federal exige uma poupança mensal de trezentos reais durante três anos. Portanto, também não é programa para a maioria da população. Então, o Governo do Estado..., vou me ater mais ao Governo do Estado e queríamos dizer anteriormente que seja a nível federal, seja a nível municipal, seja a nível esta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	674	do Proc.
N.º	46	de 19
O Funcionário		
CONF. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	O Funcionário	CONF. APARTE
G5	4	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95			

dual, quando eles tratam da moradia popular é mais uma fachada, é um marketing, é uma demonstração de que estaria preocupado com esse drama do povo, Mas quando você analisa os números, o que eles reservam de recursos no orçamento para atender a solicitação do povo de conseguir uma casa para morar, você vê que o dinheiro reservado, seja a nível estadual, seja a nível federal, seja a nível municipal, é um dinheiro tão pequeno que praticamente é para eles darem demonstração nas campanhas eleitorais etc. que eles se preocupam com esse drama do povo, com essa preocupação do povo, com essa necessidade do povo.

Aqui, mais grave ainda, é que no projeto Cingapura ele pega determinadas áreas do Município, usa uma pequena área para construir o Cingapura e a grande parte da área ele acaba entregando para as empresas. ~~Estas empresas são as mesmas que estão no setor de...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folh. n.º 675 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
G-6	1	Angela	Habitação	30.11.95		

Quer dizer, então é um negócio da China, é um negócio muito bom para quem constrói o Cingapura, porque entrega algumas unidades e fica com um terreno supervalorizado, um terreno caríssimo. Em geral, 3/5 ou 4/5, 70 ou 80% do terreno fica entregue para a empresa que construiu aquela unidade do Cingapura.

Muito bem. O Governo do Estado, então, onde temos uma deficiência, uma falta de 2 milhões de moradia, para 1995, tem 2,16% do imposto arrecadado, do dinheiro arrecadado pelo Estado. Em 1996 eles mandaram para a Assembléia Legislativa a mesma quantidade de dinheiro, 2,19%, ou seja, de 2,16 para 2,19% é praticamente a mesma coisa, não tem diferença. Não adianta falarem que aumentou um pouquinho.

Então, diante da necessidade de 2 milhões de moradias, não aumentam o recurso para construírem moradias, isso é sinal de que não estão preocupados em atender a essa necessidade da população.

E, ainda falando no Governo do Estado, gostaria de aproveitar este momento para mostrar a vocês que, além deles não terem aumentado o dinheiro para a habitação, na Saúde era 7,6% e o Governador ~~em~~ mandou, agora, 5,7% para o ano que vem. Deu para entender?

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	676	do Proq.
N.º	46	de 19 95
GRADUACÃO	funcionário	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
G-6	2	Angela	Habitação	30.11.95	

Era de 7,6 e agora é de 5,7%. Quer dizer, diminuiu para a Saúde.

Para a Educação era de 16% e, agora, é de 10,8%. Também diminuiu de 16 para 10%. Para a criança e o adolescente, filhos de gente pobre, crianças muitas vezes sem pais, era de 0,9% e, agora, é de 0,7%. Também diminuiu.

Para Saneamento e Recursos Hídricos era de 2,2% e, agora, caiu para 1,3%.

E no Transporte, que é importante, pois ninguém fica em casa o dia inteiro, tem de ir trabalhar, precisaria construir mais metrô, quanto foi destinado? Era de 6,8 e caiu para 3,2%.

Então, o g Governo do Estado de São Paulo não contempla, na sua distribuição de recursos, as necessidades sociais como um todo. E habitação, como uma necessidade social, também não é contemplada.

A verba para a habitação não diminuiu, mas o nosso problema não era é o de diminuir, mas sim a necessidade de se aumentar a verba para a habitação, pois uma família fica numa situação dramática se ela não tem uma casa para morar.

® A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) — Não diminuiu mas tam-

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	673	do Proc.
N.º	46	de 1975
O Funcionário		
CONT. APART.		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
G6	3	Angela	Habitação	30.11.95		

bém não aumentou, não é Jamil?

O SR. JAMIL

— Isso. Não aumen-

tou. Este é o problema. Havia necessidade de aumentar e não aumentou. Em outras áreas sociais, como Saúde, Educação, Saneamento, Transportes, por exemplo, ainda diminuiu o dinheiro.

X - X - X

— É feita uma observação fora do microfone.

X - X - X

O SR. JAMIL

— Foi levado para pagamen-

to de dívidas e para os banqueiros e empreiteiras.

Agora, isso aí é muito escondido, companheiros, porque tem um item que é "Administração Pública". Nessa "Administração Pública" tem a Folha de Pagamento e o pagamento dos banqueiros, o pagamento das empreiteiras e tal.

X Quando eles vão explicar eles dizem que a Folha de Pagamento é que está comendo o dinheiro. Acontece que na Folha de Pagamento o próprio Governador e o seu Secretário da Fazenda e Planejamento, estiveram reunidos com os líderes dos partidos — eu esta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 618 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
CONT. APASTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
G6	4	Angela	Habitação	30.11.95		

va nessa reunião — e disseram que vão gastar com Folha de Pagamento 64% só. Quando o trabalhador faz greve eles dizem que estão gastando o dinheiro com a Folha de Pagamento, que está comendo toda a arrecadação do Estado, mas não está, são 64%.

Então, o aumento, o grande gasto é o gasto com os banqueiros e com as empreiteiras, com o pagamento de juros e coisa e tal. Por isso, companheiros, a participação popular é fundamental. Aí está o mutirão, a cooperativa, etc.

Por exemplo, em Santos tem a Cooperativa dos Portuários. Quando você está chegando na cidade de Santos, ao lado antigo cemitérios, vemos inúmeros edifícios dos portuários, ~~marxismo~~ o chamado "Sabuó" (?) Aquilo é uma cooperativa dos portuários, foi construído pelos portuários. E são residências boas. Temos vários amigos que moram lá.

Aqui também temos a Cooperativa dos Metroviários. Agora, estamos de acordo com essas propostas levantadas também pelo companheiro Ailton, quanto ao problema do Conselho Estadual de Habitação, que não concordam que seja criado. Até hoje não concordaram, nem o governo anterior e ~~o atual~~

~~o atual governo não concordou com a criação do Conselho Estadual de Habitação, pois este órgão já existe desde 1964, com o nome de Conselho Estadual de Planejamento Urbano e Regional (COPUR). O COPUR foi criado pelo Decreto nº 17.744, de 1964, e sua função é planejar e coordenar o desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	619	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Fornecedor		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G7	1	raimundo	habitação	30-11-95		

... nem o atual Governo concordou até agora. Por que ? Porque o Conselho Estadual de Habitação é um instrumento da participação popular, que vai ver a verba, acompanhar a aplicação das verbas e tudo, das prioridades, distribuição dessas verbas no Estado. Então, eles não querem isso, quer dizer, através do Conselho você participaria da política de habitação no Estado, ~~se~~ está certo. E isso, então, não é ~~se~~ aprovado por governos das elites. Muito bem, companheiros, aqui também tem a Lei Ulisses Guimarães que está no Congresso Nacional, que aumenta ~~anexo~~ de 1% o ICMS para 2% a verba para os Estados usarem na habitação; também não foi aprovado, Ulysses já faleceu há um certo tempo e tal, quer dizer, faz tempo isso, não é aprovado. O Fundo Nacional da Moradia Popular está lá, teve caravanas do Brasil inteiro, o povo de São Paulo participou dessas caravanas, nós apoiamos e tudo. Vários companheiros que estão aqui participaram das caravanas e até hoje não foi aprovado. Portanto, 2 coisas, para encerrar que já atingiu o meu tempo, uma, que nós queremos que ~~o~~ ~~se~~ povo participe do poder. Essa é a proposta do meu partido, eu como deputado do PC do B tenho que expor em todos os fóruns o que o PC do B propõe diante ~~de~~ dessas dificuldades do povo. Nós propomos em vez da República dos Banqueiros a República do s Trabalhadores, das massas populares, do povo. Então, em vez da República das Banqueiros, a República dos Trabalhadores. É



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha no 680 de 715
No 46 de 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G7	2	Raimundo	habitação	30-11-95		

um outro poder político que cuja prioridade 100% é o povo, são os trabalhadores e não os banqueiros, as elites, os que sempre viveram bem neste país. Aí direcionar o dinheiro dos impostos e tudo para as necessidades populares em primeiro lugar, habitação popular, para gerar desenvolvimento, emprego,.

Muito bem, companheiros, enquanto nós não atingirmos isso precisamos ter força, porque eles não são deslocados assim. Eles não vão sair do poder falando, ah, já cansamos de governar e agora nós queremos que vocês entrem, que o povo entre no poder e governe aí. Eles não vão deixar nunca fazer isso. Então, eles têm que ser deslocados do poder, mas para isso o povo precisa ter força para ~~deslo-~~ cá-los do poder. E o movimento popular de moradia ajuda fiscalizar, ajuda pleitear, ajuda pressionar o CDHU, pressionar o Maluf, pressionar o Governo Federal para construir mais casas populares, para ter uma política habitacional no País, no Estado e no Município e ao mesmo tempo vamos conquistando pequenas vitórias. As vezes é um pouco aqui, um pouquinho ali que não solucionam o problema de fundo, ~~que~~ faltam 12 milhões de moradia, faltam dois milhões de moradia só no Estado de São Paulo, não soluciona. No entanto, ajuda a gente a ~~xxx~~ treinar e exercitar, vai tendo uma melhora aqui e acolá, longe ~~x~~ da necessidade, mas também nos ajuda a treinar para conquistar o poder e resolver da maneira mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 681 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	PARTE
67	3	Raimundo	habitação	30-11-95			

definitiva o problema da ~~muita~~ moradia popular para o nosso povo. Obrigado. (palmas)

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigado, Jamil Murad. Também convidamos outros deputados, a nossa Comissão manteve sempre a amplitude, mas também sabemos que o nobre Deputado fez um esforço para estar aqui, mas foi muito bom que tivesse vindo.

O SR. JAMIL MURAD - Eu queria deixar cópia aqui, Ana da emenda que fizemos ao Orçamento propondo dinheiro para a construção de mais 40 mil casas no Estado de São Paulo, além do previsto pelo Covas. Eu e o Edivaldo (?) Santana que é o outro deputado do PC do B, propusemos verba para construir mais 40 mil casas, são 28 mil casas em São Paulo e Grande São Paulo e 12 mil em várias regiões do interior. Queria deixar aqui as cópias que tenho e se houver necessidade, se alguém pudesse fazer xerox na Câmara e distribuir para cada liderança presentex. Se pudessem as lideranças ir lá pressionar, porque está sendo discutido agora. Então, nos próximos 15 dias essas emendas vão ser aprovadas ou rejeitadas. Então, se conseguíssemos aprová-las, mesmo que não fossem as 40 mil, um pouco menos, mas que já ajudava o nosso povo.

A SRA. ANA MARTINS - Obrigada, Jamil Murad. Vou pedir

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 6823 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTERVENIENTES	CONT. APARTE
G7	4	Raimundo	habitação	30-11-95			

ao Jader para fazer mais cópias para a gente poder dar para todos.

Fala, em seguida, o companheiro Agostinho da Copemetro.

O SR. AGOSTINHO - Queria agradecer a Vereadora Ana Martins, o Deputado Jamil, o Vereador Vital Nolasco e o Vereador Zenas Pires e os demais presentes. Temos que parabenizar a Vereadora por comprar essa briga.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 683 do Proc.
N.º 40 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CORT. APARTE
G8	1	daiva	Habitação	30.11.95		

~~_____~~, que é uma briga que vem se arrastando há muitos anos, desde o fim do BNH e o déficit habitacional no País vem crescendo dia a dia, porque você tem várias pesquisas, cada pesquisa em números de déficit habitacional não bate, o do governo não bate, que é o menor que tem, você pega DIEESE e outras pesquisas e pode comprovar que isso vem aumentando. Nós sabemos hoje que ~~xxx~~ está em torno de 17 milhões de déficit habitacional no Brasil, em São Paulo um pouco mais de 3 milhões. Isso se dá por causa de uma política ineficaz no País desde a nível Federal, Estadual e Municipal, onde cada governo tem um programa esfacelado onde eles colocam ~~xxx~~ aleatoriamente. Cada partido que assume o governo coloca o seu programa. Os recursos são insuficientes, em função disso que o Deputado Jamil falou que privilégio é sempre para os empreiteiros onde levam o maior bolo. No caso a habitação popular que é voltada até 5 salários mínimos, quem ganha até 5 salários mínimos não tem condições de pagar a prestação dessa Casa, e no nosso caso, que é uma categoria onde está ~~alheia~~ a esses programas, também não tem condições pelo fato de não comportar a renda que nossa categoria tem, como também outras

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **684** do Proc.
N.º **46** de 19 **98**
O Funcionário **[assinatura]**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G8	2	dalva	habitação	30.11.95		

categorias. ~~Em~~ Esse movimento já vem reforçando isso. Nós já
fixemos em Brasília 3 dias no seminário, as cooperativas habita-
cional que parte exatamente no programa de reivindicações, inclu-
sive atendidas em parte, onde nós colocamos aqui representação das
cooperativas nos conselhos estaduais de habitação. Integração nas
cooperativas, também fazemos no movimento popular para habitação
popular, e alterações na legislação dos projetos da Caixa Econômica
Federal. Houve um atraso, era para ter saído em junho e veio sair
agora já no ~~começo~~ final do ano, em função dessa nossa ~~reiv~~ rei-
vindicação nesse seminário estava presente o Governo Federal. Isso
aqui foi as cooperativas de São Paulo, onde redigimos aqui, foi
um representante da organização das cooperativas do Estado, e le-
vamos essas reivindicações. Criação de linha de crédito facilita-
da as cooperativas, carta de crédito coletiva, para imóveis usa-
dos. Há uma emenda que está no Congresso há muito tempo parada
lá, Emenda Ulisses Guimarães, onde destina 2% da arrecadação da
União para moradia popular. Nós estamos brigando com isso, vá-
rios seminários já foi feito, sempre levando isso a nível do gover-
no federal. Existem outras negociações das cooperativas de ser-
viços de patrimônio. Os terrenos da União voltados para habitação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 685 do Proc.
N.º 46 de 1975
O Funcionário
CONT. APARTE

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G8	3	dalva	Habitação	30.11.95		

que é um a forma de você solucionar o ~~problema~~ problema da Habitação. Essas são reivindicações das cooperativas que de certa forma, ela está contemplando, estar junto com o movimento popular. Inclusão de representantes de cooperativas no grupo técnico do conselho curador, aprovação da legislação da legislação nas cooperativas. Nessa legislação o que significa isso: até 88, as cooperativas eram atreladas ao Governo, eram fiscalizadas pelo INOCOP. Ele tinha uma função junto ao BNH que era administrar todas as cooperativas. Com o fim do BNH, o INOCOP foi atrelado a Caixa Econômica Federal, e ele passou a não cumprir o seu devido papel. Se você pegar hoje uma prestação de um apartamento construído pelo INOCOP, conforme uma empresa provada constrói, os custos. O problema de recursos a Caixa Econômica Federal para o Estado de São Paulo não atende, ou melhor não chegou a tender 10% da quantidade de solicitação, um pouco mais de 207 solicitações no Estado de São Paulo, como o Deputado falou, chega a 28 mil. Isso não vai atender. Programas nós temos, onde fizemos outro seminário aqui em São Paulo, sobre habitação nas cooperativas, convidamos o Governo Estadual e Municipal e tem aí o Cingapura, que é a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	6862	do Proc.
N.º	446	de 1995
ORADOR	Funcionário	Assente

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	Assente
G8	4	dalva	Habitação	30.11.95			

que deu certo. O Brasil vai levar uns 300 anos para construir o que ele quer construir, porque está saindo muito caro, o espaço é uma gaiola você pega 42m² para colocar um apartamento de 3 dormitórios, isso para mim é um absurdo. Você vai colocar uma ~~1/2 cama~~ meia cama, um x' sofá, e colocar as pernas para fora. O custo segundo o próprio Secretário da Habitação do Município está em 227, a construção, sem levar em consideração a infraestrutura, o custo do terreno, quer dizer, só a construção. Estão usando métodos alternativos onde a construção barateia bastante, só que o custo é muito alto. Eu falo isso porque vamos iniciar uma construção agora, com todo o material de 1ª primeira, e o que custa no mercado 110 a 120 mil, nós estamos hoje no projeto a 30 mil reais, um ~~espacinho~~ espaço de 65 m² sobrados, ou seja, você vê o quanto se leva por ~~trás~~ trás do trabalho na área da construção civil. Você tem um lucro em quase 200%. Se falar em governo, ~~mim~~ os próprios camaradas aqui que faz parte da política aí sabe que uma empresa quando vai trabalhar para o governo, se custa 100 ele cobra 200, ~~porque o governo~~.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	682	do Proc.
N.º	46	de 1995
ORADOR ILUSTRADO		CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
G9	1	morg.	CE Habitação	30.11.95	

porque o governo, primeiro, é mau pagador, atrasa as suas prestações e quem paga com isso somos nós. Então, essa iniciativa do movimento, uma briga que vai se arrastar por muito tempo, temos que se unir independente de cada segmento, temos que nos unir para conseguir de fato alcançar esse objetivo e na minha concepção não tem programa social que deixa fora o problema de habitação e que dê certo. Habitação é a base de uma família, é a base de qualquer programa, é uma coisa séria tem que se fazer assim. E eu vou contar um pouco da história da nossa cooperativa, porque nós optamos por cooperativa e não por associações por moradia. A cooperativa nos dá, em primeiro lugar, dentro da nossa categoria estamos alheios a qualquer programa habitacional e foi uma forma de organizar e a cooperativa dá um caráter de empresa, uma forma de administrar melhor os problemas e como é uma cooperativa popular e de classe. A nossa é considerada de classe. Isso foi melhor para se trabalhar em função de se trabalhar com auto financiamentos, recursos próprios, descontado em folha de pagamento de cada metroviário associado e com isso dá um caráter, não menosprezando o movimento, no nosso caso foi melhor optar pela cooperativa, apesar dos problemas, ser conservadores, quem manda nos segmentos de consumo, parte de crédito, agricultura, tem um grupo de deputados federais que dominam, saíram do movimento da agricultura. Mas hoje a nossa cooperativa está considerada um segmento habitacional número um do país, de organização, qualidade, técnica e administrativa. Estamos partindo para assessorar outras cooperativas ao se constituírem. Estamos hoje num momento delicado em face ao preço do terreno é muito caro, não se tem investimentos na área de habitação, o governo federal, estadual não tem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **688** do Proc. N.º **46** de 19 **75**



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACIONÁRIO	COM. APARTE
G9	2	morg.	CE Habitação	30.11.95		

programas, o governo estadual é o mutirão, prá nós não interessa o mutirão, é uma forma de administrar, tornar a moradia com qualidade e custo baixo é você mesmo administrar isso. Esse é um dos problemas e quero convidar os senhores para dia 10 de dezembro estamos lançando para os nossos cooperados os primeiros entendimentos, o nosso primeiro projeto, onde terão oportunidade de ver isso de perto e agradeço. Temos hoje dois terrenos comprados, um em Cangaíba, onde vamos construir 61 unidades, condomínio fechado e um outro terreno na zona norte, Tucuruvi, que dará em torno de 80 unidades, temos 1.600 cooperados, um programa de oito anos onde vamos arrecadando, construindo e entregando, ou seja, em oito anos os últimos 50 cooperados estarão recebendo suas unidades quitadas. Esse programa comporta até 4.000 unidades.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Estamos lembrando aqui, se os sindicatos, com a experiência do Uruguai, entrassem nessa batalha, como estão fazendo essa experiência agora, é uma força muito grande para o movimento popular, porque os sindicatos têm uma certa estrutura. As entidades que estão avançando hoje nos mutirões é porque tiveram que constituir essa estrutura. E a última, o Sindicato dos Ferroviários, talvez o Calazans saiba melhor, a última vez que usaram devidamente o Fundo de Garantia em São Paulo, foi o Sindicato dos Ferroviários, que construiu aquele prédio que tem no fim da Av. 9 de Julho, Av. São Gabriel, que foi a utilização do Fundo de Garantia, mas o sindicato dos ferroviários organizou uma cooperativa conseguiu dinheiro do fundo e hoje as cooperativas que estão sendo iniciadas nos sindicatos estão fazendo com recursos próprios, mas cadê o Fundo de Garantia? Como é que nós vamos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	689	do Proc
N.º	476	de 19 95
Funcionário		



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário
G9	3	morg.	CE Habitação	30.11.95		

cavar esse dinheiro do Fundo 1 que é dos trabalhadores ? Então, é uma questão para se aprofundar, porque no Uruguai o movimento de moradia tem crescido muito porque tem a força das cooperativas organizadas nos sindicatos e eles têm o investimento do governo para as cooperativas, não fica só com a força do movimento popular sindical. Vai falar agora a Edileusa Francisca da Silva, da Unificação de lutas de cortiços.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

P. n.º 690 do P. n.º
N.º 46 da 13ª S.
O. Funcionário
-- COM. APARTE --

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
G11	1	Marcelo	C.E. Habitação	30.11.95	

~~Marcelo~~. Depois dela é o Messias José da Silva, do ~~Marxista~~ Movimento de Favelas e depois é a Lucy Valente, do Fórum dos Militantes.

A SRA. EDILEUSA FRANCISCA DA SILVA - Desde já, em nome do movimento de cortiço, eu ~~por~~ quero agradecer a este grupo que além de dar uma oportunidade, também vai estar nos ajudando a estar amanhando com mais clareza e conseguindo alguma coisa.

O Movimento de Cortiço ainda é um ~~maximista~~ movimento pequeno devido ao número de moradores de cortiço que tem na Cidade de São Paulo. Mas a gente já se organiza há mais ou menos 15 anos. Durante este tempo tivemos algumas conquistas, muito poucas ainda. Começamos no Governo Mario Covas, quando estava na Prefeitura, começamos com um mutirão que era a Prefeitura quem administrava. Daí para a frente fomos andando, a luta foi crescendo e na administração anterior, do PT, nós conseguimos avançar mais, com ~~a~~ a vontade que tinha a administração da Prefeitura. De cinco anos para cá, como o grupo estava pequeno, vários grupos mesclados pela cidade, pela ~~xxxx~~ região central, Brás, Moóca, Ipiranga, nós decidimos estar unificando esses grupos. Crescendo esses grupos a luta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 691 do Proc.
n.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	2	Marcelo	C.E. Habitação	30.11.95		

ficava maior, cresciam as reivindicações e a ~~grrr~~ gente ficava mais forte. Daí nasceu a Unificação das Lutas dos Cortiços.

Estamos numa batalha, a nível municipal, que começamos na administração do PT e que foi paralisada com a administração atual, do Sr. Maluf. Com essa unificação nós podemos ter algumas vitórias, tendo em vista que o movimento cresceu, foi se fortificando, conseguimos algumas vitórias com os projetos pilotos no centro da cidade, que é na Celso Garcia. Temos o mutirão da Celso Garcia, que era onde tinha vários cortiços, uma concentração de cortiços e que foi desapropriado.

Temos um trabalho, um mutirão que foi inaugurado agora, no ~~qrr~~ último sábado, no dia 25, na Moóca, na rua Madre de Deus. Estamos continuando com essa luta e já temos algumas indicações de projetos, e prontos esboços e de projetos e estamos discutindo a nível de Governo Estadual. Até hoje não conseguimos nada, a nível de cortiço, do Governo Estadual. Temos uma batalha ~~muito~~ muito grande.

O que queremos para os moradores de cortiço, para esses trabalhadores que moram na zona rural, não é um projeto, um programa para 50 famílias beneficiadas, daqui um ano mais 30 e depois mais 30. Não é isso. O que queremos é uma política de habitação para essas pessoas que moram em cortiço. Com essa política quem vai ser favorecido não são só



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 16921 do Proc.

N.º 400 de 1995

O Funcionário

CONT. ZAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ZAPARTE
G11	3	Marcelo	C.E. Habitação	30.11.95		

esses trabalhadores que estão morando nessa ~~mk~~ situação sub-humana. Quem também vai ser favorecido com essa política, com essa mudança, ~~xxxxxx~~ vão ser também os governos porque ao invés de estar levando o trabalhador para a periferia, como é uma proposta deles, depois de muita reivindicação eles nos fazem essa proposta, esse trabalhador continuando na cidade vai economizar tempo, porque no transporte gasta, no mínimo, quatro horas para ir para Guaianazes, para São Miguel, com esse tempo ele está economizando dinheiro de condução e está economizando mais tempo que pode ser usado até para ~~xxx~~ trabalhar mais e dar mais mão-de-obra. Com isso também economiza todo trabalho da infra-estrutura, porque aqui na cidade, morando no mesmo ~~x~~ espaço, a gente já tem creche, já tem escola, já tem condução, tudo isso é uma diminuição de gastos para o Poder Público.

Ainda há mais: a cidade vai mudar esse aspecto de casarões feios, que só aparecem com uma portinhola na frente e lá para dentro dá até medo de entrar, vai mudar ~~xxxxxxxx~~ totalmente esse retrato da cidade, modificando o retrato da cidade quem vai ganhar não é só esse trabalhador que está nesse cortiço ou que vai para a periferia, também toda cidade, todos os governos vão estar ganhando com tudo isso.

A proposta que temos é que haja uma política de habitação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1693 do Proc.
N.º 446 de 19 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G11	4	Marcelo	C.E. Habitação	30.11.95		

e uma política específica para os moradores de cortiço. A maioria deles não são nem de São Paulo, são nordestinos, de Minas, da Paraíba, ~~xxx~~ são pessoas que foram expulsas das suas cidades porque não tinham condições de morar, condições de trabalhar. Quando chegam na cidade grande, com expectativa bem diferente e vão enfrentar uma situação sub-humana, porque por muito que eles trabalhem, mesmo trabalhando mais de 12 horas por dia, como é o caso de muitas pessoas, eles não ~~conseguem~~ conseguem uma moradia decente. Para nós veio essa proposta, que é a construção do mutirão, mutirão com autogestão, *que a gente* ~~que a gente~~

~~que a gente~~

~~que a gente~~

da família que mora.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 694 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE
G12	1	Paula	CE-habitação	30.11.95		

trabalha mais durante todo o período da construção, mas barateia o custo da casa para estarmos pagando no final, mudando toda essa situação, toda essa estrutura da família que mora no cortiço. Acho que é por aí. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Mertins) - Muito obrigada, Edileuza . O Vereador Vital Nolasco tem um compromisso na zona sul. Então, vai usar a palavra antes do Messias.

O SR. VITAL NOLASCO - Está havendo uma manifestação na zona sul contra as mudanças nas escolas e tenho que ir para lá. O que eu tenho a dizer é o seguinte, primeiro, quero cumprimentar os companheiros que se encontram aqui e essa iniciativa da Comissão de estar dando oportunidade para não só estarmos aqui analisando e ouvindo as opiniões dos técnicos e das autoridades a cerca do problema da habitação e também dar oportunidade àqueles que são mais interessados, que têm lutado pela habitação popular na cidade de São Paulo.

Só quero dar um dado que acho que temos que analisar e ver que o Governo, quer seja o Governo Federal, o Governo Estadual ou Municipal, não têm priorizado , de fato, as questões sociais,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	2	Paula	CE-habitação	30.11.95	Nolasco	

aquilo que diz respeito ao povo brasileiro. Recentemente, vimos pela imprensa que devido a crise nos bancos, particularmente o Banco Nacional, o Governo Federal, através do Banco Central, injetou, para salvar o Banco Nacional e a família Magalhães Pinto, cerca de 4 bilhões de reais. Se fizermos uma conta simples, esses 4 bilhões de reais dariam, - estava aqui perguntando para o Vereador Zenas Pires, o preço dos apartamentos do Cingapura hoje na cidade de São Paulo estão em torno de 10 mil reais - para construir 500 mil apartamentos do Cingapura. Se não resolvesse o problema de moradia em São Paulo, pelo menos 1/3 da habitação na cidade de São Paulo estaria resolvido. E, no entanto, o Governo Federal pega o dinheiro e entrega para os banqueiros para poder salvar a situação dos banqueiros.

Fiz questão de pegar esse exemplo porque penso que isso é uma indignidade que se pratica contra o povo brasileiro. Acho que a par desse exemplo, temos que sair denunciando. Quando nos disserem que não têm recursos para usar na moradia popular, para usar na saúde, é mentira porque tem recursos para ajudar os banqueiros. Quer dizer, é muito dinheiro. Para termos uma idéia é quase toda a arrecadação do município de São Paulo. São Paulo arrecada por impostos diretos em torno de ~~3,5~~ 3,5 bilhões de reais. Quer dizer, a arrecada-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 696 do Proc.
N.º 46 do 19 95
Orador Funcionário
COM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário
G12	3	Paula	CE-habitação	30.11.95	Nolasco	

ção de São Paulo durante um ano é em torno de 5 bilhões de reais, O Governo Federal pega 4 bilhões e em uma semana dá aos proprietários do Banco Nacional para salvar um banco. Já tinha feito isso com o Banco Econômico e pretende fazer isso com outros bancos para poder salvar o sistema bancário nacional. Os bancos são aqueles que sempre tiveram lucros. Quer dizer, quem teve mais lucro no Brasil nos últimos tempos, quer através do planos, na era Collor e mesmo agora são os banqueiros, com inflação ou sem inflação eles sempre tiveram lucro, e lucros cada vez maiores. No entanto, o Governo que não tem dinheiro para moradia tem dinheiro para atender os banqueiros. Isso demonstra que o Governo e essas classes que estão mandando no Brasil ~~em~~ perderam qualquer compromisso, qualquer política com o nosso povo. De fato, o único compromisso deles é com os banqueiros tanto nacionais como internacionais, é com o capital financeiro. Eles não têm mais compromisso com o nosso país, com a nossa nação.

Quero deixar essa ~~em~~ reflexão porque de fato, como disse o Jamil, ~~quando~~ que nós temos que mudar a orientação política do Brasil, tirar essas forças que estão governando o País para colocar outras forças, trabalhadores, progressistas, para que possamos ter uma política que atenda com interesses populares e não atendendo os interesses dos banqueiros e das multinacionais. Era isso. (Palmas)



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUÁRIO	COF. APARTE
G12 4		Paula	CE-habitação	30.11.95	Pres.	

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Obrigada, Vital*

Nolasco. Tem a palavra o companheiro Messias José da Silva, que vai resgatar um pouco a história da luta das favelas e mostrar um pouco como isso se deu. Ficamos muito satisfeitos dele ter vindo. Ele precisou negociar no trabalho dele para poder vir.

O SR. MESSIAS JOSÉ DA SILVA - Quero dizer bom dia

a todos e dizer que fico feliz por poder participar deste momento, das lutas do Movimento e, mais especialmente, do mandato da Vereadora Ana Martins. #

Quero falar um pouco dessa situação. Parece que estamos vivendo os mesmos dias de 1978, 1979 em que o Movimento se rearticulava. As reuniões ~~eram~~ eram pequenas, com poucas pessoas. Estamos nesse mesmo pé. O que houve é uma história muito comprida para dizer porque o refluxo alcançou esse ponto. Mas, no final do Governo Militar havia muita dificuldade de se reunir, de convidar o povo, de reunir o povo, mas tínhamos um discurso que agregava as pessoas. Fazer um discurso permanentemente técnico, político, não agrega, não soma, não traz. Isso está faltando no Movimento.

O Movimento partia primordialmente da sua necessidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 698 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CÓD. APARTE
GL3	1	beth	habitação	30.11.95		

Isso está faltando ao movimento, O movimento partiu primordialmente da sua necessidade, faltava casa, era uma situação difícil para as favelas. Não tinha água, não tinha luz e era muito mais fácil mobilizar porque o pessoal não tinha nada da sua história, não tinha nada na sua vida. Era mais ~~extremamente~~ fácil. À medida em que as conquistas foram se somando o refluxo veio e o movimento hoje está do jeito que está. Outro componente que a gente vê hoje é que essas reuniões precisam voltar a ser feitas lá. Foi fazendo reuniões lá que a gente levantou o problema nas escolas, nas igrejas, nas sedes das associações. Não importa se hoje reunimos 5, 10, 15 pessoas. Também naquele tempo a gente começou a reunir 5, 10, 15 pessoas. A articulação política que naquele tempo nos levou a essa organização precisa voltar a ser feita. Nenhum movimento popular em país nenhum surgiu de si mesmo, senão com o empurrão das forças políticas que atuam nesse país e que é legítimo que assim seja. Que essas forças políticas precisam voltar a promover essas reuniões em cima de uma discussão a partir das necessidades que o nosso povo está vivendo. Sou presidente da associação da favela onde moro. Sei da dificuldade que tenho em reunir o meu pessoal. Pode convidar para no final de semana para discutir coisas do mais alto interesse e se conseguem reunir poucas pessoas porque esse discurso acerca da necessidade do povo saiu da televisão, saiu dos jornais, saiu das praças, os dirigentes políticos progressistas desse país precisam voltar às praças, precisam voltar às feiras, precisam voltar às escolas para mobilizar esse negócio. Senão, toda essa discussão, todo esse negócio essas propostas são engolidas pelos projetos que nascem de lá para cá. Esta é uma reali-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º **699** do Proc.
N.º **46** de 19 **75**
GRAD. Princípio COM. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRAD. Princípio	COM. PARTE
GL3 2		beth	habitação	30.11.95		

dade viva, é um componente político ativo que estamos vendo acontecer. Hoje venho representar. Pouco represento a mão ser a favela onde moro. O movimento de favelas deu uma grande contribuição de acordo com as minhas forças. Mas o movimento de favelas e o movimento de cortiços. Preciso dizer o outro movimento que está surgindo agora porque as favelas estão começando a ser encortigadas. Os quintais das favelas estão se encortigando. Vamos criar outro movimento? Até que se resolvam os problemas? Será que vai ser necessário? Os quintais comprados, lotes de 10 x 25, lotes regulares com escritura e tudo na periferia estão se encortigando. Vai ter que fazer o movimento dos cortiços dos quintais? Quantos movimentos serão necessários aparecerem para voltarmos a fazer reuniões nas periferias? É necessário, Ana, que essa comissão de habitação proponha urgentemente, a partir das forças políticas que formam ela e que conseguiu agregar durante esses tempos de discurso começar a palmilhar na Cidade, uma estratégia da cidade de refazer essas reuniões na periferia. Mas hoje vejo com grande tristeza que estamos impotentes. Fico feliz quando o Vereador diz que vai sair para um evento contra esse negócio da escola. As escolas vão deixar de ser um equipamento do bairro com essa mudança. Não vamos mais ter o direito de chegar na diretora e dizer, vamos reunir porque eu moro no Jardim Robru mas a minha filha estuda no Jardim Nazaré. Quem é a direção das escolas? A gente queria fazer uma reunião hoje, juntaríamos todos os pais do Jardim Robru e a diretora, nós iríamos lá, porque são todos os pais da escola, do bairro. Mas os estudantes que vão estudar nas escolas do Jardim Robru não são todos do Jardim Robru. O Governo está confiscando da comunidade o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 100 do Proc.

N.º 116 de 1975

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	COMPARTILHADO
613	3	beth	habitação	30.11.95			

equipamento. É uma forma solerte de atender alguns intelectuais que tem orgãos. Genocidas esses intelectuais bestas que fazem uns testes com a gente. Viramos cobaias para esse ninho de promiscuidade que está crescendo nas favelas, nos quintais de terrenos pagos e com escritura. Não estou falando disso em prédios onde ninguém tem nada. Não. Estou falando de cortiços em Quintais, em terrenos pagos e ~~com~~ com escrituras. É um ninho de promiscuidade que está gerando filhos e filhas que vão ser o quê? Doutores? Ou elementos vítimas de uma sociedade de consumo que cada dia mais cresce. Essa é uma situação real. Queria trazer antes que um resgate da história do movimento esse anúncio. Estou morando lá, vivo lá e estou vivendo essa dificuldade. A Ana mora nas proximidades da Favela do Jardim Cotinha onde há esse fenômeno. Está surgindo.■

~~_____ (assinatura)~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 701 do Proc.
N.º 46 de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT.	APARTE
G14	1	Norma	C.E.Habitação	30.11.95				

A Ana sabe dessa história, foi uma das professoras do movimento popular que está o Calazans também, um dos elementos que contribuiu com a politização do movimento, e esses homens, nós do movimento estamos convocando, estamos pedindo socorro a vocês, precisam ir para a periferia nos ajudar a se organizar, precisamos dessa força, porque, meus amigos, essa situação não pode durar muito tempo, vai aprofundar a tal ponto que estamos confessando aqui ao companheiro Nivaldo, ao companheiro Vital Nolasco, vai explodir agora, daqui a pouco, não tem mais condições da gente continuar. Eu tenho cinco filhas, quatro filhas e um filho, duas vão casar e vão ter de morar no meu quintal.

A SRA. ANA MARTINS - Messias, só na zona leste, em dez dias, chegou a demanda, em meu gabinete, de sete atos dos jovens contra essa reforma, eu estive em cinco; agora, pena que não tem ninguém aqui do PSDB, teve um ato da Saúde, sábado, no hospital do Itaim; quando na minha fala eu usei 70% na questão da Saúde, que é a luta pela retomada do Hospital, e 30% eu falei da questão da Educação, o senhor - e ~~eu~~ vou citar aqui porque é denúncia - o Sr. Líder do Governador, Walter Feldmann censurou minha fala dizendo que eu não podia ali falar de Educação, que não podia misturar as coisas.

É que a concepção é atrasada, querem que o povo pensa nas coisas setorializadas, estão vendo? Então, eu dizia ao Messias, que é ~~uma~~ importante essa questão que ele está levantando. Nós não queremos que ninguém fale de moradia separadamente de educação.

O SR. MESSIAS - Não é mais possível falar de moradia sem a parte de Educação e Saúde. São coisas ali, juntas, a bandeira de lu-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
G14	2	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

luta do movimento de favelas sempre foi essa, nós queremos escola, creche, posto de saúde e as nossas casas, tudo pertinho, mais bem pertinho mesmo, é só atravessar a rua e entrar, nós não queremos esse negócio de andar dois quilômetros para ir para a escola e nem estar estudando para ir no posto de saúde, nós queremos tudo perto de nossa casa porque nós temos direito - não é porque nós sonhamos, é porque nós temos direito a isso.

Agora, essas coisas, Ana, só fluem se as forças políticas acontecerem. Agora, desde 1982 nós escrevemos uma história, uma breve história, estamos deixando com a Ana, e dissemos, há muito tempo, desde 1982, - as forças políticas dividiram-se e começaram a pulverizar o movimento, e até hoje, desvairadamente, continuam pulverizando-se cada dia mais, não conseguem se sensibilizar para os nossos sentimentos, como se nós tivéssemos de optar por esse ou por aquele partido político, agora e já. Nós precisamos optar pelo resgate do nosso direito de sobrevivência, e nós temos de contar com a união de vocês, se vocês não estiverem unidos, nós vamos perecer, com certeza, com certeza. Impõe-se às forças políticas progressistas deste país uma união, impõe-se!

Não é uma opção, as forças políticas progressistas não têm a opção de dizer - não, poderei, dependendo, não, nada disso! Vocês serão responsáveis também se essa união não vier. Nós não temos dúvida nenhuma de que só poderemos dar passos firmes se essas forças políticas se juntarem, não é?

Então, companheiros, também eu acho, Ana, e quero dizer por



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 303 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
GRADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
G14	3	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

fim, uma das maiores bandeiras do movimento de favelas de São Paulo, apesar de ser um movimento urbano, foi a bandeira da Reforma Agrária. Podem construir casa à vontade, mais gente vai continuar vindo para cá, não vai caber todo mundo - não vai caber todo mundo.

Por isso o movimento urbano precisa se solidarizar com o movimento dos sem-terra, o movimento que luta por reforma agrária, e urgente. Se o negócio é que a história marcha para que as pessoas morem em metrópoles, então vamos tirar um movimento para metropolizar todas as cidades do interior, porque precisa ficar lá - precisa que a Reforma Agrária dê jeito, dê certo, precisa - e eu acho, Ana, que no começo do ano que vem precisa fazer um grande congresso de movimentos de luta por moradia e o movimento dos sem-terra, encher o Morumbi, encher as praças, fazer junto esse grande congresso, esse grande movimento de luta, porque é tudo por terra, por casa, tudo por um jeito melhor de ~~viver~~ viver e de morar neste país.

Nós, aflitos, porque não temos força para reponder, mas desde o dia 21 de outubro de 1989, quando decidimos - vamos invadir a área do Jardim Robru, invadimos toda a pessoa, para se inscrever, para participar daquela invasão, tinha que ter pelo menos 500 blocos, - mas a favela vai ter 500 blocos? - Se você não tiver bloco, você não contrói.

Aí a Prefeitura, depois da primeira invasão, mais 200 famílias invadiram, resolveu construir lá um barracos para remover umas pessoas, comprou madeira, a gente foi num depósito, depois que a Prefeitura pagou, - troca essa madeira por bloco.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 7043 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	4	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

Se o movimento não começar a ousar fazer coisas inusitadas, fazer coisas que não foram feitas ainda - vamos propor, nós temos de fazer essas propostas mesmo, que a companheira fez, que o Aírton fez, que o Agostinho Míez, que o companheiro do movimento de luta por moradia fez, todas essas propostas são importantes que continuem sendo feitas, mas é preciso inusitar e ousar porque, olha, amigos, lá na minha terra, eu sou nordestino, nos tempos de meu pai, tinha um negócio interessante na sala de nossas casas, que era o lugar que se colocava o chapéu, se alguém chegasse na casa do outro e o chapéu não estivesse ali, pode voltar que o dono, o homem da casa não está, mas se o homem da casa estivesse o chapéu estava lá.

Esse movimento precisa deixar a bandeira dele assim, para todo mundo saber que não morreu. Mas está em refluxo, essa é a realidade, e precisa urgentemente fazer reuniões assim, ~~que não sejam apenas reuniões de~~

~~para discutir o programa político, mas reuniões para discutir o programa político~~

~~que não sejam apenas reuniões de discussão, mas reuniões para discutir o programa político~~

~~que não sejam apenas reuniões de discussão, mas reuniões para discutir o programa político~~

~~que não sejam apenas reuniões de discussão, mas reuniões para discutir o programa político~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	GRADUADOR
G15	1	ANA	Com. Habita.	30.11.95	

onde os compenheiros têm os cortiços, onde os companheiros têm a favela, nas escolas, partir para reunir de novo; fazer o que a gente fez no final do Regime Militar senão eles vão nos sufocar com todos os prajetos de cima para baixo. Obrigado. (Palmas)

A SRA. ANA MARTINS - Chegou o nobre Vereador Henrique Pacheco que é o relator da Comissão tem participado de todas as reuniões da Comissão. Vamos passar a palavra, em seguida.

Eu sei que o tempo do Mesquita foi pouco, mas algumas coisas da minha vida, de assistente social, ligada ao movimento de luta do povo, me chamou a atenção. Em 1978, quando foi iniciado o trabalho de favela, na zona leste, o Messias foi um que começou seu trabalho. Aquelas manifestações de 5.000, 6.000 pessoas, que iam até o Prefeito lutar pela água, pela luz, pela urbanização... não era o Messias só, eram 20 a 25 lideranças que compreenderam que valia a pena lutar. Quando o Poder Público começou a ver. Quando se pressiona muito o Poder Público começa a abrir mão de alguma coisa. O que foi o passo que o movimento deu? Vinha a assistente social... Eu não era assistente social na Prefeitura, eu era educadora de adultos. Mas vi assistente social fazer ficha das famílias que estavam em barracos podres, do Cotinha, da Ponte Rasa, do Roblu, da Vila União. Eram 15 a 20 favelas que conseguiram que as assistentes sociais fossem lá. Como o barraco era muito podre, ela fazia uma ficha para poder arrumar uma ajuda, para transformar a tábuas podre em madeirite. O movimento rapidamente reunir, analisou e disse: "Ninguém compra mais madeirite." São palavras de ordem que o movimento popular dá. "Vamos comprar bloco." Onde deu problema? No depósito. O comércio não queria

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

 Folha n.º 706 do 2.º
 No 46 de 1995
 O funcionário


RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL5	2	ANA	Com.Habit.	30.11.95		

fazer aquilo, que a turma fazia. Ia lá e pegava os comerciantes mais sensíveis e eles — vou dizer em público — punham na nota madeirite, mas ia bloco e ia cimento. O movimento popular precisa ter aliadas, porque a Prefeitura não permitia. Eu me lembro de uma vez, e acho que o Messias nem sabe, a supervisora disse: "Acho que vão prender o Messias." Porque o Messias ajudava a turma a fazer isso. Então, vejam, quando quer avançar, ajudar a vida do povo aí precisa prender, precisa controlar.

Eu queria resgatar isso: hoje existem casas de alvenaria nas favelas, existem inúmeras favelas em condições de urbanizar e de dizer para o povo: fique aí e está na hora de vocês terem a regularização. Só não tem isso porque ganhou um Prefeito que não tem cabeça disso e que retirou da Câmara o projeto que as lideranças trabalharam durante três anos, o projeto de lei da desafetação e urbanização, e até hoje não mandou de volta. Aqui na Câmara existem alguns projetos de leis e leis que ajudariam o que Campinhas já fez há 15 anos; Santo André já fez, Diadema já fez, que é regularizar nas áreas onde é possível as condições de moradia, e urbaniza o resto: tira dali e põe em conjunto habitacional. Isso é urbanizar as favelas.

~~Exatamente~~ Eu tenho um projeto que ajudaria que é regularização das áreas de interesse social. O prefeito vetou, a Câmara derrubou e a Presidência ainda não sancionou. Então, vejam: seguram em todos os cantos. Até ajudaria o Maluf, esse projeto. Eu não queria ajudar o Maluf, não, porque meu objetivo foi ir ao encontro dos que ocuparam área, mas ajudaria até a desafetação do Cingapura, que o Prefeito vai ter que mandar um por um para a Câmara, porque a lei recolheu e não voltou para a Câmara mais. A lei da regularização e desafetação de todas as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 3707 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G15	3	ANA	Com.Habit.	30.11.95		

áreas que estão ocupadas e que têm condições de moradia.

Por isso temos que continuar debatendo e também tirar algumas propostas desta Comissão, de continuidade. Acho que o Messias levantou algumas. Nós poderíamos dar continuidade, talvez levando esse debate uma vez por mês, programando na Cidade toda. E os Vereadores que "toparem", nós começaríamos a partir de janeiro, porque fim de dezembro é mais problemático. Tiraríamos uma comissão para fazer isso: dar continuidade. E nas regiões, programaríamos, envolveríamos todas as propostas, oito ou dez regiões. Acho que foi uma ótima proposta.

Eu gosto que ajudem os Vereadores a irem ver o que o povo vive. Ir lá ouvir, ir lá discutir, é ir lá, porque tem muito Vereador que também veio da vida pobre do povo; só que não é muito fácil ele voltar. Ele veio de lá, mas o duro é fazer voltar, porque escapa um pouco depois que se elege. É isso.

Vai falar agora Luci Valente do Fórum dos Mutirões.

A SRA. LUCI VALENTE - Quero agradecer ao convite e dizer que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 708 de Proc.
N.º 176 de 1995
O Funcionário
PRADOR CONTZAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
G16	1	regina	com.habitação	30.11.95	

A Vereadora Ana Martins está de parabéns, o Vereador Zenas Pires e também o Vereador Henrique Pacheco e os outros vereadores que fazem parte desta comissão que pode ser o início, a sementinha de um movimento mais a plo na cidade de São Paulo.

Para falar do fórum dos mutirões eu teria de começar lá de 1992, que foi a primeira reunião que algumas associações fizeram no dia 13 de dezembro de 1992, no mutirão do casarão da Celso Garcia que é um projeto piloto de cortiço para começar a conversar sobre o que seria a história dos mutirões na administração seguinte. Na Administração anterior a gente sabia que havia todo o apoio do Partido dos Trabalhadores e Prefeita Luiza Erundina na conquista desse passo de avanço da população em direção da autogestão e do mutirão. São 106 convênios assinados na Administração passada; desses, 84 se encontravam em andamento na passagem de Administração e 22 já estavam concluídos o com o povo morando. Começamos a conversar. Inicialmente não havia propostas da Administração mas no ano de 93 ainda foram liberados 13 cheques para as 13 associações darem continuidade aos trabalhos. Quando chegou em novembro de 93, tivemos a surpresa de ver pedida uma auditoria em todos os mutirões e o motivo alegado é que havia suspeita de desvio de verbas. Em janeiro de 94 as associações começaram a reapresentar toda a papelada em módulos novos com retrocesso à data de assinatura do convênio. Há alguns casos que são três anos, o meu caso específico três anos e começamos a fazer um trabalho maluco de correr atrás de papel, notinha vermelha, amarela, não sei o que, e entregar tudo na Secretaria de Habitação. Quando foi em maio de 94, mais preci-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 709 do Proc.
N.º 446 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
GL6	2	regina	com.habit.	30.11.95		

samente em 3.5.94, essas associações que já vinham se reunindo e enfrentando esse problema, conseguiram uma plenária no TCM com o movimento, Tribunal e Secretário de Habitação. Nesse dia formou-se a comissão de negociação: uma pessoa por região, 3 regiões, 6 pessoas. Em junho de 94 a comissão começou a assentar com a comissão dos auditores do TCM e começou a acompanhar esses julgamentos. Em julho de 94 percebemos que havia uma má vontade de Hab de levar os papéis para o TCM, então a comissão começou a sentar com a Hab, contabilidade e arrancar de lá os papéis. Em agosto de 94 também começamos a sentar com os Conselheiros. Saía dos auditores e ia para as mãos dos Conselheiros e de lá parava. Começamos a conversar com os Conselheiros através dos vereadores. O Vereador Henrique Pacheco nos acompanhou muitas vezes, assim como o Vereador Arselino Tatto e tivemos um progresso aí. Começamos a convencer os Conselheiros da nossa briga, da nossa luta, convidá-los para ver os mutirões. O Conselheiro Paulo Planet Buarque foi visitar um mutirão, o Conselheiro Caruso também. E continuamos a briga. Quando chegou outubro houve necessidade de se fazer um ato maior onde entravam todos os mutirantes, o que fizemos no dia 10 de outubro de 94. No dia 11 foram liberados 10 cheques, para 10 associações. E conseguimos o espaço de sentar com o Secretário de Habitação uma vez por mês, porque já não era mais suficiente nem a Hab contabilidade, nem o Tribunal de Contas e nem os Conselheiros. Aí vinha a vontade política de soltar o cheque e continuar o mutirão. Conseguimos nesse dia do ato marcar reunião com o Secretário para o dia 20 de outubro de 94. De lá para cá continuamos nessa briga, nessa luta, a comissão indo no TCM, em Hab e sentando com o Secretário. Por volta de março de 95 o Secretário deixou de nos rece-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
GL6	3	regina XXXXXX	com.habit.	30.11.95		

ber, mandava sempre um assessor que não resolvia nada. Então, neste ano de 95 o movimento precisou faazer 3 atos, 3 vezes ir com a população para a rua, todos os mutirantes, no dia 7 de março, 22 de agosto e 23 de novembro de 95. Juntando aas últimas esperanças e últimas forças fomos para as ruas com os mutirantes e conseguimos agora, depois dessa pressão toda, ontem saíram 3 cheques que se somam totalizando 19 ~~xxx~~ até agora desde agosto. Então, 6 em agosto, 4 em outubro, 6res no começo do mês e mais 6 ontem. Então, essa é a condição e essas são as táticaas do Fórum dos Mutirões.

O Fórum dos Mutirões é naada mais nada menos do que a atuação conforme as necessidades. O pessoal está desesperado, não tem outro meio, tem de se juntar e conforme aas necessidades vamos indo de uma instância para outra. Fiz até um cartaz e deixei uma linha em branco porque provavelmente teremos alguma instância para ir depois do Secretário de Habitação. Quanto aos resultados, temos 89 associações que já reapresentaram as suas contas, dos 106 convênios em Hab. Temos 57 associações enviadas ao Tribunal de Contas, 39 auditadas, julgaadas e aprovadas, 2 ainda em julgamento, 15 em auditoria, 3 indeferidas, eram projetos de cortiço, 28 em análise em Hab contabilidade, 17 ainda não marcaram de entregar as contas, mas já estão providenciando, daquelas que já estão morando, e 19 receberam cheque neste ano.

Quando à questão do custo, e muitos dizem que é muito caro e evidentemente vai ficar mais caaro com a paráda, evidentemente vai ter um custo maior, mas, em média, os apartamentos construídos em mutirão, o menor, com 32 metros quadrados e o maior 60 metros quadrados. O custo desses apartamentos, estou ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 712 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CORT. APARTE
GL7	1	valéria	com.habit.	30.11.95		

falando de 60 metros, é de 7-11 mil reais. As casas, a menor com 51m² e a maior por volta de 70m². Esses sobradinhos ou casas sobrepostas estão saindo por 6-7mil reais. Então, esse é o custo que temos no processo de mutirão e sai mais barato por conta da mão-de-obra gratuita dos mutirantes nos finais de semana.

Essa é a história do Fórum que se criou através da necessidade das associações de fazer um enfrenta mento com esta Administração que não tem nenhum interesse de servir com o dinheiro público, que não é dele, à população carente, a idéia mais barata ou uma idéia que dá certo mas que era do PT e da Luiza Erundina. Então, essa é a história do Fórum dos Mutirões. (Palmas).

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada, Luci. Dos que hoje estão na mesa o que vão fazer uso da palavra temos duas pessoas e já temos 6 inscritos. Então, gostaríamos que usassem o tempo determinado. O Padre Guilherme está precisando sair porque hoje vai haver uma homenagem ao D. Paulo no Palácio Bandeirantes pede licença a todos para que use a palavra, também em respeito do o esforço que fez de estar sempre presente em nossos encontros, ajudando a fazer essa unidade que precisamos tanto.

O SR. GUILHERME - Vou tentar ser telegráfico. Agradeço pela oportunidade de falar e partilhar um pouco com vocês. Primeiro, os parabéns sinceros à Vereadora Ana Martins e Vereadores Henrique Pacheco e Zenas Pires, com o qual não temos tanta amizade mas que é muito bom estar apoiando essa nossa luta e outros que participaram,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 93 do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
GL7	2	valéria	com.habit.	30.11.95	

como Vital Nolasco e outros que tiveram de sair. É importante dar continuidade ao movimento, mas temos de pensar como. A gente sabe que muito foi dito, o Calazans sanotou tudo, e está sendo gravado, e não podemos perder isso tudo, mas temos de medir prudencialmente de quando em quando, porque há muitos outros fóruns e não queremos simplesmente multiplicar só para dizer que temos um fórum aqui. É importante que a Câmara Municipal de São Paulo tenha um fórum também, então podem sempre contar com minha presença e meu apoio.

Quero dizer alguma coisa sobre a Pastoral da Moradia. Não vou repetir o que já foi falado. A Irmã Maria e Irmã Aline estão aqui e poderiam falar, mas falo em poucas palavras. Primeiro, a Pastoral da Moradia não é um movimento de moradia, é diferente. Nosso papel é o de apoiar os movimentos de maneira visível, concreta e também de maneira crítica às vezes, levantando que as ferramentas às vezes são importantes do ponto de vista do evangelho que é o nosso ponto de partida, a fé. Nós concentramos mais na área de cortiços e favelas que são os mais carentes, junto com os outros aspectos e grupos organizados como os mutirões, os sem-terra, povo da rua e assim por diante, mas estamos tentando dar uma presença efetiva mais forte no meio dos cortiçados, junto com ULC, Fórum dos Cortiços da Leste, etc. O GG está aqui para confirmar ou desmentir. O que a Igreja está fazendo apoiando os movimentos populares? Exatamente para mostrar que a Igreja que sempre esteve do outro lado, do lado do poder, do dinheiro, agora fez a opção de ficar do outro lado, do lado do povo, do lado daqueles que sofrem mais. O Maluf me convidou - inclusive saiu no "Diário Oficial" - para a comissão de habitação do uso de solo urbano



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 714 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	3	valéria	com.habit.	30.11.95		

e eu recusei. E quando participamos da primeira reunião com Maluf eu estava do outro lado, do lado do povo. Acho importante para jogar o peso ideológico, político e social da Igreja ao lado do povo, que é a grande maioria do país que não tem casa, não tem condições, não tem salário. E a Igreja, a meu ver, tem de estar do outro lado da mesa. Hoje estou desse lado, mas em nome do povo, ao lado da Luci e dos outros. Então, esse é o por que de estarmos nessa luta...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 4152 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	1	dalva	Habitação	30.11.95		

~~Primeiro, a situação da igreja, muitos padres e bispos dentro da~~
igreja ainda não entenderam. Mas estamos aí tentando explicar, e
brigar dentro da igreja também, porque é muito pouco presente a
igreja ao lado do povo.

Segundo, nós estamos com uma assessoria jurídica
pequena, mas muito bem capacitada, são três advogados e uma esta-
giária, gratuitamente servindo aos grupos coletivos, extamente
de cortiços e favelas que não podem pagar um advogado particular,
e todos os casos de luta ~~humana~~ de moradia envolvem questões ju-
rídicas como todos nós já sabemos. Então temos a ~~par~~ plantão duas
vezes por semana, terças e quintas a tarde na Praça da Sé. E ~~tem~~ tem
o núcleo de advocacia pública, que é um ~~gru~~ grupo de advogados,
juristas, professores, agentes de pastoral e lideranças do povo
que se reúnem mensalmente para aprofundar as questões mais deli-
cadas como cortiços, loteamentos clandestinos, Cingapura e com
isso l vantar alternativas diferentes para a legislação futura
inclusive em coordenação e articulação com a Câmara, Assembleia
Legislativa e outras entidades.

Terceiro, formação: nós temos um programa de
fomação, este ano foi meio fraco, mas o ano que vem estamos pre-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 716 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	2	dalva	Habitação	30.11.95		

parando um grande programa de formação a nível da cidade, em 36 núcleos de cortiços e favelas, e nós queremos que seja um avanço na preparação de lideranças novas com mais profundidade, com uma visão mais ampla dessa realidade, tanto espiritual como bíblico, como também político e social. Então vamos estar aqui colaborando nesta área, produzindo também recursos, inclusive já produzimos vários sobre Cingapura para ajudar o povo na base, repetir num outro ponto de vista, não ponto de vista oficial de Maluf, por exemplo no caso Cingapura, que só dá o lado bonito, e a gente ~~levantamos~~ levanta os outros lados e questionamentos. E finalmente nas áreas novas, esses outros fóruns que eu falei no ~~início~~ início, que estão existindo e nascendo, fórum do Cingapura, fórum dos cortiços, fórum de cidadania a nível ~~estadual~~ estadual, fórum estadual de reforma ~~urbana~~ urbana, e outros também. Então nossa presença, como também de outras da pastoral é uma tentativa de mostrar que a igreja não se interessa somente na habitação, na eterna lá no outro mundo, mas na habitação, na moradia, aqui e agora, nas favelas e nos cortiços dessa cidade. Então estamos aqui, e parabéns a todos vocês, e podem contar comigo no futuro. Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 717 de Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	3	dalva	Habitação	30.11.95		

A SRA. ANA MARTINS -

Parabéns ao Pa-

dre Guilherme pelo empenho, que sei que está há mais de 20 anos na luta, persistente, eu acho que isso nós temos que nos alimentar um com o outro, na persistência. Eu acho que o temada Campanha da Fraternidade no ano que vem vai ajudar, porque é fé e política.....

O SR. PADRE GUILHERME -

Mas é muito importan-

te, nós vamos ter uma série de debates, este programa de formação vai ~~xx~~ incluir também, nisso, a formação especificamente politica para que o povo realmente eleja pessoas que vão defender os interesses do povo, e não os interesses das outras classes que nunca pensaram ~~xxxx~~ neles.

A SRA. ANA MARTINS -

Só como sugestão, nós

também não gostaríamos de criar mais um fórum de jeito nenhum, não está na cabeça de ninguém, como dia 7 nós vamos fazer da sessão normal da Câmara, sessão especial, se não valeria a pena cada um pensar os que foram mais permanentes na comissão, que seria as propostas de continuidade, porque aí a assessoria ~~xxx~~ terá tempo de dar uma olhadinhax nas propostas- de quem falou, tudo is-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Febr. 1978
No. 476 de 1978
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G18	4	dalva	Habitação	30.11.95		

so, para resumir, e se no dia 15 nós nos reuníssemos às 14:00hs, e com isso a assessoria já prepararia todas as sugestões que apreceram já condensando e nos reuníssemos a 14:00hs antes da sessão para saber o que fazer.

Com a palavra o nobre Vereador Zenas Pires.

O SR. ZENAS PIRES - Nobre Vereadora Ana

Martins, nobre Vereador Henrique Pacheco, já esteve também aqui

o nobre Vereador Vital Nolasco

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 719 do Proc.
N.º 410 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADQR	COMP. APARTE
GL9	1	Raimundo	Habitação	30-12-95		

... eu queria, então, parabenizar a todos os senhores por esse bate papo desta Comissão de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo. Então, o que a gente percebe aqui é que todos nós estamos aprendendo alguma coisa que pode ser muito bom para todos nós. A Vereadora Ana Martins está de parabéns pela iniciativa e a gente vai vendo que à medida que a gente recebe informações, a medida que a gente fala alguma coisa e à medida que a gente escuta as coisas todos nós começamos a aprender que a gente tem que ser muito objetivo naquilo que a gente pretende. Eu acho que não adianta muito a gente discutir algumas coisas sem que a gente saiba aquilo que estamos querendo e para onde nós estamos indo, o que nós vamos fazer, o que nós precisamos atingir. E em toda conversa que a gente tem tido aqui nessa questão da habitação do Município de SP a gente vê que existem soluções para todas as dificuldades, existem soluções para todos os problemas. E a solução depende da nossa organização, da nossa consciência. E a gente acaba vendo que à medida que a gente vai discutindo e vai propondo as coisas a gente começa a ser ouvido se nessa nossa conversa, se nesse nosso bate papo existe alguma coisa ligado a seriedade. Então, a gente começa a ver que apesar das resistências que existem em todo o relacionamento humano à medida que vai se ficando claro que há seriedade na discussão do processo e qualquer processo, inclusive esse nos-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 720 do Proc.
N.º 116 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ZONT. APARTE
Gl9	2	Raimundo	habitação	30-11-95		

so aqui da habitação, a gente começa a ganhar espaço; acho que todos nós começamos a ganhar espaço. Eu acho que a nossa vida, a vida dos parlamentares começa a ficar mais fácil, a vida da comunidade começa a ficar mais fácil, então eu quero apelar aqui para que todos os senhores quando partir à para essas discussões, quando vocês estiverem interessados em movimentos como vocês estão nesse da habitação, que ele venha realmente revestido de muita seriedade e muita organização. Eu queria até dar meus parabéns à companheira Luci pela forma como colocou a questão, porque acho que é muito interessante; ao menino ali da Copometro, acho que precisa haver organização e seriedade, então havendo isso aí, Ano, sei que há um progresso bom. Acho que dá para a gente evoluir. A gente não vai falar aqui das propostas todas, porque foram várias e muitas boas. A gente estava ouvindo aqui a questão do Fundo de Garantia que é uma coisa muito interessante, talvez fosse o caso de inserir nessa proposta nossa, Ana, a possibilidade de começar a discutir um X% do fundo de garantia para a moradia popular no projeto mutirão talvez. Acho que se vocês acharem que é bom o nosso Relator aqui, o Vereador Henrique Pacheco, junto com a Rosa, juntar nessa discussão nossa uma proposta, olha, nós precisamos de X% dos depósitos do Fundo de Garantia para a habitação popular nos projetos de mutirões organizados. Estava aqui também conversando com a Vereadora Ana Martins



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

721
46
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Gl9	3	Raimundo	habitação	30-11-95		

e a gente falava que existe uma série de investimentos da PRAZONCS e que fazem os investimentos em áreas sérias, organizadas, acho que a gente poderia incluir esse movimento da habitação nos pleitos das ONGs. Acho que as ONGS(?) poderiam repassar recursos, não precisaria nem dar recursos dado como dão hoje, mas emprestar, porque ~~tem~~ tudo na nossa vida tem custo, a gente precisa comer, beber, vestir, dormir e para dormir precisa morar, então a habitação nossa também precisa ter um custo, um custo pequeno, a gente precisa incluir um custo da nossa vida particular e pessoal na moradia. E se as ONGs emprestam, se as instituições internacionais emprestarem dinheiro para esses movimentos sérios organizados não custa nada esses movimentos pagar isso a longo prazo, pagar baratinho 30, 40, 50, 60, 70 reais por mês, isso aí não custa, porque pode entrar no nosso custo de vida pessoal, particular de cada um de nós. Pode também ser discutido. Um outro detalhe muito interessante, ~~uma~~ meio assim para a área de investimento, no Orçamento do Estado de SP este ano nós vamos ter parece que 18 bilhões de reais, de 15 a 18 bilhões de receita corrente que vem do ICMS. Esse ICMS existe uma sonegação aí que deve girar, hoje, em torno de 50% ~~em~~ de sonegação de impostos em todos os sentidos no Brasil hoje, ~~kk~~ talvez seja mais, mas vamos falar em 50% no ICMS. E o Estado de SP tem um por cen-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 722 de Proc.
N.º 446 de 19 95
ORADOR Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
GL9	4	Raimundo	habitação	30-11-95		

to destinado à habitação, o pessoal da CDHU, da Secretaria de Habitação tem 1%. Então, imagina vocês que se houvesse um pouco de seriedade e um pouco de organização e nós já tivéssemos consciência disso, então provavelmente a CDHU e a Secretaria de Habitação receberiam qualquer coisa aí de 800 milhões, um bilhão de reais que seriam destinados para a habitação, e habitação popular, ~~segundo poderia também estudar~~

~~o problema de habitação e a organização do pessoal da habitação~~

~~para os serviços também...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 46 de 95
R.º 46 de 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADJUNTO
G20	1	Angela	Habitação	30.11.95		

A gente poderia, também, estudar se o Governo do Estado não estaria disposto a repassar uma parte desses recursos para o mutirão, que é um projeto bonito, um projeto que dá certo. Acho que a gente poderia trabalhar isso aí junto.

Gostaria, também, de colocar um outro detalhe importante, que todos nós sabemos, mas é bom falarmos para nos lembrarmos. Esse estouro que colocou aqui o Vereador Vital Nolasco, sobre o Banco Nacional, é produto da preguiça dos homens do Brasil, porque o Banco Nacional tem acesso a linhas de crédito baratas e sempre emprestou dinheiro muito caro para o empresariado brasileiro. O custo da produção nacional é altíssimo, é caríssimo. Hoje, estamos começando a descobrir, Vereadora Ana Martins, e nós, da comunidade precisamos saber disso, que uma infinidade de produtos vendidos aqui no Brasil lá fora ~~é vendida~~ é vendida por 1/3 ou 1/4 do preço ou até 1/5 do preço, apesar do salário lá fora ser alto, apesar dos impostos serem altos.

E por que acontece isso aqui? Acontece porque nós não estamos levando a coisa muito a sério — nós, políticos; nós, comunidade; nós, organização; nós, empresários; nós, governo — e se a gente não levar a coisa a sério a coisa vai piorar para o nosso lado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	729	do Proc.
N.º	46	de 19 98
O Funcionário		
COM. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
G-20	1	Angela	Habitação	30.11.95		

Então, eu estou fazendo uma colocação que nem sei se caberia, mas, como se trata de um forum de debates, acho que é importante estar falando isso. Vamos cobrar seriedade e vamos, também, procurar ser sérios com o nosso compromisso, para evitar de governo ter de colocar essa "dinheirama" ~~na~~ posta no Banco Nacional, quando o banco tem acesso a tanto dinheiro. Aonde foi o dinheiro? Sumiu o dinheiro e muito dinheiro.

Cara Vereadora Ana Martins, eu queria encerrar aqui a minha participação neste forum, continuar depois no plenário as discussões e estar com vocês para a gente tentar fazer o máximo possível. Não sei o que dá para fazer, mas juntos acho que poderemos fazer muito.

Parabéns. Obrigado a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Obrigada, Vereador.

Eu queria fazer um acordo. Às 14 horas vai haver a reunião das lideranças. Eu estou fazendo um esforço também de ir almoçar. (Risos.) Mas ainda temos dois, que estão na Mesa, e há seis inscritos.

Assim, vamos fazer um esforço agora para que cada um que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 1725 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G20	3	Angela	Habitação	30.11.95		

for falar agora usar de 3 a 5 minutos apenas, também porque os dois que estão na Mesa —um da União dos Movimentos de Moradia e outro da CONAM— têm propostas semelhantes às que já foram apresentadas aqui.

Então, ~~maximamente~~ peço a todos que nos ajudem nesse sentido agora. (Pausa.) Também o Vereador Henrique Pacheco vai falar. Solicito a ajuda de todos.

Tem a palavra o Vander Geraldo da Silva, da CONAM — Confederação Nacional de Associações de Moradores.

O SR. VANDER GERALDO DA SILVA — De forma sintética, uma das coisas que foram levantadas aqui, através da XFACE SP (?), que é a federação ligada à CONAM no Estado de São Paulo, o Ailton colocou um pouco mais a nível do Estado de São Paulo.

A nível mais geral, nós, da CONAM, temos travado uma luta, que é em torno dessa questão da política nacional da habitação e que o governo federal, desde longos tempos, inclusive hoje, ainda mais com o governo FHC, tem-se negado a, de forma democrática, discutir, debater com as várias entidades e forças do Movimento Popular uma política de habitação que atenda os interesses da população



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	726	do Proc.	
N.º	476	de 19	95
O Funcionário			
COM. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
G20	4	Angela	Habitação	30.11.95		

carente deste País.

Soma-se a isso a não colocação de verbas para destinar à construção de casas populares no Orçamento e também o mau uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Então, esses três fatores, aliados a um outro — que é a decisão política que o governo tem, como já foi colocado aqui, de socorrer banqueiros e empresas privadas de grande porte quando quebram —, ~~se~~ não investindo na questão da habitação como em outras áreas sociais.

Temos de deixar claro isso. Não podemos mais discutir a habitação fora do contexto das questões sociais.

O Fundo Social de Emergência é um mecanismo que retira mais ainda aquilo que já é pouco nas áreas de saúde, de educação, de habitação, de transporte e de saneamento. Hoje, o que a gente vê é um corte drástico nessas áreas.

Só como exemplo, quatro projetos que dizem respeito à questão da habitação urbana, saneamento, ~~xx~~ e de assentamento no País, esses quatro projetos tinham, no começo do ano, a quantia irrisória de 393 milhões de reais e, no final do ano, chegou-se à constatação de que o governo usou só 3 bilhões de reais, ou seja,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 72 Do Proc.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G20	5	Angela	Habitação	30.11.95		

mas os outros 390 foram usados ou para se comprar goiabada para o Palácio do Planalto ou, na sua grande maioria, para socorrer esses problemas com o capital financeiro.

Então, essa luta que a gente procura travar a nível nacional, em conjunto com as outras entidades, da luta do Movimento Popular, ~~ela~~ passa por essa aprovação das três emendas já citadas aqui no Congresso, que é a questão da Lei Ulysses Guimarães, o projeto de lei do Deputado Hélio Rosa que diz respeito à política nacional de habitação de interesse social e a questão do Fundo Nacional de Moradia. ~~Essa é uma luta muito grande porque~~
~~o governo não quer aprovar esse projeto de lei~~
~~porque ele quer manter o dinheiro no bolso dele~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	738	do Proc.
N.º	46	de 13
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G21	1	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95		

inclusive o fundo tem a grande importância porque a identidade, a sociedade civil teria um controle fiscal e também da execução da política de habitação neste país.

Então, companheiros, acho que agregando a isso temos de começar a tirar algumas conclusões e uma delas, que a gente começa a raciocinar e chega a essa conclusão, é a seguinte: precisa de uma grande unidade entre os companheiros que atuam nas várias forças e frentes do movimento popular, dos intelectuais, dos técnicos que têm interesse em resolver esse problema, com todas as forças progressistas neste país para que a gente comece a mudar o rumo nessa situação. É uma coisa que para a gente, enquanto liderança comunitária e liderança do movimento popular em si, temos que começar a ficar claro, é o seguinte: essa bandeira da reforma agrária também hoje é essencial para a gente conseguir discutir questão de habitação. A questão não passa só pela reforma urbana, além da reforma urbana, que também é outra maneira, temos também que, junto com o pessoal que está aí na luta pela reforma agrária, começar a discutir isso porque está incluída nisso aí a questão da qualidade de vida nos grandes centros, que isso está ficando cada vez mais afetado, e passa por aí essas questões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 729 do Proc.

N.º 46 de 1995

O Funcionário CONTZAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTZAPARTE
G21	2	Monteiro	CE-Hab,	30.11.95		

A questão também de se discutir nos grandes centros é o plano diretor, de acordo com o interesse do movimento e das necessidades do povo e não como é feito hoje. Um exemplo foi aqui em São Paulo, o Maluf com a Faria Lima que atendeu a necessidade do empresariado e do grande capital e não ouviu, na realidade, o que interessa ao povo ou não, a mudança de áreas ambientais na cidade de São Paulo, da implementação de obras. Então, isso também passa, essa discussão, para que o movimento, para que as lideranças se esclareçam e consigam jogar um papel que tem que ser fundamental nessa luta.

Então, por tudo isso, companheiros, acho que essa questão nossa da amplitude da nossa unidade em torno das unidades, cada unidade tem a sua característica de atuação, tem a sua forma, o que é muito bom, mas nós temos que ter uma unidade política de ação para começar a barrar esse projeto que está aí, que é esse exemplo: ficam três milhões de reais para quatro grandes programas a nível nacional enquanto vinte bilhões por ano são destinados para o pagamento da dívida externa ou interna, juros da dívida inclusive. Então, isso tem que começar a ficar claro.

Gostaria de dizer aqui que a Conan realizou, agora no dia 17, 18 e 19, em Taquatinga, um congresso vitorioso, onde mais de setecent-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 730 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
G21	3	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95		

tos delegados, representando um total de mais de dez mil entidades comunitárias a nível nacional, tiram algumas bandeiras de luta que é muito importantes para o movimento popular como um todo. Uma é reforçar essa questão da luta pela moradia e aí entra essa questão da luta da moradia na cidade e também no campo. Isso é importante para todas as lideranças, a gente começar a travar essa luta.

Outra questão é a luta contra o desemprego, que também é um grande problema que o nosso povo vem enfrentando e que a tendência, com essa política neoliberal que está sendo implementada em nosso país, é que aumente mais ainda o desemprego. E outras bandeiras são a luta em defesa do sistema único de saúde, porque isso está muito ligado também à situação de vida do nosso povo, o sistema único de saúde vem sendo, São Paulo é um exemplo, mas em todos os cantos e cidades do nosso país, está sendo muito ameaçado por essas empresas aí que administram e gerenciam a saúde privada e também a luta em defesa da educação pública para todos os níveis, desde o primário até o terceiro grau, o que vem sendo também muito ameaçado em nosso país. Então

Então, a luta pela habitação, a luta pela moradia também acho que tem que começar a ganhar essa nova forma, que é a luta pela qua-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 731 do Proc.
N.º 146 de 1995
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	4	Monteiro	CE-Hab,	30.11.95		

lidade de vida e de todos esses direitos que o nosso povo tem que ter, para a sobrevivência mínima porque hoje o que eles estão querendo legar ao nosso povo, inclusive exemplo nessas reformas da educação que está querendo ser feita no Estado de Minas Gerais, no Estado de São Paulo como exemplo para o Brasil, e depois a nível do Brasil, é uma política de educação que querem simplesmente ensinar nossas crianças no futuro a dar o troco, porque eles querem que no futuro só exista emprego de Camelô, no máximo, porque estão destruindo a nossa nação com esse intuito.

Então, essa luta nossa, do movimento de moradia, essa luta nossa do movimento popular como um todo, precisa ganhar essa dimensão e ganhar essa dimensão acho que é isso, esta Comissão de Estudos aqui, gostaria inclusive agora, no final, parabenizar os Vereadores desta Comissão, ela jogou um papel fundamental na cidade de São Paulo porque, junto com técnicos que têm também muito conhecimento e dados nessa questão e junto com as lideranças, que também atuam diretamente, que são os principais interessados, a gente criar essa unidade para começar a ganhar um novo patamar nessa luta e nessa organização porque vai ser importante, companheiros, A política hoje implemetada a nível estadual, federal e municipal aqui no nosso caso, está sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 732 do Proc.
N.º 416 de 19 85
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	5	Monteiro	CE-Hab.	30.11.95		

uma política de destruição dos poucos direitos que nós conquistamos, principalmente na Constituição de 88, com muita luta. Então, esses poucos direitos conquistados eles querem retirar e levar o nosso país onde eles dizem que é modernidade mas na verdade é o contrário, e colocar o nosso país em condições de 200, 300 anos atrás, onde a gente vê um número grande de pessoas como nômades no meio da rua, sem ter ainda morar e morando famílias debaixo do viaduto. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. ANA MARTINS - Muito abrigada, Wander. Agora o Gegê, da União dos Movimentos de Moradia.

O SR. GEGÊ - Boa tarde para os companheiros e companheiras aqui presentes. Queremos agradecer, mais uma vez, como disse o companheiro Donizeti na inicial, esta iniciativa do companheiros Vereadores, que nos trazem aqui para um momento de grande importância, que a gente está chamando a sociedade civil para um debate muito sério.

Como disse o companheiro Donizeti, nós, do Movimento de Moradia, acreditamos que sem organização, sem união, não haverá conquistas, não haverá avanços e é preciso que o povo se organize através dos diversos mais movimentos e nós temos a certeza, enquanto União dos Mo-

Folha n.º 733 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	6	Monteiro	CE-Hab,	30.11.95		

vimentos de Moradia hoje, não só a União dos Movimentos de Moradia
exist

São Paulo como também ~~está a trabalhar para a melhoria das condições~~

~~de habitação para a população.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 734 do Proc.
N.º 46 de 1975
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G 22	1	ant.	hab	30.11.95		

a União Nacional de Moradia Popular que hoje estaremos viajando para um encontro em Betim. Acreditamos que o grande número de moradores nos grandes centros é causado pelo problema da expulsão do homem da terra, porque fomos expulsos de nossas terras natais a busca de uma esperança de que chegando na grande cidade poderíamos morar com descência, dignidade e isso não acontece. Entendemos que o povo deve resgatar a sua dignidade porque ouvimos falar muito em preservar o patrimônio público, mas se não preservarmos primeiro as pessoas, não adianta preservar esse patrimônio se o povo vira lixo, é preciso que se preserve esse grande patrimônio que são as pessoas, porque se isso não acontecer, para quê preservar o prédio, a rua, como tem o Movimento Pró Centro que está na defesa do centro da cidade para quem morar? para virar estacionamento? um grande concentrado de concreto e ferro? E o povo vai morar onde?

Outra questão é com relação aos cortiços. A definição que temos hoje de cortiço são três. Cortiço de fundo de quintal, cortiço amontoado nos casarões e o cortiço cama quente que é aquele que você levanta a 6h e o outro já está cotucando com a ponta da caneta porque ele quer deitar. Voltando à questão da moradia, nós do movimento de moradia tivemos grandes enfrentamentos em São Paulo, especificamente no governo Paulo Maluf fizemos atos de ocupação, ficamos 3 noites dormindo em frente à Prefeitura e apoiamos todas as lutas que venham na defesa do resgate a dignidade, porque temos apoio pelo foro de cortiço, apoiamos a ULC como apoiamos os foros dos mutirões porque achamos importante esses setores e que contem com a participação dos militantes dos movimentos de moradia. Obrigado. (Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 33 do Prot.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G22	2	ant.	hab	30.11.95		

A SRª ANA MARTINS - Vai falar a Tereza Alves da Silva do movimento de moradia Abrigo do João XXIII - Sacolão.

A SRª. TEREZA ALVES DA SILVA - Agradeço esta oportunidade para discutir o nosso problema. Vim fazer uma denúncia que vem ocorrendo há 10 meses. Estamos num abrigo que ~~foi~~ aconteceu pelas enchentes do dia 2 de fevereiro e fomos removidos para o colégio Conde Matarazzo, Jd. de Abreu, onde ficamos 4 meses e meio enfrentando dificuldades, tendo ameaças pelos moradores que tiveram seus filhos, 1500 alunos sem aula, porque estávamos no colégio. ~~Mãe~~ Na época foram 123 famílias retiradas da favela Jd. de Abreu, favela dois, em torno de 320 pessoas e 80 crianças. Ficamos quatro meses e meio e fomos removidos para o sacolão, que hoje estamos numa situação mais difícil do que estávamos no colégio. Hoje estamos em 39 famílias, 113 pessoas e 43 crianças, atualmente. É essa denúncia que gostaria de fazer aos vereadores para que vocês pudessem visitar esse abrigo e ver a situação que estamos passando. Como líder enfrento muitas dificuldades, agressão, brigas, desrespeito. Não temos segurança, não temos atendimento, inclusive estamos jogados como um objeto qualquer.

A SRª. ANA MARTINS - Vocês foram levados para o abrigo pelo Poder Público?

A SRª. TEREZA ALVES DA SILVA - Pelo pessoal da Regional Butantã-Peri-Peri. Foi especificamente o comentário que ouviu pela coordenadora Cristina, a supervisora e assistentes sociais que acompanharam a mudança e prometeu que ficaríamos 60, 90 dias só que estamos há quatro meses e uns dias e nada resolvido. Já estive presente em reuniões com o Lair, o Lajarinho e até agora nenhuma posição para moradia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	730	do Proc.
N.º	276	de 19 95
O Funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
22	3	ant.	hab	30.11.95		

A SRª. ANA MARTINS - Queria sugerir que eles fizessem um documento, um abaixo-assinado e mandassem para o Presidente da Casa e para todos os vereadores. Precisa desmascarar um pouco o que está acontecendo,

~~Queria sugerir que eles fizessem um documento~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	337	do Proc.	
N.º	246	de 19	95
PARAFUNCIONÁRIO		COM. AFORTE	



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA		
G23	1	emira	habitação	30.11.95		

porque tiram as pessoas de uma condição melhor e as põem numa situação pior. Então, eu estou ensinando o povo a fazer isso. Traga aqui na Câmara e entrega. Quando o Vereador passa do plenário para o lanchinho, todo mundo tem o direito de pegar o Vereador no caminho, e dizer, está aqui para falar com o presidente. É para os Vereadores começarem a se preocupar com os problemas do povo.

A SRA. - Só para finalizar, a minha maior preocupação de agora é que nossas crianças perderam um ano de aula porque as crianças do João XXIII não tiveram condições de ser removidas para o Jardim de Abril, que seria duas conduções. E também pela saúde das crianças e de um modo geral, temos esgoto, ratos, tem um mato enorme ao redor do sacolão. Essa a nossa maior preocupação. Muito obrigada.

A SRA. ANA MARTINS - O Vereador Pacheco precisa sair e eu gostaria que ele fizesse uso da palavra.

O SR. HENRIQUE PACHECO - Curiosamente eu ~~tenho~~ estou olhando o GG, e tenho um engenheiro que vai fazer uma análise de um prédio que é um cortiço vertical, e sobre a estrutura, Ele está me esperando, e ele vai fazer esse trabalho voluntariamente, e essa a razão de eu ter que sair.

Mas, na condição de relator desta comissão, da alegria de ter participação desta sessão, juntamente com todas essas pessoas que têm sistematicamente acompanhado e quero destacar o momento oportuno desta proposta feita pela Vereadora Ana Martins em ~~ter~~ criado esta comissão, e dela ~~estar~~ estar dirigindo este trabalho. As visitas aos mutirões, nos cortiços, e outras que vão se seguir agora, possivelmente nos próximos dias,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha 46 do Proc.
No 46 de 1995
O Subscritor

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PONT. APARTE
G23	02	emira	habitação	30.11.95	pacheco	

têm demonstrado que o Prefeito de São Paulo é, sem dúvida, o vencedor do troféu "grande engenheiro de obras paradas do nosso país. Só ele tem hoje mais de 8.000 unidades paradas na cidade de São Paulo. Obras que estão paralizadas e se deteriorando peça ação do tempo. Acho que a presença do Vereador Zenas Pires stem sido muito alviçareira e a sua contribuição para o debate foi extremamente valiosa. Creio que a tarefa de relator desta comissão vai ser diminuída no seu esforço, porquanto vai ser um relato a muitas mãos, que faremos de forma conjunta, através da Rosana e de todos os outros assesssores que participaram desses trabalhos.

Assim, quero dizer que acho que levantamos uma questão importante, o problema da moradia, e muitos tópicos foram apresentados, a questão do Cingapura, dos mutirões, e outras alternativas também foram sugeridas. E se falou da questão do Fundo de Garantia, que é um recurso do trabalhador que está sendo colocado para auxiliar o Banco Central nessa questão de bancos.

O dinheiro do Fundo de Garantia, que é tão bem vigiado, se algum trabalhador for pedir dinheiro para alguma reforma, para construir uma casa num bairro que não tem estrutura registrada, muito embora haja milhares de lotes clandestinos, embora muito claros à luz do dia, o Conselho Curador tem normas rígidas. E o Conselho Curador não pode aceitar que recursos das trabalhadoras sejam repassados para apoiar licitudes, má condições dos negócios por parte dos banqueiros neste país.

Quero muito agradecer o convite para serrelator desta comissão, acho que ela cumpriu um importante papel e espero que possamos redigir um texto que venha a ser publicado, e que possamos divulgar as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 5397 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G23	3	emira	habitação	30.11.95	pacheco	

inúmeras propostas apresentadas no decorrer dos nossos trabalhos.

Lamento, e queremos, através da Comissão de Política Urbana, ou uma outra comissão permanente, levar um preito desta Comissão para trazer o Secretário Municipal da Habitação, que no âmbito municipal se furtou a participar, num descaso total a todas as pessoas que aqui participam e aos Vereadores. Ele não veio aqui discutir com a Cidade a questão da ~~habitação~~ habitação popular, mas veio ~~anunciada~~ pelas mãos do presidente, para tratar de interesses exclusivos da Rua Gabriel Monteiro da Silva, que visa os interesses dos comerciantes que querem mudar o zoneamento de uma rua dos jardins para terem lucros e auferirem mais lucros. Para isso, ele veio no dia seguinte, Não veio aqui na quinta-feira, mas ~~x~~ veio na sexta, às 11 horas, com rádio, com todo o mundo, e o próprio presidente ~~x~~ também anunciou que estava trazendo o Secretário, e que eles eram amigos de ~~x~~ infância, de empresa, e por isso ele estava interessado ~~x~~ em mudar o ~~x~~ zoneamento da Gabirel Monteiro da Silva. E agora, vimos pelos jornais, que esse zoneamento poderá ser objeto de um projeto especial do Secretário.

Esse secretário envolvido tão somente no poder econômico, não serve para a cidade de São Paulo, precisa ter alguém voltado para as camadas populares.~~x~~

O Sr. Lair Krahenbuhl já demonstrou qual a política dele quando da história em que ele serviu ao Governo Collor, e que é uma pessoa vinculada aos interesses empresariais. E quando ele se depara ~~xx~~ com debates democráticos, abertos, com a sociedade ~~x~~ civil, ele sempre

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 340 do Proc.
N.º 46 de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
G23	48	emira .	habitação	30.11.95	pacheco		

se recusa, como aconteceu na "Folha de S.Paulo", e em outros fóruns, que quando se começou a debater o Projeto Cingapura, eles se levantam e vão embora, como se fizessem ~~qualquer coisa à toa (malícia)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 341 do Proc.
N.º 46 de 1991
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
G24	1	valéria	comi.habitação	30.11.95	

ouvidos mocos à discussão que deveria ser travada. Então, quero agradecer, conheço muita gente que está aqui e sei da importância dessas pessoas na luta do dia-a-dia no movimento. A contribuição de cada um foi extremamente valiosa. Esta foi uma feliz idéia da Vereadora Ana Martins e a Câmara Municipal só se engrandeceu com esta comissão. Quero agradecer a todos e vou me retirar porque vou a um movimento de cortiços que também está precisando de apoio. Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTA (Ana Martins) 6 = Obrigada ao Vereador Henrique Pacheco,

José Gomes tem um minuto, para falar em nome da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio das Pedras.

~~XXXXXXXXXXXX~~

Antes que dizer que segunda-feira ^{será} ~~tem~~ o Dia Internacional do Câncer e das 15 às 16h a sessão ordinária da Câmara vai abordar o tema, tratando, inclusive, do câncer feminino, de mama e útero.

Hoje o Jamil falou aqui do poder e devemos aproveitar para dizer que estamos fazendo uma campanha, Mulher Sem Medo do Poder. Várias pessoas estão engajadas, inclusive a Marta Suplicy e teremos divulgação em várias emissoras, como a Rádio Musical, CBN e estamos em negociação com a Globo e SBT. A campanha estará até 15 de dezembro estimulando que as mulheres se filiem aos partidos políticos e que se candidatem aos cargos públicos, no sentido de ampliarmos a participação das mulheres nas câmaras. Vejam, aqui na Casa temos 55 Vereadores e somente 5 mulheres; na Câmara Federal e Assembléia Legislativa a proporção é pior. No dia 8, em frente ao Teatro Municipal, das 14 às 18h as companheiras serão chamadas a trazer as fichas de

Folha n.º 5942 do Livro
N.º 46 de 19 83
O Funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	2	valéria	com. habitação	30.11.95		

Um minuto para o companheiro.

O SR. JOSÉ GOMES - Boa tarde a todos. Como a Vereadora já falou, sou vice-presidente do Rio das Pedras, onde estamos fazendo 296 apartamentos de 57 metros cada. Estou muito feliz por termos recebido ontem dois cheques, depois de muito trabalho dos mutirantes, com garra, fé e dedicação. Temos 4 parcelas para receber, temos mais 3, portanto. Não vai dar para terminar o nosso mutirão mas será um grande avanço.

Estou um pouco injuriado com o problema da grôza, porque não admito pagarmos 22 mil reais para receber dois cheques por uma coisa que compramos e se encontra no mutirão: betoneira, carro, carrinho. Tudo isso foi descontado. Tivemos de pagar 22 mil reais ontem para receber dois cheques. Isso é um absurdo c ntra nós, mutirantes.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Martins) - Companheiros, o Tribunal de Contas analisou os gastos do mutirão e determinados gastos eles glozaram dizendo que aquilo não poderia ser gasto em mutirão. É um absurdo. Eles estão sendo descontados. Eles têm de devolver em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 743 do Proc.
N.º 46 de 1988
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	3	valéria	com.habitação	30.11.95		

dinheiro esses valores que foram glozados. Vejam como o poder público rouba dos pobres.

A SRA. A - Eu queria ver se o PC Farias já devolveu tudo que ele gastou indevidamente.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Martins) - Quem quiser ver o mutirão verá que é muito bonito, 4 andares. A exposição de baixo também tem, mas quem quiser olhar está aqui o caderninho porque ele vai ter pouco tempo para falar.

O SR. - S'ó vou explicar uma coisa: eles têm um deficit conosco do Rio das Pedras de 22 mil UPF. Não poderiam ter descontado os 22 mil reais daí? Poderiam, mas não fizeram. Fomos lá, acertamos direitinho com o presidente da Cohab. Quando o Luis foi receber o cheque disseram que primeiro tinha de depositar os 22 mil reais no Tesouro para pegar os dois cheques. Isso é um absurdo.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Martins) - Fica o nosso protesto. Vocês vêm como é ruim quando não começa na hora. Na verdade, todos poderiam falar com tranquilidade. O companheiro foi tão generoso, dizendo que retirava sua inscrição, mas acho que tem de falar, está engasgado, precisa falar.

A SRA. ANA MARIA FRANCO - Diante de tudo isso que estamos vendo na Cidade. Sou presidente da União dos Moradores de Vila João Canuto, uma ocupação organizada onde moram 87 famílias. Nós vemos que não podemos só ficar pensando na luta da moradia. A luta da moradia é grande, é preciso procurar moradias para quem precisa, porque o Governo não abre mão. Como estamos vendo aí, até cobra dos mutira -

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 749 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário	COMP. APARTE
G24	2	valéria	com. habitação	30.11.95			

tes dinheiro para a betoneira, sendo que a lei encobre os crimes dos ricos. Por que Maluf não tem de pagar tudo que ele rouba do povo?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 745
N.º 46 de 1995
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G25	1	beth	habitação	30.11.95		

~~Então, quero pedir que nós, que somos pessoas esclarecidas, que estamos vin~~
do aqui para carregar mais subsídios para a nossa luta, que a gente
saia chamando todo o povo para fazer uma grande mobilização contra
essas injustiças. Para o povo tudo é tirado. E a justiça está aí,
encobrendo tudo o que Maluf e toda a corja desses capitalistas fazem
com o povo. Como o companheiro falou: com o braço forte eles prote-
gem os empresários, os bancários, donos de empreiteiras; para o povo
eles enxotam e não querem ajudar nada. Vamos à luta, companheiros.
A gente agradece a todos os vereadores da Casa, principalmente à Ve-
readora Ana Martins que compõe essa comissão de estudos e que está
aqui do lado do povo. Os outros que são contra o povo precisam ver
que uma hora não vai haver lugar para eles nas casas de decisão.
(Palmas)

A SRA ANA MARTINS - A Zorilda tem a palavra por um minuto.
Um minuto mesmo, para todas as pessoas.

A SRA ZORILDA - Queria sugerir à Vereadora Ana Martins por-
que eu não sei se ela falou no plenário da instituição dos mutirões
lá embaixo e gostaria de convidar o Sr. Presidente desta Casa para
descer na entrada para ver como é que está a situação da habitação
do município de São Paulo. O tempo é pouco e não dá para discutir.
Quero dizer ao Messias que estamos chamando o movimento para a uni-
dade. Aqui teria de discutir tudo o que foi discutido. A questão po-
lítica do movimento popular. Eu acho que sem unidade porque a unida-
de faz a força, faz a união e a gente consegue aglutinar as lideran-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 746 do Proc.
N.º 476 de 19 98
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G25	2	beth	habitação	30.11.95		

cas cas de todas as regiões independentemente de partido político, seja do PPR, seja do PMB, seja do PT, PC do B, tem que vir para a união para participar do fórum e a importância disso aí. Eu queria me pegar por isso aí. A gente trabalhou para isso. Estamos saindo vitoriosos ~~da~~ da Comissão. Nas regiões a gente discute melhor. Queria propor à companheira do Butantã que se juntasse a família, fosse lá, fosse à delegacia de polícia abrir um boletim de ocorrência para abrir um processo contra o Prefeito. Aí vai no conselho tutelar paga a questão da criança e do adolescente, a questão da saúde, da escola, mas desde já, até por ousadia, pegar as famílias que estão no alojamento e abrir um boletim de ocorrência. Porque a gente não consegue pegar o irresponsável do Prefeito em São Paulo. Tudo ele está coberto. Mas, se essa família fizer um boletim de ocorrência e mostrar um histórico de tudo o que foi feito e começar a vir para a rua, a vir para a Câmara como o pessoal da Maria Lima, Pinheiros, Água Espraiada, etc, vamos conseguir, quem sabe, até o final do mandato, fazer o ~~impeachment~~ "impeachment" do Sr. Prefeito. Quem sabe, até o final do mandato. Queria propor isso e a comissão que além das visitas que têm que ser feita, fossem visitar os alojamentos para ver o que acontece em cada alojamento onde as famílias são tiradas, excluídas da exclusão social e jogadas como animais na ~~região~~ região.

A SRA ANA MARTINS

- Obrigada Sorilda. Agora o Calasãs. Depois eu vou dizer a programação das visitas de mutirão na sexta-feira, de manhã. Pelo menos o primeiro endereço e o segundo para quem perder o primeiro poder ir ao segundo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 74 do Proc.
N.º 46 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Funcionário
G25	3	beth	habitação	30.11.95		CONF. APART. 1

O SR CALASANS - O Ailton está do meu lado. Acho que várias foram as colocações hoje no sentido da unidade. Desde o histórico do Messias, a colocação do Ailton, do Donizeti e o ailton fez a proposta concreta. Já existem alguns forums de alguns movimentos. É absolutamente necessário criarmos um fórum dos movimentos de moradia de São Paulo. ~~XX~~ Ai, interrompendo a conversa da Ana, a Câmara de São Paulo abrigasse esse fórum. Está chegando a hora onde os movimentos sociais de São Paulo e do País tenham aqui as suas sedes, tenham aqui os seus fax, os seus telefones, trazer a sociedade civil para morar nesta Casa. Estão fazendo uma ampla reforma, gastaram milhões de dólares. Temos uma coisa muito curiosa que é o espaço vizinho à Câmara e que foi destinado a um grande teatro que até agora não foi construído. Quem sabe, em vez de teatro poderia ser transformado em uma grande sede dos movimentos sociais de São Paulo ao lado da Casa do Povo? Como atividade, quero também com alegria registrar e consolidar essa proposta que este fórum, Messias, Donizete, é uma vergonha nós termos convivido em São Paulo com as duas, três lideranças dos sem-terras presas na Carandiru e termos calado a boca. É preciso urgentemente que os movimentos de moradia, além das suas divergências sentem na mesa e a aproveitamos esse momento em que a reforma agrária ~~está sendo feita~~

~~está sendo feita e a reforma agrária está sendo feita~~

~~está sendo feita e a reforma agrária está sendo feita~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 174B do Proc.
N.º 216 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G26	1	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

ganha a mídia nacional, inclusive com a demissão do Graziano, para que os movimentos urbanos se solidarizem com os movimentos dos sem-terra, que hoje estão ganhando as primeiras páginas dos jornais.

A segunda colocação é: nós, movimentos de reforma urbana, não estamos atentos às questões da modificação da Constituição. A Emenda Ulysses brochou; é preciso que nós façamos uns cartazes do Ulysses Guimarães, de dois por três metros, e comecemos a empinar esses cartazes, e transformemos o Ulysses Guimarães, o símbolo, no símbolo da sua Emenda, que está sendo propositadamente esquecida pela maioria das forças políticas.

A outra questão fundamental - eu poderia dizer algumas questões fundamentais mas eu gostaria de propor Aylton, à mesa, acho que sobraram uns movimentos, que implantado esse forum, e que nós ocupemos uma sala aqui dentro, com fax, telefone, telex, secretária, que ~~seja~~ uma das atividades urgentes, além do apoio à Reforma Agrária, aquela outra proposta que eu fiz, que a Câmara Municipal, que esta Comissão, formalize à Comissão de Política Urbana para nós convocarmos o Fundo de Garantia, os banqueiros, o Governo do Estado, todo mundo que tem o nosso dinheiro, para vir dizer aqui - cadê o ~~nosso~~ nosso dinheiro!

E, por último, completando, que a gente monte uma comissão urgente de trabalho - cadê a Rosana? Está ali a Rosana. Para nós detalharmos algumas questões, além da Emenda Ulysses Guimarães, referentes à reforma constitucional, a questão da Constituição, que são ~~questões~~ pontos muito frágeis, ainda, em relação à Constituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 79 do Pres.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTE APARTE
G26	2	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

Eu vou citar um exemplo, para o movimento de cortiços é fundamental que o Poder Público possa desapropriar um cortiço, pelo valor pequeno que aquele imóvel tem, porque é culpa do dono ter degradado aquele imóvel, e que apropria, às vezes, saiu uma manchete na Folha, aluguéis superiores se estivesse alugando não para um cortiço.

Agora, o que está acontecendo ? Se desapropria o cortiço, a ação vai para a Justiça, demora dois, três anos, e esse valor que é pago cresce duas ou três vezes, porque se nós pudéssemos desapropriar pelo valor degradado que ele tem, só os alugueres das pessoas que estão nos cortiços seriam suficientes para pagar isso em dois, três anos, que é um prazo inferior à imissão de posse.

Eu me disponho, inclusive, em relação aos movimentos de cortiços presentes, depois, a discutir, a comparecer um dia e discutir isso com vocês. Muito obrigado. -(palmas)-

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigado, Calazans. O Calazans é um dos especialistas, que também ocupou a mesa em um determinado dia, mas se manteve muito permanente e que tem boas experiências e contribuições a dar. É o companheiro Demerval, da ~~FRONTE~~ Frente Paulista de Habitação Popular, o último inscrito, e vamos fazer questão de ouvi-lo, e aí eu dou os endereços da visita de sexta-feira, amanhã, para a Comissão. O Dermer val esteve na última, ou na pen-última, protestou muito por não saber da Comissão, só que, companheiro, na nossa Comissão temos gente de todos os Partidos, fizemos força para isso, porque cada Partido faz força de avisar as suas lideranças, e todos os endereços que temos, avisamos, mas aqui tem gente do PL, do PMDB, do ~~PMDB~~ PSDB, do ~~PPR~~ PPR, do OCdoB e do PT,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DONT. APARTE
G26	3	Norma	C.E.Habitação	30.11.95		

tem gente de todos os Partidos, está bom ?

O SR. DEMERVAL - Bom, eu , além da Frente, sou um tucano, PSDB do Campo Limpo, e assessor do Vereador Gilson Barreto, do PSDB. Mas nem por isso, eu acho que tem algumas coisas que é mais urgente do que a questão do Partido que você é. Você hoje, ou se une, ou os movimentos se unem, já foi falado isso aqui, mas eu vou repetir, ou se unem os movimentos para discutir habitação, ou não sei onde vai se chegar.

O programa do Governo do Estado de São Paulo, do Partido do qual eu faço parte, que está aí, tem falhas - tem falhas, muitas falhas; ora, uma das falhas foi a de não ter chamado os movimentos que conhecem o problema habitacional na região para discutir o programa, nós queremos discutir, sentar com o Governo, antes da coisa pronta. Você vai cortar a unha do seu filho até chegar um dia e ele dizer: - pai, eu já sei cortar a minha unha.

Ora, fazem-se as coisas num gabinete fechado, lá, como se conhecesse o problema a fundo, fosse o dono da verdade, e aí nos chamamos para participar, mas participar dentro do critério estabelecido pelos governos, em todos os governos é assim, que nunca é o perfeito, ...

~~(anexo ao processo de nº 416, de 1995, p. 327)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 75P do Proc.

N.º 46 de 1995

O Funcionário

CONEXAPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONEXAPARTE
G27	1	morg,	CE Habitação	30.11.95		

ou nunca se aproxima da perfeição, porque essas pessoas, com todo respeito a elas, conhecem o problema, no seu estudo na faculdade, mas não conhecem, não convivem no dia a dia lá no fundão do Capão Redondo com a família pendurada num morro, ele nunca vai chegar à perfeição. Esse foi o problema, é um problema muito grave, o governo do Estado, quando vai ver o programa do CDHU, vai ver que boa parte de família, a grande parte dessa família está fora da casa, essa faixa de um ou dois salários mínimos, e se for no Valo Velho, Jardim Lídia, Capão Redondo, é uma grande parte que ganha isso e onde vai morar? Então, chama os movimentos, centrais de movimentos, como UME e frente e outras que aí tem que se sentir urgentemente para discutir um programa habitacional para a cidade de São Paulo, isso sem contar que a zona sul da cidade onde eu moro está fora de qualquer programa habitacional, porque não entrou para o programa do governo, porque não há área do CDHU naquela região, aí vem uma irresponsabilidade do Prefeito de São Paulo, que eu faço uma proposta para a comissão que se convoque a Prefeitura de São Paulo para explicar o rompimento do contrato com os movimentos, com as entidades, contrato de mutirão, a zona sul conhece uma entidade que tinha 280 apartamentos, o Prefeito rompeu o contrato comparado. Essa entidade continua essa obra pegando 20 reais por família, no domingo e pegou 50 reais das 280 famílias, e tem 180 destruídos e isso é dinheiro do povo já jogado fora e o Prefeito aplica o dinheiro do povo no Cingapura, enquanto já teria terminado todas essas obras, parou as obras, deixa aí o dinheiro do povo jogado fora. Isso eu acho que é um crime paz por o Prefeito na cadeia. Essa a proposta que eu faço para a comissão, que se convoque o Prefeito de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 752 do Proc.
N.º 116 de 1995
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G27	2	morg.	CE Habitação	30.11.95		

São Paulo para explicar isso e os movimentos que se organizem, hoje temos entrado no CDHU 119 entidades cadastradas da zona sul com total de 52.272 famílias que estão fora do programa do governo por falta de área, está fora do ~~gama~~ programa do Prefeito porque não existe. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Martins) - Todos sabem a continuidade, no dia 7, as 14 horas as 15 hs., só a questão da continuidade de como nós não desmanchamos esta unidade que foi iniciada aqui e que não está passando na cabeça nossa de fazer outro forum, para todo mundo ficar tranquilo. E hoje apareceu uma proposta do Calazans, muito boa, uma comissão de estudos que na primeira quinzena reuniria os técnicos para ajudar o movimento, vem quem quiser e na segunda quinzena faria junto e todo mês faria uma visita a abrigo. Não é fácil ganhar os vereadores para isso. Então, precisamos pensar em propostas viáveis. Vamos garantir a representatividade da comissão de todos os partidos é um apelo para os outros vereadores. Amanhã visita do mutirão, 9 hs. na Associação de construção comunitária por mutirão da esperança, no Carrãozinho, rua Morro do Frade 507, Parque Boa Esperança. A segunda visita setor 8 do São Francisco, que é esse grande mutirão de 800 casas, que é uma experiência interessante de várias associações. Na Av. dos Sertanistas, Jardim Santo Adré. A terceira visita São Francisco setor I, Morro das Pedras, 200, tem alojamento por conta do incinerador. A quarta visita na Associação 26 de Julho, Jardim Valquíria, Jata, Rua José Costa Júnior 7, a quinta visita Vila Bela, Rua Bahia Grande 812, casas e urbanização. Mutirão, movimento de favela. Acho que vai ser muito rica a visita. As 9 horas lá para dar conta até meio dia e meio, no máximo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J1	1	regina	Com.Est.	30.11.95		

e vamos ver todas essas experiências, está bom?

Não anunciei as entidades, acho que todos perceberam, por falta de tempo, me desculpem.

Agradeço a todos, muito obrigada e o Messias fará as considerações finais e o Vandinho também.

O SR.MESSIAS - E u agradeço a participação, por ter vindo aqui, e por causa do meu trabalho hoje não tenho condições de participar todas as vezes. Mas quando a Ana puder proceder da forma como fez ali, com o nosso chefe a gente negocia, e estaremos aqui.

A SRA.ANA MARTINS - Nós podemos fazer quinzenalmente, pedir a presença do Messias, se ele achar por bem. Podemos fazer como fizemos, mandamos o fax com a programação e solicitamos sua presença. Está bom?

O SR.MESSIAS - Está bem, Eu só quero dizer, Ana, quem na região eu estou coordenando um programa de assistência às favelas, na Sabesp. O trabalho é para cadastrar todas as famílias que não estão recebendo contas, por que não estão recebendo; as casas que foram removidas, no Jardim São Carlos, até hoje os hidrômetros delas constam que estão funcionando. Então, vai ser um grande levantamento das favelas da zona leste. Eu tomei posse exatamente naquele dia que você ligou para mim, na segunda-feira, eu estava..., na terça-feira, eu estava numa reunião tomando posse na coordenação desse trabalho de assistência às favelas, lá na Sabesp de São Miguel. Eu preciso somente ajustar o programa para poder vir aqui.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	554	do Proc.
N.º	416	de 1995
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J1	2	regina	com,est,	30.11.95		

A SRA. ANA MARTINS - Muito obrigada Messias pela colaboração.

Tem a palavra o Vandinho.

O SR. VANDINHO - Companheiros, eu queria dar um informe pegando um pouco a questão que o Calazans levantou, porque é muito importante a questão da reforma agrária.

Foi iniciado aqui em São Paulo um processo de discussão em torno, em apoio à luta pela reforma agrária. A iniciativa era que tivesse um ato dia 10, aqui em São Paulo, mas a coordenação achou por bem não ser feito ainda porque não tinham acumulado suficiente mobilização para que acontecesse no domingo dia 10, no período da tarde. Mas agora eu queria dizer o seguinte, companheiros: na quarta-feira que vem, às 17 horas, no Gabinete do Vereador Sérgio Rosa vai ter uma reunião dessa coordenação e a gente pede para que outras lideranças participem também para que possamos tirar algumas idéias e propostas. Porque têm a intenção de entre 15 e 20 de dezembro fazer algumas atividades, a nível de capital, aqui em São Paulo com apoio do movimento popular urbano, e acumular para que no primeiro trimestre, aqui na capital de São Paulo, se faça um ato a nível do Estado inteiro, mobilizando pessoas de outras atividades do interior, Santos, Campinas, uma grande concentração, um ato, em apoio à luta da reforma agrária.

Então quarta-feira a partir das 17 horas no Gabinete do Vereador Sérgio Rosa, aqui no 4º andar, sala 404. Todas as entidades e lideranças estão convidadas para que possamos jogar peso nessa luta.

Aqui, em nome da Conan(?), quero agradecer o convite feito, para que fôssemos parte dessa Mesa, e também parabenizar a iniciativa desta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 355 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J1	3	regina	com.est.	30.11.95		

comissão na pessoa da Vereadora Ana Martins. Obrigado.(Palmas).

A SRA.ANA MARTINS - Parabéns a todos que participaram e vamos em frente que a luta continua!

(Palmas).

O Messias acabou de lembrar: o povo unido, jamais será vencido!
O povo unido,jamais será vencido!

* * *

- Os participantes repetem as palavras de ordem propostas pela Vereador Ana Martins.

* * *

A SRA.ANA MARTINS - Muito obrigada. Estão encerrados os trabalhos.

* * *

* *

*



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 01 de dezembro de 1995.

Of. C.E.E. 14/95

Folha n.º	356	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário	<i>[Assinatura]</i>	

A Presidência da Câmara Municipal de São Paulo

Exmo. Sr. Presidente,

No dia 07 de dezembro, às 15 horas, no Plenário desta Casa, como já autorizado por V. Exa., faremos realizar Sessão Especial de Encerramento da Comissão Especial de Estudos no Município de São Paulo.

Na ocasião será discutido e debatido o tema "Globalização, desenvolvimento urbano, problemática habitacional e as políticas públicas".

A fim de abrilhantar e tornar mais viva e proveitosa a referida Sessão, solicitamos, na qualidade de Presidenta da citada Comissão, que V. Exa. oficie às personalidades a seguir relacionadas para que as mesmas venham nos honrar com sua presença.

Reitero, na oportunidade, protestos da mais elevada estima e consideração.

ANA MARTINS
Vereadora

Convidados:

Miguel Baldez - fax: (021) 5946102
Edson Ortega Marques - fax: (061) 321.1709
Prof.º Aziz Ab Saber - fax: 211.9563

*entregar no Gabinete da
C.M. P/ ASSINAR e Ser encaminhado
A PRESIDENCIA.*



Câmara Municipal de São Paulo
**SECRETARIA DAS COMISSÕES
TEMPORARIAS**

São Paulo, 18 de dezembro de 1995.

MEMO CPI/20/95

Ao Cerimonial

Senhor Chefe,

folha n.º	35	do Proc.
N.º	46	de 19
O Funcionário	<i>[Signature]</i>	

Conforme determinação da Vereadora Ana Martins, Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria as dignas providências no sentido de ser reservado o Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade, para o dia 20/12/95, no horário das 18:00 às 22:00 horas.

Agradecendo antecipadamente a atenção de V.Sa., subscrevo-me,

Atenciosamente

[Signature]
JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário

Rec.
Cer. 18/12/95
[Signature]

SECRETARIA DAS COMISSÕES
TEMPORARIAS

São Paulo, 18 de dezembro de 1992

11/12

MEMO CRI\50\92

Ao Cerimonial

Senhor Chefe,

Conforme determinação da Vereadora Ana Martins, Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre Habitação no Município de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria as dignas providências no sentido de ser reservado o Salão Nobre - 8º andar desta Edifício, para o dia 50\15\92, no horário das 18:00 às 22:00 horas. Agradecendo antecipadamente a atenção de V. Sa., subscre-

vo-me,

Atenciosamente

JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário

FAX Nº	239 1446
DESTINO	Comissão Municipal
A/C	Sr. João A. Romão
REMETENTE	Gm. Roberto Gouveia
ASSUNTO	
Nº DE PÁGINAS (INCLUÍDA ESTA)	02
DATA	18



SÃO PAULO
DEPUTADO ROBERTO GOUVEIA

Folha n.º 358 de Proc.
N.º 46 de 95
O Funcionário

São Paulo, 18 de dezembro de 1995

Ilma. Sra.
Vereadora Ana Martins

Impossibilitado de comparecer à reunião da Comissão Especial de Estudos, por motivos assumidos anteriormente, cumprimento a todos pela iniciativa, na certeza de que a discussão produzirá soluções importantes para a questão habitacional em nosso município.

Respeito o convite, e a disposição para colaborar com a comissão.

(R)

A/C Sr. João A. Romão
Secretário da Comissão
FAX Nº 239.1446



Câmara
Municipal
de São
Paulo

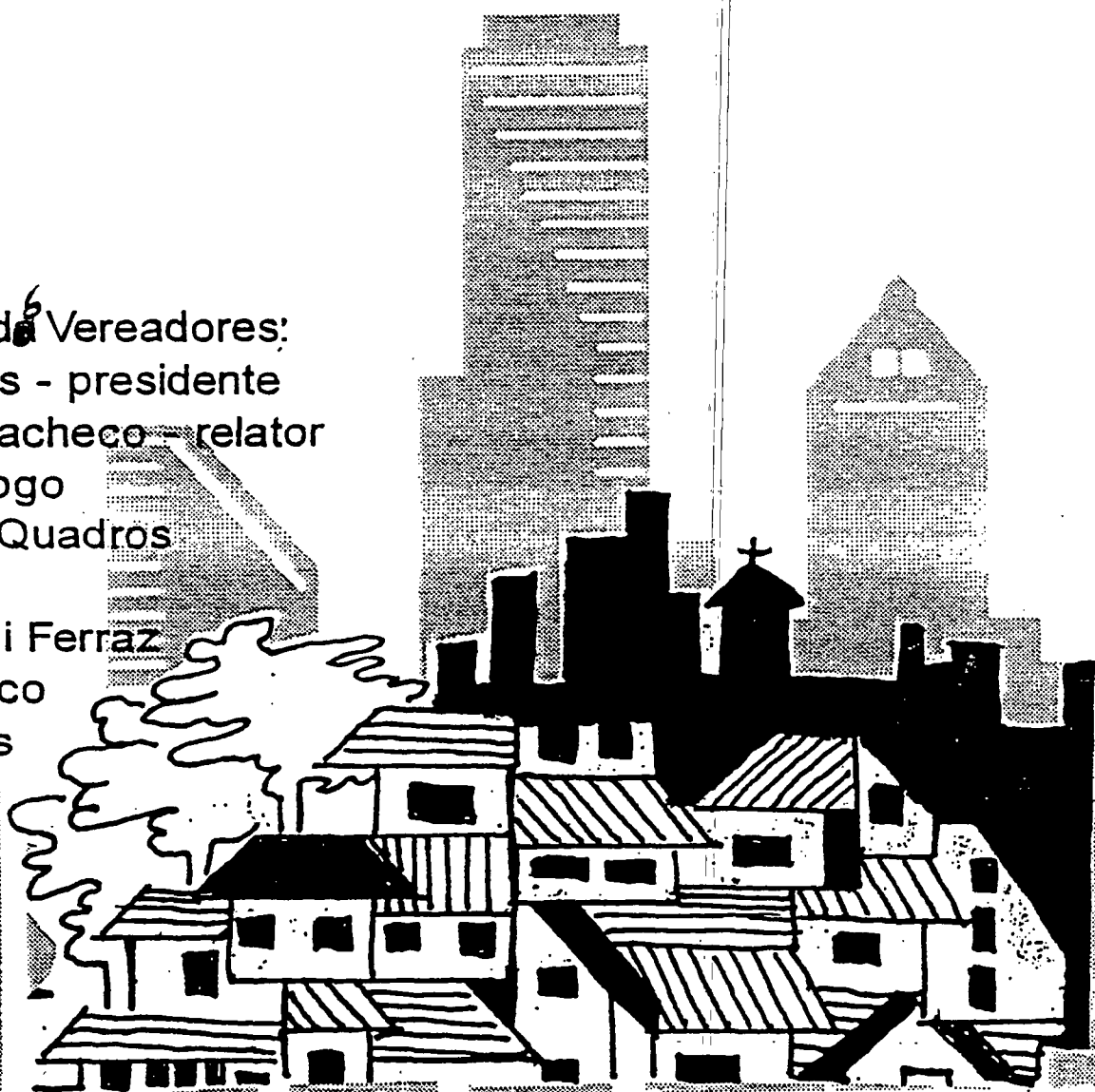
RELATÓRIO FINAL

Comissão Especial de Estudos de Habitação no Município de São Paulo

Folha n.º 359 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

Comissão de Vereadores:
Ana Martins - presidente
Henrique Pacheco - relator
Adriano Dlogo
Ana Maria Quadros
Éder Joffe
José Viviani Ferraz
Vital Nolasco
Zenas Pires

1995



RELATÓRIO FINAL



**Comissão Especial de
Estudos sobre Habitação no
Município de São Paulo**

1995

APRESENTAÇÃO

419

Folha n.º	361	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário	[assinatura]	

TEMA
1
19.10.95

A política de assentamento populacional no Município de São Paulo
debatedores: Aziz Ab'Saber (geógrafo - IEA/USP); Cândido Malta Campos Filho (arquiteto - Movimento Defesa São Paulo); Siegbert Zanettini (arquiteto - FAU/USP); Philip Gunn (arquiteto - FAU/USP).

TEMA
2
26.10.95

A política nacional de desenvolvimento urbano e de habitação
debatedores: Sérgio Suizama (advogado, consultor da ANSUR); Leonardo Pessima (arquiteto, assessor da UMM); Sérgio Carneiro (sociólogo, Associação Vila Olímpia Viva); José Fábio Calazans (arquiteto, ex-coordenador do Programa de Favelas da CDHU).

TEMA
3
09.11.95

Os instrumentos institucionais e legislativos de implementação da política habitacional no Município de São Paulo; os projetos para a cidade
debatedores: Sílvio Sawaia (arquiteto, FAU/USP e ANSUR); José Cláudio Gomes (arquiteto, FAU/USP); Sandra Regina Santo Ambrósio (economista, Associação Vila Olímpia Viva); Eduardo Trani (arquiteto, coordenador de Planejamento Ambiental da SEMA).

TEMA
4
16.11.95

As políticas públicas de habitação popular dos governos estadual e municipal
debatedores: Erminia Maricato (arquiteta, ex-secretária de Habitação do Município de São Paulo); Nabil Banduki (arquiteto, FAU/USP São Carlos); José Fábio Calazans (arquiteto, ex-coordenador do Programa de Favelas da CDHU); Cláudio Manetti (arquiteto); Rosana Miranda (arquiteta).

TEMA
5
23.11.95

Situação de moradia da população trabalhadora no Município de São Paulo
debatedores: Pedro Paulo Martoni Branco (diretor-presidente da FSEADE); Vânia Moura Ribeiro (arquiteto, coordenador da APOIO); Sérgio Zarattin (arquiteto, EMPLASA); Suzana Pasternack Tachner (urbanista); Maria Olintha G. Borba (gerente CDHU); Renato Daud (arquiteto, CDHU); Edson Marques (diretor CDHU).

TEMA
6
30.11.95

As experiências do Movimento Popular
debatedores: Luci Valente (Fórum dos Mutirões); Ailton Barros (Facesp); José Agostinho de Araújo (Coopermetro); Jamil Murad (médico, dep. estadual PCdoB); Donizetti Fernandes (UMM); Vital Nolasco (vereador PCdoB); Ana Martins (vereadora PCdoB, presidente da Comissão de Estudos da Habitação); Messias José da Silva (Mov. Favelas); Wander Geraldo (Conam); Pde. Guilherme (Pastoral da Moradia); Edileuza Francisca da Silva (ULC); Tereza Alves da Silva (Mov. de Moradia Abrigo João XXIII-Sacolão); Gegê (ULC).

Os textos apresentados no corpo deste relatório foram desenvolvidos com base nos depoimentos e intervenções dos expositores e demais convidados que participaram dos debates promovidos pela

Comissão Especial de Estudos sobre Habitação

INTRODUÇÃO

Objetivando aprofundar o debate acerca de uma política habitacional para o município de São Paulo, uma vez que os programas oficiais não atendem às necessidades da população trabalhadora, a Comissão de Estudos de Habitação da Câmara Municipal reuniu urbanistas, arquitetos, representantes da CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores, do FNUR - Fórum Nacional de Reforma Urbana, da UMM - União dos Movimentos da Moradia, da Pastoral da Moradia, além de várias entidades e órgãos ligados à área de habitação popular, e durante dois meses discutiu os problemas candentes do setor.

Partindo da análise de que o município de São Paulo apresenta uma metrópole interna onde acontece a grande concentração de atividades que definem o papel da cidade no mercado internacional e a característica de metrópole de serviços, verifica-se, entre essa metrópole central e a periferia uma metrópole intermediária onde acontece uma dinâmica bastante diversificada, com as atividades administrativas, de serviços, comerciais e situações variadas de moradias, com inúmeras favelas, entremeadas com bairros de classe média e bairros de alto padrão, mostrando as condições de extrema pobreza de um lado e bolsões de riqueza do outro.

Milhares de trabalhadores moram em favelas, cortiços e em loteamentos clandestinos e precários sem alternativa de melhorar estas condições, pois sua renda não permite o acesso a uma moradia digna. A situação se agravou após o Plano Real, quando aumentaram as ações de despejo, uma vez que, a cidade passou a apresentar os aluguéis mais caros em relação às grandes cidades dos países mais ricos, como Paris, Nova Iorque e Washington.

Levando em conta tais conclusões e pautada por programação abrangente dentro do aspecto habitacional, a Comissão realizou seis debates com os seguintes temas:

- 1) A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 2) A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE HABITAÇÃO
- 3) OS INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E OS PROJETOS PARA A CIDADE
- 4) AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR DOS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAL
- 5) A SITUAÇÃO DE MORADIA DA POPULAÇÃO TRABALHADORA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- 6) AS EXPERIÊNCIAS DE MORADIA DO MOVIMENTO POPULAR

Com base na análise de experiências do movimento popular, e com a contribuição de especialistas, a Comissão elaborou um diagnóstico da situação de moradia da população trabalhadora e apresentou propostas que cobram do Poder Público a expansão dos programas de habitação popular, além de elaborar subsídios para a política de assentamento populacional na cidade tendo em vista a realização da Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos em 1996, HABITAT II, a realizar-se em Istambul, na Turquia.

TEMA 1

A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º	162	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

A história da formação da cidade determinou a forma de distribuição da população em seu território e de sua infraestrutura. Historicamente, a ocupação da cidade depois da primeira guerra, se deu da seguinte forma:

- década de 20 e 40: o centro se expandiu para o outro lado do Anhangabau até a Praça da República.
- fins dos anos 50 a 60: surge o novo centro na Avenida Paulista.
- anos 70: novo centro na avenida Faria Lima.

Todos esses centros tinham uma coisa em comum, eram restritos fisicamente a uma determinada área, sendo que nos anos 80, temos um novo terciário de serviços, que não é mais contido, e sim explode ocupando todo o vale do Tietê.

A cidade se estrutura hoje, entorno dos dois rios, Tietê e Pinheiros, onde existe uma metrópole interna onde acontece a grande concentração de atividades que definem o papel da cidade no mercado internacional e a característica da metrópole de serviços.

Entre essa metrópole central e a periferia existe uma metrópole intermediária onde acontece uma dinâmica bastante diversificada, com atividades administrativas, de serviços, comerciais e situações variadas de moradias, com inúmeras favelas, entremeadas com bairros de classe média e bairros de alto padrão, mostrando as contradições de extrema pobreza de um lado e bolsões de riqueza de outro.

Essa oferta de serviços e empregos nas áreas centrais é o que determina a ocorrência de favelas nessas áreas, pois a população depende dessas atividades para sua sobrevivência.

As periferias da cidade apresentam hoje, após o avanço da urbanização decorrente de um processo de lutas e reivindicações, uma melhora em termos de serviços e comércio, mas ainda continua atraindo gente de fora de São Paulo e que estende cada vez mais seus limites de ocupação, atingindo áreas de proteção de mananciais ao sul junto às represas que abastecem a cidade. Ao norte, ao pé da Serra da Cantareira, esse avanço da ocupação está gerando problemas ambientais graves de erosão, comprometimento da floresta e das nascentes.

No conjunto da cidade, esse processo de ocupação está gerando problemas de grandes proporções, como o trânsito caótico e a insuficiência dos transportes coletivos, o

encarecimento da infra-estrutura urbana e a carência de áreas para habitação.

“As alterações que estão ocorrendo na cidade nos últimos dez anos, no tipo de mercado de trabalho, no caráter do emprego, estão mudando o perfil de seu território. Entre 1989 e 1991, constatou-se pelo censo do IBGE, que dois milhões de habitantes foram embora. Esse tipo de mudança só aconteceu na época da grande crise cafeeira em 1900, mas em escala muito menor.

Esse fenômeno que se constata, do movimento de grande contingente populacional, chama-se migração de retorno para as capitais do Nordeste ou das cidades do interior do país e do estado, em função do desemprego das camadas assalariadas que se verificou em São Paulo.

O censo de 91 mostrou ainda que alguns bairros localizados mais perto do centro da cidade, com Higienópolis, Perdizes, Vila Madalena, Vila Mariana, etc, tem uma população agora, menor que de 1980.

Essas áreas começam a perder sua identidade anterior, talvez porque a população esteja envelhecendo, os filhos crescendo e saindo para morar em outro lugar, além disso, está havendo a maior mudança de uso e ocupação do solo, social e de serviços que a cidade já viu nos últimos tempos.

A reestruturação no funcionamento das empresas, tem separado a atividade de produção, da atividade terciária dentro da fábrica, serviço de marketing, recursos humanos, pesquisa, foram relocados para unidades independentes (Ex: Autolatina, Banco do Brasil).” (Philip Gunn)

Outros serviços atacadistas como o Ceasa, modificam sua forma de atendimento, onde produtos importados são vendidos a preços mais baratos que os nacionais, a cotação se dá através de bolsas de mercadorias, com um sistema todo informatizado.

Esses exemplos e os grandes empreendimentos estão modificando a paisagem da cidade, onde surgem novas ilhas de classe média na cidade como o bairro do Tatuapé, em Santo Amaro com grande expansão dos serviços terciários. As alterações do mercado de trabalho, fruto das inovações tecnológicas dos anos 80, afetam a vida de toda a população.

Outro aspecto importante refere-se ao problema da especulação imobiliária, que possui estreita relação com a questão habitacional.

"A especulação imobiliária atinge um nível muito elevado em São Paulo, provocando extrema valorização do solo urbano, a terra urbana aqui, é mais cara que nos Estados Unidos e no entanto, os salários da população não acompanham esses padrões dos países ricos.

O capital especulativo no Brasil se sobrepõe ao capital produtivo. A valorização do solo urbano é absorvida pelos proprietários, no entanto é fruto dos investimentos públicos concentrados em determinadas regiões da cidade, nas áreas mais centrais, onde se situam as classes de renda mais elevadas, mas quem paga esta conta é o conjunto do povo através dos impostos pagos.

Esse processo gera uma acumulação, pois estes investimentos fazem com que mais construções se façam nessas áreas mais centrais, mais apartamentos e escritórios para a classe média, sem planejamento urbano, o que estoura a infra-estrutura existente da rede de água, esgoto, energia elétrica, telefone, e especialmente a rede de circulação; esse processo se agravará mais ainda com as operações interligadas." (Cândido Malta)

As favelas surgem porque uma parte da população não possui capacidade aquisitiva para pagar o preço exorbitante do solo urbano, se este fenômeno de produção do espaço urbano não for atacado na raiz, vamos ter a continuidade da produção de favelas, e aí não bastam os programas de urbanização de favelas.

As elites nunca se preocuparam em garantir a qualidade de vida da força de trabalho que pudesse gerar riquezas, nem dos negros escravos, nem dos imigrantes posteriormente. A região de Santo Amaro, por exemplo, na década de 70, recebeu grandes indústrias metalúrgicas mas não foram dadas mínimas condições de vida aos trabalhadores dessas indústrias, a burguesia abandonou soluções que eram utilizadas no início do século como as vilas operárias.

A política urbana enfrenta um outro problema que é a fragmentação do planejamento, que setoriza as ações de governo e desgasta a população na solução de seus problemas.

O neo-liberalismo que avança sobre o nosso país defende que não é mais preciso planejar, que o planejamento está superado e que agora só se fará projetos isolados exatamente para desarticulação da luta da população.

A fragmentação do planejamento é uma forma de desestruturar a luta do povo, pois com os órgãos públicos separados, a população tem mais trabalho e assim é mais fácil driblar a pressão popular.

"O planejamento integrado, é a forma de ver no conjunto os problemas é a forma do povo economizar a sua energia e encontrar mais facilmente as informações necessárias para pressionar na discussão do orçamento, das políticas públicas em

geral e depois cobrar soluções de cada unidade em separado." (Cândido Malta)

Estamos vivendo um momento de uma nova maneira de encarar o papel do Estado na administração dos bens públicos.

"Os três níveis de governo tem adotado uma política de reengenharia do Estado, que segue diretrizes internacionais a cerca do papel das políticas públicas, de como estas devem desenvolver as políticas sociais.

Os projetos habitacionais precisam ser dotados de infra-estrutura, de equipamentos sociais, e para isso é necessário a ação integrada dos diversos órgãos do governo.

A tendência de privatização das empresas concessionárias de serviços públicos (SABESP, ELETROPAULO, etc.) criará uma grande dificuldade de coordenar o planejamento desses serviços e uma incerteza quanto ao atendimento das áreas habitacionais e quanto ao custo desse atendimento.

O poder público possui grande capacidade de realização e pode aproveitar o momento de novos projetos habitacionais para recuperar bairros desestruturados ou degradados da periferia da cidade, o que só é possível com a ação coordenada dos diversos serviços públicos.

A privatização dos serviços e empresas públicas terá como consequência ainda, a entrega do patrimônio imobiliário dessas empresas para o setor privado, sendo que esses imóveis se constituem num estoque de terra, principalmente em áreas centrais, que poderia ser aproveitado para programas de habitação de interesse social, onde se economizaria a infra-estrutura." (Rosana Miranda)

Com relação às privatizações das empresas estatais, o poder público, de um modo geral, está se comportando como a iniciativa privada, analisando apenas o valor de mercado de seu patrimônio, sem pensar no papel social que pode ter, e que não é mensurável em termos econômicos financeiros, mas sim em função de uma visão planejada do uso social que possa vir a ter.

A política urbana que está sendo colocada em prática na cidade de São Paulo, é uma política de grandes obras viárias, que tem consequências desastrosas para a cidade, fragmentando bairros consolidados e degradando ainda mais a área central.

Os recursos financeiros, tecnológicos e científicos para enfrentar o problema da habitação popular na cidade existem, pois o mercado imobiliário ligado ao setor de serviços tem recebido diversos tipos de financiamentos e incentivos e por isso encontra-se bastante aquecido.

E. do ponto de vista técnico sabemos que até já construímos rúes embaixo dos rios, é necessário um novo direcionamento político de todos esses recursos para o interesse social coletivo e o atendimento das necessidades da maior parte da população. A questão habitacional tem que ser integrada dentro de uma visão metropolitana da cidade, de um plano mais global

Os planos diretores e os planos de bairro são contribuições importantes, pois analisam porções menores da cidade, com uma visão de vida urbana que não é só a moradia.

"No plano específico da habitação, é necessário a elaboração de um programa habitacional que contemple todas as situações de moradia precária da população de baixa renda.

A habitação não termina na soleira da porta, ela começa na soleira da porta; na realidade habitação é também saúde, transporte, educação, qualidade de vida urbana e todas essas questões estão profundamente relacionadas.

Outro aspecto importante é a participação popular na elaboração dos programas habitacionais, é a integração da universidade com as aspirações populares. Hoje é possível usar a ciência para tudo, e por isso é necessário dar assistência técnica para a população construir sua casa, com controle técnico, isso poderia ser feito através da Universidade." (Siegbert Zanettini)

O Brasil tem capacidade intelectual e de infra-estrutura para atender 150 milhões de brasileiros, essa visão de programas interligados dos empresários deve valer também para os programas populares.

A globalização da economia no mundo fez com que 190 nações desfrutem apenas 20% da economia mundial enquanto 15 nações desenvolvidas desfrutam 80% desse bolo.

O projeto neo-liberal provoca hoje no país, a alteração da ordem econômica, comprometendo a democracia, a ordem social, desindexando salários, sucateando serviços de saúde, educação, etc.

O projeto nacional que hoje é implementado pelo governo federal está colocando 50 milhões de brasileiros no primeiro mundo e para os outros cem milhões, resta somente uma cesta básica, ou os planos compensatórios que saem da mentalidade do FMI, do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais.

É necessário que a administração de uma cidade como São Paulo seja democratizada como espaços de representação popular e da sociedade civil que possam participar da gestão da cidade e também fiscalizar as ações do poder público.

A política de assentamentos em nossa cidade, para atingir os objetivos de garantir todos os benefícios urbanos à população

deverá necessariamente contar com uma descentralização administrativa que garanta a participação popular na definição de seus objetivos e programas.

Folha n.º 763 do Proc.
N.º 466 de 19 95
O Funcionário

PROPOSTAS

1. As políticas e programas habitacionais devem ter como preocupação uma visão ampla das necessidades da população segundo um planejamento integrado de cada região da cidade.

2. "Todo programa ou projeto que se desenvolver daqui para frente na cidade de São Paulo, deve se utilizar de uma nova ciência interdisciplinar, que é a previsão de impactos, no sentido de prever consequências futuras no desenvolvimento urbano, o que não era possível em épocas anteriores, nos períodos de maior densamento da cidade, como foi no período da industrialização." (Aziz Ab'Saber)

3. É preciso garantir o planejamento integrado, de conjunto e exigir que o Estado se apresente assim de forma articulada, sendo obrigado por lei a fornecer informações à população, cuja elaboração, deve ser definida segundo critérios preestabelecidos para evitar manipulação, pois esses indicadores são absolutamente necessários para que a população possa fiscalizar o poder executivo e o próprio legislativo, através de publicações periódicas que deverão ser colocadas à disposição de todos.

4. O projeto de lei federal denominado Estatuto da Cidade precisa ser aprovado pelo Congresso, pois criará instrumentos jurídicos que permitem atacar com mais eficiência a especulação imobiliária.

5. Os prejuízos do capital imobiliário especulativo para as cidades é fruto do capital especulativo de nível internacional que se desdobra a nível nacional como capital financeiro. É preciso se criar novos instrumentos internacionais de organização das nações que superem o FMI, o Banco Mundial para criar uma regulação do capital especulativo para que este não desestabilize a economia dos países como aconteceu no México e que ameaçam o Brasil.

6. É preciso conquistar espaço na mídia para o debate dos problemas urbanos, no caso de São Paulo junto à TV Cultura.

7. "Instrumento importante para implementar a política urbana é o Plano Diretor onde ficam definidas as diretrizes dessa política, e os critérios para elaboração dos planos de bairro. É um instrumento para dura 20 anos, juntamente para superar qualquer administração e fazer a integração entre uma e outra, para que sejam garantidos os direitos da população; é também um estudo técnico da cidade que é fundamental para o uso social do solo urbano e para avançar na cidadania.

8. O plano de bairro é o instrumento para o planejamento do bairro tendo como objetivo a qualidade de vida dos bairros, numa visão mais ampla da moradia com todos os equipamentos que a população tem direito (creches, escolas, emeis, praças, postos de saúde, etc.) e outros benefícios ligados ao tráfego, segurança.

9. A criação de bolsões na cidade, delimitados em função do tráfego nos bairros é fundamental para preservar a qualidade de vida e a segurança nos diversos locais e mudar esta visão de uma cidade voltada para o automóvel.

10. Outro instrumento da política urbana é o orçamento, no entanto é preciso democratizar as informações para sua elaboração e discriminar o custo dos serviços e obras urbanas por região para que a população interessada possa compreender o orçamento, participar de sua elaboração e acompanhamento.

11. As favelas no plano de bairro podem ser integradas mais facilmente às necessidades do bairro, sendo favelas pequenas com 30 a 50 barraco, seus equipamentos são os mesmos do bairro, sendo favelas grandes com 30 a 40 mil habitantes, deverá se fazer uma divisão de seu território ao longo dos bairros e cada trecho será equipado conforme as necessidades." (Cândido Malta)

12. É preciso reestruturar as favelas, no caso das pequenas aglomerações, adquirindo um espaço no meio, comprando barracos ao preço de mercado, pois é preciso respeitar o investimento feito pela população e conhecer a estrutura sócio-econômica da favela.

13. Os programas habitacionais propriamente ditos devem se direcionar para corrigir situações precárias de habitação, das áreas de riscos, favelas, cortiços, loteamentos precários.

14. "Os programas devem ainda contemplar diversas alternativas dependendo da situação a ser atendida e da região da cidade: lotes urbanizados; mutirões, de favelas e cortiços; recuperação de favelas e cortiços, buscando evitar que a especulação imobiliária se utilize da degradação como pretexto para modificar o espaço urbano; programa de ocupação dos vazios urbanos, com um programa diversificado que aproveite a infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais já existentes; programa de assentamento localizado, integrado na região do entorno; programa de projetos especiais, de habitação industrializada, numa visão de economia de escala para a produção de componentes." (Siegbert Zanettini)

15. É necessário se urbanizar as favelas e regularizar a situação fundiária através de títulos que dêem segurança à população, para que se tornem cidadãos e não fiquem à mercê de governos autoritários.

16. Há necessidade de se equipar os conjuntos habitacionais para se garantir a cidadania para os moradores.

17. Com relação à política urbana e de habitação, três projetos estão engavetados no Congresso Nacional: a emenda Ulisses Guimarães, que destina 2% do orçamento da União para habitação; o projeto do deputado Hélio Rosas que define a política nacional de habitação e o projeto de iniciativa popular que reuniu 1 milhão de assinaturas e propõe a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, e precisam ser aprovados.

DEPOIMENTOS

Agnaldo (Vila 1° de Outubro)

"As ocupações de terra vão acontecendo na periferia da cidade quando a população vai sendo expulsa das favelas, dos cortiços, despejada pelos alugueis e luta para regularizar essas terras durante dez ou quinze anos e, os governos viram as costas."

Donizete Fernandes (UMM)

"É preciso resolver a questão urbana e da habitação a nível federal com a aprovação dos projetos do Estatuto da Cidade e do Fundo Nacional de Moradia Popular, do contrário não será possível resolver o problema a nível municipal estadual e federal."

Nilse (Mutirão Celso Garcia)

"A situação de moradia da população está um caos, com famílias sendo jogadas abaixo da linha de pobreza, vivendo como bichos na cidade e no entanto nos mutirões há mais de 9 mil casas paradas e o dinheiro público está se desperdiçando com o abandono da infra-estrutura e a população tem feito campanhas para conseguir recursos e dar continuidade às obras."

Padre Guilherme (Pastoral da Moradia)

"Os projetos para a cidade devem ser gerenciados com a participação de todas as partes interessadas, governo, produtores e empresários e o povo, através de conselhos."

Zorilda Maria dos Santos (FACESP)

"O projeto neoliberal, que fomenta o desemprego, o arrocho salarial, através do governo federal lança programas que não atendem a população, só para quem tem poupança e através do governo estadual, só para quem tem terra, e a nível municipal, a administração atual não propõe um programa habitacional para o município, paralisa os mutirões e despeja famílias, desalojando-as em função das grandes obras."

Ana Maria Franco (UPM)

"O debate com pessoas avançadas da universidade é importante para a luta do povo, principalmente dentro dessa visão de que moradia é saúde, educação, transporte e todas as condições dignas que uma pessoa precisa para viver."

A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE HABITAÇÃO

Folha n.º	764	do Proc.
N.º	46	de 1985
O Funcionário	<i>[Assinatura]</i>	

Os projetos de lei de desenvolvimento urbano

Os problemas da atual situação da habitação estão relacionados com o problema da reforma urbana e da reforma agrária. Cerca de 83% das terras produtivas rurais do país estão nas mãos de 10% de proprietários. Os outros 17% estão divididos, portanto, entre 90% de proprietários. Este nível de concentração de terras contribui para que o país tenha um dos piores índices de desigualdade econômica do mundo.

Na cidade, o problema é bastante semelhante, com o agravante de que 75% da população brasileira vive hoje nas cidades.

No município de São Paulo 25% dos terrenos particulares estão vazios aguardando valorização imobiliária que virá decorrente de investimentos públicos, alterações de legislação de zoneamento, da instalação de comércio ao seu redor, etc. Essas áreas ficam ociosas, e não contribuem para o desenvolvimento econômico do Município e do Estado. No entanto, são beneficiadas por obras de infra-estrutura, asfalto, luz, água, pagas pelo conjunto da sociedade envolvida em atividades produtivas, por aqueles que geram empregos e arrecadação. Este é o processo chamado de especulação imobiliária.

Neste processo de monopólio da terra, estes proprietários elevam absurdamente o preço das terras, e expulsam a população, cada vez mais empobrecida pela crise econômica, para fora dos limites da cidade servida de infra-estrutura, aumentando a violência e as condições sub-humanas de habitação.

Grande parcela da população, sem alternativas, acaba indo morar em áreas de mananciais, mais distantes do centro desenvolvido e estruturado. Os danos causados ao meio ambiente por esse processo são inevitáveis e, em muitos casos, irreversíveis.

Pode-se dizer, em síntese, que a especulação imobiliária só causa prejuízos à sociedade, expulsa a população mais pobre para fora da cidade, causa danos ao meio-ambiente e prejudica o desenvolvimento econômico do país.

Existem projetos de lei e propostas sendo debatidas hoje no Congresso Nacional que precisam ser contextualizadas historicamente para serem entendidas. Desde 1983 tenta-se aprovar um projeto de desenvolvimento urbano para o país.

"Durante a Constituinte de 1988, um Fórum de nível nacional, integrado por movimentos de moradia de todo o país, grupos mais progressistas de arquitetos, estudantes ligados a urbanismo, organismos não governamentais, entre outros, elaboraram uma proposta de emenda instituindo mecanismos que, se aplicados, coibiriam a especulação imobiliária e permitiriam a gestão democrática das cidades. Esta emenda obteve 135 mil assinaturas no país e teve como resultado a inclusão, na Constituição, de um capítulo específico para a política urbana.

Pela primeira vez uma Constituição brasileira diz que a propriedade deve cumprir um papel social, não pode servir para especulação imobiliária; prevê o IPTU progressivo, desapropriação por títulos da dívida pública, o direito ao uso capião urbano, entre outros mecanismos.

Em 1990, foi aprovado pelo Senado Federal Projeto de Lei, chamado de Estatuto da Cidade, que regulamentava o artigo do desenvolvimento urbano, inserido na Constituição. Para virar lei deveria, ainda, ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Entretanto, a partir de forte oposição dos setores mais conservadores ligados à grande propriedade urbana, o projeto foi engavetado e lá encontra-se até hoje.

O atual governo federal, criou a Secretaria Nacional de Política urbana. No entanto, esta Secretaria ignorou tudo o que foi discutido e elaborado durante anos e criou um novo projeto de lei que, além de sofrer contínuas alterações, apenas estabelece diretrizes gerais para a política urbana, para o saneamento, diretrizes aliás, que todos conhecemos." (Sérgio Suiama)

Deve-se ressaltar que a questão da política urbana é uma matéria constitucional. Faz parte da Constituição Federal, da Estadual e da Lei Orgânica do Município, e nos seus devidos níveis trata essa questão nos seus princípios gerais e nos seus principais instrumentos.

Os planos diretores são instrumentos básicos e efetivos da política urbana nos municípios e devem compatibilizar as ações locais como as ações regionais e com as ações setoriais de outros níveis de governo.

"A Constituição estadual prevê que haja um Plano Diretor que se estenda a todos os municípios. Sendo assim, trata-se de um instrumento de fundamental importância que requer, para sua formulação uma ampla participação de toda a sociedade, todas

as entidades e associações direta ou indiretamente envolvidas no processo de desenvolvimento da cidade. Não pode ser uma iniciativa do Estado promovida através da Prefeitura e aprovada pela Câmara Municipal, sem a participação popular.

E São Paulo, a maior cidade do Brasil, a terceira ou quarta metrópole do mundo, com população comparável às de Nova York, Tóquio, México, não tem um Plano Diretor. O principal instrumento da política urbana em nosso país não existe em nossa cidade.

São Paulo passa há duas décadas por transformações profundas. Como várias metrópoles no mundo, a cidade transformou-se num grande centro de serviços e controla boa parte da produção que ocorre no país. Aqui estão os grandes escritórios de mega empreendimentos econômicos, os escritórios que realizam os grandes comércios nacionais e internacionais. É uma cidade mundial, disputa mercado com as grandes metrópoles do Primeiro Mundo, tem a perspectiva de se tornar a primeira cidade do mundo. Entretanto, cresce de forma desordenada, irracional.

Para fazer frente à globalização, participar do mercado mundial, São Paulo passa por processos de grandes maquiagens, enverniza as suas aparências. Constrói Cingapuras em locais bem visíveis para mostrar que cuida de seus miseráveis, mas não desenvolve efetivamente uma política habitacional consequente.” (Sérgio Carneiro)

Abrem-se avenidas que rasgam a cidade, utilizando-se de projetos previstos já há muitos anos, sem levar em conta a realidade absolutamente diferente que vivemos hoje, considerando-se apenas os interesses da especulação imobiliária. Entretanto, não se pensa em locais para jogar os resíduos sólidos, o lixo. Os aterros sanitários da cidade estão saturados e os esgotos são dirigidos, via de regra, para a água que bebemos.

Constroem-se túneis, abrem-se vários espaços para a circulação viária, mas a cidade não tem sistema de transporte de massa que comporte, a necessidade de ir e vir da população trabalhadora.

É uma metrópole que diante da perspectiva de tornar-se um grande centro mundial apresenta uma forma de atrair investimentos de capitais, que tem um efeito perverso sobre a sua população. São Paulo é hoje um grande albergue. Diante de nossas casas, famílias inteiras dormem ao relento. São crianças, trabalhadores desempregados, que fazem parte da face desumana e cruel da cidade mostrando, assim, que nossa cidade não terá futuro.

“O Brasil está bastante atrasado em relação ao que acontece no mundo, tanto no que se refere a política nacional de desenvolvimento urbano e no que diz respeito à política habitacional. Após a extinção do BNH, em 1986, não se

constituiu nenhum instrumento a nível nacional que propusesse uma política para o setor.

As orientações neoliberais, a pressão que os países ricos exercem através das agências internacionais sobre os países dependentes, impõem um abandono dos programas sociais públicos como sendo medida necessária à inclusão desses países nos grades mercados mundiais.

Entretanto, no países ditos de Primeiro Mundo, o Estado tem uma política de subsídio à habitação de interesse social, e, tem uma participação efetiva na produção de Habitação. Na Holanda, um dos países mais ricos da Europa, a lei de habitação data de 1901 e garante direitos mínimos em relação ao aluguel social e em relação a política de produção de habitação.” (Rosana Miranda)

O Sistema Financeiro de Habitação

“A política brasileira de habitação inicia-se em 1964 com o Golpe Militar. É criado o BNH e posteriormente o FGTS. Essa foi uma política centralizada em Brasília, dominada basicamente pelos interesses das empreiteiras e não das famílias necessitadas de habitação. Em 1986, o BNH construiu cerca de 4 milhões de casas e a maioria delas não se destinou à população de baixa renda. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação a situação piorou. Desde aí a sociedade brasileira não teve mais política habitacional.

Frente a esta situação os movimentos populares organizados, em todo país, iniciam um processo de experiências, de projetos pilotos, de ocupação de terras, que visavam substituir a falta de uma política habitacional oficial.

A partir destas experiências acumuladas em São Paulo, os movimentos elaboraram uma proposta da criação de um Fundo Nacional de Moradia e em 1990 a enviou ao Congresso Nacional com o respaldo de quase um milhão de assinaturas. Essa proposta permaneceu paralisada até 1992.

Neste ano, também a partir da iniciativa de setores populares e alguns setores governamentais, o tema é retomado e é apresentada ao Congresso a proposta de criação do Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação. Também a Caixa Econômica Federal e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil apresentaram propostas.

Com a discussão se ampliando, é criado, a partir da iniciativa de deputados membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, é instalado o Fórum Nacional da Habitação, integrados pelos setores ligados à questão habitacional. O Fórum obtém, em 1993, uma proposta que congrega a essência de todas as outras propostas em discussão e a envia à Comissão Especial de Habitação criada no Congresso especialmente para isso. Em

dezembro de 1994, o relator da Comissão, o deputado Hélio Rosas, elabora parecer e a envia ao Plenário da Câmara. Pela proposta seriam criados um Fundo e um Conselho Nacional de Habitação." (Leonardo Pessina)

O Conselho, por sua vez, seria composto pelos diversos setores da sociedade, poder público, financiadores do projeto, empresários, movimentos de moradia, sindicatos e centrais sindicais, etc. As propostas a serem estudadas incluíam a construção de conjuntos habitacionais, de melhorias habitacionais, de urbanização de favelas, de intervenção em cortiços, de regularização fundiária, enfim, uma série de programas que tem mais a ver com a realidade habitacional brasileira e não como os modelos prontos e acabados das grandes empreiteiras.

O Fundo teria recursos oriundos do FGTS, do orçamento da União das loterias nacionais e loterias especiais de habitação, possibilitando, assim, uma política de subsídios para a população de baixa renda, que pagariam seu financiamento ao longo de 25 anos.

Outro aspecto da proposta é o incentivo aos programas de autogestão. A sociedade organizada poderia ser o agente promotor e mutuários dos financiamentos.

O governo atual, a nível federal, não está predisposto a levar adiante a proposta do Fundo ou do Conselho de Habitação e, provavelmente vetará o projeto que está na Câmara Federal, pois já foi apresentado um novo projeto pelo executivo que institui o Conselho Nacional de Política Urbana e define diretrizes da Política habitacional.

Esses projetos necessitam de um equacionamento dos recursos para atender as diversas demandas por habitação. Para isso, seria conveniente que houvesse um planejamento da distribuição de recursos do FGTS para que estes chegassem aos municípios através de uma política habitacional coordenada pelos órgãos do setor.

Os programas que foram propostos pelo governo federal, em geral, resolvem parte da demanda por habitação, mas não resolvem o atendimento para a baixíssima renda, daqueles que não possuem FGTS e necessitam de subsídios. Nesse sentido, esses programas são limitados, pois os mecanismos de captação e o retorno ao FGTS impedem uma política de subsídios à população de baixa renda.

Esses programas, o Pró-Moradia e o Pró-Saneamento, destinam recursos às Prefeituras e a futuros mutuários do sistema com prioridade à famílias que recebem até 3 salários mínimos, que deverão ser subsidiadas pelo poder público municipal.

A destinação principalmente desses recursos serão os projetos de reurbanização de favelas, recuperação de áreas degradadas e também para melhoria das habitações em áreas ocupadas.

Folha n.º 765 do Proc.
N.º 46 de 1995

Um outro programa proposto pelo governo federal é a carta de crédito para as famílias individualmente, com limites determinados por família para melhorar a habitação e outro para aquisição com limite até 29 mil reais para quem possui FGTS e tem renda até 12 salários mínimos, sendo que, este último, libera os mutuários dos programas oficiais e ele poderá escolher o imóvel para aquisição.

Encontra-se ainda em formulação, uma linha de financiamento para as cooperativas e associações com recursos do FGTS cujo nome provisório é "propriedade cooperativa".

Apesar do avanço que esses programas representam, continuamos sem uma política global que faça a articulação entre eles, sem uma política nacional de moradia, sem um Fundo e sem um Conselho.

PROPOSTAS

1. Pressionar para que o Governo Federal invista na aprovação do Estatuto da Cidade, que voltou a tramitar no Congresso Nacional a partir do trabalho e de acordos feitos por deputados mais progressistas.

2. Elaborar e implementar urgente um Plano Diretor que não se resume apenas ao zoneamento, ao planejamento físico territorial, ao plano urbanístico. Mas um plano de desenvolvimento que incorpore as várias ações governamentais e procure adequar os serviços urbanos existentes às demandas econômicas essenciais projetadas para o desenvolvimento urbano de cada cidade.

3. "Definir índices urbanísticos básicos, de futuro, de áreas verdes, que cruzem as densidades com o uso e ocupação do solo." (José Fábio Calazans)

4. Definir os indicadores mínimos de qualidade de vida urbana: quantas creches, leitos hospitalares, escolas, teatros, parques, enfim, qual a quantidade mínima de equipamentos são necessários para que a população viva com dignidade.

5. Criar mecanismos e políticas habitacionais mais amplas com subsídios para a população de baixíssima renda e/ou que não possui o FGTS, ou não participa do mercado formal de trabalho.

6. Desdobrar essa Comissão para formular subsídios ao Plano Diretor.

DEPOIMENTOS

José Fábio Calazans (Arquiteto)

"A reforma tributária e fiscal exige uma definição que é complementar à Constituição de 88 dos papéis dos Estados, Municípios, e União na esfera que nos compete de habitação e saneamento."

"Os programas habitacionais limitados dos governos servem para aliviar as pressões do movimento, que ficam disputando entre si a participação nos projetos e acabam se esquecendo da política mais global."

TEMA 3

OS INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS E LEGISLATIVOS DE IMPLIMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E OS PROJETOS PARA A CIDADE

O Brasil é um país de dimensões continentais completamente diferenciadas quanto ao problema da habitação. Não há como falar de forma genérica.

“Temos, no mínimo seis áreas problemáticas geo-econômicas onde o problema da habitação se dá de forma completamente diferente. As áreas metropolitanas apresentam problemas de normalização do problema habitacional, do uso do solo, porque as cidades já estão todas instaladas. A maioria dos 5 mil municípios do país sofre um problema de inchamento das populações rurais que vêm, primeiramente, para as cidades pequenas, e depois, migram para as maiores.

A população da região Centro-Sul conseguiu obter sua casa própria construindo-a em pequenos lotes da periferia. O passo seguinte é o da conquista de equipamentos sociais. Os Conjuntos habitacionais não têm comércio, educação, saúde. Não têm nada.

Outro ponto problemático é o da habitação/emprego. O êxodo rural urbano é irreversível. Na região Centro-Sul a população urbana está na ordem de 80% contra 20% no campo, com tendência a aumento desse êxodo. Na medida em que a municipalidade cede habitação, amplia o êxodo. Como não oferece emprego, contribui para o aumento da marginalidade.” (José Cláudio Gomes)

Fazer Cingapuras. Casas ou Conjuntos Cohabs não resolvem se não houver uma política de emprego. A atual verticalização das favelas beneficia apenas uma parcela menor da população favelada. A parcela maior é expulsa.

O déficit habitacional atual é de 2 milhões de habitantes no Estado de São Paulo e a Administração só poderá fazer 40 ou 50 mil moradias, atingindo cerca de 200 mil habitantes. Além de não resolver o problema, pode agravá-lo uma vez que o processo de expulsão continua.

Formas de produção de habitação

A maneira como se articulam o problema de mão-de-obra, o problema do material e o problema da terra gera várias formas de produção. Na Administração anterior implementou-se o programa de mutirão na cidade, que é uma articulação da mão-de-obra própria, com o material e terrenos subsidiados.

“Os mutirões só se justificam em termos de emergência, uma vez que fundamentalmente há uma sobre-exploração do trabalho do mutirante, no entanto a experiência realizada na cidade apresenta aspectos positivos na organização da população e no resultado final das habitações.

É obrigação do Estado prover habitação de interesse social e todas as outras formas não subsidiadas deveriam ser descartadas.” (José Cláudio Gomes)

“A questão da habitação precisa diferenciar a casa da morada. A casa é uma edificação e a moradia uma atividade.

A metrópole empobrece a cada dia e as populações que para ela vêm são as menos favorecidas. Num certo sentido, a metrópole começa a ser reduto de pobreza do país. Entretanto, essa pobreza pode encontrar novos níveis de civilização na metrópole, que pode passar a ser um instrumento de crescimento da sociedade.

Deve-se pensar a cidade a partir de sua menor escala, que é um conjunto de edificações que se organizam ao redor de um espaço público. A cidade tem que ser pensada em todas as suas escalas, desde a moradia, passando por ruas e quadras, levando-se em conta os conflitos resultantes das necessidades de cada uma dessas escalas de agrupamento de famílias, de habitantes.” (Sílvia Sawaia)

Os movimentos de moradia se organizaram por um espaço comum que tenha áreas públicas e atividades particulares mas, via de regra, perdem o seu ímpeto quando conseguem o objetivo que é ter a casa.

Operações Interligadas

A Operação Urbana significa, em síntese, uma parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada, pela qual seriam realizadas obras de melhoramentos em troca do aumento do potencial construtivo. A que está sendo realizada na Faria Lima, pela sua magnitude, vai de Pinheiros até o outro lado da cidade, deveria ter sido ampla e demoradamente debatida com a população a ser atingida por ela.

A explicação das Operações Interligadas é basicamente a mesma. A iniciativa privada o poder público troca um aumento potencial construtivo e a alteração do zoneamento em

determinado local por um número de habitações de interesse social.

A lei que regulamentou este instrumento prevê a criação de um Fundo Municipal de Moradia. Neste fundo seriam depositados, pelo empresário, os valores correspondentes ao número de habitações que ele deveria financiar a partir do benefício que teria com construções em determinadas áreas, que sofreriam alteração dentro da Lei de Zoneamento. O resultado prático desse instrumento é a alteração progressiva e gradativa eliminação da lei de zoneamento existente.

O ponto grave da questão é que não há planejamento ou participação da população nas discussões sobre o que ela necessita nas várias áreas da cidade. A consequência é a deterioração já visível dos bairros atingidos por tais alterações e o acúmulo das queixas de moradores.

Outro aspecto negativo da Lei é que ela preserva o interesse privado em detrimento do público. O valor a ser depositado pelo empresário corresponde ao valor que o potencial construtivo dará ao terreno. É esse valor exato que terá que depositar. Não se avalia o ganho efetivo que a construção poderá gerar. Um único apartamento construído pode chegar a valer 5 ou 6 vezes o valor avaliado originalmente e o empresário não terá que desembolsar um centavo a mais com habitações sociais, as quais ficam, portanto, limitadas à quantidade possível de ser construídas com a primeira avaliação realizada.

A lei das Operações Interligadas não favoreceu as regiões da cidade, que pela lei de zoneamento não pertence às áreas mais nobres. Nessas áreas, a tendência será piorar muito a qualidade de vida de seus moradores.

Entretanto, a lei das Interligadas, nos seus aspectos positivos, garantiu a preservação das áreas Z 1 e das zonas de preservação histórica. Garante a qualidade de vida de uma minoria favorecida economicamente e não respeita o mesmo direito à população de classe sócio-econômica inferior.

Operação Urbana Faria Lima

O projeto de extensão da Faria Lima, datado de 1968, e só agora implementado, sofreu uma ampliação no projeto atual, abrangendo hoje 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Seu principal, e mais importante, impacto sobre as populações das regiões atingidas - Pinheiros, Itaim, Vila Olímpia e Vila Funchal - foram as desapropriações arbitrárias, além dos incômodos e riscos causados pelas obras em si, uma vez que estão sendo realizadas sem os necessários cuidados. Em fevereiro de 93 nasceu a Associação Vila Olímpia Viva e em seguida o Movimento Pinheiros Vivo.

A lei aprovada introduziu um instrumento - o CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção - que institui a

venda de títulos que permitem aos investidores construir futuramente em locais não desapropriados para ampliação da avenida, o que significa, na prática, a expulsão da população dos bairros. A administração pública propagandeou que a ampliação teria custo zero, contando com a arrecadação oriunda de tais títulos, os quais, segundo noticiário da imprensa, não chegaram sequer a ir a leilão.

A luta das associações levou o debate para a imprensa e graças a repercussão obtida, a justiça acabou arbitrando valores de desapropriação próximos ao de mercado. A forma como as desapropriações foram postas em prática gerou problemas, uma vez que criou-se um clima de terrorismo, fazendo com que as famílias abandonassem suas casas, o que muitas fizeram sem mesmo ter para onde ir.

As leis aprovadas futuramente, devem ter a preocupação de salvaguardar minimamente as populações a serem atingidas quando de sua implementação para que não volte a ocorrer o que está acontecendo agora, ou seja, o poder econômico, aliado ao poder público expulsa moradores de suas residências.

Há que se observar também que a população tem sua vida organizada no bairro, escola, médico, o comércio, o emprego e não há preocupação com a forma como ela vai se reorganizar. A população não consegue reproduzir em outro bairro as condições de moradia que possuía, mesmo que se desse o preço justo pelas desapropriações, além disso, famílias, incluindo aposentados, tiveram que alugar apartamentos na mesma região e agora têm que arcar com custos adicionais, como o condomínio, etc.

"Outro aspecto importante da luta contra a Operação foi a mobilização popular, o resgate da consciência da cidadania, com a população, incluindo idosos, lutando por seus direitos. Descobriu-se, de repente, que vereador é responsável pela vida das pessoas porque moradia é, em última instância, a vida. E muitas das pessoas que nem sequer sabiam em quem tinham votado, por considerar ser um cargo de menor importância, compreenderam o papel dos vereadores." (Sandra Santo Ambrósio)

Habitação e qualidade ambiental

"Hoje é necessário pensar a casa ou morada levando em conta o equilíbrio moradia, casa e qualidade ambiental. A criação do loteamento, do espaço urbano de todo Estado, produziu a anticidade. A cidade crescendo sem qualidade.

Nos últimos quatro anos a maioria dos conjuntos habitacionais foram construídos nas zonas mais inadequadas das cidades, nos terrenos mais baratos, distantes da infra-estrutura necessária à sua existência.

Folha n.º	766	do Proc.
N.º	46	de 1993
O Funcionário		

No interior do Estado de São Paulo os novos conjuntos estão sendo construídos no meio dos canaviais. Estes conjuntos são verdadeiras cidades novas onde tudo falta. Existe a casa e o mutirão, mas faltam os equipamentos. Não há transporte adequado, atendimento à saúde, à educação, etc.

O Habitat está colocando como tema os assentamentos humanos sustentáveis. A sustentabilidade significa poder manter em equilíbrio desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, os benefícios sociais. Ter sustentabilidade desde a casa, o edifício, o conjunto de casas, a área pública. Não adianta ter operações urbanas que destruam o que socialmente já estava colocado.

Do ponto de vista ambiental tem-se que pensar no conjunto. No caso específico de proteção aos mananciais, o conjunto de rios onde se capta água para abastecimento, um dos itens básicos para a existência da cidade, a situação é gravíssima. Os mananciais estão seriamente comprometidos. Há rodízio de água constante mesmo nos meses das chuvas. Não há mais água em São Paulo. Os mananciais - Guarapiranga, Billings, Cantareira, etc, têm que ser objeto de uma discussão mais séria por parte dos cidadãos.

A lei de proteção aos mananciais protege 54% da área total da região metropolitana, abrangendo 27 municípios e existe desde 1975. Nove municípios ocupando toda a região dos mananciais da Zona Sul de São Paulo, possui em torno de um milhão a um milhão e trezentas mil pessoas. Ou seja, é uma metrópole dentro da área de mananciais.

A cidade cresceu e expandiu-se para a Zona Sul porque ali havia emprego e porque as terras eram muito baratas. O Estado - Governo do Estado e Prefeitura - fizeram vista grossa à essa ocupação desordenada e ilegal. Pouco a pouco, cada vez mais ocupou-se as áreas dos mananciais. Mas, não tratamos a água, os esgotos... Os esgotos vão para dentro dos reservatórios elevando os custos de tratamento da água. A água captada pela Sabesp hoje na Guarapiranga tem um custo bastante elevado.

Poderá ser pior ainda se levarmos em conta que Billings e Guarapiranga correm o risco de não existirem nos próximos cinco anos se nada for feito já. Pode-se dizer que está se criando uma situação irreversível. Nesse caso teremos que realizar obras muito caras para captar água em Juquiá, desviando verba de obras sociais.

Há dois anos foi lançado o programa de saneamento ambiental da bacia de Guarapiranga com recursos vindos do Bird. Trata-se de coletar esgotos, coletar lixo e uma série de ações que podem melhorar as condições de vida da população que ali mora. Este programa isoladamente não resolverá o problema. Os recursos, da ordem, inicialmente de 325 milhões e agora em torno de 265 milhões, serão desperdiçados se não houver uma discussão ampla com a população.

O atual governo do Estado decidiu fiscalizar de fato seus próprios órgãos - Eletropaulo e Sabesp -, não permitindo que se façam mais melhorias, porque a cada nova obra perpetua e agrava-se a situação.

A orientação atual, é o chamado sistema de gestão metropolitana dos mananciais. Em julho foi criado, via decreto governamental, uma comissão especial, formada pelo próprio governo do Estado, prefeituras, Assembleia Legislativa, CONSEMA, e entidades representativas da sociedade civil, que tem prazo de um ano para apresentar um projeto de revisão da lei de 75. Cujo conteúdo deverá ser uma mudança na concepção de ocupação da região metropolitana, preservando os mananciais.

O governo do Estado pretende trabalhar com 3 linhas de ação: a revisão da lei, um sistema de grande gestão e projetos concretos de ação que envolvam monitoramento, fiscalização, recursos, etc." (Eduardo Trani)

Observa-se hoje um fenômeno de corrosão do Estado, que vem ocorrendo desde 64. O Estado está abrindo mão do seu poder de decisão. Esse esvaziamento da instituição Estado está sendo realizado pela iniciativa privada e tem como consequência a perda da cidadania, a inversão completa do processo decisório, é mais que correto dizer que há uma falta de instrumentos institucionais diante da magnitude dos problemas.

DEPOIMENTOS

Ana Maria Quadros (Vereadora/PSDB)

"Mesmo sabendo os prejuízos causados pelas construções em áreas de mananciais, não podemos ignorar que temos uma situação de fato. Os moradores dessas áreas investiram, gastaram, construíram há 5, 10, 15 anos e não foram alertados em tempo pelo poder público, ou indenizados pelos gastos que tiveram, na verdade, poder público foi conivente.

Fizeram fossas, abriram poços de água e não conseguem ter a luz. Temos recebido solicitações e feito gestões no sentido de solucionar o problema da luz. As ligações feitas atualmente são clandestinas e quando são cortadas, quando apresentam problemas as pessoas perdem seus aparelhos elétricos. Não se pode tirar milhares de pessoas dessas áreas sem viabilizar sua transferência para outros locais, sem indenizá-las adequadamente. Muitas construíram casas de bom padrão.

Um gasto urgente e necessário é a fiscalização diuturna e ininterrupta com helicópteros. E verificar quem está vendendo terrenos nessas áreas e bloquear o processo antes que as pessoas comprem e construam."

Ana Martins (Vereadora/ PC do B)

"Um dos graves problemas sociais é o da moradia e desordenamento da cidade. Qual foi o governo, em qualquer dos três níveis, que assumiu a moradia como problema social? Não existe nos orçamentos verbas para moradias. E não é por falta de pressão dos movimentos sociais. Também não se trata de falta de áreas. Temos como exemplo a área do Iapas, Fazenda Itupu, na Zona Sul.

Há vinte anos o movimento popular luta por uma negociação com o governo do Estado com a finalidade de transformar o local em área de moradia, respeitando-se os princípios de respeito às áreas de mananciais.

A população considera, assim como eu, que alguns grandes problemas dependem de decisão política para serem resolvidos e essa decisão política é tomada com muito mais rapidez quando visa atender a interesses menores, como o de grupos imobiliários por exemplo.

A fiscalização só é positiva quando a população é informada sobre seus direitos, discute seus problemas e junto com o poder público, e com a ajuda deste, busca as soluções para eles. Caso contrário, pode ser, e é normalmente, arbitrária e destina-se mais a ampliar do que corrigir os graves problemas que a população já tem. Existe hoje excesso de fiscalização mal realizada, mal dirigida.

Trabalhadores que levaram anos ampliando suas casas, muito comumente construindo eles próprios nos finais de semana, são fiscalizados e multados por não terem encaminhado esta ampliação segundo os mais estritos parâmetros da lei. Não se leva em conta as dificuldades que tais famílias passaram para fazer um ou dois cômodos a mais. Em muitos casos a família passa de uma para três ou quatro. Os filhos casam-se e não têm onde morar, constroem anexo à casa dos pais. O fiscal não faz análises sociais, apenas cumpre com o que diz seu estático manual de fiscalização."

Henrique Pacheco (Vereador/PT)

"Um exemplo de programa habitacional antidemocrático é o Projeto Cingapura, no qual a população destinatária não é sequer consultada. Uma das favelas a ser atingida pelo projeto realizou um plebiscito por conta própria e de 409 famílias que votaram apenas 5 pessoas se manifestaram favoravelmente a ele. E não é o único caso de rejeição coletiva. Mesmo assim, a prefeitura dá continuidade ao projeto. Isso vai caracterizando a estratégia de marketing.

Também a CDHU não está correspondendo às expectativas criadas pelo atual governo. O órgão, através das diversas

entidades populares, cadastra centenas de pessoas e sorteia apenas uma dezenas de casas.

Quanto aos mutirões, creio que devem existir em sistema de autogestão com fundos do FGTS repassados aos próprios trabalhadores para que eles próprios os administrem."

Zenas Pires (Vereador/PMDB)

Folha n.º 367 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

"As leis existentes hoje para o setor de assentamentos, loteamentos etc, impossibilitam a regularização da situação. E, nos grandes municípios do país e de São Paulo tem forçado o surgimento de loteamentos clandestinos. A comunidade os cria e amplia desordenadamente porque não há instrumentos que resolvam efetivamente a questão."

Leda Machado (Assessora da Ver. Ana Maria Quadros)

"A falta de uma política urbana gera os loteamentos clandestinos, as invasões. É correta a avaliação de que a habitação está ligada ao emprego. Estamos entrando no terceiro milênio e vemos que o pleno emprego é uma situação ultrapassada. Cada vez mais a população terá que se especializar para conseguir trabalho.

Avalia-se erroneamente que o centro foi abandonado porque abriram uma nova avenida, quando na verdade isto ocorreu porque o centro está saturado e não tem a infra-estrutura necessária para comportar novas empresas e suas necessidades específicas."

Dona Carmelita (Movimento de Favelas e de Mutirões)

"O atual prefeito paralizou os mutirões iniciados na gestão anterior para realizar o Projeto Cingapura, gerando grandes conflitos na população que precisa de moradia. Considero o Projeto mais uma enganação, uma traição ao trabalhador. É um projeto político que vai expulsar a maioria da população de suas casas, mandá-la para áreas distantes de seu local de trabalho, de sua vida rotineira. Àqueles que não conseguirem obter uma das unidades, vão para as ruas, vão invadir terras, porque não terão alternativas."

O Projeto todo é ruim, os apartamentos são muito pequenos. A maioria das famílias não cabe neles. Além disso, a prestação de um apartamento no Projeto, hoje, é de R\$ 57,00. Ora, como um aposentado, por exemplo, que ganha R\$ 100, 00 poderá pagar?"

Luci Valente (Fórum dos Mutirões)

"Os mutirões devem ser olhados sob dois pontos de vista: um é o que ele significa para a cidade, o outro é o significado para o

10

cidadão. A cidade tem que ter seu espaço distribuído de forma diferente do que tem sido feito até agora.

Do ponto de vista do cidadão, o mutirão é uma esperança utópica. A esperança de um dia tirar o pé da lama, literalmente, e ter uma casa para morar.

A paralização dos mutirões, decidida pelo atual prefeito, produziu um saldo de 8 mil moradias cujas obras estão paralizadas. Com a deterioração contínua que sofrem devido as chuvas, aos poucos vão caindo. Alguns mutirões têm continuado a obra com arrecadação própria de recursos, com a pequena contribuição de cada um, caso contrário, perderão o que já conseguiram realizar."

Silvio Sawaia (Arquiteto e Professor da FAAUSP)

"Há que se recuperar a dimensão da vitalidade do cidadão, sua capacidade de se fazer representar no seu espaço e de articular esse espaço com as outras formas de representação. E fazer isso de uma forma tal que de um lado gere uma cultura de adesão à cidade e, por outro lado, reflita nos instrumentos legais.

Deve-se reconhecer o espaço como algo concreto que nos pertence, deve-se conhecê-lo e entendê-lo como coisa nossa e não como algo alheio que você passa com uma permissão provisória. Usamos a cidade com medo de poder usar. Tem-se que inverter e criar instrumentos de ação efetiva."

Ana Martins (Vereadora/ PC do B)

"A cidade está cheia de obras. E o problema enfrentado pelas famílias de classe média repetem-se na periferia. Com o agravante de que lá tira-se da boca para construir a casa.

No Jardim das Camélias as famílias estão recebendo 1.500 reais para arrumar outro local para morar a fim de dar lugar à obra do Jacu Pessego. 60 famílias já foram tiradas e as máquinas já destruíram suas casas. No caso das obras da Faria Lima ainda houve algum respeito pelos moradores. Na periferia a assistente social e os técnicos nem mesmo são da prefeitura. Hora são da Emurb, hora de empreiteiras. Não podemos ver os problemas isoladamente, temos que analisá-los com um pouco mais de profundidade."

PROPOSTAS

1. É de fundamental importância o entrosamento Estado/municípios: o planejamento deve ser melhor dirigido. Entretanto, nada destas coisas ocorreram se não existir a estrutura de manifestação política da população. A Câmara de

SP tem um poder enorme e ao mesmo tempo nenhum. Os 55 vereadores representam 10 milhões de pessoas. Entretanto, estão distantes da relação efetiva com seus representados, com a população. Enquanto não houver manifestação política efetiva, dificilmente a lei será alterada e o trabalho efetivamente levado a todos os níveis da comunidade.

2. A Câmara deveria estar equipada com computadores que tivessem em seus registros toda programação da cidade, o acompanhamento efetivo e rápido de tudo quanto está sendo programado, autorizado. Deveria poder intervir de imediato na defesa de seus interesses.

3. Na questão metropolitana, o que mais impressiona é que o município de São Paulo dá as costas a todos os outros municípios e, mais que isto, abandona sua condição de liderança nesse processo. A região metropolitana de São Paulo tem 50 mil quilômetros quadrados, dois terços da população e cerca de 60% do PIB. E com tudo isso é absolutamente descontinua em relação ao resto do território.

4. Deveria haver, pelo menos, um conjunto de estruturas intermediárias representativas entre município e Governador.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR DO GOVERNO ESTADUAL E MUNICIPAL

Nos últimos 15 anos agravou-se o problema de habitação em São Paulo, que começou a partir das décadas de 30 e 40, com os loteamentos clandestinos da periferia, com a auto construção da casa própria que, do ponto de vista urbano, depredou a cidade através da poluição ambiental e problemas de extensão horizontal. Esse processo afetou, ainda, os transportes e todo o sistema de infra-estrutura. Porém, respondeu a necessidade imediata de habitação à população trabalhadora no período do crescimento da economia.

Antes dos anos 80, os movimentos eram pela viabilização e regularização dos loteamentos de periferia, pela instalação de água, luz e esgoto, e ficou caracterizada por duas vertentes importantes:

- a luta das favelas, pela posse de terra, pela regulamentação fundiária e urbanização;
- o movimento dos sem terra, de inquilinos de periferia, moradores em casas cedidas, que lutam pela existência de uma política habitacional que atenda esse segmento, acesso à terra, e acesso ao financiamento.

O sistema financeiro de habitação, na época, tentava dar respostas ao problema da habitação que, apesar dos equívocos, no período de crescimento econômico do País, teve recursos em quantidade significativa para habitação.

Foram construídas 4,5 milhões de unidades habitacionais. Porém, produziu pouco no município de São Paulo em relação ao país como um todo. E o que se produziu em São Paulo foi inadequado às necessidades do município, quanto ao tipo único de produto, que foi a casa construída por empreiteira, conjuntos habitacionais distantes da cidade, verdadeiras cidades dormitórios sem nenhuma integração com a política urbana, inexistente neste período. Faltou uma política urbana, agravaram-se os problemas urbanos existentes pela ação do setor privado. Sem alternativas, a população de baixa renda foi para as favelas e co-habitações.

A partir de 81, com a crise econômica, houveram uma série de limitações na ampliação dos loteamentos clandestinos. Mas foi em 79, com a Lei Lechman, que apesar de não efetivar todas as medidas necessárias contra os loteamentos clandestinos, frearam-se as suas presenças. Os lotes assumiram uma dimensão física que dificultava a sua expansão horizontal: contra os limites físicos de crescimento, o preço da terra se torna cada vez menos acessível para a população de baixa renda, mesmo em loteamentos precários de periferia.

Portanto, nos últimos 20 anos, vemos a impossibilidade do crescimento deste modelo no município de São Paulo. Porém, ele continua existindo em outros municípios da Grande São Paulo. A partir dessas limitações cresceram as favelas.

Com o adensamento das favelas, crescem as famílias moradoras de aluguel em fundos de lotes e em cortiços, desencadeando, portanto, um conjunto de condições precárias de habitação e co-habitação em espaços restritos, que acaba gerando o forte Movimento dos Sem Terra e o Movimento de Luta pela Moradia - fenômeno dos anos 80.

A partir de 89, com a gestão Erundina, tentou-se enfrentar o problema do déficit acumulado no município de São Paulo, criando programas habitacionais de interesse social à população, que não era atendida pela COHAB e pelo Sistema Financeiro Habitacional.

Foram produzidas quase 25 mil unidades pela COHAB, mas devido ao sistema financeiro não conseguiu atender a população de menos de cinco salários mínimos. Destaca-se nesse período o projeto de desafetação das áreas municipais para urbanização das favelas que, apesar do intenso debate, grande mobilização popular e negociação na Câmara, não foi aprovado.

A gestão passada trabalhou com diversidade de programas, financiados sobretudo com recursos do Orçamento Municipal e de Operações Interligadas, visando atender à demanda e sanar os problemas habitacionais do município.

Os programas específicos utilizados foram a urbanização das favelas (verticalização somente quando necessário, pois custa dez vezes mais que a implantação de infra-estrutura, e regularização do assentamento como um bairro horizontal), intervenção em cortiços (promove-se uma distribuição mais democrática do espaço urbano quando se garante que a população de baixa renda também possa habitar áreas centrais da cidade, próximas aos seus locais de trabalho), habitações produzidas por mutirão e autogestão (priorizadas para responder ao forte movimento de moradia na cidade por qualidade e baixo custo - 40 a 50% mais barato que a unidade construída por empreiteira) e alguns casos de produção de habitação por empreiteira, para os que não tinham organização para viabilizar o mutirão e autogestão.

Outro programa desenvolvido foi o de Assistência Jurídica à população de baixa renda, que garantia o direito à justiça, no que se referia à habitação de interesse social.

O Programa de prevenção de risco em favelas foi um trabalho amplo que combinava ação intersecretarial com o trabalho social, de remoção e criação de alternativas para as famílias desalojadas, além de recuperação da área para uso público.

Algumas diretrizes importantes da política habitacional da gestão Erundina foram: **garantia do direito à terra para habitação das famílias de baixa renda**, o que implicava em problemas de regularização fundiária para quem morava em favelas, garantindo a posse, o que vai significar para a prefeitura uma política de compra ou desapropriação de terras ociosas. Mas para isso, é fundamental uma política tributária, ou seja, uma taxa diferenciada, que onerasse os especuladores de terras ociosas em 5% do valor venal das terras de grandes dimensões.

Por outro lado, a HABI, Superintendência de Habitação Popular, buscava montar programas habitacionais para a população sem alternativas.

As diretrizes fundamentais para qualquer programa habitacional são:

- colocar a pouca terra disponível hoje em São Paulo à disposição para a produção de habitação de interesse popular;
- regularizar a terra já ocupada pelas famílias de baixa renda;
- garantir o direito de projetos habitacionais em áreas urbanizadas;
- não deixar áreas sub-utilizadas ou vazias no interior da malha (o custo mais elevado da terra é compensado pela economia dos equipamentos sociais);
- urbanizar e equipar os conjuntos habitacionais já existentes, exemplo, Sta. Etelvina;
- é fundamental a valorização do projeto, não basta garantir obra para o setor da construção civil. A empreiteira não deve ser a principal orientadora do desenvolvimento das obras, pois ela fará o que lhe convém e elevará o custo em seu benefício;
- compatibilizar os projetos habitacionais respeitando a questão do meio ambiente (localização e adequação ao meio físico);
- desenvolver novas tipologias que se adequem à habitação de interesse social, que garantam melhor densidade e custos mais reduzidos de infra-estrutura (PARSOLO);
- garantir a melhor qualidade com o menor custo;
- garantir a participação popular em todos os aspectos do programa habitacional, desde a discussão da verba orçamentária até a efetiva construção das casas, visando construir também uma comunidade coesa socialmente, diminuindo-se desta forma, a violência e a criminalidade existente hoje nos conjuntos habitacionais.
- Devemos resgatar o conceito de cidadania, de caráter público da política de habitação." (Nabil Bonduck)

A remoção das favelas, por exemplo, é uma violência contra as famílias de trabalhadores pobres, que acabam sendo jogados de um lado para outro, desestruturando a continuidade da vida escolar das crianças.

O favelado não deve ser tratado como invasor de áreas municipais, mas como cidadão digno e trabalhador excluído pelo mercado.

A paralização dos mutirões é uma coisa gravíssima que está merecendo mais atenção da opinião pública e o acompanhamento da Câmara Municipal. Causou prejuízo aos mutirantes e às obras, como o desgaste das obras semi-prontas; famílias expulsas dos altos aluguéis, sendo obrigadas a morar num espaço menor e precário, ou refugiar-se em casas de parentes, ou favelas; contenção de gastos básicos, como redução da alimentação para enfrentar o aluguel; noites mal dormidas, para cuidar da área das casas em construções contra roubo e ocupação, provocando desgaste físico e até doenças; aluguéis caros e rejeição das crianças nas locações; danos de erosão ao redor da área das casas, bem como ausência de obras resultando problemas de drenagem; o espaço ocioso provoca a confusão entre periferia e lixo; desagregação completa da comunidade para construir o mutirão; surgimento de favelas nas áreas destinadas a programas de moradia; quando ocorre a invasão das casas inacabadas; as doenças proliferam por conta da falta de infra-estrutura, esgoto, água potável, etc; desagregação de famílias.

"Na gestão Erundina foi feita uma auditoria pelo Tribunal de Contas que atesta a qualidade do que foi feito. A administração Maluf, por sua vez, contratou e pagou com dinheiro público uma auditoria da Empresa de Engenharia Ductor, que aponta que os mutirantes construíram 10 a 15% mais obras que o dinheiro colocado pela Prefeitura, isso excluindo a mão de obra. Porém, essa documentação encontra-se na Secretaria de Habitação, inacessível para estudos da Câmara.

A acusação de que houve irregularidade no parcelamento do solo dos mutirões na gestão passada, caiu no vazio devido o arquivamento dos inquéritos policiais. A Promotoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo emitiu, recentemente, elogios aos mutirões, que encontravam-se com os orçamentos prontos para contratações das obras de infra-estrutura." (Erminia Maricato)

Hoje, a área destinada ao mutirão está formada por um grupo heterogêneo formado por especuladores, muitos já substituídos por compradores, gente que fugiu da enchente em fevereiro de 95 e por muitos integrantes da segunda etapa do mutirão, que consideram-se no direito de ocupar a área, pois seria o seu futuro espaço. Há uma desagregação completa da comunidade para construir o mutirão.

Enquanto se propaga a ideia que as favelas estão sendo eliminadas, elas surgem nas áreas destinadas a programas de

moradia e as empreiteiras estão cumprindo o papel do poder público nas negociações.

A prefeitura não está cumprindo o contrato GEPROCAV (canalização dos córregos) com o BID, que estabelece que cada pessoal que sai tem de ir para uma casa definitiva e previamente construída.

O Projeto Cingapura, investimento público concentrado nas áreas de "primeiro mundo" da cidade, possui um número reduzido entre unidades prometidas e executadas. Neste ritmo demoraria muitos anos para assentar todos os favelados, se houvesse dinheiro para tanto.

O investimento concentrado de recursos sempre nas áreas onde habita a elite, além de aumentar a especulação imobiliária, gera o crescimento da violência nas áreas periféricas, ou seja, nas áreas esquecidas pelo poder público, e, também, o centro velho da cidade. Prepara, ainda, a cidade neoliberal, discriminatória e isolada do acesso público e tenta esconder a pobreza.

O déficit habitacional poderia ser resolvido com um transporte mais eficiente, como o metrô que valorizou o solo da zona leste.

A cidade de São Paulo é disputada pelo capital internacional e, portanto, a reconquista de um poder democrático, progressista é uma grande tarefa, que exige a participação de mais forças políticas. Pois, a construção de uma nova São Paulo dentro da já existente, devido a futura demanda, será dramático, uma vez que não temos limites para expandirmos para fora.

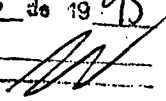
Porém, avançamos no sentido de que há 10 anos atrás a habitação não era uma linha do orçamento. É preciso buscar recursos que equacionem a demanda: aumentar verba para a habitação no orçamento, acrescê-los de recursos alternativos, FGTS, Poupança, ICMS, etc e discuti-los com a população, além de criar um fundo que misture esses recursos com o dinheiro do orçamento." (José Fábio Calazans)

A moradia precária está relacionada com o desemprego e o empobrecimento da população. Estatística da FIESP constata que nos últimos 5 anos a construção civil perdeu cerca de 630 mil empregados.

A política neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado reduz a sua capacidade de investimento. Hoje, o saque do FGTS equivale aos seus depósitos.

O atual orçamento da prefeitura de São Paulo é de 5 trilhões, porém, mais de 70% está comprometido somente com a manutenção da cidade. Dos 1,5 milhões que sobram, se fossem injetados integralmente em moradia popular, levaria 10 anos para atender a demanda.

Para enfrentar os problemas sociais de São Paulo é preciso reorientar a política global do país, que favorece o sistema financeiro em detrimento dos programas sociais.

Folha n.º	769	do Proc.
N.º	246	de 19 95
O Funcionário		

PROPOSTAS

1. Foi unânime a conclusão que devemos trabalhar menos com o conceito de déficit e mais com demanda habitacional, englobando-a como questão social e não caso de política, pois a população de alguma forma encontra como morar, mas em condição muito precária.
2. É preciso transformar as favelas em bairros, integrando-as ao seu entorno, eliminando-se desta forma as visões discriminatórias da sociedade.
3. Os planos de urbanização (desafetação, regularização, recuperação e integração) devem ter continuidade nas gestões públicas.
4. A Câmara deve organizar um encontro com os agentes financeiros e políticos para que, juntos com o movimento popular e empresários, seja discutido como andam os financiamentos e a que montante de dinheiro São Paulo tem direito.
5. A lei de parcelamento do solo precisa ser modificada.
6. Enviar ofício ao Tribunal de Contas do Município solicitando cópia da auditoria dos mutirões.
7. A Comissão de Estudos da Habitação deve, especialmente, recomendar a averiguação da real situação dos 250 empreendimentos que foram começados pela gestão anterior.
8. Devemos fazer um requerimento ao BID cobrando o assentamento das famílias despejadas pelo Cingapura.
9. Distribuir melhor a renda, gerar empregos suficientes, equacionar a questão fundiária do predomínio de propriedade da terra sobre a função social da propriedade a nível nacional.
10. Criar um Sistema Financeiro de Habitação em São Paulo.
11. Desdobrar a Comissão em Grupo de Estudos na Câmara Municipal para aprofundar a discussão acerca do problema habitacional.

TEMA 5

A SITUAÇÃO DE MORADIA DA POPULAÇÃO TRABALHADORA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

As informações trazidas pela FSEADE ajudaram a compreender a dinâmica da situação de moradia da população de baixa renda no município de São Paulo e na grande São Paulo.

A Fundação SEADE se responsabiliza por produzir indicadores sócio-econômicos que possibilitam atestar a situação social econômica da população do nosso Estado, e particularmente tem-se debruçado em conduzir investigações inovadoras, originais, sobre as condições gerais de vida. Recentemente foram desenvolvidas duas pesquisas de condições de vida da população residente, a de 1990, se deu no âmbito da capital e a de 1994 pode ser estendida para o interior do Estado.

A pesquisa foi montada em 1990, com uma metodologia que permitisse identificar de forma inovadora, a pobreza e a miséria. Após intenso trabalho, verificou-se que a melhor maneira de se identificar a cristalização da pobreza e da miséria seria através de um enfoque multivariado. Isto quer dizer que a pobreza não decorre de um único determinante.

Numa expressão mais simples, pobre é todo aquele que não tem renda para suprir suas necessidades básicas. No entanto, a renda em si não expressa a condição de pobreza e sim a renda per capita dentro do grupo familiar.

Além disso verificou-se que a aferição da pobreza se faria através da análise da situação das famílias e não dos indivíduos sobre alguns determinantes como, saúde, educação, renda e inserção no mercado de trabalho. No que diz respeito à habitação, observou-se uma correlação direta entre miséria e a solução de moradia encontrada pelas pessoas e seu acesso à saúde, educação.

Nos dados levantados em 1990, constatou-se, em comparação ao período anterior, que houve um processo de deterioração das condições habitacionais e das outras condições correlatas à esses determinantes de pobreza e da miséria.

Em 1994, esses dados apresentam uma situação mais grave ainda. Aumentaram as famílias que moram em barracos e cortiços. Em 1990, na região metropolitana, 4,5 % dos moradores eram favelados. Em 1994, apenas quatro anos depois, 6,2 %, o que representa um crescimento de 30 % da população favelada, que significa uma situação explosiva em termos de crescimento. Esses dados confirmam como a situação de moradia pode expressar de modo eloquente o agravamento da situação social.

Nesse período, a economia do país passou por um programa de ajustamento econômico altamente recessivo do ponto de vista social, arrochante do ponto de vista dos salários, e restritivo em relação ao mercado de trabalho. Ou seja, após o Plano Collor I e II, pioraram muito as condições de existência da população, cresceu exponencialmente a taxa de desemprego e o resultado é esse crescimento da população favelada da região metropolitana.

A população que se encontrava em condições de miséria saltou de 450 mil habitantes em 1990 para 640 mil, quatro anos depois. Ou seja são pessoas que possuíam uma renda per capita insuficiente sequer para comprar uma cesta básica de alimentos, desempenho insatisfatório quanto à sua escolaridade e extrema vulnerabilidade de inserção no mercado de trabalho.

Outro fato importante de se verificar, é o fato de aumentar o grupo de famílias do tipo mais fragilizado (grupo D), somando um total de 26 %, que são carentes nos quatro indicadores de análise, sendo que nesse grupo cresceu em 10 %, o número de famílias que moram em moradias precárias com até três cômodos que não cumprem as quatro funções mínimas da moradia, dormir, comer, higiene e estar, em cômodos independentes.

Esse mesmo grupo de famílias apresenta outro indicador de precariedade com relação à sua moradia, ou seja, 25 % mora em ruas sem asfalto, guias e sarjetas, condições de urbanização rudimentares que impedem o acesso do transporte público.

Em relação ao saneamento básico, houve um decréscimo mas mesmo assim a carência ainda é de 31,4 % no caso das famílias mais pobres.

Temos outra situação importante relacionada à moradia, são as ocupações no grupo de famílias mais pobres que passaram de 9,4 % em 1990 para 14,6 % em 1994, o que representa um crescimento de 50 % nesse grupo.

No grupo de famílias de situação um pouco melhor (grupo C), eram 10 % que residiam em imóveis ocupados em 1990 e somam 14,4 % em 1994, sendo um aumento de 44 % em quatro anos.

No total da região metropolitana, 27 % das famílias vivem em condições insalubres. Além disso verificou-se que no grupo D, 68,9% das famílias dividem o lote com outras famílias e do grupo C, 71 % . Tendo em vista que esses dois grupos representam 50 % da população metropolitana, podemos dizer que quase 50 % das famílias da GSP dividem lotes com outras, é

o processo de encortiamento da periferia e das favelas que estamos observando." (Pedro Paulo Martoni Branco)

O combate à pobreza passa por políticas de conquista da cidadania, e a habitação é uma delas, como melhorar as condições educacionais para aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho, num quadro de difícil competitividade de desenvolvimento das forças produtivas.

A situação de moradia deve ser abordada pelas suas causas, do contrário não haverá recursos para atender uma demanda crescente. Até 1950, de 60% a 70% da população vivia no campo. Hoje esta proporção está invertida. A falta de uma reforma agrária concentrou a população nas cidades.

As condições de vida da população trabalhadora encontra-se em franco processo de degradação. Considerando que a cesta básica hoje está em torno de R\$ 105 reais e absolutamente não atende às necessidades de uma família, e que o salário mínimo é de R\$ 100,00, justifica-se plenamente o aumento das famílias carentes, de crianças nas ruas. Aumenta o número de famílias inteiras que são obrigadas a ir morar nas ruas, nos baixos dos viadutos. Até mesmo das favelas, último reduto antes das ruas, os trabalhadores estão sendo expulsos, ou ocorre ainda um processo de encortiamento nos pequenos lotes.

População carente não restam alternativas a não ser ocupar áreas que sobram de loteamentos, restos, geralmente terrenos em declive, próximos de córregos que ficaram por anos a fio sem que seus proprietários - o poder público ou privado, tomassem conhecimento deles. Somente após 5, 10, às vezes 15 anos de ocupação, quando as favelas já se tornaram verdadeiros bairros, aparece alguém e resolve pôr tudo abaixo. Podemos notar que tal procedimento é detonado quando a população organizada aumenta seu poder de pressão na cobrança por melhorias, por infra-estrutura.

"Existe também a situação dos loteamentos clandestinos. Na região da Zona Leste existem inúmeros. As famílias compraram seus lotes há muitos anos, algumas há cerca de 40, 50 anos e até há pouco tempo atrás a Justiça não lhes reconhecia o direito de uso capião urbano por se tratar de terras consideradas como antigas aldeias indígenas, portanto, terras públicas." (Vânia Moura Ribeiro)

As famílias trabalhadoras que optam por morar próximo aos locais de trabalho inevitavelmente se amontoam em cortiços, em quartos alugados. Geralmente em condições de vida sub-humanas.

O processo de urbanização brasileiro está mudando, com tendência da diminuição do crescimento para cerca de 1,9%. Temos dados demonstrando também o declínio nas taxas de mortalidade. Isto tudo muda o perfil da população. A terceira

idade, por exemplo, que não é assistida socialmente terá que passar a ser, uma vez que está se ampliando e fortalecendo.

Temos também dados que demonstram, no caso específico do município de São Paulo, uma inversão no processo migratório.

Vemos, entretanto, que, historicamente, houve uma melhoria nas condições de moradia das favelas, das condições físicas. A partir de 1980 surgiu uma política implícita de não remoção de moradores nas favelas. Como resultado, em 1993, ¾ das casas já eram de alvenaria, o número de cômodos aumentou, 90% tinham telhado e laje, 20% das moradias tinham laje, o que possibilita a verticalização, com a consequente possibilidade de adensamento.

Outro dado das melhorias é a diminuição do piso de terra batida e o fato de que menos de 10% dos domicílios não são servidos por banheiros. Entretanto, 12% das residências não possuíam janelas, possibilitando, entre outros males, terríveis epidemias de bronquite. Em termos de energia elétrica, 10% dos domicílios não estão servidos e em relação à água, 64% deles estão sendo abastecidos pela SABESP, seja por ligação direta, torneira coletiva ou mangueira coletiva.

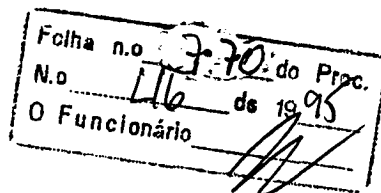
Um aspecto trágico ainda é a questão sanitária: 77% dos domicílios despejam seus dejetos ao ar livre, córregos ou diretamente em represas.

Outro dado sócio-econômico a ser considerado é que as favelas deixaram de ser estritamente residenciais. Os projetos de desfavelamento não levam em conta que as pessoas não terão onde comprar e os que viviam daquele comércio não terão do que viver. Temos o agravante, revelador do empobrecimento da população, de que anteriormente se 24% da população favelada tinha renda entre cinco a dez salários mínimos, passou-se para 36% com renda acima de cinco salários mínimos.

Sobre a questão ambiental o que vemos é que 72% dos domicílios de favelas estão localizados às margens de rios, córregos, represas, ou em locais de alta densidade. Traduzindo, são favelas em situação de risco, que jogam seus dejetos em mananciais. E este é um risco de longo prazo.

O novo tipo perverso de moradia que surgiu, o novo tipo de favela, são os baixos de pontes e viadutos. Essa favela não dá para urbanizar. Essas pessoas terão que sair, mas é preciso que se tenha critérios de prioridades e alternativas para essas famílias.

O que se pode concluir dos dados apresentados é que, embora a situação seja muito grave, há um trabalho do poder público ao longo de várias administrações e após um longo processo de luta por melhorias que, fundamentalmente, melhorou as condições gerais da população favelada.



Por volta de 1973, dados da Secretaria do Bem Estar Social do Município, mostravam que o número de assentamentos típicos de favela tinha crescido 450%, enquanto a população residente nesses assentamentos teria aumentado 150%. Isso significava que as favelas tradicionais de São Paulo, algumas históricas como a de Vila Prudente, que possuía grandes dimensões, compunham 1% da população.

A partir daí, as favelas se tornaram menores e mais disseminadas, indicando um processo de crescimento que deveria preocupar as políticas urbanas. Hoje vê-se que as favelas que se disseminaram naquele período aumentaram de tamanho e cada uma delas está se consolidando enquanto assentamento. Também esta é uma preocupação grande que deveria nortear as políticas públicas.

Em 1970 foi criado o pioneiro plano metropolitano que via a Grande São Paulo como um objeto de formulação de políticas públicas. Na ocasião houve propostas muito detalhadas em relação ao campo habitacional, dimensionamentos, inclusive de habitação de interesse social com designação de áreas favoráveis e prioritárias. Dez anos depois verificou-se que praticamente nada daqueles estudos foram levados à prática de forma sistemática. Mais que isto, o tratamento da questão habitacional a nível regional deixou de ter qualquer tipo de articulação institucionalizada.

"Mesmo esta constatação por parte do Poder Público não impediu que a questão habitacional continuasse a ser tratada de uma forma aleatória, muito ligada à precariedade das estatísticas, àquém das necessidades de uma política habitacional na escala que ela deveria ter para uma cidade como São Paulo.

Não por acaso, vemos que a Constituição não reconhece o direito à habitação como um dos direitos sociais fundamentais do cidadão." (Sérgio Zaratin)

Até meados da década de 70 o grande provedor da habitação eram os loteamentos de periferia, também chamados de loteamentos precários de periferia. Era uma forma dentro do mercado, ainda com algum possível grau de clandestinidade, mas muitos perfeitamente legais, dentro do giro corrente da economia.

Este perfil foi se alterando no município e na região. A população de menor renda foi perdendo, rapidamente, o acesso a este tipo de loteamento em proveito dos domicílios coletivos, dos cortiços e das favelas.

Um fato fundamental é que entre 1960 e 1970 a Grande São Paulo foi o segundo conglomerado urbano em velocidade de crescimento no País. Cresceu a 6% sua Taxa de Crescimento Geométrico Anual, só sendo superado por Belo Horizonte que nesse período cresceu 6,6%.

É importante ressaltar que à época do crescimento acelerado preponderava a existência de grandes pólos de emprego, fator gerador, sem dúvida dos grandes contingentes migratórios que se verificou.

Hoje a situação mudou. Não há mais implantação de grandes empresas na região metropolitana e as que já existiam se dispersaram pelo interior, muitas chegando mesmo a migrar para outros Estados, uma vez que têm verdadeira aversão ao nível organizado de sindicalismo que se atingiu aqui.

Também o próprio perfil do emprego mudou com as mudanças econômicas verificadas mundialmente. A chamada globalização fez com que as grandes unidades de produção deixassem de ter sentido. Hoje os processos produtivos e de distribuição estão amplamente disseminados e com grande poder de intercâmbio.

Entretanto, em áreas periféricas presencia-se crescimentos típicos das regiões metropolitanas nas décadas de 60 e 70. A falta de empregos faz com que a população migre e gere uma espécie de periferia que se auto-alimenta. São geradas formas de subsistência através de inúmeros pequenos e precários estabelecimentos que fornecem a renda mínima necessária à sobrevivência.

Isto faz com que o padrão precário se estenda por toda uma região. Ele expande-se para fora do município e vai tomando toda área metropolitana. Isto é na verdade o pólo metropolitano de São Paulo hoje. Em todo esse polo deve estar acontecendo esse processo de fusão dos assentamentos subnormais com o rebaixamento médio do padrão habitacional.

"Todos estes fatores deveriam levar à preocupação da formação de políticas habitacionais globais. Entretanto, as regiões metropolitanas do Brasil, num momento inicial, foram organizadas para o desempenho dos chamados serviços comuns. Sendo assim excluiu-se a habitação da possível plataforma metropolitana. Uma vez que em nosso regime econômico a habitação não pode, conceitualmente, ser considerada como serviço. Trata-se, basicamente, de uma atividade econômica, regida pelo mercado para dar lucro.

Somente o agravamento do setor no quadro econômico faz com que ela possa ser considerada como um serviço significativo. Mas com ausência de percepção ou de vontade de perceber a realidade, gerando propostas habitacionais capengas, voltadas para a área de habitação de interesse social, com um caráter de remendo sobre uma situação atingida.

É necessário que a política habitacional comece a ser pensada por todos os segmentos que dela fazem parte, que por ela se interessem, aí incluídos os produtores e a própria classe média. A habitação tem que ser pensada no seu conjunto.

É necessário que haja coragem do Poder Público em seus três níveis para a formulação de políticas organicamente

entrelaçadas para o setor como um todo, que permita tomarem-se posições a altura dos problemas existentes." (Sérgio Zaráin)

Nenhum governo vai conseguir resolver esse problema da habitação, numa gestão, ou num curto espaço de tempo. O esforço para enfrentar essa realidade levará o tempo de algumas gerações, além do que, necessariamente, envolve a solução de questões estruturais como a distribuição de renda.

As experiências existentes e conquistadas pela população, são muito ricas e devem ser absorvidas pelo setor público. Para isso, é necessário a criação de um fórum institucional que reúna todos os setores interessados na questão habitacional, governo, entidades populares, empresários e universidade, tanto a nível municipal, estadual e federal. Isso se resolveria com a instalação dos Conselhos de Habitação que poderiam sanar grande parte das denúncias de clientelismo nos programas públicos de habitação.

Tendo em vista que a terra urbana é elemento estrutural em qualquer programa habitacional, é preciso repensar a utilização dos imóveis públicos ociosos e às vezes, que sejam parte de algum processo de privatização de empresas estatais, no sentido do seu reaproveitamento para a implementação de programas habitacionais integrados, com espaços para serviços e equipamentos sociais.

Uma medida diminuiria, em muito, o custo social de se levar infra-estrutura urbana para áreas muito distantes e periféricas da cidade.

PROPOSTAS

1. Realizar um diagnóstico amplo do problema habitacional do Estado e do Município para embasar uma nova abordagem da política habitacional.

2. Realizar convênios das instituições de pesquisa como a FSEADE com os órgãos ligados à problemática habitacional no Município de São Paulo e na Grande São Paulo.

3. Formular políticas habitacionais globais de caráter metropolitano que analise as especificidades da demanda na região da Grande São Paulo.

4. A política habitacional deve ser pensada em seu conjunto, como atividade produtiva, inclusive, geradora de empregos.

5. Criar um sistema de informações que possam ser desagregadas a nível do bairro, do distrito, do Município e do

Estado, e serem colocadas à disposição dos cidadãos de cada área da cidade.

6. Implementar nos órgãos de governo um espaço institucional, onde possam ser trocadas as experiências do movimento popular e dos técnicos que já acumularam conhecimento sobre o setor.

7. Criar um grupo de trabalho permanente junto à Câmara Municipal de São Paulo, que envolva órgãos do Município de São Paulo e da Grande São Paulo, para desdobramento dos trabalhos da Comissão.

8. Realizar no início de 1996 um seminário envolvendo os órgãos do Município de São Paulo, EMPLASA, CDHU, FSEADE e outros Municípios da Grande São Paulo e os diversos agentes financeiros provedores de recursos públicos e privados para debaterem as perspectivas para o setor da região.

9. Elaborar pela FSEADE uma publicação específica para o Município de São Paulo com os resultados das pesquisas sobre condições de vida, que destaque as informações sobre as condições de moradia.

10. Estruturar um banco de dados informatizado sobre o setor habitacional e dos assentamentos dentro do Município de São Paulo, com base cartográfica ou de aerofotos atualizadas, com acesso à população.

Folha n.º 771 do Proje.
N.º 46 de 19 95
O Funcionário

AS EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO POPULAR

No final da década de 70 até metade da década de 80 houve um movimento de resistência pela democratização do país. Porém, a proliferação de entidades (cidadania, idosos, deficientes, etc) dificultou a existência de uma política nacional que unificasse algumas bandeiras. Ao contrário do que ocorreu há alguns anos atrás com os movimentos tradicionais ligados à saúde, moradia, educação e transporte.

Na época do prefeito Jânio Quadros (85/88), a política habitacional estava mais ligada ao Governo Federal, através do Sistema Financeiro de Habitação, que priorizava as COHABs. Foram feitos muitos conjuntos, principalmente na Zona Leste.

Mas a forma pela qual foram construídos, sem a mínima infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, e a maneira como foram entregues para a população, sem um acompanhamento de caráter social e definição do uso dos espaços públicos, levou os movimentos a se organizarem. Surgiram novas entidades, que cresceram junto com as ocupações e com os que já faziam parte da luta na gestão municipal de Mário Covas (83/84), que iniciou um mutirão por autogestão, mas sob o controle do poder público.

Com o aumento da alíquota do ICMS em 1% para a moradia na gestão estadual do Quéricia (87/90), foi possível equacionar parte do déficit de moradia no interior. Por outro lado, em São Paulo, foram construídos cerca de 6 a 7 conjuntos, que foram entregues de forma fisiológica.

Com as experiências vivenciadas na gestão municipal da Luiza Erundina (89/92), o movimento começou a perceber que os 106 convênios com autogestão, assinados com a prefeitura, era uma prioridade. Porém, era necessário ampliar a política habitacional para as esferas estadual e federal.

Ao se perceber, ainda, que os projetos de lei assinados por parlamentares ligados ao movimento não vingavam em Brasília, foi articulado um projeto de iniciativa popular, que proporcionou um grande salto de qualidade na luta dos movimentos de moradia. Foram coletadas 800 mil assinaturas, 600 mil só em São Paulo. Hoje, este projeto tramita no Congresso Nacional com mais de 1 milhão de assinaturas.

Mas o Governo Federal ao invés de encaminhá-lo para votação, chamou uma Comissão, que considerou o projeto inviável. Em contrapartida, apresentou outros projetos como a Carta de Crédito, recursos para os Estados e Municípios, retirando os recursos que seriam controlados pelos Movimentos Populares.

A luta começada com a última e a atual gestão do governo estadual, proporcionou a assinatura de cinco convênios de mutirão de autogestão com a CDHU. Porém, o governo tenta dominar os movimentos pela não implantação dos projetos populares.

No município, após muita luta do movimento de moradia, a atual Administração começou a liberar verba para continuidade das obras, porém, é insuficiente. Outro problema concreto são as glosas do Tribunal de Contas do Município - TCM, que determinam que gastos com betoneira, carrinho de mão, etc, não podem constar nos custos dos mutirões.

O movimento vem, durante muitos anos, tentando atuar também institucionalmente, negociando com os diversos governos, apresentando propostas, etc. Mas, ultimamente, estão se esgotando os canais de negociação, devido não existir políticas habitacionais, que demonstrem sincera vontade política para resolver os problemas de moradia, em nenhuma das esferas de governo.

Os poucos programas habitacionais existentes têm muitas falhas, e a principal delas é, exatamente, a de não ter chamado os movimentos para discutirem. Tudo acaba sendo decidido dentro dos gabinetes com as portas fechadas.

Somente, no Estado de SP faltam 2 milhões de moradias, sendo que o Governo Estadual não tem proposta para construir nem 5% desta demanda. As verbas destinadas para moradia no orçamento da Assembléia Legislativa subiu de 2,16% em 95 para 2,19% em 96. É muito pouco, considerando que o montante geral refere-se a todo imposto arrecadado pelo Estado.

Os dois programas de habitação do Governo Federal que exigiam uma poupança ou FGTS de 7 mil reais, ou renda de 3 a 12 salários mínimos, ou uma poupança mensal de trezentos reais mensais, atendeu apenas 2.800 famílias em São Paulo.

Com um déficit de aproximadamente 12 milhões de habitações no país, a Administração Municipal de SP se vangloria com a construção de mil apartamentos do Cingapura, que na sua essência desagrega a comunidade e secundariza o problema da posse de terra.

Cooperativas

Diante deste contexto, a cooperativa foi a única opção encontrada pelos metroviários, que foram excluídos dos programas habitacionais do governo por não atingirem a renda necessária.

Até 88 as cooperativas eram atreladas ao Governo Federal, através do BNH, que delegava ao INOCOP a administração de todas as cooperativas. Após a extinção do BNH, a INOCOP ligou-se à Caixa Econômica Federal, que não cumpriu bem esse papel.

As reivindicações das cooperativas habitacionais são a alteração na legislação dos projetos da CEF, a representação das cooperativas nos Conselhos Estaduais de Habitação, a criação de linha de crédito facilitada, carta de crédito coletiva para imóveis usados, a aprovação da Emenda Ulysses Guimarães, e o destino dos terrenos da União para habitação.

O projeto que será iniciado pela Copemetro (cooperativa dos Metroviários) é composto de sobrados com 65 metros quadrados, que barateia o custo de 120 mil reais para 30 mil. Esta cooperativa conta com a participação de 1.600 pessoas, que construirão 61 unidades no Cangaíba e mais 80 em Tucuruvi. Ao final de oito anos, os últimos 50 cooperados receberão as suas unidades quitadas. Este programa comporta até 4 mil unidades.

Sindicatos, se entrassem com as suas estruturas já consolidadas na luta pela moradia, certamente, os movimentos populares sairiam fortalecidos. Pois a luta pelo uso do FGTS para habitação e pelo investimento do governo nessas obras seriam mais fortes.

Cortiços

O movimento de cortiço, por sua vez, tem cerca de 15 anos. Começou na gestão municipal do Mário Covas, mas avançou somente na gestão Erundina.

Nos últimos cinco anos vários grupos mesclados na cidade (Brás, Moóca, Ipiranga, etc) se unificaram, tornando a luta mais forte. Cresceram as reivindicações, surgindo então a Unificação das Lutas de Cortiços.

Porém, a atual gestão municipal paralisou os projetos que estavam em andamento. Nesse sentido, estão sendo encaminhadas discussões sobre indicações de projetos e até mesmo esboços de projetos prontos para o Governo do estado, que por sinal, nunca projetou nada para os cortiços.

Mutirões

O Fórum dos mutirões nasceu da necessidade de unificar as associações para enfrentar de forma mais fortalecida a atual Administração municipal, que através de burocratizações, como a solicitação de auditoria para os mutirões, emperrou o andamento dos convênios assinados com a prefeitura na gestão passada. Foi preciso a realização de 4 grandes atos de mutirantes para a prefeitura liberar alguma verba.

O gráfico elaborado pela União do Movimento de Moradia, nos locais onde possuem inserção, mostra que:

*a Leste I existe a área de São Francisco, onde foram construídos os Conjuntos São Francisco / Setor I com 819 unidades, o São Francisco/ Setor 8 com 153 unidades, todas concluídas, e mais dois mutirões. E, ainda, existem áreas remanescentes nesta região.

Porém, a política habitacional da atual Administração municipal, para a Leste I, é colocar abrigos provisórios e abandonar as áreas, além da intenção de instalar um incinerador no meio do Conjunto acima citado, desqualificando totalmente o projeto de mutirão por autogestão.

* Na Sul, que possui o agravante dos mananciais, sem uma política habitacional concreta, desapropriaram a área conhecida como Chácara do Conde. A prefeitura que não tem mais interesse nesta área, provavelmente retirará o decreto de interesse social que já estava com emissão de posse.

* Na Oeste e Noroeste, existem 4 áreas desapropriadas, que seriam banco de terra para assentar 5 mil famílias. Duas delas estão ocupadas completamente. Em Perus, por exemplo, há uma ocupação de 2 mil famílias.

* No Centro, das 4 áreas desapropriadas, duas já estão com emissão de posse.

* Essas áreas estão abandonadas e sendo ocupadas em detrimento dos conjuntos habitacionais que deveriam ser construídos nestes locais.

Favelas

Com a falta de política habitacional, os quintais das favelas e dos lotes regulares da periferia estão sendo encortiçados. Enquanto a reforma educacional do Governo do Estado confisca da comunidade um equipamento social fundamental, que é a escola.

Conclusões

Além da necessidade do movimento de moradia se solidarizar com o movimento dos sem-terra, com o movimento pela reforma

Folha n.º 772 do Proq.
N.º 446 de 19 95
O Funcionário

agrária, para fixar o povo nas áreas rurais, é preciso concretizar ações, como faz a Pastoral da Moradia, que apesar de não ser um movimento de moradia, apoia os movimentos, através de fornecimento de assistência jurídica, levantamento de alternativas diferentes para as legislações futuras e formação de lideranças com visão ampliada da realidade espiritual, política e social.

O povo deve resgatar a sua dignidade, pois ouve-se muitos falarem em preservação do patrimônio público. Mas, do que adianta esta preservação se as pessoas estão virando lixo? Antes de tudo é preciso conservar um patrimônio maior e mais importante, que são as próprias pessoas.

Portanto, os cidadãos e cidadãs mais esclarecidos, que participaram desta Comissão, para levarem mais subsídios para a luta da moradia, devem chamar a população para uma grande mobilização contra as injustiças cometidas pelo poder público.

Pois, o governo com braço forte protege os empresários, os banqueiros, os donos de empreiteiras, e o povo eles enxotam e não prestam qualquer tipo de ajuda.

Todas as entidades populares que lutam pela moradia, devem almejar a unidade. É preciso aglutinar num único Fórum as lideranças de todas as regiões, independente de partido político. Pois, somente a unidade traz a força.

As lideranças populares, que a partir dos anos 90, não conseguem mais dar respostas para todas às necessidades da população, devido a falta de políticas governamentais mais amplas e democráticas para a habitação, devem repensar a luta dos movimentos contextualizada na nova ordem mundial, que é elitizada e excludente.

PROPOSTAS

- 1. No começo de 96, deve ser realizado um grande congresso entre os movimentos de luta pela moradia e o movimento dos sem-terra.
- 2. É preciso resgatar o projeto desta Câmara sobre a desafetação das favelas, que transforma as áreas públicas em áreas dominiais.
- 3. É preciso implementar no Governo do Estado o Conselho Estadual de Habitação, para que o povo possa interferir na política habitacional.
- 4. O programa de mutirão do Estado precisa considerar a questão do desemprego. O próprio programa deveria gerar

- empregos, utilizando a mão-de-obra ociosa e desempregada da cidade.
- 5. Deve-se resgatar também os projetos de cunho popular que estão no Congresso Nacional.
- 6. A Comissão deve convocar o prefeito para dar explicações sobre os cortes de verbas destinados à construção dos programas de moradia que encontravam-se em andamento, e sobre os investimentos públicos serem voltados para um único projeto habitacional, que não atende as necessidades do povo, que é o Cingapura.
- 7. É preciso destinar uma política específica para os moradores de cortiços, que contemplem os trabalhadores e o Estado.
- 8. Com os subsídios fornecidos por esta Comissão, deve-se criar um grande Fórum com representação e participação de todas as frentes ligadas à moradia para o aprofundamento dos estudos acerca da política mais geral.
- 9. É absolutamente necessário a criação de um Fórum dos Movimentos de Moradia de São Paulo, abrigado em todos os sentidos pela Câmara Municipal.
- 10. O espaço vizinho à Câmara, que está destinado para construção de um teatro, deveria ser transformado em uma grande sede dos movimentos sociais de São Paulo, considerando que ficaria ao lado da Casa do Povo.
- 11. Levaremos um pleito desta Comissão à Comissão de Política Urbana ou outra Comissão Permanente, para trazer o Secretário da Habitação, já que ele se recusou a discutir com a sociedade civil.
- 12. A Comissão deve cobrar da prefeitura prestação de contas sobre os recursos que estão sendo investidos no Cingapura, solicitar o projeto de desafetação do solo destas áreas e exigir respostas sobre a paralisação dos mutirões.
- 13. Para a luta avançar no campo institucional é preciso a aprovação das três emendas que estão no Congresso, que são a Lei Ulysses Guimarães, o projeto de lei do Deputado Hélio Rosa, e o Fundo Nacional de Moradia, que abre à população a oportunidade de fiscalizar e acompanhar a execução da política de habitação do país.
- 14. O Plano Diretor dos grandes centros urbanos tem que se adequar às necessidades do povo.
- 15. As pessoas devem aprender a fazer documentos, como abaixo-assinados, para entregarem ao Presidente da Câmara e para todos os vereadores, para que os parlamentares se preocupem um pouco mais com os problemas sociais da comunidade.

DEPOIMENTOS

Jamil Murad (Deputado Estadual/PC do B)

"Diante dessas dificuldades o PC do B propõe que o povo participe do poder, através da construção da República dos Trabalhadores em detrimento da República dos Banqueiros, e se priorize 100% as necessidades sociais da população."

José Gomes (Associação dos Moradores do Conj. Hab. Rio das Pedras)

"Estamos construindo 296 apartamentos de 57 metros quadrados cada. Recentemente recebemos 2 cheques por conta de muito trabalho, garra, fé e dedicação dos mutirantes. Porém, o restante de dinheiro que receberemos não dará para terminar as obras, mas será um grande avanço."

Ana Maria Franco (União Popular de Mulheres)

"Os Vereadores descomprometidos com a luta do povo, precisam enxergar que a qualquer momento não haverá mais lugar para eles nas casas de decisões."

Henrique Pacheco (Vereador/PT)

"Maluf é vencedor do troféu 'grande engenheiro de obras paradas'. São 8 mil obras paradas se deteriorando pela ação do tempo."

Ana Martins (Vereadora/PC do B)

"Apesar do problema habitacional no Brasil estar concentrado nos centros urbanos, pois quase 80% habitam as cidades. Não devemos esquecer os 20% restante que habitam as áreas rurais."

Donizete Fernandes (União do Movimento de Moradia)

"Hoje a política habitacional está sendo feita por propaganda."

Ailton Barros (Federação das Associações do Estado de São Paulo)

"A proposta habitacional apresentada pelo Governo FHC é para torpedear as emendas populares que estão paradas no Congresso

Nacional."

Agostinho (Coopermetro)

"Habitação é a base de uma família, é a base de qualquer programa e, portanto, deve ser tratada com seriedade."

Edileusa Francisca da Silva (União das Lutas de Cortiços)

"A partir da unificação dos moradores de cortiço, a luta ficou maior, cresceram as reivindicações e nós ficamos mais fortes."

Messias José da Silva (Movimento de Favelas)

"O discurso acerca das necessidades do povo não é mais encontrado nas televisões, nos jornais e nas praças, por isso, os dirigentes políticos progressistas precisam voltar às ruas, feiras, escolas e igrejas para mobilizar a população."

Luci Valente (Fórum dos Mutirões)

"O Fórum dos Mutirões surgiu da necessidade das associações se fortalecerem para enfrentar a atual Administração municipal, que não tem interesse de servir com o dinheiro público a população carente."

Padre Guilherme (Pastoral da Moradia)

"A Igreja tem de ficar do lado do povo."

Zenas Pires (Vereador/PMDB)

"Quando as discussões dos movimentos são revestidos de organização e seriedade a vida dos parlamentares e da comunidade ficam mais fáceis."

Vander Geraldo da Silva (Confederação Nacional das Associações de Moradores)

"É preciso uma grande unidade entre as frentes do movimento popular, intelectuais, técnicos com todas as forças progressistas deste País, para mudarmos o rumo desta situação caótica."

Folha n.º 273 do Proc.
N.º 46 de 1998
O Funcionário

380
"As bandeiras de luta levantadas pela CONAN no último Congresso (17 a 19 de outubro) foram as seguintes: reforçar a luta pela moradia na cidade e campo, luta contra o desemprego, luta em defesa do SUS - Sistema Único de Saúde, e luta em defesa da educação pública."

Gegê (União dos Movimentos de Moradia)

"Antes de preservarmos as ruas e os prédios, devemos preservar as pessoas."

"Em 96, a União dos Movimentos de Moradia fará uma Caravana à Brasília pela aprovação do projeto popular."

Tereza Alves da Silva (Movimento de Moradia Abrigo João XXIII-Sacolão)

"...fomos jogados como um objeto qualquer."

(Referindo-se à remoção de 103 famílias da favela Jd. Abreu, vítimas da enchente de fevereiro/95, feita pela AR Butantã-Peri-Peri).

Zorilda Maria dos Santos (Conselho da Sociedade Amigos de Bairro de São Miguel, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista)

"Estamos chamando os movimentos para a unidade."



Despejo dos Moradores do Jardim Ipê

CONCLUSÕES

Os temas debatidos na Comissão Especial de Estudos da Habitação procuraram enfocar a realidade habitacional do município de São Paulo, segundo uma visão integrada de seus diversos aspectos.

A questão habitacional na cidade de São Paulo, assume proporções que exige uma política de planejamento mais global dos assentamentos no município. A ordem de grandeza atinge grande parte da população do município que vive em condições subhumanas.

Para o enfrentamento dessa problemática é necessário o esforço articulado de todos os interessados no setor, governos, empresários, especialistas e população interessada.

ENTIDADES

- Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR
"Dossiê dos Despejos causados pelo Projeto Cingapura"
- Pastoral da Moradia de São Paulo - Advocacia Pública
-Boletim No. 7: "Regularização de Loteamentos" um ponto de partida para a reflexão das práticas e das leis.
-Boletim No. 8: "Um Século de Legislação Urbanística" Impactos culturais, econômicos e políticos na Cidade de São Paulo
- PUC / Faculdade de Ciências Sociais / Sociologia
Terezinha Trevisan
"A Crise de Habitação na Cidade de São Paulo" o caso do Mutirão Morada do Sol
- USP / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Professor Siegbert Zanettini
"Organização básica para Programas Habitacionais de Interesse Social"/Para a Prefeitura Municipal de Itajai
- Diário Oficial do Município / Tribunal de Contas
Edital: "Situações dos Mutirões" - 27/06/95

MOVIMENTOS DE MORADIA

- CONAM
"Relatório Final da 1a. Conferência Nacional de Habitação"
- Federação de Associações Comunitárias no Estado de São Paulo - FACESP
-Manifesto "Moradia Popular, direito do cidadão, dever do Estado"
- Cooperativa Pró-Habitação dos Metroviários - Coopermetro
Boletim Informativo
- Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca
Boletim "Mutirão e Auto-gestão"
Boletim "A luta dos quintais e cortiços da Mooca"
- Conselho Coordenador das Favelas do Estado de São Paulo - CORAFASP
Boletim "Por um Brasil sem Favelas" Nossa Vida - Nossa Luta
Boletim "São Paulo sem Favelas" Plano Integrado de Desfavelamento e de Urbanização de Favelas

Folha n.º	375	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

PROGRAMA DE TRABALHO PARA O COMITÊ NACIONAL DO HABITAT II

Istambul - 1996

Segunda Versão - Brasília, dezembro 1994

I - ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

1. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em sua 47ª sessão, a Resolução 47/180/92 que convoca a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamento Humanos - HABITAT II - a realizar-se em Istambul, Turquia, entre 3 e 14 de junho de 1996.

A Conferência se insere no processo de convocação de uma série de conferências dedicadas a temas globais: Conferência da Criança, realizada em New York em 1990; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992; e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em setembro passado. Ainda neste elenco, destaca-se a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, a realizar-se em Copenhague, em março de 1995 e a Conferência Mundial sobre a Mulher, a ser realizada em Pequim, em setembro do mesmo ano. Estas iniciativas visam propiciar aos governos e organizações da sociedade civil, em escala mundial, o conhecimento necessário sobre a situação real de indicadores e estados sistêmicos que envolvem a vida humana nas atuais condições históricas. Conhecimento e participação social são considerados pressupostos das ações em defesa da vida, em condições politicamente democráticas.

Neste sentido, o Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre os assentamentos Humanos (Habitat II) celebrou seu primeiro substantivo de sessões no escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça, entre 11 e 22 de abril de 1994. Nele foram aprovados o programa e a organização dos trabalhos. O Comitê Preparatório decidiu que seu segundo período de sessões será realizado de 24 de abril a 5 de maio de 1995 em Nairobi, Kenya. Nesta direção, há também uma recomendação para que se realize um terceiro período substantivo de sessões preparatórias, em princípios de 1996, possivelmente em New York, para os ajustes finais da Conferência.

São Objetivos da Conferência, conforme determinação da Resolução 47/180/92, entre outros:

a) formular um "Plano de Ação" capaz de orientar, nas primeiras duas décadas do próximo século, os esforços nacionais e internacionais no campo da melhoria dos assentamentos humanos;

b) criar as condições necessárias para a obtenção de melhorias no ambiente do homem em bases sustentáveis, com a atenção social vulneráveis cuja qualidade de vida e participação no desenvolvimento têm sido prejudicadas pela exclusão e a desigualdade.

3. A Assembleia Geral também decidiu que a Conferência deverá concentrar suas atenções em dois temas básicos: Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Urbanização" e "Habitação Adequada para Todos". Com relação a esses temas, a Conferência deverá, entre outras coisas:

a) analisar as tendências das políticas e programas empreendidos pelos Estados membros e por Organizações Internacionais para implementar as recomendações da primeira conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver, Canadá, em 1976;

b) proceder a implementação, até o momento, da "Global Strategy for Shelter to Year 2000" e fazer as recomendações para a consecução de seus objetivos no prazo previsto;

c) avaliar a contribuição das iniciativas nacionais e internacionais na área de assentamentos humanos para a implementação da Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED);

d) considerar os efeitos das atuais tendências de desenvolvimento econômico e social sobre o planejamento, implementação e gerenciamento dos assentamentos humanos, e formular recomendações para ação futura nos níveis nacional e internacional.

Com vistas à integração a estes esforços internacionais, o Brasil tem tomado uma série de providências e encaminhamentos, abaixo discriminados.

4. O Decreto presidencial, publicado no D.O.U. de 25/08/94, estabelece o Comitê Nacional brasileiro para a preparação da Conferência. O Comitê ficou constituído pelos seguintes órgãos e entidades:

a) Ministério das Relações Exteriores;

b) Ministério da Fazenda;

c) Ministério dos Transportes;

d) Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;

e) Ministério do Trabalho;

f) Ministério da Saúde;

g) Ministério da Integração Regional;

h) Ministério do Bem-Estar Social;

- i) Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;
- j) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República
- k) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- l) Instituto Brasileiro de Administração Municipal;
- m) Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação
- n) Fórum Brasileiro de Reforma Urbana;
- o) Confederação Nacional das Associações de Moradores;
- p) Câmara Brasileira da Indústria da Construção;
- q) Instituto de Arquitetos do Brasil;
- r) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

O Decreto estabelece, ainda, que a Presidência do Comitê Nacional será exercida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou representante por ele indicado, cabendo à divisão das Nações Unidas a Secretaria Executiva do Comitê. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) atuará como Núcleo de Articulação Técnica, consolidando os estudos a serem solicitados pelo Comitê Nacional aos diferentes órgãos técnicos e consultores sobre os temas a serem estudados pela Conferência.

5. Ao longo das três últimas décadas, a população mundial vem se urbanizando a uma taxa média de 2,9%, sendo que nos países em desenvolvimento ela atinge 4,0%, contra uma taxa média de 2,9%, sendo que nos países em desenvolvimento ela atinge 4,0%, contra a taxa de 1,4% dos países industrializados. Ressalte-se que em 1991, enquanto nos países industrializados 75% da população já é urbana, nos países em desenvolvimento esta cifra atinge 37%, devendo alcançar à 45% no final do século, contra um percentual de 60% de média mundial.

As diferenças entre os blocos acima são ainda mais acentuadas quando se considera o percentual da população urbana com acesso aos serviços de saneamento básico (água e esgoto); em 1990, virtualmente 100% nos países industrializados, contra 85% (água) e 76% (esgoto) nos países em desenvolvimento (UNDP, HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1993).

6. O elevado percentual da população abaixo da linha de pobres, nos países em desenvolvimento, introduz ainda um novo componente de iniquidade à situação. Isto porque, nos assentamentos humanos das grandes cidades, os pobres sofrem de modo desproporcional os riscos ambientais e à saúde gerados pela poluição da água, do ar e do solo; bem como deficiências habitacionais e sanitárias, e outros serviços básicos. Além disso,

9. Esta situação, no entanto, não tem marcadamente modificado o quadro de degradação das áreas urbanas existentes. Esta degradação pôde ser referida, fundamentalmente, à existência de altos níveis de pobreza, por força do crescimento econômico do período 1970-80, com o PIB aumentando à uma média de 6,15% anual (81% na década), em que o emprego na indústria cresceu em 7% ao ano, o número de pobres caiu de 47% para 25% da população. Os anos 80 experimentaram um regresso considerável, com o PIB total crescendo apenas 4%, a uma média de 0,4% ao ano; com isto vendo o número de pobres passar a 27% da população total.

muitas dessas áreas ecologicamente mais vulneráveis e degradadas são maciçamente habitadas pelos estratos mais pobres, em favelas, cortiços, encostas e áreas inundáveis.

Assim, um dos maiores desafios ao desenvolvimento humano e econômico sustentável provém da pobreza e da degradação ambiental que, através de mecanismos de reforço mútuo, ameaçam o presente a futuras gerações, nos países em desenvolvimento.

As tendências demográficas indicam que 90% do crescimento populacional será de caráter urbano nos países em desenvolvimento, o que certamente exacerbará os efeitos da pobreza e dos danos ambientais nos assentamentos humanos.

7. Como o crescimento populacional é, e continuará sendo, cada vez mais sinônimo de crescimento urbano, o centro da atenção sobre o processo de desenvolvimento humano sustentável deve concentrar-se na áreas urbanas. Nessas áreas, onde a maior parte da atividade econômica tem lugar, e onde grande parte dos recursos é consumida e a maior parte da poluição é gerada, os impactos ambientais e os de natureza geral, serão mais concentrados. Estes impactos se farão sentir, igualmente, em áreas que hoje extrapolam os limites urbanos dos assentamentos. É verdade, também, que estes impactos terão sérias consequências sobre as áreas rurais, na medida em que a concentração urbana gera demandas maciças de água, energia e aumentos na produção de alimentos. Dai resulta que as metas setoriais da Agenda 21 deverão ser dirigidas às cidades e vilas urbanas. Atingir estas metas macroeconômicas, sociais e ambientais requer o desenvolvimento de modelos de gestão local em que seja proporcionado o equilíbrio entre o crescimento da produtividade, a redução da pobreza e a proteção ambiental.

8. No Brasil, especificamente, o quadro dos assentamentos humanos não é muito diferente. uma das características centrais dos assentamentos humanos brasileiros é a degradação urbana, após movimentos consistentes de altas taxas de urbanização (4,5%) e metropolização (2,9%) entre 1960/80, o Brasil contempla, ainda um perfil de dinâmica demográfica muito instável. Há, por exemplo uma continua queda da fecundidade e um recrudescimento do movimento migratório. Este movimento se divide, hoje em *migração internacional* e *migração de retorno*, aumentando o fluxo de emigrantes do Centro-Sul para o Nordeste, ao lado do componente vegetativo, o crescimento urbano muito deve ao componente migratório; como indicado pelo aumento de tamanho das cidades

de porte médio no período intercensitário.

Apesar da pobreza ter crescido na sua participação relativa, com um aumento dos índices de desigualdade social, em que os 10% mais ricos passam a controlar cerca de 50% da renda nacional, alguns indicadores sociais gerais melhoram ao longo da "década perdida". Doenças parasitárias matam menos, cai o número de casos de sarampo, diminui o percentual de analfabetos com mais de 15 anos, aumenta a população servida de água tratada, decresce a mortalidade infantil e aumenta a expectativa de vida da população em geral. Contrariamente a estas tendências, todavia, persistem doenças infecto-contagiosas que reaparecem com incidência dramática, como é o caso da malária, a tuberculose e a cólera. Continuam imensos desequilíbrios regionais.

Os anos 90 encontram o país na fase de ajustamento macroeconômico, com tendências à estagnação do crescimento e indicação de retraimento do Estado frente a gastos e despesas sociais. O sistema produtivo brasileiro experimenta uma fase de *transição*, determinada pelos efeitos de globalização e aceleração econômicas.

Por sua vez, a degradação urbana pode ser encarada através de algumas indicações tópicas, componentes do atual quadro situacional brasileiro, no que se refere ao estado de seus assentamentos:

- a) carência de produtos habitacionais, especialmente o lote, o que gera os conhecidos fenômenos de "loteamentos clandestinos", "invasões de terras", "massivos movimentos de favelamento", "especulação imobiliária", e assim por diante;
- b) inadequação das áreas ocupadas, com a falta de serviços essenciais;

O conjunto de fatores objetivos que servem para caracterizar este quadro de degradação urbana reside, não somente, na pobreza proveniente da situação econômica do País, mas também na persistência dos desequilíbrios sociais que têm marcado o cenário brasileiro; especialmente com o agravamento das consequências das políticas de ajustamento macroeconômico do período iniciado em 1985.

0. As políticas de ajustamento, com retraimento das políticas públicas envolvendo gastos e despesas sociais, a partir de medidas contra o déficit estatal, surpreendem o cenário brasileiro através da convivência de muitas dimensões mutuamente dependentes: retração econômica dos grandes agregados; alteração do padrão de urbanização, com o adensamento e re-equilíbrio das redes urbanas do Centro-Sul e surgimento da metropolização em áreas de moderna industrialização; superveniência das novas áreas de "fronteira urbana" (Amazônia e Centro-Oeste); retirada da União das funções de formulação, coordenação e investimento no desenvolvimento urbano; especialmente a partir da descentralização consolidada pela Constituição Federal de 1988, e; consolidação de movimentos participacionistas, eixos da democratização e da cidadania ativada ao nível local.

Estes ingredientes coincidem no tempo e nos espaços marcados pelo agravamento das condições econômico-produtivas que consolidam dois fenômenos sociais marcantes na cena brasileira atual: a exclusão estrutural e o aumento das distâncias entre os diversos segmentos populacionais.

A consolidação da exclusão social advém da mudança das condições produtivas no País, trazidas pela globalização da economia internacional e pela sua decorrente aceleração, com seus movimentos de mais alta capacitação e qualificação dos fatores produtivos. O casamento entre as tecnologias modernas e rearranjos espaciais da produção internacional vão definindo um novo padrão para a base econômica da urbanização. A CIDADE é o lugar, por excelência, da sede e da reprodução constante desses fatores. As relações campo-cidade também se alteram, com a assunção do capital intensivo na agro-indústria, e assim por diante.

Por consequência, esta exclusão social não é mais dependente dos modelos clássicos da conjuntura industrial e comercial. Ela, agora,

c) entre estes serviços essenciais, responsáveis pela disseminação de doenças infecto-contagiosas, destacam-se principalmente a carência de esgotos (apenas 39% da população é servida) e seu respectivo tratamento (10%), embora pelo Censo de 1991 já tenhamos 89% da população urbana servida de água encanada.

d) controvérsias quanto a aspectos fundiários urbanos, provocados por conflitos legais e de procedimentos relativos a matéria urbanística e ambiental.

O quadro de degradação urbana tem sido particularmente afetado pelo estado geral dos sistemas de transporte urbano no País. A crescente periferização das grandes concentrações espaciais, principalmente as metropolitanas, agrava as pressões sobre a rede de transportes, que se encontra carente de fortes investimentos, o mesmo acontece com relação à disponibilidade de energia, para os diversos usos necessários ao funcionamento do sistema urbano.

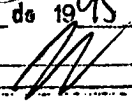
resulta da massiva separação estrutural entre os fatores produtivos aptos ao crescimento dos setores portadores de alta tecnologia (eficiência) e os fatores que geram deseconomias de escala a estas unidades produtivas em processo de globalização. Pela especialização e concentração dos fatores causa-se o aumento das distâncias sociais entre "integrados" e "excluídos".

11. No quadro de formulação de políticas de desenvolvimento urbano há que destacar-se o retraimento da União. A desmontagem de instituições como o BNH, a CNPU, o CNDU - encarregadas da análise, formulação e implantação de políticas gerais e setoriais de caráter urbano foi o instrumento fundamental desta retração; após o "tempo de criação dos anos 70"

A Constituição Federal de 1988 consagra este direcionamento, e ao nível local e estadual ainda não há o preenchimento de funções previstas pela descentralização; ainda que tenha havido notável crescimento da capacidade fiscal e tributária destas entidades estatais. Neste sentido, a Reforma Administrativa do governo Collor (Medida Provisória 150, de 15/3/90 que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto 99180, sobre o funcionamento de seus órgãos e Medida Provisória 151 sobre a extinção e a dissolução das entidades da Administração Pública Federal), serviu para consolidar uma das tendências de retraimento advogadas ao longo da década anterior.

Em verdade, a instabilidade institucional afetando ao desenvolvimento urbano, havia sido iniciada no período Sarney, durante a "Nova República": 1985, criado o Ministério do Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente, para onde vão CNDU, BNH e mais tarde EBTU (1986); em 1986 é extinto o BNH, incorporado à Caixa Econômica Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda; em 1987 o MDU transforma-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, ficando a CEF sob sua supervisão parcial; em 1988 o MHU é mudado para Ministério da Habitação e Bem-Estar social (MBES), o CNDU volta ao Ministério do Interior e a EBTU volta para o Ministério dos Transportes. Houve, ainda, um conjunto de outras mudanças indicativas de instabilidade para a área do desenvolvimento urbano, das quais as nomeadas funcionam como ilustração.

A partir destas mudanças, e com o advento da Constituição de 1988, consolidam-se funções (normativa, programáticas e de

Folha n.º	776	do P.º
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

financiamento) de Estados e Municípios; em detrimento do setorialismo que afeta o funcionamento da União, como possível foco de atuação para reverter os aspectos estruturais mais candentes do cenário urbano brasileiro.

Tramitam, hoje, oito (8) projetos de lei no Congresso Nacional, o debate deflagrado a partir de 1988/89, bem como o agravamento de algumas dimensões cruciais da vida urbana brasileira, suscitam alternativas para a União, Estados e Municípios, itens como descentralização, recriação do CNDU, Sistema Nacional de Desenvolvimento urbano, Planejamento Metropolitano são as peças de resistências destes mencionados projetos de lei em pauta no congresso Nacional.

Os anseios e pressões organizadas com base ao desejo de participação, democratização e desenvolvimento, possibilitados pela 12. O quadro acima descrito mostra que a questão dos assentamentos humanos não se restringe às dimensões físicas e tecnológicas; pelo contrário, é mais abrangente, envolvendo aspectos ligados à conjuntura macroeconômica (pobreza, emprego e renda), ao meio ambiente, às condições de acesso e habitabilidade à moradia (terra, infra-estrutura e regras de financiamento) e à gestão local.

Visando garantir essa abrangência conceitual, o posicionamento do Governo Brasileiro deverá buscar as diversas correntes disciplinares e de opinião, além de garantir uma posição convergente frente as demais Conferências mundiais, já realizadas ou por realizar no período 1995-1996.

Constituição Federal de 1988 e outros momentos de enorme carga político-decisório, cruzaram-se com realidades igualmente candentes e dramáticas, advindas das transformações econômicas nacionais, agora em franco processo de integração pela globalização internacional.

Além disto, surgem como pontos de reparo às velas políticas e "novas aspirações" as condições da dinâmica populacional brasileira, indicadas pelas taxas de crescimento anual de 3,0% nos anos 50; 2,9% nos anos 60; 2,5% nos anos 70 e 1,9% nos anos 80. A persistência da pobreza e das distâncias sociais, afora o desequilíbrio na distribuição dos fatores produtivos portadores de grande potencial de bem-estar (renda, emprego e tempo livre) parecem ser os grandes desafios a serem enfrentados a curto e médio prazos.

A essa abrangência conceitual deve-se associar a dimensão do problema no Brasil, o que exigirá um criterioso trabalho de análise da situação e da formulação do posicionamento do Governo Brasileiro para a Conferência de Istambul. Dado o interesse do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT) na qualidade do produto final do trabalho, justifica-se a busca de apoio deste organismo ao Governo Brasileiro no processo preparatório para o evento.

Anexo 2

Folha n.º	777	do Proc
N.º	46	de 98
O Funcionário		

SÃO PAULO 90: EM BUSCA DE LOCAL ONDE MORAR

Suzana Pasternak Tachner (*)

1- MUNICÍPIO DE S. PAULO: CRESCIMENTO POPULACIONAL

1.1 Alteração da tendência histórica de crescimento populacional

O Município de São Paulo apresentava, historicamente, altas taxas de crescimento populacional. Entre 1940 e 1970, as taxas decenais chegam a ultrapassar 5% ao ano. Entre 1970 e 1980 esta taxa decresceu para 3,67% anuais, num patamar ainda elevado. Já nos anos 80, a taxa de crescimento diminui de forma significativa, para 1,15%.

Esta alteração de tendência deve-se, principalmente, à alteração da migração. Segundo trabalho da Fundação SEADE (1992), o saldo migratório decenal passou do patamar positivo de 1 milhão de pessoas, nas décadas de 60 e 70, para um saldo migratório negativo de 756 mil pessoas entre 80 e 91, indicando evasão populacional. Considerando-se o saldo vegetativo medido por estatísticas vitais, a Capital teria, em 1991, 10,38 milhões de pessoas. Como o resultado censitário foi de 9,63 milhões, isto resultou no saldo migratório acima descrito.

Nos anos 80 houve grande diminuição dos fluxos migratórios em direção ao próprio Estado de São Paulo, que teve acentuada queda na taxa de crescimento, passando de 3,49% anuais durante a década de 70 para 2,12% ao ano entre 1980 e 1991. O próprio crescimento absoluto decenal foi menor entre 1980 e 1991 (6,5 milhões de pessoas). Este crescimento deve-se sobretudo ao crescimento vegetativo. Nos anos 70, o saldo migratório representava 42,42% do saldo total. Em 1991, seu peso no estado vê-se drasticamente reduzido para 9,02%. Internamente ao Estado de São Paulo, nos anos 70 os saldos migratórios positivos eram extremamente concentrados no centro-leste estadual, enquanto as regiões do oeste paulista apresentavam acentuados saldos negativos. Essa situação muda nos anos 80: o saldo migratório da Região Metropolitana de São Paulo, pela primeira vez na história do século, foi negativo, em torno de 274 mil pessoas, devido sobretudo ao peso do saldo negativo do município da Capital. Em relação ao interior, já nos anos 70 tem saldo migratório positivo de 780 mil pessoas. No período de 80/91 saldo do Interior foi de 860 mil pessoas, cabendo às regiões situadas próximas à Região Metropolitana de S. Paulo os maiores volumes (Baeninger, 1994, p 486)

1.2 Padrão intra-urbano

O crescimento populacional no interior do Município nas décadas de 60 e 70 caracterizava-se por um aumento contínuo da malha

urbana, baseado no tripé casa própria - auto construção - loteamento irregular. Os chamados anéis exterior e periférico, os mais distantes do centro histórico, eram os que apresentavam as maiores taxas de crescimento populacional. O anel periférico era responsável por 43% do incremento populacional na década de 60, 55% nos anos 70 e praticamente 100% entre 1980 e 1991. Embora a taxa de crescimento da periferia seja menor que nas décadas anteriores, acompanhando a queda geral das taxas nos distintos segmentos espaciais paulistanos, mesmo assim foi neste anel que se deu praticamente todo crescimento populacional da Capital.

Caracteriza-se um "rompimento da cidade tradicional", que tem como características básicas o crescimento expansivo da periferia e um "despovoamento" e mudança de uso do solo da área central.

a) despovoamento da área central

Nas décadas de 1960 e 1970 a área central (centro histórico e centro expandido) apresentava taxas de crescimento positivas, embora pequenas: já nos anos 80 evidencia-se com clareza o esvaziamento da área central, com taxas negativas e perda de cerca de 134 mil residentes.

Há uma nítida diminuição da densidade habitacional central. As causas são discutíveis: os autores internacionais tendem a interpretar este fenômeno como resultante da perda de solo dedicado à habitação, relacionando esta perda ao aumento correlato da parcela do solo urbano dedicado ao uso comercial e de serviços. Outros comentam a emigração forçada que ocorreria com os moradores da área central pela deterioração do seu entorno. A própria expectativa de intervenção muitas vezes já causa efeito antecipado. Muitos proprietários preferem deixar o imóvel vazio a alugá-lo, aguardando oportunidade de sua valorização. Na Baixada do Glicério, área pobre e central de São Paulo, pode-se perceber inúmeros casarões vazios, inclusive com janelas e portas muradas, para evitar invasão. No sub-distrito do Pari, em 1982, a Prefeitura Municipal de São Paulo, contou com mais de 200 cortiços. Em 1980 o sub-distrito contava com 27,7 mil habitantes. Em 1991 sua população reduziu-se para 22 mil

residentes. Uma nova contagem de cortiços evidenciou sua diminuição para 101 imóveis, onde habitavam 2.321 pessoas, 10% da população do sub-distrito. Muitos dos antigos casarões cortiçados tinham sofrido mudanças de uso e estavam ocupadas por pequenas indústrias de confecção de roupas, não raro controladas por imigrantes coreanos.

A PCV (Pesquisa de Condições de Vida, F. SEADE, 1992) estimou que em 1990 6,5% da população da Região Metropolitana vivia em cortiços. O trabalho da FIPE (1994) encontrou, para o Município de São Paulo, cerca de 24 mil imóveis cortiçados em fins de 1993, abrigando uma população de 161 mil famílias, correspondendo a 595 mil pessoas, 6% da população paulistana.

A socióloga Annez Andraus, coordenadora da pesquisa sobre condições de vida na região Metropolitana, comenta que de 1990 até hoje muitas famílias abandonaram os cortiços centrais e engrossaram o contingente de favelados da região. Segundo ela, uma das razões desse movimento pode ser explicada pelo alto preço dos aluguéis de cortiço em toda a cidade, o que acabou expulsando os seus moradores (Gazeta Mercantil, 20 de abril de 1995, p. A-6). Há uma re-alocação da população metropolitana para o aluguel informal na periferia e para as favelas.

b) crescimento periférico

O processo de crescimento periférico iniciou-se em décadas anteriores. Desde 1940 a mancha urbana da Capital expande-se continuamente. Na década de 60, os anéis exterior e periférico responsabilizaram-se por 83,4% do incremento populacional; nos anos 70 percentual continua elevado, representando 86% do incremento na década.

Este crescimento periférico, embora em menor escala, continua na década de 80, os únicos anéis espaciais a apresentarem taxa positiva de crescimento populacional foram o exterior e o periférico. "A população do Município de São Paulo está se afastando do centro para a periferia, extrapolando inclusive os limites geográficos" (F. SEADE, 1992, p. 30).

Algumas hipóteses explicativas surgem:

- i) os padrões de migração intra-urbana e intra-metropolitana se articulam com diferentes formas de acesso ao solo urbano, nas quais a propriedade da casa joga papel importante. É o que aconteceu prioritariamente até os anos 70, onde o já citado tripé casa própria-auto construção-loteamento irregular responsabilizou-se pela expansão periférica municipal.
- ii) nos anos 80, a auto-construção para a moradia própria reduziu-se enormemente. De outro lado, aparentemente os cortiços centrais perderam população (dados da PCV (F. SEADE, 1994) e FIPE-SEHAB (1994)). há uma re-alocação para favelas, não raro em zonas periféricas; além das invasões, há evidências de sub-divisões de lotes nas periferias.

Segundo a PCV-94, 6,1% das famílias metropolitanas moram em favela, enquanto que esta taxa era de 4,5% em 1990. No município de S. Paulo, a deterioração das condições de moradia é ainda mais evidente: se, em 1973, 1,2% da população paulistana era favelada, em 1980 o percentual cresce para 5,0%. Já em 1987 atinge 8,92% (Veras e Taschner, 1990) e em 1993 19,8% da população municipal mora em favelas.

Entre 1987 e 1993 a taxa de crescimento da população da população favelado paulistana foi de 16,64% ao ano. Para o mesmo período a taxa de crescimento populacional é estimada em cerca de 1,15%. A população paulistana entre 1980 e 1991 cresceu 1,13 milhões de pessoas.

A crise econômica que se instalou no país a partir de 1981 provocou processos de extrema pobreza, esta pobreza trouxe um movimento de expulsão dos setores sociais de menor ingresso para uma nova periferia, mais longínqua, e para ocupação de vazios no solo urbano através de invasão.

Segundo a PCV (Pesquisa de Condições de Vida da Grande São Paulo), o percentual de famílias metropolitanas vivendo abaixo da linha de miséria (não dispõem de rendimento para adquirir cesta básica alimentar estimada em R\$ 49,87 por pessoa-valores de julho de 1994) aumentou de 6,7% para 12,7%, somando a estes os pobres (que dispõem de renda para satisfazer custos de alimentação, mas não conseguem R\$ 138,60 reais para cobrir, além da comida, gastos com bens e serviços básicos) tem-se mais 34,6% de famílias em 1994, contra 32,3% em 1990.

Assim, em 1994 somam-se 47,3% de pobres e miseráveis metropolitanos em S. Paulo, contra 39,0% em 1990. E o maior aumento (de 6 pontos percentuais) está no segmento dos miseráveis.

Estes dados diferem dos de Rocha (1993). Segundo esta autora, em 1990 21,6% da população da metrópole paulista era pobre. Para Rocha, que usou tabulações especiais do PNAD-90, em termos monetários pobre seria aquele com renda familiar per capita inferior a 1,29 salários mínimos em S. Paulo (R\$ 90,30 até maio de 1995; em maio de 1995 o salário mínimo passará a R\$ 100,00, equivalente a US\$ 109,41, o maior valor nos últimos 10 anos, o menor valor foi de US\$ 40,66, registrado em 1991 e o maior em 1966, quando chegou a alcançar US\$ 172,44).

Nos anos sessenta, a "periferização" da capital tinha como característica fundamental que uma proporção importante da população da periferia estava vinculada a indústria ou serviços, como empregados formais. Hoje, coloca-se a hipótese de um novo tipo de "urbanização periférica", iniciado na década de 80. Este novo processo já não corresponde ao processo de expansão de plantas industriais, mas a uma dominação de atividades informais. E o seu reflexo espacial estaria no incrível aumento da população morando de forma "informal", nas invasões de terra.

2 - FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

2.1 Evolução das favelas e da população favelada no Município de S. Paulo

A pesquisa FIPE-SEHAB de 1993, na qual este artigo se baseia, atualizou os dados do Censo de Favelas de 1987. o universo pesquisado pela FIPE foi o das 1592 favelas cadastradas em 1987, para as quais se dispunha de informações sobre o número de domicílios e população moradora.

O conceito utilizado nesta pesquisa é o mesmo de 1987. Aliás, o conceito não mudou desde a primeira pesquisa de 1973/74, o que permitiu a construção de séries históricas coerentes. A favela tem sido definida como "um conjunto de unidades domiciliares, construídas de madeira, zinco, lata, papelão e até mesmo alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam" (Censo das Favelas do Município de S. Paulo, 1989, p. 15). Ainda segundo a definição, excluem-se domicílios isolados e os acampamentos de movimentos populares, que se caracterizam por ocupação temporária.

A partir das 1592 favelas cadastradas, foi determinada uma mostra estratificada por tamanho e Administração Regional, de 163 favelas, onde foram aplicados 3704 questionários, abrangendo um total de quase 18 mil pessoas.

As favelas de São Paulo abrigam hoje 378 683 domicílios, com população de 1,9 milhões de pessoas, aproximadamente 19% da população paulistana estimada para 1993.

Em 1987 o total de domicílios foi de 150 452, com população de 812 764 residentes, 8,92% da população paulistana. Assim, o número de domicílios mais que dobra em 6 anos, expressando um rigoroso crescimento desta forma de moradia.

Deve-se notar que, Embora assombroso, o número de domicílios pode conter uma subestimação. Com a atualização das informações foi baseada nas favelas cadastradas em 1987, não foram levadas em conta as novas favelas. E têm surgido, em S. Paulo, novas formas de invasão.

2.2 Novas formas de invasão

Em 1992, trabalho da Secretaria da habitação e Desenvolvimento Urbano estimou que o número de favelas em S. Paulo estaria por volta de 1805 assentamentos, entre 1987 e 1992, formaram-se 236 novos assentamentos e 36 foram reavaliados. O aumento estimado, para os autores do trabalho de 1992, deve-se tanto à densificação das novas favelas como aos novos assentamentos (com mais 17,9 mil pessoas no período).

Novas favelas em geral são pequenas: isto fornece uma média de 76 pessoas por favela, ou 15 domicílios. Neste sentido a contagem da FIPE-SEHAB não induz a grande erro - cerca de 3500 domicílios subestimados, ou pouco mais que isso, já que a contagem de novas favelas é 1992 e a pesquisa de 1993.

Entretanto, é nas novas favelas que se encontram as situações de maior precariedade e com maior risco ambiental.

Além dos moradores de rua, que abrigam-se sob as marquises e nos bancos de praça (a estimativa de moradores de rua no inverno de 1991 foi de cerca de 4000, desmistificando a cifra mencionada nos jornais, de cerca de 100 mil. Entre 1991 e 1995 há indícios do crescimento da população de rua), os miseráveis paulistanos têm ocupado o espaço sob as pontes - alocando aí seus barracos de madeira e até mesmo algumas casas em alvenaria - calçadas de vias expressas e jardins públicos. Sob a ponte do Tatuapé existem 180 barracos, semelhantes a barracos de outros tipos de terrenos invadidos, entretanto, o telhado de suas casas é o viaduto, e seu endereço, o endereço do bar mais próximo. A precariedade é penosa: ligam-se à energia elétrica de forma clandestina, através dos postes de iluminação pública. Apenas 4 casas possuem água encanada. As outras armazenam água em barris. O sistema de esgoto, quando existente, conecta diretamente as latrinas à rede de águas pluviais. A água servida corre livremente pelas sarjetas.

A ponte do Tatuapé é paradigmática de quase todas as pontes e viadutos paulistanos. É difícil encontrar algum não ocupado.

As laterais de avenidas marginais, de tráfego rápido, também têm sido invadidas por paulistanos em busca de um lugar para morar. O risco de desastres é grande: há pouco, um caminhão desgovernado destruiu uma série de barracos na parte lindeira da estrada S. Paulo - Belo Horizonte, matando inúmeros moradores. Além disso, a estrada sem acostamento oferece risco também aos motoristas.

A invasão de parques públicos dentro do tecido urbano tem sido mais rara. Mas o Parque Ecológico do Tietê, no caminho de Guarulhos, tem as margens do rio inteiramente tomada por construções, numa fileira contínua de S. Paulo e Cumbica, comprometendo o rio com o lançamento de esgotos domésticos.

A estas 3 novas formas de invasão: sob viadutos, acostamentos e parques públicos, somam-se a construção de unidades em esqueletos de obras abandonadas, favelas verticais que mudam a paisagem urbana.

Diminuem os espaços a invadir, gerando novas e mais precárias soluções.

2.3 Porque cresceram tanto as favelas paulistanas

Entre as 3704 famílias entrevistadas, 49,9% declararam ter chegado à favela no período 1987/1993. O dado condiz com o aumento total verificado.

As razões que explicam este substancial aumento de favelados são diversas:

- 1) entre os chefes de família entrevistados, 38,7% vieram de casa alugada e 8,8% de casa própria. As dificuldades de manutenção dessas moradias são explicadas pelo contínuo processo de redução da renda real dos assalariados urbanos e/ou aumento do desemprego, fenômeno presente na

Folha n.º	778	do Proc.
N.º	46	de 1995
O Funcionário		

economia brasileira nos últimos anos. O não pagamento do aluguel torna-se um recurso de ajuste para minimizar a queda do rendimento real.

- 2) O próprio crescimento vegetativo da população favelada não pode ser desprezado. Apesar da queda da fecundidade, a grande incidência de população jovem neste tipo de assentamento - 46,6% dos chefes de família têm até 35 anos - indica um provável crescimento vegetativo alto. Alia-se a isto o uso da formação de novas famílias de descendentes de favelados, que adensam a favela original, dada a dificuldade e o custo da obtenção de outras formas de moradia. Em 1993, na favela Uirapuru, zona oeste de S. Paulo, entrevistou-se 3 gerações de moradores na favela: a mãe, que saiu de casa alugada após o divórcio, a filha, que nasceu, cresceu, casou e constituiu família na favela e a neta, que também nunca conheceu outro tipo de moradia. Esta situação não parece ser exceção.
- 3) Finalmente, a melhoria observada na oferta de serviços públicos - água, luz, coleta de lixo, além de pavimentação e aumento da incidência de casas de alvenaria - torna a favela uma alternativa de moradia menos penosa que há décadas atrás. Se, na década de 70, a população trabalhadora ainda conseguiu fixar-se em pequenos lotes, geralmente loteamentos irregulares em áreas desprovidas de infraestrutura e distantes do local de trabalho, na década de 90 esta alternativa é cada vez mais difícil. Morar em favela apresenta-se como um meio racional de equacionar a questão da moradia em termos economicamente viáveis.

2.4 Distribuição especial das favelas de São Paulo

As maiores taxas de crescimento da população favelada no período 1987/1993 foram nas Administrações Regionais da Freguesia do Ó (zona norte), Campo Limpo e Capela do Socorro (zona sul).

Em 1987 a porção Sul/Sudeste do Município continha quase 70% das favelas e dos domicílios favelados. Em 1993, o sul agrega 42,51% dos favelados paulistanos e o Sudeste 9,8%, num total de 52,31% inferior ao percentual de 1987. Em termos modais, é ainda no quadrante Sul que existe o maior percentual de favelados da cidade. Entretanto, este percentual é menor que o de 1987 (50,17%). A taxa de crescimento dos favelados na macro-região Sul foi de 13,46% anuais, inferior à taxa de crescimento da população favelada da macro-região Norte, de 28,99% ao ano.

A grande alteração na distribuição espacial das favelas deve-se justamente ao enorme crescimento desse fenômeno na região Norte, que em 1987 contava com 16,24% da população favelada municipal e agora, em 1993, comporta quase 30%. Em termos ambientais, introduz um novo tipo de risco: o risco de deslizamento, já que o Norte é área de topografia montanhosa.

Há forte diminuição percentual de favelados no Sudeste (Ipiranga, Vila Mariana, Mooca, Vila Prudente), cujo percentual passa de 14,65% para 9,80%. São favelas antigas, estruturadas,

que sofreram certo adensamento (taxa de crescimento de cerca de 9% anuais), mas com limitações de terrenos.

A região Leste (Itaquera, Guaianazes, São Miguel, Ermelino Matarazzo, penha) apresenta favelas de instalação mais recente. A taxa de crescimento da população favelada nesta região é da ordem de 15% ao ano e o seu percentual em relação ao total dos favelados municipais pouco se alterou, ficando em torno de 14%.

Em relação ao tamanho das favelas, verificou-se um crescimento maior nas favelas menores (de até 50 unidades): se, em 1987, 10,31% dos favelados estavam em favelas pequenas, em 1993 são 21,83%. Diminui o percentual de favelados em favelas grandes (de 400 e mais casas): 37,83% em 1987 e 26,86% em 1992. O extrato entre 50 e 400 casas manteve-se praticamente inalterado, com 51,87% dos favelados em 1987 e 51,21% em 1993.

2.5 Como se formaram as favelas nos últimos anos

Entre as favelas pesquisadas, 84,8% foi resultado de ocupação espontânea, lenta e gradual, enquanto que 10,6% resultou de ocupações organizadas por movimentos populares. A tendência para ocupações organizadas parece estar aumentando: se entre 1971 e 1980 20,7% das invasões foram organizadas, entre 1981 e 1987 este percentual atinge 34,6%. Após 1987 predominam invasões organizadas.

De outro lado, a raridade da mercadoria e a demanda crescente introduziram um preço onde antes nada havia: em 1987, 4,29% do total dos chefes de família entrevistados declararam ter pago o seu lote. Em 1993, este percentual passa para 13,8%.

Embora o grande canal de informações sobre terra a ocupar seja ainda o informal (amigos, parentes), quase 9% dos que construíram suas casas (3% do total de entrevistados) souberam da existência de terra para invadir por placa e/ou intermediário.

Instala-se na favela um mercado imobiliário, com placas intermediários e corretores. Em mais de 90% das favelas pesquisadas encontrou-se compra e venda de casas. Seu preço variava: 45,5% custava entre 10 e 20 salários mínimos, 32,3% entre 20 e 50 salários mínimos. Segundo alunos da ECA-USP (Nonomura et al, 1993), uma casa favelada em São Paulo custaria entre 3 e 90 salários mínimos. As mais baratas são negociadas diretamente com os donos ou por intermediários; as mais caras usam até agências imobiliárias. O pedreiro Magnovita, vulgo Pisca, trabalha como corretor de barracos na favela São Remo, próxima ao campus da Universidade de São Paulo, no Butantã, zona oeste da capital. Ele monta, de cabeça, uma lista de preços: um barraco de madeira, com um cômodo, vale 4,5 salários mínimos; se a unidade é feita de alvenaria, chega a valer 7,5 salários mínimos. Os domicílios com 2 ou 3 quartos valem de 9 a 15 salários mínimos, conforme sejam em madeira ou alvenaria.

A auto-construção da unidade era maioria em 1987 (66,1% das casas construídas) e continua sendo majoritária em 1993 (71,4%)

das construções). Mas a mercantilização das relações de trabalho no processo de produção da casa, que já surgia em 1980 (33,9% dos possuidores de barracos construídos declararam ter pago auxiliares no momento da construção) e continuou em 1987 (25% de mão-de-obra paga nas unidades construídas e 265 nas ampliadas), permanece em 1993, com 28,6% dos construtores utilizando, total ou parcialmente, mão-de-obra paga.

Vai existir geração de empregos dentro da favela, tanto na construção de casas como em serviços. Há um aumento de percentual dos imóveis não estritamente residenciais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA MORADA

3.1 A casa

As mudanças na qualidade construtiva das casas na favela é, provavelmente, a variável mais notável nas duas últimas décadas: em 1980 apenas 2,4% das moradias eram de alvenaria. Já em 1987 o percentual sobe para 50,5% e em 1993 atinge 74,2%. O aumento de 48,1 pontos percentuais entre 1980 e 1987 e o de 23,7 pontos entre 1987 e 1993 reflete o crescente investimento dos moradores da favela, refletindo uma maior segurança quanto à permanência, dada pela inflexão das políticas habitacionais no tratamento dos assentamentos invadidos e pela ação dos movimentos sociais de luta pela moradia.

O tipo de cobertura também apresenta mudanças: Em 1987 7% das moradias utilizavam laje; em 1993 este percentual sobe para 24,5%. Abre-se forte possibilidade de verticalização e adensamento ainda maior nos assentamentos favelados.

Os indicadores de congestionamento domiciliar diminuíram em relação a pesquisas anteriores. A média de pessoas por domicílios de apenas 01 cômodo, que atingia 52,2% em 1973, desce para 30,9% em 1980, 23,2% em 1987 e reduz-se para 13,6% em 1993. A percentagem de casas com mais de 02 cômodos e, hoje, 51,8%. Como resultante, o indicador pessoas por cômodo reduziu-se a 1,75.

As condições sanitárias apresentaram melhoria: 92,5% dos domicílios tem sanitário unifamiliar, contra 86,4% em 1987 e 55,7% em 1980. Um grande percentual possui tanque e/ou pia (91,4% em 1993 e 63,9% em 1987).

3.2. Infra-estrutura urbana

Diminui o percentual de moradias com ligação regular à **ETROPAULO**: em 1987 eram 85,5% do total de unidades e em 1993 o percentual desce para 79%. De outro lado, aumenta para 10% a percentagem de moradias faveladas sem energia.

O percentual de casas com ligação individual à rede pública de água atinge 64,2%. Em compensação, diminui a percentagem de unidades com ligação domiciliar de esgoto, de 19,3% em 1987 para 12,1% em 1993.

O ponto crítico em relação à infra-estrutura básica aparece nos 77,1% dos domicílios com destino dos dejetos ao ar livre e/ou canalizados diretamente para o córrego mais próximo ou represa. A percentagem de casas que sequer afasta o esgoto doméstico aumentou de 9,8% em 1987 para 14,7% em 1993.

Apesar de todo investimento feito para fornecimento de água potável e energia nas favelas paulistanas, a expansão dos serviços não alcançou a expansão das moradias faveladas. Há piora das condições sanitárias.

4 - PINCELADAS NO PERFIL DO FAVELADO PAULISTANO

Os chefes de família são, na sua maioria, naturais de outros Estados da Federação, notadamente Nordeste (60,8%). Apenas 17,6% são nascidos em S. Paulo, dos quais 10,9% no Município.

Chegaram em S. Paulo há mais de 10 anos: 35,8% dos chefes chegaram no Município antes de 1975. Embora 71,6% residam na Capital há mais de 10 anos, apenas 35,6% está na favela atual neste período de tempo. Ou seja, 36% tiveram algum tipo de mobilidade residencial anterior.

Como já foi dito, entre os que tiveram moradia anterior no município, 9,7% moraram em outra favela, 22,3% em casa de parente, 38,7% em casa alugada e 8,8% em casa própria.

A renda familiar informa a tendência dos anos anteriores: se em 1973, 77,5% das famílias auferiam rendimentos de até 02 salários mínimos, em 1980 este percentual desce para 43,8%, em 1987 para 26,2% e em 1993 para 18,2%. Na outra ponta, acima de 04 salários mínimos, haviam apenas 3% das famílias em 1973, 7,7% em 1980, 29,42% em 1987 e 46,9% em 1993.

Esta comparação, contudo, deve levar em conta a queda do salário real na última década.

As perspectivas são bastante sombrias. A cidade perde empregos, ou os cria para pessoal especializado. O percentual de pessoas que não conseguem se alimentar devidamente sobe de 6,7% da população metropolitana para 12,7% entre 1990 e 1994. O percentual de moradores de favelas sobe de 8,92% em 1987 para 19,3% em 1993.

Ao "enriquecimento" aparente dos favelados corresponde o empobrecimento geral da população. Grupos que antes tinham local onde morar agora só o encontram nas favelas, já não mais gratuito, mas integrando cada vez mais um circuito comercial perverso, parodiando os circuitos chamados formais.

(*) Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

folha n.º	779	do Proc.
N.º	416	de 1995
O Funcionário	<i>[Assinatura]</i>	

Anexo 3

PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO E PROGRAMAS HABITACIONAIS CDHU

Maria Olyntha G. Borba (*)

1 - PRODUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL

Esta é a linha de ação que tradicionalmente predominou ao longo de todas as políticas habitacionais do Governo do Estado.

Trata-se da produção, em Empreitada Global, de Conjuntos Habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo e no Interior do Estado sobre terrenos de propriedade da CDHU, adquiridos por desapropriação ou por doação das Prefeituras Municipais. Este programa destina-se aos setores sociais com rendimento familiar mensal entre 1 a 10 salários mínimos.

A exceção do período 1983-1986, esta modalidade de produção representa desde 1967 a principal forma de atuação da CDHU. Mas é a partir de 1990, com a aprovação da legislação estadual que vincula o aumento em 1% da alíquota do ICMS à produção de habitações de interesse social, que esta forma de atuação assume uma escala significativa. Os programas habitacionais SH3 e SH4, lançados em 1990 e 1992 respectivamente responderam pela produção de 151 449 unidades habitacionais, sendo que 48 008 encontram-se em andamento e 103 441 foram concluídas entre 1990 e 1995.

Esse volume de produção, iniciado em gestões anteriores concentra-se no interior do Estado (70% aproximadamente), principalmente em municípios de pequeno em médio porte. Nestes programas, SH3 e SH4, o poder público define a localização, o tamanho e a tipologia dos Conjuntos habitacionais e nem sempre atua de forma a integrar as atividades dos órgãos públicos na questão da provisão de moradias populares. Assim, é frequente a conclusão de Conjuntos Habitacionais sem infra-estrutura adequada e equipamentos sociais suficientes para atender à demanda criada.

Estes Programas respondem pela produção de 94% das unidades construídas entre 1990-1995 comprometendo 67% dos desembolsos realizados em investimentos habitacionais em

1995 e 24% sobre os investimentos previstos na Proposta Orçamentária para 1996.

As demais linhas de atuação da Política Habitacional do governo paulista são mais recentes e seus resultados são ainda pouco significativos: Financiamento individual com o Programa Lotes Próprios (1992) e Cartas de Crédito (1995); Recuperação Ambiental - Programa Guarapiranga (1992); Parceria com a Iniciativa Privada - Chamamento Empresarial (1994), Construção de Conjuntos Habitacionais em Auto Gestão, Mutirão e Auto Construção - Programas UMM e FPM (1991), Programa Paulista de Mutirão (1995); Renovação Urbana - Programa de Ação em Favelas (1986) e Ação em Cortiços (1995), constituem entre outras as principais linhas de atuação já em desenvolvimento pela CDHU.

2 - FINANCIAMENTO INDIVIDUAL

2.1 Lotes próprios

O programa destina-se a famílias proprietárias de lote urbano com rendimento mensal de 3 a 10 salários mínimos. Através deste Programa a CDHU concede financiamento individual, com garantia hipotecária para a construção de unidade habitacional com área entre 26 metros quadrados a 46 metros quadrados, podendo chegar até 60 metros quadrados, com cronogramas que variam entre 4 a 6 meses e projetos de livre escolha.

O Programa conta com o apoio das Prefeituras Municipais na montagem do dossiê para a solicitação dos financiamentos, fiscalização e divulgação. A Federação das Associações de Engenheiros e Arquitetos de São Paulo e CREA oferecem a Assistência Técnica durante o processo de produção, através da indicação de engenheiro responsável para o acompanhamento das obras e elaboração dos projetos.

O valor financiado varia numa faixa entre R\$ 4.686,09 a R\$ 6.265,21 dependendo da área e prazo de construção.

Os itens que compõem o financiamento são: materiais de construção, mão de obra (22% do valor da obra) os serviços do engenheiro responsável (3,75% do valor da obra) e serviços FAEASP (0,25% do valor da obra).

O programa conta com 163 unidades habitacionais concluídas e 63 em execução. Apesar de resultados positivos quanto aos custos e prazos de produção frente à qualidade das unidades habitacionais, a pequena escala de produção, concentrada no interior do Estado, se deve ao pouco apelo institucional atribuído ao programa e às dificuldades de acompanhamento das obras dispersas em lotes individuais.

A CDHU já desembolsou, em 1965, recursos da ordem de R\$ 470 mil neste Programa.

2.2. Cartas de Crédito

A concessão de cartas de crédito, pela CDHU, para aquisição, mediante financiamento de unidades habitacionais no mercado imobiliário, constitui uma forma alternativa de acesso a moradia, utilizada na CDHU como apoio a outros programas que envolvem a remoção de famílias em situação de risco em condições precárias de habilitade.

A Proposta Orçamentária 1996 prevê a concessão de 2.500 cartas de crédito num valor total de R\$ 30 milhões.

3 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL -

Programa Guarapiranga
Exposição: Arqt. Renato Daud

4 - PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA

4.1 Programa Chamamento Empresarial

Lançado no final da gestão anterior, o Programa tem por objetivo a construção de Conjuntos Habitacionais no Estado de São Paulo, destinados às famílias com rendimento mensal de 1 a 10 salários mínimos. Alternativamente aos Conjuntos Habitacionais executados por Empreitada Global, no Chamamento empresarial a iniciativa privada oferta o terreno, executa as obras de edificação e demais serviços pertinentes à construção de Conjuntos Habitacionais, inclusive a aprovação e averbação destes empreendimentos junto aos órgãos competentes, com recursos repassados pela CDHU mediante licitação.

Ao incluir na licitação a aquisição dos terrenos a CDHU pretende, na Região Metropolitana de São Paulo, diminuir os custos destes terrenos relativamente aos adquiridos através dos processos de desapropriação; e ao terceirizar as aprovações e averbação, procura uma maior agilização destas atividades, viabilizando a comercialização definitiva das unidades habitacionais produzidas.

No interior do estado, ao contrário, o programa provoca um aumento dos custos finais de produção ao eliminar a parceria das Prefeituras Municipais, no que se refere à doação de terrenos. Por este motivo, esta nova gestão de Governo fez uma avaliação dos empreendimentos ainda não iniciados no interior do Estado, resultando numa re-alocação de recursos para os casos nos quais o empreendimento proposto se mostrou inviável.

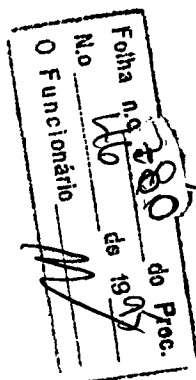
A Proposta Orçamentária para 1996 prevê o início de 20.940 unidades habitacionais no Programa Chamamento Empresarial que somadas às 1.514 unidades em processo de retomada já em 1995, absorverão recursos da ordem de R\$ 157,7 milhões representando 19% aproximadamente dos investimentos previstos para 1996. Do total de unidades do programa, 93% se localizam na Região Metropolitana de São Paulo.

5 - PRODUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM AUTO-GESTÃO, MUTIRÃO E AUTO-AJUDA

Esta linha de Ação contempla: os Programas Mutirão com Associações Comunitárias, desenvolvidos desde gestões anteriores (UMM e FMP), o Programa Paulista de Mutirão e o Programa Cesta de Materiais de Construção. (exposição do Dr. Edson Marques)

5.1 Programa Mutirão com Associações Comunitárias

Este Programa, também destinado às famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos, prevê a participação da sociedade civil organizada em Associações Comunitárias para compra de materiais de construção (edificação e canteiro de obra), contratação de mão de obra especializada (11% do valor de obras), contratação de serviços de assessoria técnica; planejamento, gerenciamento de obras (5,4% do valor de obras), elaboração dos projetos quando for o caso (1,4% do valor do contrato).



Para este programa, a CDHU desembolsou, em 1995, recursos da ordem de R\$ 4 milhões, correspondente a 1.216 unidades habitacionais em andamento (8 empreendimentos). Serão iniciadas mais 1.938 unidades habitacionais em 12 empreendimentos já contratados, perfazendo um total de 3.510 unidades habitacionais. A Proposta Orçamentária de investimentos-CDHU-1996 prevê R\$ 18 milhões, aproximadamente, para dar continuidade aos empreendimentos contratados.

5.2 Programa Paulista de Mutirão

A partir da avaliação do programa em andamento e assumido como prioritária esta linha de ação para a Política Habitacional, esta nova gestão de governo iniciou recentemente o Programa Paulista de Mutirão que, se assemelha nas suas características básicas ao Programa já em andamento. Ao ser lançado publicamente o Governo ampliou o acesso ao Programa a todas as Associações Comunitárias interessadas.

Assim, foi aberto o Registro para a 1ª etapa-Região Metropolitana de São Paulo, com normas claramente regulamentadas, às Associações Comunitárias, proprietárias ou não de terrenos urbanos na Região Metropolitana de São Paulo.

Exposição do Programa para Associações do Interior do Estado priorizando, numa primeira etapa, o atendimento às regiões metropolitanas da Baixada Santista, Campinas e de Planejamento de Jundiaí (definições EMPLASA). A restrição do raio de abrangência se deve, em parte, a experiência irrelevante da CDHU quanto a esta modalidade fora da RMSP.

Este Programa encontra-se em estruturação e deverá contar com a parceria das Prefeituras Municipais na sua execução.

Para 1996 foram previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 58 milhões, para dar início ao Programa na Região Metropolitana de São Paulo e Interior do Estado de São Paulo.

5.3 Programa Cesta de Materiais de Construção

O Programa destina-se aos setores sociais de baixíssima renda, atendendo famílias com rendimento mensal de 1 a 3 salários mínimos, para os municípios do interior do Estado com disponibilidade de área dotada de infra-estrutura completa.

A parceria com as Prefeituras Municipais é um dos aspectos mais importantes deste Programa. As prefeituras serão responsáveis pela doação dos terrenos, execução da infra-estrutura completa. A parceria com as Prefeituras Municipais é um dos aspectos mais importantes deste Programa. As Prefeituras serão as responsáveis pela doação dos terrenos, execução da infra-estrutura e administração e gestão da obra em auto-construção (mutirão ou auto-ajuda).

A CDHU se responsabilizará pelo repasse de recursos para compra de materiais de construção (edificação de 36 metros quadrados), ferramentas, no caso de obras em mutirões (3% do valor dos materiais de construção) e administração da obra (6% do valor de materiais de construção).

O Programa prevê além da adoção de processos convencionais de produção, processos alternativos com a introdução de elementos pré-moldados procurando diminuir custos e prazos de obras, bem como, melhorar a qualidade da construção. Existem, atualmente, 943 unidades habitacionais em produção, 1.560 contratadas e não iniciadas e 1.100 a contratar em 1995.

A meta para 1996 é o início de mais 12.000 unidades aproximadamente comprometendo recursos da ordem de R\$ 48 milhões segundo a previsão Orçamentária.

6 - RENOVAÇÃO URBANA

Esta linha de ação abrange, atualmente, dois Programas em desenvolvimento: Ação em Favela e Ação em Cortiços.

6.1. Ação em Favelas

Através deste programa procura-se a recuperação de áreas da CDHU ocupadas por favelas ou afetadas pelas obras da Companhia. O atendimento se destina portanto a grupos alvos fechados e a remoção destes para unidades habitacionais produzidas no próprio terreno.

A atuação da CDHU efetivou-se prioritariamente em 4 núcleos favelados do Jardim Santo André, com a construção de 470 novas unidades.

Na Vila Ferreira com a construção de 272 unidades, estando 144 em fase de conclusão.

Granja Ito com a construção de 400 unidades habitacionais com área de apoio às favelas de Vila Ferreira, Sônia Maria e jardim Esmeralda.

Mercedes em São Bernardo do Campo - 128 unidades habitacionais

DER/São Bernardo do Campo - 220 unidades habitacionais.

A CDHU está iniciando a elaboração do Plano Diretor para a recuperação da área de patrimônio da CDHU. Jardim Santo André, cuja superfície é de aproximadamente 1.5 milhões de metros quadrados sendo que 70% encontra-se ocupada de forma irregular.

A verba destinada a dar continuidade ao programa Ação em Favela para 1996 é da ordem de R\$ 22.0 milhões.

6.2 Ação em Cortiços

Este Programa objetiva a intervenção em áreas e imóveis encortiçados buscando a preservação histórica cultural e a melhor utilização de áreas valorizadas.

Esta atuação da CDHU iniciou-se recentemente apoiando a remoção das famílias moradoras no cortiço da Alameda Cleveland (Campos Eliseos) e contou com a participação da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar social.

Para tanto, foram concedidas 119 cartas de crédito, no valor máximo de R\$ 15 mil por crédito, perfazendo um total de R\$ 1,8 milhões.

A continuidade do Programa prevê a intervenção em outros três cortiços na capital em 1996, beneficiando 492 famílias, estimando-se recursos da ordem de R\$ 5,8 milhões.

7 - INVESTIMENTOS - CDHU

Todos estes programas bem como os investimentos indiretos: aquisição de terrenos, gerenciamento de obras, elaboração de projetos e demais serviços relacionados à produção habitacional, foram

financiados com recursos do Tesouro do Estado, vinculados à produção habitacional (incremento da alíquota do ICMS de 17% para 18% ao setor habitacional).

Folha n.º	381	do Proc.
N.º	46	de 19
8		

Entre 1990-1995 o ICMS-Habitação representou um volume de recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhões para uma produção de 154 452 unidades habitacionais, 103 459 concluídas e 50 993 em andamento.

Como já foi mencionado, os Programas SH3 e SH4 respondem por quase a totalidade desta produção no período. Também foi mencionado o caráter centralizador exercido pelo poder público, na implementação destes Programas.

8 - PERSPECTIVAS FUTURAS

A maior diversificação das linhas de atuação da CDHU, a adequação destas às características da demanda, a locação regional dos investimentos segundo às necessidades habitacionais dos segmentos sociais de baixa renda, são os objetivos básicos da Política Habitacional nesta gestão de Governo.

O "redesenho" da Política Habitacional exige o alargamento da participação sobre as decisões de alocação dos recursos, o acompanhamento e a avaliação dos Programas Habitacionais.

Neste sentido o Programa de Governo Mário Covas previa como prioridade a institucionalização do SISTEMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, contemplando a formação do Conselho Estadual de habitação e do Fundo Estadual de Habitação.

As propostas relativas a estes temas estão sendo concluídas e deverão ser submetidas à discussão com os setores da sociedade civil e com o Poder Legislativo.

(*) Gerência de Planejamento Econômico
Companhia de Desenvolvimento Habitacional e
Urbano do Estado - CDHU

Anexo 4

RELATÓRIO DA VISITA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DE HABITAÇÃO AO PROJETO CINGAPURA DA FAVELA ZAKI NARCHI (10/11/95)

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO CINGAPURA

1.1 Aspectos Gerais

O projeto Cingapura traz na sua estratégia de implantação o acúmulo de quase vinte anos da luta e das propostas formuladas pelo conjunto do movimento popular e pelos técnicos e urbanistas que aprofundaram seu conhecimento sobre a realidade das favelas da cidade.

No entanto, o programa trata o problema das favelas pontualmente, em cada núcleo, sem uma estratégia global ou a nível de cada região ou bairro, o que se constitui num equívoco quando se trata dessa realidade, pois, como as favelas são muito densas, sempre será necessário relocalizar famílias para melhorar a condição de moradia e portanto é preciso estudar-se e propor solução para um conjunto de favelas da mesma região para que se possa abrir novas áreas e acomodar nos projetos todas as famílias, sem exclusão e com qualidade.

Esse processo pressupõe o respeito às lideranças populares, à sua organização, aos aspectos culturais dessa população e as propostas amplamente debatidas com o conjunto da população interessada.

Exemplo importante, se refere ao Projeto de Lei 51/90, que previa a desafetação de todas as áreas municipais ocupadas por favelas, para regularização e urbanização das áreas, que foi amplamente debatido com a Câmara Municipal, com arquitetos e urbanistas, e com o conjunto das lideranças do movimento popular e que foi retirado pelo atual Prefeito.

Alguns aspectos podem ser considerados positivos com relação ao modelo institucional adotado, no que diz respeito à forma de integrar as diversas secretarias municipais para implementação do projeto, o que deveria ser uma prática habitual do poder público para tratar das políticas sociais. Atuam em conjunto, as secretarias do bem-estar, Habitação, Vias Públicas, Obras e outras para integrar as diversas ações.

Mas a prática de delegar a uma empreiteira, o gerenciamento de todo o processo, inclusive os trabalhos da área social, faz com que a Prefeitura deixe de analisar o impacto social junto aos moradores, apesar de a coordenação ficar sob responsabilidade da Secretaria da Habitação.

Quanto aos aspectos técnicos, adotam-se soluções de utilização de espaços anteriormente considerados inaproveitáveis, como os córregos, com canalizações fechadas com o uso de tubos corrugados metálicos, tipo Armco, que permitem a criação de áreas de lazer sem edificações.

Talvez, esta seja uma solução adequada para inúmeros córregos da cidade desde que a canalização não provoque mais enchentes, e as áreas sejam utilizadas como áreas verdes e de lazer, que serviriam para melhorar a qualidade de vida de favelas já consolidadas. Assim não se construiriam tantas avenidas desnecessárias e cuja impermeabilização muitas vezes aumentam as enchentes nos bairros. Outro aspecto positivo, que é parte das propostas do movimento popular, no projeto Cingapura, é o adensamento com verticalização, ao invés da habitação unifamiliar que requer maior disponibilidade de glebas. No entanto, o projeto como um todo não apresenta nenhuma novidade em relação a qualquer projeto habitacional da Cohab, talvez até apresente uma qualidade menor com relação aos espaços públicos, ruas, definição de condomínios, etc.

Além disso, comparada à situação anterior de moradia das famílias, há algumas melhoras, que no entanto, devem ser consideradas em caráter transitório, pois a qualidade do projeto deve ser fator fundamental, principalmente diante da escassez de terras no município para projetos habitacionais. Além disso é preciso se preocupar em respeitar os aspectos culturais dessa população em projetos dessa natureza e garantir uma moradia digna.

A análise desse projeto, só se concluirá, quando forem apresentados os custos de sua implementação, e o custo-benefício, para que se possa transformar em produção de larga escala tendo em vista, que até o momento, foram produzidas em torno de 800 unidades para um universo, segundo dados da Prefeitura, de 1,9 milhões de habitantes, que alimentam um sonho através da mídia, que talvez a municipalidade não possa ou não pretenda realizar.

1.2 Aspectos Técnicos

a. o projeto na sua concepção geral trata cada favela isoladamente, sem analisar o conjunto de favelas de um bairro ou região de forma integrada, inclusive incorporando áreas

vazias das regiões para desadunar as favelas e permitir a inclusão de todas as famílias no plano integrado.

b. a opção pelo projeto padrão dos edifícios dificulta o aproveitamento das diferentes condições topográficas dos terrenos, o que provavelmente deixará algumas famílias de fora do projeto, além de desperdiçar as benfeitorias já realizadas pelos antigos moradores que poderiam ou eventualmente ser aproveitadas num projeto de urbanização de favelas.

c. o projeto padrão das unidades habitacionais desconsidera o tamanho das famílias.

d. o conjunto apresenta áreas públicas reduzidas, com ruas de circulação de dimensões pouco adequadas à passagem de veículos.

e. a área dos futuros condomínios se restringe aos blocos de apartamento, possibilitando novamente a criação de um velho problema dos conjuntos da Cohab, que é a indefinição da responsabilidade sobre a manutenção e controle sobre as áreas públicas, gerando o abandono e posteriormente a degradação.

f. os blocos de apartamentos encontram-se localizados muito próximos à avenida, aparentemente sem recuo suficiente para permitir a circulação de pedestres e de crianças com a necessária segurança.

g. o córrego do Carandiru de largura razoavelmente grande, aparentemente não (tendo em vista que não foram apresentados os dados técnicos na ocasião) apresenta faixa de proteção suficiente em relação ao conjunto dos blocos.

h. a obra transcorre sem a devida segurança, pois não possui isolamento com tapumes, e os moradores, adultos e crianças, transitam livremente dentro do canteiro.

i. as áreas livres, aparentemente não apresentam espaço suficiente para um terço das vagas definidas por lei para os conjuntos de habitação de interesse social.

1.3 Aspectos Sociais

a. os critérios de seleção dos moradores são excludentes:

- quanto à renda: quem não tem é excluído.
- ao tamanho da família: solteiros ou sozinhos não tem acesso
- ao vínculo familiar: exigência de casamento para aqueles que vivem juntos como marido e mulher, e pressão sobre as mães solteiras para que se casem (segundo declaração de moradores).

b. os antigos moradores são instalados em alojamentos por cerca de quatro meses, onde é indicado um líder que decidirá sobre a escolha dos moradores que estão aptos a ocuparem os imóveis a serem entregues. Os critérios para tais escolhas estão relacionados ao comportamento no alojamento, participação na limpeza dos tanques e banheiros coletivos do alojamento.

c. o relacionamento com os moradores tem sido feito de maneira informal e impositiva, desconsiderando qualquer impedimento (emprego, doença, etc.) para o comparecimento à Prefeitura.

d. parte das famílias, que vivem da economia informal, perdem a possibilidade de manter uma atividade econômica rentável através de um pequeno comércio ou serviço que não é incorporado no novo projeto, o que se torna grave por tratar-se de população favelada.

e. não há solução de moradia alternativa para os moradores excluídos do projeto e estas famílias não receberam indenização sobre as benfeitorias de suas moradias anteriores, perdendo tudo que conquistaram com muito sacrifício.

1.4 Aspectos Jurídicos:

a. as obras estão sendo executadas em imóveis municipais sem prévia autorização legislativa para a desafetação das áreas e transformação destas em áreas de moradia.

b. as unidades só poderão ser comercializadas para as famílias após a desafetação das áreas.

c. a execução das obras está se realizando sem aprovação do projeto pelos órgãos competentes da Prefeitura e do governo estadual, o que dificultará a regularização posterior para a venda caso haja algum impedimento técnico.

d. este procedimento da Prefeitura abre grave precedente em relação a outras obras da cidade.

1.5 Aspectos Econômicos:

a. no momento as famílias estão recebendo um título precário de cessão de uso onerosa cujo valor atual é de R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais) por mês, durante um ano, sendo que a família que deixar de pagar esta taxa por dois meses, está automaticamente excluída do projeto.

b. as famílias anteriormente não possuíam esta despesa, o que em parte justifica a moradia em favela, o que, portanto exige um estudo social aprofundado para esta transição das condições de moradia.

c. as contas de luz das unidades estão com valores exorbitantes para as famílias, em torno de R\$ 100,00 (cem reais), levando-se em consideração que as famílias não possuem um grande número de eletrodomésticos em casa.

Vereadora Ana Martins
(PCdoB)
Presidente da Comissão Especial
de Estudos
de Habitação da Câmara
Municipal de São Paulo

Anexo 5

RELATÓRIO DAS VISITAS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DE HABITAÇÃO AOS MUTIRÕES (17/11/95 , 01/12/95 e 07/12/95)

A Comissão Especial de Estudos realizou algumas visitas aos mutirões da cidade a pedido das lideranças das associações para verificar o andamento das obras. Existem hoje na cidade 106 mutirões para construção de casas populares com convênios assinados com a Prefeitura Municipal de São Paulo para o financiamento do projeto, material, mão de obra especializada e assessorias técnicas, e a responsabilidade de administração e construção através das associações em regime de auto gestão dos recursos e da obra, sendo que a responsabilidade pela execução da infra-estrutura ficou com a Prefeitura.

O Programa denominado Funaps Comunitário teve seu início na gestão da Prefeita Luiza Erundina, e todos os empreendimentos já tem obras iniciadas, no entanto a atual gestão interrompeu a liberação de verbas para os mutirões para realizar auditoria nas suas contas através do Tribunal de Contas.

O TCM já analisou e aprovou as contas de 39 Associações e liberou verbas para 22 Associações durante os últimos três anos. Nesse período, as obras entraram num ritmo mais lento até a paralisação completa, sendo que a infra-estrutura também foi paralisada em praticamente todos os mutirões, trazendo inúmeros problemas para os mutirantes.

Foram realizadas visitas aos seguintes mutirões:

região centro

- Mutirão Ass. Madre de Deus/ cortiços/ 45 unidades (concluídas)
- Mutirão do Casarão/ Celso Garcia/ cortiços/ 182 unidades

região leste:

- Mutirão Miguel Ackel/ Associação Consabs II/ 206 unidades
- Mutirão Vila Simone/ 78 unidades
- Mutirão Clube de Mães da Vila Simone/ 73 unidades
- Mutirão Associação Jd. Ieda/ 50 unidades
- Mutirão Associação Baltazar Cisneiro/ 200 unidades
- Mutirão Associação Parque das Andorinhas/ 115 unidades
- Mutirão Ass. de Const. Comun. Mutirão Boa Esperança/ 106 unidades
- Mutirão Ass. 26 de Julho - JUTA/ 561 unidades
- Mutirão São Francisco/ Setor 8/ Ass. 15 de Novembro/ 153 unidades (concluídas)
- Mutirão São Francisco/ Setor 1/ Ass. de Moradores do Setor 1/ 819 unidades (concluídas)
- Mutirão Ass. Vila Bela -MDF- Favela/ 68 unidades

região sul:

- Mutirão SAF II/ Capão redondo/ 212 unidades
- Fazenda Itupu/Área de Mananciais
- Ocupação Jd. Sônia Ingá

As visitas mostraram que quase todos os mutirões apresentam situações semelhantes quanto às obras, podendo-se destacar alguns problemas causados pela sua paralisação tais como:

em relação à questão social:

**RELATÓRIO DE VISITA DA COMISSÃO ESPECIAL DE
ESTUDOS DE HABITAÇÃO NA REGIÃO DA ZONA SUL,
INSERIDA NA ÁREA DE PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS
(7/12/95)**

A Comissão visitou alguns assentamentos na Região Sul, localizados em áreas de proteção dos Mananciais.

O objetivo era ter uma visão mais abrangente da região e do enfrentamento da população para ter acesso à terra. Visitou-se a ocupação do Jardim Sônia Ingá onde centenas de famílias lutam pela regularização da terra, que se constitui num entrave para a conquista de condições adequadas de urbanização e infra-estrutura.

Outra área ocupada, foi a Fazenda Itupu, antiga propriedade do INSS, anteriormente IAPAS, que localiza-se próximo à Represa. Essa área há muitos anos vem sendo pleiteada pelo Movimento em defesa da moradia popular na Zona Sul para que seja desenvolvido um projeto alternativo de moradia que contemplasse a questão ambiental com soluções adequadas de tratamento de dejetos que não compromettesse mais a qualidade do abastecimento de água da cidade.

Inúmeras negociações foram tentadas com o Governo Federal em gestões passadas para que a área fosse destinada para moradia de interesse social, mas, a questão dos mananciais inviabilizou o avanço das propostas.

No final do ano de 1994, as lideranças foram informadas pela Secretaria Estadual de Habitação que a área havia sido transferida da propriedade do INSS para o governo estadual que teria maiores condições de vigilância na sua efetiva preservação.

Na visita da Comissão, entretanto, constatou-se que a Fazenda Itupu está sendo murada e placas de vendas de imóveis estão sendo colocadas por imobiliárias da região, o que merece providências e fiscalização por parte do governo do Estado e a reabertura das discussões sobre o melhor aproveitamento da área para fins sociais, tendo em vista a enorme carência de áreas para projetos habitacionais na Região Sul.

Vereadora Ana Martins (PCdoB)

Presidente da Comissão Especial de Estudos
de Habitação da Câmara Municipal de São Paulo

- insegurança nas lideranças quanto ao cumprimento das cláusulas dos convênios assinados.
- insegurança causada nas famílias da demanda quanto ao acesso à futura moradia.
- indefinição quanto às regras de financiamentos das futuras unidades.
- prejuízo financeiro para famílias que ainda pagam aluguel pelo atraso das obras e gastam com transporte para se deslocar para os mutirões aos fins de semana.
- crianças que perdem seu lazer no fim de semana com a família pois são obrigadas a acompanhar os pais aos mutirões pela ausência das creches e escolas nesse período, e que ficam nas creches improvisadas nos próprios mutirões pelas associações.
- interrupção do convênio com FABES do fornecimento de alimentação para as cozinhas comunitárias dos mutirões que acrescentou mais esse ônus para as entidades.
- insegurança na preservação do patrimônio existentes nas obras pelo abandono da infra-estrutura, e pela falta de condições das associações de tomar conta dos terrenos.

em relação às obras:

- a paralisação das obras está deteriorando a infra-estrutura, perdendo-se a terraplanagem, ocorrendo erosões nos terrenos, impedindo a continuidade do trabalho dos mutirantes e o desperdício do dinheiro público já aplicado anteriormente nas obras.
- o material adquirido pelas associações está se perdendo pelo atraso no andamento e sua recuperação torna-se cada vez mais difícil.
- as associações enfrentam dificuldades para manter as ASSESSORIAS técnicas pela falta de recursos.

- as associações têm realizado esforços para tocar as obras com recursos próprios através de campanhas e eventos festivos para possibilitar a compra de parte do material para tentar não perder o que já está realizado.
- as unidades semi- prontas correm a todo momento o risco de serem invadidas por famílias que não são da demanda, desesperadas pela falta de programas públicos de moradia popular.
- os terrenos remanescentes onde ainda não foi executada a infra-estrutura, estão sendo ocupados pela mesma razão, dificultando a implantação de futuros projetos.
- as famílias que já residem nas unidades prontas, não tem acesso à rede pública de água e esgoto e rede de iluminação das unidades e pública, o que tem se resolvido através de ligações provisórias e coletivas.
- a falta de conclusão da urbanização dos conjuntos provoca também a degradação da infra-estrutura e a exclusão da população dos mutirões dos programas de equipamentos sociais de educação, saúde, creche.

vereadora ANA MARTINS
Presidente da Comissão Especial de
Estudos de Habitação da Câmara Municipal

Visitas realizadas

Zona Leste

- Mutirão Miguel Ackel/ Associação Consabs II
- Mutirão Vila Simone
- Mutirão Clube de Mães da Vila Simone
- Mutirão Associação Jd. Ieda
- Mutirão Associação Baltazar Cisneiro
- Mutirão Associação Parque das Andorinhas
- Mutirão Ass. de Const. Comun. Mutirão Boa Esperança
- Mutirão Ass. 26 de Julho - JUTA
- Mutirão São Francisco/ Setor 8/ Ass. 15 de Novembro)
- Mutirão São Francisco/ Setor 1/ Ass. de Moradores do Setor 1
- Mutirão Ass. Vila Bola -MDF- Favela
- Ocupação Jd. da Conquista

Zona Central

- Mutirão Ass. Madre de Deus/ cortiços
- Mutirão do Casarão/ Celso Garcia/ cortiços

Zona Sul

- Mutirão SAF II/ Capão Redondo
- Fazenda Itupw/Área de Mananciais
- Ocupação Jd. Sônia Ingá

Zona Norte

- Projeto Cingapura/ Favela Zaki Narchi

Pedidos de Informação

Com objetivo de angariar subsídios para o debate sobre o problema habitacional a Comissão encaminhou os seguintes pedidos de informações:

A Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município (SEHAB):

- Solicitando dados sobre os critérios de estimativa das demandas habitacionais e dos adotados para definição de prioridades no atendimento; dos programas em andamento e qual a parcela populacional a ser atendida, da situação atual dos programas de mutirões, urbanização de favelas e conjuntos da Cohab, dos procedimentos adotados à regularização de loteamentos; sobre qual departamento é responsável pelo atendimento às associações; e, quais programas destinam-se aos moradores de cortiços. (Sem retorno)

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado (CDHU):

- Solicitando dados acerca de indicadores para estimativa da demanda de habitação; programas em andamento e qual parcela da população a ser atendida por cada um deles; critérios para definição de prioridades; relatório detalhado sobre a situação atual dos programas de mutirões, urbanização de favelas e conjuntos habitacionais; posição do projeto guarapiranga; sobre programas destinados aos moradores de cortiços; sobre o programa de Aluguel Social; e, Programa Plano Empresário.

Documentos Recebidos

Folha n.º 384 do Proc.
N.º 46 de 1995
O Funcionário

HABITAT II - Documentos Preparatórios à II Conferência

das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos

- Programa de Trabalho para o Comitê Nacional do Habitat II

• Prefeitura do Município do Rio de Janeiro
Publicação "Política Habitacional da Cidade do Rio de Janeiro"

Seminário do Rio de Janeiro

- Prefeitura do Município do Rio de Janeiro
- "Seminário Nacional Sobre Habitação e Questão Fundiária"

Professora Ana Clara Torres Ribeiro - Seminário Belo Horizonte

- "Urbanização Sem Urbanidade"

Governo do Estado do Rio de Janeiro

"Infra-estrutura e Meio Ambiente Urbano e Rural"

- Professor George Martine

"A Trajetória da Urbanização Brasileira: Especificidades e Implicações"

- Professor Alexandre Carlos de Albuquerque Santos

"Gestão Urbana: o desafio de consolidar a descentralização e a democracia em um cenário de diversidades"

- Professor Fernando Rezende

"Financiamento do Desenvolvimento Urbano"

- Professor Domingos Theodoro de Azevedo Netto

"A Questão Fundiária"

- Confederação das Mulheres do Brasil

"A Exp. Brasileira do Mutirão para Mães Chefes de Família"

- Conselho Estadual da Condição Feminina/SP

"Financiamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano"

POLÍTICA NACIONAL

- Poder Executivo

Projeto de Lei no. 311 - C, de 1988

"Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Habitação"

- Ante Projeto de Lei de 1995

"Dispõe sobre os objetivos, princípios e diretrizes da política urbana, institui o Conselho Nacional de Política Urbana e dá outras providências"

- Câmara dos Deputados

Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

"Seminário sobre Política Urbana"

POLÍTICA ESTADUAL

- Governo do Estado de São Paulo

Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU

"Programa Mutirão com Associações Comunitárias" - 1a. Etapa

Cons. Est. de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Condepe

"Carta de Apoio aos Mutirões"

POLÍTICA MUNICIPAL

- Prefeitura do Município de São Paulo

"A Política Setorial do Governo Municipal para a Habitação"

"Programa Direito à Moradia" - Operações Interligadas

"Operação Urbana Faria Lima"

"Projeto Cingapura"

ENTIDADES

- Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR
"Dossiê dos Despejos causados pelo Projeto Cingapura"
- Pastoral da Moradia de São Paulo - Advocacia Pública
-Boletim No. 7: "Regularização de Loteamentos" um ponto de partida para a reflexão das práticas e das leis.
-Boletim No. 8: "Um Século de Legislação Urbanística" Impactos culturais, econômicos e políticos na Cidade de São Paulo

- PUC / Faculdade de Ciências Sociais / Sociologia
Terezinha Trevisan
"A Crise de Habitação na Cidade de São Paulo" o caso do Mutirão Morada do Sol
- USP / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Professor Siegbert Zanettini
"Organização básica para Programas Habitacionais de Interesse Social"/Para a Prefeitura Municipal de Itajai
- Diário Oficial do Município / Tribunal de Contas
Edital: "Situações dos Mutirões" - 27/06/95

MOVIMENTOS DE MORADIA

- CONAM
"Relatório Final da 1a. Conferência Nacional de Habitação"
- Federação de Associações Comunitárias no Estado de São Paulo - FACESP
-Manifesto "Moradia Popular, direito do cidadão, dever do Estado"
- Cooperativa Pró-Habitação dos Metroviários - Coopermetro
Boletim Informativo
- Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca
Boletim "Mutirão e Auto-gestão"
- Conselho Coordenador das Favelas do Estado de São Paulo - CORAFASP
Boletim "Por um Brasil sem Favelas" Nossa Vida - Nossa Luta
Boletim "São Paulo sem Favelas" Plano Integrado de Desfavelamento e de Urbanização de Favelas

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NOS DEBATES

N.º 46 do 1985
 O Funcionário

ADAIL CARVALHO
 ADILSON PEREIRA DA SILVA
 ADRIANA
 ADRIANO DIOGO (VEREADOR)
 AGNALDO VALADÃO
 AILTON BARROS
 ALCIDES LEMOS SILVA
 ALICE CARDOSO FERREIRA
 ALINE SUELI DE SALLES
 SANTOS
 AMÁLIA CLEIDE DE SOUZA
 ANA MARIA FRANCO MIRANDA
 ANA MARIA FRANCO
 ANA M. QUADROS
 (VEREADORA)
 ANDRÉ LUIZ PORTO
 ANA MARTINS (VEREADORA)
 ANTONIA NETA DE ALMEIDA
 ANTONIO ALMEIDA SOARES
 ANTONIO SILVESTRE LEITE
 ARY RODRIGO PEREZ
 AURELINA SANTOS ALVES
 AZIZ AB'SABER
 BEARMINA MARIA DA SILVA
 BEVENUTO GERALDO PINHEIRO
 CÂNDIDO MALTA
 CARLOS MASSAKO KIYOMOTO
 CÉLIA APARECIDA LUIZ
 CÍCERO A. RIBEIRO
 CLAUDIA MERCIA DOS SANTOS
 CLÁUDIO MANETTI
 DÉBORA GUEDES DE ARRUDA
 DÉCIO
 DEJANIRA DOS S. RODRIGUES
 DEOLINA BEZERRA DE LIMA
 DERCIO ANTONIO DOS SANTOS
 DOMINGO FERNANDES
 DONIZETE FERNANDES
 DONIZETTI
 DORALICE SPÍNDOLA
 EDER JOFRE (VEREADOR)
 EDILEUZA F. SILVA
 EDSON MARQUES
 EDUARDO TRANI
 EDVANDA MATOS CONCEIÇÃO
 ELI REZENDE
 ELIZABETE M DOS SANTOS
 ELIZABETH A. DOS SANTOS
 ERMINIA MARICATO
 FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS
 FRANCISCO ALVES DE LIMA
 FRANCISCO DIAS
 GILDA GONÇALVES
 GUILHERME REINHARD (PE.)
 HENRIQUE PACHEC(VEREADOR)
 HILTON ANTONIO A. PEREIRA
 NÁCIA M. SANTOS

IRENE REZENDE LIMA
 ISABEL F. DA SILVA
 JAMIL MURAD
 JOÃO BATISTA
 JOÃO RODRIGUES DE SOUZA
 JOSÉ AGOSTINHO
 JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
 JOSÉ CLAUDIO GOMES
 JOSÉ FÁBIO CALAZANS
 JOSÉ FERNANDES SALES
 JOSÉ GOMES DO PRADO
 JOSÉ PEREIRA DA SILVA
 JOSÉ V. FERRAZ (VEREADOR)
 JOVITA S. DE SOUZA
 JUSCELINO P. DE CARVALHO
 KAZUO KANEGAE
 LARA FERNANDES SILVA
 LAURA TEREZA REIS
 LEDA MACHADO
 LEONARDO PESSINA
 LEÔNIDAS S. BOTELHO
 LINCOLN S. SANTOS
 LUCI VALENTE
 LUCYVANDA AMORIM MOURA
 LUIS BALDUTINO
 LUIZ GARCIA MALDONADO
 LUIZ SOUZA
 MARCIA HALLULI
 MARCOS AURÉLIO RUY
 MARIA AMARO ESTEVÃO
 MARIA APARECIDA L. VIEIRA
 MARIA APARECIDA NOGUEIRA
 MARIA CONCEIÇÃO S. MELO
 MARIA DAS GRAÇAS ANTONIA
 MARIA DO PLANALTO
 MARIA ESTER M. DA VITÓRIA
 MARIA ESTER NOLASCO
 MARIA IRACY B. DOS SANTOS
 MARIA JOSÉ FERREIRA
 MARIA LUIZA SANTOS ARAUJO
 MARIA MADALENA FALCÃO
 MARIA MORAES DA SILVA
 MARIA OLINTHA
 MARIA ROSANGELA DE LIMA
 MARIA TERESA DE A. NATARI
 MARILDA A. MANDOTTI
 MARILZA GONÇALVES DA
 SILVA
 MARINA MARQUES SOUZA
 MATI DO CARMO DIAS SANTOS
 MESSIAS JOSÉ DA SILVA
 MILTON F. HENRIQUE
 MILTON FERREIRA DA SILVA
 MIRIAM ROCHA SAMPAIO
 NEIDE ABATI
 NILCE F. SANTOS

PABLO GONZALES REIS
 PEDRO PAULO M. BRANCO
 PHILIP GUNN
 REINALDO CUE
 REINALDO SUED SANTOS SOUZA
 RENATO DAUD
 RITA CORREIA DE LIMA
 RITA DE CÁSSIA SOUZA SILVA
 ROSA MARIA CORREIA
 ROSANA HELENA MIRANDA
 ROSANGELA COSTA DA SILVA
 ROSANGELA DE F. MARCELINO
 ROSSELLA ROSSETTO
 SÁLVIANA DA C. L. DE BARROS
 SANDRA. MELLO
 SANDRA REGINA S. AMBRÓSIO
 SANDRO ROGÉRIO DE
 HOLANDA
 SEBASTIÃO DE M.
 BITTENCOURT
 SÉRGIO CARNEIRO
 SÉRGIO SUIAMA
 SÉRGIO ZARATTINI
 SEVERINO F. DOS SANTOS
 SEVERINO JOÃO DA SILVA
 SIEGBERT ZANETTINI
 SOFIA COSTA DA SILVA
 SUZANA P. TACTHNER
 SYLVIO BARROS SAWAYA
 TEREZA A. DA SILVA
 TEREZA AURIOTAS
 TEREZINHA TREVISAM
 THAIS DE NARDI
 VÂNIA MOURA RIBEIRO
 VENICIO LOPES DE OLIVEIRA
 VERÔNICA NUNES MORAES
 VITAL NOLASCO (VEREADOR)
 ZENAS PIRES (VEREADOR)
 ZORILDA MARIA DOS SANTOS
 ZULEIKA ALAMBERT

A Comissão Especial de
 Estudos sobre Habitação
 agradece a expositores e
 convidados que com sua
 presença e efetiva
 participação
 contribuíram para elevar o
 nível do nosso trabalho.

Entidades participantes

ABRIGO SACOLÃO
ALOJAMENTO SÃO CARLOS
ASSOCIAÇÃO 13 DE JUNHO
ASSOCIAÇÃO 26 DE JULHO
ASSOCIAÇÃO CONSABS II
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTE RASA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MIGUEL ACKEL
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM SÃO RAFAEL
ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETO - LESTE I
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS
ASSOCIAÇÃO FEMININA DE VILA ALPINA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO - ANSUR
ASSOCIAÇÃO POVO UNIDO
ASSOCIAÇÃO VILA OLÍMPIA VIVA
CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO - CDHU
CONAM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
CONSELHO DAS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIROS - CONSABS
CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA
COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DO METRÔ - COOPERMETRO
EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO - EMLASA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP - FAU/USP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO ESTADO - FACESP
FEDERAÇÃO PAULISTA DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES - FEPAM
FÓRUM DOS MUTIRÕES
FRENTE PAULISTA DE HABITAÇÃO POPULAR
INSTITUTO POLIS
MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO
MOVIMENTO PINHEIROS VIVO
MUTIRÃO CELSO GARCIA
MUTIRÃO HAIA DO CARRÃO
MUTIRÕES CARRÃOZINHO/BOA ESPERANÇA
PASTORAL DA MORADIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA - PUC
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SINDICADO DAS EMPRESAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS - SECOVI
SOCIEDADE AMIGOS DE VILA MARA
SOCIEDADE AMIGOS DE VILA MEDEIROS
SOCIEDADE AMIGOS DE VILA SÃO FRANCISCO
SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM SÃO DOMINGOS E ADJACÊNCIAS
SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM MANACÁ
UNIÃO DE MORADORES DE VL. 10. DE OUTUBRO
UNIÃO DOS APOSENTADOS DE ERMELINO MATARAZZO
UNIÃO DOS MORADORES DE VILA JOÃO CANUTO

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA - UMM
UNIÃO POPULAR DE MULHERES
UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇOS - ULC

APRESENTAÇÃO

49

Folha	n.º	286	do	Proc.
No	46	de	10	05
Funcionário	M			

TEMA

1

19.10.95

A política de assentamento populacional no Município de São Paulo
debatedores: Aziz Ab'Saber (geógrafo - IEA/USP); Cândido Malta Campos Filho (arquiteto - Movimento Defesa São Paulo); Siegbert Zanettini (arquiteto - FAU/USP); Philip Gunn (arquiteto - FAU/USP).

TEMA

2

26.10.95

A política nacional de desenvolvimento urbano e de habitação
debatedores: Sérgio Suiama (advogado, consultor da ANSUR); Leonardo Pessima (arquiteto, assessor da UMM); Sérgio Carneiro (sociólogo, Associação Vila Olímpia Viva); José Fábio Calazans (arquiteto, ex-coordenador do Programa de Favelas da CDHU).

TEMA

3

09.11.95

Os instrumentos institucionais e legislativos de implementação da política habitacional no Município de São Paulo; os projetos para a cidade
debatedores: Silvio Sawaia (arquiteto, FAU/USP e ANSUR); José Cláudio Gomes (arquiteto, FAU/USP); Sandra Regina Santo Ambrósio (economista, Associação Vila Olímpia Viva); Eduardo Trani (arquiteto, coordenador de Planejamento Ambiental da SEMA).

TEMA

4

16.11.95

As políticas públicas de habitação popular dos governos estadual e municipal
debatedores: Erminia Maricato (arquiteta, ex-secretária de Habitação do Município de São Paulo); Nabil Banduki (arquiteto, FAU/USP São Carlos); José Fábio Calazans (arquiteto, ex-coordenador do Programa de Favelas da CDHU); Cláudio Manetti (arquiteto); Rosana Miranda (arquiteta).

TEMA

5

23.11.95

Situação de moradia da população trabalhadora no Município de São Paulo
debatedores: Pedro Paulo Martoni Branco (diretor-presidente da FSEADE); Vânia Moura Ribeiro (arquiteto, coordenador da APOIO); Sérgio Zarattin (arquiteto, EMPLASA); Suzana Pasternack Tachner (urbanista); Maria Olintha G. Borba (gerente CDHU); Renato Daud (arquiteto, CDHU); Edson Marques (diretor CDHU).

TEMA

6

30.11.95

As experiências do Movimento Popular
debatedores: Luci Valente (Fórum dos Mutirões); Ailton Barros (Fapesp); José Agostinho de Araújo (Coopermetro); Jamil Murad (médico, dep. estadual PCdoB); Donizetti Fernandes (UMM); Vital Nolasco (vereador PCdoB); Ana Martins (vereadora PCdoB, presidente da Comissão de Estudos da Habitação); Messias José da Silva (Mov. Favelas); Wander Geraldo (Conam); Pde. Guilherme (Pastoral da Moradia); Edileuza Francisca da Silva (ULC); Tereza Alves da Silva (Mov. de Moradia Abrigo João XXIII-Sacolão); Gegê (ULC)

Os textos apresentados no corpo deste relatório foram desenvolvidos com base nos depoimentos e intervenções dos expositores e demais convidados que participaram dos debates promovidos pela

Comissão Especial de Estudos sobre Habitação

FICHA TÉCNICA

Comissão Especial de Estudos de Habitação da Câmara Municipal de São Paulo

Presidente: Ana Martins (PCdoB)

Relator: Henrique Pacheco (PT)

membros: Adriano Diogo (PT)

Ana Maria Quadros (PSDB)

Eder Jofre (PSDB)

José Viviane Ferraz (PL)

Vital Nolasco (PCdoB)

Zenas Pires (PMDB)

Coordenação: Rosana Helena Miranda - arquiteta, assessora da vereadora Ana Martins

Equipe Técnica:

Rosana Helena Miranda

Alcineia Pereira da Silva

Alice Cardoso Ferreira

Digitação:

Marizilda Pfutzenreuter

Secretaria das Comissões:

Jader Augusto Pimenta

Osmar Mosconi Júnior

Diagramação:

Cláudio Gonzalez

Colaboração nos debates:

Carlos Massato

Luci Valente Marin

Vital Rubens Pierre

Alberto Adulis

Genilson da Silva Santos

João Batista

Gecy Dávila

Márcia Halluli

José Fernandes Lima Sales

Leda Machado

Maria Ester Martins da Vitória

BOLETIM DO NÚCLEO

DO NÚCLEO DE ADVOCACIA PÚBLICA
DA PASTORAL DA MORADIA DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO
N. 08 - Ano 2 - OUTUBRO/95

30.08.1995
Folha n. 387 do proc.
N. 46 de 1995
O funcionário

Um Século de Legislação Urbanística

Impactos culturais, econômicos e políticos na Cidade de São Paulo

No dia 15 de agosto p.p., a Arquiteta Raquel Rolnik apresentou, em evento promovido pelo Núcleo de Advocacia Pública, parte de sua tese de doutorado, recém defendida na Universidade de Nova York, sobre a história da legislação urbanística na cidade de São Paulo e seus impactos políticos, culturais e econômicos. A seguir, algumas das idéias principais desenvolvidas na palestra proferida por Raquel, a quem agradecemos a enriquecedora contribuição.

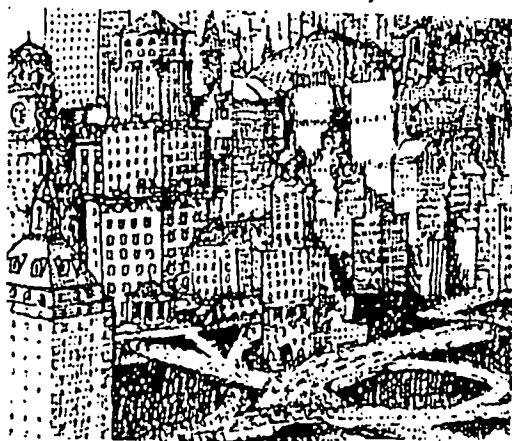
"Na história do direito de propriedade já está colocada uma tensão e um conflito que vão estar presentes em todas as nossas lutas, até hoje (...) A legislação urbanística, aparentemente inofensiva, constitui, na verdade, uma teia invisível, definindo uma série de aspectos na vida das pessoas", na medida

que ela está "ligada a um processo de concentração de renda e de poder".

"O primeiro regime jurídico de posse da terra foi basicamente o regime das sesmarias, (...) (no qual) a propriedade não era absoluta, tinha o direito de explorar a terra aquele que a utilizava e se a terra era abandonada, o direito deixava de existir, o título deixava de ter validade (...)". Os regimes da sesmaria e da posse "conviviam absolutamente sem grandes conflitos, primeiro porque o território era muito vasto e acomodava as demandas por terra e em segundo lugar porque ambos estavam baseados no princípio da efetiva ocupação."

"Esse cenário vai mudar radicalmente em 1850 com a Lei de Terras, onde a propriedade é absolutizada e a única condição que assegura a propriedade é a escritura (...). Entre 1822 e 1850 (...)

época de livre apossamento de terras, todo mundo que tinha condições de pegar grandes pedaços de terra pegou e legalizou em 1850 e quem não tinha condições de pegar pedaços de terra e de encaminhar os papéis (90 por cento da população era de analfabetos) (...) passa a ter um direito que é sempre precário, sempre não reconhecido. Começa a existir um conflito entre a propriedade e a posse legal (...) E tudo que a gente vive na cidade se organiza, até hoje, em torno desse conflito também."



"O primeiro Código de Posturas que determinou como e onde se deveria construir foi promulgado em 1886, em São Paulo" determinava um perímetro urbano, no qual "tudo que fosse construído tinha que passar por um processo de aprovação (...) fora desse perímetro podia-se construir sem passar por nenhum processo. (...) Na verdade, mais do que assegurar uma certa forma de ocupação do espaço, o que a legislação está fazendo nesse momento é destinar um pedaço da cidade para um grupo social e outro pedaço para outro (...) Os investimentos maiores em infra-estrutura se concentravam exatamente nesse pedaço regulado da cidade (...)"

Durante a república velha, (...) o Estado não se via obrigado a atender ou a olhar ou a pensar como a habitação do pobre ia acontecer (...). Essa relação muda nos anos 30 (...) as massas começam a existir no cenário político (...) Constitui-se um pacto territorial (...) que funciona mais ou menos assim: a lei continua sendo feita para a cidade dos ricos, a lei continua seguindo a lógica do investimento que é feito na

O Governo Federal e a Habitação Popular

Folha n.º 288
N.º 46 de 1995
O funcionário Leonardo Pessina

Instalado o novo Governo Federal, os movimentos de moradia, particularmente a União Nacional por Moradia Popular, retomam as suas lutas por uma política habitacional e urbana de caráter social e com participação popular. Em dezembro de 1994, estavam tramitando no Congresso três projetos vinculados a problemática urbana, a saber: o PL 199, sobre saneamento; o PL 311, sobre moradia popular e o Estatuto da Cidade, fruto de amplas discussões e de um grande acúmulo da sociedade e dos movimentos populares, representando um grande avanço com respeito a situação existente.

O Governo Federal veta o Projeto de Lei de Saneamento sem explicações e começa a discutir o Projeto de Habitação junto ao Fórum Nacional convocado para rearticular a discussão visando a sua aprovação no Congresso.

Nessa discussão, fica claro que o Governo não vai apoiá-lo, porque não quer criar fundos com vinculação orçamentária e coloca que vai elaborar uma proposta de legislação urbana integrada, articulando as políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte, cujas diretrizes serão definidas por um Conselho Nacional de Política Urbana.

Elaborada a minuta preliminar, o Fórum Nacional de Política Urbana é convocado para discuti-la em 22/06, com uma ampla participação de representantes do Governo Federal, de Governos estaduais, distrital e municipais, entidades de classe, universidades, ONG's, Movimentos Populares e Centrais Sindicais. O Fórum Nacional de Reforma Urbana e a UNMP participam do encontro, criticando a minuta por ser muito genérica e não levar em conta o avanço dos três projetos de lei.

A proposta do Governo não contém também nenhum instrumento jurídico-urbanístico de reforma urbana, não regulamentando os artigos da Constituição Federal sobre temas urbanos (arts. 182 e 183) e não abrangendo os aspectos fundiários, entre eles a função social da propriedade.

A minuta avança na criação do Conselho, apesar de sua composição não ser tripartite, como propõe o FNMP (poder público, agentes promotores e financeiros e beneficiários). Será elaborada uma segunda minuta levando em conta a discussão do Fórum e haverá uma reunião em meados de agosto para apreciá-la.

O Governo Federal, que criou a Secretaria Nacional de Política Urbana no âmbito do Ministério de Planejamento e Orçamento, lançou também novos programas com recursos do FGTS, que são destinados para famílias de até 3,5 Salários Mínimos e serão executados pelas prefeituras.

Os programas são o Pró-moradia e o Pró-sanear, para urbanização de favelas, recuperação de áreas degradadas e melhorias ambientais e sanitárias; os projetos serão aprovados por instâncias colegiadas estaduais com representação do Governo Estadual, executivos municipais e representantes da sociedade civil (ver notícia na página 4 deste Boletim).

A SEPURB está elaborando, também, novos programas com recursos do FGTS, a saber:

- a linha de financiamento individual por carta de crédito para famílias com renda de até 12 S.M.;
- um programa para associações comunitárias, baseado nas cooperativas uruguaias e nas experiências dos mutirões autogestionários de São Paulo, que será apresentado em agosto ao Conselho Curador do FGTS e discutido previamente entre a UNMP e o Diretor Nacional de Habitação, Edson Ortega.

arquiteto, coordenador do CAAP

COVAS CRIA CONSELHO SEM PARTICIPAÇÃO POPULAR

O Governador Mário Covas criou, através do decreto 40.197, de 18 de julho de 95, o *Conselho de Orientação aos Programas de Desenvolvimento e de Promoção da Qualidade de Vida no Estado de São Paulo*. Esse Conselho é uma exigência do Governo Federal para o acesso às verbas do FGTS, para programas sociais.

Fazem parte do Conselho o Governo estadual, representantes dos municípios e da sociedade civil (CREA, Faculdade de Saúde Pública da USP, SINDUSCON, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e Federação de Trabalhadores nas Indústrias de Construção do Mobiliário).

Os dois grandes questionamentos que fazemos dizem respeito à ausência de um processo prévio de discussão com a sociedade e com o Legislativo e ao fato de nenhuma entidade popular, dos beneficiários dos programas comporem o Conselho.

ROSANA
ANALISA

BOLETIM DO NÚCLEO

DE ADVOCACIA PÚBLICA
DA PASTORAL DA MORADIA DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

N. 07 - Ano 2 - AGOSTO/95

Folha n. 289 do proc.
N. 476 de 1995
O funcionário

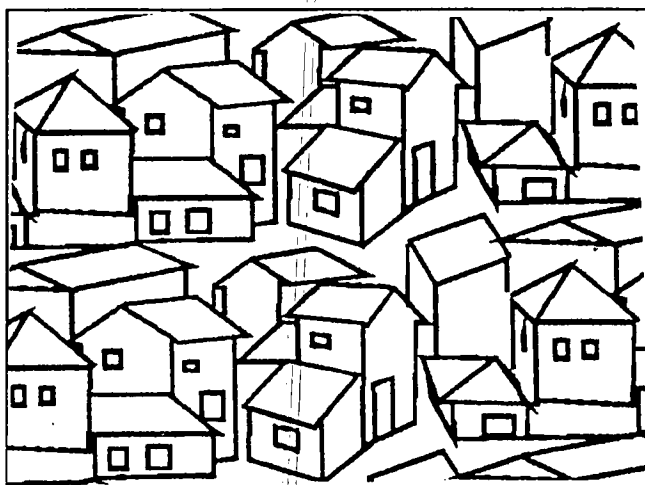
Regularização de Loteamentos: um ponto de partida para a reflexão das práticas e das leis

Anteriormente à aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo da Lei 11.775, de 29.05.95, que trata da regularização de parcelamentos irregulares, muito se discutiu sobre qual seria a competência e os instrumentos que o Município dispunha para poder promover a regularização de loteamentos.

O Decreto Municipal n. 15.764 autorizava o Poder Executivo Municipal a regularizar os loteamentos implantados até 1972. Por muitos anos, pilhas de processos, relativos a loteamentos implantados posteriormente àquele ano, acumularam-se nas salas e corredores da Prefeitura de São Paulo à espera de solução.

Em meados da década de 70, início de 80, a população moradora em loteamentos passa a se organizar e reivindicar providências. A demanda e a pressão começam, aos poucos a se intensificar. Na gestão Reinaldo de Barros criou-se o SERLA, consolidando-se uma prática populista de cerimônia de entrega de escrituras, que gerava nas pessoas a ideia do "eu ganhei a escritura", uma dádiva do governante. Na gestão Mário Covas, o SERLA foi transferido para a Secretaria de Habitação e, posteriormente, extinto na gestão Jânio Quadros, passando a regularização a constituir uma subdivisão dentro de Parsolo, que ainda operava dentro de uma prática populista e clientelista.

Na gestão Luiza Erundina, criou-se o RESOLO que atuou fundamentado no entendimento de que a Constituição Federal de 88 atribuiu competência aos Municípios para a regularização do parcelamento do solo. Baseado nessa competência constitucional e respaldado por Portarias internas que norteavam os



o RESOLO havia regularizado 13 milhões de m², isto é, mais de 300 loteamentos. A atual Administração, por outro lado, em mais de 2 anos e meio, praticamente nada regularizou, sustentando a inexistência de instrumentos legais para que pudesse fazê-lo.

Os motivos que levaram a Administração anterior a optar pelo trabalho através de portarias e não de uma lei; a importância e limitações da atual Lei de Regularização e a existência de uma legislação urbanística que deixa a maior parte da cidade em situação irregular, favorecendo políticas muitas vezes populistas de regularização foram algumas das questões discutidas na última reunião do Núcleo, ocorrida em junho.

Na gestão anterior, avaliou-se, entre outras coisas, que a elaboração de uma legislação não poderia prescindir de um conhecimento aprofundado da ampla realidade com a qual se pretendia trabalhar e que a instituição de uma lei com critérios únicos poderia estabelecer parâmetros por demais rígidos que inviabilizariam a regularização de uma série de situações.

A Prefeitura Municipal e o desrespeito aos Direitos Humanos Fundamentais

Essa história começou, aparentemente, em 14 de agosto de 1995, quando a favela localizada sob a Ponte do Tatuapé, na zona leste da cidade, sofreu um incêndio, de origem até hoje não esclarecida. Dois dias após o ocorrido, o Prefeito Paulo Maluf publicou uma Portaria, textualmente motivada pelo incêndio mencionado, visando "equacionar, de vez, o problema da ocupação dos baixos de pontes e viadutos", na qual determinava que a Secretaria de Administrações Regionais e a Defesa Civil estabelecessem "estratégias para a remoção das famílias e completa desocupação das áreas", "abrigando" (melhor seria dizer acampando) as famílias em barracas da defesa civil montadas em "em próprios municipais hoje utilizados como campo de futebol". Previu, ainda, indigitada Portaria, a liberação de verbas para "possibilitar o retorno, às cidades de origem, das famílias removidas que assim o desejarem".

No dia 18 de agosto seguinte, mais de 200 policiais da guarda civil metropolitana, vários caminhões, tratores e carrocinhas de cachorro chegaram na Favela sob o Viaduto General Milton Tavares de Souza, localizado também na zona leste, e, empregando métodos autoritários e violentos, iniciaram a remoção das famílias.

Os moradores, tomados de surpresa, sequer sabiam o motivo daquela ação. A ninguém foi dada ordem judicial de despejo ou Auto de Interdição. Nenhum aviso sobre qual seria o seu destino. Muitos moradores estavam trabalhando, no momento em que a Prefeitura fazia a remoção, e quando retornaram encontraram suas casas já no chão, só lhes restando ir a procura de sua esposa e filhos.

As famílias, então removidas, foram levadas para o Centro de Esportes da Lapa, conhecido como "Peleção", localizado bem distante do local onde viviam, trabalhavam e de onde seus filhos estudavam. Despejadas sob a alegação de que estavam em situação de risco, foram, ironicamente, "depositadas" com seus pertences, num ginásio fechado, no qual armou-se, pelas próprias mãos da Prefeitura, uma situação insalubre e literamente implosiva: quase 100 famílias apertadas, sem nenhuma privacidade ou condições de higiene, cada uma delas com seus fogões e respectivos bujões de gás em pleno funcionamento, convivendo com outras centenas de homens e mulheres e cigarros acesos e crianças e fios de eletricidade esparramados pelo chão.

Os moradores que não foram retirados de suas casas naquela fatídica sexta-feira, reuniram-se para discutir a agressão a que estavam sendo

submetidos e a forma desumana, desrespeitosa com que estavam sendo tratados.

Na segunda-feira seguinte, dia 21, as famílias que não haviam sido removidas, acordaram muito cedo e interditaram uma pista da Marginal Tietê a fim de mostrarem para o Prefeito, para a sua polícia e para a cidade que são pessoas vivas e que, conclusão elementar, devem ser tratadas como essa condição humana requer. Pediam apenas a preservação dos seus direitos fundamentais e da lei. Tentavam impedir apenas mais um ato arbitrário, mais uma atitude fascista. Tentavam evitar que seu destino fosse o mesmo das famílias, desesperadas, que ocupavam o Peleção.

Na reunião ocorrida na manhã seguinte, dia 22, com o Secretário do Bem-Estar Social, deixaram isso claro: não se opunham à remoção em si, mas exigiam, no mínimo, conhecer antecipadamente seu motivo, a data da remoção, a sua destinação e a política habitacional para as milhares de famílias destinadas, segundo a Portaria nº 32, a morarem em barracas, em campos de futebol ou alojamentos precários.

A esse pleito, o Sr. Secretário, Adail Vettorazzo, porta voz do Sr. Prefeito Municipal, respondeu negativamente: "Não, não é possível avisar com antecedência. A remoção pode se dar a qualquer momento". Nos dias que se seguiram, outros moradores, de outras favelas, de várias regiões, potencialmente cotados para figurarem no elenco das famílias a serem sumariamente despejadas, organizaram ações coletivas de protesto.

A Pastoral da Moradia e muitas outras entidades, como a Comissão Justiça e Paz, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Vereadores, Deputados, o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana e a Promotoria da Justiça e Cidadania estão alertas. Oportuno ressaltar que, no dia 05 de setembro último, a Pastoral e outros parceiros encaminharam, para a mencionada Promotoria, denúncia do caso e solicitaram a adoção das medidas judiciais cabíveis para a proteção dos direitos constitucionais ameaçados.

Não há que se tolerar mais o arbítrio e a violação de direitos por parte daqueles que, por dever de ofício, deveriam ser os primeiros a promover condições de vida digna na cidade. Tirar as pessoas do risco, sim, mas não para lançá-las em situação de pior sorte.

Pde. Guilherme Reinhard e
Ligia Daher Kfoury

Informes, Informes, Informes

NÚCLEO CONVIDA

No dia 15 de agosto, às 19 horas, o Núcleo de Advocacia Pública contará com a exposição da arquiteta Raquel Rolnik, que discorrerá sobre a história da Legislação Urbanística em São Paulo, refletindo sobre os impactos culturais, econômicos e políticos de um modelo de legislação que excluiu, ao longo deste século, a maior parte da cidade.

A reunião será na Cúria Metropolitana, na Av. Higienópolis, 890 - Higienópolis

VEM AÍ O "2 o. SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE COOPERATIVISMO HABITACIONAL E AUTOGESTÃO"

Já estão abertas as inscrições para este Seminário promovido pela Secretaria Latino Americana por Vivienda Popular e União dos Movimentos de Moradia, com o apoio da Pastoral da Moradia, que reunirá entidades de vários países da América Latina, expondo e debatendo as questões fundamentais sobre o tema. Será dias 27 e 28 de setembro, no Parlamento Latino Americano, na Barra Funda. Inscrições na ADM, fone: 291-0100

Folha n. 792 do proc
N. 46 de 1995

SEMINÁRIO HABITACIONAL E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Com o objetivo de discutir o atual desenho institucional das políticas habitacionais nacional e estadual e propor estratégia de ação conjunta para a democratização dessas políticas, esse Seminário acontecerá no dia 5 de agosto de 1995, das 9 às 16 horas, na Assembléia Legislativa. A promoção é do Pólis, UMM, ANSUR, CMP, Fase e gabinetes dos deputados Roberto Gouveia, Maria Lucia Prandi e Paulo Teixeira



FAVELAS DO "CINGAPURA" ARTICULAM-SE

Dezessete favelas indicadas para o Projeto Cingapura da Prefeitura Municipal de São Paulo estão se reunindo há cerca de um mês e relacionando diversas denúncias sobre irregularidades no processo. A Comissão solicitou uma audiência com o Secretário de Habitação, mas até agora não foi recebida. Maiores informações com Sueli, na sede da Pastoral.



ATENÇÃO:

A Pastoral da Moradia mudou de endereço!

Estamos atendendo na **Praça da Sé, 184 sala 801** - em cima da Livraria Paulus.

O telefone continua o mesmo: 606-1533.

Expediente de 2a. à 6a. das 14 às 18 h.

Atendimento Jurídico: 3as. e 5as. das 16 às 18h.



BOLETIM DO NÚCLEO é uma publicação do Núcleo de Advocacia Pública da Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo. Equipe Responsável: Evaniza, Ligia e Sueli. Coordenação: Pe. Guilherme Reinhard, omi. Supervisão: Ligia Daher Kfouri. Artigos, críticas e sugestões devem ser remetidas à Praça da Sé, 184, 8o. andar - sala 801 - Centro - CEP 01001-000 - São Paulo - SP - Fone: 606-1533 - Fax: 605-7044

cidade dos ricos, a cidade popular continua sendo feita de acordo com uma lógica e uma forma de investimento diferentes e que se choca com a lei. A lei não muda para incorporar a lógica das cidades populares, ela apenas diz o seguinte: a critério do Estado uma coisa irregular pode ser regularizada (...) você deixa todo o filtro de quem é incorporado à cidade, de quem não é incorporado à cidade ser feito pelo próprio aparelho do estado ou por quem está sentado na cadeira do Poder."

"Isso foi muito importante para a sustentação política do período getulista (...), mas foi fundamental para o que aconteceu na política de São Paulo com a redemocratização, quando aparece Jânio Quadros", onde se "troca a incorporação de um pedaço irregular da cidade na cidade oficial, por votos. A cidade continua na absoluta irregularidade e ilegalidade, só que clientelisticamente, seletivamente (...) vai se fazendo uma anistia aqui, atendendo a um serviço ali e trocando isso por voto ...".

É pacto porque a lei é descumprida por um pedaço da cidade, "essa infração à lei é tolerada, mas estigmatizada (...) a população que mora nos assentamentos populares, nos cortiços, nas favelas, nas ocupações, nos bairros clandestinos auto-construídos é sempre vista culturalmente, na cidade, como o outro, aquele que não é tão legal (...) tem uma tolerância, mas ao mesmo tempo tem uma rejeição porque a lei diz que morar tem que ser cada família num lote (...) só que na cidade de São Paulo, nos bairros populares, desde o século XIX, sempre moraram 2,3,4 famílias num lote (...) e isso faz parte da própria estratégia de sobrevivência, da própria lógica de organização (...) (que) evidentemente tem a ver com a falta de dinheiro, mas tem a presença de elementos também culturais e formas de organização peculiares, todas elas colocadas pela legalidade urbanística como ilegais, clandestinas, precárias e proibidas..."

"A produção da moradia popular, os cortiços no começo do século e depois as outras formas de moradia,...(implica) num monte de investimentos imobiliários, (...) só que é uma lógica do pequeno, do micro investidor, enquanto que o desenvolvimento de loteamentos de alta renda segue a lógica do grande investidor. (...) Toda a legislação foi moldada para esse (último) tipo de investimento que é um investimento que existe e até deve continuar existindo, porém a legislação desconhece e não tem nada a ver com a lógica dos micro-investidores que têm outro ritmo, outra forma de ocupação e que tem outra perspectiva."

"Se a gente começasse a inverter o raciocínio da legislação urbanística, em vez de ser o que ela é hoje, radicalmente uma maneira de proteger grandes investimentos (...) em vez de desenhar muralhas segregadoras na cidade impedindo o acesso das pessoas de menor renda aos lugares mais infra-estruturados da cidade, em vez dela ser uma maneira de impor um modelo de organização social e cultural que é o modelo da classe dominante branca com uma certa tradição européia, eliminando todo o multiculturalismo que nós temos presentes na nossa cidade e no nosso país, ela estaria contribuindo para abrir um outro tipo de espaço para o empreendimento popular nesta cidade."

Folha n. 792 do proc.
N. 46 de 1995
O funcionário



ENVIE SUA CONTRIBUIÇÃO AO BOLETIM DO NÚCLEO

Boletim do Núcleo é uma
idéia que surgiu com a
finalidade de trocar
informações, opiniões,
experiências, relatos, resenhas,
denúncias... enfim, um espaço
aberto para aqueles que se
debruçam sobre a questão da
moradia e querem ver essas
propostas circulando a um maior
número de pessoas.

Escreva prá gente e
participe dessa rede.

Informes, Informes, Informes

A VERDADE DO CINGAPURA EM VIDEO

O Fórum de Favelas do Cingapura, a Pastoral da Moradia e a ANSUR estão lançando um vídeo com as denúncias das irregularidades apuradas no Projeto Cingapura. São casos de despejos, violência e enganação, métodos utilizados pela Prefeitura para implantar o "maior programa habitacional do país". Cópias da fita podem ser obtidas na Pastoral da Moradia.



LESTE 2 INAUGURA MUTIRÃO

No próximo dia 18 de novembro, o Movimento Sem Terra Leste 2 e a UMM estarão inaugurando o Mutirão Vila Silvia, o 1º Conjunto Habitacional construído em mutirão com financiamento da CDHU. São 128 apartamentos que, além do custo 50% menor, está marcando definitivamente a proposta de mutirão autogestionário como uma alternativa inclusive às grandes companhias habitacionais.

A festa acontecerá na Colônia Leopoldina, 532 - próximo a Fábrica Cisper, a partir das 10 horas, contará com a presença do governador Covas e dos movimentos de toda a cidade que aproveitarão a ocasião para cobrar maior agilidade do Estado no início de novos projetos.



UMM REALIZA ENCONTRO NACIONAL

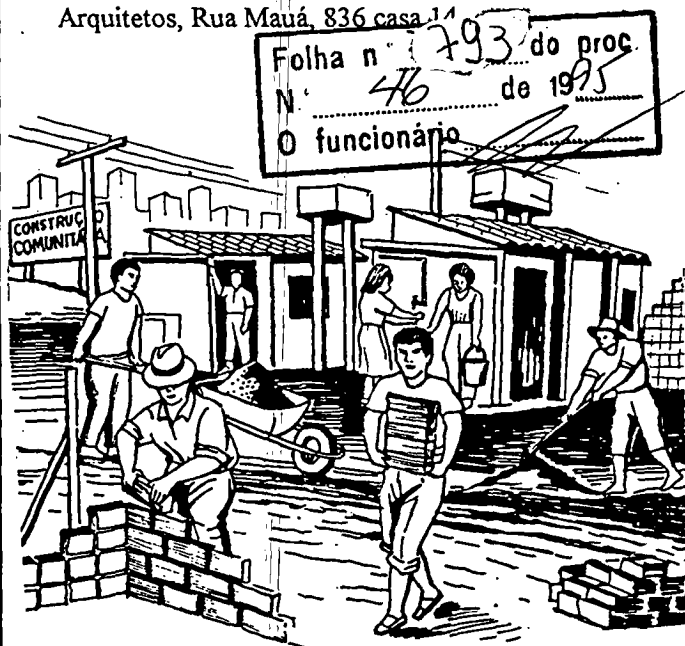
Nos próximos dias 3, 4 e 5 de novembro União nacional por Moradia Popular estará realizando seu Encontro na cidade de Ipatinga, Minas Gerais. Os temas principais serão a política habitacional do Governo FHC, a retomada da luta pelo Fundo Nacional de Moradia e a articulação da entidade.

Maiores informações, pelo fone: 606-2212 com Donizete, Vera ou Evaniza

FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA SE REARTICULA

Voltou-se a reunir o Fórum Estadual de Reforma Urbana. Com os temas do Fundo Estadual, do Conselho de Moradia e das demais temáticas nacionais, a primeira reunião foi bastante animada e informativa. Estão participando diversas ONG's da área, movimentos populares e sindicatos.

A próxima reunião será no dia 28 de outubro, às 10 horas, no Sindicato dos Arquitetos, Rua Mauá, 836 casa 14.



SOLO URBANO

Em seu número comemorativo ao Dia Mundial do Habitat, 2 de outubro, o periódico *SOLO URBANO* da ANSUR, lançou encarte especial sobre o "Projeto Cingapura" contendo artigos de Fernando Arth, Aldaiza Sposatti e Pe. Guilherme Reinhard.

BOLETIM DO NÚCLEO é uma publicação do Núcleo de Advocacia Pública da Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo. Equipe Responsável: Evaniza, Ligia e Sueli. Coordenação: Pe. Guilherme Reinhard, omi. Supervisão: Ligia Daher Kfoury. Artigos, críticas e sugestões devem ser remetidas à Praça da Sé, 184, 8º andar - sala 801 - Centro - CEP 01001-000 - São Paulo - SP - Fone: 606-1533 - Fax: 605-7044.

continuação...

Por um lado, o Executivo Municipal poderia há mais de dois anos ter dado continuidade ao trabalho de regularização de RESOLO mesmo sem a existência da Lei, por outro, a importância da dessa Lei reside na marca que os movimentos organizados imprimiram sobre ela, através da apresentação de emendas ao Projeto original do Executivo, tornando-o, na medida do possível, mais adequado às situações concretas, sempre com a consciência, no entanto, das limitações e imperfeições da Lei que não pode ser apresentada como elixir para todos os males.

É preciso estar atento para o fato de que a discussão a ser feita não deve se restringir a essa única Lei. Na verdade, é necessário que se discuta o conceito central que tem norteado toda a legislação urbanística baseada numa modalidade de investimento imobiliário que é a praticada pelo grande capital e que não é portanto, a modalidade da qual a maior parte da população se vale para apropriar-se do espaço urbano. É preciso subverter esse marco homogêneo e pensar em formas jurídicas capazes de abarcar a multiplicidade e a heterogeneidade das formas de ocupação do espaço.

A legislação deve necessariamente e para que a lei seja efetiva e justa, estar calcada nas experiências concretas, nas formas reais dos problemas que a população enfrenta. Os critérios, nesse sentido, não podem ser rígidos, únicos para a cidade inteira. A situação dos Jardins e Itaim Bibi, por exemplo, não é a mesma de campo Limpo e Itaim Paulista. Também não se trata de fazer uma lei para os pobres e outra para os ricos, mas de se fazer uma lei que possa contemplar as diferenças, sem que isso represente uma desclassificação valorativa de uns parâmetros em relação a outros.

Síntese da Reunião de Junho do Núcleo de Advocacia Pública

Fórum Nacional de Reforma Urbana pública Documento

O Fórum Nacional de Reforma Urbana lançou, em maio último, a CARTA BRASILEIRA CONTRA A DESIGUALDADE E PELO DIREITO À CIDADE, na qual não apenas reafirma o Tratado por Cidades, Vilas, Povoados Justos, Democráticos e Sustentáveis, elaborado durante a ECO 92, como também destaca seu compromisso com a luta pela conquista de uma Reforma Urbana pautada pelos seguintes princípios fundamentais:

- o direito à cidade e à cidadania, garantidor do acesso universal aos equipamentos e serviços da cidade, às condições de vida urbana digna, a um espaço culturalmente rico e diversificado e à participação da população nos destinos da cidade;

- o direito à moradia que é direito inalienável;

- o direito à uma gestão democrática da cidade, na qual a forma de planejar, de produzir, de operar e governar as cidades esteja submetida a controle social e participação popular;

- função social da cidade e da propriedade, onde o interesse comum prevaleça sobre o interesse individual da propriedade, de tal forma que todo cidadão tenha direito de se apropriar do território dentro de parâmetros democráticos, de condições ambientalmente sustentáveis e de justiça social.

A Carta expõe, ainda, várias propostas dirigidas à Reforma Urbana, cuja efetivação depende da transformação dessas propostas em metas anuais a serem elaboradas pelos Poderes do Estado, em conjunto com os setores organizados da sociedade.



**POLÍTICA
HABITACIONAL
DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO**



Folha n. 796 do proc.
N. 46 de 1975
O funcionário

A POLÍTICA HABITACIONAL DO RIO

A decisão de criar um órgão próprio para regularizar a política habitacional do Município do Rio surgiu em agosto de 93 durante um seminário sobre Habitação, na Câmara dos Vereadores, quando anunciamos a criação do Grupo Executivo de Assentamentos Populares, embrião da Secretaria Extraordinária de Habitação. Em dezembro de 94, após aprovação dos vereadores, sancionamos a lei criando a Secretaria Municipal de Habitação, em solenidade oficial no auditório do Centro Administrativo São Sebastião.

Com a criação da SMH pretendíamos, e estamos caminhando para atingir este objetivo, que o trabalho da nova Secretaria fosse determinado pela intervenção do Poder Público, como forma de **integrar a cidade** com as comunidades carentes. Mais do que esgoto, escadarias, pavimentação, essas áreas também precisam ser vinculadas ao resto da cidade, através de projetos de sucesso, como o Favela-Bairro.

O objetivo principal era o de expandir as ações realizadas pelos governos anteriores, na área da Habitação. Definimos como bases da política habitacional do Município do Rio a compreensão de que **a moradia é um direito do cidadão; a habitação não é só casa, mas integração à estrutura urbana** (infra-estrutura sanitária, de transporte, de educação, de saúde e de lazer); e que **compete à coletividade prover a estrutura urbana**. Visa, portanto, compatibilizar o direito individual com as possibilidades coletivas na construção de uma "Cidade Maravilhosa".

A política habitacional do Município do Rio teve seus objetivos básicos estabelecidos pelo Plano Diretor da Cidade: utilização racional do espaço público através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra e simplificando as exigências urbanísticas para garantir à população o acesso à moradia com infra-estrutura urbana; realocização prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação e utilização imediata e adequada; urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa renda; implantação de lotes urbanizados e de moradias populares; e a geração de recursos para o financiamento dos programas dirigidos à redução de déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda.

Para alcançar estes objetivos serão adotados pelo Município do Rio alguns procedimentos básicos: os investimentos públicos devem direcionar-se àquelas ações próprias da coletividade (infra-estrutura e ambiência urbana); os investimentos públicos em unidades habitacionais devem se dar somente quando necessários à melhoria da ambiência urbana, da infra-estrutura, ou para enfrentar situações de risco; e o oferecimento de condições para construir em terra infra-estruturada.

A política habitacional incentivará a ocupação dos vazios urbanos infra-estruturados; a construção de moradias populares distribuídas pelos tecidos urbanos existentes; a construção de pequenos e médios grupos de habitação; e a convivência entre usos compatíveis, em especial entre uso residencial e o comercial ou industrial não poluente.

Em contrário, desestimularemos a expansão da mancha urbana para o uso residencial em áreas que exigem nova infra-estrutura; a construção de conjuntos residenciais nas fraldas do tecido urbano; a construção de grandes conjuntos residenciais, que com dificuldade se integram ao tecido social e demandam recursos concentrados; e a segregação espacial de usos e a restrição ao uso residencial.

É necessário ressaltar que a questão habitacional no caso do Rio de Janeiro não é apenas municipal, mas é de expressão metropolitana sugerindo a adoção de políticas coordenadas com os demais municípios da Região Metropolitana e com os governos estadual e federal.

CESAR MAIA

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Folha n.º 397 do proc.
N.º 46 de 1998
O funcionário

Podemos, portanto, dizer que o conjunto de diretrizes, conceitos e programas que constituem a política habitacional resulta de um concurso de esforços que vem se estruturando de alguns anos para cá, a partir da consciência da gravidade da questão habitacional no Rio de Janeiro.

Os seis programas que estruturam a política habitacional do Rio de Janeiro objetivam:

- aproximar a cidade irregular da cidade legal, através da regularização e urbanização de loteamentos;
- transformar favelas em bairros, com urbanização, titulação e construção de equipamentos públicos;
- ampliar a base de títulos sobre residências, em lotes, favelas, conjuntos residenciais;
- ampliar a oferta de oportunidades para construir, com a ocupação de vazios urbanos e condições para o aproveitamento da terra infra-estruturada.

O dimensionamento de seus programas e metas foi alcançado a partir da consolidação de informes técnicos elaborados pelo quadro funcional da Prefeitura e balizado pelas possibilidades de recursos financeiros e humanos da municipalidade.

Atualmente, a Prefeitura investe recursos locais na complementação urbana/saneamento básico, em um programa para 260 loteamentos irregulares, englobando 70 mil lotes; na transformação de 66 favelas em bairros, atendendo 45 mil famílias com 200 mil habitantes.

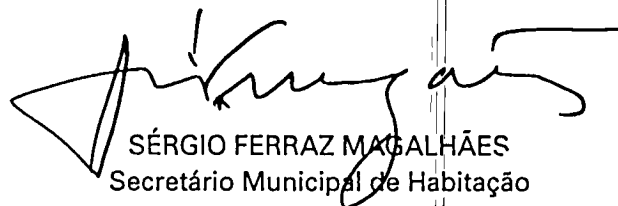
Igualmente, busca reforços financeiros externos, como é o caso com o BID, para ampliar significativamente essas metas.

Estes programas estão articulados aos programas de educação, saúde, esporte, geração de emprego e renda, integrando diversas Secretarias Municipais.

Enfim, pode-se perceber que, embora amplos, os programas não têm a pretensão de serem uma panacéia para os problemas de moradia na cidade. Todos sabemos que a questão não é decorrente apenas de fatores locais; ela é metropolitana em sua espacialização; ela é nacional em suas grandes causas sociais e econômicas. Não obstante, a municipalidade pode ter fundamental papel no seu encaminhamento, a par de se constituir em um dos seus mais importantes agentes.

A política habitacional, portanto, foi traçada com a consciência das suas possibilidades e pretende, sobretudo, ser instrumento de otimização na aplicação dos recursos públicos e ser estimuladora dos investimentos privados, sejam coletivos ou familiares. Estão sendo dados apenas os primeiros passos dessa articulação.

Entretanto, o apoio que tem recebido, seja no âmbito do Poder Legislativo ou mesmo da sociedade em geral, nos informam que todos, cariocas, estamos empenhados na melhora da qualidade de vida dos nossos concidadãos, na melhora ambiental, na melhora da nossa cidade.


SÉRGIO FERRAZ MAGALHÃES
Secretário Municipal de Habitação

Folha n 798 do proc
N. 46 de 19 95
O funcionário

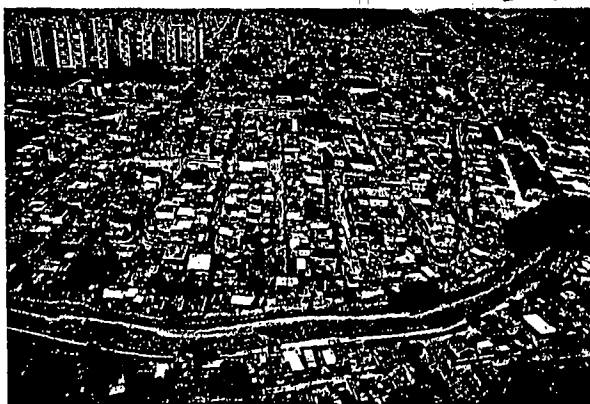


Os primeiros loteamentos clandestinos e irregulares da cidade surgiram na década de 30, quando proprietários começaram a dividir suas terras vendendo lotes sem nenhuma infra-estrutura e sem aprovação da Prefeitura. Hoje, é de 590 o número de loteamentos nesta situação.

A partir de 1982, lideranças comunitárias e os governos do Estado e do Município criaram o "Núcleo de Regularização de Loteamentos", em torno do qual articularam seus esforços para promover a regularização.

O trabalho conjunto, hoje coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, tem sido ininterrupto desde então e constitui uma das experiências mais ricas do movimento social.

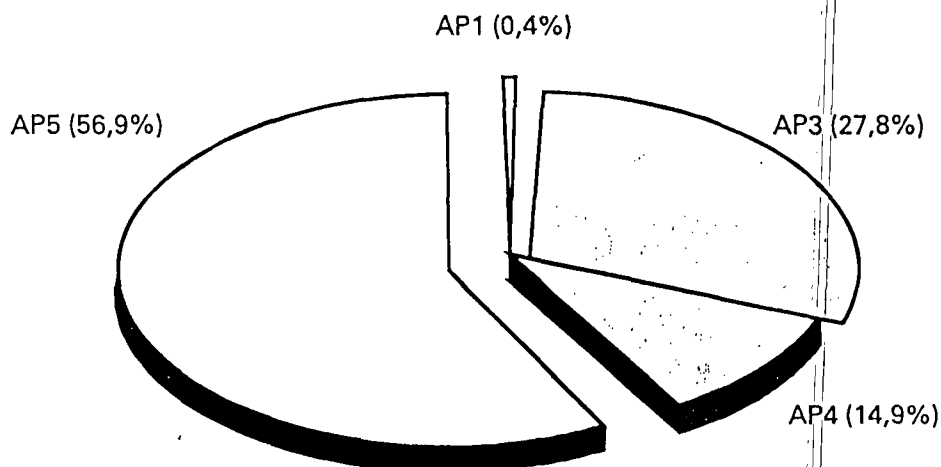
Para agilizar a regularização dos 262 loteamentos, já inscritos no Núcleo de regularização de Loteamentos, eles foram declarados **Áreas de Especial Interesse Social**, através da lei municipal 2120. A Prefeitura começou a dar o aceite de obras aos primeiros loteamentos em março de 1994.



Rio do Pau

Estes loteamentos apresentam diferentes graus de urbanização e legalização, 50% já estão com obras de infra-estrutura; em 138 existe rede de esgoto parcial ou total, 155 são loteamentos clandestinos, ou seja, não têm projetos aprovados e 90 são loteamentos ou vilas irregulares, ou seja, têm projetos aprovados e planos de vilas visados.

LOTEAMENTOS INSCRITOS NO NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO
% DE INSCRIÇÕES POR ÁREA DE PLANEJAMENTO - APs



Folha n.º 800 do proc
N.º 46 de 1995
O funcionário



Folha n.º 801 do proc.
N.º 46 de 1998
O funcionário _____

QUADRO ILUSTRATIVO DAS ÁREAS DA 1ª ETAPA DO PROGRAMA FAVELA/BAIRRO

ÁREAS	A.P.	BAIRRO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	CARACTERÍSTICAS GERAIS
GRUPO 1 Projeto Piloto do Complexo do Andaraí Morro dos Prazeres Morro do Escondidinho Morro da Serrinha	2 1 1 3.3	Andaraí Sta. Teresa Sta. Teresa Madureira	1.740 709 709 566	6.951 2.836 3.421 2.384	Áreas de encosta com alto nível de carência em infra-estrutura urbana. Prioridades: saneamento básico, reflorestamento, contenção de encostas e reassentamento pontual.
GRUPO 2 Morro da Fé Grotão Cerro Corá/ Vila Cândido/Guararapes Caminho do Job Morro União Mata Machado	3.2 3.2 2 3.3 3.3 2	Penha Penha Cosme Velho Pavuna Pavuna Alto Tijuca	526 526 685 523 523 511	2.104 2.104 2.891 2.092 2.092 2.044	Áreas de encosta dotadas em maior ou menor grau de infra-estrutura, mas que sofreram intervenções significativas. Prioridades: complementação de infra-estrutura, equipamentos sociais.
GRUPO 3 Três Pontes Canal das Tachas Fernão Cardim Parque Royal	5 4 3.1 3.2	Santa Cruz Recreio Méier Ilha Gov.	866 570 682 698	3.464 2.362 2.747 2.851	Áreas planas sujeitas a inundações, dotadas de infra-estrutura e altamente densificadas. Prioridades: soluções de macrodrenagem, intervenções no entorno e reassentamento.
GRUPO 4 Chácara Del Castilho Ladeira dos Funcionários/ Parque São Sebastião	3.1 1	Del Castilho Cajú	559 833	2.236 3.332	Áreas planas ou semi-planas dotadas de infra-estrutura, de alta densidade. Prioridades: intervenções no entorno.

Obs.: Dados IBGE - 1991

Para atualização para 1995, considera-se um acréscimo de 15%.

O que melhora com o FAVELA/BAIRRO:

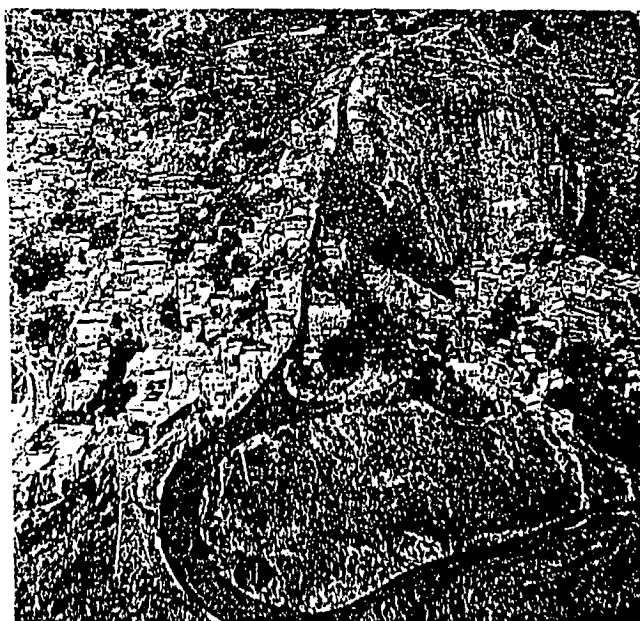
- a integração da favela à cidade;
- os acessos, o sistema viário, o saneamento, a iluminação pública;
- os serviços de recolhimento de lixo e limpeza urbana;
- as condições de saúde da população;
- a convivência comunitária, pelos espaços públicos e equipamentos criados;
- o atendimento à criança em idade pré-escolar;
- a redução de enchentes na malha urbana;
- as condições ambientais internas e externas;
- o sentimento de cidadania e de pertencimento à cidade.

Folha n. 802 do proc
 N. 46 de 1995
 O funcionário



Intervenções Propostas

- 1 Reflorestamento
- 2 Nascente do Rio Joana
- 3 Quadra esportiva
- 4 Anel viário
- 5 Bosque/Parque florestal
- 6 Quadra esportiva
- 7 Creche SMDS
- 8 Largo da Mina/Espaço para shows
- 9 Quadra esportiva/Geração de renda

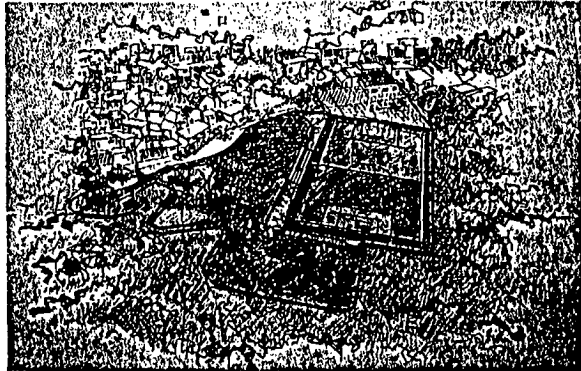


Intervenção Proposta/Anel viário

Folha n.º 803 do proc
N.º 46 de 19 95
O funcionário [assinatura]

Melhorias esperadas (além das gerais, já enunciadas):

- Maior integração dentro da comunidade e desta com os bairros vizinhos;
- Condições de salubridade e saúde social das populações.



Perspectiva da área de esporte e lazer



MORRO DA FÉ

Localização:

Bairro da Penha, na XIª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Ausência ou ineficiência de infra-estrutura básica;
- Dificuldade de acesso à parte alta da comunidade;
- Degradação ambiental (desmatamento, acúmulo de lixo);
- Áreas de risco;
- Carência de equipamentos comunitários e áreas de cultura, esporte e lazer.

Soluções propostas:

- Revisão e ampliação da rede de esgotamento sanitário e drenagem;
- Pavimentação de ruas, criação de eixos viários em rampa, execução de escadarias;
- Hortas e pomares comunitários, sistemas de coleta de lixo;
- Reassentamento da população hoje em áreas de risco;
- Criação de centro comunitário para atividades de cultura, educação e serviços, aliado à urbanização de praças e largos da comunidade.

GRUPO II

Áreas de encosta dotadas de maior ou menor grau de infra-estrutura e que já sofreram intervenções anteriores significativas.



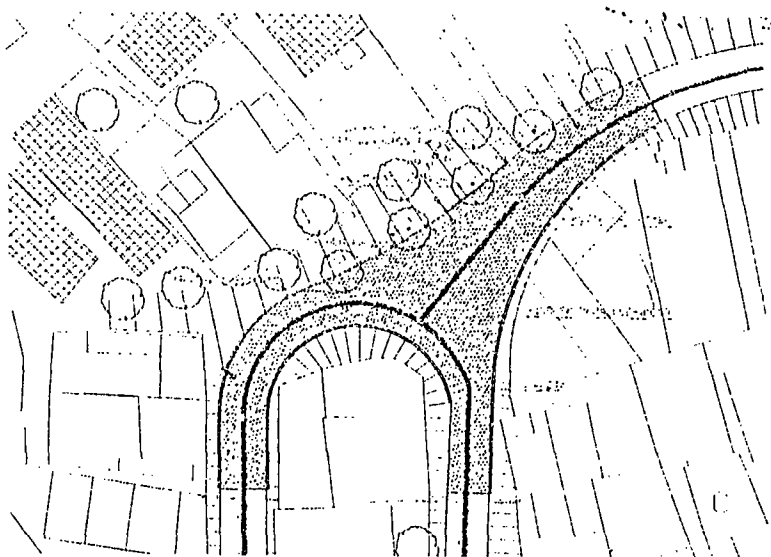
Melhorias esperadas:

- Redução dos índices de poluição e consequentemente das condições de saúde da população;
- A facilitação de acessos da comunidade;
- A recomposição do micro-clima;
- A convivência social e os níveis de organização comunitária;

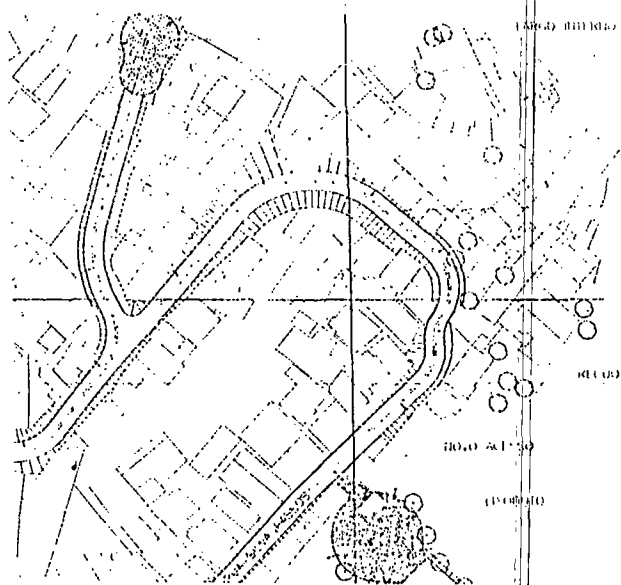


Mapa de Intervenção

Folha n. 805 do proc.
 N.º 46 de 19 95
 O funcionário



Detalhes Urbanos



RELAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO

ROTA 261-50

(1:50000)

CAMINHO DO JOB

Localização:

Bairro da Pavuna, na XXVª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

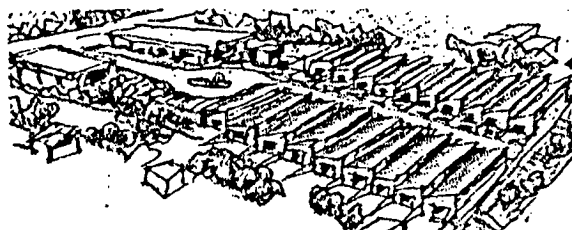
- Redes de infra-estrutura incompletas;
- Deficiência na coleta de lixo e limpeza urbana;
- Dificuldades de acesso à área central da comunidade (mais densa);
- Ausência de áreas de convívio social e lazer;
- Produção local significativa sem apoio à expansão.

Soluções propostas:

- Abertura de eixo viário no setor central (o mais denso), gerando reassentamento em terreno vizinho.
- Complementação das redes de infra-estrutura;
- Atribuição de um caráter empresarial à associação de moradores com vistas ao apoio a programas de geração de renda e construção de nova sede;
- Apoio ao micro-empresário (capital-zero) morador local;
- Construção de condomínio industrial com vistas à expansão da produção local;
- Criação de praças e áreas de convívio social;
- Criação de posto policial, telefônico e de rádio-difusão (a nível interno);
- Criação de posto de saúde e de creches;
- Criação de área de proteção ambiental.

Melhorias esperadas:

- Maior salubridade da população local;
- Promoção de geração de emprego e renda, como acesso a uma melhor qualidade de vida e gerando maior inserção social da população local, com resgate da cidadania.



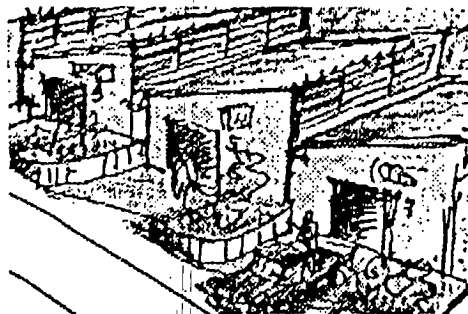
Condomínio Industrial

GRUPO II

Áreas de encosta dotadas de maior ou menor grau de infra-estrutura e que já sofreram intervenções anteriores significativas.



O Projeto dá ênfase ao Programa de Capacitação e Geração de Renda

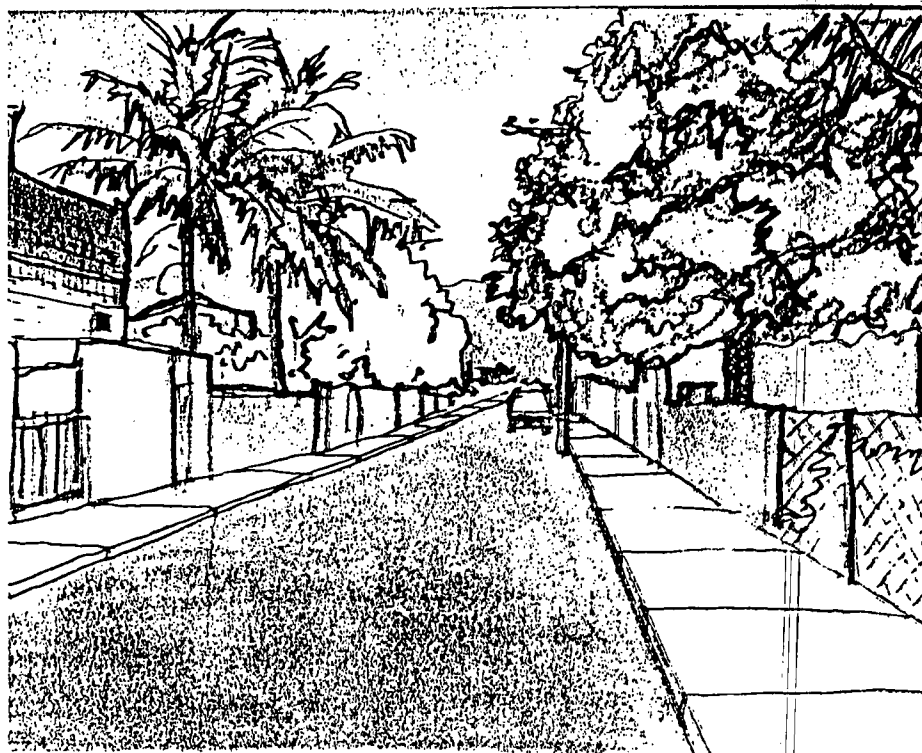


Blocos habitacionais para relocação de moradias

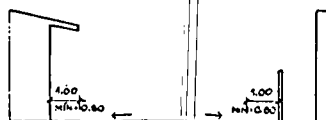


Detalhe das oficinas

Ficha n.º 807 do proc.
 N.º 46 de 1995
 O funcionário [assinatura]



Perfil da Rua Principal



Folha n.º 808 do proc.
N.º 446 de 1995
O funcionário

MORRO UNIÃO

Localização:

Bairro de Coelho Neto, na XXVª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Falta de água potável;
- Inexistência de acesso de veículos para a parte alta;
- Ausência de ligação viária entre os limites da favela;
- Precariedade das vias de pedestres;
- Sistema de drenagem precário;
- Áreas de risco (deslizamento);
- Deficiência de áreas de convívio social e lazer;
- Falta de coleta de lixo;
- Ausência de paisagismo;
- Inexistência de creche;
- Ausência de local para capacitação profissional.

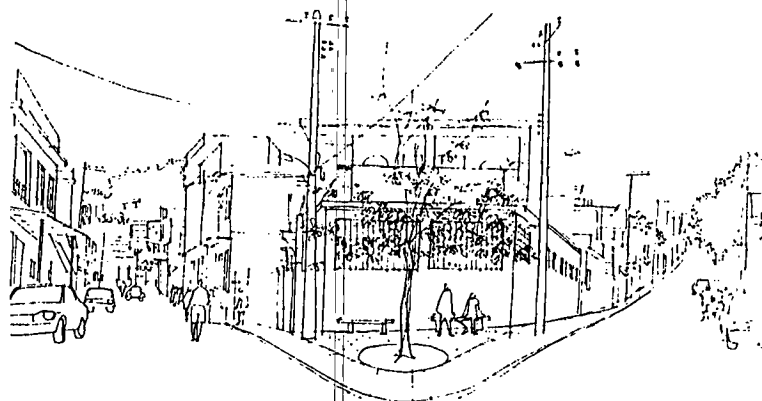
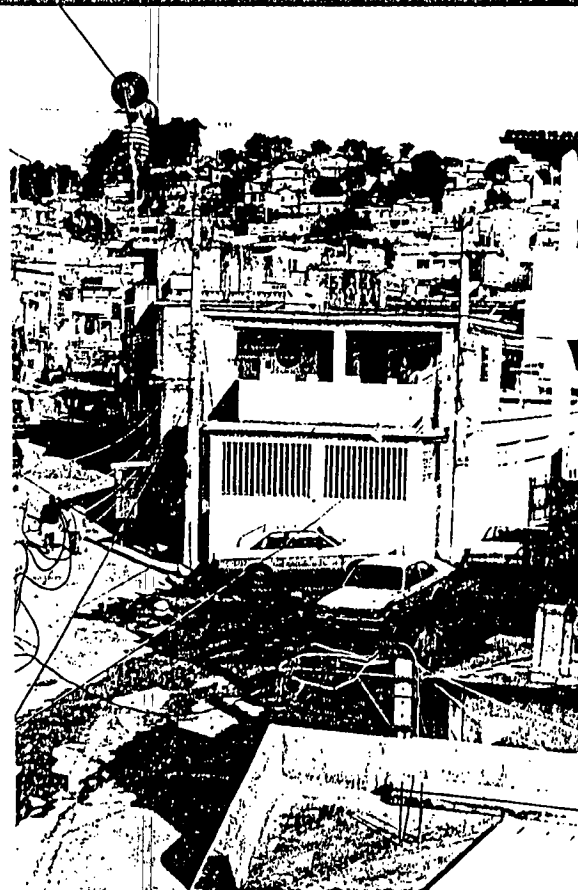
Soluções propostas:

- Execução de rede de abastecimento de água e recuperação de caixa d'água;
- Conclusão e melhorias na rede de esgoto;
- Implantação de sistema de drenagem na parte alta;
- Interligação, alargamento e complementação de vias para acesso de veículos;
- Pavimentação de becos e escadarias;
- Contenção de encostas (06);
- Criação/reurbanização de praças e largos;
- Implantação de coleta de lixo regular e de programa experimental de coleta seletiva;
- Criação de creches e centro comunitário para curso e convênio de capacitação profissional e sede da associação de moradores;
- Construção de centro esportivo;
- Arborização de ruas e fornecimento de mudas para plantio em lotes.

Melhorias esperadas:

- Integração física e social com o bairro através da implantação de infra-estrutura básica e utilização de equipamentos urbanos comuns.

GRUPO II
Áreas de encosta dotadas de maior ou menor grau de infra-estrutura e que já sofreram intervenções anteriores significativas.



Entrada Principal

PARQUE ROYAL

Localização:

Bairro Ilha do Governador, na XXª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

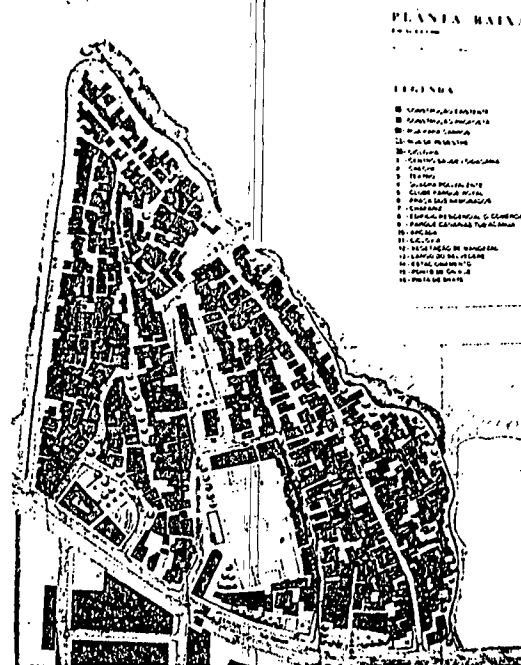
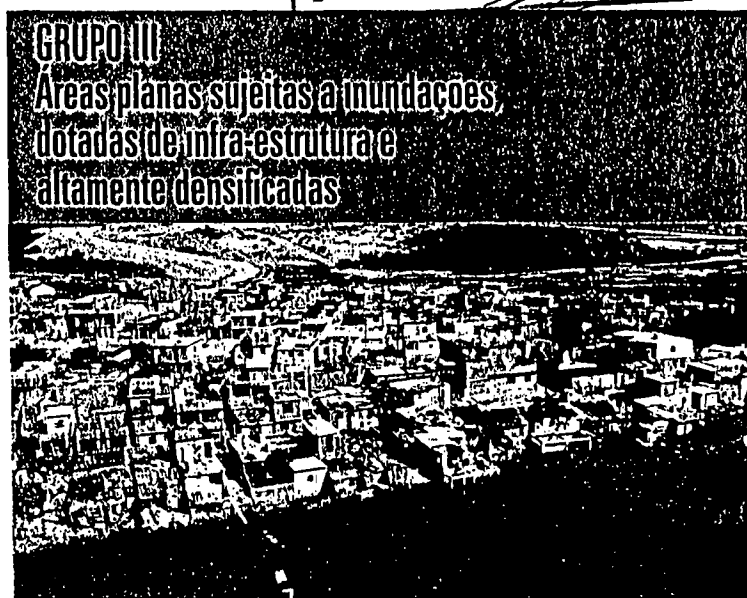
- Expansão da comunidade por sobre a Baía de Guanabara;
- Assentamento em áreas de risco (inundação);
- Infra-estrutura deficiente;
- Vias sem pavimentação nem drenagem;
- Grupos internos dominantes tornando inacessíveis à população áreas comunitárias locais;
- Ausência de equipamentos comunitários/áreas de convívio social;
- Iluminação pública precária;
- Coleta de lixo deficiente;
- Degradação ambiental.

Soluções propostas:

- Abertura de novas ruas para acesso de veículos, gerando reassentamentos (previstos para dentro da própria comunidade);
- Delimitação da área na orla da Baía de Guanabara (entroncamento) com criação de ciclovia;
- Pavimentação de becos e vielas;
- Abertura/complementação de ruas internas;
- Criação de anel viário de acesso à comunidade;
- Criação de áreas de convívio social e aumento da oferta de equipamentos comunitários;
- Expansão das redes de iluminação pública;
- Criação de áreas para capacitação profissional;
- Revisão e complementação das redes de água/esgoto (estação elevatória).

Melhorias esperadas:

- Aumento da coesão social e identidade local;
- Aumento das condições de salubridade da população;
- Acessibilidade dos serviços públicos (coleta de lixo, bombeiros, ambulâncias, etc...);
- Integração com os condomínios vizinhos;
- Despoluição da Baía de Guanabara, com recuperação das áreas de mangue.



Plano de Intervenção

LADEIRA DOS FUNCIONÁRIOS / PARQUE SÃO SEBASTIÃO

Localização:

Bairro do Caju, na 1ª Região Administrativa.

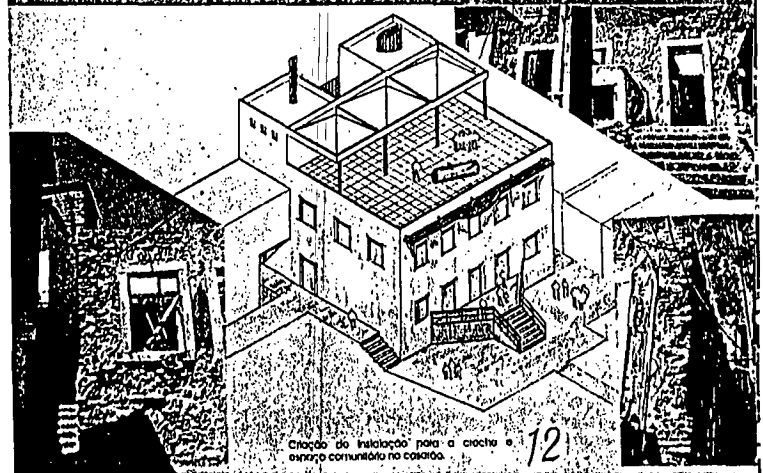
Problemas encontrados:

- Deficiência de infra-estrutura (água, esgoto, drenagem);
- Deficiência de equipamentos comunitários (serviços, lazer, convívio);
- Áreas de risco (desabamento/incêndio);
- Coleta de lixo deficiente;
- Dificuldade de acesso para penetração de veículos;
- Degradação ambiental.

Soluções propostas:

- Criação de anel viário e abertura de novas vias internas;
- Revisão e complementação das redes de água, esgoto e drenagem;
- Criação de praças, centro esportivo e área para desenvolver atividades de capacitação profissional;
- Criação de creche/Centro comunitário;
- Reassentamento de famílias em áreas de risco para área livre do arsenal de guerra;
- Regularização de coleta de lixo.

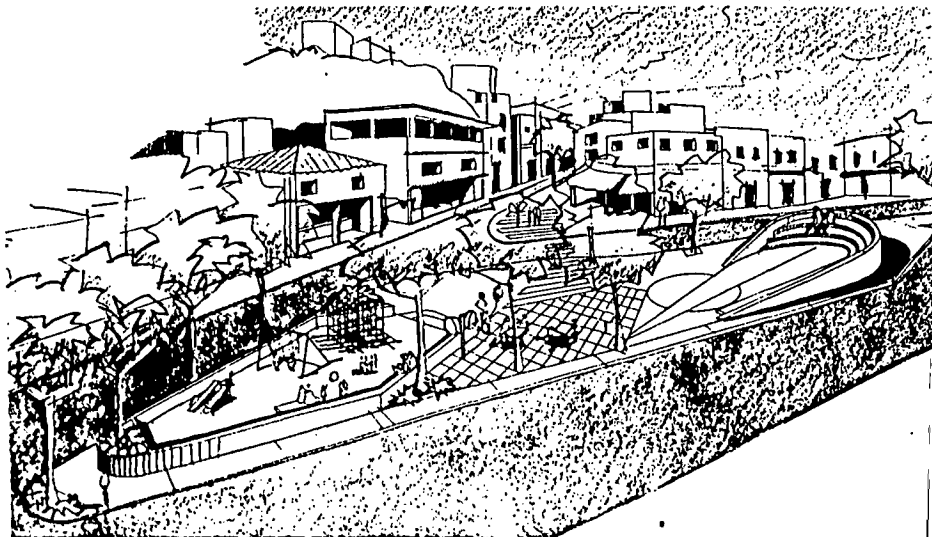
GRUPO IV
Áreas planas ou semi-planas
dotadas de infra-estrutura,
com alta densidade



Criação de instalação para a creche e espaço comunitário no casarão

Melhorias esperadas:

- Aumento do nível de salubridade da população local;
- Maior integração com o bairro através do uso de equipamentos comunitários comuns;
- As condições de inserção no mercado formal de trabalho.



Perspectiva da Praça
J. Manoel Rodrigues

Folha n. 812 do proc.
N. 46 de 1978
O funcionário

CHÁCARA DEL CASTILHO

Localização:

Bairro de Del Castilho, na XIIª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

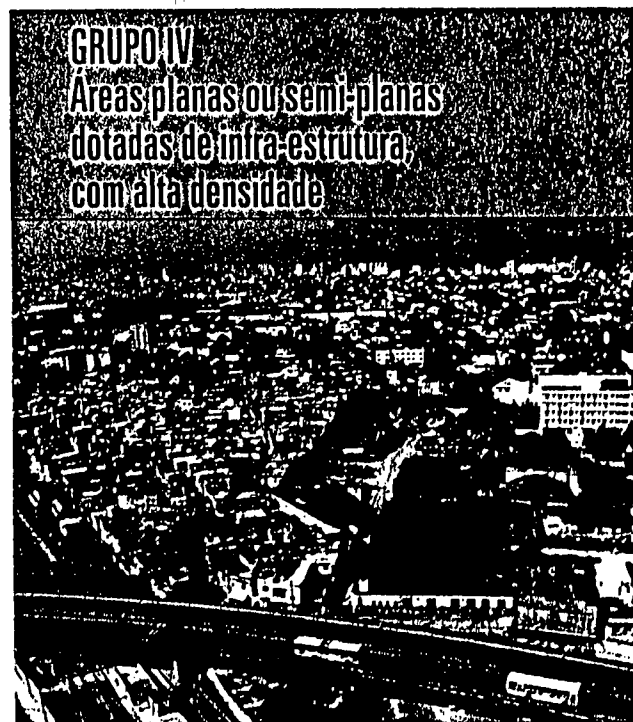
- Bastante adensada e fechada por muros, em situação de gueto;
- Único acesso;
- Ausência de áreas internas livres para lazer;
- Ausência de qualquer tipo de vegetação.

Soluções propostas:

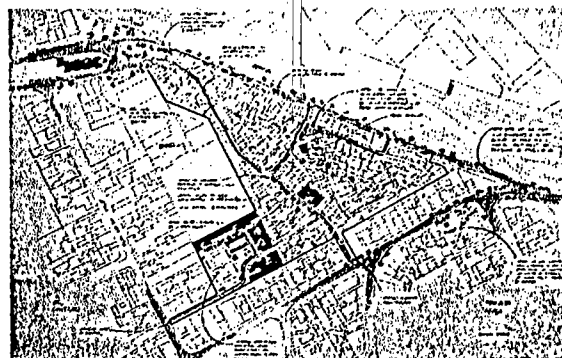
- Integração à malha urbana do entorno, com circuito viário mínimo que possibilite o acesso de serviços à comunidade;
- Abertura de novos acessos e ligações com os bairros vizinhos;
- Estabelecimentos de pólos internos de desenvolvimento;
- Criação de equipamentos comunitários (creche, posto de saúde, galpão);
- Implementação de programa social com capacitação profissional, geração de renda, esporte, cultura e lazer;
- Arborização;
- Criação e consolidação de espaços de convívio social: praças, comércio, centro de esportes.

Melhorias esperadas:

- Integração da comunidade com o bairro de entorno;
- Maior salubridade e conforto ambiental;
- Melhoria da qualidade de vida.



Chácara Del Castilho



Mapa de Intervenção

Folha n^o 813 do proc
N^o 410 de 1995
O funcionário 

Programa
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
e **TITULAÇÃO**



Folha n.º 815 do proc.
N.º 46 de 19 95
O funcionário 

Programa
MORAR CARIOCA
(Legislação / Estímulo)

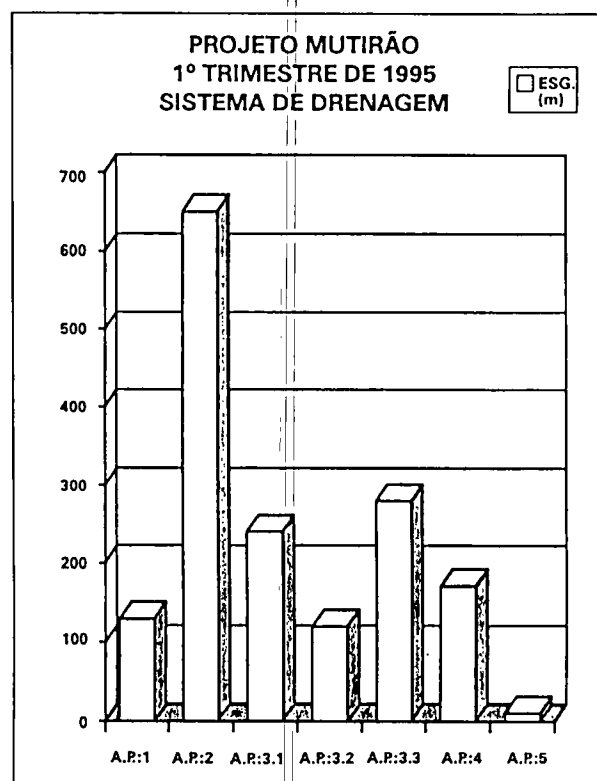
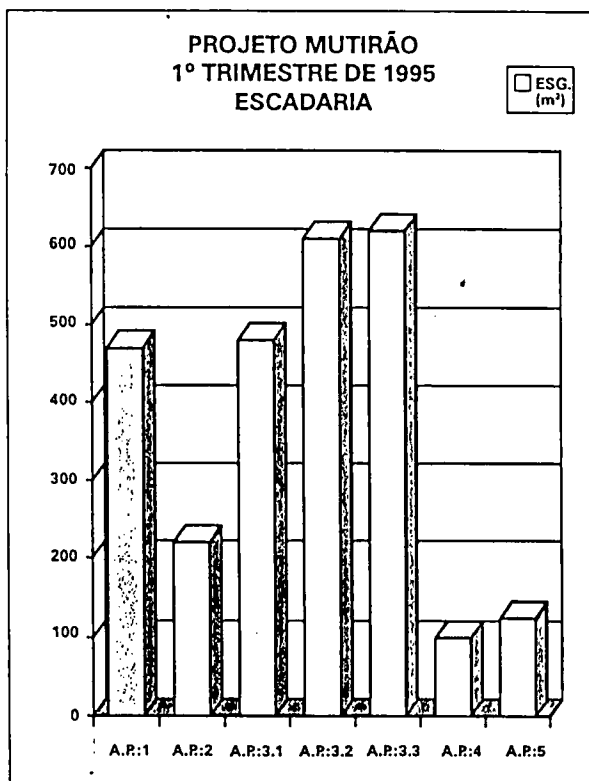
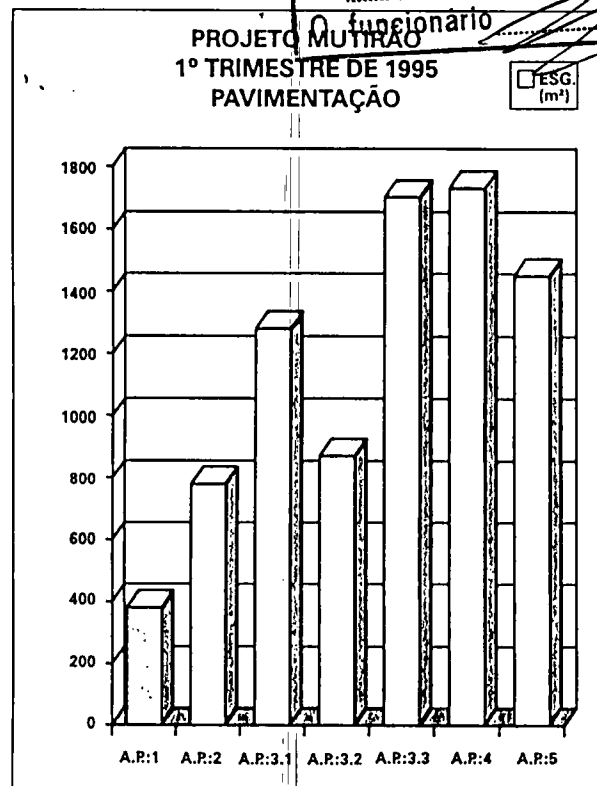
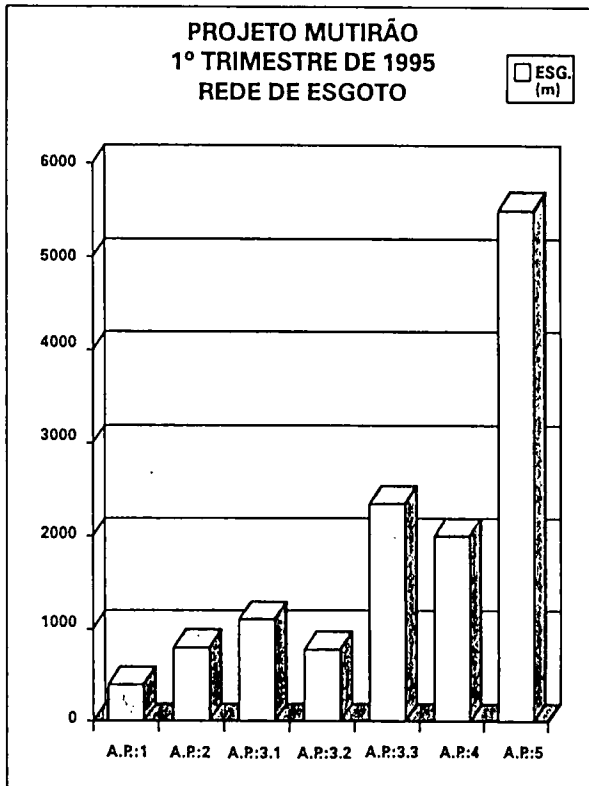
Folha n. 81.6 do proc.
N.º 46 de 1985
O funcionário

Programa
MORAR SEM RISCO
(Recompor/Reassentar)

Folha n. 817 do proc
N. 46 de 1995
O funcionário

Projeto
MUTIRÃO
REMUNERADO

Folha n° 81 8ª do proc
N° 46 de 1988
O funcionário



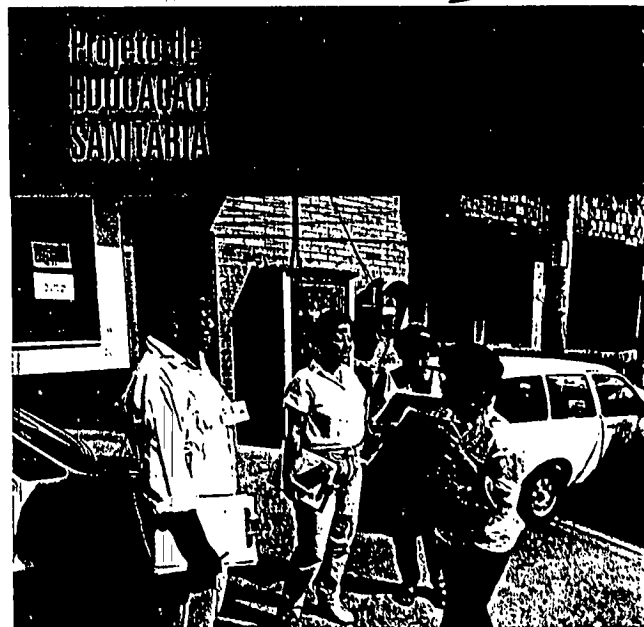
A população de cento e duas favelas já recebeu informações sobre meio ambiente, saúde e qualidade de vida, através do Projeto de Educação Sanitária. O serviço também pesquisa as condições gerais das comunidades para priorizar melhorias e assessorar a implantação de programas. As equipes são constituídas por mulheres moradoras de áreas carentes, sob a coordenação de técnicas da Secretaria Municipal de Habitação.

Atualmente as equipes, num total de 109 pessoas, estão desenvolvendo ações nas áreas do Programa Favela/Bairro para o repasse de informações, buscando contribuir para a participação efetiva dos moradores na melhoria dos aspectos de meio ambiente e habitação.

O levantamento das necessidades das comunidades e o repasse de informações educativas são feitos através de questionários, visitas domiciliares, assembléias e pequenas reuniões. O processo educativo é permanente, tanto sobre a importância, a utilização e conservação dos equipamentos implantados, quanto da criação dos programas de caráter social no processo de transformação destas favelas em bairros.

CADASTRAMENTO/LEVANTAMENTO SOBRE SALUBRIDADE

	TOTAL
NÚMERO DE COMUNIDADES	97
NÚMERO DOMICÍLIOS VISITADOS	41.927
POPULAÇÃO VISITADA	171.131
CRIANÇAS PESQUISADAS	24.882
REUNIÕES REALIZADAS	577
NÚMERO DE PARTICIPANTES	7.551
PARAZITOLÓGICO	1.284
TOTAL DOMICÍLIOS	52.908
POPULAÇÃO TOTAL	215.474





Ressocialização através do trabalho. Com capacidade para 1.200 internos, a entidade recebe população de rua e famílias desabrigadas vindas de áreas de risco que aguardam reassentamento. Além da alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica, são oferecidos cursos profissionalizantes e terapias em grupo para dependentes químicos.

A permanência destas pessoas na Fazenda Modelo perdura até que sejam reintegradas à vida social, a partir do assentamento residencial, retorno ao mercado de trabalho e ao convívio familiar, anteriormente rompido.

A Fazenda Modelo é uma entidade aberta que oferece a oportunidade não apenas de um teto, mas de resgate da cidadania. A entidade possui oficinas de carpintaria, serralheria, cabeleireiro, fábrica de bloquetes de cimento para pavimentação, padaria, suinocultura, jardinagem e horta. Para os dependentes químicos (90% da população de rua usa droga ou álcool) são promovidas atividades com grupos de narcóticos e alcoólicos anônimos. Os filhos dos internos são atendidos em uma creche e os em idade escolar são matriculados em escolas municipais. Com as crianças é feito ainda um trabalho de prevenção ao uso de drogas e álcool.

A população de rua é encaminhada à Fazenda Modelo pela COORDENADORIA DE REASSENTAMENTO E AÇÃO EMERGENCIAL. Este setor realiza ainda o cadastramento de famílias em áreas de risco, executa a transferência de famílias para outros locais da cidade e atua junto a Defesa Civil do Município nas situações

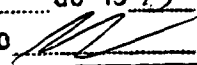


de emergência. Desenvolve também o PROJETO VOLTA À TERRA NATAL que beneficia pessoas carentes que desejem voltar para as suas cidades de origem, após perspectivas e experiências frustradas no Rio de Janeiro.



Folha n (821) do proc
N: 46 de 19 95
O funcionário *[assinatura]*

Projeto
GERAÇÃO
DE RENDA

Folha n.º	822	do proc.
N.º	46	de 1995
O funcionário		

Publicação da Secretaria Municipal de Habitação

Secretário Municipal de Habitação
Sérgio Ferraz Magalhães

Subsecretário
Jorge de Oliveira Rodrigues

Secretário Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários
Antônio Augusto Veríssimo

Assessor Especial
Paulo Fernando Arruda Cavallieri

Coordenadoria de Urbanização Comunitária
Davi Bezerra Lessa

Coordenadoria de Reassentamento e Ação Emergencial
Iacyra Frazão

Coordenadoria de Regularização Fundiária
Eduardo Cotrim Guimarães

Colaboraram nesta edição:
Gerentes dos Programas da Secretaria Municipal de Habitação

Angela Regina Lima de Jesus
Regularização de Loteamentos

Maria Lúcia Petersen
Programa Favela-Bairro

Mauro Resnitzky
Programa Novas Alternativas
Ricardo José Egypto da Silva

Programa Morar Carioca
Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes

Programa Morar Sem Risco
Antônio César Chayin

Coordenador da Fazenda Modelo
Maria Sylvia Ripper

Coordenadora do Projeto de Educação Sanitária em Áreas de Baixa Renda
Cristina Barreto e Silva

Assessoria de Eventos

Escritórios que estão atuando nas 16 comunidades do Programa Favela/Bairro: Complexo do Andaraí, Equipe da SMH, Sub-Gerente - Cristina Felício dos Santos; Mata Machado, RAF - Arquitetura e Planejamento, Sub-Gerente - Fernando Krugger; Morro União, Plan - Planejamento Integrado Ltda., Sub-Gerente - Ana Luna de Oliveira; Parque Royal, Archi 5 Arquitetos Associados Ltda., Sub-Gerente - Wilson Queiroz; Morro dos Prazeres, J & M Arquitetura, Sub-Gerente - Sonia Matins; Morro do Escondidinho, Arplen Arquitetura e Construção, Sub-Gerente - Fátima Nunes Nascimento; Ladeira dos Funcionários Parque São Sebastião, Fábrica Arquitetura, Sub-Gerente - Fernando Krugger; Cerro Corá/Guararapes/Vila Cândido, Teixeira de Freitas Construções e Comércio Ltda., Sub-Gerente - Regina Maura de Carvalho; Canal das Tachas/Vila Amizade, Casulo Idéias e Projetos do Habitat, Sub-Gerente - Gilberto Bernardino; Grotão, Terravista Agência de Planejamento, Sub-Gerente - Clarice França; Fernão Cardim, J. Jauregui e H. Casé Planejamento Arquitetônico e Ambiental Ltda., Sub-Gerente - Denise Macias; Chácara Del Castilho, Arquitraco, Sub-Gerente - Wanda Buarque; Serrinha, M. Roberto S/A de Empreendimentos de Arquitetura Ltda., Sub-Gerente - Sérgio Maurício de Oliveira; Três Pontes, Autografics Arquitetura e Planejamento Gráfico Ltda., Sub-Gerente - Felipe Meirelles; Caminho do Job, Borsoi Arquitetura Ltda., Sub-Gerente - Roberto Jansen; Morro da Fé, Formato APII Arquitetura e Construção Ltda., Sub-Gerente - Andréa Cardoso.

Coordenação da Publicação
Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Habitação
(Assessora Chefe: Luci Vasconcelos; Redatores: Sandra S. Peleias e Fátima Albuquerque; Fotos: Fábio Costa)

Maio de 1995

Folha n.º 823 do proc
N.º 46 de 1995
O funcionário

Projeto
GERAÇÃO
DE RENDA

A Prefeitura está implantando projetos de geração de renda e emprego em áreas carentes, em especial nas áreas do Programa Favela/Bairro. Estes projetos buscam oferecer novas perspectivas econômicas através da capacitação profissional, apresentando as iniciativas locais já estabelecidas.

A Prefeitura tem uma atuação já bastante significativa como geradora de emprego e renda em comunidade de favela: o Projeto Mutirão Remunerado, que envolve 2.000 trabalhadores recrutados nas próprias comunidades para obras de saneamento, o projeto Mutirão-Reflorestamento, que também utiliza mão-de-obra contratada na comunidade; as equipes de Educação Sanitária e as atividades de geração de renda da Secretaria de Educação, de Desenvolvimento Social, na área de creches e na Comlurb (limpeza urbana e recolhimento de lixo).

O programa Favela/Bairro poderá promover outras linhas de ação, como nas áreas da cultura, dos esportes, do lazer e dos serviços públicos. Em especial, também as forças internas da comunidade, aquelas ações que já existem. O Andaraí tem vários exemplos de docerias que produzem para venda interna à comunidade, o projeto poderá desenvolver ações de costureiras, organizadas em cooperativas, produção de serviços domésticos, de eletricidade, de serviços mecânicos, bombeiros, um conjunto de ações que possamos incrementar e consolidar de um modo mais efetivo.

O projeto de geração de renda deve poder dispor, se for necessário, de alguns espaços específicos para que haja troca entre o que a população produz e a cidade como um todo, seja na borda da favela ou no interior dela.

A coordenação do Programa de Geração de Renda é da responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

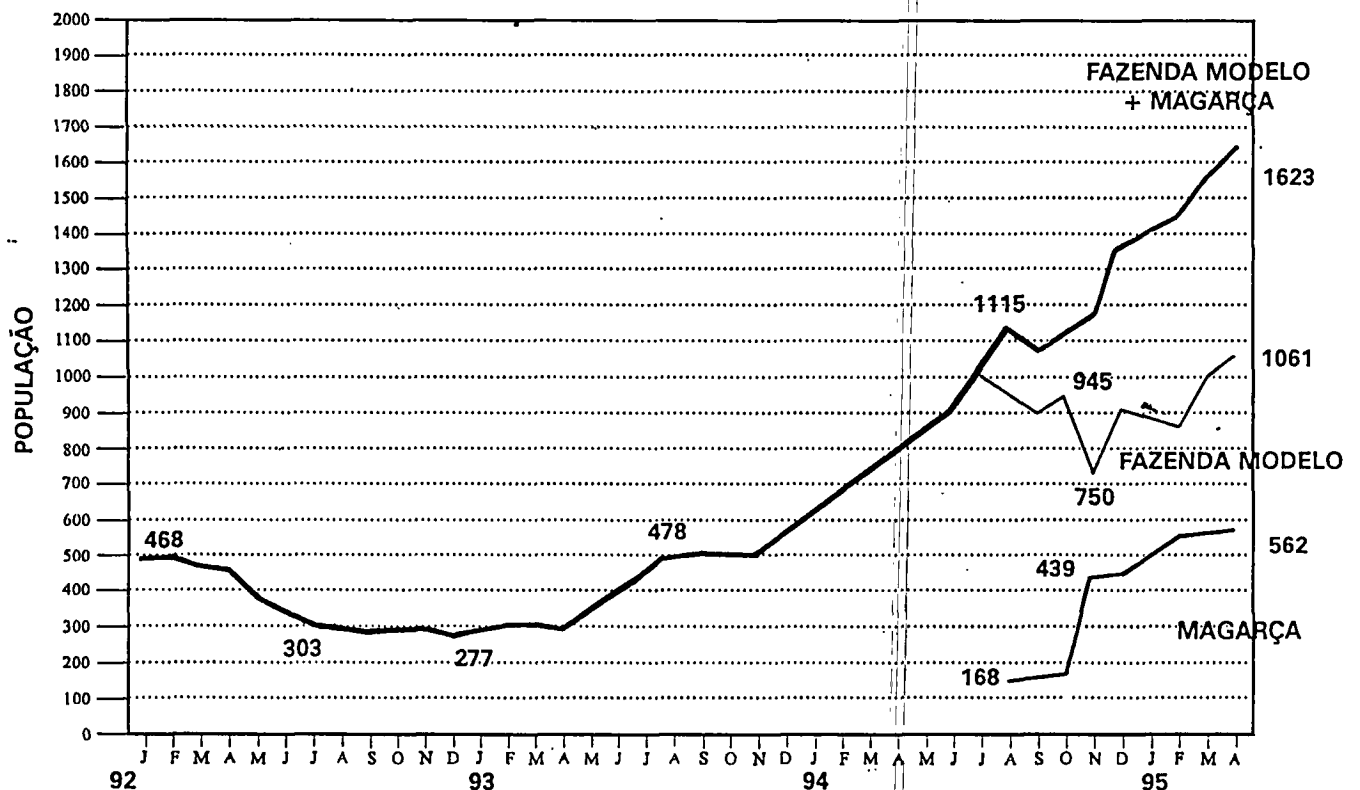
**METAS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO DO
PROGRAMA FAVELA/BAIRRO, DEFINIDAS NO WORKSHOP PROMOVIDO SOBRE
O PROGRAMA EM JANEIRO DE 1995:**

- Geração de emprego e renda nas 16 favelas, durante 1995;
- Criar efeito-demonstração para a próxima fase do Programa;
- Apoiar e melhorar as atividades econômicas já existentes;
- Garantir a inserção, no mercado de trabalho, sobretudo, de mulheres chefes de família e de jovens.

Folha n. 824 do proc.
N. 46 de 1995
O funcionário



POPULAÇÃO DA FAZENDA MODELO E MAGARÇA



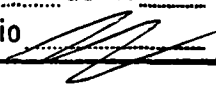
Período: Janeiro/92 a Abril/95

Fonte: Fazenda Modelo

Obs.: Leitura Mensal

Folha n. 825 do pro
N. 46 de 1995
O funcionário

FAZENDA
MODELO

Folha n. 826 do proc.
N. 46 de 1995
O funcionário 

Projeto de
EDUCAÇÃO
SANTITÁRIA

Quase 600 mil moradores de áreas favelizadas já foram beneficiados com a implantação de 700 quilômetros de rede de saneamento através do Mutirão Remunerado. As obras são executadas por trabalhadores das próprias comunidades sob a supervisão de técnicos da Prefeitura.

As obras prioritárias são escolhidas de acordo com as necessidades das comunidades. São feitas assembléias com a participação dos moradores e técnicos da Prefeitura. O resultado da troca entre a ação técnica e a ação popular foi a melhoria significativa da qualidade de vida nesses locais.

Pelo menos dois mil trabalhadores constituem a mão-de-obra do projeto. Criado em 1984, nesses 10 anos, foram feitas obras de pavimentação, drenagem, escadarias, acesso, pequenas contenções de encostas e reflorestamento em 380 favelas. Também foram construídos por este sistema creches e escolas.

No Mutirão Remunerado a Prefeitura entra com a assessoria técnica, fornece os materiais necessários e efetua o pagamento da mão-de-obra. As comunidades se mobilizam para acompanhar e controlar a execução das obras, selecionando e contratando os trabalhadores.



Resumo das Obras (até 1994)

Rede de Esgoto Sanitário	686 Km
Pavimentação	297.916 m ²
Escadarias	50.925 m ²
Sistema de micro-drenagem	68 Km
Contenção	9.626 m ²
Número de Comunidades atendidas:	380
Número de Comunidades em obra (maio 95)	85
População atendida	600.000

Folha n. 828 do proc.
N. 46 de 1978
O funcionário

OBJETIVOS

- Eliminar o risco de desabamentos/ou inundações em áreas habitadas.
- Reassentar as populações que moram em áreas de risco quando não for possível (ou vantajoso) eliminar o risco.

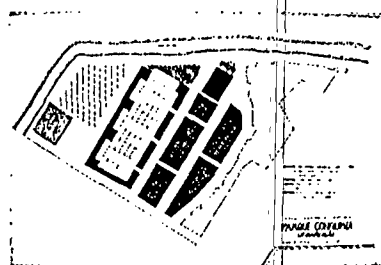
PRESSUPOSTOS

- Admitem-se 7.000 famílias morando em condições de risco (morro, beiras de rios, sob viadutos).
- O reassentamento será preferencialmente para áreas próximas.
- A prevenção contra possíveis novas ocupações será consequência de ação conjunta com as comunidades.

Cinco mil famílias que vivem em áreas de risco estão programadas para reassentamento em locais urbanizados. Os assentamentos promovidos pelo programa Morar sem Risco são feitos de preferência em terrenos próximos dotados de água, luz e rede de esgoto. O acompanhamento social das famílias transferidas é realizado através de parcerias com entidades civis.

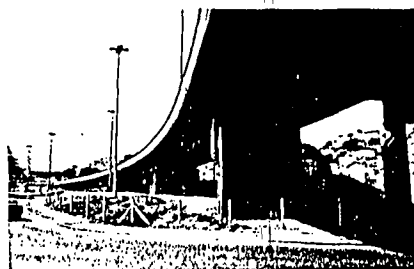
A ocupação de encostas ou pedreiras desativadas, margens de rios e canais, locais inundáveis das faixas marginais de proteção ou viadutos, desprovidos de qualquer infra-estrutura, coloca em risco a vida das pessoas e causa problemas ao meio ambiente. A estimativa é que 7 mil famílias estão vivendo nestas condições. A previsão da Prefeitura é transferir, num prazo de quatro anos, cinco mil famílias com recursos próprios e com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O acompanhamento social vai auxiliar a adaptação destas famílias ao novo local de moradia, contribuir para o fortalecimento do espírito comunitário e colaborar para que estas pessoas tenham acesso ao mercado de trabalho, serviços e creches. A transferência das famílias que viviam embaixo dos viadutos da Praça da Bandeira e Rua Francisco Bicalho, na área central da cidade, foi acompanhada pela Associação de Funcionários da Companhia de Gás Estadual e da Associação de Funcionários do Banco do Brasil. As famílias ocuparam uma área infra-estruturada



Plano das vilas

Reassentamento



Viaduto desocupado (Rua Francisco Bicalho)

e alojaram-se em casas embriões que poderão ser ampliadas.

Nesta parceria, cabe à Prefeitura, além dos lotes urbanizados, o repasse de recursos às entidades para que possam promover melhorias sociais.

OBJETIVOS

- Ampliar a oferta de terrenos em áreas infra-estruturadas e de interesse da classe média.
- Estimular a participação de pequenos e médios empresários na produção de moradias.
- Estimular a formação de Cooperativas Habitacionais.

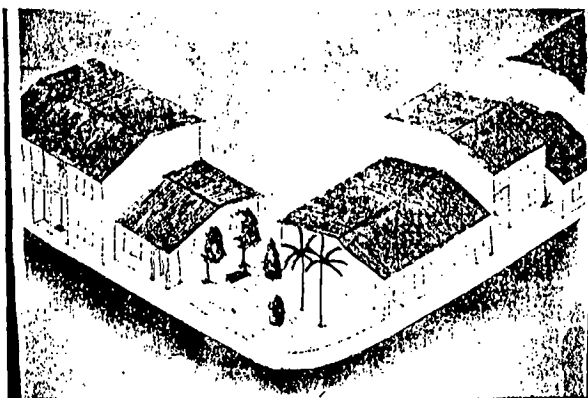
Programa
MORAR CARIOCA
(Legislação // Estímulo)

Mudanças na legislação ampliam a oferta de moradias na cidade. O estímulo à construção de habitações para a classe média é o principal objetivo do Morar Carioca, que envolve um amplo arranjo de ações, desde a modificação da legislação edilícia e urbanística até o estímulo à criação de cooperativas habitacionais.

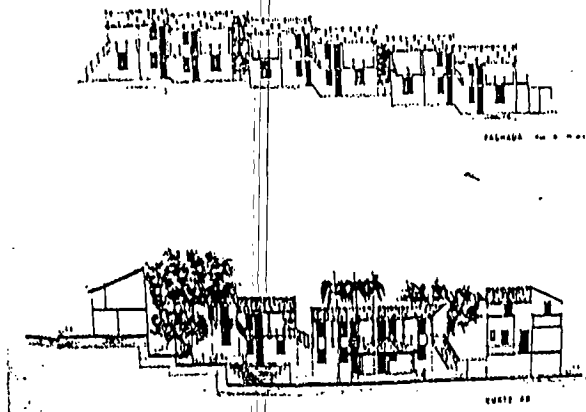
Algumas mudanças já aconteceram com a aprovação da Lei Municipal 2079/93, proposta pela SMU e que permite em condições especiais a edificação de prédios de até três andares ou vilas populares com até 12 unidades.

Outra medida necessária é a criação de estímulos tributários e administrativos como mais um incentivo aos pequenos e médios empresários na construção de moradias de pequeno porte, além da implantação de cooperativas habitacionais. Nos loteamentos regularizados pela Prefeitura a proposta é construir casas populares em lotes caucionados através de convênios com a sociedade civil.

O financiamento para a casa própria através de cartas de crédito diretamente às famílias também faz parte do programa. Este incentivo já está sendo colocado em prática pela Prefeitura através do Previ-Rio (Órgão Previdenciário do Município). Funcionários públicos municipais estão tendo acesso a cartas de crédito para a aquisição de imóveis, unidades habitacionais ou lotes para a construção.



Construção de casas populares em loteamentos regularizados pela Prefeitura, através de convênio com a Igreja Adventista do 7º Dia. Estudo realizado pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - Departamento de Engenharia e Obras DENOB (Planta Humanizada 1º pavimento) / (Planta Humanizada 2º pavimento) / (Perspectiva).



Empreendimento na Gamboa, para funcionários públicos municipais, com recursos da Previ-Rio em forma de cartas de crédito.

Estudo realizado pela Cooperativa de Profissionais do Habitaç Ltda. (Corte/Fachada) / (Perspectiva)

OBJETIVOS

- Oferecer condições alternativas de terra infra-estruturada seja para empreendedores ou para famílias.

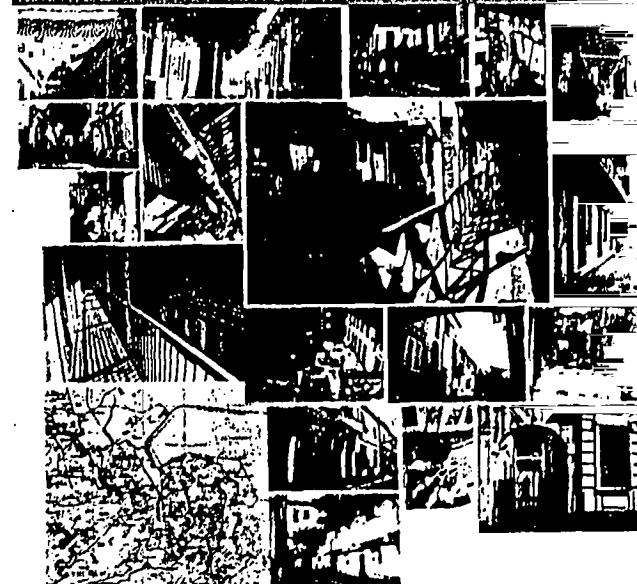
PRESSUPOSTOS

- Existem muitas áreas livres e infra-estruturadas que poderiam participar do mercado de terras.
- Existem muitas possibilidades de aproveitamento de partes de terrenos ocupados.
- Existem possibilidades de aproveitamento para habitação de partes de construções ociosas em áreas centrais da cidade.
- Existe possibilidade de se potencializar a capacidade de organização e ajuda mútua para Produção Habitacional por Cooperativas.

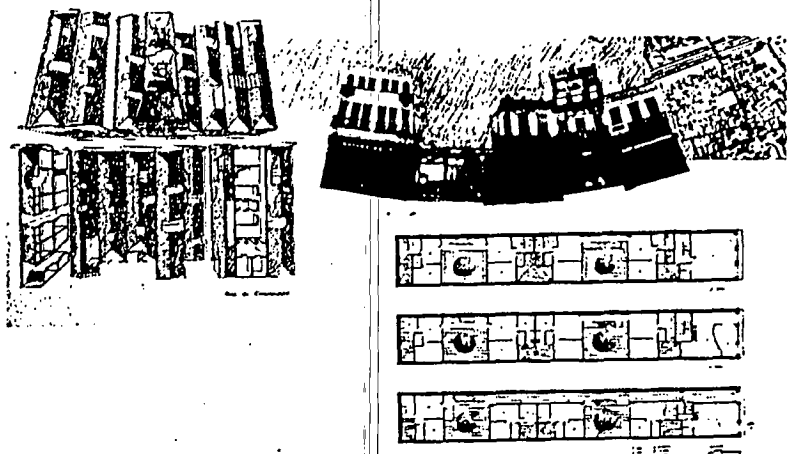
O projeto propõe o aproveitamento de vazios urbanos, de terrenos livres, fraldas de grandes conjuntos habitacionais, parte de áreas ocupadas e de construções ociosas. Apesar do crescimento populacional, o Rio possui, ainda, grande quantidade de terrenos ociosos, principalmente em sua zona central. Com a execução de projetos simples e mudanças na legislação, que hoje impede a ocupação residencial em muitas áreas da cidade, o programa atenderá basicamente as populações carentes e servirá para a recuperação de bairros degradados.

Novas alternativas para o problema de moradia podem estar também em velhas soluções. Os cortiços e casarões, que no século passado atendiam às necessidades da população de baixa renda e já fazem parte do patrimônio histórico e habitacional do Rio, precisam ser recuperados e incorporados como possibilidade habitacional saudável, econômica e bem localizada. Através de parcerias com a sociedade civil, cortiços e casarões vão ser reformados pela Prefeitura e administrados por Organizações Não-Governamentais.

Programa NOVAS ALTERNATIVAS (Vazios/Fraldas/Recomposição do Tecido)



Para demonstrar a viabilidade desta ocupação residencial nas áreas centrais e bairros infra-estruturados o Programa Novas Alternativas desenvolve projetos exemplares e cria modelos de construções, além de sugerir mudanças na Legislação que possibilitem usos mistos de habitações e cobranças diferenciadas de impostos.



Folha n.º 83 do proc.
N.º 46 de 1998
O funcionário

OBJETIVOS

- Promover a titulação de terras aos ocupantes/moradores/adquirentes de maneira a expandir a base de legalidade na ocupação do solo urbano.
- Incorporar ao cadastro municipal grandes contingentes de imóveis que se encontram na irregularidade.

PRESSUPOSTOS

- Adesão dos interessados ao programa.
- Aproveitamento dos programas Regularização de Loteamentos e Favela/Bairro.

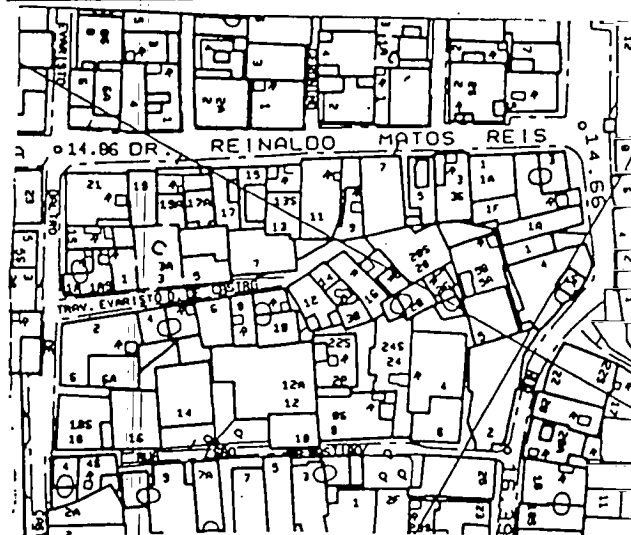
A regularização fundiária está garantindo o direito à propriedade. A Prefeitura vem atuando em áreas ocupadas de forma irregular e à margem dos padrões estabelecidos pela legislação. A medida beneficia não só os moradores, mas também a Cidade que passa a ter o controle urbanístico e tributário do local.

O programa de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA está promovendo o acesso à terra através dos instrumentos legais disponíveis tais como, usucapião individual ou coletivo, concessão de uso ou transferência da propriedade por acordo entre proprietários e ocupantes.

Os avanços constitucionais absorvidos pela Lei Orgânica do Município e pelo Plano Diretor Decenal, através da inserção dessas áreas no processo de planejamento da cidade, induziram a criação do programa que vem complementar as ações municipais referentes à implantação dos serviços essenciais, transformando-as em bairros.

As principais metas do programa nos próximos três anos prevê a regularização fundiária de favelas integrantes do programa Favela/Bairro, de oito locais de propriedade municipal e de áreas pertencentes ao antigo IAPS, já em processo de transferência para o Município, atendendo 19 mil famílias.

Programa REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e TITULAÇÃO



Restituição Aerofotogramétrica

Regularização Fundiária (Maio 1995)

PROGRAMA FAVELA-BAIRRO:

- Plantas Cadastrais das 16 comunidades da 1ª etapa
- Elaboração dos PALs de parcelamento
- Preparo da transferência das propriedades

PROGRAMA REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS:

- Encaminhamento da averbação de 19 loteamentos
- Preparo de PALs de parcelamento de 8 áreas

TITULAÇÃO:

- Preparo de titulação de 8 comunidades com 864 imóveis

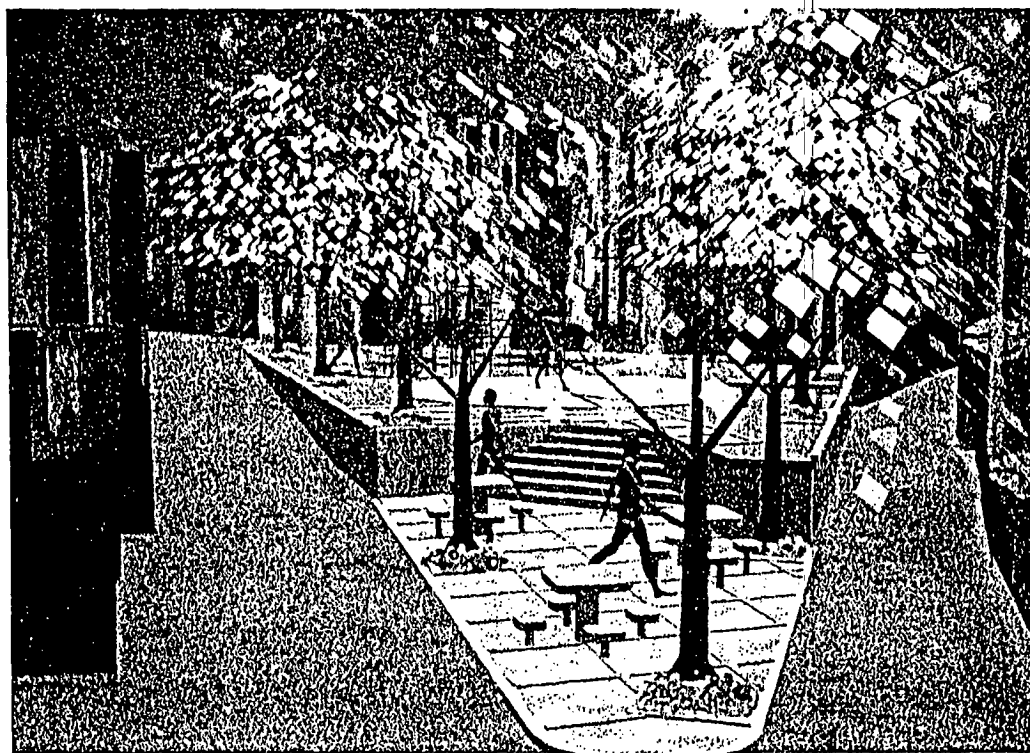
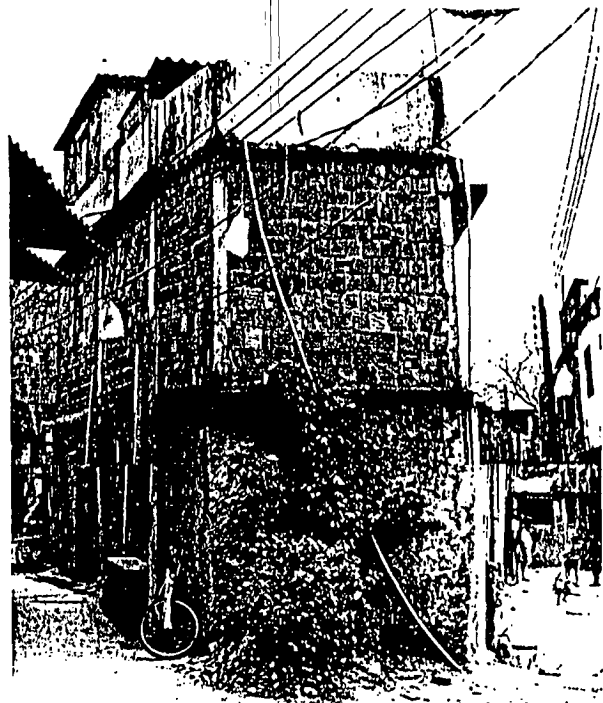
CONVÊNIO IAPS:

- Desdobramento para titulação de 8 áreas e 23 glebas, totalizando 4.500.000 m²

PROGRAMA MORAR SEM RISCO:

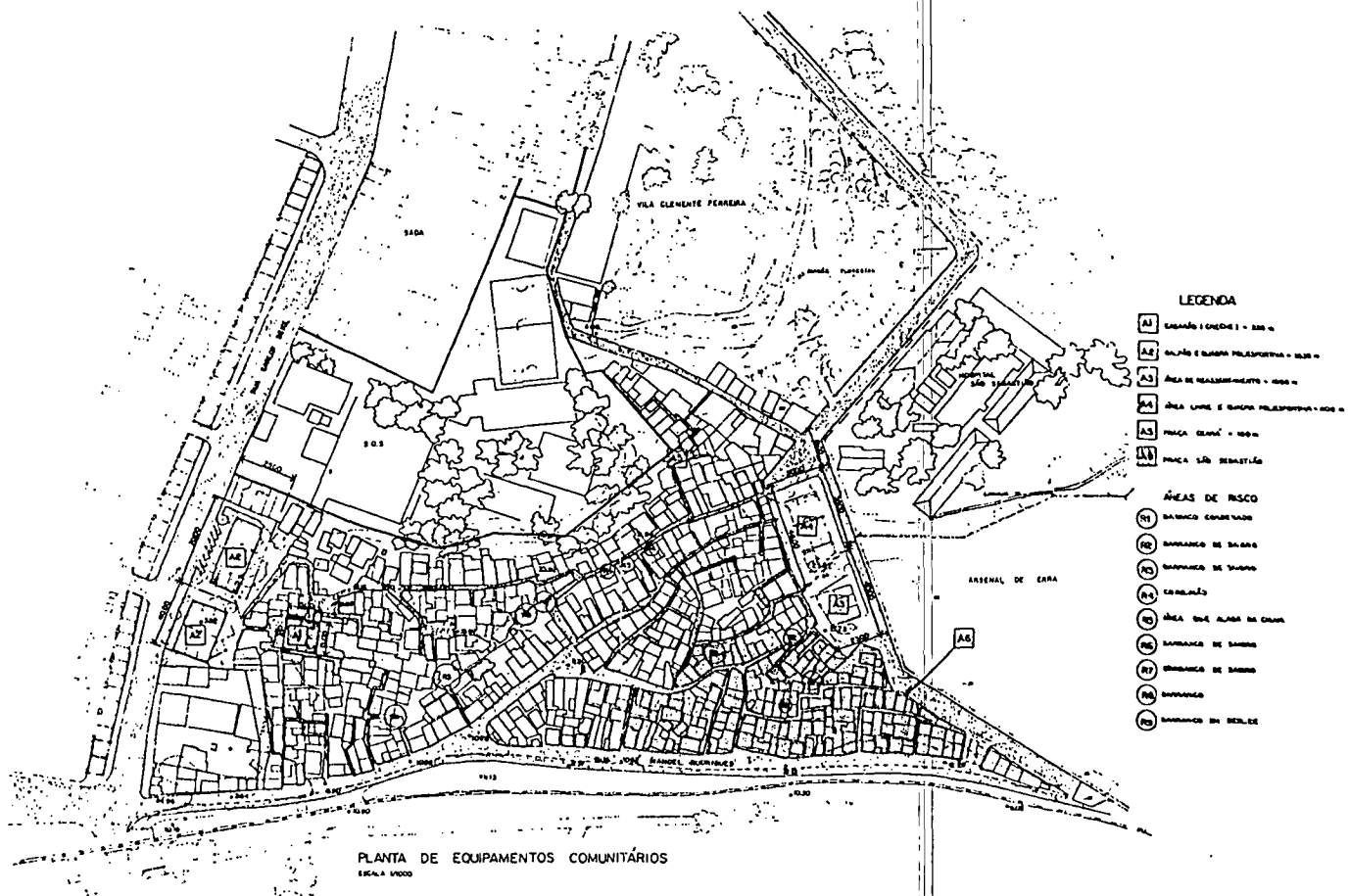
- Estudo de áreas de reassentamento para 3.100 famílias

Folha n.º 832 do proc.
N.º 46 de 1995
O funcionário



Praça S. Sebastião

Folha n.º **839** do proc.
 N.º **146** de 19**95**
 O funcionário *[assinatura]*

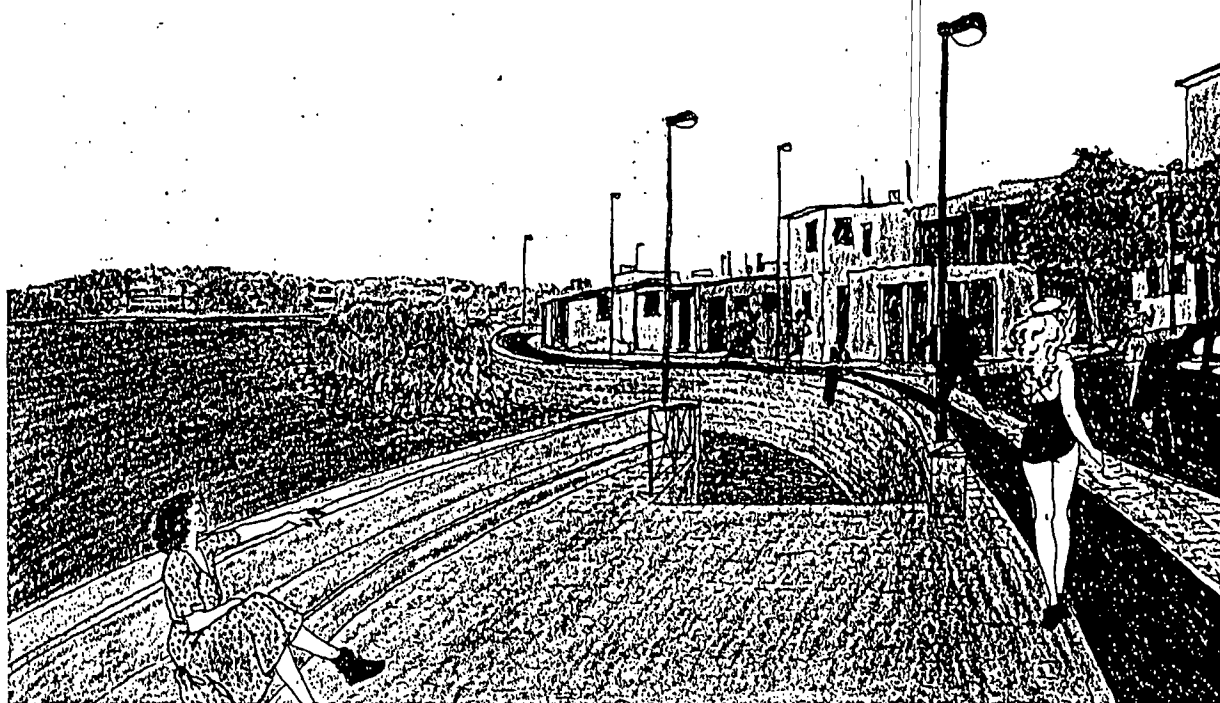


Ladeira dos Funcionários/Parque São Sebastião
 Planta de Equipamentos Comunitários

Folha n.º 1834 do proc.
N.º 176 de 1995
O funcionário



Vista da beira da baía



Ciclovía proposta para a beira da baía

FERNÃO CARDIM

Localização:

Bairro do Méier, na XIIIª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

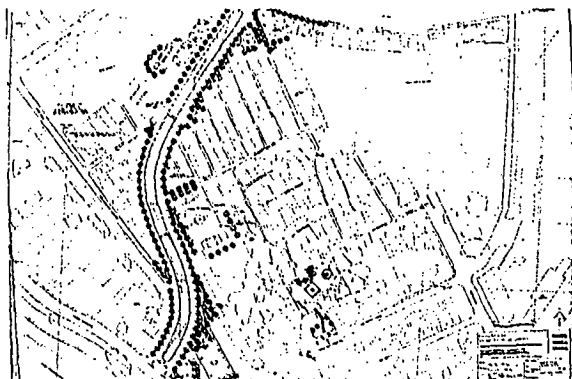
- Ausência de rede de drenagem;
- Precariedade de rede de esgoto;
- Área de risco (inundação do Rio Faria);
- Vias inadequadas, não permitindo acesso de veículos.

Soluções propostas:

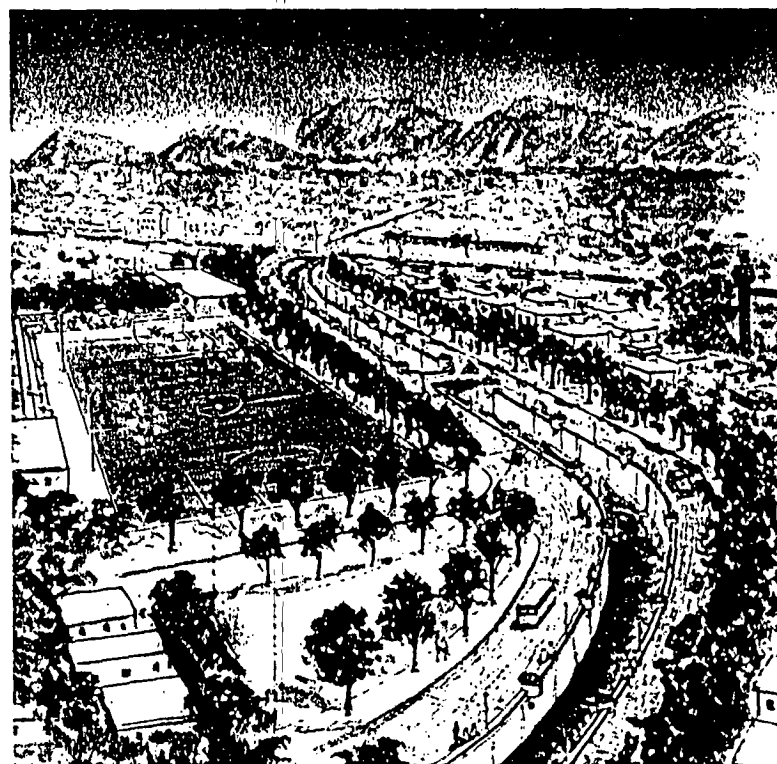
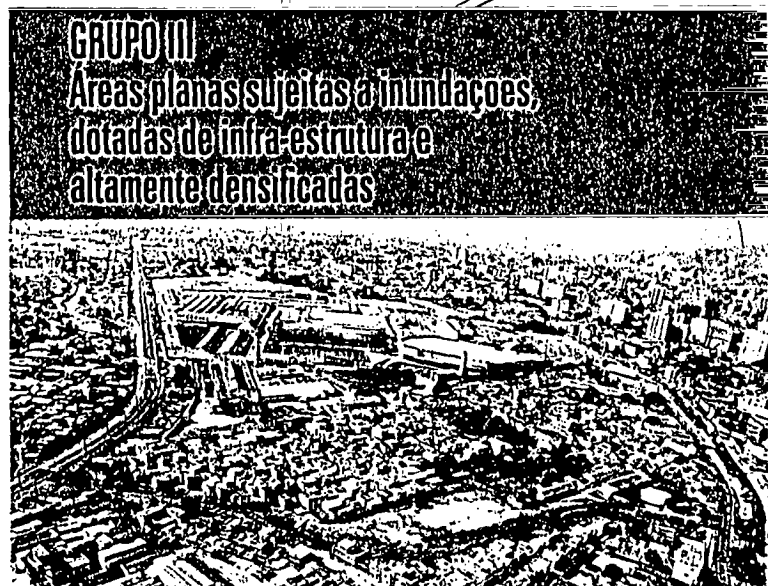
- Canalização do Rio Faria e execução de vias de acesso laterais;
- Execução de sistema de drenagem, esgotamento sanitário, pavimentação e iluminação pública;
- Criação de sistema viário de articulação com o bairro vizinho;
- Criação de praça com boxes, para feira artesanal, integrando a favela ao bairro;
- Construção de moradias para reassentamento, no interior da própria comunidade;
- Utilização de clube existente para atividades de esporte e oferta de mão-de-obra;
- Reforma de creche existente.

Melhorias propostas:

- Integração com o bairro a partir de sistema viário e áreas públicas de uso comum;
- Aumento do nível de salubridade da população local;
- Aumento da capacidade de inserção no mercado formal de trabalho.



Mapa de Intervenção



Perspectiva do campo de futebol e da canalização do Rio Faria

MATA MACHADO

Localização:

Bairro Alto da Boa Vista, na VIIIª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

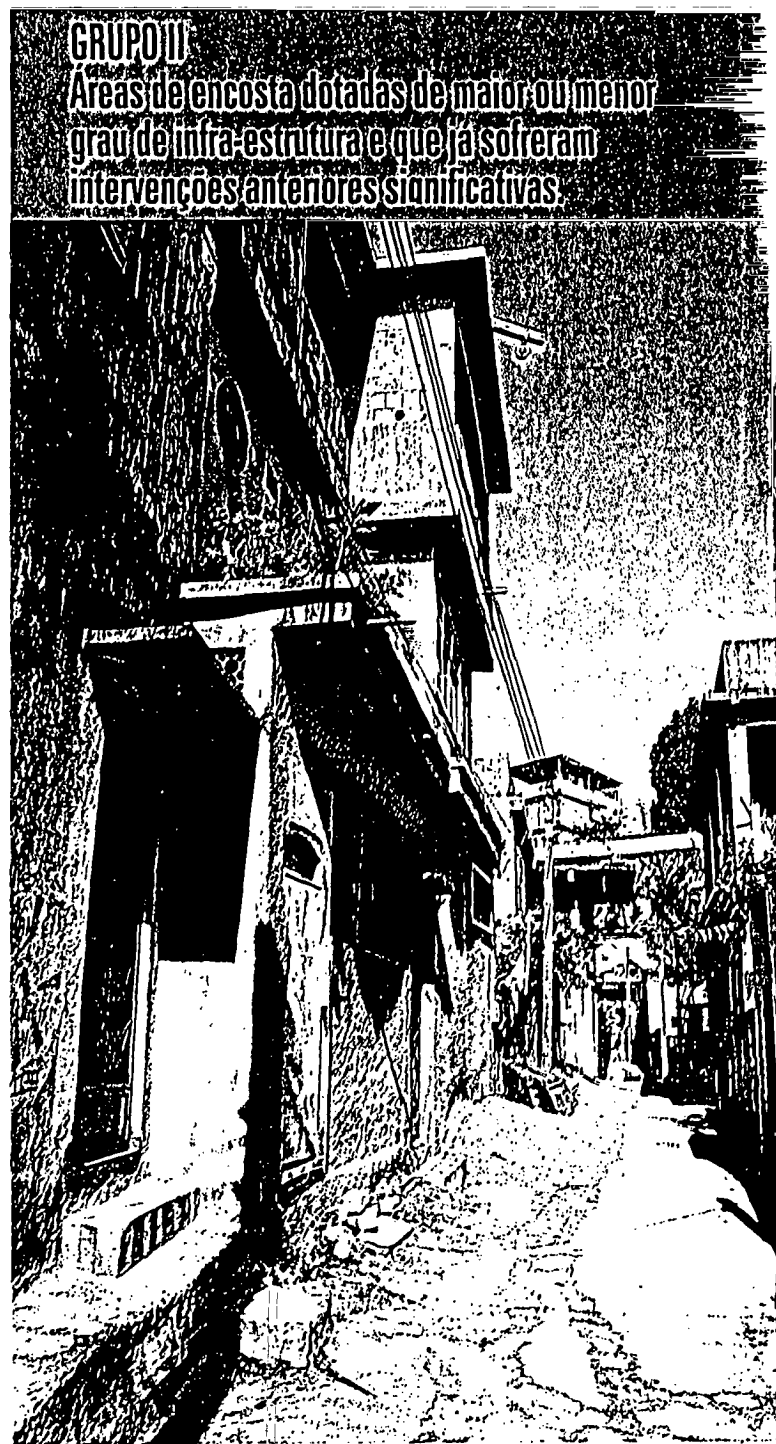
- Deficiência de infra-estrutura (água, esgoto, drenagem);
- Deficiência de equipamentos comunitários;
- Ausência de áreas de lazer e convívio social;
- Áreas de risco (desabamento);
- Degradação ambiental;
- Deficiência de coleta de lixo;
- Dificuldade de acesso para penetração de veículos no interior da comunidade.

Soluções propostas:

- Ampliação do acesso existente e das vias internas existentes;
- Execução de redes de água, esgoto e drenagem;
- Aproveitamento das instalações de fábrica limítrofe, desativada, como centro polifuncional para programas de caráter social, esportivo e de capacitação profissional;
- Criação de praças e áreas de convívio e integração social;
- Contenção das margens do Rio Cachoeira;
- Reassentamento de famílias situadas em áreas de risco para locais alternativos na própria comunidade;
- Coleta de lixo regular;
- Abertura de vias internas para o acesso de veículos.

Melhorias esperadas:

- Recuperação ambiental do Rio Cachoeira;
- Aumento do nível de salubridade da população local;
- Acessibilidade e circulação interna;
- Integração com o bairro via o uso comum do centro polifuncional proposto.



CANAL DAS TACHAS

Localização:

Bairro do Recreio dos Bandeirantes, na XXIVª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Infra-estrutura deficiente;
- Sistema viário sem capacidade de suportar o acesso de veículos;
- Ausência de serviços de saúde nas proximidades;
- Ausência de cursos noturnos e de vagas em creche;
- Escassez de transporte público;
- Ausência de equipamento comunitário para esporte e lazer;
- Situação fundiária irregular;
- Degradação ambiental.

Soluções propostas:

- Ampliação e regularização de redes (água/esgoto);
- Alargamento das vias principais e pavimentação de vielas e becos;
- Regularização do leito do Canal das Tachas / reassentamento de famílias;
- Regularização da coleta de lixo;
- Implantação de unidade de saúde no bairro;
- Ampliação da creche existente;
- Implantação de equipamentos públicos nas áreas fronteiriças;
- Regularização fundiária.



Mapas de
Intervenção



Melhorias esperadas:

- Acesso à infra-estrutura urbana (água e esgoto);
- Recomposição das ligações hídricas originais com a Lagoa de Marapendi, eliminando focos de poluição e outros vetores/recuperação paisagística;
- Integração viária com o bairro, facilitando a coleta de lixo e a entrega de mercadorias;
- Elevação das condições de saúde e educação da população local;
- Amparo à inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho;
- Incentivo à convivência social e integração comunitária.



TRÊS PONTES

Localização:

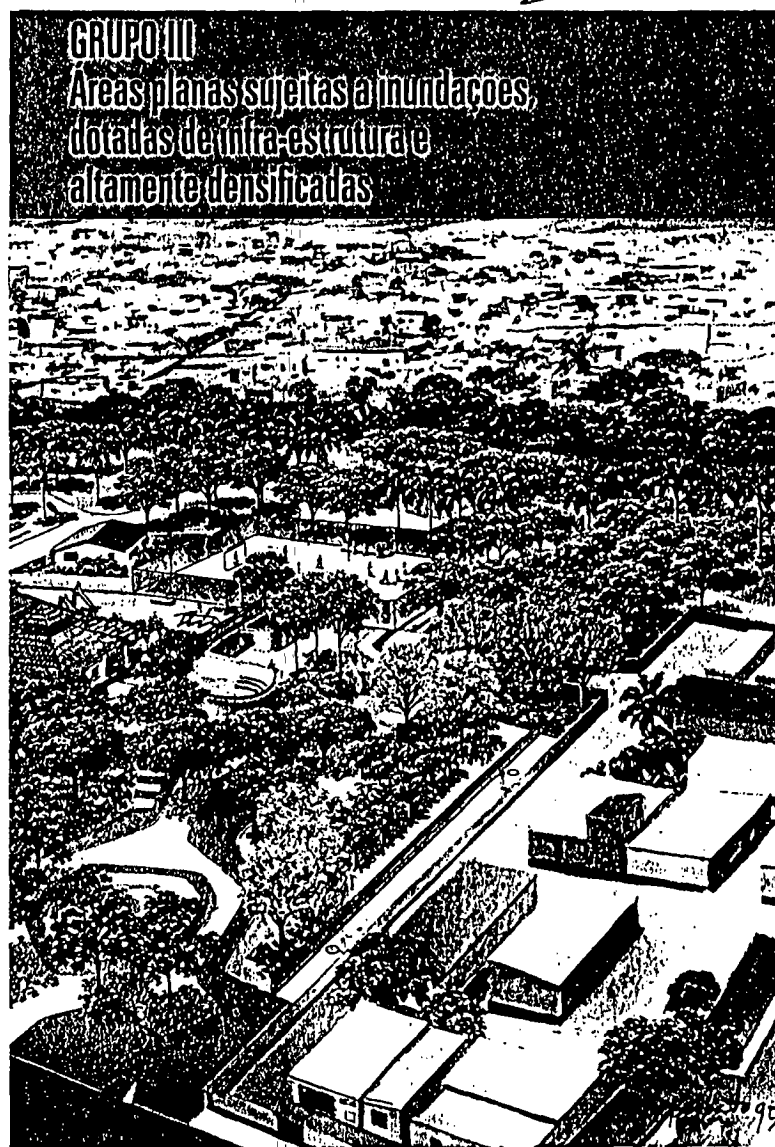
Bairro de Santa Cruz, na XIXª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Ausência de rede de drenagem;
- Ausência de pavimentação das vias;
- Ausência de equipamentos comunitários;
- Ausência de áreas de lazer e convívio social;
- Áreas de risco (Rio Cação Vermelho);
- Desconforto ambiental (deficiência de árvores);
- Coleta de lixo insuficiente.

Soluções propostas:

- Implantação de rede de drenagem;
- Reassentamento de famílias para áreas existentes dentro da comunidade;
- Pavimentação de vias e abertura de vias internas;
- Construção de posto de saúde, creche e centro comunitário;
- Criação de praças, quadras esportivas;
- Dotação, nas calçadas que comportem, de equipamentos de mobiliário urbano, visando ampliar o convívio social;
- Arborização pontual para controle da insolação.



Mapa de Integração

Melhorias esperadas:

- Extinção das áreas de inundação;
- Criação de vias de acesso de veículos, interligando a comunidade;
- Conforto ambiental;
- Coleta de lixo regular;
- Maior integração social e incentivo ao resgate da cidadania.

CERRO CORÁ/VILA CÂNDIDO/ GUARARAPES

Localização:

Bairro do Cosme Velho, na IVª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Ausência ou ineficiência de infra-estrutura básica;
- Dificuldades de acesso;
- Carência de equipamentos comunitários.

Soluções propostas:

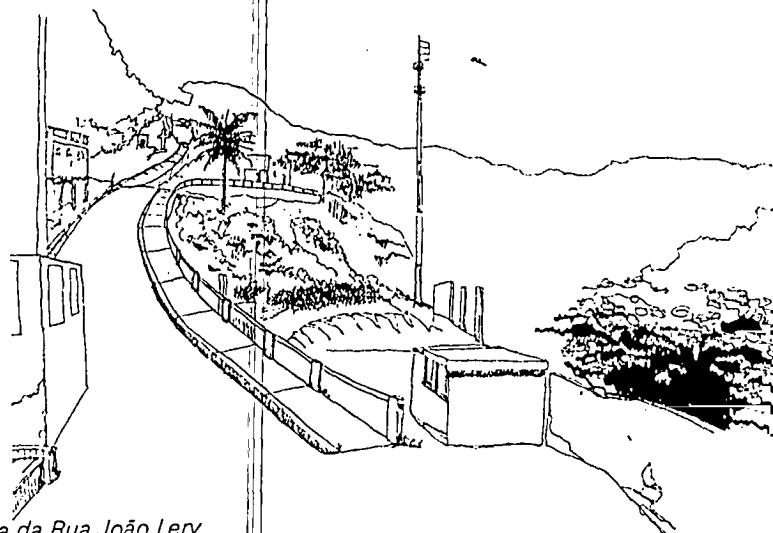
- Superação das deficiências de infra-estrutura;
- Potencialização da vida comunitária através do planejamento de áreas de *dominância* no interior da comunidade;
- Melhoria da acessibilidade com a abertura de vias;
- Melhoramentos nas ruas dos Guararapes, assim como nos becos, vielas e escadarias, pelo alargamento, embelezamento e criação de elementos que garantam segurança e conforto;
- Construção de equipamentos urbanos, entre eles: creches, centro comercial e centro ambulatorial.

Melhorias esperadas:

- Elevação do padrão urbanístico nos três assentamentos, de forma a atender às necessidades habitacionais e de reprodução dessas populações, aproximando em qualidade às condições de ambiente construído das áreas formais da cidade.



Cerro Corá



Perspectiva da Rua João Lery

GROTÃO

Localização:

Bairro da Penha, na XIª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Moradias em área de risco (antiga pedreira);
- Acúmulo de lixo em áreas inadequadas;
- Rede de esgoto e drenagem ineficientes;
- Rede de água ineficiente;
- Vias de acesso sem integração com a comunidade;
- Vias internas em estado precário;
- Prédios comunitários sem condições de funcionamento (creches, quadra de esportes, associação de moradores);
- Áreas com necessidade de contenção.

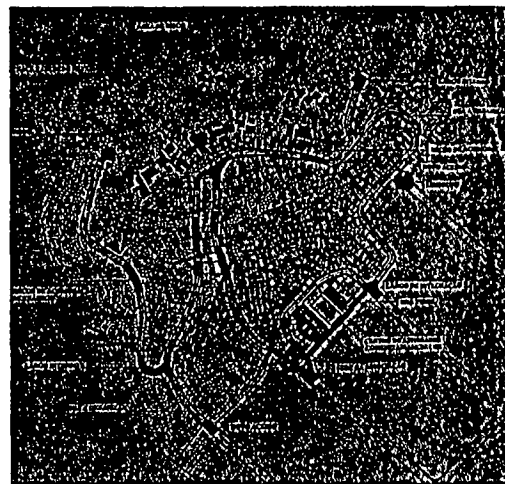
Soluções propostas:

- Execução das redes de esgoto e drenagem;
- Execução da rede de água;
- Integração das vias de acesso com as vias internas da comunidade;
- Relocação de moradias com tratamento adequado da área de risco;
- Criação de um lixoduto que otimiza o recolhimento pela Comlurb;
- Reformulação e reforma dos prédios comunitários com criação também de um núcleo de comércio e serviços;
- Obras de contenção de encosta.

Melhorias esperadas:

- Eliminação do risco de vida para a população em área de risco;
- Eliminação da insalubridade provocada pelo lixo e falta de rede de esgoto eficiente;
- Urbanização das vias internas e de acesso integrando-as com o bairro formal e facilitando a circulação dos moradores;
- Melhor atendimento à população tendo em vista a educação, convívio social, geração de rendas.

GRUPO II
Áreas de encosta dotadas de maior ou menor grau de infra-estrutura e que já sofreram intervenções anteriores significativas.



Mapa de Intervenção

Folha n. 841 do proc.
N. 46 de 1995
O funcionário

SERRINHA

Localização:

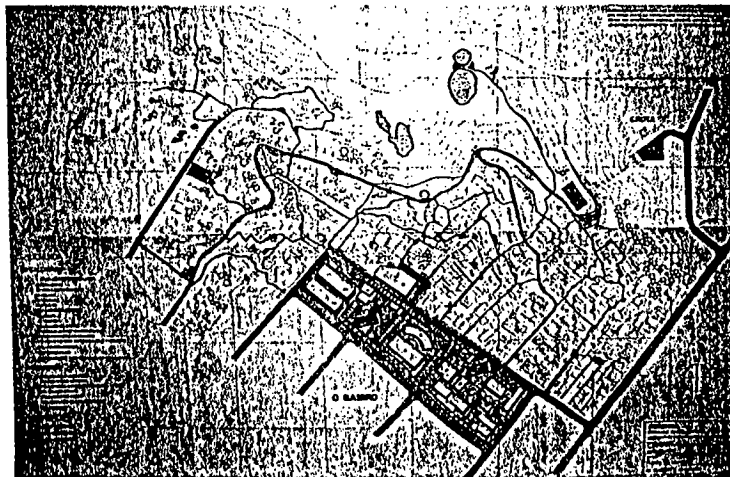
Bairro de Madureira, na XVª Região Administrativa.

Problemas encontrados:

- Ausência total de infra-estrutura urbana;
- Ausência de Associação de Moradores atuante;
- Descrédito da população para com os poderes públicos;
- Deficit de vagas na escola local;
- Inexistência de creche;
- Solo sem cobertura vegetal;
- Ociosidade de crianças e jovens.

Soluções propostas:

- Criação de vias de acesso para atender a população da parte alta do morro e da comunidade vizinha;
- Projetos de infra-estrutura;
- Criação de conselho comunitário;
- Construção de creche;
- Construção de escola;
- Reflorestamento com criação de bosques para lazer;
- Criação de praças de esportes;
- Criação de locais para realização de eventos culturais;
- Criação de locais para instalação de equipa comunitários.



Mapa de Intervenção

GRUPO I
Áreas de encosta com alto nível de
carência em infra-estrutura urbana



Melhorias esperadas:

- Atender a todos com infra-estrutura urbana;
- Atender a todas as crianças em idade pré-escolar e escolar;
- Integrar, através de eventos esportivos e culturais, o Morro da Serrinha com as favelas vizinhas e com os bairros que a circundam (Madureira, Cavalcante e Vaz Lobo).
- Geração de renda através de parcerias com a iniciativa privada;
- Participação efetiva da comunidade nos diversos programas e convênios dos diversos órgãos públicos;
- Fomento da cultura afro-brasileira (religião, música, dança, produtos artesanais).

MORRO DOS PRAZERES/ ESCONDIDINHO

Localização:

R. Barão de Petrópolis nº 780 (Escondidinho)
Rio Comprido

R. Almirante Alexandrino esquina com
R. Gomes Lopes (Prazeres) — Santa Tereza

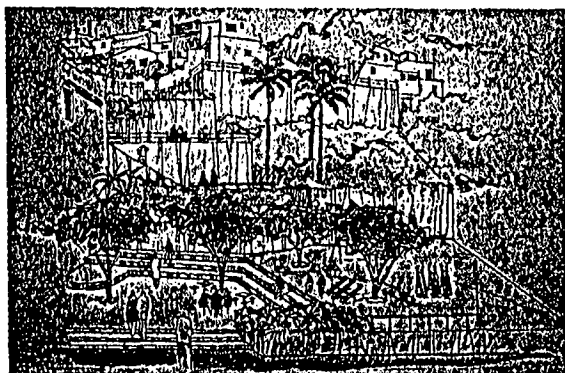
Observação: apesar de serem duas favelas, no programa Favela-Bairro estão sendo tratadas fisicamente como uma única comunidade, pelo alto índice de conurbação existente entre elas.

Problemas encontrados:

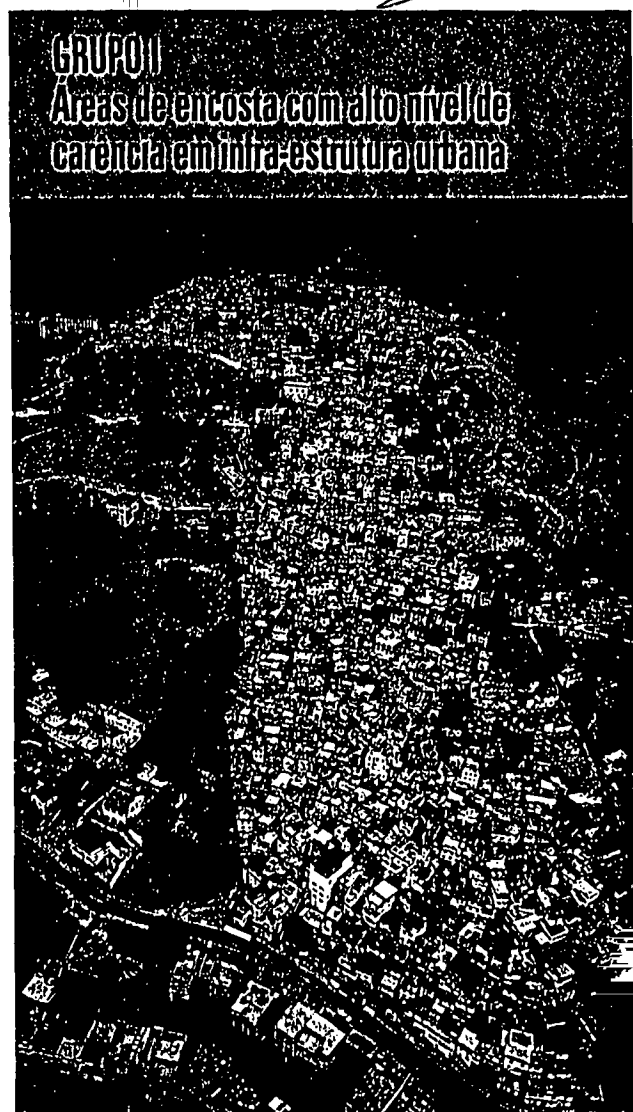
- Becos e vielas parcialmente pavimentados e estreitos;
- Áreas de risco/degradação ambiental (desmatamento);
- Deficiência de infra-estrutura (água e esgoto);
- Comprometimento do escoamento de águas pluviais nas áreas urbanas periféricas (inundações);
- Acúmulo de lixo nas encostas;
- Conflitos internos, impedindo acesso livre aos diversos pontos da comunidade.

Soluções propostas:

- Alargamento de vias, pavimentação dos acessos e recuperação do sistema de drenagem;
- Recuperação das redes de água e esgoto, com construção de reservatório de água;
- Coleta de lixo regular e implantação de equipamentos;



Perspectiva da praça principal



- Reflorestamento de áreas de risco;
- Abertura de vias de integração e de ligação com os bairros limítrofes;
- Reassentamento das populações hoje em áreas de risco para locais alternativos na própria comunidade;
- Instalação de equipamentos comunitários em áreas de convívio social.

PROJETO PILOTO - COMPLEXO DO ANDARAÍ

Localização:

Bairro do Andaraí, na IVª Região Administrativa, conta com uma população de 6.951 pessoas distribuídas em 1.740 domicílios.

Os problemas encontrados:

- Falta de infra-estrutura básica;
- Dificuldade de acesso;
- Degradação ambiental (desmatamento, acúmulo de lixo, criação desordenada de animais);
- Áreas de risco;
- Carência de equipamentos comunitários e de áreas de cultura, esporte e lazer.
- Poluição do Rio Joana.

As soluções propostas incluem:

- Complementação das redes de água, esgotamento sanitário e drenagem;
- Construção de anel viário e pavimentação de acessos para pedestres (becos e vielas);
- Eliminação de áreas de risco;
- Reflorestamento e preservação de reservas naturais;



Saneamento
pelo Projeto
Mutirão

Folha n. 893 do proc.
N.º 46 de 1998
O funcionário

GRUPO I
Áreas de encosta com alto nível de
carência em infra-estrutura urbana



Andaraí - Vista Geral

- Construção de equipamentos comunitários e áreas de cultura, esporte e lazer;
- Prestação de serviços tais como: coleta de lixo, fornecimento de gás, manutenção de equipamentos, correios entre outros;
- Implantação de programas de educação sanitária;
- Mobilização da população para as questões das transformações ambientais, utilização e manutenção dos equipamentos urbanos;
- Desenvolvimento de ações educativas integradas com a SME, SMDS, SMMA, SMC, Comlurb, iniciativa privada e ONG's;
- Implantação de programa de geração de renda e capacitação profissional priorizando os jovens e a mulher chefe de família;
- Regularização fundiária.

As melhorias esperadas compreendem (além das melhorias gerais):

- Recomposição da mata Atlântica e a demarcação do Parque Florestal/Bosque dos Jamelões;
- A canalização do Rio Joana.

OBJETIVOS

- Complementar (ou construir) a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos).
- Oferecer condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade.

PRESSUPOSTOS

- Aproveitamento do esforço coletivo já dispendido, construções e serviços já instalados; reassentamento mínimo possível.
- Adesão dos moradores ao programa.
- Introdução de valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas/praças/infra-estruturas/serviço público.

A Prefeitura está transformando 95 favelas em bairros. Em quatro anos, 50% da população favelada em áreas consolidadas serão beneficiadas pelo programa que busca integrar as favelas à cidade legal. Quatrocentas mil pessoas terão direito a água, luz, rede de esgoto, recolhimento de lixo, vias de acesso, pavimentação, áreas de lazer e do esporte e projetos sociais.

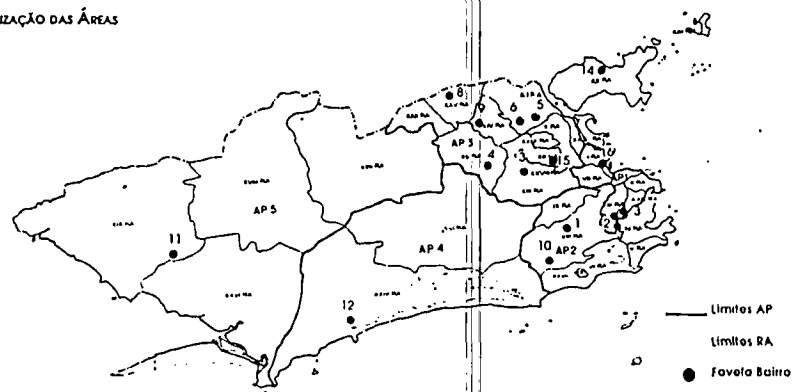
A primeira etapa do Programa FAVELA/BAIRRO iniciou em 1994, no Complexo do Andaraí, onde vivem cerca de 7 mil pessoas, e em mais 15 áreas, favorecendo mais de 50 mil pessoas. Foram escolhidas favelas localizadas fora de áreas de risco e com assentamentos entre 500 e 2.500 domicílios. Foram levados em conta também as condições sócio-econômicas dos moradores, através de variáveis como renda do chefe, número de filhos e de mulheres chefes de família, além do grau de dificuldade de urbanização, para a implantação de redes de esgoto, drenagem e acessos viários. Os projetos de urbanização foram elaborados por escritórios de arquitetura, contratados por concurso público, em convênio com o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) e promovido pelo Iplanrio.

A segunda etapa do programa começou em maio de 95, quando foram selecionadas mais 50 comunidades. A Prefeitura está negociando com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um financiamento de 300 milhões de dólares, verba que permitirá atingir as metas acima enunciadas. Existe ainda a possibilidade de parceria com o programa Comunidade Solidária do Governo Federal e com a iniciativa privada.

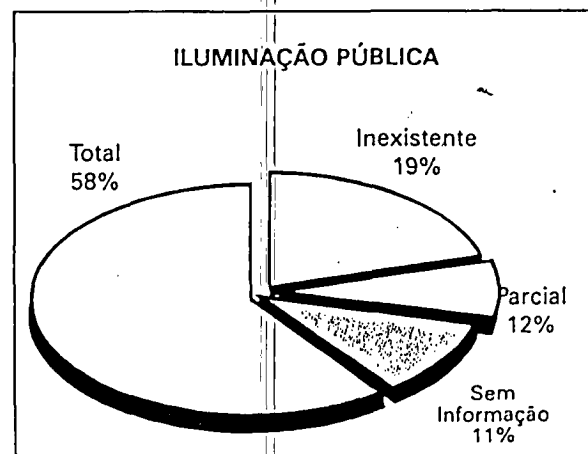
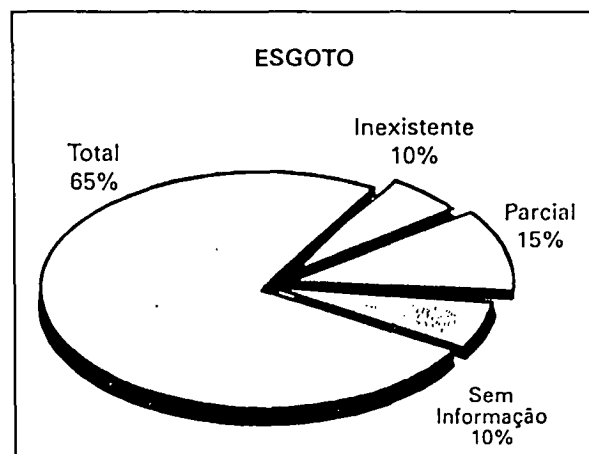
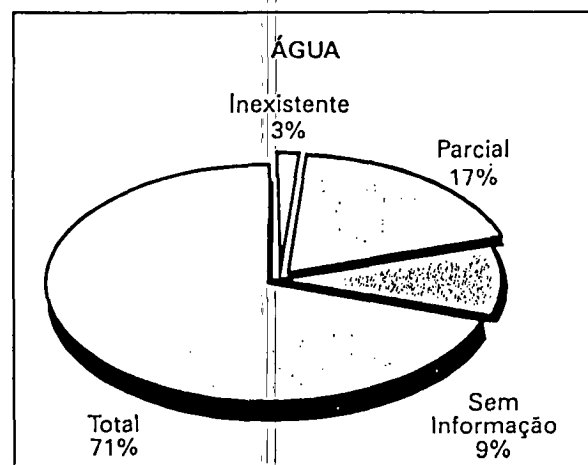
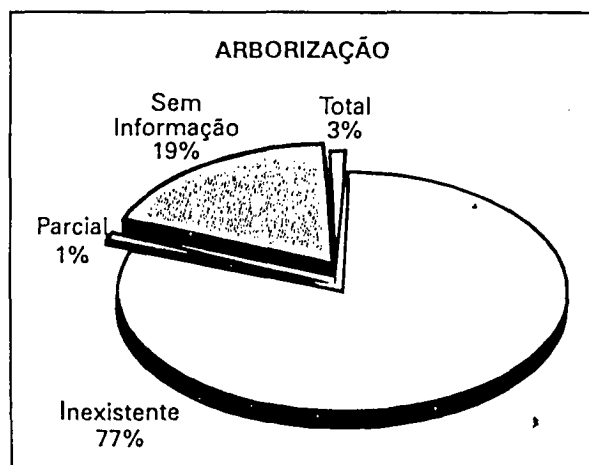
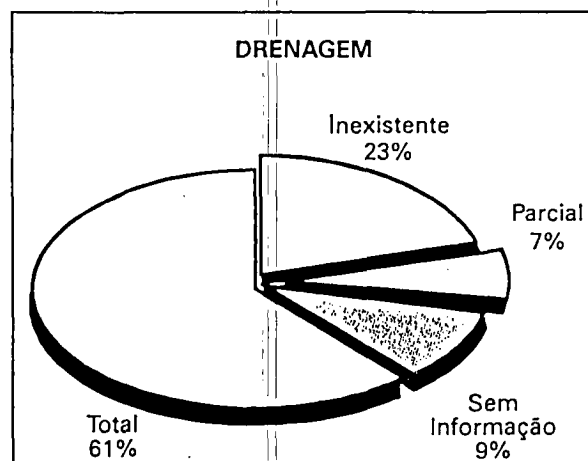
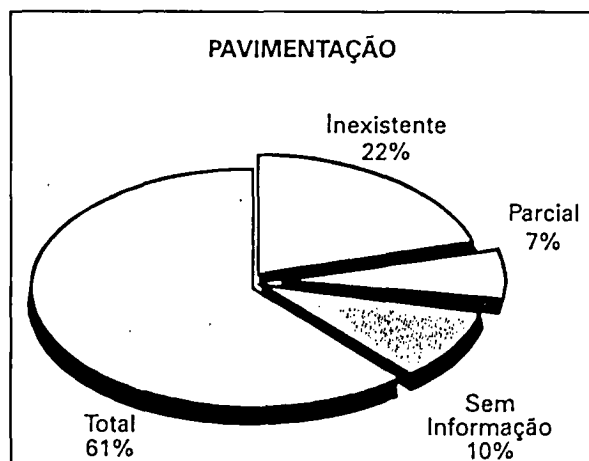


Localização das Áreas

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS



LOTEAMENTOS



Fonte: Iplanrio

Observação: Universo considerado de 172 loteamentos pesquisados dentre os 262 inscritos no Núcleo de Regularização de Loteamentos.

OBJETIVOS

- Proceder à regularização urbanística.
- Complementar (ou construir) a infra-estrutura para alcançar padrões de salubridade e de desenvolvimento sustentável.

PRESSUPOSTOS

- Adesão dos moradores ao programa.
- Aproveitamento do esforço das comunidades em torno do Núcleo de Regularização.

Cerca de duzentas mil pessoas serão beneficiadas com a urbanização e regularização de loteamentos. Através da implantação de infra-estrutura e/ou regularização administrativa, fundiária e tributária, 262 loteamentos, localizados principalmente na zona oeste da cidade, estão sendo atingidos pelo Programa.

O processo de regularização consiste na execução de obras de pavimentação, drenagem pluvial, abastecimento de água, rede de esgoto, iluminação, arborização, e construção de praças e quadras de esporte. Será providenciado ainda,

o desdobramento do loteamento junto à Secretaria Municipal de Fazenda para pagamento dos impostos predial e territorial urbano, além da elaboração, aprovação e averbação junto ao Registro de Imóveis dos projetos de alinhamento e loteamentos.



Loteamentos



Prefeito César Maia assinando a regularização de oito loteamentos

Folha n. 847 do proc.
N. 46 de 19 95
O funcionário

OS PROGRAMAS DA POLÍTICA HABITACIONAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Foram formulados e são acompanhados pelo GEAP — Grupo Executivo de Assentamentos Populares — Composto pelos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Urbanismo
Secretaria Municipal de Fazenda
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Procuradoria Geral do Município
Iplanrio
Riourbe

Participam da implantação dos programas, além dos órgãos acima citados, os seguintes:

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Cultura
Fundação Parques e Jardins
Fundação Rio Luz.
Geo-Rio
Comlurb
Defensoria Pública do Estado
Cedae
Light

Folha n. 848 do proc.
N.º 46 de 1995
O funcionário

HABITAÇÃO — ACESSO À CIDADE

Não é de hoje que as condições de moradia do Rio de Janeiro são consideradas muito difíceis. Já no Império, os relatos literários informam sobre a precariedade da questão. "O cortiço" de Aluísio de Azevedo (1890), expõe o tema de modo exemplar. Com a República, e as obras de remodelação da capital, grandes contingentes tiveram suas moradias atingidas, ampliando o rol de desabrigados. O Poder Público assumiu parte do encargo de construir, como foi o caso da Vila Operária da rua Salvador de Sá, no Estácio. Ao longo das décadas, novos e vultosos investimentos foram realizados, infelizmente aquém das demandas. Os conjuntos residenciais dos institutos de previdência foram experiências dos anos 40 e 50, os conjuntos do BNH dos anos 60 e 70.

Com o término desse banco, nos anos 80, os recursos públicos ficaram diminuídos, ao mesmo tempo em que a cidade se expandia a elevada taxa. **Essa expansão da cidade se deu em grande parte na irregularidade urbanística**, seja em loteamentos clandestinos ou em favelas. Na análise do Prefeito César Maia, a irregularidade estabelece deseconomias e fortalece a crise urbana, matriz da ineficiência urbanística.

Ao contrário, a reversão do quadro de irregularidades pode conduzir ao desenvolvimento urbano duradouro.

A política habitacional proposta para a cidade do Rio de Janeiro, se encontra nessa direção e se apresenta como um desejado instrumento de desenvolvimento social e de transformação da vida urbana.

É necessário lembrar que as políticas públicas referentes à habitação no Brasil sempre trataram de produzir e financiar a produção de unidades habitacionais. Com recursos variáveis, mas sempre abaixo da demanda, estimularam a expansão da mancha urbana e a utilização de modelos repetidos para o território nacional.

A partir do diagnóstico da crise urbana, das condições de exclusão social e do debate de propostas financeiras para a moradia, a questão habitacional assume outra qualificação. Não se trata mais que o Estado promova a construção de habitações, mas de **garantir aos cidadãos o acesso à cidade**, oferecer condições de infra-estrutura sanitária, de comunicações, dos serviços e equipamentos públicos, que sustentam a vida urbana moderna.

É com a compreensão desse desafio que o Prefeito César Maia determinou-se a enfrentá-lo, estabelecendo uma política habitacional sobre a qual os esforços da Prefeitura pudessem estar articulados.

Em agosto de 1993, o Prefeito constituiu Grupo Executivo — Geap — especificamente com as atribuições de estudar e propor as bases da política habitacional. O resultado desses estudos, que envolveram os diversos órgãos municipais que tem interferência no tema, tais como SMU, SMO, SMDS, Iplanrio, Riourbe, PGM, SMG, foi aprovado pelo Prefeito e veio a se consubstanciar nos fundamentos das ações da Prefeitura no campo habitacional.

Para sua implantação, foi criada em março de 1994 a Secretaria Extraordinária de Habitação que, em dezembro, com a aprovação da Câmara dos Vereadores, se transformou em instituição permanente, como Secretaria Municipal.

Apoiada nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Decenal, lei aprovada em 1992 pela Câmara dos Vereadores, formulada a partir da articulação entre as diversas Secretarias do governo municipal, aprovada pelo Prefeito, pode-se afirmar que **a política habitacional reflete o pensamento político da cidade**. Sua fundamentação conceitual resulta de reflexão sobre as causas do fenômeno urbano carioca à luz da experiência brasileira no trato da questão da moradia.

Folha n. 849 do proc.
N.º 46 de 19 95
O funcionário

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PREFEITO
Cesar Maia

VICE-PREFEITO
Gilberto Ramos

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

SECRETÁRIO-CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO
João Marcos Cavalcanti de Albuquerque

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
Milton Coelho da Graça

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Maria Sílvia Bastos Marques

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Gilberto Ramos

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS
Angela Nobrega Fonti

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Regina Alcântara de Assis

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Wanda Engel Aduan

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Sergio Ferraz Magalhães

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ronaldo Luiz Gazolla

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
Helena Maria Porto Severo da Costa

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO
Luiz Paulo Fernandez Conde

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Márcio de Queiroz Ribeiro

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Zélia Maria Abdulmacil

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Alfredo Hélio Syrkis

SECRETÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTROLADORIA GERAL
Lino Martins da Silva

PROCURADORIA GERAL
Sônia Rabello de Castro

COORDENADORIA DAS REL. INTERNACIONAIS
E DO CERIMONIAL
Embaixador Claudio Garcia de Souza

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA
Paulo Maurício Castelo Branco

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE TURISMO
Marcelo Mesquita de Siqueira

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
DE ASSUNTOS ESPECIAIS
Patrícia Almeida Ashley

Folha n. **850** do proc.
N.º **46** de 19**75**
O funcionário *[assinatura]*



**PROGRAMA DE TRABALHO PARA O
COMITÊ NACIONAL DO HABITAT II**

Istambul, 1996

SEGUNDA VERSÃO

Brasília, dezembro 1994

I- ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

1. A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, em sua 47ª. sessão, a Resolução 47/180/92 que convoca a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - HABITAT II - a realizar-se em Istambul, Turquia, entre 3 e 14 de junho de 1996.

A Conferência se insere no processo de convocação de uma série de conferências dedicadas a temas globais: Conferência da Criança, realizada em New York em 1990; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992; e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em setembro passado. Ainda neste elenco, destaca-se a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, a realizar-se em Copenhague, em março de 1995 e a Conferência Mundial sobre a Mulher, a ser realizada em Pequim, em setembro do mesmo ano.

Estas iniciativas visam propiciar aos governos e organizações da sociedade civil, em escala mundial, o conhecimento necessário sobre a situação real de indicadores e estados sistêmicos que envolvem a vida humana nas atuais condições históricas. Conhecimento e participação social são considerados pressupostos das ações em defesa da vida, em condições politicamente democráticas.

Neste sentido, o Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II) celebrou seu primeiro período substantivo de sessões no escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça, entre 11 e 22 de abril de 1994. Nele foram aprovados o programa e a organização dos trabalhos. O Comitê Preparatório decidiu que seu segundo período de sessões será realizado de 24 de abril a 05 de maio de 1995 em Nairobi, Kenya. Nesta direção, há também uma recomendação para que se realize um terceiro período substantivo de sessões preparatórias, em princípios de 1996, possivelmente em New York, para os ajustes finais da Conferência.

2. São objetivos da Conferência, conforme determinação da Resolução 47/180/92, entre outros :

- a) formular um "Plano de Ação" capaz de orientar, nas primeiras duas décadas do próximo século, os esforços nacionais e internacionais no campo da melhoria dos assentamentos humanos;
- b) criar as condições necessárias para a obtenção de melhorias no ambiente do homem em bases sustentáveis, com atenção especial às necessidades e contribuições das mulheres e dos grupos sociais vulneráveis cuja qualidade de vida e participação no desenvolvimento têm sido prejudicadas pela exclusão e a desigualdade.

3. A Assembléia Geral também decidiu que a Conferência deverá concentrar suas atenções em dois temas básicos: "Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Urbanização" e "Habitação Adequada para Todos". Com relação a esses temas, a conferência deverá, entre outras coisas:

- a) analisar as tendências das políticas e programas empreendidos pelos Estados membros e por Organizações Internacionais para implementar as recomendações da primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver, Canadá, em 1976;
- b) proceder a avaliação da implementação, até o momento, da "Global Strategy for Shelter to Year 2000" e fazer as recomendações para a consecução de seus objetivos no prazo previsto;
- c) avaliar a contribuição das iniciativas nacionais e internacionais na área de assentamentos humanos para a implementação da Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED);
- d) considerar os efeitos das atuais tendências de desenvolvimento econômico e social sobre o planejamento, implementação e gerenciamento dos assentamentos humanos, e formular recomendações para ação futura nos níveis nacional e internacional.

Com vistas à integração a estes esforços internacionais, o Brasil tem tomado uma série de providências e encaminhamentos, abaixo discriminados.

4. O Decreto presidencial, publicado no D.O.U. de 25/08/94, estabelece o Comitê Nacional brasileiro para a preparação da Conferência. O Comitê ficou constituído pelos seguintes órgãos e entidades:

- a) Ministério das Relações Exteriores;
- b) Ministério da Fazenda;
- c) Ministério dos Transportes;
- d) Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;
- e) Ministério do Trabalho;
- f) Ministério da Saúde;
- g) Ministério da Integração Regional;
- h) Ministério do Bem-Estar Social;
- i) Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;
- j) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República;
- k) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- l) Instituto Brasileiro de Administração Municipal;
- m) Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação ;
- n) Fórum Brasileiro de Reforma Urbana;
- o) Confederação Nacional das Associações de Moradores;
- p) Câmara Brasileira da Indústria da Construção;
- q) Instituto de Arquitetos do Brasil;

r) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

O Decreto estabelece, ainda, que a Presidência do Comitê Nacional será exercida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou representante por ele indicado, cabendo à Divisão das Nações Unidas a Secretaria Executiva do Comitê. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) atuará como Núcleo de Articulação Técnica, consolidando os estudos a serem solicitados pelo Comitê Nacional aos diferentes órgãos técnicos e consultores sobre os temas a serem estudados pela Conferência.

5. Ao longo das três últimas décadas, a população mundial vem se urbanizando a uma taxa média de 2,9%, sendo que nos países em desenvolvimento ela atinge 4,0%, contra a taxa de 1,4% dos países industrializados. Ressalte-se que em 1991, enquanto nos países industrializados 73% da população já é urbana, nos países em desenvolvimento esta cifra atinge 37%, devendo alcançar a 45% no final do século, contra um percentual de 60% de média mundial.

As diferenças entre os blocos acima são ainda mais acentuadas quando se considera o percentual da população urbana com acesso aos serviços de saneamento básico (água e esgoto): em 1990, virtualmente 100% nos países industrializados, contra 85% (água) e 76% (esgoto) nos países em desenvolvimento (UNDP, HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1993).

6. O elevado percentual da população abaixo da linha de pobreza, nos países em desenvolvimento, introduz ainda um novo componente de iniquidade à situação. Isto porque, nos assentamentos humanos das grandes cidades, os pobres sofrem de modo desproporcional os riscos ambientais e à saúde gerados pela poluição da água, do ar e do solo; bem como deficiências habitacionais e sanitárias, e outros serviços básicos. Além disso, muitas dessas áreas ecologicamente mais vulneráveis e degradadas são maciçamente habitadas pelos estratos mais pobres, em favelas, cortiços, encostas e áreas inundáveis.

Assim, um dos maiores desafios ao desenvolvimento humano e econômico sustentável provém da pobreza e da degradação ambiental que, através de mecanismos de reforço mútuo, ameaçam o presente e a futuras gerações, nos países em desenvolvimento.

As tendências demográficas indicam que 90% do crescimento populacional será de caráter urbano nos países em desenvolvimento, o que certamente exacerbará os efeitos da pobreza e dos danos ambientais nos assentamentos humanos.

7. Como o crescimento populacional é, e continuará sendo, cada vez mais sinônimo de crescimento urbano, o centro da atenção sobre o processo de

desenvolvimento humano sustentável deve concentrar-se nas áreas urbanas. Nessas áreas, onde a maior parte da atividade econômica tem lugar, e onde grande parte dos recursos é consumida e a maior parte da poluição é gerada, os impactos ambientais e os de natureza geral, serão mais concentrados. Estes impactos se farão sentir, igualmente, em áreas que hoje extrapolam os limites urbanos dos assentamentos. É verdade, também, que estes impactos terão sérias consequências sobre as áreas rurais, na medida em que a concentração urbana gera demandas maciças de água, energia e aumentos na produção de alimentos. Dai resulta que as metas setoriais da Agenda 21 deverão ser dirigidas às cidades e vilas urbanas. Atingir estas metas macroeconômicas, sociais e ambientais requer o desenvolvimento de modelos de gestão local em que seja proporcionado o equilíbrio entre o crescimento da produtividade, a redução da pobreza e a proteção ambiental.

8. No Brasil, especificamente, o quadro dos assentamentos humanos não é muito diferente. Uma das características centrais dos assentamentos humanos brasileiros é a degradação urbana. Após movimentos consistentes de altas taxas de urbanização (4,5%) e metropolização (2,9%) entre 1960/80, o Brasil contempla, ainda um perfil de dinâmica demográfica muito instável. Há, por exemplo uma continua queda da fecundidade e um recrudescimento do movimento migratório. Este movimento se divide, hoje, em *migração internacional* e *migração de retorno*, aumentando o fluxo de emigrantes do Centro-Sul para o Nordeste. Ao lado do componente vegetativo, o crescimento urbano muito deve ao componente migratório; como indicado pelo aumento de tamanho das cidades de porte médio no período intercensitário.

9. Esta situação, no entanto, não tem marcadamente modificado o quadro de degradação das áreas urbanas existentes. Esta degradação pode ser referida, fundamentalmente, à existência de altos níveis de pobreza. Por força do crescimento econômico do período 1970-80, com o PIB aumentando à uma média de 6,15% anual (81% na década), em que o emprego na indústria cresceu em 7% ao ano, o número de pobres caiu de 47% para 25% da população. Os anos 80 experimentaram um regresso considerável, com o PIB total crescendo apenas 4%, a uma média de 0,4% ao ano; com isto vendo o número de pobres passar a 27% da população total.

Apesar da pobreza ter crescido na sua participação relativa, com um aumento dos índices de desigualdade social, em que os 10% mais ricos passam a controlar cerca de 50% da renda nacional, alguns indicadores sociais gerais melhoram ao longo da "década perdida". Doenças parasitárias matam menos, cai o número de casos de sarampo, diminui o percentual de analfabetos com mais de 15 anos, aumenta a população servida de água tratada, decresce a mortalidade infantil e aumenta a expectativa de vida da população em geral. Contrariamente a estas tendências, todavia, persistem doenças infecto-contagiosas que reaparecem com incidência dramática, como é o caso da malária, a tuberculose e a cólera. Continuam imensos desequilíbrios regionais.

Os anos 90 encontram o país na fase de ajustamento macro-econômico, com tendências à estagnação do crescimento e indicação de retraimento do Estado frente a gastos e despesas sociais. O sistema produtivo brasileiro experimenta uma fase de *transição*, determinada pelos efeitos de globalização e aceleração econômicas.

Por sua vez, a degradação urbana pode ser encarada através de algumas indicações tópicas, componentes do atual quadro situacional brasileiro, no que se refere ao estado de seus assentamentos:

- a) carência de produtos habitacionais, especialmente o lote, o que gera os conhecidos fenômenos de "loteamentos clandestinos", "invasões de terras", "massivos movimentos de favelamento", "especulação imobiliária", e assim por diante;
- b) inadequação das áreas ocupadas, com a falta de serviços essenciais;
- * c) entre estes serviços essenciais, responsáveis pela disseminação de doenças infecto-contagiosas, destacam-se principalmente a carência de esgotos (apenas 39% da população é servida) e seu respectivo tratamento (10%), embora pelo Censo de 1991 já tenhamos 89% da população urbana servida de água encanada.
- * d) controvérsias quanto a aspectos fundiários urbanos, provocados por conflitos legais e de procedimentos relativos a matéria urbanística e ambiental.

* O quadro de degradação urbana tem sido particularmente afetado pelo estado geral dos sistemas de transporte urbano no País. A crescente periferização das grandes concentrações espaciais, principalmente as metropolitanas, agrava as pressões sobre a rede de transportes, que se encontra carente de fortes investimentos. O mesmo acontece com relação à disponibilidade de energia, para os diversos usos necessários ao funcionamento do sistema urbano.

O conjunto de fatores objetivos que servem para caracterizar este quadro de degradação urbana reside, não somente, na pobreza proveniente da situação econômica do País, mas também na persistência dos desequilíbrios sociais que têm marcado o cenário brasileiro; especialmente com o agravamento das consequências das políticas de ajustamento macroeconômico do período iniciado em 1985.

10. As políticas de ajustamento, com retraimento das políticas públicas envolvendo gastos e despesas sociais, a partir de medidas contra o déficit estatal, surpreendem o cenário brasileiro através da convivência de muitas dimensões mutuamente dependentes:

- retração econômica dos grandes agregados;
- alteração do padrão de urbanização, com o adensamento e re-equilíbrio das redes urbanas do Centro-Sul e surgimento da metropolização em áreas de moderna industrialização;
- superveniência das novas áreas de "fronteira urbana" (Amazonia e Centro-Oeste);

- retirada da União das funções de formulação, coordenação e investimento no desenvolvimento urbano; especialmente a partir da descentralização consolidada pela Constituição Federal de 1988, e ;
- consolidação de movimentos participacionistas, eixos da democratização e da cidadania ativada ao nível local.

Estes ingredientes coincidem no tempo e nos espaços marcados pelo agravamento das condições económico-produtivas que consolidam dois fenómenos sociais marcantes na cena brasileira atual: **a exclusão estrutural e o aumento das distâncias** entre os diversos segmentos populacionais.

A consolidação da exclusão social advém da mudança das condições produtivas no País, trazidas pela globalização da economia internacional e pela sua decorrente aceleração, com seus requerimentos de mais alta capacitação e qualificação dos fatores produtivos. O casamento entre as tecnologias modernas e rearranjos espaciais da produção internacional vão definindo um novo padrão para a base económica da urbanização. A CIDADE é o lugar, por excelência, da sede e da reprodução constante destes fatores. As relações campo-cidade também se alteram, com a assunção do capital intensivo na agro-indústria, e assim por diante.

Por consequência, esta exclusão social não é mais dependente dos ciclos clássicos da conjuntura industrial e comercial. Ela, agora, resulta da massiva separação estrutural entre os fatores produtivos aptos ao crescimento dos setores portadores de alta tecnologia (eficiência) e os fatores que geram deseconomias de escala a estas unidades produtivas em processo de globalização. Pela especialização e concentração dos fatores causa-se o aumento das distâncias sociais entre "integrados" e "excluídos".

11. No quadro de **formulação de políticas** de desenvolvimento urbano há que destacar-se o retraimento da União. A desmontagem de instituições como o BNH, a CNPU, o CNDU - encarregadas da análise, formulação e implantação de políticas gerais e setoriais de caráter urbano foi o instrumento fundamental desta retração; após o "tempo de criação dos anos 70".

A Constituição Federal de 1988 consagra este direcionamento, e ao nível local e estadual ainda não há o preenchimento de funções previstas pela descentralização: ainda que tenha havido notável crescimento da capacidade fiscal e tributária destas entidades estatais. Neste sentido, a Reforma Administrativa do Governo Collor (Medida Provisória 150, de 15/3/90 que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto 99180, sobre o funcionamento de seus órgãos e Medida Provisória 151 sobre a extinção e a dissolução das entidades da Administração Pública Federal), serviu para consolidar uma das tendências de retraimento advogadas ao longo da década anterior.

Em verdade, a instabilidade institucional afetando ao desenvolvimento urbano, havia sido iniciada no período Sarney, durante a "Nova República": 1985, criado o

Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para onde vão CNDU, BNH e mais tarde EBTU (1986); em 1986 é extinto o BNH, incorporado à Caixa Econômica Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda; em 1987 o MDU transforma-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, ficando a CEF sob sua supervisão parcial; em 1988 o MHU é mudado para Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES), o CNDU volta ao Ministério do Interior e a EBTU volta para o Ministério dos Transportes. Houve, ainda, um conjunto de outras mudanças indicativas de instabilidade para a área do desenvolvimento urbano, das quais as nomeadas funcionam como ilustração.

A partir destas mudanças, e com o advento da Constituição de 1988, consolidam-se funções (normativas, programáticas e de financiamento) de Estados e Municípios; em detrimento do setorialismo que afeta o funcionamento da União, como possível foco de atuação para reverter os aspectos estruturais mais candentes do cenário urbano brasileiro.

Tramitam, hoje, oito (8) projetos de lei no Congresso Nacional. O debate deflagrado a partir de 1988/89, bem como o agravamento de algumas dimensões cruciais da vida urbana brasileira, suscitam alternativas para a União, Estados e Municípios. Itens como descentralização, recriação do CNDU, Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, Planejamento Metropolitano são as peças de resistências deste mencionados projetos de lei em pauta no Congresso Nacional.

Os anseios e pressões organizadas com base ao desejo de participação, democratização e desenvolvimento, possibilitados pela Constituição Federal de 1988 e outros momentos de enorme carga político-decisório, cruzaram-se com realidades igualmente candentes e dramáticas, advindas das transformações econômicas nacionais, agora em franco processo de integração pela globalização internacional.

Além disto, surgem como pontos de reparo às velhas políticas e "novas aspirações" as condições da dinâmica populacional brasileira, indicadas pelas taxas de crescimento anual de 3,0% nos anos 50; 2,9% nos anos 60; 2,5% nos anos 70 e 1,9% nos anos 80.

A persistência da pobreza e das distâncias sociais, afora o desequilíbrio na distribuição dos fatores produtivos portadores de grande potencial de bem-estar (renda, emprego e tempo livre) parecem ser os grandes desafios a serem enfrentados a curto e médio prazos.

12. O quadro acima descrito mostra que a questão dos assentamentos humanos não se restringe às dimensões físicas e tecnológicas; pelo contrário, é mais abrangente, envolvendo aspectos ligados à conjuntura macroeconômica (pobreza, emprego e renda), ao meio ambiente, às condições de acesso e habitabilidade à moradia (terra, infra-estrutura e regras de financiamento) e à gestão local.

Visando garantir essa abrangência conceitual, o posicionamento do Governo Brasileiro deverá buscar as diversas correntes disciplinares e de opinião, além de garantir uma posição convergente frente as demais Conferências mundiais, já realizadas ou por realizar no período 1995-1996.

A essa abrangência conceitual deve-se associar a dimensão do problema no Brasil, o que exigirá um criterioso trabalho de análise da situação e da formulação do posicionamento do Governo Brasileiro para a Conferência de Istambul. Dado o interesse do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT) na qualidade do produto final do trabalho, justifica-se a busca de apoio deste organismo ao Governo Brasileiro no processo preparatório para o evento.

Versão de 01/06/95
MINUTA SUJEITA A REVISÃO
PROJETO DE LEI Nº , DE 1995.
(Do Poder Executivo)

2
Folha n.º 860 do proc.
N.º 46 de 1995
O funcionário

Dispõe sobre os objetivos, princípios e diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, institui o Conselho Nacional de Política Urbana e dá outras providências.

CNPU

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Dos Objetivos, Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Seção I - Dos Objetivos e Princípios

Art. 1º - A política nacional de desenvolvimento urbano tem por objetivo assegurar a realização das funções sociais, econômicas e ambientais das cidades, garantindo o pleno exercício da cidadania e o amplo acesso a condições condignas de vida à população.

Parágrafo Único - A política nacional de desenvolvimento urbano abrangerá as políticas de habitação, infra-estrutura e transportes urbanos, bem assim as referentes aos demais serviços e equipamentos urbanos.

Art. 2º - A política nacional de desenvolvimento urbano é parte integrante dos planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Art. 3º - A política nacional de desenvolvimento urbano obedecerá os seguintes princípios:

I - atuação integrada e complementar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

III - participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas, planos programas e projetos de desenvolvimento urbano;

IV - adoção de procedimentos democráticos de deliberação;

V - publicidade dos atos e fatos relacionados à gestão da política urbana, notadamente na aplicação dos recursos públicos;

VI - planejamento e gestão da urbanização, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional e regional, a qualidade dos serviços prestados e a redução das desigualdades sociais;

VII - adequação das normas, da infra-estrutura e dos serviços urbanos às características sócio-econômicas locais, bem como aos interesses e necessidades da população;

VIII - fortalecimento das competências normativas, reguladoras e fiscalizadoras do poder concedente;

IX - integração e complementaridade das políticas públicas e atividades urbanas e rurais;

X - adequação do crescimento urbano à disponibilidade dos recursos ambientais e à proteção, preservação e defesa do meio ambiente urbano, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Demétrio

Seção II - Das Diretrizes Gerais

Folha n. 861 do proc.
N. 46 de 1988
O funcionário

Art 4º - A política nacional de desenvolvimento urbano obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - integração, compatibilização e complementação intersetorial das políticas urbanas, em especial da habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos;

II - articulação da política nacional de desenvolvimento urbano com as demais políticas setoriais, em especial as de saúde, meio ambiente, geração de empregos, formação profissional, tecnologia e combate à pobreza;

III - complementaridade entre os investimentos do Poder Público em habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos e as demais ações executadas no meio urbano;

IV - parceria entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na execução de obras de desenvolvimento urbano, através da conjugação de recursos financeiros, materiais e humanos;

V - observância, pela esfera municipal, das normas de ordenamento territorial e das funções públicas de interesse comum, definidas pelo planejamento metropolitano ou de aglomerações urbanas;

VI - recuperação, pelo Poder Público, do valor do investimento que resultou, direta ou indiretamente, na valorização do patrimônio privado;

VII - compatibilidade entre o equilíbrio fiscal e financeiro do setor público e a política de investimentos e operação de serviços urbanos;

VIII - fortalecimento da pesquisa, do desenvolvimento e da difusão tecnológica, da qualidade gerencial e da qualificação dos recursos humanos;

IX - redução dos custos globais e do desperdício na produção, na gestão e na operação de equipamentos e serviços urbanos;

Seção III - Das Diretrizes para Habitação

Art 5º - Constituem-se diretrizes da política setorial de habitação:

I - atendimento adequado aos diversos grupos da população, com prioridade para programas habitacionais dirigidos à população de baixa renda; *isto é, de baixa renda?*

II - prioridade à produção de unidades habitacionais em áreas vazias, não utilizadas ou subutilizadas das cidades, dotadas de infra-estrutura e equipamentos;

III - manutenção dos beneficiários de programas habitacionais nas mesmas áreas ou em áreas próximas dos assentamentos que já ocupam, observada a vontade da comunidade e a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento;

IV - emprego de tecnologias construtivas adequadas ao meio ambiente, às necessidades, aos costumes e à capacidade econômico-financeira das populações locais;

V - implantação de formas de acesso à moradia adequadas ao perfil sócio-econômico da população;

VI - implementação de programas de acesso à terra urbana, quando necessários à produção de habitações de interesse social;

VII - redução dos custos administrativos e notariais vinculados à regularização fundiária e à aquisição de unidades habitacionais, especialmente para a população de baixa renda;

VIII - atuação reguladora do Poder Público no mercado de locação imobiliária, visando estimular o crescimento da oferta de moradias para aluguel e assegurar o acesso à habitação.

Art 6º - Constituem-se diretrizes da política setorial de saneamento:

- I - universalização do atendimento em nível de oferta essencial, mediante adequada cobertura física, asseguradas a qualidade, quantidade, regularidade e eficiência na prestação dos serviços;
- II - receitas tarifárias que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, explicitados, quando for o caso, o volume e a origem dos subsídios;
- III - conservação, manutenção e ampliação dos sistemas de saneamento, visando preservar e melhorar as condições de prestação dos serviços, a médio e longos prazos;
- IV - fomento do uso racional dos recursos naturais, em especial a conservação da água;
- V - adoção de soluções que adotem as bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;
- VI - incentivo à implantação de soluções intermunicipais ou interestaduais, mediante planos regionais e integrados;
- VII - adequação dos planos de expansão física e qualitativa dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário aos padrões de consumo das populações usuárias.

Seção V - Diretrizes para o Transporte Urbano

Art 7º - Constituem-se diretrizes da política setorial de transportes urbanos:

- I - compatibilização entre a oferta de transportes e a demanda resultante do uso e ocupação do solo e das funções urbanas;
- II - integração de gestão e operação entre as diversas modalidades de transportes em um mesmo município, região metropolitana ou aglomeração urbana;
- III - prioridade aos transportes coletivos urbanos, em relação às demais modalidades de transporte;
- IV - adoção de soluções tecnológicas e de gestão dos transportes voltadas para o conforto dos usuários, a utilização racional de energia e a redução dos fatores de degradação ambiental das cidades;
- V - implantação de políticas tarifárias compatíveis com o equilíbrio econômico da prestação dos serviços, explicitados, quando for o caso, o volume e a origem dos subsídios, a serem dirigidos aos usuários de baixa renda.

CAPÍTULO II

Das competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na promoção do Desenvolvimento Urbano

Art 8º - O Poder Público promoverá o desenvolvimento urbano por meio de normas, planos, programas, projetos e atividades, mediante ações integradas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art 9º - Na promoção do desenvolvimento urbano, compete à União:

- I - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento, infraestrutura e transportes urbanos, além das fixadas nesta Lei;
- II - formular e promover a execução dos planos nacionais de desenvolvimento urbano, bem assim dos planos setoriais de habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos;

III - estabelecer as formas de articulação entre a política nacional de desenvolvimento urbano e os planos nacionais e regionais de ordenação do território;

IV - promover a integração da política nacional de desenvolvimento urbano com as demais políticas setoriais, em especial as de saúde, meio ambiente, emprego, formação profissional e combate à pobreza;

V - definir, no âmbito do sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos, normas gerais para a conservação dos sistemas urbanos de água e para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

VI - instituir normas de trânsito;

VII - normatizar e fiscalizar os sistemas de financiamento do desenvolvimento urbano e de suas políticas setoriais;

VIII - instituir normas gerais de direito urbanístico, de proteção do meio ambiente e controle da poluição urbana;

IX - definir a concepção, estabelecer as normas técnicas, promover a implantação e coordenar o sistema nacional de indicadores urbanos;

X - instituir as diretrizes e normas gerais para a definição dos instrumentos regulatórios da prestação de serviços urbanos, pelo poder concedente;

XI - promover, de forma articulada com as demais esferas de governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e prestação dos serviços e equipamentos urbanos;

XII - promover o intercâmbio de experiências de gestão urbana com as Unidades da Federação e os Municípios; e

XIII - promover, de forma articulada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a proteção, preservação e defesa do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Art 10º - Na promoção do desenvolvimento urbano compete aos Estados:

I - participar da formulação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento urbano, bem assim dos planos setoriais de habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos;

II - elaborar e promover a execução dos planos estaduais de desenvolvimento urbano, inclusive de habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos, em conformidade com as diretrizes e os planos definidos pela União;

III - instituir, nos termos do parágrafo 3º do art. 25 da Constituição Federal, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

IV - promover a elaboração e a execução, em conjunto com os municípios, dos planos de desenvolvimento metropolitanos e microrregionais;

V - instituir, de forma complementar à União, normas de direito urbanístico, de proteção do meio ambiente e controle da poluição urbana;

VI - elaborar, promover a implantação e coordenar o sistema estadual de indicadores urbanos, observadas as normas técnicas estabelecidas pela União;

VII - promover, de forma articulada com as demais esferas de governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e prestação dos serviços e equipamentos urbanos;

VIII - promover o intercâmbio de experiências de gestão urbana com a União, as demais Unidades da Federação e os Municípios;

IX - promover, de forma articulada com a União e os Municípios, a proteção, preservação e defesa do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao Distrito Federal as competências mencionadas neste artigo, salvo o disposto nos incisos III e IV.

Folha n.º	383	do proc.
N.º	110	de 1967
O funcionário		

Art 11 - Na promoção do desenvolvimento urbano compete aos Municípios:

I - elaborar e executar o plano diretor, nos termos do parágrafo 1º do art. 182 da Constituição Federal;

II - promover a organização do ordenamento territorial, através do planejamento urbano e controle do parcelamento, do uso e ocupação do solo urbano;

III - organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão;

IV - promover e executar programas habitacionais, de saneamento básico, de infra-estrutura e demais equipamentos urbanos;

V - participar da formulação dos planos nacionais, regionais e estaduais de desenvolvimento urbano, bem assim dos planos setoriais de habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos;

VI - participar da elaboração e da execução dos planos de desenvolvimento metropolitanos, de aglomerações urbanas e microrregionais;

VII - elaborar, implantar e manter o sistema municipal de indicadores urbanos, observadas as normas técnicas estabelecidas pela União e pelos Estados;

VIII - promover, de forma articulada com as demais esferas de governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e prestação dos serviços e equipamentos urbanos;

IX - promover o intercâmbio de experiências de gestão urbana com a União, as Unidades da Federação e os demais Municípios;

X - promover, de forma articulada com a União e os Estados, a proteção, preservação e defesa do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA URBANA

Art 12 - O Conselho Nacional de Política Urbana - CNPU, órgão integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento, tem a seguinte composição:

I - o Secretário de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, que o presidirá;

II - um representante do Ministério da Fazenda;

III - um representante do Ministério dos Transportes;

IV - um representante do Ministério da Saúde

V - um representante do Ministério dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente;

VI - um representante do Ministério do Trabalho;

VII - um representante do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;

VIII - um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;

IX - um representante da Caixa Econômica Federal - CEF;

X - um representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação;

XI - um representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento;

XII - um representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Transportes;

XIII - três representantes de governos municipais;

XIV - quatorze representantes da sociedade civil. *→ Quem são?*

Parágrafo 1º Os representantes titulares e suplentes dos Ministérios e da Caixa Econômica Federal serão indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estados, titulares das pastas mencionadas nos incisos I a VII e pelo Presidente da CEF.

folha n. 864 do proc.
N. 110 de 1962
O funcionário

6 - governo

7 - governo

7 - governo

73 - governo

7 - governo

7 - governo

Parágrafo 2º Os representantes titulares e suplentes do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Habitação, Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Transportes e do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento serão indicados por essas entidades.

Parágrafo 3º Os representantes titulares e suplentes dos governos municipais serão indicados por entidades representativas de prefeitos e de municípios, em nível nacional, com a seguinte composição:

I - um representante titular e um suplente dos municípios das capitais;

II - um representante titular e um suplente dos municípios que contenham cidades de porte médio;

III - um representante titular e um suplente dos municípios que contenham cidades de pequeno porte.

Parágrafo 4º Os representantes da sociedade civil serão indicados por entidades representativas, em nível nacional, dentre outras, de movimentos populares, de prestadores de serviços e de usuários nas áreas de habitação, saneamento e transportes urbanos, de categorias profissionais e econômicas, bem assim por entidades de pesquisa e assessoramento ligadas ao desenvolvimento urbano e seus aspectos setoriais.

Parágrafo 5º As indicações dos representantes titulares e suplentes, efetuadas na forma dos parágrafos 1º a 4º deste artigo, serão submetidas à apreciação e nomeação do Presidente da República.

Art 13 - O CNPU reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente, e extraordinariamente, por convocação de um terço de seus membros, na forma que vier a ser estabelecida em seu Regimento Interno.

Parágrafo 1º As decisões do CNPU serão tomadas com a presença, no mínimo, de 15 membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

Parágrafo 2º As despesas necessárias ao comparecimento às reuniões do CNPU constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

Parágrafo 3º As ausências ao trabalho dos representantes de categorias profissionais do CNPU, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas e computadas como jornada efetivamente trabalhada, para todos os efeitos e fins legais.

Art 14 - Compete ao Conselho Nacional de Política Urbana:

I - apreciar e aprovar a política nacional de desenvolvimento urbano, bem assim os planos setoriais de habitação, saneamento e transporte urbano, em consonância com os planos nacionais e regionais de ordenação do território;

II - acompanhar e avaliar a execução da política nacional de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento e transportes urbanos;

III - apreciar e aprovar os programas de intercâmbio de informações, de assistência técnica e de capacitação de recursos humanos entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - acompanhar e avaliar a implantação e a manutenção do sistema nacional de indicadores urbanos;

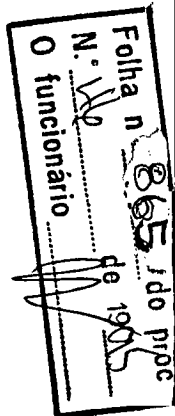
V - promover a disseminação de experiências exitosas relacionadas a gestão urbana, habitação, saneamento e transportes urbanos;

VI - promover as articulações entre as ações públicas e as privadas com vistas ao desenvolvimento da rede urbana e a melhoria das condições urbanas;

VII - propor normas gerais de direito urbanístico, de proteção do meio ambiente urbano e de transportes urbanos;

VIII - propor normas gerais de conservação dos sistemas urbanos de água e para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

- promover articulações entre as ações públicas e as privadas com vistas ao desenvolvimento da rede urbana e a melhoria das condições urbanas para a rede nacional de saneamento.



revisões
introduzidas

- estabelecer critérios e prioridades para a definição dos instrumentos regulatórios da prestação de serviços de saneamento e transportes urbanos, pelo poder concedente;

X - propor os critérios e normas gerais para a concessão de subsídios vinculados às políticas setoriais de habitação, saneamento e transportes urbanos;

XI - estabelecer critérios e prioridades para captação de créditos externos junto a agências financeiras internacionais e multilaterais, nas situações em que a União seja tomadora ou avalista;

XI - elaborar seu regime interno; e

XII - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões.

Art 15 - O CNPU será apoiado pela seguintes câmaras permanentes, de caráter consultivo:

I - Câmara de Gestão Urbana;

II - Câmara de Habitação;

III - Câmara de Saneamento; e

IV - Câmara de Transportes Urbanos.

Parágrafo 1º A composição, observada a paridade entre as representações do poder público e da sociedade civil, bem como o funcionamento e as atribuições das câmaras permanentes, serão estabelecidas no Regimento Interno do CNPU.

Parágrafo 2º O CNPU poderá criar Grupos Técnicos, com objetivos e prazos determinados, para subsidiar suas decisões em temas específicos.

Art 16 - O Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio da Secretaria de Política Urbana, proporcionará ao CNPU os recursos técnicos e materiais necessários ao exercício de suas competências, criando, para tanto, uma Secretaria Executiva do Conselho.

CAPÍTULO IV

Do Financiamento do Desenvolvimento Urbano

Art 17 - Os planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos serão financiados com os seguintes recursos:

I - as aplicações dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, bem assim os demais recursos a ele incorporados, realizadas em conformidade com o disposto na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

II - parcela dos recursos captados em depósitos de poupança pela entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, com direcionamento previsto na legislação específica;

III - provenientes de dotações específicas do Orçamento Fiscal da União, bem assim dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - provenientes do orçamento de seguridade social, especificamente destinados a programas, projetos e atividades vinculados à política setorial de saneamento;

V - parcela dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de que trata a Lei nº 8.019, de , aplicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em projetos de ampliação e modernização do setor de transportes urbanos e da infra-estrutura urbana de apoio ao setor produtivo, no âmbito de programas de desenvolvimento econômico;

VI - créditos externos contratados junto a agências internacionais e multilaterais de crédito;

VII - receitas tarifárias dos prestadores de serviços de saneamento e transportes urbanos;

VIII - incentivos fiscais vinculados ao acesso de indivíduos e grupos de baixa renda a serviços urbanos; e

Folha n.º 860 do proc.
N.º 46 de 1998
Caráter consultivo:

IX - provenientes da poupança voluntária de pessoas físicas e jurídicas, captadas por modalidades diversas da mencionada no inciso II.

Art 18 - Os recursos provenientes do orçamento fiscal da União, destinados ao financiamento da política nacional de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento, infra-estrutura e transportes urbanos, serão utilizados de acordo com os seguintes objetivos:

I - viabilizar o acesso da população de baixa renda à moradia, ao saneamento e aos serviços urbanos, por intermédio de subsídios que, no caso da habitação, serão obrigatoriamente temporários, pessoais e intransferíveis;

II - viabilizar programas, projetos e atividades que, por sua natureza, acarretem ampliação dos níveis de bem-estar para toda a comunidade; e

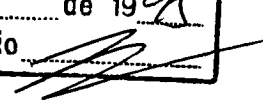
III - estimular o aporte de recursos das demais esferas de governo, bem assim da iniciativa privada, aos empreendimentos vinculados a habitação, saneamento, infra-estrutura urbana, mediante exigência de contrapartida.

Art 19 - Os recursos provenientes de créditos externos contratados junto a agências internacionais e multilaterais de crédito, dos quais a União é tomadora ou avalista, deverão ser aplicados em consonância com as prioridades e critérios estabelecidos pela política nacional de desenvolvimento urbano, visando articular e ampliar a eficiência dos investimentos por eles financiados.

Art 20 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias contados da data de sua publicação.

Art 21 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Folha n.º	867	do proc.
N.º	46	de 1995
O funcionário		

CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO
FEMININA/SP ao Seminário de preparação do HABITAT II =
São Paulo 27 e 28/JUL/95

Tema - FINANCIAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

INTRODUÇÃO:

As mulheres de São Paulo acumulam hoje uma rica e profunda experiência nas lutas pelo direito do pleno exercício da cidadania. Nos principais centros urbanos do Estado, **MULHER** se destaca sobremaneira na conquista do acesso à moradia, aos equipamentos sociais e à infraestrutura urbana.

Por sua própria condição de gênero, a mulher desenvolveu a percepção de que é fundamental na formação da personalidade dos filhos **TER UM LOCAL PARA MORAR**. Também tem consciência, mesmo que ainda incipiente, que para garantir o direito de morar condignamente é necessário ter uma renda familiar mínima para cobrir o custo com o aluguel ou com a aquisição da unidade habitacional. As mulheres entendem também, que a moradia está diretamente relacionada à QUALIDADE DE VIDA, portanto à

INFRAESTRUTURA URBANA : abastecimento de água; a rede e o tratamento de esgoto sanitário, o transporte coletivo, iluminação pública e domiciliar; a pavimentação de vias , bem como os **EQUIPAMENTOS SOCIAIS** : escola; creche; posto de saúde; hospital; delegacia de polícia; centros esportivos;

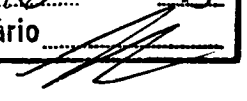
parques e praças. Todos estes aspectos são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa humana.

As propostas governamentais de transferir a responsabilidade do acesso à moradia para a população através de programas chamados 'autogestionários' por mutirão é questionável num momento de precarização das condições de emprego e dos históricos baixos salários da maioria da população brasileira. As pesquisas científicas constataam que as condições sócio-econômicas das mulheres são inferiores aos dos homens, principalmente quanto aos ganhos de salário, sendo que 33% dos chefes de família, hoje no Brasil são mulheres.

Há inúmeras fontes de recursos para serem agregados na promoção de FINANCIAMENTO a programas de instalação de infraestrutura urbana, de equipamentos sociais e de produção de unidades habitacionais populares.

A proposta do **CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA** é que se busque alternativas criativas com recursos gerados dentro do próprio país para que se resolva o atendimento desta necessidade básica da família, que é como o '**MOVIMENTO PELA MORADIA**' afirma há duas décadas: "a questão da moradia popular no Brasil é um problema social" e gerador de outros graves problemas urbanos como a marginalização social e a violência juvenil.

Quanto a gestão do processo de implementação de programas de habitação e de saneamento de interesse social, desde a alocação de recursos até a destinação da unidade à família, deverá ^{ser} sempre objeto de decisão democrática através dos CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Folha n.º	890	proc
N.º	46	de 19 95
O funcionário		

Os programas para implantação da infraestrutura urbana, dos equipamentos sociais e de produção de moradia popular devem ter como objetivos principais: a recuperação do emprego; a formação de mão de obra; o combate efetivo à informalidade no trabalho; a distribuição de renda; a modernização do processo construtivo; incentivos à pesquisa de novas tecnologias do sistema construtivo. São estes os aspectos básicos para se garantir o **ACESSO À MORADIA**.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA
CONTRIBUIÇÃO ao SEMINÁRIO HABITAT II.
São Paulo, 27 e 28 de julho de 1995.

Folha n.º	8712	do proc.
N.º	46	de 1995
O	funcionário	

CUSTO PRELIMINAR PARA UNIDADE HABITAÇÃO
POR FAMÍLIA - ÁREA 60,00 M2.

SERVIÇOS	%	CUSTO / R\$
1. PROJETO (*) 1	0,5	1.000,00
2. TERRENO	0,5	1.000,00
3. INFRAESTRUTURA (*)2	10	2.000,00
4. MATERIAL	45	9.000,00
5. MÃO DE OBRA	35	7.000,00
TOTAIS	100	20.000,00

Notas: (*) 1. -Inclui : Levantamento planialtimétrico; Sondagem; Projeto; Gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da obra.
(*) 2. -Inclui : Abastecimento d'água, Rede de iluminação pública, esgotamento sanitário, drenagem ,pavimentação de vias.

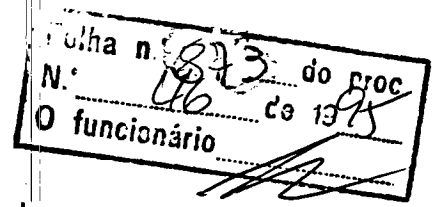
PROPOSTA para PLANO DE INVESTIMENTOS em
HABITAÇÃO e SANEAMENTO BÁSICO de INTERESSE SOCIAL

RECURSOS FEDERAIS

	HAB. (%)	SAN. (%)	PESQ. — TOTAL (%) (%)
1. Orçamento da União	0,5	0,4	0,1 — 1,0.
2. FGTS	30,0	20,0	10,0 — 50,0
3. SBPE	20,0	15,0	^{5,0} 0,5 — 40,0
4. FUNDOS DE PENSÃO	10,0	^{5,0} 0,5	^{5,0} 0,5 — 20,0

RECURSOS DO ESTADO

1. Orçamento do Estado	0,5	0,4	0,1 — 1,0
2. ICMS	10,0	^{5,0} 0,5	^{5,0} 0,5 — 20,0
3. Imposto s/transmissão (imoveis urbanos).	0,5	0,4	0,1 — 1,0



PROPOSTA para PLANO DE FINANCIAMENTO de HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Família com renda de até 01 S.M.

Prestação mensal: R\$ 10,00 (10,0% da renda familiar)

Prazo: 25 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 3.000,00 10%

Valor do SUBSÍDIO R\$ 14.000,00 - 85%

Família com renda de até 02 S.M.

Prestação mensal: R\$ 20,00 (10,0% da renda familiar)

Prazo: 25 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 6.000,00 -30%

Valor do SUBSÍDIO R\$ 14.000,00 - 70%

Família com renda de até 03 S.M.

Prestação mensal: R\$ 30,00 (10,0% da renda familiar)

Prazo: 25 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 9.000,00 -45%

Valor do SUBSÍDIO R\$ 11.000,00 - 55%

Família com renda de até 04 S.M.

Prestação mensal: R\$ 40,00 (10,0% da renda familiar)

Prazo: 25 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 12.000,00 - 60%

Valor do SUBSÍDIO R\$ 8.000,00 - 30%

Família com renda de até 05 S.M.

Prestação mensal: R\$ 100,00 (20,0% da renda familiar)

Prazo: 20 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 24.000,00-

Valor do custo financeiro - R\$ 4.000,00

Família com renda de até 06 S.M.
Prestação mensal: R\$ 120,00 - (20% da renda familiar)
Prazo: 20 ANOS
Comprometimento da renda familiar R\$ 28.800,00
Valor do custo financeiro - R\$ 8.800,00

Família com renda de até 07 S.M.
Prestação mensal: R\$ 140,00 (20,0% da renda familiar)
Prazo: 20 ANOS
Comprometimento da renda familiar R\$ 33.600,00
Valor do financeiro : R\$ 13.600,00

Família com renda de até 08 S.M.
Prestação mensal: R\$ 160,00 (20,0% da renda familiar)
Prazo: 20 ANOS
Comprometimento da renda familiar R\$ 38.400,00
Valor do custo financeiro: R\$ 18.400,0

Família com renda de até 09 S.M.
Prestação mensal: R\$ 180,00 (20% da renda familiar)
Prazo: 20 ANOS
Comprometimento da renda familiar - R\$ 43.200,00
Valor do custo financeiro: R\$ 23.200,00

Folha n.º	875	do proc
N.º	46	de 1985
O funcionário		

Família com renda de até 10 S.M.

Prestação mensal: R\$ 200,00(20% da renda familiar)

Prazo: 20 ANOS

Comprometimento da renda familiar R\$ 48.000,00

Valor do custo financeiro: R\$ 28.000,00.

Arq. Vânia Moura Ribeiro

S.Paulo, 26.07.95

Versão de 19/09/95

**ANTE-PROJETO DE LEI , DE 1995
(Do Poder Executivo)**

2

Folha n.º 876	do proc.
N.º 46	de 1995
O funcionário	

Dispõe sobre os objetivos, princípios e diretrizes da política urbana, institui o Conselho Nacional de Política Urbana e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos Objetivos, Princípios e Diretrizes da Política Urbana

Seção I - Dos Objetivos e Princípios

Art. 1º - A política urbana tem por objetivo orientar o processo de urbanização, promover a realização das funções econômicas e sociais das cidades, assegurar a sua qualidade ambiental, contribuindo para o pleno exercício da cidadania e o amplo acesso à condições condignas de vida à população.

Parágrafo Único - A política urbana abrangerá as políticas de habitação, saneamento, transportes urbanos e gestão urbana.

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - Habitação: todas as formas de acesso à moradia e à terra urbana, em especial, a construção de unidades habitacionais, a produção de lotes urbanizados e a regularização fundiária;

II - Saneamento ou saneamento ambiental: o conjunto de ações sócio-econômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção de disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis;

III - Transporte Urbano: os deslocamentos de cargas e pessoas, por meio de veículo individual ou coletivo, público ou privado, nas modalidades rodoviária, hidroviária e sobre trilhos, em vias urbanas;

IV - Equipamentos comunitários: os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares;

V - Serviços urbanos: os serviços prestados pelo Poder Público ou iniciativa privada, necessários à população urbana, em especial, saneamento, energia elétrica, telefonia, drenagem de águas pluvias e gás canalizado;

VI - Infra-estrutura: o sistema viário entendido como o conjunto de vias, vielas, escadarias, túneis, pontes, viadutos e demais tipos de obras viárias.

Art. 3º - As diretrizes da política urbana integrarão os planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Art. 4º - A política urbana obedecerá aos seguintes princípios:

- I - atuação integrada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social e econômico;
- III - participação da sociedade na formulação, acompanhamento, execução e avaliação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- IV - adoção de procedimentos democráticos de deliberação;
- V - publicidade dos planos, programas, projetos, obras ou quaisquer atos relacionados à política de desenvolvimento urbano, notadamente os que envolvam a aplicação de recursos públicos;
- VI - redução das disparidades sociais e econômicas entre pessoas e regiões;
- VII - observância das características físicas, sócio-econômicas e culturais, do local ou região;
- VIII - distribuição justa dos benefícios e ônus do processo de urbanização;
- IX - recuperação da valorização imobiliária ocasionada pela realização de investimentos públicos.

Seção II - Das Diretrizes Gerais

Art. 5º - A política urbana obedecerá às seguintes diretrizes:

- I - integração, compatibilização e complementação das políticas de habitação, saneamento, transportes urbanos e gestão urbana;
- II - articulação da política urbana com as demais políticas públicas, em especial, com a da saúde e a do meio ambiente;
- III - conjugação de recursos financeiros, materiais e humanos, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na promoção do desenvolvimento urbano;
- IV - incentivo à alocação de recursos privados nos programas e atividades relacionados à política urbana;
- V - compatibilidade da política de investimentos e a operação de serviços urbanos com o equilíbrio fiscal e financeiro do Poder Público;
- VI - redução dos custos e do desperdício na produção, na gestão e na operação de serviços urbanos;
- VII - promoção da melhoria da qualidade das habitações, tanto ao que se refere ao produto, quanto aos processos de produção;

VIII - fortalecimento da pesquisa, do desenvolvimento e da difusão tecnológica, da qualidade gerencial e da qualificação dos recursos humanos;

IX - intercâmbio das experiências de gestão urbana entre todos os níveis de governo;

X - vedação, ao concessionário de serviços urbanos do exercício das atribuições normativas, reguladoras e fiscalizadoras próprias do poder concedente;

XI - ordenamento territorial, mediante a adequada distribuição espacial da população e das atividades econômicas;

XII - integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais;

XIII - regulação do uso e ocupação do solo urbano;

XIV - restrição da utilização inadequada, a sub-utilização ou não utilização dos imóveis urbanos;

XV - acesso universal aos serviços prestados pelo Poder Público.

Seção III - Das Diretrizes da Política Habitacional

Art. 6º - A política habitacional observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento adequado aos diversos segmentos da população, com prioridade para a população de baixa renda;

II - implementação de formas de acesso à moradia e à terra urbana, compatíveis com o nível de renda da população;

III - utilização de áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, dotadas de infraestrutura e serviços urbanos;

IV - manutenção, nas áreas dos assentamentos existentes, ou em sua proximidade, dos beneficiários de programas habitacionais, observada a vontade da comunidade e a viabilidade técnica, ambiental, econômica e financeira do empreendimento;

V - melhoria das condições de habitabilidade de áreas degradadas, insalubres ou sujeitas a situação de risco;

VI - redução dos custos de produção e aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais, mediante normas adequadas de caráter legal ou administrativo ou o desenvolvimento e emprego de novas tecnologias produtivas, que combinem qualidade e durabilidade;

VII - implementação de novas formas de captação de poupança privada destinadas à produção habitacional;

VIII - restrição das transferências patrimoniais nas intervenções habitacionais, salvo aquelas focalizadas nas populações de baixa renda na forma do parágrafo 1º do art. 23.

IX - emprego de tecnologias construtivas adequadas ao meio ambiente, às necessidades, aos costumes da população local e que apresentem baixo custo e vida útil capaz de amortizar os investimentos realizados;

X - recuperação e revitalização do patrimônio edificado, observada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento;

Seção IV - Das Diretrizes da Política de Saneamento

Art. 7º - A política de saneamento observará as seguintes diretrizes:

I - universalização do atendimento, a nível de oferta essencial, mediante adequada cobertura física, asseguradas a qualidade, quantidade, regularidade e eficiência do serviço prestado;

II - obtenção de receitas tarifárias capazes de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, explicitados, quando for o caso, o volume e a origem dos subsídios;

III - articulação com as demais políticas públicas, em especial, as de saúde, educação e meio ambiente, visando a alcançar a salubridade ambiental;

IV - conservação, manutenção e ampliação dos sistemas de saneamento, visando a preservar e a melhorar as condições de prestação dos serviços, bem como a adequá-los aos padrões de consumo das populações usuárias;

V - estímulo às práticas que preservem e promovam o uso racional dos recursos hídricos;

VI - incentivo à reutilização, reciclagem e aproveitamento energético dos resíduos sólidos, garantindo-se a disposição sanitariamente segura dos resíduos remanescentes;

VII - adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento;

VIII - incentivo à adoção de soluções que promovam os ganhos de escala e economias de aglomeração na prestação dos serviços de saneamento;

IX - promoção da adoção de normas de uso e ocupação do solo que limitem a sua impermeabilização, bem como de tecnologias apropriadas para os sistemas de drenagem, que reduzam as vazões de pico;

Seção V - Das Diretrizes da Política de Transporte Urbano

Art. 8º - A política de transporte urbano observará as seguintes diretrizes:

I - compatibilização entre a oferta de transportes e a demanda resultante do uso e da ocupação do solo;

II - integração da gestão e operação das diversas modalidades de transportes em um mesmo município, região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião;

III - prioridade dos transportes coletivos urbanos em relação ao transporte individual;

IV - adoção de soluções tecnológicas e de gestão voltados para o conforto e a segurança da circulação, de veículos e pessoas, a utilização racional de energia e a redução de fatores de degradação ambiental das cidades;

V - implementação de políticas tarifárias compatíveis com o equilíbrio econômico da prestação dos serviços e com a renda da população usuária, explicitados, quando for o caso, o volume e a origem dos subsídios necessários à concessão de gratuidades;

CAPÍTULO II

Da Promoção do Desenvolvimento Urbano

Folha n.º	878	do proc.
N.º	46	de 1395
O funcionário		

Art 9º - O Poder Público promoverá o desenvolvimento urbano por meio de normas, planos, programas, projetos e atividades, mediante ação integrada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 10º - Na promoção do desenvolvimento urbano, cabe à União:

I - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive para a habitação, o saneamento e o transporte urbano, além das estabelecidas nesta Lei;

II - instituir normas gerais de direito urbanístico;

III - formular e promover a execução dos planos nacionais de desenvolvimento urbano, bem assim dos planos nacionais de habitação e saneamento, de forma descentralizada;

IV - compatibilizar o plano nacional de desenvolvimento urbano com os plano nacional de ordenação do território e o plano nacional de desenvolvimento econômico e social;

V - promover a integração da política urbana com as demais políticas, em especial, as de saúde, meio ambiente, emprego, educação e combate à pobreza;

VI - regulamentar e fiscalizar os sistemas nacionais de financiamento da política urbana e das políticas setoriais;

VII - instituir as diretrizes e normas regulatórias gerais da prestação de serviços urbanos;

VIII - propor a definição, no âmbito do sistema nacional de recursos hídricos, de normas gerais para a conservação dos sistemas urbanos de água e para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento;

IX - instituir, estabelecer as normas gerais e coordenar o sistema nacional de indicadores urbanos;

X - instituir normas gerais de transportes urbanos;

XI - promover, de forma articulada com as demais esferas de governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e prestação dos serviços urbanos;

XII - promover, de forma articulada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a proteção e a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Art. 11 - Na promoção do desenvolvimento urbano, cabe aos Estados:

I - participar na formulação dos planos nacionais de desenvolvimento urbano, bem assim dos planos setoriais de habitação e saneamento;

II - estabelecer e implementar as diretrizes de ordenamento territorial do Estado e de desenvolvimento urbano e regional;

III - integrar a política de desenvolvimento urbano à política de desenvolvimento estadual e regional e inserir seus objetivos e diretrizes nos planos estadual e regionais de desenvolvimento econômico e social;

IV - instituir, nos termos do parágrafo 3º, do art. 25, da Constituição Federal, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

V - promover a elaboração e a execução, em conjunto com os Municípios, dos planos de desenvolvimento metropolitano e das aglomerações urbanas;

VI - prestar assistência técnica aos Municípios nas questões relativas à gestão e ao planejamento urbano;

VII - instituir normas de direito urbanístico;

VIII - observar o Plano Diretor ou as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo do Município, quando da implantação de qualquer obra ou serviço sob responsabilidade dos órgãos de sua administração direta ou indireta, em especial:

a) programas habitacionais e de saneamento;

b) áreas ou distritos industriais;

c) equipamentos comunitários;

d) equipamentos regionais e redes intermunicipais de transmissão e comunicação;

e) vias ou equipamentos relacionados aos transportes.

IX - exigir a observância do Plano Diretor ou das diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, por parte dos beneficiários públicos ou privados, quando da concessão ou repasse de financiamentos em projetos e obras de natureza urbanística;

X - instituir, estabelecer as normas e coordenar o sistema estadual de indicadores urbanos, observadas as normas técnicas estabelecidas pela União;

XI - promover a equitativa distribuição regional de serviços e equipamentos comunitários de competência estadual;

XII - promover, de forma articulada com as demais esferas de governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e na prestação dos serviços urbanos;

XIII - promover, de forma articulada com a União e os Municípios, a proteção e a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Parágrafo Único - Aplica-se ao Distrito Federal, no que couber, o disposto neste artigo, salvo o disposto nos incisos IV, V, VI, VIII e IX.

Art. 12 - Na promoção do desenvolvimento urbano, cabe aos Municípios:

I - executar a política de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes fixadas nesta Lei e observado, quando for o caso, o § 1º, do art. 182, da Constituição;

II - promover o ordenamento territorial, através do planejamento e controle do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

III - participar da formulação dos planos nacionais, estaduais e setoriais de desenvolvimento urbano;

IV - participar da elaboração e da execução dos planos de desenvolvimento metropolitano, de aglomerações urbanas e de microrregiões;

V - organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão;

VI - participar da gestão dos serviços públicos de interesse comum, quando inseridos em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

VII - formular, promover e executar programas habitacionais, de saneamento, de infraestrutura e de transportes urbanos;

VIII - instituir e coordenar o sistema municipal de indicadores urbanos, observadas as normas técnicas estabelecidas pela União e pelo Estado;

IX - promover, de forma articulada com as demais esferas de Governo, o desenvolvimento tecnológico, institucional, gerencial, operacional e a qualificação de recursos humanos dos agentes envolvidos na gestão e prestação dos serviços urbanos;

X - promover, de forma articulada com a União e os Estados, a proteção e a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Art. 13 - Na promoção do desenvolvimento urbano, será assegurada a participação da comunidade, mediante:

I - representação nos órgãos colegiados criados a nível federal, estadual ou municipal;

II - realização obrigatória de audiências públicas, em especial, por ocasião de:

a) elaboração e aprovação dos planos de que trata esta Lei;

b) elaboração e aprovação do Plano Diretor ou das diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, e de suas alterações;

c) orçamento municipal e programas de obras;

III - consultas a organizações comunitárias ou a entidades da sociedade civil.

Parágrafo Único - Será assegurada ampla divulgação das informações que possibilitem a avaliação das propostas de que trata este artigo.

CAPÍTULO III

Do Conselho Nacional de Política Urbana

Art. 14 - Fica criado o Conselho Nacional de Política Urbana - CNPU, órgão colegiado, vinculado ao Ministério de Planejamento e Orçamento, com as seguintes atribuições:

I - aprovar o plano nacional de desenvolvimento urbano e os planos nacionais de habitação e de saneamento;

II - propor as diretrizes e normas gerais para o desenvolvimento urbano, em especial para habitação, saneamento, transportes urbanos e gestão urbana;

III - acompanhar e avaliar a execução da política urbana, em especial as políticas de habitação, saneamento e transportes urbanos;

IV - estabelecer, mediante proposta do Ministério do Planejamento e Orçamento, as normas e critérios para a implementação das diretrizes da política urbana e para a prestação dos serviços urbanos;

V - aprovar os programas de informações, de assistência técnica e de capacitação de recursos humanos entre a União e os demais entes federativos;

VI - estabelecer as normas gerais, acompanhar e avaliar a implantação, o funcionamento e a manutenção do sistema nacional de indicadores urbanos;

VII - promover a identificação e a disseminação de experiências exitosas relacionadas à gestão urbana, à habitação, ao saneamento e aos transportes urbanos;

VIII - promover articulações entre as ações públicas e privadas;

IX - propor normas gerais de direito urbanístico;

X - propor normas gerais para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento e de gestão do saneamento;

XI - propor critérios para a concessão de subsídios vinculados às políticas de habitação, saneamento e transportes urbanos;

XII - estabelecer critérios e prioridades para a captação de créditos externos junto a agências financeiras internacionais e multilaterais, nas situações em que a União seja tomadora ou avalista;

XIII - definir as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos oriundos de fundos federais para o desenvolvimento urbano, observadas as disposições específicas da legislação em vigor;

XIV - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 15 - O Conselho Nacional de Política Urbana é composto por um Plenário e pelas seguintes Câmaras Permanentes:

I - Câmara de Gestão Urbana;

II - Câmara de Habitação;

III - Câmara de Saneamento e Meio Ambiente Urbano;

IV - Câmara de Transportes Urbanos.

Parágrafo Único - As atribuições e o funcionamento das Câmaras Permanentes serão definidos no Regimento Interno.

Art. 16 - O Plenário do Conselho Nacional de Política Urbana tem a seguinte composição:

I - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, que o presidirá;

II - um representante do Ministério da Fazenda;

III - um representante do Ministério da Saúde;

IV - um representante do Ministério dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;

V - um representante do Ministério dos Transportes;

VI - um representante do Ministério da Justiça;

VII - três representantes de cada Câmara Permanente.

Parágrafo 1º - Os representantes titulares e os suplentes dos Ministérios serão indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado, titulares das pastas mencionadas nos incisos I a VI.

Parágrafo 2º - Os representantes titulares e os suplentes das Câmaras Permanentes serão indicados pelas respectivas câmaras, na forma estabelecida no Regimento Interno, mantido o critério de paridade entre os representantes do setor público e das entidades da sociedade civil.

Art. 17 - As Câmaras Permanentes serão compostas por representantes do setor público e da sociedade civil, observado o critério de paridade.

Parágrafo 1º - Os governos estaduais terão necessariamente assento em todas as Câmaras Permanentes.

Parágrafo 2º - Os governos municipais terão necessariamente assento em todas as Câmaras Permanentes.

Parágrafo 3º - Os representantes da sociedade civil serão indicados por entidades representativas em nível nacional, dentre outras, de movimentos populares, de prestadores de serviços e de usuários nas áreas de saneamento e transportes urbanos, de agentes promotores e beneficiários de programas habitacionais, de categorias profissionais ou entidades sindicais, bem assim, por entidades de pesquisa e assessoramento ligadas ao desenvolvimento urbano.

Parágrafo 4º - As funções da Câmara de Transportes Urbanos serão executadas pelo Conselho Nacional de Transportes Urbanos.

Art. 18 - O CNPU poderá criar grupos técnicos, com objetivos e prazos determinados, para subsidiar suas decisões em temas específicos.

Art. 19 - O CNPU reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, por convocação de um terço de seus membros, na forma e período que vier a ser estabelecida em seu Regimento Interno.

Parágrafo 1º - As decisões do CNPU serão tomadas com a presença, no mínimo, de 9 (nove) membros, tendo o Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo 2º - As despesas necessárias ao comparecimento às reuniões do CNPU constituirão ônus das respectivas entidades ou órgãos públicos a que estiverem vinculados.

Parágrafo 4º - A participação dos membros do CNPU será considerada como trabalho de relevado interesse público, não remunerado.

Parágrafo 5º - A ausência ao trabalho por parte dos membros do CNPU, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas e computadas como jornada efetivamente trabalhada, para todos os efeitos legais.

Art. 20 - O Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio da Secretaria de Política Urbana, atuará como Secretaria Executiva do CNPU.

Art. 21 - O CNPU se articulará com os conselhos estaduais e municipais de política urbana ou relacionados a políticas afins.

CAPÍTULO IV

Do Financiamento do Desenvolvimento Urbano

Art. 22 - A política urbana será custeada e financiada com os seguintes recursos:

- I - aplicação dos recursos de que trata o art. 2º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- II - recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, em conformidade com a legislação específica;
- III - dotações específicas do Orçamento Fiscal da União, bem assim dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- IV - parcela do orçamento da seguridade social, especificamente destinada a programas, projetos e atividades vinculada à política setorial de saneamento;
- V - parcela dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, aplicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em projetos de financiamento de serviços urbanos ou infra-estrutura, em conformidade com o disposto nesta lei;
- VI - créditos externos contratados junto a agências internacionais e multilaterais de crédito;
- VII - receitas tarifárias dos prestadores de serviços de saneamento;
- VIII - receitas oriundas de taxas e da contribuição de melhoria ou de outras fontes que venham a ser adotadas para o financiamento de infra-estrutura ou dos serviços urbanos;
- XI - incentivos fiscais vinculados ao acesso de indivíduos e grupos de baixa renda a serviços urbanos;
- XII - poupança voluntária de pessoas físicas ou jurídicas captadas por modalidades diversas da mencionada no inciso II;

Folha n.º	881	do proc.
N.º	246	de 1975
O funcionário		

XIII - outras fontes que vierem a ser criadas por lei.

Art. 23 - Os recursos provenientes do Orçamento Fiscal da União, destinados ao financiamento da política urbana, em especial, das políticas de habitação, saneamento e transportes urbanos, serão utilizados de acordo com os seguintes objetivos:

I - viabilizar o acesso da população de baixa renda à moradia e ao saneamento por intermédio de subsídios, pelos incisos X, do art. 5º e do inciso II, do art. 6º, respectivamente;

II - estimular o aporte de recursos das demais esferas de Governo, bem assim, da iniciativa privada aos empreendimentos vinculados à habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, mediante a exigência de contrapartida.

Parágrafo 1º - A política habitacional, quando da concessão de subsídios, obedecerá aos seguintes critérios:

I - destinação, exclusivamente, à população de baixa renda, como tal entendida a que apresente renda familiar de, no máximo, 10 (dez) salários mínimos mensais;

II - atribuição a título pessoal e intransferível;

III - temporariedade;

IV - explicitação do valor a ser subsidiado, no valor global do investimento, assim como sua origem;

V - proibição de atribuição de subsídios que caracterizem isenção de pagamento ou doação do bem;

VI - proporcionalidade entre a renda do beneficiário e os subsídios, que deverão ser inversamente proporcionais à mesma.

Parágrafo 2º - Aplicam-se aos demais serviços urbanos, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 24 - Os recursos provenientes de créditos externos contratados junto às agências internacionais e multilaterais de crédito, dos quais a União é tomadora ou avalista, deverão ser aplicados em consonância com as prioridades e critérios estabelecidos pela política urbana, visando articular e ampliar a eficiência dos investimentos por eles financiados.

Art. 25 - Terão preferência, nas transferências de recursos federais, Estados e Municípios que tiverem criado conselho de política urbana ou relacionados a políticas afins.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 26 - O Conselho Nacional de Política Urbana será composto inicialmente da seguinte forma:

I - Os governos estaduais, em fórum especial, indicarão ao Presidente da República, seus representantes nas Câmaras Permanentes e no Plenário;

II - Os governos municipais, em fórum especial, indicarão ao Presidente da República, seus representantes nas Câmaras Permanentes e no Plenário:

III - As entidades da sociedade civil, identificadas no parágrafo 3º, do art. 17, em assembléia, indicarão ao Presidente da República, seus representantes nas Câmaras Permanentes e no Plenário.

Parágrafo Único - O número de representantes tratados nos incisos I, II e III será definido na regulamentação desta lei.

Art. 26 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 01 de novembro de 1995.

Folha n.º	882	do proc.
N.º	46	de 1995
O funcionário		

Senhor Secretário,

A Câmara Municipal de São Paulo instalou a Comissão Especial de Estudos da Habitação com o objetivo de elaborar subsídios para uma política habitacional no município de São Paulo e preparar relatório desta Edilidade a ser enviado como contribuição à Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos - HABITAT II, em 1996.

Com o objetivo de angariar subsídios para o debate do problema habitacional no Município de São Paulo e embasar o relatório que será elaborado por esta Comissão, venho por meio deste solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de enviar as seguintes informações:

- 1) Quais são os indicadores adotados pela SEHAB para estimar a demanda de habitação no município de São Paulo?
- 2) Quais os programas em andamento e que parcela da população seria atendida em cada programa?
- 3) Quais os critérios adotados para a definição de prioridades no atendimento da demanda?
- 4) Envio de relatório da situação atual dos programas de mutirões, urbanização de favelas e conjuntos da Cohab, com os seguintes dados:
 - posição dos projetos, das obras de infra-estrutura, das obras de unidades habitacionais, dos recursos alocados para cada empreendimento, listagem dos mutirões analisados pelo TCM e pendências existentes para liberação de recursos, número de unidades produzidas e previstas, custos das obras por unidade e plano de financiamento para as famílias da demanda.
 - projetos de urbanização de favelas, áreas escolhidas, detalhes do programa, obras em andamento, recursos alocados, previsão de novos projetos, etc.
 - situação atual dos conjuntos da Cohab: inadimplência, áreas comerciais, áreas ocupadas, despejos, previsão de novas obras, quantidade de inscritos, critérios de seleção de famílias, preço atual das prestações das unidades por conjuntos, renda familiar exigida por conjunto, política de subsídios.
- 5) Quanto à regularização de loteamentos:
 - quais os procedimentos que estão sendo adotados?



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	883	do C.O.
N.º	116	de 1988
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	

- que departamento da SEHAB está responsável pelo atendimento às associações e como estas devem proceder?

- quais processos já se encontram em andamento e relativos à quais loteamentos da cidade?

6) Quais os programas destinados aos moradores de cortiços?

7) Quanto às Operações Interligadas:

- áreas escolhidas.
- processos em andamento.
- valor da contra partida dos empreendedores para habitações de interesse social.
- tipos de obras a serem realizadas com os recursos definidos.

Certa de contar com o apoio e colaboração de Vossa Excelência, subscrevo-me, reiterando os protestos de alta estima e consideração.

Sem mais, atentamente

VEREADORA ANA MARTINS
Presidenta da Comissão Especial de Estudos da Habitação
no Município de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Dr. Lair Alberto Soares Krahenbuhl
Digníssimo Secretário da Habitação e Desenvolvimento
Urbano do Município de São Paulo
FAX 232-1733



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 06 de novembro de 1995.

Folha n.º 884 do proc.
N.º 46 de 1995
O funcionário

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de São Paulo instalou a Comissão Especial de Estudos da Habitação com o objetivo de elaborar subsídios para uma política habitacional no município de São Paulo e preparar relatório desta Edilidade a ser enviado como contribuição à Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos - HABITAT II, em 1996.

Com o objetivo de angariar subsídios para o debate do problema habitacional no Município de São Paulo e embasar o relatório que será elaborado por esta Comissão, venho por meio deste solicitar a Vossa Senhoria providências no sentido de enviar as seguintes informações:

1) Quais são os indicadores adotados pela CDHU para estimar a demanda de habitação no município de São Paulo?

2) Quais os programas em andamento e que parcela da população seria atendida em cada programa?

3) Quais os critérios adotados para a definição de prioridades no atendimento da demanda?

4) Envio de relatório da situação atual dos programas de mutirões, urbanização de favelas e conjuntos da CDHU no município de São Paulo, com os seguintes dados:

- detalhes dos programas

- posição dos projetos, das obras de infra-estrutura, das obras de unidades habitacionais, dos recursos alocados para cada empreendimento, número de unidades produzidas e previstas, custos das obras, terrenos e infraestrutura por unidade habitacional e plano de financiamento para as famílias da demanda.

- projetos de urbanização de favelas, áreas escolhidas, detalhes do programa, obras em andamento, recursos alocados, previsão de novos projetos, etc.

- situação atual dos conjuntos da CDHU : inadimplência, áreas comerciais, áreas ocupadas, despejos, previsão de novas obras, quantidade de inscritos, critérios de seleção de famílias, preço atual das prestações das unidades por conjuntos, renda familiar exigida por conjunto, política de subsídios.

5) Posição do Projeto Guarapiranga, das obras de infra-estrutura, das obras de unidades habitacionais, dos recursos alocados para cada empreendimento, número de unidades produzidas e previstas, custo das obras por unidade?



Câmara Municipal de São Paulo

6) Quais os programas destinados aos moradores de cortiços do município de São Paulo?
Quais os projetos em andamento?

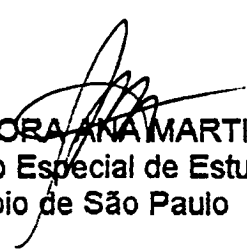
7) Quanto ao Programa de Aluguel Social:

- detalhes do programa
- áreas escolhidas.
- processos em andamento.
- programas de financiamento e recursos disponíveis
- tipos de obras a serem realizadas com os recursos definidos.

8) Quanto ao Programa Plano Empresário, solicito informações detalhadas

Certa de contar com o apoio e colaboração de Vossa
Senhoria, subscrevo-me, reiterando os protestos de alta estima e consideração.

Sem mais, atentamente


VEREADORA ANA MARTINS

Presidenta da Comissão Especial de Estudos da Habitação
no Município de São Paulo

A Sua Senhoria

Dr. Goro Hama

Digníssimo Presidente do CDHU

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

Folha n.º 885 do proc.
N.º 46 de 1995
O funcionário

São Paulo 90: em busca de local onde morar

Suzana Pasternak Taschner (*)

1 MUNICÍPIO DE S. PAULO: CRESCIMENTO POPULACIONAL

1.1 Alteração da tendência histórica de crescimento populacional

O Município de São Paulo apresentava, historicamente, altas taxas de crescimento populacional. Entre 1940 e 1970, as taxas decenais chegam a ultrapassar 5% ao ano. Entre 1970 e 1980 esta taxa decresceu para 3,67% anuais, num patamar ainda elevado. Já nos anos 80, a taxa de crescimento diminui de forma significativa, para 1,15%.

Esta alteração de tendência deve-se, principalmente, à alteração da migração. Segundo trabalho da Fundação SEADE (1992), o saldo migratório decenal passou do patamar positivo de 1 milhão de pessoas, nas décadas de 60 e 70, para um saldo migratório negativo de 756 mil pessoas entre 80 e 91, indicando evasão populacional. Considerando-se o saldo vegetativo medido por estatísticas vitais, a Capital teria, em 1991, 10,38 milhões de pessoas. Como o resultado censitário foi de 9,63 milhões, isto resultou no saldo migratório negativo acima descrito.

Nos anos 80 houve grande diminuição dos fluxos migratórios em direção ao próprio Estado de S. Paulo, que teve acentuada queda na taxa de crescimento, passando de 3,49% anuais durante a década de 70 para 2,12% ao ano entre 1980 e 1991. O próprio

crescimento absoluto decenal foi menor entre 1980 e 1991 (6,5 milhões de pessoas).

Este crescimento deve-se sobretudo ao crescimento vegetativo. Nos anos 70, o saldo migratório representava 42,42% do saldo total. Em 1991, seu peso no estado vê-se drasticamente reduzido para 9,02%. Internamente ao Estado de São Paulo, nos anos 70 os saldos migratórios positivos eram extremamente concentrados no centro-leste estadual, enquanto as regiões do oeste paulista apresentavam acentuados saldos negativos. Essa situação muda nos anos 80: o saldo migratório da Região Metropolitana de São Paulo, pela primeira vez na história do século, foi negativo, em torno de 274 mil pessoas, devido sobretudo ao peso do saldo negativo do município da Capital. Em relação ao Interior, já nos anos 70 tem saldo migratório positivo de 780 mil pessoas. No período de 80/91 o saldo do Interior foi de 860 mil pessoas, cabendo às regiões situadas próximas à Região Metropolitana de S. Paulo os maiores volumes (Baeninger, 1994, p 486).

1.2 Padrão intra-urbano

O crescimento populacional no interior do Município nas décadas de 60 e 70 caracterizava-se por um aumento contínuo da malha urbana, baseado no tripé casa própria - auto construção - loteamento irregular. Os chamados anéis exterior e periférico, os mais distantes do centro histórico, eram os que apresentavam as maiores taxas de crescimento populacional. O anel periférico era responsável por 43% do incremento populacional na década de 60, 55% nos anos 70 e praticamente 100% entre 1980 e 1991. Embora a taxa de crescimento da periferia seja menor que nas décadas anteriores, acompanhando a queda geral das taxas nos distintos segmentos espaciais

paulistanos, mesmo assim foi neste anel que se deu praticamente todo o crescimento populacional da Capital.

Caracteriza-se um "rompimento da cidade tradicional", que tem como características básicas o crescimento expansivo da periferia e um "despovoamento" e mudança de uso do solo da área central.

a) despovoamento da área central

Nas décadas de 1960 e 1970 a área central (centro histórico e centro expandido) apresentava taxas de crescimento positivas, embora pequenas; já nos anos 80 evidencia-se com clareza o esvaziamento da área central, com taxas negativas e perda de cerca de 134 mil residentes.

Há uma nítida diminuição da densidade habitacional central. As causas são discutíveis: autores internacionais tendem a interpretar este fenômeno como resultante da perda de solo dedicado à habitação, relacionando esta perda ao aumento correlato da parcela do solo urbano dedicado ao uso comercial e de serviços. Outros comentam a emigração forçada que ocorreria com os moradores da área central pela deterioração do seu entorno. A própria expectativa de intervenção muitas vezes já causa efeito antecipado. Muitos proprietários preferem deixar o imóvel vazio a alugá-lo, aguardando oportunidade de sua valorização. Na Baixada do Glicério, área pobre e central de São Paulo, pode-se perceber inúmeros casarões vazios, inclusive com janelas e portas muradas, para evitar invasão. No sub-distrito do Pari, em 1982, a Prefeitura Municipal de São Paulo contou com mais de 200

cortiços. Em 1980 o sub-distrito contava com 27,7 mil habitantes. Em 1991 sua população reduziu-se para 22 mil residentes. Uma nova contagem de cortiços evidenciou sua diminuição para 101 imóveis, onde habitavam 2321 pessoas, 10% da população do sub-distrito. Muitos dos antigos casarões cortiçados tinham sofrido mudanças de uso e estavam ocupadas por pequenas indústrias de confecção de roupas, não raro controladas por imigrantes coreanos.

A PCV (Pesquisa de Condições de Vida, F. SEADE, 1992) estimou que em 1990 6,5% da população da Região Metropolitana vivia em cortiços. O trabalho da FIPE (1994) encontrou, para o Município de S. Paulo, cerca de 24 mil imóveis cortiçados em fins de 1993, abrigando uma população de 161 mil famílias, correspondendo a 595 mil pessoas, 6% da população paulistana.

A socióloga Annez Andraus, coordenadora da pesquisa sobre condições de vida na região Metropolitana, comenta que de 1990 até hoje muitas famílias abandonaram os cortiços centrais e engrossaram o contingente de favelados da região. Segundo ela, uma das razões desse movimento pode ser explicada pelo alto preço dos aluguéis de cortiço em toda a cidade, o que acabou expulsando os seus moradores (Gazeta Mercantil, 20 de abril de 1995, p. A-6). Há uma re-alocação da população metropolitana para o aluguel informal na periferia e para as favelas.

b) crescimento periférico

O processo de crescimento periférico iniciou-se em décadas anteriores. Desde 1940 a mancha urbana da Capital expande-se continuamente. Na década de 60, os anéis exterior e periférico responsabilizaram-se por 83,4% do incremento populacional; nos anos 70 este percentual continua elevado, representando 86% do incremento na década.

Este crescimento periférico, embora em menor escala, continua na década de 80. Os únicos anéis espaciais a apresentarem taxa positiva de crescimento populacional foram o exterior e o periférico. "A população do Município de São Paulo está se afastando do centro para a periferia, extrapolando inclusive os limites geográficos" (F. SEADE, 1992, p. 30).

Algumas hipóteses explicativas surgem:

i) os padrões de migração intra-urbana e intra-metropolitana se articulam com diferentes formas de acesso ao solo urbano, nas quais a propriedade da casa joga papel importante. É o que aconteceu prioritariamente até os anos 70, onde o já citado tripé casa própria - auto construção - loteamento irregular responsabilizou-se pela expansão periférica municipal.

ii) nos anos 80, a auto-construção para moradia própria reduziu-se enormemente. De outro lado, aparentemente os cortiços centrais perderam população (dados da PCV (F SEADE, 1994) e FIPE-SEHAB (1994). Há uma re-alocação para favelas, não raro em zonas periféricas; além das invasões, há evidências de sub-divisões de lotes nas periferias.

Segundo a PCV-94, 6,1% das famílias metropolitanas moram em favela, enquanto que esta taxa era de 4,5% em 1990. No município de S. Paulo, a deterioração das condições de moradia é ainda mais evidente: se, em 1973, 1,2% da população paulistana era favelada, em 1980 o percentual cresce para 5,0%. Já em 1987 atinge 8,92% (Veras e Taschner, 1990) e em 1993 19,8% da população municipal mora em favelas.

Entre 1987 e 1993 a taxa de crescimento da população favelada paulistana foi de 16,64% ao ano. Para o mesmo período a taxa de crescimento populacional é estimada em cerca de 1,15%. A população paulistana entre 1980 e 1991 cresceu 1,13 milhões de pessoas.

A crise econômica que se instalou no país a partir de 1981 provocou processos de extrema pobreza. Esta pobreza trouxe um movimento de expulsão dos setores sociais de menor ingresso para uma nova periferia, mais longínqua, e para ocupação de vazios no solo urbano através de invasão.

Segundo a PCV (Pesquisa de Condições de Vida da Grande São Paulo), o percentual de famílias metropolitanas vivendo abaixo da linha de miséria (não dispõem de rendimento para adquirir cesta básica alimentar estimada em R\$ 49,87 por pessoa-valores de julho de 1994) aumentou de 6,7% para 12,7%. Somando a estes os pobres (que dispõem de renda para satisfazer custos de alimentação, mas não conseguem R\$ 138,60 reais para cobrir, além da comida, gastos com bens e serviços básicos) tem-se mais 34,6% de famílias em 1994, contra 32,3% em 1990.

Assim, em 1994 somam-se 47,33% de pobres e miseráveis metropolitanos em S. Paulo, contra 39,0% em 1990. E o maior aumento (de 6 pontos percentuais) está no segmento dos miseráveis.

Estes dados diferem dos de Rocha (1993). Segundo esta autora, em 1990 21,6% da população da metrópole paulista era pobre. Para Rocha, que usou tabulações especiais do PNAD-90, em termos monetários pobre seria aquele com renda familiar per capita inferior a 1,29 salários mínimos em S. Paulo (R\$ 90,30 até maio de 1995; em maio de 1995 o salário mínimo passará a R\$100,00, equivalente a US\$ 109,41, o maior valor nos últimos 10 anos. O menor valor foi US\$ 40,66, registrado em 1991 e o maior em 1966, quando chegou a alcançar US\$ 172,44).

Nos anos sessenta, a “periferização” da capital tinha como característica fundamental que uma proporção importante da população da periferia estava vinculada a indústria ou serviços, como empregados formais. Hoje, coloca-se a hipótese de um novo tipo de “urbanização periférica”, iniciado na década de 80. Este novo processo já não corresponde ao processo de expansão de plantas industriais, mas a uma dominação de atividades informais. E o seu reflexo espacial estaria no incrível aumento da população morando de forma “informal”, nas invasões de terra.

2. FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

2.1 Evolução das favelas e da população favelada no Município de S. Paulo

A pesquisa FIPE-SEHAB de 1993, na qual este artigo se baseia, atualizou os dados do Censo de Favelas de 1987. O universo pesquisado pela FIPE foi o das 1592 favelas cadastradas em 1987, para as quais se dispunha de informações sobre o número de domicílios e população moradora.

O conceito utilizado nesta pesquisa é o mesmo de 1987. Aliás, o conceito não mudou desde a primeira pesquisa de 1973/74, o que permitiu a construção de séries históricas coerentes. A favela tem sido definida como “um conjunto de unidades domiciliares, construídas de madeira, zinco, lata, papelão e até mesmo alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam” (Censo das Favelas do Município de S. Paulo, 1989, p 15). Ainda segundo a definição, excluem-se domicílios isolados e os acampamentos de movimentos populares, que se caracterizam por ocupação temporária.

A partir das 1592 favelas cadastradas, foi determinada uma amostra extratificada por tamanho e Administração Regional, de 163 favelas, onde foram aplicados 3704 questionários, abrangendo um total de quase 18 mil pessoas.

As favelas de São Paulo abrigam hoje 378 683 domicílios, com população de 1,9 milhões de pessoas, aproximadamente 19% da população paulistana estimada para 1993.

Em 1987 o total de domicílios foi de 150 452, com população de 812 764 residentes, 8,92% da população paulistana. Assim, o número de domicílios mais que dobra em 6 anos, expressando um rigoroso crescimento desta forma de moradia.

Deve-se notar que, embora assombroso, o número de domicílios pode conter uma subestimação. Como a atualização das informações foi baseada nas favelas cadastradas em 1987, não foram levadas em conta as novas favelas. E têm surgido, em S. Paulo, novas formas de invasão.

2.2 Novas formas de invasão

Em 1992, trabalho da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano estimou que o número de favelas em S. Paulo estaria por volta de 1805 assentamentos. Entre 1987 e 1992, formaram-se 236 novos assentamentos e 36 foram removidos. O aumento estimado, para os autores do trabalho de 1992, deve-se tanto à densificação das novas favelas como aos novos assentamentos (com mais 17,9 mil pessoas no período).

Novas favelas em geral são pequenas: isto fornece uma média de 76 pessoas por favela, ou 15 domicílios. Neste sentido a contagem da FIPE-SEHAB não induz a grande erro - cerca de 3500 domicílios subestimados, ou pouco mais que isso, já que a contagem de

novas favelas é de 1992 e a pesquisa de 1993. Entretanto, é nas novas favelas que se encontram as situações de maior precariedade e com maior risco ambiental.

Além dos moradores de rua, que abrigam-se sob as marquises e nos bancos de praça (a estimativa de moradores de rua no inverno de 1991 foi de cerca de 4000, desmistificando a cifra mencionada nos jornais, de cerca de 100 mil. Entre 1991 e 1995 há indícios do crescimento da população de rua), os miseráveis paulistanos têm ocupado o espaço sob as pontes - alocando aí seus barracos de madeira e até mesmo algumas casas em alvenaria - calçadas de vias expressas e jardins públicos. Sob a ponte do Tatuapé existem 180 barracos, semelhantes a barracos de outros tipos de terrenos invadidos. Entretanto, o telhado de suas casas é o viaduto, e seu endereço, o endereço do bar mais próximo. A precariedade é penosa: ligam-se à energia elétrica de forma clandestina, através dos postes de iluminação pública. Apenas 4 casas possuem água encanada. As outras armazenam água em barris. O sistema de esgoto, quando existente, conecta diretamente as latrinas à rede de águas pluviais. A água servida corre livremente pelas sarjetas.

A ponte do Tatuapé é paradigmática de quase todas as pontes e viadutos paulistanos. É difícil encontrar algum não ocupado.

As laterais de avenidas marginais, de tráfego rápido, também têm sido invadidas por paulistanos em busca de um lugar para morar. O risco de desastres é grande: há pouco, um caminhão desgovernado destruiu uma série de barracos na parte lindeira da estrada S. Paulo - Belo Horizonte, matando inúmeros moradores. Além disso, a estrada sem acostamento oferece risco também aos motoristas.

A invasão de parques públicos dentro do tecido urbano tem sido mais rara. Mas o Parque Ecológico do Tietê, no caminho de Guarulhos, tem as margens do rio inteiramente tomada por construções, numa fileira contínua de S. Paulo a Cumbica, comprometendo o rio com o lançamento de esgotos domésticos.

A estas 3 novas formas de invasão: sob viadutos, acostamentos e parques públicos, somam-se a construção de unidades em esqueletos de obras abandonadas, favelas verticais que mudam a paisagem urbana.

Diminuem os espaços a invadir, gerando novas e mais precárias soluções.

2.3 Porque cresceram tanto as favelas paulistanas

Entre as 3704 famílias entrevistadas, 49,9% declararam ter chegado à favela no período 1987/1993. O dado condiz com o aumento total verificado.

As razões que explicam este substancial aumento de favelados são diversas:

1) entre os chefes de família entrevistados, 38,7% vieram de casa alugada e 8,8% de casa própria. As dificuldades de manutenção dessas moradias são explicadas pelo contínuo processo de redução da renda real dos assalariados urbanos e/ou aumento do desemprego, fenômeno presente na economia brasileira nos últimos anos. O não pagamento do aluguel torna-se um recurso de ajuste para minimizar a queda do rendimento real.

2) O próprio crescimento vegetativo da população favelada não pode ser desprezado. Apesar da queda geral da fecundidade, a grande incidência de população jovem neste tipo de assentamento - 46,6% dos chefes de família têm até 35 anos - indica um provável crescimento vegetativo alto. Alia-se a isto o uso da formação de novas famílias de descendentes de favelados, que adensam a favela original, dada a dificuldade e o custo da obtenção de outras formas de moradia. Em 1993, na favela Uirapuru, zona oeste de S. Paulo, entrevistou-se 3 gerações de moradores na favela: a mãe, que saiu de casa alugada após o divórcio, a filha, que nasceu, cresceu, casou e constituiu família na favela e a neta, que também nunca conheceu outro tipo de moradia. Esta situação não parece ser exceção.

3) Finalmente, a melhoria observada na oferta de serviços públicos - água, luz, coleta de lixo, além de pavimentação e aumento da incidência de casas de alvenaria - torna a favela uma alternativa de moradia menos penosa que há décadas atrás. Se, na década de 70, a população trabalhadora ainda conseguiu fixar-se em pequenos lotes, geralmente loteamentos irregulares em áreas desprovidas de infra-estrutura e distantes do local de trabalho, na década de 90 esta alternativa é cada vez mais difícil. Morar em favela apresenta-se como um meio racional de equacionar a questão da moradia em termos economicamente viáveis.

2.4 Distribuição espacial das favelas de São Paulo

As maiores taxas de crescimento da população favelada no período 1987/1993 foram nas Administrações Regionais da Freguesia do Ó (zona norte), Campo Limpo e Capela do Socorro (zona sul).

Em 1987 a porção Sul/Sudeste do Município continha quase 70% das favelas e dos domicílios favelados. Em 1993, o Sul agrega 42,51% dos favelados paulistanos e o Sudeste 9,8%, num total de 52,31% inferior ao percentual de 1987. Em termos modais, é ainda no quadrante Sul que existe o maior percentual de favelados da cidade. Entretanto, este percentual é menor que o de 1987 (50,17%). A taxa de crescimento dos favelados na macro-região Sul foi de 13,46% anuais, inferior à taxa de crescimento da população favelada da macro-região Norte, de 28,99% ao ano.

A grande alteração na distribuição espacial das favelas deve-se justamente ao enorme crescimento desse fenômeno na região Norte, que em 1987 contava com 16,24% da população favelada municipal e agora, em 1993, comporta quase 30%. Em termos ambientais, introduz um novo tipo de risco: o risco de deslizamento, já que o Norte é área de topografia montanhosa.

Há forte diminuição percentual de favelados no Sudeste (Ipiranga, Vila Mariana, Mooca, Vila Prudente), cujo percentual passa de 14,65% para 9,80%. São favelas antigas, estruturadas, que sofreram certo adensamento (taxa de crescimento de cerca de 9% anuais), mas com limitações de terrenos.

A região Leste (Itaquera, Guaianazes, São Miguel, Ermelino Matarazzo, Penha) apresenta favelas de instalação mais recente. A taxa de crescimento da população favelada nesta

região é da ordem de 15% ao ano e o seu percentual em relação ao total dos favelados municipais pouco se alterou, ficando em torno de 14%.

Em relação ao tamanho das favelas, verificou-se um crescimento maior nas favelas menores (de até 50 unidades): se, em 1987, 10,31% dos favelados estavam em favelas pequenas, em 1993 são 21,83%. Diminui o percentual de favelados em favelas grandes (de 400 e mais casas): 37,83% em 1987 e 26,86% em 1992. O estrato entre 50 e 400 casas manteve-se praticamente inalterado, com 51,87% dos favelados em 1987 e 51,21% em 1993.

2.5 Como se formaram as favelas nos últimos anos

Entre as favelas pesquisadas, 84,8% foi resultado de ocupação espontânea, lenta e gradual, enquanto que 10,6% resultou de ocupações organizadas por movimentos populares. A tendência para ocupações organizadas parece estar aumentando: se entre 1971 e 1980 20,7% das invasões foram organizadas, entre 1981 e 1987 este percentual atinge 34,6%. Após 1987 predominam invasões organizadas.

De outro lado, a raridade da mercadoria e a demanda crescente introduziram um preço onde antes nada havia: em 1987, 4,29% do total dos chefes de família entrevistados declararam ter pago o seu lote. Em 1993, este percentual passa para 13,8%.

Embora o grande canal de informações sobre terra a ocupar seja ainda o informal (amigos, parentes), quase 9% dos que construíram suas casas (3% do total de

entrevistados) souberam da existência de terra para invadir por placa e/ou intermediário.

Instala-se na favela um mercado imobiliário, com placas, intermediários e corretores. Em mais de 90% das favelas pesquisadas encontrou-se compra e venda de casas. Seu preço variava: 45,5% custava entre 10 e 20 salários mínimos, 32,3% entre 20 e 50 salários mínimos. Segundo alunos da ECA-USP (Nonomura et al, 1993), uma casa favelada em São Paulo custaria entre 3 e 90 salários mínimos. As mais baratas são negociadas diretamente com os donos ou por intermediários; as mais caras usam até agências imobiliárias. O pedreiro Magnovita, vulgo Pisca, trabalha como corretor de barracos na favela São Remo, próxima ao campus da Universidade de São Paulo, no Butantã, zona oeste da capital. Ele monta, de cabeça, uma lista de preços: um barraco de madeira, com um cômodo, vale 4,5 salários mínimos; se a unidade é feita de alvenaria, chega a valer 7,5 salários mínimos. Os domicílios com 2 ou 3 quartos valem de 9 a 15 salários mínimos, conforme sejam em madeira ou alvenaria.

A auto-construção da unidade era maioria em 1987 (66,1% das casas construídas) e continua sendo majoritária em 1993 (71,4% das construções). Mas a mercantilização das relações de trabalho no processo de produção da casa, que já surgia em 1980 (33,9% dos possuidores de barracos construídos declararam ter pago auxiliares no momento da construção) e continuou em 1987 (25% de mão-de-obra paga nas unidades construídas e 26% nas ampliadas), permanece em 1993, com 28,6% dos construtores utilizando, total ou parcialmente, mão-de-obra paga.

Vai existir geração de empregos dentro da favela, tanto na construção de casas como em serviços. Há um aumento de percentual dos imóveis não estritamente residenciais.

3 CARACTERIZAÇÃO DA MORADIA

3.1 A Casa

A mudança na qualidade construtiva das casas na favela é, provavelmente, a variável mais notável nas duas últimas décadas: em 1980 apenas 2,4% das moradias eram de alvenaria. Já em 1987 o percentual sobe para 50,5% e em 1993 atinge 74,2%. O aumento de 48,1 pontos percentuais entre 1980 e 1987 e o de 23,7 pontos entre 1987 e 1993 reflete o crescente investimento dos moradores da favela, refletindo uma maior segurança quanto à permanência, dada pela inflexão das políticas habitacionais no tratamento dos assentamentos invadidos e pela ação dos movimentos sociais de luta pela moradia.

O tipo de cobertura também apresenta mudanças: em 1987 apenas 7% das moradias utilizavam laje; em 1993 o percentual sobe para 24,5%. Abre-se forte possibilidade de verticalização e adensamento ainda maior nos assentamentos favelados.

Os indicadores de congestionamento domiciliar diminuíram em relação a pesquisas anteriores. A média de pessoas por domicílio desceu de 5,42 em 1987 para 5,02 em 1993. O percentual de domicílios de apenas 01 cômodo, que atingia 52,2% em 1973, desce para 30,9% em 1980, 23,2% em 1987 e reduz-se para 13,6% em 1993. A

percentagem de casas com mais de 02 cômodos é, hoje, 51,8%. Como resultante, o indicador pessoas por cômodo reduziu-se a 1,75.

As condições sanitárias apresentaram melhoria: 92,5% dos domicílios tem sanitário unifamiliar, contra 86,4% em 1987 e 55,7% em 1980. Um grande percentual possui tanque e/ou pia (91,4% em 1993 e 63,9% em 1987).

3.2. Infra-estrutura urbana

Diminui o percentual de moradias com ligação regular à ELETROPAULO: em 1987 eram 85,5% do total de unidades e em 1993 o percentual desce para 79%. De outro lado, aumenta para 10% a percentagem de moradias faveladas sem energia.

O percentual de casas com ligação individual à rede pública de água atinge 64,2%. Em compensação, diminui a percentagem de unidades com ligação domiciliar de esgoto, de 19,3% em 1987 para 12,1% em 1993.

O ponto crítico em relação à infra-estrutura básica aparece nos 77,1% dos domicílios com destino dos dejetos ao ar livre e/ou canalizados diretamente para o córrego mais próximo ou represa. A percentagem de casas que sequer afasta o esgoto doméstico aumentou de 9,8% em 1987 para 14,7% em 1993.

Apesar de todo investimento feito para o fornecimento de água potável e energia nas favelas paulistanas, a expansão dos serviços não alcançou a expansão das moradias faveladas. Há piora das condições sanitárias.

4 PINCELADAS NO PERFIL DO FAVELADO PAULISTANO

Os chefes de família são, na sua maioria, naturais de outros Estados da Federação, notadamente Nordeste (60,8%). Apenas 17,6% são nascidos em S. Paulo, dos quais 10,9% no Município.

Chegaram em S. Paulo há mais de 10 anos; 35,8% dos chefes chegaram no Município antes de 1975. Embora 71,6% residam na Capital há mais de 10 anos, apenas 35,6% está na favela atual neste período de tempo. Ou seja, 36% tiveram algum tipo de mobilidade residencial anterior.

Como já foi dito, entre os que tiveram moradia anterior no município, 9,7% moraram em outra favela, 22,3% em casa de parente, 38,7% em casa alugada e 8,8% em casa própria.

A renda familiar informa a tendência dos anos anteriores: se em 1973, 77,5% das famílias auferiam rendimentos de até 02 salários mínimos, em 1980 este percentual desce para 43,8%, em 1987 para 26,2% e em 1993 para 18,2%. Na outra ponta, acima de 04 salários mínimos, haviam apenas 3% das famílias em 1973, 7,7% em 1980, 29,42% em 1987 e 46,9% em 1993.

Esta comparação, contudo, deve levar em conta a queda do salário real na última década.

As perspectivas são bastante sombrias. A cidade perde empregos, ou os cria para pessoal especializado. O percentual de pessoas que não conseguem se alimentar devidamente sobe

de 6,7% da população metropolitana para 12,7% entre 1990 e 1994. O percentual de moradores de favelas sobe de 8,92% em 1987 para 19,3% em 1993

Ao "enriquecimento" aparente dos favelados corresponde o empobrecimento geral da população. Grupos que antes tinham local onde morar agora só o encontram nas favelas, já não mais gratuito, mas integrando cada vez mais um circuito comercial perverso, parodiando os circuitos chamados formais.